

FERDINAND LOT
O FIM DO MUNDO
ANTIGO E O PRINCÍPIO
DA IDADE MÉDIA

Autor: Lot, Ferdinand,

TEF

Título: O fim do mundo antigo e o princ



34258716

23911

Fabricador de instrumentos de trabalho, de habitações, de culturas e sociedades.
o Homem é também agente transformador da História. Mas qual será o lugar
do Homem na História e o da História na vida do Homem?

O FIM DO MUNDO
ANTIGO E O PRINCÍPIO
DA IDADE MÉDIA

Título original:
La Fin du Monde Antique et le début du Moyen Âge

© La Renaissance du Livre, 1927 et Éditions Albin Michel, 1968 et 1989

Tradução: Emanuel Godinho

Revisão: Luís Abel Ferreira

Capa: FBA

Ilustração de capa: Vista da Roma Antiga, por António Basoli

© CORBIS / VMI

Depósito Legal n.º 283076/08

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

LOT, Ferdinand, 1866-1952

O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade

Média. – Ed. rev. – (Lugar da história; 7)

ISBN 978-972-44-1364-8

CDU 94(37)

94(4)“05/06”

Paginação, impressão e acabamento:

GRÁFICA DE COIMBRA

para

EDIÇÕES 70, LDA.

Outubro de 2008

ISBN: 978-972-44-1364-8

ISBN da 1.ª edição: 972-44-0296-7

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa
por Edições 70

EDIÇÕES 70, Lda.

Rua Luciano Cordeiro, 123 – 1.º Esq.º – 1069-157 Lisboa / Portugal

Telefs.: 213190240 – Fax: 213190249

e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

FERDINAND LOT
O FIM DO MUNDO
ANTIGO E O PRINCÍPIO
DA IDADE MÉDIA



Apresentação

Do interesse com que foi acolhida esta obra de Ferdinand Lot, membro do Instituto e professor honorário da Universidade de Paris, podem dar-se duas razões. Em primeiro lugar, o tema: a dramática sucessão dos acontecimentos, essa luta obstinada do poderoso Império Romano contra um destino perfeitamente implacável. «A derrocada do mundo antigo é talvez o mais interessante e o mais importante dos problemas da história universal.» É de realçar o notável talento de Henri Berr, que, quando traçou o plano geral da colecção(), lhe destinou uma obra consagrada a esta época de charneira, a qual é, por vezes, bastante esquecida e aonde se nos torna patente a eclosão, no seio de um mundo moribundo, dos elementos de um mundo novo e totalmente diferente. Por outro lado, Ferdinand Lot realizou uma obra-prima à qual, durante longo tempo ainda, teremos de recorrer para conhecer e compreender este período. «Eis o supremo mérito de F. Lot: ele desce ao âmago do seu tema; interioriza a própria história. Este escrupuloso medievista – um dos mestres que deram à erudição francesa a sua perfeita segurança de método e a sua rigorosa precisão –, mediante toda uma vastíssima documentação [...], vai, sem se deter nos factos, até ao mais profundo da*

* Esta obra é o tomo xxxi da Bibliothèque de Synthèse Historique «L'Évolution de l'Humanité», fundada por Henri Berr e dirigida, desde a morte do fundador, pelo Centre International de Synthèse, do qual foi igualmente o criador.

análise psicológica, tanto colectiva como individual. Este volume [...] irá prender a atenção do leitor através de análises e de reflexões em que, muitas vezes, o brilho do estilo e o vigor das fórmulas vêm a igualar a força do pensamento: trata-se pois, na nossa opinião, de um dos mais belos livros jamais escritos por um historiador» (Henri Berr).

Desta obra ressalta uma ideia essencial, a saber, a de que a ruína do Império, as invasões bárbaras e a expansão do cristianismo vieram a resultar numa completa transformação da psicologia humana, numa mentalidade autenticamente nova. O mundo exterior é diferente; mas é sobretudo o universo interior que vem a sofrer uma profunda reformulação. Há como que uma ruptura de continuidade psicológica.

É de facto verdade que o mundo antigo «ia envelhecendo», e que as migrações bárbaras tinham feito agitar as diversas raças humanas e tinham trazido «esse ardor juvenil, essa audácia confiante, essa aptidão para a mudança e para o progresso cujo privilégio já não é detido pelas civilizações avançadas» (H. Berr, com citação de Prévost-Paradol). Tal como o nota F. Lot, novas forças tinham nascido ou estavam em vias de nascer, e era a elas que o futuro estava reservado. «O Islão, cujo fantástico sucesso constitui um autêntico milagre; o papado, que iria tomar as rédeas da direcção da Igreja e tentar dominar a sociedade civil; e, finalmente, a vassalidade, gérmen orgânico do regime feudal, que durante muitos e muitos séculos virá a encarnar a vida da Europa Ocidental. Com tais forças tem realmente início a Idade Média»

Na sequência do texto, poder-se-á encontrar, sob a forma de notas adicionais, um complemento bibliográfico comentado e estabelecido por Ferdinand Lot quando da edição de 1951. Finalmente, Michel Rouche, assistente na Sorbonne, teve a amabilidade de elaborar, para a presente edição, um suplemento que assinala as obras saídas entre 1951 e 1966.

PAUL CHALUS

Secretário-geral do Centre International de Synthèse

Prólogo

Trata-se, à primeira vista, de uma bem perigosa empresa, optar por, após um quarto de século, e tendo precisamente em conta que nesse intervalo de tempo vieram a surgir inúmeros trabalhos de primeira importância sobre o mesmo tema, trabalhos esses que seria indesculpável não mencionar, publicar uma nova edição de um livro aonde só corrigimos alguns erros de pormenor, sem nada alterar de essencial. Será que tal não denota depositarmos em nós mesmos uma confiança algo exagerada? Será que tal não equivale a dar testemunho de um desdém presunçoso, absurdo mesmo, relativamente a trabalhos que, numa grande maioria, são assinalados como excelentes?

De modo algum.

Na introdução à primeira edição, o autor tivera o cuidado de sublinhar tudo aquilo que devia aos seus predecessores e aos seus contemporâneos. Para si mesmo só reivindicava o plano geral da obra e talvez umas quantas ideias. Tal é a posição que hoje em dia continua a assumir.

Das recensões críticas consagradas à primeira edição deste livro, assinalarei, muito em particular, as de Norman H. Baynes, saídas no Journal of Roman Studies, no ano de 1929, e de Pierre Labriolle, saída na Revue de Philologie, no ano de 1929, pp. 87-90. A benevolência testemunhada por estes mestres para com o meu livro tranquilizou-me acerca do seu valor. Este último quis mesmo protestar, e em termos bastante lisonjeiros, contra a

expressão «compilação», por mim aplicada à minha obra: «escolher os traços significativos a fim de os ajustar a um conjunto cujo pensamento direito permanece coerente e... pessoal... não é apenas compilar». Contudo, não relembraria as notas críticas destes sábios se estas não contivessem em si, para além das correcções de ordem material, observações e críticas de que vim a tirar proveito.

Mais de um leitor reparará, sem dúvida, em que, nas notas bibliográficas adicionais, remeti algo indiscretamente para os meus próprios trabalhos saídos depois de 1927. Queira ter a amabilidade de admitir que, assim agindo, apenas pretendi demonstrar que nunca cessei de me interessar pelos diversos aspectos do tema em causa na presente obra, e que, por consequência, ainda me julgo qualificado, um quarto de século após o seu aparecimento, para publicar uma sua nova edição.

19 de Outubro de 1950

FERDINAND LOT

Introdução

Que a Idade Média não veio a suceder-se bruscamente à Antiguidade parece-me, *a priori*, um facto evidente. A própria noção de um período intermédio entre os tempos antigos e a época moderna levou algum tempo a surgir. Entrevisto talvez desde o século xvii, só veio, contudo, a ser aceite pela ciência numa data relativamente recente.

Durante longo tempo, os historiadores limitaram-se a desenvolver as suas narrações sem se preocuparem em operar uma pontuação cronológica, sem sentirem necessidade de se deterem numa ou noutra pausa de primordial importância. Quando o conceito de medievismo veio a impor-se à atenção de todos e de cada um – há apenas um século –, o dogma da evolução, da transformação lenta e contínua da natureza e da humanidade, levou ao menosprezo do problema da descontinuidade. De tal modo que as oposições cardinais entre o período ao qual convém reservar o termo «Antiguidade» e os tempos subsequentes teriam, sem dúvida, continuado a ser ignoradas se não houvesse a necessidade de operar, adentro da narração histórica, determinado tipo de demarcações para fins pedagógicos. Infelizmente, essas divisões cronológicas para fins escolares foram feitas com pouco tacto, ou até, por vezes, de um modo tão ridículo, que acabaram por comprometer toda e qualquer tentativa de discriminação entre a Antiguidade e a Idade Média.

Contudo, esta separação corresponde a uma realidade, e seria perigoso recusarmo-nos a operá-la. Se é verdade que o rio do tempo flui com um

movimento contínuo, também é verdade que a velocidade do seu curso nem sempre é igual: ora diminui ao ponto de o seu movimento ser quase imperceptível, parecendo ser possível resumir em algumas páginas a narração de vários séculos, ora avoluma desmesuradamente o seu caudal, fervilha e desaparece ao longe, obrigando o historiador, como que esmagado pela abundância dos factos que, rápidos, fluem em tumultuoso cachão, a ter de passar toda uma vida ocupado em traçar o quadro de umas quantas jornadas revolucionárias.

Ao longo da história da humanidade, há certos períodos em que o homem já não compreende os seus antepassados, a começar pelo proprio pai. Parece haver como que uma ruptura de continuidade psicológica. Um contemporâneo de Séptimo Severo ou até mesmo de Diocleciano ter-se-ia podido reconhecer num seu antepassado do tempo de Augusto. Porque, durante esse intervalo de dois ou três séculos, o seu gosto, a sua língua, a sua arte, a sua concepção do mundo, as suas paixões, não tinham sofrido mais do que algumas modificações de contorno, sem que tivesse havido qualquer esbatimento da similitude intrínseca de base. Mas, que há de comum entre um contemporâneo de Diocleciano e um contemporâneo do rei Dagoberto? O mundo que os homens do século VII vêm a contemplar é totalmente diferente daquele que os homens do século III ou do século IV tiveram ocasião de ver: o Império Romano já não existe, salvo no Oriente, mas sob uma forma que já nada tem de latino; novas nações o invadiram, estando elas mesmas, por seu turno, ameaçadas por outros povos, ainda mais ferozes e estranhos; novas línguas, novas leis, novos hábitos vieram a impor-se. E, principalmente no caso do mundo interior, houve uma total reformulação vivencial. O homem passou a desviar-se com indiferença ou repulsa dos objectos mais queridos aos seus mais próximos antepassados: já não compreende a literatura antiga, porque já não a ama; a própria forma que lhe serve de veículo, a língua, é algo que the escapa; as maravilhosas artes plásticas deixaram de o encantar. Os deuses vieram a morrer às mãos do Deus único, cujos mandamentos impõem uma regra de vida de tal modo inovadora que doravante o mundo terreno passará para segundo plano; o sábio imbuído da «nova filosofia» irá passar a situar o objecto dos seus desejos no domínio do além. Entre o homem dos novos tempos e o homem dos tempos antigos já não haverá mais lugar para um pensamento comum.

Seguir, tal como seria conveniente, a curva evolutiva de uma tão completa transformação da psicologia humana exigiria o recurso a testemunhos preciosos, delicados, abundantes. Infelizmente, a nossa documentação é

indigente, fragmentária, incerta. Colocado perante o «mais difícil dos problemas da história», o historiador sente-se dolorosamente aquém da tarefa a cumprir. A fim de não acabar por vir a renunciar, a fim de poder triunfar dos seus escrúpulos, quando não mesmo das suas angústias, tem de nunca se esquecer da importância do fim prosseguido, assim como de que nunca é benéfico que um excesso de humildade venha a impedir-nos de servir o culto.

Uma obra da natureza daquela que aqui apresentamos ao público-leitor não pode possuir senão um carácter de mera compilação. Ninguém pode vangloriar-se de ser competente em todos os aspectos de um tão vasto tema. A cada passo, vemo-nos assim obrigados a recorrer aos trabalhos dos nossos predecessores e dos nossos contemporâneos. O autor apenas reivindica para si o plano geral da obra e talvez umas quantas ideias.

Iniciado em 1913, este livro veio a ser terminado, após uma longa interrupção, em Outubro de 1921. Não obstante, mantivemos, na medida do possível, pelo menos até meados de 1926, uma bibliografia actualizada. Não será, pois, de espantar que a doutrina exposta no texto nem sempre venha a coincidir com os trabalhos aos quais as notas o vêm a remeter.

FERDINAND LOT

Agosto de 1926

Primeira Parte

A crise do século III e a reconstituição do império

I.

A crise política do século III

O poder do imperador romano, não obstante ser um dos mais absolutos que o mundo jamais conheceu, não era de essência monárquica⁽¹⁾(*). O príncipe não é todo-poderoso por ser tido como descendendo dos deuses, tal como sucede no caso dos monarcas do Oriente e dos reis de certos povos germânicos. É todo-poderoso porque encarna na sua pessoa a *Respublica*, a autoridade do povo romano, a qual é absoluta. O seu poder não é, pois, um poder de índole pessoal, e ainda menos de ordem hereditária, é, sim, uma *delegação*.

O poder baseia-se, antes de mais, nas forças armadas. O imperador é quem detém, por delegação, o comando do exército, comando esse de carácter absoluto como todo o verdadeiro comando. A este comando chama-se *imperium*. Durante o período republicano, inúmeros personagens vieram a deter o *imperium*, sendo então investidos no cargo de generais-em-chefe, de *procônsules*. Tais personagens vieram a ser *imperatores*, mas só durante o tempo de duração de uma campanha; um dia após o triunfo, esse poder absoluto expirava. A institucionalização do Império consistiu em limitar a um só o número de pessoas ao qual era conferido o *imperium*, e em lhe conferir uma tal dignidade para toda a vida.

(*) Ver notas, p. 411 ss.

Na sua essência, o *império* não deixa de ser igualmente uma *magistratura*. A ideia da soberania do Estado continua teoricamente a planar sobre o imperador, encarnação da *Respublica*. E se este recebe o título de Augusto, isto é, de santo, de sagrado, tal é, sem dúvida, por ele ser o símbolo vivo da *Dea Roma*. Aquando da sua morte, decide-se se deve ou não ser deificado, ou, diríamos nós, santificado, se o seu *numen* ou génio irá ou não receber as honras divinas.

Será que o *imperium* proconsular não possui mais do que este aspecto militar? Ou será que também reveste uma faceta civil, judicial? Tal aspecto é ainda, hoje em dia, objecto de discussão⁽²⁾. Parece evidente que o *imperium*, ainda que constituindo o elemento estável, sólido, do poder do príncipe, não bastava para conferir à sua autoridade uma real plenitude jurídica, pela boa razão de que o poder proconsular só pode exercer-se fora de Roma (até Séptimo Severo) e da Itália. Assim, o imperador auto-investe-se do poder tribunício em vida, o qual lhe confere o direito de *intercessio* ou de protecção global do povo romano, tornando a sua pessoa sagrada, inviolável. Mas só vem a tomá-lo após o precedente, pois este é, verosimilmente, fundamental⁽³⁾.

Em torno deste núcleo, foi possível virem a congregar-se outras funções: o imperador é *pontifex maximus*, censor, *princeps senatus*; e detém ainda, de quando em quando, o consulado, se bem que tais títulos não lhe proporcionem qualquer aumento considerável de poder. Talvez a partir de Vespasiano, o conjunto dos direitos, de que o *fascēs* representava o poder imperial, passa a ser concedido em bloco por um *senatusconsulto*, que é, ao mesmo tempo, uma lei (a *lex regia*) proclamada no campo de Marte. Esta lei confere o *imperium*, mas de modo algum o poder tribunício.

A magistratura imperial não tem por objecto substituir a república pela realeza. Inicialmente, o Império apresenta-se como um expediente⁽⁴⁾. Um poder ditatorial permanente, a fim de poder solucionar as convulsões sociais e políticas que ameaçam a existência da república romana, é confiado ao primeiro cidadão do Estado: tal é o significado de *princeps*. Mas os órgãos legais do Estado, o Senado e os comícios, subsistem nos primeiros tempos do Império. O poder legislativo não constitui um atributo exclusivo do imperador: ele detém a iniciativa das leis, mas tal como qualquer outro magistrado, e assim que as suas constituições, as suas *acta*, passarem a ter força de lei, a sua base jurídica residirá provavelmente no poder tribunício de que está investido.

Por outro lado, na capital, o imperador também não dispõe, nos inícios do principado, de verdadeiros funcionários de administração central; até

Adriano, vai ter de ir buscar ao seu núcleo de «amigos» os elementos constitutivos do conselho indispensável a qualquer chefe de Estado.

Mas a antiga máquina subsiste. Tendo os comícios morrido de velhice, a administração e as finanças, assim como a legislação, vieram a concentrar-se nas mãos do Senado⁽⁵⁾.

Se o conjunto do território tivesse continuado a ser governado por este, o Império teria vindo a ser uma aristocracia, encabeçada por um ditador militar. Na realidade, tal nunca veio a suceder. O papel do imperador nunca cessou de aumentar a expensas do papel do Senado. Na prática real dos factos, o imperador não só chamou a si o comando do exército e o poder de decisão quanto à guerra e à paz, como também veio a apoderar-se de todo o poder do Estado, criando inclusive uma administração própria. De facto, logo desde o início, o príncipe e o Senado repartiram entre si as diferentes províncias. A fim de administrar aquelas que a si mesmo reservara, o imperador teve necessariamente de arranjar os seus governadores, as suas finanças (o seu *fiscus* por oposição ao *aerarium*); e como era ele quem dispunha da força, os seus abusos relativamente a todos os domínios possuídos pelo Senado foram constantes⁽⁶⁾.

Não iremos aqui voltar a tracar um esboço da evolução, lenta mas contínua, que veio a transformar o principado num regime monárquico ou quase⁽⁷⁾. No século III, uma tal evolução estava ainda longe de ter terminado. Sob o principado de um jovem bastante novo, Alexandre Severo (12 de Março de 222 – Fevereiro-Março de 235), o Senado parece estar em vias de retomar um papel de primeiro plano adentro do Estado romano:

«Ele fornece o conselho de regência e secunda a imperatriz (mãe) Mammora. Atingida a maioridade, Alexandre não toma qualquer decisão sem ouvir a opinião do Senado; remete para este a escolha dos seus principais funcionários, dos prefeitos do pretório e da cidade, assim como dos governadores a destacar para as províncias proconsulares; e pede-lhe ainda frequentemente que escolha candidatos para as restantes províncias. Em Roma, põe à disposição do prefeito uma comissão de catorze personagens consulares encarregadas de o ajudarem a prestar justiça e de repartirem entre si a tarefa de vigiar cada um dos quarteirões da cidade. Concede aos prefeitos do pretório a dignidade senatorial, a fim de que um senador romano só possa ser julgado por um outro senador. Não envia qualquer rescrito, não emite qualquer constituição sem antes ter ouvido o seu conselho, onde predominam os senadores. É ele próprio quem nomeia os cônsules, mas encarrega o Senado da sua designação. Restringe a autoridade dos procuradores imperiais e sub-

mete a sua eleição à aprovação popular; restabelece o *aerarium* a par do fisco... Nada vem perturbar este acordo entre os dois poderes, reunidos no âmbito dessa nova forma de governo a que Herodiano chama aristocracia (VI, 1). A ideia do Império senatorial é já quase uma realidade; alguns há que sonham mesmo em restabelecer a República, e tais esperanças podem detectar-se inclusive nos discursos feitos por Dione Cássio a Mecenas e a Augusto» (8).

E é precisamente no termo deste reinado, com o assassinio de Alexandre Severo e de sua mãe, que rebenta a tremenda crise que esteve a ponto de levar à total desagregação do mundo romano e a pôr, assim, termo à sua civilização, a qual, nos princípios do século III, era ainda tão notavelmente brilhante.

Vem, então, à luz do dia, sem quaisquer dissimulações, o vício fundamental do Império. O Império Romano, a despeito das aparências, não possui uma constituição. Baseia-se apenas na força, numa força bruta desencadeada pelos mais baixos desejos (9).

Este poder absoluto do primeiro cidadão, concentrando e resumindo em si a *majestas* do povo romano, quem é que o confere? Não assenta em qualquer base sólida, legal. Quem designava o ditador militar, o imperador? O Senado, e sobretudo o exército, força guerreira do povo romano, ao sabor das circunstâncias, na prossecução de um objectivo de interesse geral. Mas, mesmo após se ter dissociado do povo romano, o exército continua a exercer uma acção preponderante na escolha do senhor do Estado. Parece que o poder do imperador só passa a usufruir de uma total plenitude legal quando o *princeps* pôde obter ao mesmo tempo a concordância do exército e a concordância do Senado. Mas a qual dos dois poderes cabe a iniciativa legal? Ninguém o sabe (10). A designação pelo Senado seria mais tranquilizadora, mas não é a mais legítima. Na realidade, é o exército quem designa o imperador, pois é ele quem detém a força. Por vezes, chegou a acontecer ter tomado a iniciativa de pedir ao Senado para ser este a escolher, mas um tal pedido ocultou sempre uma ordem ou uma armadilha.

Na época antiga da história de Roma, o exército é pouco numeroso, formando um só corpo: pode acontecer que venha a designar espontaneamente o homem de quem espera a salvação. Mas desde o século I antes da nossa era, desde o nascimento da instituição do exército permanente remunerado, já não há um exército, mas sim exércitos. O imperador é o chefe a quem obedecem e de quem esperam a vitória e o saque. Quando há só um chefe, um só imperador, o exército dispersa-se, passando as legiões (24, 30, 32, etc.) a acampar nas diversas fronteiras do Império, junto ao Reno, ao

Danúbio ou ao Eufrates. Este afastamento de Roma e da Itália começa por beneficiar a guarda imperial, inicialmente constituída por nove e mais tarde por dez das coortes pretorianas aquarteladas em Roma. Não obstante, a partir da segunda metade do século I é já patente a participação das legiões fronteiriças na eleição do imperador; e, desde os fins do século II, tal vem mesmo a ser de regra, já que o predomínio dos pretorianos fora quebrado por Séptimo Severo (193-211).

Os motivos de intervenção do exército, ou melhor, dos exércitos, não são dos mais altruístas: põem-se e depõem-se imperadores por dinheiro ou por razões de amor-próprio. As legiões chegam, por vezes, a apoiar um personagem militarmente incapaz quando este é rico (Didius Julianus). Mais tarde, cansam-se dele e acabam por o matar. E matam-no também no caso de o imperador ser demasiado rígido com a disciplina. Matam por capricho, matam por prazer, ou até mesmo, por vezes, por motivos já relativamente plausíveis, tal como no caso de o eleito se revelar incapaz de vencer os Bárbaros. Como é natural, estes exércitos lutam entre si, já que cada um deles pretende impor o eleito da sua escolha. No século III, estes exércitos já nem sequer precisam de ser excitados por ambiciosos. A sua agitação parece ser espontânea; repentinamente, de um dia para o outro, um dado exército decide dar o poder a pessoas que tremem de medo em aceitá-lo. No período de cerca de meio século posterior à morte de Alexandre Severo, ser eleito imperador é um trágico destino. Os eleitos (tais como Gordiano, Decius, Saturninus, Tetricus) aceitam o principado como quem aceita uma sentença de morte. A doença que não cessou de acometer o mundo romano durante os dois primeiros séculos do Império, e até mesmo após Marius e Sylla, vem a eclodir num acesso de febre convulsiva. Já não há povo romano. O Senado não passa de uma sombra; o representante da *Respublica*, o chefe do Estado, déspota todo-poderoso e temível, torna-se no escravo submisso de um monstro de cem cabeças, qual Calibão sem ideal, sem fé e sem lei: o exército dito «romano». E a história do Império passa a ser, e sê-lo-á para todo o sempre, apenas uma série ininterrupta de pronunciamentos militares.

O homem que atrasou em meio século a catástrofe, Séptimo Severo, pôs de lado toda a hipocrisia; não se prestou a comédias, tal como os seus predecessores. Consta que teria dado aos seus filhos, no seu leito de morte, na Bretanha, o seguinte conselho: «Enriqueçam a soldadesca e marimbem-se para o resto». Caracala veio a agir conformemente a este conselho cínico⁽¹¹⁾.

Não nos seria possível voltar a traçar aqui um esboço da história do período dito dos Trinta Tiranos. Eis apenas um quadro genérico do Império

na altura em que alguns soldados simples e rudes conseguiram por um travão à anarquia reinante.

A indisciplina dos exércitos coincide com um aumento de actividade dos Bárbaros junto às fronteiras do Reno e do Danúbio. Na Mesia, os Godos franqueiam o Danúbio. O imperador Decius é vencido e morto (Nov. de 251); e nem sequer foi possível encontrar o seu corpo. No Oriente, o perigo é ainda mais grave. A velha monarquia dos Partos, que por muito tempo fora funesta aos Gregos e aos Romanos, acabava de se desmoronar. Um novo Império persa veio a ser instituído por Arquedir em 226-227. Os Arsácidas tinham conservado algo do helenismo; em matéria de religião, eram indiferentes. Com o persa, vem a triunfar uma nova religião, o masdeísmo, a qual é sustentada e propagada por uma poderosa organização sacerdotal, a dos magos.

Os Persas são autênticos fanáticos. Nos países conquistados, deitam por terra todos os templos e impõem o masdeísmo: assim aconteceu na Arménia quando Sapor (Shapour) a subjugou. O parsismo é incompatível com a cultura greco-latina. São duas civilizações em confronto. O choque foi extremamente violento e desastroso para os Romanos. O imperador Valeriano foi feito prisioneiro (260) pelo rei dos Persas, Sapor, o qual lhe teria infligido tratamentos dos mais humilhantes, tal como servir-se do seu cativo como estribo para montar a cavalo. Um baixo-relevo gigantesco, o de Nakesh-i-Roustem, perto de Persépolis, mostra Valeriano de joelhos diante do rei persa, a cavalo. Segundo afirma a lenda, aquando da morte do cativo, a sua pele, depois de curtida, tingida de vermelho e empalhada, esteve durante vários séculos dependurada num templo persa⁽¹²⁾.

Galieno, filho e sucessor de Valeriano, foi incapaz de resgatar ou de libertar o pai. Tudo o que pôde fazer foi entregar o comando das forças militares, dando-lhe o título de *dux* e, mais tarde, de *imperator* (mas não de Augusto), a Septimius Odenath, o qual, de origem árabe, reinava como senhor todo-poderoso no oásis de Palmira, a meio caminho entre a Síria e o Eufrates. Odenath conseguiu vir a conter o inimigo com tropas sírias e árabes, equipadas à romana⁽¹³⁾.

Este Galieno, sob cujo reinado trinta tiranos – na realidade, dezoito competidores – vieram a dilacerar o Império, tem uma muito má reputação. Mas não nos devemos esquecer de que só o conhecemos através de um testemunho tardio e hostil, o do pretenso Trebonius Pollion. Sucede que foi sob o seu principado que rebentaram as revoltas que acabaram por vir a dividir o Império em vinte parcelas distintas. Como estas foram simultâneas, Galieno

só conseguiu conservar a Itália. A Panónia elegeu sucessivamente Ingenus, Regalianus, Aureolus; o Egipto, Macrianus, Aemilianus; a Grécia, Valens; a Tessália, Pison; a Isáuria, Trebollianus; a África, Celsus. Os Gállos obedeceram, durante cerca de vinte anos (257-274), a imperadores privados, tais como Posthumus, Victorinus, Tetricus.

Existem em tal facto indícios de um particularismo, senão nacional, pelo menos regional. Nenhum destes imperadores deseja realmente separar-se de Roma, constituir um Estado à parte. Não se trata de separatismo (excepto em Palmira, sob o reinado de Zenóbia). Todos ou quase todos combatem os Bárbaros, tal como no caso de Posthumus, o qual, tendo derrotado os Francos, manda cunhar moedas com a inscrição: *salus provinciarum*. Mas, se uma tal situação se tivesse mantido por longo tempo, o Império ter-se-ia fragmentado em seis, oito ou dez parcelas. À cabeça de cada província ou grupo de províncias teria reinado um imperador demasiado fraco para triunfar sobre os outros. Com o tempo, o particularismo provincial teria acabado por vir a engendrar as nacionalidades. A situação na segunda metade do século III teria vindo a ser a dos séculos V e VI. Só que, em vez dos reinos romano-germânicos dos Ostrogodos na Itália, dos Visigodos na Espanha, dos Francos e dos Burgúndios na Gália, ou dos Vândalos em África, teríamos tido Estados de cultura romana, facto que talvez tivesse tido o seu interesse, na condição de tais parcelas do Império terem estado à altura de resistir à pressão das forças bárbaras. O aumento de uma tal pressão, a partir do século III, é tão forte que as perdas da *Romania* em prol do germanismo ter-se-iam revelado ainda mais graves. Fosse como fosse, é a uma série de imperadores ilíricos que ficou a dever-se, em 274, a partir de Aureliano, o restabelecimento da unidade imperial⁽¹⁴⁾, a expulsão dos Bárbaros, o esmagamento do particularismo oriental, gaulês, etc., assim como a ruína definitiva do poder do Senado.

Infelizmente, este restabelecimento quase milagroso da unidade imperial em nada alterou o vício fundamental do Império. Pelo contrário, o frenesim febril do exército vem a exasperar-se. Os imperadores acabam todos por perecer às mãos dos seus próprios soldados. Galieno, o qual tinha, contudo, conseguido proteger a Itália contra os Alamanos, após ter derrubado diversos usurpadores e reconquistado a Panónia, vem a ser morto por ser tido como demasiado brando (268). Tácito, velho senador aceite pelo exército apenas por ser rico, é morto ao fim de seis meses sob a acusação de fraqueza: mas, na realidade, a verdade é que, como já não tem nada, visto ter distribuído toda a sua fortuna pelos soldados, estes optam por suprimi-lo (275). Homens dos mais notáveis, velhos soldados saídos das fileiras, tais como Aureliano e

Probus, vêm a ser assassinados pelos seus companheiros de armas a pretexto de serem demasiado exigentes com a disciplina. Por maiores que tenham sido os serviços prestados ao Estado, ou ao próprio exército, isso em nada conta. No dia seguinte, após o crime, é possível que os soldados lamentem a loucura cometida, mas tal não os impede de recomeçar na primeira ocasião.

É preciso descobrir qualquer coisa, seja o que for, desde que seja diferente.

II.

A restauração do mundo romano

1. *Diocleciano e a restauração do Império*

O grande mérito do novo eleito dos soldados, o dálmata Diocles, que veio a mudar o nome para *Diocletianus*, denotando ser de origem bastante humilde, consistiu em ter posto de lado toda a ficção⁽¹⁾. Desde há vários séculos que o «povo romano» não era mais do que um fantasma. Mas o Senado mantinha ainda uns restos do seu antigo prestígio. A ilusão de uma república romana por si dirigida viera a renascer no século III. Mas a história dos imperadores caros ao Senado, como Alexandre Severo, os Gordianos, ou Tácito, pusera a nu toda a impotência deste corpo decrépito. Diocleciano pô-lo deliberadamente de lado: mesmo em relação à elaboração das leis e dos regulamentos administrativos, este não mais voltou a ser consultado. Mas aonde buscar então um apoio?

No dia seguinte ao da sua vitória sobre Carino (284), Diocleciano compreendeu que, tal como vinha sucedendo aos seus predecessores desde há quase meio século, não lhe seria possível conservar só para si a totalidade do poder; sabia perfeitamente que doravante o Império já não poderia continuar a ser dirigido por um só senhor. A sabedoria recomendava-lhe, pois, que se adiantasse ao inevitável, associando-se a um companheiro e escolhendo-o de

modo a que mais tarde não corresse o risco de este se vir a tornar num seu rival e inimigo. Diocleciano optou por escolher um companheiro de armas, Maximiano, ao qual o uniam laços de amizade. Este, homem rude e sem instrução, possuía pelo menos os talentos militares que parecem ter faltado ao imperador, e respeitava em Diocleciano a superioridade intelectual: consentiu, assim, em ser a força ao serviço da inteligência. Os cognomes de *Iovius* e de *Herculius*, oficialmente adoptados pelos dois amigos, foram uma ostensiva manifestação da existência deste conceito. E a escolha foi feliz: Hércules nunca traiu Júpiter. Nomeado «César» e, mais tarde, pouco tempo decorrido (a partir de 286), «Augusto», Maximiano foi realmente o bravo direito de Diocleciano.

Mas mesmo esta medida foi insuficiente. Os ataques dos Persas na Ásia e dos Germanos na Europa, a par das constantes perturbações e revoltas na Bretanha, no Egipto e na Mauritânia, acabaram por exceder as forças dos dois «augustos». Em 293, Diocleciano deu mais um passo no sentido do desmembramento do poder. Ambos os imperadores passaram a ter um lugar-tenente, o qual recebeu o *imperium*, o poder tribunício, o diadema, logo, o exercício efectivo do poder, mas apenas o titulo de «César», facto que o mantinha numa posição de subordinação relativamente ao respectivo «Augusto». Diocleciano tomou por colaborador Galério, um dácio inculto, mas bom soldado; Maximiano um ilírico de origem distinta e de trato agradável, Constâncio Cloro. Cada um dos Césares proporcionava assim ao seu «Augusto» as qualidades que a este faltavam. Por outro lado, as alianças familiares vieram a estreitar os laços políticos: os dois Césares, já casados, tiveram de repudiar as respectivas mulheres a fim de desposarem, um deles, Galério, a filha de Diocleciano, e o outro, Constâncio, a enteada de Maximiano. Finalmente, estes genros tornaram-se artificialmente, por «adopção», nos filhos dos seus sogros. Diocleciano reservou para si o Oriente, encarregando Galério da vigilância das províncias danubianas; ao outro César couberam os domínios da Gália e da Bretanha. Se de facto houve partilha do poder, não chegou a haver desmembramento do Império: cada «Augusto» dispunha do direito de vistoriar todo o território confiado ao seu «César». A unidade de legislação e de administração subsistiu, teoricamente indivisa, entre os dois «Augustos», ainda que, na prática, tal tivesse sido atributo exclusivo do qual Diocleciano permaneceu sempre como a mola impulsora de toda a máquina.

A partir de 293, segundo consta, Diocleciano fixou a data limite no termo da qual, considerando ter cumprido a sua missão, renunciaria voluntaria-

mente ao poder. Para prevenir qualquer conflito futuro, exigiu de Maximiano, no templo de Júpiter Capitolino, o juramento de que abdicaria ao mesmo tempo que ele⁽²⁾.

Pela força das coisas, o «império» viera a tornar-se de uma magistratura num poder monárquico. E tentou-se rodeá-lo de um brilho, de um prestígio fictício.

De origem humilde, tal como todos os seus predecessores (depois de Galieno), Diocleciano julgou poder patentear uma tal transformação rodeando a pessoa do imperador com todo um cerimonial à moda oriental. Retomou o uso do diadema místico, símbolo de eternidade, que Aureliano fora buscar aos Sassânidas. Permitiu que o qualificassem de senhor (*dominus*), mas uma tal qualificação nunca foi oficial. Sob o seu principado, os cargos de cortesão continuam a ser reputados como inferiores aos cargos públicos. Foi apenas na segunda metade do século IV que os primeiros vieram a subir na hierarquia em detrimento dos segundos, medida que se ia obscurecendo a ideia de serviço público.

A organização do exército, centro nervoso do poder, foi certamente objecto de preocupações muito especiais da parte do imperador. Infelizmente, no respeitante a este período, a história do exército romano é das mais obscuras⁽³⁾. Eis aquilo que parece ser mais ou menos certo:

Os «pretorianos», tão perigosos um século antes, assistem a uma diminuição progressiva e contínua das suas prerrogativas. Já Séptimo Severo expulsara das suas coortes os itálicos, homens turbulentos e enfatuados, vaidosos da sua origem, para nelas dar lugar aos soldados mais distintos das legiões provinciais. Diocleciano reformula-as essencialmente à base dos seus compatriotas ilíricos, homens rudes e dedicados. Sob o seu sucessor Constantino, o próprio nome de pretoriano, mal afamado, vem a desaparecer. As «coortes urbanas», da responsabilidade do prefeito da cidade, são reduzidas a um número limite.

O chefe do pretório, o prefeito do pretório, que já foi comparado com o grão-vizir dos Estados muçulmanos, fora uma personagem temível nos séculos II e III: por mais de uma vez, mandara massacrar o imperador para tomar o seu lugar. O desdobramento da prefeitura irá diminuir a área geográfica do seu poder. Posteriormente, antes do termo do reinado de Constantino, o Império será dividido em quatro prefeituras. Mas a medida de principal eficácia consistirá em reduzir o prefeito do pretório a funções quase exclusivamente civis, confiando o comando efectivo a «senhores da milícia», transformação essa que será levada a cabo por Constantino. Um certo número de

legiões, deslocadas da província para a Itália e qualificadas de «palatinas», constituem uma segunda guarda, rival e contrapeso da primeira.

Uma importante medida, o fraccionamento da legião em seis destacamentos, tantos como o número de tribunos existentes, e provavelmente iniciado antes de Diocleciano, vem a ter continuidade sob o seu reinado. Cada um destes destacamentos tem vida autónoma, estando aquartelados, já não apenas nas fronteiras, mas também nas praças fortes em que, por volta dos anos 260-270, as cidades vieram a transformar-se.

A distinção entre «legiões» e «auxiliares» tende a esbater-se. A cavalaria, indispensável para lutar contra os Godos, os Persas, etc., vem a adquirir uma importância crescente, particularmente no seio da guarda imperial, a *Schola*.

No respeitante ao comando, Diocleciano prossegue igualmente uma prática anterior. Assim, já em 261 Galieno (m. 268) afastara a ordem senatorial do comando das legiões. Por inveja, por receio, sem dúvida, mas também por necessidade. Para os homens desta classe, o exército não era uma carreira, mas antes um estágio preparatório de futuras funções civis. Ora, este tipo de vagabundagem já não era compatível com as necessidades do século. Os seis filhos-família no comando de cada uma das legiões não passavam fatalmente de simples amadores; quanto aos jovens pertencentes à ordem, muitas vezes bem modesta, dos senados provinciais, os decuriões, careciam de experiência e prestígio. Deste modo, Diocleciano veio também a afastá-los do exército. Os tempos eram duros. Para lutar contra os Bárbaros e os Persas eram precisos profissionais. A decisão de atribuir o alto-comando a oficiais oriundos da ordem equestre ou, pior ainda, saídos das próprias fileiras, foi bem mais uma imperiosa necessidade do que um simples capricho de tirano. Após Galieno, todos os imperadores pertencem a esta última categoria: foram subindo lentamente, grau após grau, partindo do mais baixo, até alcançarem o trono imperial, que surge como sendo o termo normal de uma carreira militar.

A tendência mais corrente consiste em confiar os grandes comandos fronteiriços, ou até mesmo internos, a cortesãos que ao seu novo título de *duques* acrescentam a qualificação de *comes*, isto é, de amigo do príncipe. O *comitatus*, que durante longo tempo não passou de um simples elemento decorativo, virá, mais tarde, a tornar-se numa função.

Se é verdade que os homens de elevada e de média origem se encontram afastados do exército, facto que trará graves consequências, pelo menos sob o reinado de Diocleciano, também é verdade que o comando não parece ter sido entregue a bárbaros recentemente naturalizados, o que, pouco tempo volvido, vira a tornar-se num hábito.

Seria temerário pretender precisar qual o alcance das alterações introduzidas no armamento e na tática. Contudo, é inegável haver uma certa influência oriental, iraniana. Tendo de lutar contra cavaleiros, a infantaria passa a usar um armamento mais leve e maleável. O arqueiro, um asiático, adquire uma importância como até então nunca conhecera no mundo romano. Uma parte da cavalaria, bastante aumentada numericamente, passa a ser couraçada, revestindo-se de uma cota de malha da cabeça aos pés: o «cavaleiro» medieval surge, assim, a partir dos fins do século III. Quanto ao moral do exército, a única coisa realmente importante, parece ter voltado a ser, mais uma vez, bastante bom. O Império, não só não correu nenhum perigo sério, como também pareceu retomar uma maior unidade no estreitamento dos laços territoriais de dominação; os Bárbaros da Europa e da África foram contidos e a Pérsia recuou: viu-se obrigada a ceder cinco províncias no alto vale do Tigre e a permitir o restabelecimento do reino da Arménia sob o protectorado de Roma (297). Estes sucessos são indício de um restabelecimento social não negligenciável: «o exército, em muitos aspectos, resume em si a civilização de um povo», observou Victor Duruy⁽⁴⁾.

Depois da força, o exército, vem o seu alimento, o imposto. O imperador deu-o clara e energicamente a entender. Necessitava de dinheiro para aumentar o fausto imperial, talvez não tanto por gosto pessoal como por necessidade política, a fim de deslumbrar as populações. Atribui-se a este reinado uma célebre inovação fiscal, a avaliação da contribuição fundiária em *caput* ou *jugum*. Na sequência de cada operação cadastral (revista, em princípio, de quinze em quinze anos), as forças contributivas de cada circunscrição financeira são contadas relativamente a um número determinado de *caput*. Este *caput* ou *jugum* não é uma unidade real, geométrica, mas sim uma unidade fiscal, estabelecida mediante grosseiras aproximações: na Síria, cada *caput* é constituído por cinco *arpents* de vinhas (*Arpent*: antiga medida agrária francesa que valia 50 a 51 ares conforme as regiões), ou então por 20 *arpents* de boa terra de cultivo ou por quarenta de terras de média valia ou ainda por 60 de terras de qualidade inferior; pode ainda ser constituído por 225 pés de oliveiras em pleno rendimento ou por 450 de oliveiras de segunda categoria. Noutros lados, o *jugum* parece ser a «charruada» de terra, a quantidade necessária à subsistência de uma família de camponeses.

A repartição operava-se seguidamente por «cidades» e em cada cidade por domínios; cada proprietário devia um certo número de *caput* ou de fracções de *caput* consoante a importância da sua fortuna territorial.

Uma tal reforma patenteava inúmeras vantagens. Durante muito tempo, as províncias tinham pago o seu «tributo» ora em espécies amoeáveis, ora em géneros, ora de ambas as maneiras, em virtude de antigas convenções que, se eram vantajosas para determinadas parcelas do Império pouco sobrecarregadas, já eram bastante onerosas para outras. Doravante, cada circunscrição passou a pagar em função da sua riqueza fundiária; a própria Itália passou a estar também submetida ao imposto fundiário em géneros.

Sobretaxas e reduções de impostos passaram a ser facilitadas. O índice de cada *caput* parece ter sido de uma real estabilidade: o número de sete soldos de ouro, digamos vinte francos de 1913, valor intrínseco, como principal *caput*, parece ser de regra nos séculos IV e V. Os contribuintes das *civitates*, conhecendo o número dos *juga* do seu pequeno Estado e o número de impostos que este era regularmente obrigado a suportar, encontraram neste sistema certas garantias, ainda que relativas, ao mesmo tempo que o poder, podendo conhecer com bastante exactidão qual a vastidão dos seus recursos, estava, do mesmo modo, em melhores condições de estabelecer o seu orçamento⁽⁵⁾.

Como complemento às medidas fiscais, devemos assinalar uma tentativa no intuito de dar remédio à grande crise económica que assolava o mundo romano. Diocleciano veio a ser bem sucedido precisamente aonde Aureliano fracassara. Em 296, restabelece uma moeda forte. Volta a pôr em circulação o verdadeiro denário de prata, moldado à razão de 96 por libra e com 3,41g de peso, tal como no reinado de Nero, sob o nome de *argenteus minutulus* ou *argenteolus*; o *antoninianus*, depreciado em último grau, desaparece ou só continua a circular enquanto moeda de bilhão. A moeda de ouro, o *aureus*, foi moldada à razão de 60 por libra e passou, por consequência, a pesar 5,45g⁽⁶⁾. Em 301, no intuito de fazer baixar os preços, o imperador lembrou-se de criar uma moeda câmbio corrente em bronze argentado, o *denarius communis*, representando 1/50 000 da libra de ouro, e passando assim a libra de ouro de 327 gramas a valer 240 000 gramas de bronze⁽⁷⁾.

Neste mesmo ano, a fim de pôr cobro às desastrosas especulações originadas pelas perturbações monetárias, o imperador, num *Edictum de pretiis rerum venalium*, julgou possível fixar, não o preço dos géneros alimentícios, do vestuário, dos objectos de uso corrente, dos salários, das compensações, etc., mas sim o limite máximo a poder ser exigido. O édito parece ter de facto visado, muito em particular, a *Pars Orientis*. O insucesso foi total: os mercadores esconderam os seus produtos, os preços subiram e houve tumultos. O édito teve, mais tarde, de vir a ser revogado.

Não será decerto inútil assinalar que o número das províncias foi elevado para uma centena. As vantagens decorrentes de uma tal medida eram de dupla ordem: sendo menos alargadas – algumas delas desmesuradamente vastas – as províncias passaram a poder ser melhor administradas e o poder passou a não ter tanto a temer dos governadores, já que os seus recursos tinham sido, assim, razoavelmente diminuídos. De resto, houve uma tendência para exagerar as inovações de Diocleciano neste campo: ele só aumentou em catorze unidades o número de províncias, e doze delas no Oriente. Facto infinitamente mais importante, o Senado foi despojado da administração das províncias que, durante vários séculos, lhe tinham sido reservadas: todas passaram a estar doravante à disposição do imperador.

Por outro lado, surge um novo agrupamento, a *diocese*, englobando em si diversas províncias. À cabeça de cada uma delas (chegaram a haver doze) está um *vigário*, intermediário entre o *praeses*, governador da província, e o prefeito do pretório; com esta medida, a autoridade deste último vem a ser ainda mais circunscrita.

Na capital, Diocleciano prossegue muito mais na senda das transformações anteriormente iniciadas e inova muito menos. Desde o início do século III que os escravos libertos tinham sido afastados. Os funcionários administrativos, mesmo os subalternos, tinham sido militarizados; estes empregados, ditos *officiales*, possuem títulos que lembram os diversos graus do exército: centuriões, corniculários, optiões, etc. Tornam-se em ajudantes dos altos funcionários, tais como os *Caesariani*, que têm por missão executar as decisões dos agentes do fisco. O serviço de escritório é qualificado de «milícia».

O corpo que impulsiona toda a vida política e administrativa é o conselho do príncipe, o *Consistório*. Este vem, assim, a completar a lenta evolução que, em três séculos, transformou o círculo de amigos do príncipe num órgão de Estado, num «Conselho de Estado». O imperador exige dele um árduo trabalho.

A actividade legislativa de Diocleciano foi, com efeito, considerável. Nenhum outro imperador nos legou um tão grande número de rescritos ou de éditos: duzentos ao todo. A intenção que lhe preside é das mais louváveis. O príncipe procura reprimir as fraudes, proteger os fracos, o escravo, a mulher, o devedor, o homem livre pobre contra o rico, o colono contra o seu «dominus», o pai contra a ingratidão dos filhos.

A reforma do foro judicial prossegue e completa-se. No foro civil, a dupla instância, *in jure* perante o pretor, *in judicio* perante o jurado designado

pelo primeiro, vem a simplificar-se: é apenas ao magistrado, detentor do conhecimento de fundo, que compete decidir. É certo que o magistrado não passa de um funcionário, mas também a extrema complexidade do sistema antigo podia vir a acarretar inconvenientes. No foro criminal, a *cognitio extraordinaria* vem a substituir-se ao procedimento formalista: quem toma em mão o *inquisitio* é o magistrado e o acusador. O imperador é desfavorável ao emprego da tortura. Desconfia da polícia militarizada e licencia os «frumentários», espiões e agentes provocadores que infestam a capital e as províncias.

Mas não nos devemos deixar enganar pelas aparências. Esta abundante legislação, cheia de boas intenções, não tem, contudo, qualquer originalidade. O conselho, que fala em nome do príncipe, limita-se a repetir decisões já antigas. Quando Lactâncio, um seu malevolente contemporâneo, declara que neste reinado a ciência jurídica deixara de existir, não deixa de ter uma certa razão. Na opinião de um bom juiz⁽⁸⁾, e tendo em conta a simplicidade das questões relativamente às quais o imperador é consultado, parece já não haver advocacia forense, já não haver magistratura. A ignorância é tal que o príncipe vê-se constantemente obrigado a intervir para indicar quais as regras de direito que os governadores de províncias devem aplicar. Mas, pelo menos, deve reconhecer-se a este filho de escravos dálmatas o mérito de ter favorecido os estudos de Direito (nomeadamente em Beirute) e de ter sentido a necessidade da formação de um grande corpo, o Conselho do príncipe, onde viriam a concentrar-se os poucos conhecimentos jurídicos da época.

«E depois, deve dizer-se, em defesa dos magistrados desse tempo⁽⁹⁾, que a sua ignorância era, por vezes, desculpável e que a sua tarefa, nessa época, era bem mais difícil do que no passado. Tinham de aplicar leis romanas a povos que até então tinham usufruído de uma quase total autonomia. Já vimos que os predecessores de Diocleciano trabalharam no sentido da romanização do Império do ponto de vista legislativo. Muito estava ainda por fazer, e Diocleciano foi um dos que mais eficazmente contribuíram para generalizar o uso do direito romano. É certo que a unidade legislativa ainda não é uma realidade. Diocleciano permite que se invoquem os regulamentos municipais e os costumes locais, ainda que só em casos de menor importância... É sob o reinado de Diocleciano que começam a surgir as expressões *jus romanorum*, *leges romanae* em vez de *jus civile Romanorum*, *jus nostrum*, *jus gentium*. O direito romano conservara até então, em certa medida, um carácter de direito municipal. Criado para suprir as necessidades de uma cidade, não tinham sabido, pelo menos no respeitante aos actos que apresen-

tavam um carácter religioso, dar-lhe a necessária maleabilidade que permitisse torná-lo num *direito nacional*.

A bem dizer, a *Cidade* antiga era um cadinho bastante acanhado para nele refundir o mundo. Sem qualquer tipo de actividade, de ordem material ou espiritual, Roma tornara-se num obstáculo à expansão da *Romania*. Enquanto Aureliano a tinha feito rodear de uma nova muralha, bem mais espaçosa, como se visse nela o *palladium* do Império, como se lhe desejasse uma nova vida, Diocleciano abandonou-a deliberadamente e de seguida. A partir de 284, Roma cessa de ser realmente a capital do Império. É antes um santuário onde têm lugar certas cerimónias rituais, os *vicennalia*, os «triumfos» – e estes vão tornar-se extremamente raros; é um museu incomparável; é uma cidade morta. O imperador reside no Oriente, de preferência em Nicomédia, nos confins da Europa e da Ásia. O seu colega estabelece-se em Milão, para melhor poder vigiar os Bárbaros que ameaçam os Alpes. Os seus lugar-tenentes, os «Césares», acampam em Trêves e em Sírmio, espiando o ataque dos Germanos ou dos Iranianos europeus (Sármatas, Roxolanos, Iáziges). Doravante, o príncipe só em raras ocasiões virá a Roma e sempre por pouco tempo; sente-se aí deslocado, como um provinciano e, por outro lado, os assuntos do Império bem depressa dela o afastam. É flagrante o contraste entre a existência dos imperadores dos fins do século III e IV e a dos seus predecessores que nunca deixavam a «Cidade» e nela dissipavam a saúde, a razão e a vida em orgias estúpidas ou dementes.

Em resumo, a acção de Diocleciano, tanto quanto nos é possível julgar, dada a extrema escassez das fontes disponíveis, surge-nos como bem sucedida e de grande alcance. Conseguiu voltar a dar ao Império, se não a prosperidade, pelo menos uma sua imagem. E é Lactâncio, um cristão, seu inimigo, quem no-lo atesta. E o mesmo no caso dos monumentos: termas das mais famosas, o palácio de Salona (Split) na Dalmácia, basílicas, pórticos, e inúmeras construções civis e militares, em Roma, em Milão, em Antioquia, em Edessa⁽¹⁰⁾. Sem ser propriamente um letrado, o imperador favorece os estudos: cria a escola de Nicomécia, enquanto Constâncio Cloro reconstrói as escolas de Autun. As artes e as letras também tiveram, pois, a sua parte nesta restauração do mundo romano.

Vinte anos passaram após a morte de Carus, sendo os mais felizes que o mundo romano conheceu desde Séptimo Severo. Depois de ter ido a Roma celebrar os seus «vicennalia» e «triumfado» em companhia do seu colega (Novembro de 304), Diocleciano, julgou ser chegado o momento de dar lugar aos novos. A sua obra parecia-lhe já suficientemente sólida e sentia chegar a

velhice – estava perto dos sessenta anos – e os efeitos da doença. Abdicou solenemente perto de Nicomédia, diante do templo de Júpiter, a 1 de Maio de 305. No mesmo dia, no Ocidente, o Hercúlio, obrigado pelo seu juramento, renunciava, tremendo, ao manto púrpura. Sem dúvida que o sistema da *tetrarquia* virá a desagregar-se um dia após esta dupla cerimónia. Mas, na realidade, tal era mais um expediente do que um sistema propriamente dito.

E quanto a ser cura para os males de que o Império enfermava, isso, de modo algum. Já não era pouco ter sabido inventar um remédio de acaso que permitisse ao paciente retomar forças contra os futuros assaltos do destino.

2. *Diocleciano e o cristianismo*

O fim do reinado de Diocleciano vem a ser marcado por uma medida que deixou uma mancha indelével na memória do grande político: o retomar da perseguição contra os cristãos. Mas convém que nos detenhamos um pouco em tal facto.

Há já cerca de dois séculos e meio que o Império sofria de um mal interno, o cristianismo. O antagonismo entre o Estado romano e a Nova Lei, letargicamente adormecido durante intervalos mais ou menos longos, renascia periodicamente com inconcebível furor. O poder pretendia exterminar a seita; os cristãos não lhe opunham mais do que a força da inércia, mas uma tal força era invencível.

É necessário esforçarmo-nos por manter um certo distanciamento a fim de podermos compreender quais os motivos da violência deste antagonismo, ou até mesmo qual a sua razão de ser⁽¹¹⁾. A tolerância de Roma para com as religiões estrangeiras é um facto bem conhecido. A única religião que, a par do cristianismo, foi objecto de perseguições, o judaísmo, deve-o às imprudências e às fanáticas provocações dos seus adeptos. Mais ainda, após a destruição de Jerusalém, instalou-se um *modus vivendi* que deu aos judeus toda a liberdade de consciência e até mesmo de práticas, ainda que estas (tal como a circuncisão) fossem interditas aos restantes habitantes do Império.

É digno de nota assinalar que as perseguições são retomadas em momentos críticos da história do Império, tal como no caso dos trágicos reinados de Décio e de Valério, em alturas em que a opinião popular, inquieta, procura

uma causa para as desgraças públicas. Os cristãos, reputados como maus cidadãos, sendo inimigos dos deuses cujas iras desencadeiam, eram os «traidores» predestinados para servirem de bodes expiatórios.

Mas nada de semelhante consegue discernir-se no termo do principado de Diocleciano, o qual, pelo contrário, vem a findar num ambiente de prosperidade. O imperador só se decidiu a retomar as perseguições após longas hesitações que duraram vários anos (de 299 a 303). A razão que o terá levado a decidir-se por uma política de repressão permanece envolta em mistério. Houve quem se interrogasse sobre se tal não teria sido fruto dos lamentáveis incidentes ocorridos no seio do exército. Os cristãos eram tidos por pouco dotados para carreiras militares. Certas seitas, como por exemplo os montanistas, declaravam o serviço militar incompatível com o cristianismo. Mas o montanismo fora condenado e a Igreja «católica» não era tão pragmática. A pouco e pouco, o cristianismo conseguira mesmo insinuar-se no exército, onde já dispunha de adeptos. Será que houve quebras de disciplina, recusas de cumprir ordens para efectuar sacrifícios? É possível. Mas tal não passa de simples suposição.

Deve assinalar-se que, nessa época, Diocleciano estava sob a influência de Galério, cuja mãe era uma fervorosa pagã, e que transmitira ao filho o seu ódio pelo cristianismo. A verdade é que entre a Igreja cristã e o Estado, mesmo nos períodos de acalmia, nunca houve mais do que uma trégua tácita, precária, à mercê do menor incidente. O pretexto para a ruptura parece ter sido o incêndio do palácio de Nicomédia. Tratava-se da cidade favorita de Diocleciano: em alguns anos, transformara-a na mais bela cidade do Oriente depois de Antioquia e de Alexandria.

Assim, tanto a última perseguição como a primeira, ordenada por Nero, foram desencadeadas pela crença na mania incendiária dos cristãos.

Esta última perseguição foi a mais longa: durou, pelo menos, cerca de oito anos (303-311)⁽¹²⁾. A despeito da tradição, não é seguro que tenha sido das mais cruéis, pelo menos durante o reinado de Diocleciano. Atacou-se mais as coisas do que as pessoas. As igrejas foram fechadas ou destruídas e os livros santos queimados. O número de vítimas não parece ter sido muito elevado. Os magistrados revelaram-se de uma extrema complacência, fatigados e entediados, tal como era seu hábito neste tipo de assuntos.

O próprio Lactâncio, o adversário cristão de Diocleciano, ao escarnecer das suas precauções, das suas longas hesitações, da facilidade com que os romanos se contentavam com uma retratação simulada, dá-nos assim testemunho da relativa moderação da repressão.

Mesmo assim, é certo que os cristãos acusaram o golpe, sem que, contudo, nada permitisse pressagiar a sua longa resistência, e muito menos o seu triunfo final.

Foi precisamente no ano imediato ao início das perseguições que Diocleciano julgou chegado o momento de abdicar, considerando que a sua obra já fora levada a bom termo. No grandioso retiro que desde há muito mandara preparar nos confins do seu país natal, em Salona, nunca foi perturbado, disso podemos estar certos, por quaisquer escrúpulos relativos à legitimidade do seu édito, ou por quaisquer inquietações quanto à sua eficácia. A abolição do cristianismo representava o coroamento da sua obra de restauração do Império, há tanto tempo disperso, dilacerado, fragmentado: doravante não haveria mais do que um rebanho sob a autoridade de um pastor de varias cabeças.

3. *A sucessão de Diocleciano*

Será que Diocleciano chegara a regulamentar detalhadamente o sistema daquilo a que se chamou a *tetrarquia*? Talvez não, e de qualquer modo não importa. Este sistema tinha a sua lógica interna. Determinava que os «Césares» se sucedessem aos «Augustos» e tomassem por seu turno, outros «Césares» como adjuntos. Era da tradição que um dos «Augustos» tivesse uma espécie de preponderância sobre o outro. Galério seguiu, pois, as vias traçadas pelo seu antecessor ao designar os dois novos Césares, Severo e Maximiano Daia. É certo que eram assim afastados do trono os filhos de Maximiano e de Constâncio, Maxêncio e Constantino; mas também isso era conforme ao espírito da tetrarquia, em que a escolha do senhor e o parentesco fictício se sobrepõem aos pretensos direitos do sangue. Só que aqui veio a esbarrar-se na força das circunstâncias. Os príncipes desapossados rebelaram-se e a confusão recomeçou. Após sete anos de lutas, o poder veio a tombar, a Ocidente, nas mãos de Constantino, vencedor de Maxêncio na Pons Milvius, perto de Roma (28 de Outubro de 312). Mas foram ainda precisos mais doze anos para que o filho de Constâncio Cloro (falecido em 306) conseguisse tornar-se senhor de todo o Império. Inicialmente, tentou-se prolongar o sistema de Diocleciano. Constantino deu a sua irmã em casamento a Licinius, sucessor de Galério; vencedor do seu colega por várias vezes, decidiu poupá-lo e deixou-lhe o Oriente. Foi apenas em 323 que Constantino

se decidiu a assumir a sós o governo do Império e a suprimir o seu rival. A tetrarquia, tal como a diarquia, já não tinha futuro; o seu tempo passara. Quando chegar a altura de tomar as suas últimas disposições (337), Constantino dividirá o Império pelos seus filhos e pelos seus netos, tal como se de um património se tratasse. Ora, isso é já uma partilha à carolíngia ou à merovíngia, unicamente fundamentada nos direitos do sangue.

Restavam-lhe três filhos, todos sucessivamente proclamados Césares. O Império foi, assim, dividido em três partes. Constantino ficou com o Ocidente (Gália, Bretanha, Espanha) Constâncio com o Oriente, incluindo o Egipto, e Constante com a Itália, incluindo o Illyricum e a África. Mas os netos também não foram esquecidos. Um deles, Dalmácio, devia ficar no seu lote com a Trácia, a Macedónia e a Acaia, e um outro, Anibaliano, com uma parte da Arménia e do Ponto, recebendo o título oriental de «rei dos reis».

A unidade do Império foi restabelecida em proveito de Constâncio com a supressão dos sobrinhos, massacrados pelo exército (337), com a vitória de Constâncio sobre o seu irmão Constantino II em Aquileia, o qual foi morto (340), e com o assassinato do primeiro, do vencedor, vítima do «magister militum», Magnus Magnentius (350). Com efeito, a sucessão por filiação não pusera termo às revoltas dos generais e às suas tentativas de usurpação do Império. Contudo, deve reconhecer-se que a partir de Diocleciano passaram a ser mais raras e nunca foram bem sucedidas. Em 353, Constâncio, tendo derrotado e morto Magnêncio, fica senhor de todo o Império. Mas, a partir de 361, vê-se a braços com a revolta do seu primo Juliano (filho de Júlio Constâncio, irmão de Constantino o Grande), que nomeara César com a missão de defender a Gália contra os Bárbaros. Depois dos curtos reinados de Juliano (m. 26 de Junho de 363) e de Joviano (m. 17 de Fevereiro de 364), uma nova dinastia instala-se no trono, na pessoa de um soldado intrépido e cruel, Valentiniano. Mas no próprio dia da sua eleição pelo exército, reunido na planície de Dadastania, a 26 de Fevereiro de 364, os soldados, aclamando-o, exigiram que se associasse a um companheiro de armas. Valentiniano escolheu o seu irmão, Flavius Valens, e confiou-lhe o Oriente com a Península Balcânica. A efectiva separação do Império em dois grandes blocos tornara-se numa necessidade imperiosa⁽¹³⁾. Desde esta época, estas duas metades não mais voltaram a unir-se, salvo por um lapso de tempo perfeitamente insignificante, sob o reinado de Teodósio (três meses: fins de Setembro de 394 a Janeiro de 395).

III.

O Império Romano e a Igreja no século IV ⁽¹⁾

1. *Constantino e aquilo a que é chamado o Édito de Milão*

Vencedor de Maxêncio na Pons Milvius, Constantino escreve a Daia, um dia após a sua entrada em Roma (28 de Outubro de 312), a fim de lhe pedir que cesse as perseguições. Nas conferências que teve em Milão, em Fevereiro de 313, com o outro «Augusto», Licinius, convenceu-se de que não só a perseguição contra os cristãos iria cessar, como também de que todos os bens que lhes tinham sido confiscados lhes seriam restituídos. Estas decisões foram notificadas não sob a forma de um édito propriamente falando, mas sim de rescritos dos dois príncipes; apenas o rescrito de Licinius chegou até nós.

Quererá isto dizer que o cristianismo terá de imediato a sua batalha ganha, e isso apenas porque o imperador se converteu, tal como o sugerem os seus panegiristas cristãos, aquando do início da última e decisiva batalha contra Maxêncio?

Observemos, para já, que as medidas de tolerância não emanam apenas de Constantino. No mesmo ano (a 13 de Junho), Licinius fará o mesmo a Oriente, em Nicomédia, e Licinius não é nem nunca será cristão. Constantino e Licinius tinham sido precedidos nesta via por Galério, feroz inimigo do

cristianismo; a 30 de Abril de 311, este, estando gravemente doente, mandara afixar em Nicomédia uma declaração segundo a qual renunciava às perseguições: «Em troca da nossa indulgência, eles (os cristãos) deverão orar ao seu deus pela nossa salvação, pelo Estado e por si mesmos, a fim de que a república possa usufruir de uma total prosperidade e de que também eles possam viver em segurança em suas casas.» Um outro perseguidor, Maximino Daia seguiu-lhe o exemplo ao sentir-se ameaçado pelo destino (Maio-Junho de 313).

O famoso Édito de Milão não é, pois, uma inovação. E não é uma medida visando em particular os cristãos. Eis como começa: «Nós, tendo-nos reunido em Milão sob ditosos auspícios e tendo cuidadosamente buscado tudo aquilo que pudesse ser útil ao bem e à tranquilidade públicos, entre outras coisas que possam ser úteis à grande maioria dos homens, julgámos ser necessário regulamentar acima de tudo aquilo que respeita às honras devidas à Divindade a fim de podermos dar aos cristãos e a todos os outros a livre faculdade de seguirem a religião que escolherem. Que, conseqüentemente, possa a Divindade, na sua celeste morada, dar-nos testemunho da sua satisfação e mercê dos seus favores, tanto a nós como aos povos que vivem sob a nossa jurisdição.»

O Édito de Milão proclama, pois, a liberdade de culto, «momento único na história em que, finalmente, parece perecer essa religião de Estado [...] que se tornara num instrumento perfeitamente inútil e odioso. Mas tal não passou de um tímido relampejar de bom senso rasgando os céus da política: a partir do ano 325, a religião de Estado reaparecerá e consigo a sua inevitável companheira, a intolerância» (2).

O Édito não prova, portanto, de modo algum, que Constantino se tenha convertido ao cristianismo. Melhor, será que alguma vez foi cristão?

Houve quem o negasse. À margem da apologética cristã, os historiadores (3) concordaram em ver no fundador do Império cristão um político avisado, e, no fundo, céptico em religião, podendo ser, no máximo, deísta. Eles sistematizam todos os aspectos que permitem demonstrar que, até à sua vitória final sobre Licinius, Constantino sempre se manteve a meio caminho entre o paganismo e o cristianismo. Aos símbolos cristãos invocados pela apologética cristã, opõem outros tipicamente pagãos.

Se é verdade que as moedas, a partir de certa data, passam a apresentar o monograma cristão, também é verdade que pode ler-se no inverso *Soli invicto comiti*, invocação ao deus-sol, deus dos imperadores e do exército desde Cláudio II e Aureliano (filho de um sacerdote do Sol), e que também chegou

a ser o deus do próprio Constantino na sua juventude. Se é verdade que o imperador concede determinados privilégios às igrejas cristãs, o facto é que o mesmo sucede em relação aos templos. E nunca renunciou ao seu título, perfeitamente pagão, de *pontifex maximus*. Quanto às funções públicas, tanto as confia aos pagãos como aos cristãos. Na Corte, rodeia-se de toda uma série de filósofos e de retóricos, todos pagãos, naturalmente. Mas encerrou os templos, dir-se-á; não mais do que dois ou três, como o de Esculápio em Egeia e o de Afrodite em Heliópolis: e isso porque se tinham tornado em locais mal afamados. Proíbe os sacrifícios, mesmo dentro das casas; mas isso apenas porque pretende que tudo tenha lugar às claras, sob o seu total controlo. E mesmo depois de 324, altura em que se converteu ao cristianismo, «tanto quanto tal lhe era possível», mantém sempre uma certa benevolência para com o paganismo. Em suma, protege o cristianismo e veio a tornar-se cristão já no fim da vida apenas porque sentiu nessa religião uma «força que não quis deixar à margem da sua acção de governo». Deu-se conta do poder do episcopado, já plenamente constituído: compreendeu que incomparáveis funcionários não poderia ter ao seu serviço se soubesse chamar a si os bispos. Constantino é uma espécie de Bonaparte assinando a Concordata para reconciliar a Igreja com a Revolução e tornar os bispos em prefeitos mais submissos. «Soberano pontífice, pagão de direito, tornar-se-á facilmente no autêntico chefe da cristandade e reinará, assim, tanto sobre as almas como sobre os corpos» (4).

Estas interpretações do pensamento de Constantino são engenhosas, verosímeis. Mas podem igualmente constituir um erro total. Nós temos a mania de atribuir aos grandes personagens do passado profundas maquinações políticas das quais eles talvez nunca se tenham sequer apercebido (5). Esquecemo-nos de que podem não ter passado de sonhadores (6), e que, nesse caso, os móbeis a que obedeceram são de ordem tão específica que toda e qualquer reconstituição psicológica baseada no sentido político da sua acção é necessariamente ruínosa. Em primeiro lugar, conceber Constantino como um céptico desiludido é mais do que arbitrário. Não havia livres-pensadores nesse tempo. Todos os homens, desde as classes mais miseráveis, desde a escória, às classes mais ricas, ao topo da sociedade, são religiosos, ou, pelo menos, supersticiosos, ate mesmo Diocleciano, até mesmo Marco Aurélio. Constantino pagão seria necessariamente religioso, Constantino cristão foi-o seguramente. Vimo-lo atormentado pelos problemas de qual a natureza íntima de Cristo e das suas relações com o Pai. Esforça-se por dar à Igreja a sua unidade. Sendo indiferente, teria assistido impávido e sereno às recípro-

cas excomunhões entre os partidários de Atanásio e de Arius, assim como às lutas que ergueram igreja contra igreja, limitando-se a manter a ordem pública e a impedir os discípulos de Jesus de se matarem mutuamente. Sem dúvida que teria feito melhor em tomar uma atitude. Mas não, interveio, e se interveio é porque acreditava na verdade, no absoluto. Na sua adesão ao cristianismo há seguramente uma parcela de sinceridade e essa parcela deve ter sido grande.

Pretender que Constantino aderiu ao cristianismo por questões políticas, equivale a crer que teria interesse em fazê-lo. Mas qual interesse?

Um soberano como Henrique IV, totalmente incapaz de levar os seus súbditos a aderirem à sua fé, pois estes, na sua grande maioria, professam uma doutrina diferente da dele, pode julgar necessário abandonar os seus sentimentos pessoais para realizar a unidade da crença, considerada como indispensável ao bom funcionamento da sociedade. Nesse caso, Constantino, mesmo se tivesse sido um cristão convicto, dever-se-ia ter feito pagão. Apesar da sua prodigiosa força de propagação durante os seus três primeiros séculos de existência, o cristianismo estava longe de ter conquistado a grande maioria dos habitantes do mundo romano. As únicas regiões onde, nos inícios do século IV, poderia englobar cerca de metade da população são a Ásia Menor, uma parte da Trácia, Chipre e Edessa. Exercia ainda uma notável influência nas classes dirigentes em Antioquia, na Cele-Síria ou Síria Maior, em Alexandria (incluindo o Egipto e a Tebaida), em Roma, aonde havia cerca de 30 000 (?) cristãos, ou seja, um décimo da população, na Baixa-Itália e em algumas partes da Alta-Itália, na África proconsular e na Numídia, e ainda em algumas parcelas da Tessália, da Macedónia e das costas meridionais da Gália. Estava muito pouco espalhado na Palestina, aonde o judaísmo voltara a impôr-se, na Fenícia, na Arábia (romana), no interior da Acaia, da Macedónia, de Tessália, do Épiro, da Dardânia, da Dalmácia, da Mésia, da Panónia, na Itália do Norte, na Mauritânia e na Tripolitânia. E era quase inexistente nas costas do mar Negro, na parte ocidental da Alta-Itália, na Gália central e setentrional, na Bélgica, na Germânia, na Rétia e na Bretanha.

Assim, os países onde nasceu Constantino, e onde o seu próprio pai reinou até 312, incluem-se entre os menos cristãos do Império. É paradoxal que o Imperador Constantino, um ocidental, tenha imposto uma religião que só viera a difundir-se na *pars Orientis* do Império.

Se algum imperador houve que tivesse tido interesse em abraçar o cristianismo, tal foi o caso de Galério e de Maximino Daia, os quais, pelo contrário, foram os seus piores inimigos. Mas, para o soberano reinante no

Ocidente, aliar-se ao cristianismo representava um perfeito absurdo político. Mais, era mesmo perigoso, já que o exército, a única força real do Estado, era todo ele pagão, sendo principalmente dedicado ao culto do Sol, e sê-lo-á ainda por muito tempo.

Visto termos constatado que Constantino tinha tudo a perder e, aparentemente, nada a ganhar em abraçar o cristianismo, só nos resta uma conclusão possível: a de que cedeu a um impulso súbito, de ordem patológica ou divina, à escolha⁽⁷⁾. Jogou a sua sorte ao apostar no Deus dos cristãos. Os espíritos sentiam-se perturbados pelo trágico destino de todos aqueles que tinham perseguido os cristãos. O próprio Galério, o seu mais feroz adversário, acabava de reconhecer-se culpado e implorara às suas vítimas para que rezassem por ele. Em Roma, Maxêncio, que dispunha de um exército bem mais numeroso, fizera encantações a todas as potências divinas ou infernais do mundo pagão, conhecidas e desconhecidas, inflamando as imaginações com as suas práticas mágicas. A Constantino, só lhe restava tentar a sorte apelando para o novo deus, o Deus dos cristãos. A sua conversão foi o acto de um supersticioso.

Mas ter-se-á realmente convertido? Eis-nos de volta à questão atrás levantada. Se se entender por conversão uma reformulação moral interna, a resposta será, sem dúvida, negativa. Mas não se trata disso. Trata-se, sim, de saber se o imperador, após a sua vitória sobre Maxêncio, deu mostras aparentes, oficiais, da sua adesão à nova fé.

Tais mostras são inegáveis.

No momento de iniciar a batalha contra o seu rival Maxêncio, Constantino não se contentou com uma oração mental ao Deus dos cristãos, pois mandou gravar o símbolo $\Upsilon\eta\varsigma\omicron\upsilon\varsigma\ \chi\rho\iota\varsigma\tau\omicron\varsigma$ no escudo dos seus soldados. Mas servir-se de um tal talismã equivalia a aceitar um comprometimento irrevogável para com a divindade concessora da vitória. Depois disso, era impossível voltar atrás sem atrair as iras celestes. Um dia após a sua vitória, quando Constantino deu entrada em Roma, a 29 de Outubro de 312, aceitou que o Senado, todo ele pagão, lhe oferecesse uma estátua, imagem da sua divindade, mas mandou que lhe colocassem uma cruz na mão. O estandarte imperial, o *labarum*, e o antigo *vexillum*, isto é, um pendão fixado numa haste encimada por um galhardete; mas neste galhardete é introduzido o monograma que transforma o estandarte num símbolo cristão. O *labarum*, data, não do ano de 312, tal como o pretendeu o próprio Constantino, na sequência de uma confusão de memória, mas sim do ano de 317; no dia 1 de Março, em Sárdica, elevava à categoria de Césares os filhos que já tivera: Crispus, de Minervina, e Constantino II, de Fausta. Os retratos dos dois jovens príncipes

passam a figurar no pendão. Tal equivale a manifestar de um modo inequívoco a adesão do senhor e dos seus filhos ao cristianismo.

O estudo da numismática constantiniana é dos mais esclarecedores⁽⁸⁾. Em 314, o imperador manda emitir moedas comemorativas de Claudio II, de Constâncio Cloro e de Maximiano Hercúlio (de quem se apresenta como herdeiro). Nestas medalhas não permite qualquer representação de nenhum rito relacionado com a consagração pagã dos *divi*. Maxêncio, que alimentara as mesmas pretensões à sucessão, agiu diferentemente. Nesse mesmo ano, a oficina de Tarragona inscreve a cruz como marca monetária. Mas há mais: numa série monetária cunhada em *Scissia* (Sisak, no confluente do Savo e do Kupa), oficina da Panónia superior, de 317 a 320, podem ver-se dois monogramas cristãos gravados no elmo do imperador. Ora, isso é a mostra indiscutível de uma pública profissão de fé no cristianismo. Com efeito, se, quanto ao reverso, a escolha das imagens, legendas e símbolos é deixada ao critério do artesão do ofício, já no respeitante à face, em contrapartida, a representação do imperador tem carácter oficial, sagrado: introduzir uma modificação, mesmo ligeira, nos emblemas, sem-conhecimento do senhor, exporia quem tal praticasse ao castigo aplicado aos crimes de lesa-majestade. O emblema monetário aqui usado inspirou-se provavelmente nos símbolos pintados nos escudos em Outubro de 312; o segundo desses monogramas é, com efeito, desconhecido antes do reinado de Constantino.

Uma vez convertido ao cristianismo, numa adesão plena e integral, Constantino pôde, por prudência, mostrar-se benevolente para com o paganismo. Mas isso foi de curta duração. Era quase impossível que uma natureza tão despótica, dispondo de um poder onnipotente, não viesse a pretender impôr a sua fé. A tolerância – que durou cerca de dez anos – muito em breve se tornou precária para os não-cristãos. A imparcialidade oficial do imperador não passou de hipocrisia. Mesmo durante este período (313-323), os cristãos foram constantemente favorecidos:

Proibição dos judeus, sob pena de morte pelo fogo, de lapidarem os seus correligionários que se convertessem ao cristianismo. Interdição às municipalidades pagãs de obrigarem os cristãos a celebrar os sacrifícios; dispensa dos *numera* para os clérigos. Permissão para a igreja alforriar escravos. Permissão de se fazer testamento em favor da Igreja. Repouso obrigatório ao domingo⁽⁹⁾. Abolição das penas decretadas contra o celibato. Concessão temporária do poder de jurisdição civil aos bispos⁽¹⁰⁾.

Mas é sobretudo após a sua vitória final sobre Licinius, em 324⁽¹¹⁾, que Constantino dá largas ao seu zelo religioso. O deus dos cristãos, que voltou a

favorecê-lo, entregando-lhe a posse total do Império, é realmente o verdadeiro Deus. O *labarum* passa a ser gravado nas moedas. Além disso, nas efígies moldadas nessa data, o imperador e as suas figuras surgem-nos sempre numa atitude de oração, de olhos postos no céu⁽¹²⁾. Em contrapartida, proíbe que as suas imagens sejam mantidas nos templos pagãos. No Oriente, faz-se intitular Νίητης Κωνσταντίνος e já não Ανίχητος (*invictus*), termo que lembra demasiado o *Sol invictus*, deus da sua família e da sua mocidade. Preside à edificação de igrejas no Oriente, em Antioquia, em Nicomédia e na Terra Santa (em 325, reconstrução da célebre basílica de Jerusalém).

Por outro lado, intervém constantemente nos assuntos da Igreja. Relativamente à querela entre católicos e donatistas em África, e logo no dia seguinte à sua vitória sobre Maxêncio, reúne o concílio de Niceia (25 de Julho de 325) cuja convocação coincide com os seus *vicennalia*. Apenas vinte anos separam esta cerimónia da do triunfo de Diocleciano em Roma, mas como é grande o abismo entre estas duas datas!

E também faz propaganda. Convida os seus súbditos a converterem-se ao cristianismo; distribui, a título de oferta, medalhas de ouro e de prata com inscrições cristãs. Chegará mesmo a escrever ao seu rival persa, Sapor, a fim de lhe pedir para proteger os cristãos e tentar convencê-lo a tornar-se ele próprio cristão.

Torna-se agressivo. Condena o culto de Apolo, cujo oráculo viera a desencadear a perseguição de Diocleciano. Em 326, aquando da repetição em Roma da cerimónia dos seus *vicennalia*, censura os soldados por fazerem sacrifícios a Júpiter Capitolino e se deixarem conspirar pelo Senado e pelo povo romano, que, na sua grande maioria, permaneceram pagãos. Proíbe (depois de 330) os funcionários de fazerem sacrifícios aos deuses nas cerimónias oficiais; de um modo geral, devem abster-se de qualquer participação pública nos cultos pagãos. Desde há já vários anos que os sacrifícios domésticos eram proibidos⁽¹³⁾; nas obras de restauração dos edifícios públicos, os templos são excluídos.

É certo que manteve até ao fim o título de *pontifex maximus*; mas dispensou-se de desempenhar as funções que lhe eram inerentes, delegando-as num *promagister*. Os cristãos compreendiam as enormes vantagens existentes para si em que o senhor se mantivesse no centro do paganismo para mais seguramente o poder abafar.

É certo que só recebeu o baptismo no seu leito de morte (22 de Maio de 337). Mas no século IV isso não era nada de extraordinário, longe disso, pois

era usual só o pedir ao atingir-se a idade adulta. Conferido in *extremis*, o baptismo era tido como assegurando a salvação eterna⁽¹⁴⁾.

Mas a demonstração mais flagrante, a demonstração mais clara dos sentimentos do imperador foi a fundação de Constantinopla.

A fundação de Constantinopla é, a todos os níveis, um acontecimento histórico muitíssimo importante. Teve por resultado deslocar o centro axial do mundo romano e substituir, num curto período limite, a cultura latina pela cultura helénica no Oriente. Mas porque criar uma concorrente de Roma? Porquê uma segunda Roma?

Seria perfeitamente inútil procurarmos descobrir motivos pessoais para este acto.

Pretender que as lembranças da Roma republicana poderiam ter ofuscado o imperador não passa de vã quimera. Em Roma, o Senado já não tinha força. A população, trocista e insolente, podia ser de desagradável contacto, no circo, por exemplo, mas esta plebe era demasiado miserável para poder ser de temer. As estadas em Roma eram, pelo contrário, bastante agradáveis. Os seus palácios, as suas termas, os seus circos e teatros, os seus grandes e belos jardins tornavam-na na mais bela cidade do mundo. E será preciso ainda muito tempo para que Constantinopla possa suplantat Roma ou até mesmo, pura e simplesmente, para que possa igualá-la nos prazeres oferecidos.

Por razões de ordem militar? Mas quais? Em 324, já os Godos tinham cessado de ser uma ameaça, assim como a Pérsia, dilacerada por lutas intestinas. O perigo residia junto ao Danúbio, junto ao Reno, sobretudo. O lugar de um chefe de guerra como Constantino era, pois, no Ocidente.

As províncias do Oriente seriam mais ricas do que as do Ocidente? Nessa altura, isso já não é seguro. Os Godos, no século III, tinham passado por tantas privações na península dos Balcãs e na Ásia Menor como os Francos e os Alamanos na Gália e na Itália. E depois, isso que importa a um grande chefe político? Ele vai para onde a sua presença é necessária.

Quanto a afirmar que Constantino pudesse ter previsto as imensas consequências da sua obra, tal equivale a admitir que the fora dado dispor de um poder de adivinhação tão penetrante como nunca houve homem algum que se lhe pudesse igualar. E se, de facto, tivesse disposto desse poder visionário, ter-se-ia dado conta de coisas tão estranhas, e de tal modo avessas a tudo aquilo que poderia desejar, que teria certamente renunciado a uma tal empresa.

A fundação de Constantinopla é um enigma político.

De facto, tal não representa o término de qualquer evolução. Se, na realidade, a partir do ano 284, Roma cessa de ser a capital do Império, e se é verdade que os espíritos se habituaram a dissociar Roma da residência habitual do imperador, tal facto é imposto pela força das circunstâncias, sem que tenha havido qualquer intenção premeditada de que assim fosse. Nunca a ideia de «descapitalizar» Roma assomou ao espírito de qualquer imperador. Nem mesmo o sírio Elagabal, apesar de louco rematado, alguma vez se lembrou de mudar a capital para o Oriente. Até o ilírico Aureliano, que, contudo, não tinha quaisquer motivos para se sentir satisfeito com o povo ou com o Senado (revolta dos «monetários»), vem a alargar a superfície de Roma, rodeando-a de sólidas muralhas.

Não se pode realmente atribuir a Diocleciano a intenção de «descapitalizar» Roma. Se é verdade que reside no Oriente, e de preferência em Nicomédia, tal é devido a que, sendo mais político do que guerreiro, opta por colocar nas frentes de batalha, a Ocidente, o seu braço direito, o «Hercúlio». E se é verdade que este e o seu César estão mais frequentemente em Milão, na Aquileia ou em Trêves do que em Roma, tal é apenas consequência de uma imperiosa necessidade e não de um propósito deliberado.

De facto, a ideia de criar uma rival de Roma pertence exclusivamente a Constantino. A fundação de Constantinopla foi consequência de uma decisão fulminante⁽¹⁵⁾. A 18 de Setembro de 324, quando tem início a última batalha contra Licinius (não longe da Calcedónia), Constantino não pode estar certo de não ser repellido a Ocidente. A 8 de Novembro, foi já decidida a criação da nova capital. Ora, o que se terá passado neste curto intervalo de tempo no espírito de Constantino? A esse respeito, temos de nos limitar a umas quantas conjecturas. Aquilo que se torna patente na narração de Eusébio é o facto de o imperador, na altura de iniciar a batalha decisiva contra o seu rival, se encontrar num estado de espírito bastante semelhante ao do dia 28 de Outubro de 312. Licinius, a despeito de ter publicado um édito de tolerância, não evoluíra nesse sentido e não era de modo algum cristão. Longe disso, pois passava o tempo a consultar magos.

Constantino, encerrado numa espécie de tabernáculo onde instalara a cruz, não cessava de rezar; «tal como Moisés», conferenciava com Deus. Vencedor numa batalha em que o seu rival voltou a cair-lhe nas mãos, Constantino devia ao Deus das vitórias uma prova inequívoca do seu reconhecimento. E deu-a, ao deslocar a sua capital para fora dessa Roma empesada de um incurável paganismo, para uma nova cidade totalmente cristã. A escolha de Bizâncio veio-lhe certamente à lembrança no decurso dos

combates travados à sombra da velha cidade onde, algumas semanas antes, mantinha Licinius sob forte pressão. As suas vantagens estratégicas devem tê-lo impressionado. Mas, sem ter passado por uma intensa crise psicológica, como lhe seria possível ter-se lembrado de transferir para o Oriente a capital do Império, precisamente na altura em que o desaparecimento do seu émulo devolvia a unidade ao mundo romano? Tudo aquilo que os modernos afirmam acerca da superior vitalidade do Oriente relativamente ao Ocidente é, nesta data, meramente hipotético, tendo sido inventado apenas para servir as necessidades da causa.

Uma vez tomada uma tal decisão, a obra avançou com excepcional rapidez. A antiga cidade de Bizâncio desempenhara até então um papel extremamente secundário, a despeito da teoria que atribui a uma boa situação geográfica um valor pretensamente decisivo. Constantino só lhe permitiu subsistir enquanto núcleo básico da nova capital⁽¹⁶⁾. A nova muralha ia quadruplicar ou quintuplicar a sua superfície. Começada em Novembro de 324, veio a receber o nome de *Constantinopolis*, pelo menos a partir de 326. A inauguração teve lugar a 11 de Maio de 330.

Os templos pagãos, audaciosamente pilhados (deles foram retiradas as portas de bronze, os tectos dourados, as estátuas), serviram para ornamentar a nova Roma. A administração, que permaneceu pagã, mandou erguer a estátua de Tychê (a Fortuna), mas, assim que o imperador lá se instalou, este não permitiu qualquer outra manifestação de paganismo na velha cidade. Constantino sempre se sentiu tão bem na sua capital que, salvo raras ocasiões, não mais a abandonou até à morte (22 de Maio de 337).

Constantinopla nasceu do capricho de um déspota preso de uma intensa exaltação religiosa. E, no entanto, poucos actos políticos houve que, apesar do seu cuidadoso planeamento, tenham tido consequências tão importantes e duradouras. Durante muitos e muitos séculos, o destino de um grande Estado esteve dependente desta cidade. Por inúmeras vezes, foi a Constantinopla que ficou a dever-se a reunificação do Império. A cultura helénica, tanto antiga como medieval, só se salvou da destruição total porque veio a encontrar no Bósforo um asilo inexpugnável. Ora, nada disto teria acontecido se não fosse a decisão de Constantino. Mas será que era isso que ele pretendia? Não nos parece.

A nova Roma, segundo pensara, deveria ser integralmente romana. Assim, transferiu para lá uma parte do Senado e mandou construir palácios para as velhas famílias que aí soube atrair⁽¹⁷⁾. Todas as leis passaram a ser romanas. A língua da Corte, a língua dos funcionários, seria o latim.

A nova Roma deveria ser o instrumento do triunfo da Fé, a capital do cristianismo.

Mas eis o que se passou.

Constantinopla voltou a tornar-se numa cidade grega. Dois séculos após a sua fundação, os descendentes dos romanos que se tinham mudado para a *pars Orientis* tinham já esquecido a língua paterna, nada conheciam da literatura latina e consideravam a Itália e o Ocidente como uma região meio-bárbara. Ao mudarem de língua tinham também mudado de maneira de sentir. Constantino julgou poder regenerar o Império romano. Mas, sem que alguma vez de tal tenha suscitado, veio a fundar o Império tão justamente apelidado de «bizantino». Os incomparáveis serviços prestados ao helenismo tiveram, em contrapartida, uma importância desastrosa para a latinidade. Tendo Roma sido «descapitalizada», o Ocidente foi negligenciado e a *pars Orientis*, para salvar a pele, não hesitará sequer em desviar os ataques dos Germanos e dos Hunos para o Ocidente latino, que estes acabarão por transformar num montão de ruínas. Ora, não era decerto isto que Constantino tinha previsto, ele, um latino, que quase não sabia grego!

Mercê de uma reviravolta imprevista, Roma cessa de ser o bastião do paganismo para se tornar no quartel-general do cristianismo. O bispo, tornado de um impulso irresistível, aumenta dia a dia de importância e ei-lo que, no Ocidente, toma o lugar do imperador quando o trono vem a ficar vazio. E entre a nova e a antiga Roma estabelece-se, assim, um conflito de autoridade religiosa, que, inicialmente latente, vem, mais tarde, a agudizar-se, acabando numa ruptura radical. Constantinopla corta todos os laços com Roma e é o cisma. Ora, não era decerto isto que Constantino gostaria de ter visto, ele, um apaixonado pela unidade da fé!

A despeito das aparências, Constantino veio, pois, a fracassar nos seus intentos⁽¹⁸⁾. Mas será que os grandes homens conseguem sempre exactamente aquilo que pretendem? E talvez seja melhor que se revelem impotentes em dominar as forças latentes a que deram vida e que espalharam pelo mundo sem saberem lá muito bem porquê.

A conversão de Constantino é o facto mais importante da história do mundo mediterrânico desde o estabelecimento da hegemonia romana até ao domínio do Islão. É a ele que ficou a dever-se o triunfo do cristianismo, o qual, ao alterar profundamente a psicologia dos homens, veio a cavar um profundo abismo entre nós e a Antiguidade. Desde a adopção do cristianismo que vivemos num outro plano.

Constantino fê-lo triunfar porque possuía uma natureza violenta, auto-convencida e despótica, e também, sobretudo, porque pôde pôr ao serviço da

sua política religiosa as fantásticas forças que o Estado romano confiava ao seu chefe.

Façamos agora o saldo daquilo que o Estado e a Igreja ganharam ou perderam com o seu casamento.

2. *Consequências para o Estado*

Numa primeira abordagem, é um tanto difícil encontrar quaisquer vantagens.

É certo que o Estado lucrou em ter desarmado a hostilidade de uma parte dos súbditos do Império. Mas, no seu conjunto, essa parte era uma minoria, e uma minoria submissa. Nunca as perseguições vieram a provocar quaisquer revoltas, ou até mesmo simples tumultos realmente sérios. Vergar a cerviz sob a autoridade imperial era de regra entre os cristãos. A partir do século II, no tempo de Marco Aurélio, o episcopado nascente empreende as suas primeiras diligências junto do poder⁽¹⁹⁾. A hostilidade declarada de tal gente era pouco temível. Mas a sua oposição passiva talvez já o fosse mais. O cristão era, por natureza, um mau cidadão; recusava interessar-se pelos assuntos terrenos. O cristão era também um péssimo soldado, quando não mesmo um refractário ao serviço.

A atitude dos cristãos para com o mundo viria, é certo, a modificar-se a partir do momento em que o Estado abraçou o cristianismo; mas sem dúvida que não foi de um dia para o outro que os mais distintos dentre os cristãos consentiram em dar o melhor de si mesmos à vida política e administrativa do Estado romano. Durante longo tempo ainda, «a sociedade civil não teve mais do que o refugio das almas»⁽²⁰⁾. E foi para chamar a si estes súbditos medíocres e moles que o Estado romano começou por ignorar e depois por perseguir as inúmeras seitas pagãs!

Acabámos de afirmar que, nos seus últimos anos de vida, Constantino renunciara à tolerância e começara a acentuar a sua atitude hostil para com o paganismo. Os seus filhos vêm a imitá-lo. Constâncio renova a interdição dos sacrifícios; quanto aos templos, só são poupados os que se situam fora das cidades.

A reacção pagã de Juliano não passou de um mero clarão, rapidamente extinto. Nos fins do século, a perseguição recomeça. Teodósio renova (380) a interdição de sacrificar vítimas animais; quanto ao incenso, ainda o tolera.

Em 392, proíbe todas as práticas, sejam elas quais forem. Por outro lado, bispos e monges incitam o povo a destruir os templos e a autoridade finge nada ver. Graciano (por volta de 382) confisca os rendimentos dos templos e dos sacerdotes. Os últimos templos virão a ser encerrados por Justiniano.

Como é natural, todos os favores do senhor vão para aqueles que aderem ao cristianismo – que se tornam cristãos em conformidade com as opiniões teológicas do imperador. Os pagãos são tolerados no exército, inclusive no seu comando quando tal é tido como indispensável. Honorius teve ainda o cuidado de afastar do serviço interno do palácio os soldados não católicos.

Todas estas medidas extremamente violentas, os insultos aos deuses do Estado, a deserção do Capitólio, a supressão do altar da Vitória, ornamentando até então a sala das sessões do Senado, exasperaram ou consternaram todas as classes da população, desde as mais importantes – a classe senatorial – às mais humildes. As polémicas entre pagãos e cristãos (fins do século IV e no decurso de todo o século V) demonstram que estas medidas vieram a abalar a confiança de uma parte importante da população na solidez e no futuro do Estado romano (21).

Imaginemos um rei de França pretendendo converter-se ao protestantismo, religião de muito escassa penetração entre os seus súbditos, animado de um piedoso zelo contra a «idolatria», destruindo ou votando ao mais total abandono as catedrais mais veneradas do seu reino, como a abadia de Saint-Denis ou a catedral de Reims, onde têm lugar os actos mais augustos de cada reinado, lançando ao fogo a auriflama, a coroa de espinhos, o sacrário da Sainte-Chapelle, e talvez possamos ficar com uma pálida ideia da demência que se apoderou dos imperadores romanos no século IV.

Esta loucura política só veio a ser bem sucedida porque o paganismo não possuía qualquer unidade doutrinal ou qualquer homogeneidade; agregado de cultos de todas as proveniências, sem livros santos e, por vezes, até mesmo sem clero regular, não lhe era possível opôr qualquer resistência concertada. Por isso todos os cultos foram sendo extirpados um a um sem que as populações aterrorizadas tivessem podido opôr qualquer resistência minimamente eficaz ao vandalismo cristão. Os imperadores puderam, pois, ser bem sucedidos sem terem de se haver com quaisquer revoltas. Mas, do ponto de vista político, a destruição da velha religião da cidade romana foi um perfeito absurdo.

No decurso do século V, os pagãos já tinham passado de maioria a minoria; e no decurso do século VI acabam por vir a desaparecer. Ao mesmo tempo, os cristãos reconciliam-se com a vida terrena e passam a prezar, e a

prezar até mesmo muito, os bens deste mundo. Será que a sociedade cristã vai transferir parte da sua força para o Estado, com o qual passa, doravante, a ter ótimas relações? Sim, na condição de a Igreja estar unida.

Mas ela está internamente dilacerada por inúmeras querelas e o Estado vem a ser arrastado na órbita de tais lutas intestinas. Uma infeliz coincidência quis que a época da sua união coincidissem com a das grandes discussões teológicas sobre a natureza íntima de Cristo e sobre as suas relações com Deus Pai. O estabelecimento da cristologia exigiu quatro séculos (325-680: do primeiro concílio ecuménico de Niceia o sexto concílio ecuménico de Constantinopla). E veio a acarretar uma enorme agitação nos espíritos, perturbando as consciências e ulcerando os corações.

A «ortodoxia» teve de vir a ser imposta autoritariamente, mediante uma longa série de demonstrações de força. E o inevitável resultado não se fez esperar: os indivíduos e os países que se recusaram a adoptar este ou aquele símbolo de fé tiveram fatalmente de resistir, não só à autoridade espiritual deste ou daquele bispo, deste ou daquele concílio, mas também ao imperador que, tornando seus os símbolos, os pretende impôr. A rebelião política foi uma consequência fatal da oposição religiosa.

As discussões entre atanasianos e arianos enfraqueceram instantaneamente o alcance da conversão de Constantino. O Estado encontrou-se de imediato arrastado no turbilhão das controvérsias teológicas. Constantino, decididamente, andava com azar. Na altura em que, desprezando todas as precauções, afirma a sua fé cristã e dá largas ao seu zelo, rebenta e alastra com incrível furor a mais apaixonante de todas as controvérsias por que o mundo cristão jamais passou: aquela que se centrou na natureza do laço existente entre Cristo e Deus Pai⁽²²⁾.

A controvérsia ariana iniciou-se por volta de 318 em Alexandria. Arius, sacerdote da igreja de Baucalis, notou ou julgou notar nos pontos de vista do seu bispo acerca da Trindade indícios de «sabelianismo». Retrucou vivamente, negando a eternidade do Filho. A agitação foi crescendo dia a dia e de nada serviu, pois não a apaziguou Alexandre ter conseguido que Arius fosse excomungado por um concílio reunido para o efeito, obrigando-o a deixar o Egipto. Bem pelo contrário, pois tendo-se instalado na Palestina, e depois em Nicomédia, Arius iniciou a divulgação de uma série de cartas onde precisava a sua doutrina. Como possuía uma forte instrução teológica e sabia manejar a lógica aristotélica, veio muito rapidamente a ganhar adeptos⁽²³⁾.

A preocupação fundamental de Arius consiste em evitar o diteísmo sem, contudo, correr o risco de vir a cair no sabelianismo. Uma única via se lhe

apresenta: subordinar o Logos a Deus Pai. Até aqui, nada de muito inovador. Todos os doutores com as mesmas preocupações tinham, tal como ele, acabado por aceitar a subordinação do Filho. A originalidade de Arius reside menos na sua doutrina do que no implacável rigor do seu raciocínio.

Não é fácil a um descrente dizer em que é que a doutrina de Arius poderia ou não ser herética. A teoria subordinatista fora a arma com que alguns ilustres doutores da Igreja tinham conseguido vir a afastar o ditheísmo e o modalismo. Quanto à *homoousia* (do grego ὁμοουσία: a mesma substância, a mesma essência, o mesmo ser), o concílio de Antioquia já em 270 a condenara. Os seus adversários, Alexandre, e sobretudo o diácono Atanásio, foram obrigados a precisar a doutrina oposta, até então um pouco vaga e nebulosa. A «cortante lucidez» de Arius já não permitia continuar a flutuar num mar de indefinições. O Filho não é da natureza das coisas feitas e criadas, logo, sempre existiu e com ele o Pai junto ao qual o Filho sempre esteve. São inseparáveis. O Filho, no seu princípio, é perfeito, infalível. E, no entanto, Pai e Filho são duas pessoas distintas, sendo o Pai o único que não foi objecto de concepção.

O valor dos adversários de Arius reside não tanto no seu raciocínio e dialéctica – pois são, a este respeito, claramente inferiores, mas sim na profundidade do seu sentimento cristão. Atanásio compreende de imediato que, a partir de São Paulo, aquilo que é essencial no cristianismo é a redenção. Ora, esta só é possível caso Deus «entre na humanidade». Por consequência, Cristo-Logos é Deus, e Deus em toda a sua plenitude. De outro modo, ele não seria o Salvador, seria antes um herói à moda antiga, um homem tornado Deus. Tal como se vê, no respeitante às relações pessoais, Atanásio safa-se o melhor que pode. E tanto pior se se correr o risco de virmos a ser acusados de modalismo: «os interesses religiosos antes de mais».

Toda a gente – católicos, protestantes, livres-pensadores⁽²⁴⁾ – está de acordo em que, na luta então travada, Atanásio só vem a dominar Arius porque é impulsionado pelo fluxo crescente do sentimento popular que, instintivamente, adopta qualquer teoria que tenda a engrandecer Cristo o mais possível, sem se preocupar com as dificuldades, ou sequer com as contradições, que poderão nascer da sua assimilação à Divindade. Assim se explica o triunfo final do símbolo atanasiano. Mas devemos confessar que, para os espíritos timoratos, conservadores, inimigos de toda e qualquer precisão, porque precisar é inovar, Atanásio é tão insuportável como Arius. Assim, não nos devemos espantar com o facto de a maioria dos bispos se terem mostrado bastante indecisos, inclinando-se ora para um lado, ora para outro, ao sabor das circunstâncias.

O arianismo recebeu de imediato um violento golpe. Constantino, surpreendido com toda aquela agitação da qual não entendia grande coisa, ficou escandalizado. Perturbavam-lhe – e disso se queixou de um modo assaz cómico – o sono das suas noites. Suplica, assim, aos seus novos irmãos para terem piedade dele e não atraírem as iras celestes. Augusto mantenedor da ordem, decidido a pôr fim à anarquia reinante, reúne um concílio em Niceia em Junho de 325. Dele irá sair a célebre fórmula denominada símbolo de Niceia⁽²⁵⁾.

Arius e dois bispos foram exilados (Eusébio de Nicomédia, Teógnis de Niceia). O triunfo daqueles a que se chamarão os «ortodoxos» é surpreendente. A *homoousia* foi mais imposta do que aceite. E parece certo que a opinião do imperador pesou bastante no concílio⁽²⁶⁾. Se deu o seu apoio ao partido do bispo de Alexandria, tal não foi por convicção teológica, isso é evidente – era demasiado ignorante das coisas do espírito –, mas sim antes por ter sofrido influências pessoais, muito provavelmente a de Hosius de Córdoba. *A priori*, era quase impossível não se sentir indisposto para com Arius; um homem autoritário como era o imperador vê sempre com maus olhos um subordinado que discute a opinião dos seus superiores. O maior mal de Arius, aos olhos de Constantino, foi, sem dúvida, o de não passar de um simples sacerdote, enquanto que Alexandre era um bispo. A clareza da condenação, a do símbolo relativamente ao qual tudo é feito para que não subsistam quaisquer equívocos, é algo de insólito; revela uma vontade firme, dominadora, a vontade do senhor. Não deixa de ser bastante significativo, inquietante mesmo, o facto de o primeiro grande concílio reunido pela Igreja ter deliberado e votado sob a pressão de um só homem, tão pouco tempo antes ainda pagão.

O triunfo dos ortodoxos fora demasiado rápido, demasiado total. Os espíritos não estavam preparados para tal⁽²⁷⁾. Os exilados foram de novo chamados. Constantino foi habilmente seduzido pelos arianos ou meio-arianos, e foi de um dos exilados, Eusébio de Nicomédia, que veio a receber o baptismo no seu leito de morte (22 de Maio de 337).

No período que se seguiu, os espíritos medianos e conservadores esgotaram-se na busca de uma fórmula de conciliação. Alguns julgam tê-la encontrado na fórmula da *ὁμοιουσία*: a natureza do Cristo é semelhante (*ὁμοιουσία*) e não idêntica (*ὁμοονσία*) à do Pai. Os meio-arianos são muito numerosos no Oriente e o Oriente continua a ser o quartel-general do cristianismo. Tem a seu favor numerosos bispos e o imperador Constâncio; assim, a ortodoxia atanasiana está já «em plena derrocada» (Duchesne) em

meados do século IV. A pressão imperial leva à condenação de Atanásio (Arles, 353; Milão, 355). Mais ainda, em 355, em Sirmium, extorquem ao velho Hosius uma submissão à declaração ariana. O imperador abandona a fórmula niceiana de 325 a 361.

A ortodoxia foi salva pela subida ao poder de Juliano, que, num gesto de desdenhoso desprezo, voltou a chamar Atanásio do exílio. Esta pôde, pois, retomar alento e auto-reformular-se. O reinado de Valente (364-378), ariano convicto, esteve, contudo, prestes a causar a total derrocada da ortodoxia. Sob o seu reinado, a imensa maioria dos bispos da *pars Orientis* são antiniceianos.

A ortodoxia, desta feita, foi salva pelo Ocidente. No decurso do século IV, o número de cristãos aí existentes aumentara desmesuradamente e estes cristãos sofriam passivamente a influência do único grande centro episcopal, o de Roma. O bispo de Roma, pouco teólogo, e mais sensível às inspirações da devoção popular do que os Orientais, é niceiano, salvo num caso, o do papa Libério⁽²⁸⁾.

O imperador Valentiniano (364-375) foi indiferente ou imparcial, mas já Graciano (375-383) sofreu a influência do bispo de Roma, Dâmaso, e do bispo de Milão, Ambrósio, ambos ardentes niceianos. Após a morte de Valente (378), Graciano arranhou por colega para o Oriente o espanhol Teodósio, um ocidental niceiano. Teodósio convocou, em 381, um concílio em Constantinopla⁽²⁹⁾, o qual veio a retomar o símbolo de Niceia, o mesmo que suprimiu *ἐκ τῆς οὐδίας τοῦ πατρὸς*. O imperador restabeleceu (30 de Julho de 381) os bispos niceianos depostos ou exilados. Contudo, os efeitos deste concílio levaram tempo a fazer-se sentir. Só fora ecuménico de nome (150 bispos, todos orientais). Sem dúvida que o imperador agira sabiamente ao não convocar os ocidentais, dado estes, demasiado rígidos, odiarem mortalmente os orientais. Na sequência de toda uma série de medidas extremamente hábeis, Teodósio conseguiu ir a pouco e pouco acalmando os espíritos sobreexcitados de tal modo que o arianismo veio a desaparecer no Oriente por volta do início do século V. É certo que, no Ocidente, e após o assassinato de Graciano (383), este foi substituído pelo seu irmão Valentiniano II, cuja mãe, Justina, era ariana. Mas Valentiniano só pôde manter-se no trono graças à protecção de Teodósio; quanto à reacção pagã sob o reinado do pseudo-imperador Eugénio (394), foi imediatamente abafada. O arianismo morrera; mas, para conseguir silenciá-lo de uma vez por todas, o catolicismo viu-se obrigado a recorrer à coerção do poder secular.

No decurso desta longa controvérsia, os espíritos tinham-se inflamado e os ânimos azedado. O imperador ora tomara partido por uma das doutrinas,

ora pela outra, tendo acabado, assim, por indispor sucessivamente contra si o conjunto dos seus súbditos. Para cúmulo do infortúnio, quis o acaso que o cristianismo, por intermédio de certos bispos arianos (Ulfilas, bispo em 341), viesse a penetrar entre os Bárbaros, entre os Godos, entre os Vândalos e entre os Burgúndios.

Ora, desde 376 que os Visigodos tinham ultrapassado a barreira do Danúbio para virem a acampar em território imperial, na Mésia, tornando-se assim, nominalmente, em súbditos do Império. As forças de absorção da *Romania*, já enfraquecidas, declinam ainda mais na sequência deste diferendo doutrinal. Sem dúvida que os Godos arianos teriam podido vir a ser assimilados pelo Oriente ariano. Mas tal tornou-se, contudo, impossível quando o Oriente se viu obrigado a tornar-se niceiano.

3. *Consequências para a Igreja*

Os ganhos e as perdas da Igreja cristã na sua união com o Estado são bem mais fáceis de determinar.

Os ganhos. – São flagrantes. De minoria perseguida, a Igreja cristã tornou-se subitamente todo-poderosa. Desde Constantino que passa a ser a primeira instituição do Estado.

Repete-se constantemente que o triunfo do cristianismo era fatal; mais tarde ou mais cedo, tal teria de acontecer. Ora, isso é fácil de dizer. Mas esquecemo-nos de que o cristianismo não foi a única força religiosa a exercer o seu prestígio junto das massas. Tinha concorrentes, dos quais quatro ou cinco eram de vulto. É certo que a antiga religião romana há muito que entrara em plena decadência. Desde os tempos da República que os velhos cultos latinos, já muito gastos, tinham vindo a ser assimilados, um pouco ao saber do acaso, ao Panteão helénico. Mas este sincretismo, se é certo que contribuíra para dar à religião romana uma maior variedade, poesia e colorido, fora, contudo, impotente em fornecer-lhe uma filosofia e uma moral⁽³⁰⁾. Os primeiros imperadores souberam compreender perfeitamente que os cultos antigos já não passavam de um invólucro vazio, e tanto assim é que se esforçaram por constituir o culto de Roma e de Augusto a fim de servir de suporte ao sentimento nacional da Roma alargada. Já se disse que este culto não era tão artificial nem tão degradante como se pode julgar. E, seja como for, a verdade é que era mais um culto político do que religioso, devendo vir

a desaparecer no dia em que o principal interessado, o imperador, deixasse de o apoiar.

O alimento indispensável às necessidades do misticismo, a resposta às angustiantes perguntas relativas ao destino do homem depois da morte, tanto os Helenos como os Latinos foram procurá-las nas regiões orientais⁽³¹⁾. Fosse qual fosse a superioridade da religião cristã sobre os seus émulos, a simples propaganda não teria, contudo, bastado para lhe assegurar uma supremacia, ou até mesmo, pura e simplesmente, uma superioridade numérica⁽³²⁾. Para tal, era-lhe necessário chamar a si as forças onipotentes de que só o imperador era detentor.

Pode pensar-se que, na falta de Constantino, outro teria aparecido que se convertesse. Em primeiro lugar, isso não é de modo algum seguro. E depois, resta saber se o momento teria sido igualmente propício. Ora, é um facto assente que a conversão de Constantino surgiu num momento crítico, decisivo. Imaginemos que o imperador se desinteressava das discussões teológicas. Não seria por isso que a crise do arianismo teria deixado de eclodir. Mas então quem teria imposto a unidade da doutrina? O próprio imperador, como já o vimos, só o pôde conseguir ao fim de sessenta anos de lutas e os movimentos que se lhe seguiram (nestorianismo, monofisismo, etc.), em vez de terem surgido espaçados no tempo, tal como foi o caso, ter-se-iam desencadeado de imediato. Ora, como é possível pensar que esta cristandade, dilacerada por tão profundas divisões, tivesse podido manter a sua força de expansão e tivesse apresentado um tal poder de sedução para um imperador pagão?

Os historiadores da Igreja estão de acordo em reconhecer que as controvérsias geradas no século IV possuíam uma gravidade bem maior, a despeito das aparências, do que a tiveram as dissidências entre as seitas do século II e III, simples doenças de que o organismo ainda jovem e robusto da Igreja cristã veio a curar-se por si mesmo. A conversão de Constantino, é portanto, um autêntico «milagre»⁽³³⁾: salvou a Igreja. E a Igreja ficou-lhe de tal modo reconhecida que tudo perdoou a este homem, incluindo os seus crimes e até mesmo o seu baptismo, administrado por um bispo mais do que suspeito de arianismo.

E, de imediato, a Igreja – através dos seus representantes, os bispos – passa a dedicar-se apaixonadamente ao Estado, cedendo-lhe bastante de si mesma.

O episcopado sentiu-se «fascinado» por Constantino. Os perseguidos da véspera, transformados nos conselheiros mais íntimos do senhor, ficaram

perfeitamente desvairados. «A autoridade ama a autoridade. Homens tão conservadores como os bispos viriam a sentir uma terrível tentação de se reconciliarem com o poder público, cuja acção reconheciam como exercendo-se na maior parte dos casos em prol do bem... O ódio entre o cristianismo e o Estado é o ódio de quem acabará um dia por vir a amar-se» (34).

No fundo, a Igreja sentia necessidade do braço secular. À medida que se ia organizando, sentia a necessidade católica da unidade e compreendia a impossibilidade de triunfar dos dissidentes sem o recurso à força. O excomungado tinha sempre a possibilidade de procurar erguer igreja contra igreja. Impossível, pois, eliminá-lo sem recorrer à autoridade pública. O caso de Paulo de Samósata representa um facto extremamente significativo. Para se desembaraçarem do seu colega excomungado, os padres do concílio de Antioquia dirigem-se ao imperador Aureliano, um fervoroso adepto do culto do Sol que, além do mais, virá, pouco tempo volvido, a publicar um édito contra os cristãos. Não há, pois, quaisquer escrúpulos em pedir ao pagão para exilar o bispo cristão cujas opiniões não são conformes às dos seus colegas (por volta de 270) (35).

A Igreja cristã não estava organizada para a vida civil e política (36). Na expectativa do «reino celestial», vivera por longo tempo numa habitação demasiado provisória. Quando sentiu que ia tornar-se numa maioria, num poder dentro do Estado, quando se reconciliou com a ideia de viver a vida deste mundo, percebeu-se então de que tinha negligenciado elaborar um código de direito público e privado, único factor passível de lhe permitir uma existência normal. Ora, este direito já existia, e o mais perfeito que o mundo jamais conheceu, o Direito romano. Assim, optou por adoptá-lo, moldando-se a si mesma no âmbito das antigas instituições jurídicas. Consequentemente, teve de passar a submeter-se, e sem reservas, ao organismo coordenador destas instituições. A única precaução tomada, muito inteligentemente, assinala-se, foi a de procurar isentar o seu clero da jurisdição ordinária (37).

E principalmente, como é natural, o cristianismo não dispõe de uma organização militar, a qual virá um dia a revelar-se indispensável para combater um terrível rival, o Islão. Mais do que nunca, tem absoluta necessidade do braço forte do mundo laico para se proteger. E esta necessidade impedi-lo-á de alargar indefinidamente o seu poder, obrigando-o a sujeitar-se, de bom ou mau grado, aos poderes seculares (38).

As perdas. – Estas são, antes do mais, de ordem ética.

Apoiada pelo Estado, dispondo do Estado, a Igreja tornar-se-á, com extrema rapidez, intolerante e fanática, iniciando uma nova série de persegui-

ções. A partir de Teodósio, os pagãos passam a ser constantemente perseguidos. O retorno ao paganismo ou ao judaísmo são punidos por Graciano e Teodósio em Maio de 381 e em 383, respectivamente (*Cod. Teodos.*, XVI, 7, 1 e 3), passando a ortodoxia romana a ser imposta «a todos os povos regidos pela nossa clemência» a partir de 28 de Fevereiro de 380. Sob o reinado de Honório, tanto a heresia como os casos de cisma são assimilados ao crime. E o exílio já não bastará; contra os dissidentes, mesmo cristãos, passar-se-á a usar a tortura e os suplícios.

Enfim, a igreja cristã acabará por lutar contra toda a opinião que se pretenda independente. Procurará abafar todo o pensamento livre, e é quase incompreensível que não o tenha conseguido.

O concurso do Estado terá de ser pago pela Igreja e o preço será a sua total submissão ao Estado⁽³⁹⁾. A partir do concílio de Arles (Agosto de 314), oferece-se para excomungar todos aqueles que se recusem a cumprir serviço militar⁽⁴⁰⁾. Daí à aprovação das prepotências e dos crimes do Estado não vai senão um passo, e também este não tardou a ser dado.

A Igreja vai-se acostumando a servir-se do braço secular para obter as conversões. Assim, acaba por enfraquecer e perder o seu poder de assimilação. A propaganda pessoal terminará por volta do século V. A fim de aumentar o número dos seus adeptos, o cristianismo irá, doravante, procurar ganhar a confiança dos reis bárbaros e da sua corte; uma vez conseguida a adesão do chefe, este é usado como instrumento de imposição da fé aos seus súbditos, mediante um pressionamento mais ou menos suave ou mais ou menos violento.

Mas a vitória foi demasiado rápida, demasiado total. Estes rebanhos de pagãos, primeiro Romanos e depois Bárbaros, levados a bem ou a mal para o redil da Igreja, vieram a degradar e a alterar o sentimento cristão. Estas multidões acabaram por, subrepticamente, vir a introduzir as superstições e o politeísmo no seio de um cristianismo que tanto horror lhes tinha. Não que o culto dos santos seja o culto dos deuses disfarçados sob um novo nome. Os exemplos que possam apoiar uma tal tese são, de facto, raros e de pouco alcance; os hipotéticos casos de substituição devem ter tido lugar na total ignorância do clero, já que este denotava um faro excepcionalmente sensível ao mínimo odor pagão⁽⁴¹⁾. Mas estas massas de conversão ultra-rápida possuíam, ao entrarem para a Igreja, corações insuficientemente purificados, aonde os germens pagãos, mal abafados, acabaram por recobrar alento. O paganismo é a erva daninha que incessantemente renasce no seio do catolicismo⁽⁴²⁾.

Tendo passado a ser uma maioria, a sociedade cristã assiste a uma quebra do seu nível de moralidade. A Igreja, imensamente alargada, pode continuar a ser a sociedade dos puros, dos santos, daqueles que esperam no temor e nas mortificações o fim dos tempos. Identificada, ou quase, com o «Mundo», a Igreja sofre profundamente a degradante influência da vida, coisa fatal, pois no século reside o mal⁽⁴³⁾. E para lhe escapar, uma só via de recurso parece possível: viver à margem do mundo, artificialmente, buscando o deserto ou a solidão, enclausurando-se a sós (reclusão) ou colectivamente (mosteiro). Não é por mero acaso que o ascetismo eremita e, mais tarde, monacal vem a surgir inicialmente no Oriente e precisamente na altura do triunfo da Igreja⁽⁴⁴⁾.

Mal acolhido no Ocidente, o ascetismo impõe-se de forma irresistível nos séculos V e VI. O mosteiro surge como o único modo de pôr em prática uma vida cristã, aquilo de que o mundo já não é capaz; o convento passa a ser o único reino de Deus possível nesta terra⁽⁴⁵⁾. Doravante, «entrar para a vida religiosa» passará a significar renunciar a viver a vida deste mundo. Estabelecer-se-á, assim, um dualismo, quando não mesmo uma oposição, entre a vida religiosa e a vida social.

Mas, repercussão fatal, o mundo sentir-se-á, assim, irremediavelmente mau, impotente contra as forças do mal. Passa, pois, a confiar aos solitários, aos santos – estes substituem os mártires desde o fim das perseguições –, a missão de intercederem por si junto da Divindade. Confiante, o mundo irá descarregar nos seus ombros o pesado fardo da virtude e resignar-se-á bem depressa a viver uma medíocre, uma bem medíocre vida cristã. A severidade desta passa a ser inteiramente delegada nos santos (monges, bispos). A seu respeito, a veneração é exigente e desconfiada. Quanto mais os homens se aviltam no mal, tanto mais rigorosos se tornam quanto à salvaguarda da virtude dos pastores. E isso porque essa virtude representa a salvaguarda dos pecadores; só ela pode deter a irrupção da cólera divina, perpetuamente suspensa sobre um mundo intrinsecamente mau. Nem tudo é, portanto, falso no aforismo pessimista de Renan, segundo o qual «o cristianismo encontrou a morte na sua vitória»⁽⁴⁶⁾.

Conclusão: se o Estado romano fez um negócio algo duvidoso, também a Igreja, ainda que arrecadando grandes lucros materiais, veio a sofrer terríveis perdas espirituais.

Mas porquê então esta união? Não será legítimo pensar-se que mais valeria que os dois desafortunados cônjuges se não tivessem unido? É sempre possível imaginar; imaginemos pois...

O Estado renuncia às perseguições, mas permanece imparcial, neutro. Não se deixa arrastar no turbilhão das controvérsias geradas. Limita-se a desempenhar a sua missão de policiamento, a impedir as pessoas de se matarem umas às outras.

A Igreja, não contando senão com as suas forças morais e com as intervenções do sobrenatural, não pode obrigar pela força os pagãos a desertarem dos templos para as basílicas, nem tem meios para perseguir os dissidentes. Permanece como uma minoria. E só pode tornar-se numa maioria à custa de uma livre propaganda. Isto exige-lhe mais alguns séculos de espera, mas será que isso não é preferível ao perigo de vir a ser invadida por meios-pagãos ou meios-ortodoxos? Aliás, será que seria positivo empregar o melhor das suas forças na prossecução de uma rigorosa prática dogmática, correndo, assim, o risco de negligenciar as raízes mais profundas da vida religiosa, as quais não se alimentam de fórmulas metafísicas mas sim de sentimentos?

Como é óbvio, esta visão é meramente quimérica, pois é extremamente recente, fruto dos tempos modernos.

Toda a Igreja é por natureza conquistadora, porque crê estar na posse do absoluto. A Igreja cristã não podia «deixar que a verdade permanecesse na sombra». A propaganda é uma necessidade vital. A propaganda pela força representa um perigoso escolho, mas é absolutamente fatal. Nenhuma doutrina consegue escapar a esta fascinação. O respeito pelas convicções contrárias e a tolerância dos tempos modernos, ou são fruto, num pequeno número de casos, do desenvolvimento da consciência ou da convicção de que a crença no absoluto não passa de uma enfermidade do espírito, ou são resultado, na grande maioria dos homens, de uma enorme lassidão. Assim, pode constatar-se que, por pouco que as forças venham a restabelecer-se, a intolerância retoma toda a sua virulência.

Em toda a união, há sempre um dos cônjuges que domina o outro. A este respeito, o resultado foi sensivelmente diferente no Oriente e no Ocidente.

No Oriente, desde o primeiro dia, a Igreja deu ao imperador poderes de tal modo vastos que, conseqüentemente, lhe foi depois difícil obrigá-lo a retornar ao seu devido lugar. Nos séculos VI, VII e VIII, o imperador desempenha um papel preponderante, não só na história externa, como também interna, dogmática, da Igreja, a qual conta com ele para esmagar os dissidentes. No seio da Igreja católica grega e das suas filiais, a búlgara, a russa, etc., o clero será sempre dominado pelo supremo poder laico. A este respeito, o

césaropapismo, praga do cristianismo oriental, deve reconhecer o seu fundador no próprio Constantino (47).

No Ocidente, pouco faltou para que uma tal situação se invertesse, já que desde 476 não mais houve imperador. Alguém já disse: «o Império Romano só aparentemente fora destruído; os seus segredos subsistiam no seio do alto clero romano» (48). Também houve quem tivesse pretendido que «a Igreja romana veio a apoderar-se insidiosamente do lugar antes ocupado pelo Império Romano. Na realidade, este perpetuou-se nela. O papa – *pontifex maximus* – veio a suceder ao César. O papa passa a ser imperador» (49).

Tais ópticas só são parcialmente justas: no momento em que o papa se identifica, na Itália, com a *Respublica Romanorum* (meados do século VIII), já é demasiado tarde para poder substituir o imperador. Também a Igreja da Itália sofrera o jugo do imperador do Ocidente, depois, o do rei dos Godos e, finalmente, a partir de 551, o do imperador bizantino, bem mais duro. Seguidamente, a fim de combater a dominação dos Lombardos, fora obrigada a chamar em seu auxílio os Francos. Estes foram, contudo, mais protectores do que senhores. Mas, em 800, o papado comete o erro crasso de ressuscitar um fantasma, o do Império do Ocidente, que, sendo impotente para reproduzir o Império Romano, ainda é, contudo, suficientemente forte para poder oprimir a Igreja.

A despeito de todos os seus esforços, a Igreja não conseguirá vir a dominar o Estado. E a principal razão reside, como já o vimos, no facto de a Igreja cristã não estar estruturada para a vida deste mundo. Não oferecia à sociedade qualquer novo conceito jurídico ou social. Veio, pois, a aceitar sem resistência, sem real repugnância, as instituições do Estado romano. Este pôde conservar os seus quadros e continuar com o seu estilo de vida. Tal sucedeu igualmente no caso dos Estados bárbaros, como é natural, já que a sua cristianização foi demasiado superficial.

O Estado medieval e moderno, em parte herdeiro do Estado romano, não pôde, pois, vir a ser absorvido pela Igreja. Por maior que tenha sido a penetração do cristianismo, manteve-se sempre consciente de ser algo à parte da Igreja. Se as raízes do Estado não estivessem profundamente mergulhadas no passado romano, o Estado medieval ter-se-ia dissolvido na Igreja e a Igreja no Estado, não se vendo lá muito bem como é que o moderno conceito da separação entre a consciência religiosa e o Estado teria podido desenvolver-se, ou até mesmo, pura e simplesmente, tomar forma.

Aí reside o segredo da profunda diferença, bem mais profunda ainda do que possa julgar-se, entre Estados cristãos e Estados muçulmanos. O Islão

não veícula apenas uma religião, mas também um direito, uma política, cujo equivalente seria perfeitamente inútil procurar no Evangelho. Mas esta forma de falar é ainda inexacta: direitos, tradições, até usos e costumes, tudo é inseparável da religião. É impossível tocar seja no que for sem se deparar a todo o instante com o dogma, sem se correr constantemente o risco de o quebrar. E como o direito, a política, os usos e os costumes, são rudimentares, elaborados tendo em vista uma sociedade pouco evoluída, procurar adaptar uma sociedade muçulmana à vida moderna é uma tarefa perfeitamente sobre-humana. A religião não se deixa aqui reduzir à sua cônica. É inútil procurar obrigá-la a remeter-se ao seu lugar, pois o seu lugar ou é em todo o lado ou não existe⁽⁵⁰⁾.

IV.

Regressão económica do mundo romano

1. *As crises económicas e monetárias*

Que o mundo romano vem a passar, a partir do século III e até mesmo já durante a segunda metade do século II, por perturbações económicas das mais graves, é um facto perfeitamente assente. E é igualmente certo que um tal facto veio a acarretar consequências políticas e sociais de primordial importância. Podemos formulá-las do seguinte modo: *a partir do século III, o Império não passa de um estágio preparatório, de uma antecâmara da Idade Média.*

Os indícios mais evidentes desta perturbação económica são-nos dados pela sucessiva alteração das moedas e pelo caos dos preços. No termo da República Romana, desde há muito que a economia monetária se sucedera à economia dita «natural» ou doméstica, no âmbito da qual os valores de troca ou não existem ou são quase nulos. Cada domínio, grande ou pequeno, fornece tudo aquilo que é necessário à subsistência do agregado familiar, sendo os produtos da terra consumidos no próprio local ou, quando muito, trocados contra outros produtos da terra, tal como no caso do vinho pelo azeite, se um dado domínio não produz um número suficiente de oliveiras, etc.

Mas há já muito que o mundo mediterrânico ultrapassara este estágio⁽¹⁾: os países helénicos anteriormente ao século v antes da nossa era, a Itália latina por volta do século III. A economia monetária encontrava-se mesmo suficientemente avançada para permitir que Júlio Cesar tivesse tornado um dos metais preciosos, o ouro, no regulador dos valores: como nós diríamos, acabava de adoptar o padrão-ouro. César mandou cunhar o *aureus* à razão de 40 por libra, ou seja, 8,180 gramas. A cunhagem em ouro e prata foi abundante, valendo o ouro à roda de doze vezes mais do que a prata. No século I, sob o reinado de Nero, constata-se um ligeiro decréscimo no valor da cunhagem: o *aureus* pesa de 7,4 a 7,6 gramas. No respeitante às moedas de prata, enquanto que anteriormente só se talhavam 84 denários por cada libra romana de 327 gramas, o que levava a que cada denário pesasse 3,90g, Nero mandou talhar 96, o que reduziu o peso do denário para 3,41 gramas. Sob os Antoninos, o decréscimo vem ainda a acentuar-se, continuando a agravar-se sob o reinado de Séptimo Severo. O ouro passa a ter 50 a 60% de mistura; a cunhagem diminui, signo evidente de que o metal começou a rarear⁽²⁾.

Quanto às moedas de prata, a proporção da mistura vem a ser de 50 a 60% e o valor real do denário diminui de um terço, enquanto que o poder liberatório que a legislação entende dever dar-lhe continua a ser o mesmo: a efígie do imperador gravada na moeda confere-lhe curso obrigatório⁽³⁾.

À medida que se vai avançando no século III, a derrocada precipita-se. A única moeda ainda em circulação continua a ser o *antoninianus*, criada por Caracala. O seu peso é irregular e a cunhagem péssima. A proporção de mistura sobe até 90, 95 e 98,5% sob os reinados de Galieno e de Cláudio II. Por esta altura, o *antoninianus* é uma peça de cobre ou de chumbo coberta por uma fina camada de prata, ou seja, é uma peça «salpicada». Tal como o afirmou Mommsen, já não passa de uma «vulgar liga metálica». A despeito das prescrições imperiais, os preços vêm a passar por perturbações correlativas. Nunca o mundo conhecera até então um tal abalo económico. Os esforços de Aureliano para solucionar um tal estado de coisas foram inúteis. Diocleciano, contudo, veio a ser bem sucedido na hercúlea tarefa de restabelecer uma moeda sã: em 296, retoma a cunhagem da moeda de prata na base de 96 por libra romana. Constantino veio a completar e a aperfeiçoar a sua reforma. A cunhagem de peças de ouro vem a ser retomada, ainda que, sem dúvida, passe a ser muito mais esporádica.

Quanto à tentativa de Diocleciano em instituir um *maximum* para o preço dos géneros alimentícios, dos salários, dos objectos de uso corrente (301), a

sua sorte foi bem diferente: o fracasso foi total e Constantino acabou por retirar o édito⁽⁴⁾.

A despeito destas medidas, a doença do mundo romano persiste e alastra⁽⁵⁾. E há certos indícios que apontam no sentido de a sociedade estar em estado de regressão económica, havendo uma cedência crescente da economia monetária em prol da economia natural ou doméstica. Anda-se, assim, para trás, bem para trás.

O Estado recebe o imposto fundiário, muitas vezes, quase sempre, aliás, em géneros, reservando-se contudo, em princípio, o direito de exigir, consoante as suas necessidades, o pagamento em numerário ou em géneros⁽⁶⁾. Os governadores devem informar o prefeito da cidade (encarregado do aprovisionamento de Roma) dos preços correntes dos géneros alimentícios da sua província. Constantino regulamenta pormenorizadamente a cobrança dos tributos em géneros e sua subsequente recolha nos armazéns públicos. Em 363, Juliano teve de ordenar que, na Campânia, a cobrança passasse a ter lugar em dinheiro.

Por outro lado, segundo a natureza e os produtos do país, os contribuintes estão sujeitos a requisições de géneros alimentícios (*cellaria*): pão, vinho, azeite, vinagre, toucinho, forragem para o gado, madeira, bens de equipamento, tecidos, louças, animais de tiro (cavalos, mulas). Na Trácia, 20 *capita*, na Cítia e na Méssia 30, no Oriente e no Egipto 33 *juga* deviam perfazer uma *vestis*. Estas prestações podiam ser igualmente convertidas em dinheiro, caso a administração, tendo em conta o preço corrente, julgasse vantajosa uma tal conversão.

Os *annonariae species* e *annonariae functiones* (prestações) acarretam fatalmente todo o tipo de corveias e de carretos, dada a necessidade de transportar o produto do imposto e das requisições até aos celeiros e aos armazéns do Estado. Um tal sistema é bastante prejudicial para o contribuinte, monopolizando-lhe o tempo e as forças. E é igualmente prejudicial para o Estado, devido às inevitáveis perdas sofridas pelos géneros alimentares nos armazéns, tais como roubos e desvios de toda a espécie. Foi já calculado que, no sistema de imposto em géneros, cerca de dois terços do total vêm a perder-se durante o transporte. Pelo seu lado, estes contribuintes, que pagam em géneros o imposto fundiário indispensável à subsistência do Estado, são igualmente pagos em géneros pelos seus colonos. Valentiniano I proíbe aos proprietários exigirem as suas rendas em espécies amoeáveis, salvo nas regiões aonde uma tal prática seja tradicional⁽⁷⁾.

Estas cobranças em géneros têm por contrapartida subsídios igualmente em géneros. A anona e as manufacturas imperiais alimentam e vestem a

corte. Os magistrados (governadores), os condes, todo o pessoal superior da administração civil tem direito, à guisa de subsídio, a um certo número de requisições. Alguns deles, contudo, abusam de um tal sistema, chegando ao ponto de asfixiarem economicamente as populações.

Médicos, arquitectos, professores, todos vivem de anonas (8). Facto infinitamente mais grave, o soldo do exército tende cada vez mais a ser pago em géneros. Sob o Alto Império, o soldado recebia um soldo: os legionários, 225 denários (300 depois de Domiciano), as coortes urbanas, 375, e os pretorianos, 750. O soldado pagava a sua comida, o seu vestuário, as suas armas, os seus objectos de campanha; estes mantimentos eram-lhe descontados no soldo.

Sob a República, apenas os aliados não recebiam soldo, mas sim provisões em géneros. Ao soldo vinham ainda juntar-se certas distribuições extraordinárias, os *donativa*, que consistiam em gratificações em numerário, distribuídas aquando de circunstâncias solenes (cerimónias de entronização, etc.): metade era depositada num cofre, passando a constituir um pecúlio (*castrense peculium*) cuja guarda era confiada ao porta-bandeira da legião (9).

Ao sair do exército, o veterano recebe uma reforma: 12 000 sestércios (3 000 denários) se é um legionário, 20 000 (5 000 denários) se é um pretoriano.

Sendo o exército o verdadeiro senhor do Estado não será de espantar que o soldo se prolongue até bastante tarde. Já sabemos qual o conselho dado por Séptimo Severo: «Enriqueçam os soldados e marimbem-se para o resto». Caracala aumentou o soldo em 70 milhões de dracmas (denários). O seu pai elevava o soldo dos legionários para 500 denários, com a condição de estes apoiarem a sua família. Alexandre Severo dizia: «O soldado deve ter sempre a bolsa cheia» (10). Maximiano (235-238) enche o exército de ouro. Estes imperadores e os seus sucessores entregaram-se, assim, a liberdades por demais insensatas, que, longe de apaziguarem a avidez dos exércitos, não fizeram mais do que excitá-la. O senador Táito (275-276) foi levado ao poder devido à sua imensa fortuna: bastaram seis meses de distribuições às tropas para a dissipar por completo.

Seria temerário afirmar que a transformação do soldo de numerário em soldo de víveres fora já levada a cabo em meados ou na segunda metade do século III (11). Seria mesmo inexacto afirmar que no século seguinte o soldo em dinheiro veio a desaparecer completamente. Não foi tomada qualquer medida geral a esse respeito, e aqui e ali deparamos mesmo com alusões que

demonstram que o soldo persiste ainda em meados do século IV. Persiste de facto, mas diminuído, reduzido a quase nada. Parece provável pressupor que, após Constantino, o soldado só passa a receber dinheiro em ocasiões excepcionais, tais como a subida ao poder de um novo imperador, etc.; é o *donativum* que vem a ser prosseguido e não o soldo regular. Sob o reinado de Juliano, em meados do século IV, cada simples soldado recebe uma anona, logo, uma prestação em géneros; até mesmo os *protectores*, sucessores dos antigos centuriões, recebem 6 anonas.

Quanto à reforma, já não é paga em numerário: oficiais e veteranos passam a receber terras das quais eles e as famílias irão doravante retirar o sustento, já que após Septimo Severo passam a poder ser casados. Estas terras (*fundi limitrophî*) são escolhidas junto às fronteiras e, no século IV, a sua propriedade passa para o filho, caso este consinta em seguir a carreira militar.

A ausência de numerário, acarretando o desaparecimento do soldo, levou a que, por economia, se passasse a preterir os demasiado dispendiosos exércitos romanos em prol de tropas bárbaras que, servindo-se do seu próprio armamento e combatendo sob as ordens dos seus próprios chefes, recebiam donativos de terras em troca dos seus serviços. Uma tal evolução foi muito bem captada por Montesquieu; nas suas *Considérations*, exprime-se do seguinte modo: «A impotência com que se defrontavam em pagar esses encargos (soldo e prémios ao exército) levou a que arranjassem uma milícia um pouco menos onerosa. Foram, assim, feitos tratados com as nações bárbaras, as quais não possuíam nem o luxo dos soldados romanos, nem o mesmo espírito, nem as mesmas pretensões»⁽¹²⁾.

Quanto às inelutáveis consequências de um sistema que não permite recompensar os serviços prestados senão sob a forma de pagamentos em géneros, de distribuições de terras, estas são imediatamente visíveis: levam ao regime dito feudal ou a um regime análogo. Em todos os Estados onde este regime veio a manifestar-se, vemo-lo coexistir com a economia natural e vir a desaparecer, ou a atenuar-se, com as transformações económicas.

Eis-nos agora em presença de um problema de primordial importância. Como é possível explicar que o mundo romano, economicamente próspero em fins da República e durante os dois primeiros séculos do Império, esteja arruinado, irremediavelmente arruinado? É certo que o tomentoso período do século III foi politicamente desastroso, tendo o regime monetário sofrido enormes perturbações. Mas Aureliano, Diocleciano, Constantino, conseguiram fazer ressurgir o mundo romano reformulando a administração e aperfeiçoando o sistema financeiro, de tal modo que a moeda voltou a tornar-se

quase tão forte como no século I. E, contudo, nada pode já travar a ruína, a qual se vai antes acentuando no decurso dos séculos IV e V.

Trata-se, pois, de um fenómeno algo surpreendente para nós, habituados como estamos ao espectáculo de uma prosperidade sempre crescente⁽¹³⁾. Uma crise comercial, uma guerra, podem sempre interromper essa prosperidade, mas sentimo-nos certos de que, após uma pausa mais ou menos longa, os negócios retomarão o seu curso normal e a produção de riquezas não mais parará. E isto porquê? Porque vivemos num regime capitalista, regime este no qual todas as forças sociais são orientadas no sentido da produção de valores, os quais são depois escoados para mercados cada vez mais alargados.

Mas será que o mesmo sucede na Antiguidade? Ou, por outras palavras, será que a Antiguidade veio a conhecer um regime realmente capitalista?

A esta questão, a maioria dos historiadores deste período da história da humanidade não hesitam em responder afirmativamente. Mostram-nos que já numa época relativamente recuada, vinte ou trinta séculos antes da nossa era, nos vales do Tigre e do Eufrates, o regime da economia monetária denotava tendência para acabar por se substituir ao regime da economia doméstica.

O próprio Egipto, longo tempo «feudalizado», teria começado por conhecer o regime monetário a partir do Novo Império, ou seja, a partir do século XVI antes da nossa era. O Império persa dos Aqueménidas revela, após a sua reorganização sob o reinado de Dario, uma interessante combinação de economia natural com economia monetária, pelo menos no caso das províncias ocidentais.

Vejamos agora a Grécia. A época micénica dá-nos testemunho de uma forte influência oriental, a qual só pode explicar-se na base de um comércio minimamente desenvolvido. Seguidamente, vem um período de regressão, a «idade média» helénica, a época dos heróis em que uma aristocracia guerreira vive do produto da agricultura e, sobretudo, dos seus rebanhos. É o fim desta época que nos é traçado na *Ilíada*. A economia é integralmente doméstica: tudo é fabricado em casa. Apenas, ou quase, o trabalho do metal é uma profissão de especialistas: χαλκεῖς (cf. na *Bíblia*), mas a vida não ultrapassa o círculo da aldeia.

Hesíodo traça-nos ainda um quadro da sociedade enquanto mergulhada no regime de economia agrícola e natural. No entanto, conhece já o comércio por mar, o qual, aliás, teme. A *Odisseia*, sensivelmente mais jovem do que a *Ilíada*, também já nos fala do mercador.

Nos séculos VIII e VII, os Helenos sulcam o Mediterrâneo, inicialmente como piratas e depois como comerciantes. Mas o que é que transportam de

uma ponta a outra do mar interior? Alguns produtos do seu solo ou do seu mar (azeite da Ática, vinho de Quios, de Lesbos, púrpura de Citera, cobre de Chipre e da Eubeia, prata das minas do Laurium, na Ática) e, sobretudo, produtos manufacturados: tecidos, tapetes, vestuário, armas, objectos de metal, peças de cerâmica, etc. ⁽¹⁴⁾).

Estes objectos pressupõem uma técnica avançada, ofícios exercidos por profissionais, logo, oficinas. Tudo isto excede em muito o estágio da economia natural, doméstica. Mais ainda, o estilo destes objectos (os vasos, por exemplo) demonstra que certas localidades dedicam-se muito em especial a determinado tipo de produtos: os belos vasos existentes na Itália e na Sicília vêm de Corinto e de Calcis. A partir do começo do século VI, uma destas cidades, Atenas, passa a ter, relativamente a todas as outras, uma enorme preponderância comercial: sendo o solo da Ática, para além de superpovoado, bastante pobre, uma tal preponderância só pode explicar-se admitindo a existência de uma indústria que sustentasse um volumoso comércio de exportação.

Como os braços livres já não bastam, procura-se arranjar outros instrumentos de trabalho comprando escravos: é apenas a partir do século V-IV, até por volta do século I, que o número de escravos vem a aumentar desmesuradamente no mundo mediterrânico; o fim mercantil da escravatura manifesta-se claramente no facto de as cidades onde mais escravos se compram e vendem serem precisamente as cidades de maior movimento comercial: na Ásia, Mileto, na Hélade, Calcis, Corinto e, finalmente, Égina, pequena ilha rochosa e estéril que, no século VI, é o *emporium* do mundo helénico. Ao mesmo tempo, a população de cada πόλις vem a concentrar-se na cidade, que acaba por se sobrepôr ao campo. Finalmente, o uso da moeda metálica (proveniente da Lídia) difunde-se com extrema rapidez. O desenvolvimento da escravatura, ou até mesmo as próprias revoluções políticas, já não podem conceber-se, a partir do século VI, sem a existência de cidades ricas densamente povoadas. O grande comércio (ἐμπορικὴ) separa-se do pequeno comércio (χαπηλική) e ao retalhista (χάπηλος) opõe-se o grande comerciante (ἐμπορος).

Ninguém hesitará em aproximar o desenvolvimento económico do mundo helénico nos séculos VII e VI antes da nossa era com o dos séculos XIV e XV depois de Cristo, e o século V antes da nossa era com o século XVI da nossa era.

Nas urbes mais importantes, nas capitais, transformadas no centro da vida de cada πόλις, o regime político sofre profundas transformações. Em

Corinto, em Égina, e mais tarde em Rodes (cf. Cartago), o poder vem a ser usurpado pela aristocracia dos ricos comerciantes. Noutros lados (Argos, Siracusa, Tarento, e sobreudo Atenas), são revoluções, frequentemente sanguinárias, que asseguram a eliminação da classe média urbana, classe de modo algum ociosa, tal como já foi dito, mas sim trabalhadora, composta por pequenos artesãos.

Surgem novos locais de comércio: Rodes de início, mais tarde Delos, mas sobretudo Alexandria, no Egipto helénico. O sistema económico do mundo helenístico (séculos II-II) é, portanto, comparável, se não com o do século XIX, pelo menos com o dos séculos XVII e XVIII.

Podemos levar ainda mais longe a comparação. A ruína da Grécia, após as conquistas de Alexandre, apresenta flagrantes analogias com acontecimentos dos tempos modernos. Esta agricultura do abandono, esta população em declínio lembram a crise da agricultura inglesa no século XIX. E também a causa é análoga: o mundo oriental, susceptível de um rendimento económico infinitamente mais fecundo do que o pobre território da Hélade, abriu-se à actividade dos Helenos, tal como a descoberta do Novo Mundo se abriu à dos Ingleses e Espanhóis.

Quanto a Roma, apesar de mergulhada na economia natural durante longos e longos séculos, acaba, contudo, por dela se libertar muito rapidamente. A concorrência da agricultura siciliana, egípcia, africana, vem a ocasionar crises agrárias, ao mesmo tempo que as conquistas lhe valem um enorme afluxo de metais e de objectos preciosos, que se quedam pelas mãos da aristocracia. Esta monopoliza a terra, empresta aos Estados estrangeiros, aos seus concidadãos, enfim, dedica-se a todo o tipo de especulações. No século I antes da nossa era, assiste-se ao apogeu da escravatura; batalhões de escravos passam a ser empregues, não só nos serviços domésticos, mas também na fabricação de objectos industriais. Houve, pois, um capitalismo romano, e esse capitalismo acabou por abafar, por esmagar todas as outras classes sociais.

«Por consequência, a Antiguidade [...] não apresentava quaisquer diferenças com os tempos modernos do ponto de vista económico. Foi uma grosseira crença popular que veio a abonar a lenda segundo a qual o desenvolvimento histórico dos povos mediterrânicos teve lugar de um modo contínuo, segundo uma linha ascendente. Uma tal crença vem a basear-se na repartição tripartida da história em *Antiguidade*, *Idade Média*, *Tempos Modernos*. E, como na Idade Média deparamos com condições de vida bastante primitivas, julga-se, assim, poderem induzir-se condições ainda mais primitivas no

respeitante à Antiguidade. Bem pelo contrário, a Antiguidade estava muito mais avançada do que a Idade Média» (15).

Vejamos se, em Roma, o capital foi realmente «investido», tal como é dito, na indústria e no comércio, pois, assim sendo, a existência do capitalismo não deixaria margem para dúvidas.

2. *O capital e a indústria. A população*

Na história do mundo romano, desde muito cedo a profissão se desligou da família, da economia doméstica, a fim de se pôr ao serviço do público. A especialização das profissões e a divisão do trabalho acentua-se bastante a partir dos séculos III-II antes da nossa era (16). E as profissões, por vezes constituídas em «colégios», tinham tendência para se agrupar em certas e determinadas ruas. O cidadão tinha à sua disposição padeiros onde podia comprar pão, quitandas onde se serviam peixe frito, hospedarias, cabeleireiros, etc. E para se vestir, lojas de vestuário (17). Mas mesmo isto não implica uma produção industrial capitalista. Ainda hoje em dia, os tapetes da Pérsia ou as porcelanas da China, fabricados para serem enviados para os quatro cantos do mundo, são confeccionados em oficinas familiares, não pressupondo de modo algum uma economia realmente capitalista. Apenas alguns produtos de luxo (vasos, objectos de ferro forjado, tecidos [?], jóias, etc.) atestam a existência de uma real divisão do trabalho. Apenas estes são fabricados para virem a ser escoados para um mercado, muitas vezes longínquo.

Mas, na realidade, o capital-dinheiro – tão abundante nos fins da República e no início do Império – não é empregue, ou quando o é, é-o muito pouco, na indústria. E eis aqui já uma profunda diferença, uma diferença essencial entre o sistema económico romano e o sistema económico dos tempos modernos, ou, se se quiser, contemporâneos.

Mas porque é que o dinheiro não tende a ser empregue na indústria?

Em primeiro lugar, porque se defronta com a resistência da economia doméstica. Esta encontra-se profundamente implantada nos hábitos, costumes e tradições. Cada grande *villa* não só dispõe dos seus moinhos manuais, dos seus fornos, das suas oficinas para as necessidades agrícolas (forja, carpintaria), como também de oficinas de tecelagem e de vestuário, confiadas as mulheres e aos escravos. A aristocracia mantém toda uma multidão de bordadores, douradores, cinzeladores, ourives, pintores, arquitectos, escultores,

cabeleireiros, quer sejam escravos ou libertos. «Havia, em relação às famílias ricas, uma espécie de vaidade em poder dizer-se que todas as necessidades da casa podiam ser satisfeitas pelo seu próprio trabalho interno: assim, tudo é feito em casa, inclusive os objectos de luxo.» Fornecer-se no exterior é uma espécie de desonra⁽¹⁸⁾.

Pelo contrário, o capitalismo moderno conseguiu, pelo menos na Europa Ocidental, levar à total desagregação da economia doméstica; serviu-se para isso dos progressos da técnica. Ora, é realmente significativo o facto de a técnica das diferentes profissões não parecer ter sido objecto de quaisquer progressos apreciáveis entre os Romanos.

Aí reside um caso particular, e extremamente importante, desse fenómeno de embotamento do espírito de invenção, do espírito de criação, que vem a manifestar-se em todos os domínios da actividade humana, tais como a arte, a literatura, a ciência ou a filosofia, tal sucedendo, na Grécia, a partir do século II antes da nossa era, e, em Roma, a partir do século II d. C.

Na falta de aperfeiçoamento técnico, o capital não é solicitado a ser empregue na indústria; o espírito de invenção, por seu turno, não é encorajado pela perspectiva dos lucros que o capital lhe trará, caso se passe a aplicar na busca de um aperfeiçoamento da técnica industrial. Estas acções e reacções recíprocas entre o espírito de invenção e o capitalismo, bastante marcadas na Europa, principalmente a partir do século XVIII, até mesmo antes, não existem no mundo romano.

Na falta de máquinas, na falta de utensílios aperfeiçoados, o emprego de braços humanos a baixo preço – ao mínimo possível –, o emprego dos escravos, será que não poderia, pelo menos, atrair os capitais? Provisoriamente, sim. Houve alguns bons e chorudos negócios montados na base do trabalho escravo⁽¹⁹⁾.

Em Roma houve igualmente algumas tentativas. Empresários, capitalistas, julgaram ser possível realizar óptimos negócios apropriando-se dos lucros do trabalho de escravos treinados para exercerem determinadas profissões. Mas em breve o lucro se veio a revelar bastante parco. Em primeiro lugar, é preciso gastar dinheiro para comprar o escravo, ou então, caso já o tenhamos em casa, para o treinar, para lhe ensinar o ofício. Se há uma crise, o escravo tem, de qualquer modo, e por pouco que seja, de continuar a ser sustentado, tratado, alimentado.

Mas, acima de tudo, a sua capacidade de trabalho, o seu rendimento, são muito inferiores aos do homem livre⁽²⁰⁾: a margem é de tal modo pequena que o lucro do senhor pode vir a desaparecer por completo. Se é verdade que

há quem conserve autênticos batalhões de escravos (e isso apenas até por volta do século II), tal é mais por vaidade ou ostentação do que por quaisquer vantagens realmente tangíveis. Finalmente, como o senhor pretende utilizar os seus escravos para tudo aquilo que for preciso, desde trabalhos campestres a ofícios citadinos, não pode levar muito longe uma divisão do trabalho. A economia escravagista revela-se, portanto, intrinsecamente anticapitalista.

Uma das condições para a constituição de uma indústria florescente reside na abertura de abundantes mercados de exportação onde o movimento seja constante. Tal equivale a afirmar que a densidade populacional deve ser bastante elevada. Seria esse o caso relativamente ao Império Romano?

Eruditos e filólogos dos séculos XVI e XVII (Justo Lúpsio, Isaac Vossius) possuíam uma ideia fantástica acerca da riqueza e da densidade populacional do Império Romano. Montesquieu formula ainda verdadeiras loucuras⁽²¹⁾: o mundo no século XVIII não iria além de um décimo da população do Império Romano. Mas, no século XIX, já os Ingleses (Hume, Gibbon), assim como Dureau de La Malle⁽²²⁾ e Moreau de Jonnés⁽²³⁾, começam a reagir contra tão insensatas concepções. Gibbon chega, contudo, ao número aproximado de 120 milhões, número que Wiertersheim⁽²⁴⁾ vem a reduzir para cerca de 90 milhões. Mas nenhuma destas tentativas fora prosseguida na base de um método suficientemente rigoroso. A investigação veio a ser retomada por Julius Beloch, tendo resultado num livro⁽²⁵⁾ que continua a ser a obra mais fundamental existente acerca desta questão. Servindo-se dos extremamente raros e fragmentários recenseamentos populacionais do mundo antigo, dos números relativos aos contingentes armados, dos números relativos às distribuições de cereais em Roma, e tendo tido sempre o cuidado de se reportar à relação entre estes dados e a superfície das diversas regiões, aproveitando-se igualmente das descobertas da moderna ciência estatística sobre as relações numéricas entre os sexos, as crianças, os adultos e os velhos num dado Estado, Beloch chega, assim, a resultados bastante diferentes. O mundo romano, quando da morte de Augusto (e posteriormente, à parte a Bretanha e durante algum tempo a Dácia, não voltou a aumentar), contava cerca de 50 milhões de habitantes, facto que, para uma superfície total de 3 339 500 quilómetros quadrados (dedução feita dos desertos africanos), dá apenas uma densidade populacional de 16 habitantes por quilómetro quadrado. A comparação com o actual povoamento dos países europeus demonstraria facilmente a fraca densidade populacional de então.

Será inútil acrescentar que estes números, ou melhor, estas declarações, foram contestados por quase toda a gente. Mas foi talvez Hans Delbrück⁽²⁶⁾

quem apresentou algumas das mais interessantes e também das mais inquietantes observações, provando que os números dos contingentes militares, tal como nos foram transmitidos pelos historiadores da Antiguidade, não merecem a menor confiança. Basearmo-nos neles equivale a construir castelos na areia. Ele próprio faz uma avaliação mais aproximada: 60, 65 milhões de habitantes.

Mas mesmo assim aumentado, este número – perfeitamente incerto – continua a dar-nos uma densidade populacional média bastante fraca; e uma população tão dispersa e rarefeita não poderia, na verdade, manter de pé uma grande indústria. É certo que este número não passa de um cálculo mínimo. Mas é bem provável que as avaliações mais por baixo sejam as mais verosímeis. Sabemos que haviam extensas parcelas do Império muito pouco povoadas. Na Grécia antiga, o decréscimo da população recomeçara no século IV antes da nossa era, sendo particularmente sensível em Esparta e até mesmo em Atenas⁽²⁷⁾. Políbio (falecido em 124 antes da nossa era) diz-nos o seguinte: «Não tivemos de suportar nem epidemias nem guerras prolongadas e, contudo, as nossas cidades estão desertas e as nossas terras primam pela esterilidade. Temos falta de homens, porque temos falta de crianças. Dá-se demasiado apreço ao dinheiro e ao bem-estar, e muito pouco ao trabalho. Consequentemente, já não há quem se queira casar, ou, se o fizer, cuida de não ter mais de um ou dois filhos, a fim de os poder educar com todo o fausto e de lhes poder deixar uma maior herança». No século I, Estrabão escreve: «Tebas já não passa de uma aldeola e as restantes cidades da Beócia atingiram já a mesma decadência. A Messénia passou a ser, em grande parte, um deserto e a «Lacónia não é nada em comparação com aquilo que outrora foi». Na Arcádia, as cidades estão desertas e os campos abandonados. Por volta de 214, Larissa, na Tessália, não passa de um imenso território inculto. A ilha de Eubeia possui igualmente dois terços de terras incultas e, assim que se franqueiam as portas das cidades, julgamo-nos no deserto.

No século II depois de Cristo, a situação em nada melhorara: Plutarco (falecido por volta de 140) declara que a Grécia do seu tempo é incapaz de armar mais de 3000 homens.

A população e a prosperidade da Grécia tinham emigrado para o Egipto. Muito provavelmente, o mesmo sucedera com a Macedónia.

As províncias danubianas (Mésia, e, mais a oeste, Ilíria, Panónia, Nórico, Rétia), meio-bárbaras, nunca devem ter tido mais do que uma população pastoral bastante dispersa.

A oeste, se é verdade que a Espanha do Sul (Bética) e do litoral (Tarraconense) é rica e povoada, já o interior e o Oeste (Lusitânia) são regiões ainda

bárbaras e desertas. A Gália Narbonense é relativamente povoada, o mesmo acontecendo, sem dúvida, quanto à Aquitânia; a Céltica, e sobretudo a Bélgica, já o são provavelmente um pouco menos.

Quanto à Bretanha, a sua aquisição nos séculos I e II não passou de um simples complemento: coberta de florestas e de campinas, a sua densidade populacional era bastante fraca⁽²⁸⁾.

Em África, apenas a África proconsular e o Bizâncio, correspondentes à Tunísia, eram férteis e densamente povoados, facto que não deixa de nos espantar, já que, ao longo dos seus 13 000 quilómetros quadrados, dois terços das suas terras são estepes.

Quanto à Numídia e à Mauritânia Cesarense, ou seja, pouco mais ou menos ao território hoje correspondente à Argélia, os Romanos só ocupavam o Tell, cuja superfície era relativamente diminuta. A Mauritânia Tingitana é representada pela parte setentrional do actual Marrocos, prolongada até Meknès, ou seja, o mesmo é dizer que a superfície e a população eram pouco importantes.

A própria Itália não devia ser muito povoada⁽²⁹⁾. O Latium e a Etrúria meridional eram desertos; o mesmo sucedia relativamente ao vale do Arno: de Florença a Pisa, o rio corria ao longo de extensas planícies pantanosas. A sua espinha dorsal, os Apeninos, foi sempre uma região essencialmente pastoril, logo, de fraca densidade populacional. Apenas o Picenum era relativamente povoado.

A Campânia, rica e fértil, era a região mais populosa da Itália, mas a sua extensão era insignificante (2000 quilómetros quadrados). Quanto ao Sul, o país dos Samnitas, o Bruttium, a Lucânia, e, no litoral, a Grande Grécia, todas estas regiões tinham usufruído nos séculos VII e VI de uma prosperidade sem igual, segundo as tradições, tradições essas onde há, sem dúvida, uma boa parte de lenda. No século I, já não passavam de regiões de *latifundia* povoadas por rebanhos de cabras e de carneiros. A Apúlia, diz-nos Cícero, é a parte mais deserta de toda a Itália.

A Sicília era o celeiro de Roma. No entanto, o interior fora abandonado aos pastores⁽³⁰⁾, havendo aí florestas hoje em dia desaparecidas.

Nos nossos dias, e já mesmo desde a Idade Média, a parte mais povoada da península é a planície do Pó, onde a densidade populacional atinge índices perfeitamente extraordinários. Mas, longo tempo habitada pelos Gauleses, a Cisalpina não conhecera mais do que uma exploração agrícola bastante primitiva. Ainda sob o reinado de Augusto, as planícies do Pó não passavam de um amontoado de pântanos e de florestas; os pântanos de Parma só em 109

antes da nossa era começaram a ser drenados; em meados do século I, estendiam-se ainda de Modena a Bolonha, estando a *Via Æmilia* montada sobre aterros de terra. No delta do rio e nas suas vizinhanças, de Ravena até Ádria, tudo eram pântanos.

Tinham sido estabelecidas algumas colónias romanas na Cisalpina. Contudo, no catálogo das cidades de Itália elaborado no reinado de Augusto, as regiões do Centro e do Sul (séculos I-VII) englobavam 350 comunidades, enquanto que as do Norte (séculos VII-XI) não ultrapassavam 82. Não havia grandes cidades: apenas Pádua tinha uma certa importância. No entanto, e apesar de terem sido operados alguns arroteamentos e saneamentos no decurso do Império, foi apenas nos fins do século III, decurso do século IV, que Milão, insignificante no tempo de Augusto, veio a tornar-se na segunda cidade de Itália.

A parte Oriental do Império era, neste aspecto, mais privilegiada.

Diodoro da Sicília e José estão de acordo quanto à avaliação da população do Egipto em 7 milhões ou 7 milhões e meio de habitantes, à parte Alexandria. Tal é o número que esta região atingia ainda no início deste século. Para 30 000 quilómetros quadrados (vale do Nilo e Fayoum, Delta), abstracção feita dos desertos, tal equivale a mais de 200 habitantes por quilómetro quadrado.

Os antigos sabiam muito bem que em nenhuma outra região da terra havia uma tão grande densidade populacional, e o Egipto era, assim, para eles, como que um país totalmente à parte, de todos os pontos de vista.

A Síria e a Palestina não passam de uma estreita e comprida língua de terra ao longo do Mediterrâneo; tudo o resto, até ao Eufrates, é apenas um imenso deserto. No seu conjunto, nunca deve ter ultrapassado o número de 3 milhões de habitantes (14 por quilómetro quadrado).

A Ásia Menor já era, pelo contrário, uma região próspera e bastante povoada; pelo menos a parte Oeste (Ásia proconsular, Bitínia, etc.), já que o Centro (Galácia, Capadócia) nunca chegou a ultrapassar uma escassa densidade populacional. Por volta de 1910, esta foi avaliada em 11 milhões de habitantes, ou seja, 17 por quilómetro quadrado. Mas, na Antiguidade, esta região deve ter atingido um número um pouco mais elevado.

Quanto às cidades, a mais importante era Roma. As avaliações propostas pelos eruditos dos séculos XVI e XVII são pura e simplesmente absurdas. É bastante difícil acreditar que, mesmo na época da sua maior extensão, Roma tenha podido vir a ultrapassar os 300 000 habitantes. Justo Lípsio atribuíra-lhe 4 milhões de habitantes, Isaac Vossius, 14 milhões (*sic*). Há ainda

outras avaliações que vão de 1 a 2 milhões. Beloch reduz estes números para 800 000 e Ed. Meyer para 700 000. Mas mesmo isso ainda é demasiado. Dureau de La Malle demonstrou⁽³¹⁾ que a única base minimamente segura deveria ser procurada numa relação entre a superfície (conhecida) e a população (desconhecida). A Roma de Aureliano, estendendo-se por uma superfície de 1230 hectares, e apresentando inúmeros espaços inabitados, não pode ter tido uma população superior à da Roma moderna (538 000 habitantes em 1901), a qual abrange um espaço bem mais considerável (1411 hectares). Ed Cuq provou⁽³²⁾ que os *insulae* (em número de 46 602), os quais, num documento da época de Constantino, vêm enumerados a par de 1790 *domus* (palácios), são simples andares, possuindo uma individualidade jurídica, e de modo algum casas, muito menos ainda «blocos». As conclusões deste sábio já não poderiam, por outro lado, vir a ser aceites: ele imagina que os pobres habitavam algures, não só fora dos *domus*, como também fora dos *insulae*! A quatro ou cinco pessoas por apartamento, obtém-se relativamente a Roma um número de 200 000 a 250 000 habitantes, número este que é bastante próximo daquele (261 000) obtido por Dureau de La Malle, o qual parte do princípio de que a Roma antiga tinha a mesma densidade populacional de Paris do seu tempo. Os subúrbios não poderiam, tal como o julgou, elevar este número até 502 695. No sentido moderno, nem sequer existiam: o *suburbium* era deserto.

Será que Roma era um mercado? Num certo sentido, sim, e até mesmo um mercado mundial, como hoje em dia diríamos; todos os produtos da natureza e da arte aí afluíam⁽³³⁾. Mas Roma nada oferecia em troca, já que nada vendia, pois nela nada ou quase nada se produzia. A população, mantida numa semi-ociosidade devido às distribuições de víveres e à extrema abundância dos espectáculos⁽³⁴⁾, era muito pouco produtiva. «Roma, que mandava vir tudo das províncias, nunca as reembolsava senão com o dinheiro dos impostos, ou seja, precisamente com as mesmas somas que essas províncias lhe tinham facultado. O seu pretenso comércio não passava, pois, no fundo, de uma espoliação indirecta»⁽³⁵⁾. A capital, cidade improdutiva, era realmente um autêntico «polvo», tudo abrangendo com os seus tentáculos⁽³⁶⁾.

A nova capital, Constantinopla, merece em parte as censuras usualmente feitas à antiga⁽³⁷⁾. Mas apenas em parte, pois virá a tornar-se no *emporium* do Mediterrâneo oriental e do mar Negro. Contudo, tanto a sua ascensão comercial como o seu povoamento irão ainda exigir bastante tempo⁽³⁸⁾.

Muito mais do que Roma, a que se assemelha a uma grande cidade moderna é Alexandria, e, até certo ponto, Antioquia. Estendendo-se por

5 quilómetros de comprimento por 2 de largura, abrangendo uma superfície de 920 hectares, e possuindo talvez uma população de 300 000 habitantes⁽³⁹⁾, Alexandria permaneceria por muito tempo como «o maior centro civilizacional do mundo»⁽⁴⁰⁾. E não é caso para espanto se nos lembrarmos de que no passado pertenceu ao Egipto a região da Antiguidade de maior densidade populacional: atingia à roda de 7,5 milhões de habitantes⁽⁴¹⁾.

De um modo geral, as cidades são muito pouco povoadas⁽⁴²⁾. Mesmo no tempo de maior prosperidade do Império, as cidades da Gália de maior extensão, como Nîmes, Toulouse, Autun, Trèves, nunca conseguiram ultrapassar uma população de mais de 50 000 habitantes, não indo além dos 200 a 300 hectares de superfície. Cidades célebres, tais como Marselha, Milão, Verona, Aquileia, Nápoles, sempre foram pequenas. O que dizer então quando, na sequência dos desaires do século III e do decréscimo populacional daí resultante, as cidades tiveram de se concentrar, passando a não ocupar mais do que um quarto, um décimo, ou, por vezes, até mesmo um vigésimo da sua antiga extensão: Autun passa a cobrir uma área de 10 hectares em vez de 200. A partir do reinado de Aureliano, uma *cidade*, durante o Baixo Império e a Alta Idade Média, é um reduto fortificado, raramente tendo mais de 20 a 25 hectares de superfície, e muitas vezes até menos. Assim, Bordéus, uma das cidades mais importantes da Gália durante o Baixo Império, não vai além dos 2340 metros de perímetro e dos 32 hectares de superfície. Nantes, Troyes e Rouen não vão além dos 16 hectares. Em Beauvais, Tours, Rennes, deparamos com 10 hectares, enquanto que em Senlis apenas com 6 ou 7. Paris tem apenas 1620 metros de perímetro e 9 hectares de superfície. Na Itália, Verona não ultrapassa os 900 metros de perímetro, Pavia é uma cidade extremamente pequena, e Milão e Turim também não abrangem um espaço propriamente digno de nota. E o mesmo sucede em todo o lado⁽⁴³⁾.

Cidades de tal modo exíguas não podem, com efeito, possuir uma grande população. As maiores, possuindo a superfície de um campo romano, a qual varia de 21 a 25 hectares (Lambese, Neuss, Bonn), não podem praticamente ir além de uma população numericamente correspondente aos efectivos de uma legião, ou seja, no máximo 6 000 homens.

A comparação com as pequenas cidades francesas da época moderna pode revelar-se esclarecedora. A «cidade» de Limoges possuía, em 1789, a mesma superfície que na época romana, ou seja, 11 a 12 hectares: contava 3000 habitantes⁽⁴⁴⁾. A moderna Autun, com 70 hectares, cobre um terço da superfície de *Augustodunum*, no Alto Império; tem 15 000 habitantes, ou

seja, 200 por hectare. Saint-Malo, onde a população se amontoa em casas construídas ao longo de ruas terrivelmente estreitas, possuía, em 1901, 7262 habitantes para os 26 hectares da comuna, *intra muros*, ou seja, menos de 300 habitantes por hectare. Parece impossível que nenhuma cidade da Gália ou da Itália, à parte Roma, tenha podido ultrapassar ou até mesmo sequer alcançar este número.

Não só a população é bastante escassa, como também o seu poder de compra é bastante diminuto. O homem do mundo antigo, se não vive na opulência, tem poucas necessidades. A sua alimentação é simples e frugal, tal como ainda hoje em dia o é a dos habitantes dos países meridionais. As classes inferiores alimentavam-se de pão e de papas de frumento (já os outros cereais eram menosprezados), para além de legumes. O uso da carne estava pouco difundido, salvo no respeitante ao porco e ao cabrito; donde a nossa palavra «carniceiro», que significa vendedor de carne de cabrito. A manteiga era um alimento próprio de Bárbaros, sendo assim preterida em prol do azeite. Bebia-se pouco vinho; o próprio exército, apesar de bem tratado, só tinha vinho dia sim dia não⁽⁴⁵⁾. Ora, em tais condições, o comércio de alimentação não podia ser muito florescente.

O mesmo sucedia relativamente ao vestuário. O traje era simples e raramente renovado. Não havia roupa branca propriamente dita⁽⁴⁶⁾. Assim, a indústria do vestuário não vem a desenvolver-se⁽⁴⁷⁾. Só conseguirá ultrapassar o âmbito das oficinas domésticas com o alargamento do comércio da lã e da indústria de panos, assim como quando a camisa, de origem germânica, tenha deixado de ser um simples elemento do vestuário para passar a ser efectivamente roupa branca; tal equivale a afirmar que estas transformações só virão a produzir-se num estágio já relativamente avançado da história da Idade Média. Habitação, aquecimento, iluminação, permanecerão, pois, estacionários.

A população das grandes cidades amontoa-se em prédios divididos em andares independentes uns dos outros (*insulae*)⁽⁴⁸⁾. Tais habitações eram bem tristes, já que, mesmo no Inverno, à parte o uso de *braseros*, o aquecimento era quase nulo. E quanto à iluminação, uma simples e rudimentar lamparina, consistindo apenas numa torcida a nadar no azeite. O mobiliário era sumário: uma cama (um cavalete de pau no qual se colocam algumas almofadas), arcas, mesas e cadeiras. Cada cidadão vive o menos possível na sua desagradável moradia: quando acabou o trabalho, caso trabalhe, passeia-se pelas ruas, sob os pórticos, no fórum, frequenta os circos, o teatro, ou as termas onde a falta de roupa branca o obriga a ir tomar frequentes banhos.

De um modo geral o homem do mundo antigo tem uma psicologia sensivelmente diferente da nossa. Tem poucas necessidades, tem uma grande estabilidade de gostos. A moda quase que não existe, só exercendo a sua influência nas classes superiores e não no conjunto da sociedade, tal como sucede nos nossos dias. De resto, a sua evolução é extremamente lenta. Usos e costumes, habitações, mobiliário, objectos de arte, tudo tem tendência para vir a estereotipar-se em formas quase imutáveis. Donde o carácter monótono, enfadonho, da civilização romana.

Esta simplicidade de vida, esta ausência de necessidades, de conforto, são tudo aquilo que há de mais desfavorável ao desenvolvimento da indústria. A *aurea mediocritas*, tão cara aos Romanos ou aos Franceses, é um conceito incompatível com uma civilização materialmente avançada⁽⁴⁹⁾.

É certo que o mundo romano conta com fortunas perfeitamente deslumbrantes, fortunas colossais, em comparação com a Idade Média ou com a aurora dos tempos modernos. Mas, na rotina habitual das suas vidas, os ricos, mesmo na cidade, vivem dos produtos dos seus domínios rurais e não compram quase nada. Convém, contudo, exceptuar os objectos de luxo que se mandam vir dos quatro cantos do mundo. Só que o sistema económico moderno ensinou-nos que o comércio de luxo, o qual só interessa a um número muito diminuto de pessoas, de pessoas ricas, evidentemente, é absolutamente insuficiente para produzir, suscitar e manter uma indústria florescente: «Quando a riqueza se concentra num só polo, o luxo acaba por quebrar o equilíbrio da produção ao diminuir o volume dos objectos de consumo e ao aumentar, consequentemente, o dos objectos de luxo»⁽⁵⁰⁾. A indústria só é próspera nas sociedades em que a riqueza se encontra dividida por um grande número de indivíduos, indo, por sucessivas gradações, do mais rico para o mais pobre: «quanto mais dividida estiver a riqueza, tanto maior será o consumo e, consequentemente, a produção».

Infelizmente, e à parte num número extremamente diminuto de cidades do Oriente, nada de semelhante se nos depara no Império Romano. Classes médias, quase que não as há. Entre o extremo luxo e a miséria, resignada ou revoltada, nada mais há. Em Roma, a mais rica, a mais deslumbrante das cidades, aos 1800 *domus* (palácios) opõem-se 46 600 apartamentos onde fervilha uma população famélica. As pessoas de boas famílias mas sem fortuna vivem de *sportules*. Roma é uma cidade de mendigos e continuará a sê-lo quase até à primeira guerra mundial.

Além do mais, há uma profunda diferença que distingue a vida urbana do mundo antigo da vida urbana dos tempos modernos⁽⁵¹⁾. A cidade moderna

vive acima de tudo da indústria e do comércio: aí reside a sua função específica.

Ora, não sucede necessariamente o mesmo no caso da cidade antiga: esta é, acima de tudo, a urbe mais importante do Estado, a capital. As pessoas bem nascidas aí residentes vivem do produto das suas terras. A indústria e o comércio podem complementarmente nela vir a florescer, mas tal não é a função primordial da cidade. Não estende a sua acção ao território vizinho com o fim de o tornar mais fecundo, mais fértil, de o enriquecer, de o civilizar; bem pelo contrário, pois suga-lhe a sua substância, a sua energia: é «tentacular» – reproduzo aqui uma expressão contemporânea⁽⁵²⁾.

As cidades não são, portanto, centros industriais ligados entre si por interesses comuns ou até mesmo pela concorrência. Assim, não há uma verdadeira burguesia industrial na Antiguidade, e isto porque, propriamente falando, nela não há nem grande nem média indústria⁽⁵³⁾. Não chamaremos «grande indústria» a essas empresas montadas sob controlo do Estado para prover ao aprovisionamento das capitais e do exército⁽⁵⁴⁾. Os armazéns gerais de Óstia, as duzentas e cinquenta enormes padarias de Roma, as fábricas imperiais de armas e de tecidos, é certo que necessitariam de muito dinheiro, de mão-de-obra, de um numeroso pessoal. Mas não é isso a grande indústria: esses estabelecimentos limitam-se a armazenar géneros alimentares destinados ao povo romano⁽⁵⁵⁾ ou a produzir objectos para o imperador e a sua corte, não para o público. E só subsistem graças a toda uma série de privilégios, de isenções, de obrigações. Em todas as épocas e no seio das mais diversas civilizações, sempre houve grandes oficinas reais a trabalharem ao serviço do soberano. Assim sucedeu no Egipto, e até mesmo numa época em que o sistema económico monetário ainda não era conhecido. Esses grandes armazéns romanos representam tanto a grande indústria como as «manufacturas» de tapetes, de móveis ou de porcelanas de Luís XIV e de Luís XV, as quais trabalhavam sem concorrência, e essencialmente para o senhor do Estado, para o rei, não para um público comprador⁽⁵⁶⁾.

3. *O comércio*

O comércio ocupa um lugar infinitamente mais importante do que a indústria no apreço a ele dado pelos homens da Antiguidade e da Idade Média.

Nos tempos modernos, mesmo os países mais ricos, os que encabeçam o regime capitalista, começaram por ser países comerciantes. Os Holandeses no século XVII, os Ingleses no século XVIII, são sobretudo comissionistas e os seus portos são autênticos entrepostos comerciais. As mercadorias inicialmente transportadas pelos suas frotas não eram, ou só muito raramente o eram, produtos da indústria holandesa ou inglesa. Mas é igualmente certo que este impulso comercial precedeu e determinou o desenvolvimento de uma indústria nacional⁽⁵⁷⁾.

A unificação do mundo helénico no reinado de Alexandre, ou a do mundo mediterrânico sob o domínio de Roma, vieram seguramente a activar, em grande medida, o impulso do comércio mediterrânico. Pois, para o comércio poder doravante proceder em segurança ao transporte das suas mercadorias das Colunas de Hércules ao Eufrates, da Bretanha à África, foi, sem dúvida, um benefício de inestimável valor⁽⁵⁸⁾.

Não obstante, e apesar de o comércio ter sido sempre visto com melhores olhos do que a indústria, este nunca conseguiu atingir uma grande amplitude. O mundo romano, dado produzir pouco, pouco transportava e pouco vendia: ao sul, deparava com a barreira dos desertos, ao norte, com os Bárbaros, a leste, com a civilização persa, economicamente atrasada; as relações com a Índia e a China eram extremamente raras⁽⁵⁹⁾. Logo, dado o mundo romano carecer de uma indústria, o comércio tinha de limitar-se a veicular os produtos de uma indústria estrangeira. O grande comércio só podia, pois, incidir sobre os objectos de luxo, cujo elevado custo permitia recuperar os gastos com o transporte. Mas, a propósito de comércio de luxo, convém repetir aqui as observações relativas à indústria de luxo: no fundo, vem a ser sempre improdutivo⁽⁶⁰⁾. Por outro lado, os objectos de luxo e os objectos de arte vinham, sobretudo, do Oriente e o grande comércio só pôde subsistir na base dos objectos de largo consumo e não dos objectos de luxo cuja venda é sempre oscilante, dependente do acaso, podendo mesmo vir a parar por completo, o que traz, então, profundas perturbações. A navegação não podia prosperar tendo de limitar-se a transportar púrpura, ou, vindo do Extremo-Oriente sedas da China, perfumes, especiarias, etc. Pensa-se que, num tal tráfico, o saldo da balança era desfavorável a Roma e ao Ocidente, já que tinham de pagar em numerário e nada ou quase nada vendiam sob a forma de mercadorias. O ouro e a prata, eram, assim drenados para o Oriente e o Extremo-Oriente⁽⁶¹⁾.

A razão profunda desta debilidade dos negócios deve ser procurada na psicologia dos Romanos. Contrariamente aos Gregos do período ateniense e do período helenístico, este povo não se interessava a fundo nem durante

muito tempo pelo tráfico mercantil; demonstrava ter «muito poucas ambições quanto ao comércio»⁽⁶²⁾, e, contra tudo o que tenha sido dito, Roma nunca teve uma política mercantil⁽⁶³⁾. Os mercadores «itálicos», assinalados um pouco por toda a parte, desde a Gália ao Oriente, em fins da República romana e no início do Império, não eram habitantes de Roma, mas sim gente do Sul da Itália. Alguns deles não passavam de simples traficantes que, à semelhança dos comerciantes de guerra, se abatiam como autênticos abutres sobre as novas colónias em busca de uma fortuna fácil e rápida, recorrendo para tal a todos os meios possíveis, a fim de, seguidamente, alcançado o seu fim, desaparecerem sem deixar rasto. Esta classe de homens vem mesmo a desaparecer, absorvida pelo mundo helenístico. A partir do reinado de Tibério, o tráfico torna-se no monopólio dos orientais, sobretudo Sírios e Judeus, e assim irá continuar a ser por muito tempo, até mesmo após a desaparecimento do Império, já na época merovíngia⁽⁶⁴⁾. Quanto à navegação, foi um campo em que os Romanos não desempenharam qualquer papel: as equipagens eram gregas, ilíricas, egípcias.

Quanto às classes altas da sociedade (classes senatoriais, classes equestres), foram os preconceitos, quando não mesmo as próprias leis, aquilo que as levou a desviarem-se do comércio. Estas classes altas, não obstante tão ávidas, tão ambiciosas, não possuem o espírito capitalista de empresa⁽⁶⁵⁾. O grande comércio não encontra nelas o apoio dos capitais que só elas detêm e nunca vem, assim, a constituir essa classe de verdadeiros comerciantes, experimentada, empreendedora, prestigiada, sem a qual não pode de facto haver um verdadeiro regime capitalista.

É possível que nos tenhamos enganado.

O direito comercial romano é bastante perfeito. Haviam, à semelhança do Oriente, do Egipto, sociedades de comandita, sociedades por acções; já conheciam o seguro marítimo, o mercado periódico, de duração limitada e preço fixo, regularmente actualizado, os títulos ao portador e à ordem, talvez mesmo uma espécie de letra de câmbio (*permutatio*). Os bancos desempenham um importante papel. Convém ainda observar que eram bancos de depósitos e contas correntes; não é certo se chegaram ou não a praticar o sistema de crédito a juro, e quanto às formas superiores do crédito moderno, eram-lhes totalmente desconhecidas. Há um abismo entre o *argentarius* romano, que não passa de um cambista ou de um joalheiro, e o moderno banqueiro, homem de negócios cujo crédito vivifica a indústria e o comércio dos tempos actuais.

Com estas reservas – e são de peso –, vemos, assim, que os romanos do tempo do Império conheceram aquilo a que é chamado a economia *fidu-*

ciária⁽⁶⁶⁾. Mas isso não equivale a afirmar que tenham alcançado o estágio da economia realmente capitalista. Há já bastante tempo que K. Marx⁽⁶⁷⁾ demonstrou que a economia fiduciária não passava de um anexo da economia monetária e que esta, ainda que precedendo necessariamente a economia capitalista, não deixa, por isso, de ser intrínseca e organicamente distinta daquela.

4. *A agricultura*

Na falta de uma indústria, na falta do comércio, não será possível que os capitais tenham vindo a ser investidos na agricultura? Que o capital seja aplicado na indústria ou na agricultura, isso é perfeitamente secundário, já houve quem o dissesse⁽⁶⁸⁾.

Os historiadores que assim pensam têm particularmente em mente os *latifundia*, explorados à custa dos escravos e segundo métodos que seriam perfeitamente capitalistas.

É certo que, nos fins da República e durante o Império, houve insistentes esforços no sentido de aplicar na agricultura os abundantes capitais de que dispunham as classes altas⁽⁶⁹⁾. Para um homem de baixo nascimento, enriquecido num qualquer comércio, o único meio de fazer esquecer esse ferrete consiste em comprar terras. O pequeno comércio é «sórdido»; mas o mercador que se aposenta e emprega a sua fortuna na agricultura é digno de elogios⁽⁷⁰⁾.

Os hábitos e costumes, a legislação, o favor imperial, até a própria moda, tudo incitava a investir dinheiro na compra e na exploração de grandes domínios fundiários.

Os resultados, contudo, não corresponderam a tais esforços. A exploração capitalista do solo veio a redundar num fracasso total.

E isto porque a exploração por meio de escravos, não só imobiliza grandes capitais, como também exige duas outras condições, pelo menos para poder ser compensadora: um solo rico, e grandes aglomerados populacionais nas proximidades. Mas as partes mais férteis da Itália, da Gália, etc., permaneceram por longo tempo incultas; na falta de conhecimentos científicos, ainda embrionários, e também na falta de gado grosso, a maior parte do solo bem depressa se esgotava, principalmente com o sistema de afolhamento bienal⁽⁷¹⁾. As cidades, por outro lado, enquanto centros de escoamento dos

produtos, não estavam em condições de assumir cabalmente uma tal função. A maioria, tal como já o vimos, eram pequenas, muito pouco povoadas, e, pior ainda, bastante afastadas umas das outras⁽⁷²⁾, logo, reunindo, pois, condições péssimas para que pudessem vir a ser mercados lucrativos. Restava ainda Roma; mas, aprovisionada pela anona de África⁽⁷³⁾, da Sicília, etc., a capital era, do ponto de vista económico, como que estranha à Itália.

Lembre-mo-nos de que o poder de consumo do povo das cidades era muito limitado: nada de carne, nada de vinho. Os transportes de vinho, de azeite, etc. (em vasos de argila ou em odres), eram, aliás, difíceis, e no caso dos frutos ainda mais⁽⁷⁴⁾.

Os grandes domínios de escravos só conheceram, pois, a exploração extensiva, e sobretudo as pastagens. Produziam menos para o mercado do que para a subsistência do seu proprietário, da família e dos clientes. Os *latifundia*⁽⁷⁵⁾ integram-se, assim, na economia doméstica. Quando muito, se assim se quiser, anunciam e preparam a economia feudal, mas de modo algum a economia capitalista.

Assim, sempre que tal é possível, o proprietário acaba por dividir os seus domínios em lotes concedidos a colonos.

E quanto a estes colonos, será que são rendeiros no sentido actual do termo, isto é, subcapitalistas possuidores de gado, de instrumentos aratórios, de um fundo em caixa para as necessidades correntes? Certamente que não⁽⁷⁶⁾. O *colones* livre só dispõe dos seus braços e da ajuda da sua família, nunca de capital; e isso já nos explica, sem dúvida, a facilidade com que mais tarde, sob o Baixo Império, virá a ser associado à gleba. Ora, esta divisão do domínio em lotes concedidos a colonos livres ou a servos é tudo o que pode haver de mais contrário ao sistema de uma exploração em regime capitalista, porque – será preciso dizê-lo? –, a grande propriedade não é, de modo algum, sinónimo de exploração em grande⁽⁷⁷⁾.

Assim, o capitalismo, ao voltar-se para a agricultura, foi impotente para modificar o seu carácter de economia natural, e não há nada que menos se assemelhe à economia capitalista do que a agricultura do Império Romano.

No termo desta análise, será que temos de concluir que em Roma não houve nem espírito empresarial, nem qualquer tentativa de utilizar as bem consideráveis somas que, na sequência das conquistas da Ásia e da Grécia, nela tinham vindo a acumular-se? Uma tal conclusão não só seria contrária a todas as aparências, como também a todos os textos. O fim da era republicana vê surgir novos homens, negociantes, publicanos, ávidos de lucro e dotados de um ardente espírito de empreendimento. As velhas classes, a dos cava-

leiros, a dos senadores, são animadas por um autêntico frenesim de gastos e de prazeres, assim como por uma fúria de especulações de toda a ordem. Certo tipo de homens de negócios ficaram célebres. Foi já perfeitamente definida a fisionomia de um Atticus, de um Rabirius, sempre na mira da obtenção de colocações vantajosas nas mais diversas parcelas do mundo romano⁽⁷⁸⁾.

Existiam sociedades comerciais, inclusive por acções. O direito comercial, como já dissemos, não é, de modo algum, incipiente. Não obstante, ao analisarmos-lo mais atentamente, apercebemo-nos de que a actividade vem a concentrar-se em três tipos de negócios: 1.º) o recebimento regular, em data fixa, dos impostos devidos pelos provincianos, súbditos de Roma; 2.º) os investimentos fundiários (terras, imóveis nas cidades); 3.º) os empréstimos usurários. E é por demais evidente que os publicanos que pressionam economicamente as províncias são os antepassados dos arrendatários gerais e não, de modo algum, dos nossos modernos homens de negócios.

Quanto aos investimentos fundiários, disso já falámos. Foram sempre pouco produtivos, quando não mesmo totalmente improdutivos. Têm um fim essencialmente social, mundano, e muito pouco valor económico. E, acima de tudo, floresceu a usura⁽⁷⁹⁾. «O capital mobiliário nunca teve senão uma forma: a da usura. Já no século I a. C., e bem assim durante todo o Império, a usura torna-se na especulação por excelência dos Itálicos. A usura é prática corrente sob todas as suas formas, desde o empréstimo puro e simples, da *versatura* (contrato de natureza obscura, mas extremamente oneroso), ao grande empréstimo, lavrado por escrito, feito pela alta banca e pelos pequenos prestamistas à semana ou ao dia, que, qual praga de gafanhotos, são capazes de reduzir à miséria países dos mais ricos, verdadeiros eldorados, tal como a Ásia»⁽⁸⁰⁾.

Os *Italici qui negotiantur*, espalhados por toda a parte, sempre na trilha dos soldados, na Gália, na Ásia, etc., aos milhares, são sobretudo usurários. Apenas o empréstimo usurário de curta duração é mal visto, tido como ignóbil. Mas a usura em grande escala já é bem aceite, não sendo vergonhosa para ninguém praticá-la. E que usura! Cavaleiros, senadores, começam por emprestar aos reis do Oriente e, mais tarde, às cidades, às corporações e aos particulares a juros perfeitamente fabulosos. O juro de 4% ao mês é de regra; alguns só emprestam a 75% ou a 100%; tal é o caso de Atticus, considerado pelos seus contemporâneos como o rei dos cavaleiros. Como tinha por hábito proteger os homens de letras, ganhou, mesmo assim, fama de ser um homem galante. Brutus emprestava a 48%. «Todos os grandes nomes da história de

Roma estão ligados a operações usurárias» (81). E é tudo no respeitante às províncias.

Na Itália, até mesmo nos períodos de acalmia, o juro de 12% era legal. «Para Roma, a grande indústria é a usura» (82). O dinheiro não era investido nem na terra, nem no comércio, nem na indústria. O capital do mundo romano nunca contribuiu para a prosperidade das empresas. Sendo apenas aplicado a operações usurárias, o capital esgotava o próprio espírito de empresa, transformando-o num invólucro vazio, desprovido de qualquer conteúdo, e, ao opor-se precisamente às fontes de riqueza, acabava por desencorajar a produção. «Em Roma, tal como sempre o será em todos os países onde a indústria comercial tem muito pouco peso, a usura representou um imposto exorbitante exigido aos pobres e aos necessitados pelos capitalistas, ou seja, uma causa de ruína para o povo. Quanto menos negócios há, tanto maior é a usura» (83). Nada há de mais estéril, de mais pernicioso do que a usura. Mas esta só vem a prosperar nos países e nos períodos em que não existe um verdadeiro sistema de crédito (84), ou, por outras palavras, enquanto os espíritos ainda não tiverem alcançado uma concepção capitalista dos negócios.

Esta aristocracia usurária, ociosa, e de modo algum capitalista, foi, além do mais, terrivelmente dissipadora. É possível que tenha havido um certo exagero no luxo atribuído às classes altas (85), mas isso não impede que seja igualmente certo ter havido, em fins da República romana e no início do Império, toda uma multitude de prodigalidades das mais insensatas, uma autêntica destruição de riquezas em grande escala. E estas riquezas não eram obra de Roma, mas sim do mundo helenístico (86). A indústria romana nos séculos II e I antes da nossa era sempre fora a guerra, a espoliação dos vencidos. Drenado para Roma, mas sem o apoio de um verdadeiro espírito de empresa, o capital, produto de longos séculos de trabalho do mundo mediterrânico, bem depressa acaba por fenecer. «Os frutos das conquistas foram totalmente dissipados num só século» (87). A época de maior luxo vai desde meados do século I a.C. até à morte de Nero (88). Já sob o reinado de Vespasiano, tanto a ordem senatorial como a ordem equestre estão praticamente como que aniquiladas, não só na sequência das perseguições políticas, mas também devido à contínua dissipação das fortunas. Vespasiano viu-se, assim, obrigado a constituir uma nova nobreza na base de famílias provincianas. E a partir desta altura nenhuma fortuna durará mais de três ou quatro gerações (89).

Observemos, finalmente, que os antigos nunca tiveram uma ideia muito clara acerca da natureza do capital produtivo (90). Confundiam-no com

o empréstimo em géneros ou em numerário, o qual não passa de um símbolo do valor de troca. Pela nossa parte, sabemos já que «a acumulação do capital-moeda não é sinónimo de acumulação de capital, isto é, de reprodução; pois ele não representa a riqueza real». Só que só o sabemos há relativamente pouco tempo. Quando a rarefacção do numerário começou a fazer-se sentir – e isso sucedeu a partir do século II –, na sequência das dissipações das antigas riquezas e do esgotamento das minas de ouro e de prata⁽⁹¹⁾, daí resultou um autêntico caos social de excepcional gravidade⁽⁹²⁾.

Tem, então, início a progressiva alteração das moedas, ao princípio bastante lenta, mas depois, após o reinado de Séptimo Severo, a um ritmo extremamente rápido, para acabar por vir a resultar numa autêntica crise de preços. Sobrevindo, então, um período de perturbações políticas de longa duração (235-284), com todo o seu cortejo de misérias, de guerras intestinas, de confiscações, de invasões bárbaras, o numerário, rarefeito e envilecido, vem a desaparecer na sombra, enquanto que o comércio ficará como que aniquilado e a antiga prosperidade ruirá, envolta no pó das convulsões sociais. E isto porque a actividade dos primeiros séculos antes e depois de Cristo não passara de uma simples efervescência passageira. O «capitalismo» romano não era mais do que uma fina camada que, varrida pelo sopro da tempestade, as aceradas pontas da economia natural subjacente acabam bem depressa por trespassar⁽⁹³⁾.

Este retorno à economia natural, após a paragem da economia monetária, equivale já, economicamente falando, à Idade Média. Política e socialmente, representa o prólogo, a antecâmara da Idade Média.

Da prosperidade material e do avanço cultural alcançados pela sociedade da Idade Antiga dependia a solidez do regime imperial. Estando o sistema económico em estado de acentuada regressão, seria necessário diminuir os gastos. Mas não conseguiram resignar-se a tal. O Estado romano, desde os finais do século III, é como um proprietário arruinado que teima em continuar com o mesmo tipo de vida dos seus tempos de prosperidade. Vãos esforços! O recrutamento militar torna-se difícil; o decurião abandona a cúria, o camponês a terra, o artesão o seu *collegium*. O Estado só vê, assim, um meio de salvação: ligar por obrigatoriedade cada um à sua profissão, ligá-lo indissolivelmente, a ele e aos seus descendentes, ao mesmo posto, à mesma função social, acabando, deste modo, por vir a constituir um verdadeiro sistema de castas. As reformas de Diocleciano, de Constantino e dos seus sucessores traduzem a luta desesperada de um organismo que não quer morrer, debaten-

do-se, mas vascas da agonia, contra as forças naturais da economia que não permitem que uma sociedade de recursos tao limitados possa continuar a manter um Estado tão vasto e complexo.

Regra geral, só se vê nesta legislação o seu lado mesquinho, falso, despótico, fútil. Raramente se apreende o seu lado trágico e grandioso. Culpam-se os imperadores dos séculos IV e V por não terem conseguido voltar a galvanizar o Império. Enchemo-los de recriminações; cobrimo-los de injúrias. Apenas, ou quase, Albert de Broglie soube ser equitativo e equacionar correctamente o problema:

«A bem dizer, se o Império, no século IV, em vez de conseguir transmitir as suas leis, hábitos e costumes às nações estrangeiras, acabou, isso sim, por se deixar invadir e derrotar por estas, não é nem a política pacifista de Constantino, nem às instituições militares – as quais não passavam, aliás, do seu natural prolongamento –, que devem ser lançadas as culpas. O mal vem de mais longe: as suas raízes mergulham a uma profundidade que às leis humanas não foi dado alcançar. Seria em função dos seus males internos e da decomposição de todas as suas forças vitais, e não por carência de qualquer organização militar, que o Império viria a perecer. Dez séculos de corrupção e três de despotismo tinham acabado por levar esta velha sociedade a um estado de adiantada miséria moral e material, e, se ousarmos servir-nos de uma expressão bastante moderna, a uma condição económica perante a qual todas as leis eram impotentes. Para resumir, desde há quatro séculos que Roma se ia arruinando, numa curva descendente ininterrupta, arrastando na sua ruína pecuniária todos os seus recursos políticos. Quando uma sociedade não pode suprir as suas próprias necessidades, também não pode prover por longo tempo à sua própria defesa. Roma, no século IV, já não podia nem alimentar os seus cidadãos, nem manter a sua administração, nem pagar as suas tropas: de ano para ano, as suas populações empobreciam e os seus encargos iam-se tornando cada vez mais pesados, enquanto que as suas forças se iam depauperando. Foi esta miséria crescente, cujas causas Constantino, tal como todos os da sua geração, não conseguiu apreender, só lhes tendo vindo a aplicar remédios bastante insuficientes, quando não mesmo, por vezes, piores do que o próprio mal, que veio a baldar todos os seus esforços, a frustrar todos os seus cálculos políticos, a acabar por entregar o Império, como uma presa fácil, nas mãos dos seus inimigos e a não permitir que as velhas nações romanas pudessem retemperar a tempo as suas forças esgotadas nas inspirações de uma nova fé. Falta, pois, encarar sob este aspecto e *nesta óptica de economia social*, que se prende, contudo, com elevadas con-

siderações de ordem política e moral, qual o efeito e o destino das instituições de Constantino» (94).

Se é certo que os imperadores romanos do Baixo Império insistiram em que o Estado continuasse a levar um tipo de vida que era já incompatível com a situação económica de então, tal advém do facto de a própria existência do Estado estar dependente desse mesmo tipo de vida. Censurar-lhes as medidas por si tomadas é injusto e até mesmo pueril: isso é o mesmo que censurá-los por terem querido que o Império romano continuasse a existir. Só que mais não conseguiram do que prolongar a sua agonia no Ocidente. Mas, sem eles, o doente teria expirado dois séculos antes num acesso de febre convulsiva. E mesmo assim é perfeitamente prodigioso que tenham conseguido manter a sua existência no Oriente.

V.

A monarquia constantiniana: seu carácter, reformas e serviços

1. *O imperador, o Senado e os altos funcionários*

A obra de transformação do «Império» de magistratura em monarquia, projectada por Aureliano e iniciada por Diocleciano, vem a ser prosseguida e completada sob o reinado de Constantino e dos seus sucessores⁽¹⁾.

Tendo-se convertido ao cristianismo, o imperador já não permite que o adorem como a um deus. Contudo, entende dever permanecer acima da humanidade. A etiqueta não vem, pois, a ser modificada. Apenas o símbolo o é, e não muito. O imperador deixa de ser representado como a encarnação do Deus-Sol, mas a «auréola» do santo passará a rodear-lhe a cabeça. E virá um dia a qualificar-se de ἱσαπόστολος, ou seja, «semelhante aos apóstolos».

O palácio, a corte, torna-se no centro real do Estado e «o Império está todo lá» (Duruy). Os «funcionários», civis e militares, possuem tanto mais honrarias quanto mais próximos estejam da pessoa sagrada do imperador. Os serviços do Estado participam deste carácter «sagrado», qualificação que, aliás, lhes é dada: o Conselho imperial é o «sagrado consistório», enquanto que o Ministério das Finanças é apelidado de «sagradas munificências».

Os antigos poderes não passam de uma pálida sombra daquilo que eram.

O Senado, espoliado das suas prerrogativas, é uma autêntica ruína: desaparecem os *senatus-consultes*, desaparecem as suas atribuições financeiras. Não tem qualquer poder de iniciativa, nem sequer mesmo qualquer função bem determinada. O Senado é uma simples câmara consultiva e, por vezes, uma espécie de supremo tribunal de justiça. Os seus privilégios, principalmente honoríficos, têm por contrapartida cargos bastante pesados.

Assim, o papel do Senado romano vai declinando cada vez mais. No entanto, pelo menos no Ocidente, os senadores mantêm um considerável prestígio enquanto classe social, senão mesmo enquanto corpo político.

Em Constantinopla, o Senado, de simples cúria municipal, acaba por tornar-se num corpo igual ao Senado de Roma e, mais tarde, a partir de 359, quando Constâncio estabelece um «prefeito da cidade» até mesmo num seu rival. Mas tal sucede sobretudo a partir de 365 quando, por ocasião da partilha operada entre Valentiniano e Valente, todos os cargos da corte vêm a ser desdobrados⁽²⁾.

Constantinopla torna-se no centro da nova aristocracia de funcionários, autêntica força do Estado bizantino. Além disso, intromete-se ainda nos assuntos religiosos.

Quanto à ordem equestre, acabou por desaparecer, ou melhor, veio a transformar-se, e tão profundamente que chega a ser difícil reconhecê-la na ordem dos *perfectissimes* da nova hierarquia de que falaremos adiante.

As antigas magistraturas, que davam acesso ao Senado, como o consulado, a pretura, a questura, despojadas de qualquer atribuição séria, já não passam de simples cargos e de cargos bem pesados (ocupar-se dos jogos a oferecer ao povo da cidade, etc.). O consulado anual continua a ser considerado como a primeira dignidade do Estado: é como que uma espécie de decoração dispendiosa.

A nova hierarquia⁽³⁾ só vem a completar-se sob os reinados de Constâncio e de Valentiniano. As verdadeiras divisões da sociedade passam, então, a ser constituídas pela hierarquia dos funcionários imperiais. A cada função do Estado passa a caber uma qualificação, por vezes hereditária. São as seguintes:

- 1.º *Illustres*: os prefeitos do pretório, os prefeitos das duas capitais, os *magistri militum*, o camareiro-mor, o director-geral dos ofícios⁽⁴⁾ (ministro da Casa do imperador e também da polícia), o questor do palácio, os dois ministros das Finanças (conde das sagradas muni-

ficências, conde do domínio privado), e os dois condes da guarda (desde 400).

- 2.º *Respectables*: O primeiro camareiro (*primicerius sacri cubiculi*), o primicério dos notários (espécie de secretário de Estado), o marechal do palácio (*castrensis palatii*), os directores dos quatro grandes escritórios da chancelaria (*magistri scriniorum*), os governadores de certas províncias, ditas proconsulares, os vigários das dioceses, os condes e os duques militares.
- 3.º *Clarissimes*: Este título, inicialmente reservado aos senadores, isto é, a personagens que não são funcionários, passou a ser atribuído aos governadores das províncias, pelo menos no Oriente, ao prefeito da anona e ao prefeito das vigílias.
- 4.º *Perfectissimes*: O perfeitíssimo, simples qualificação dos funcionários da ordem equestre no século III, vem a tornar-se numa ordem no reinado de Constantino. São *perfectissimes*, em primeiro lugar, os duques e os condes. Mais tarde, depois de Constantino, os duques passam à categoria de *respectables*, e certos condes, os de primeira classe, sobem na hierarquia até ao título de *illustres*; o mesmo sucede no caso de certos governadores de província. No século IV, este título é apanágio dos *magistri census*, dos primicérios dos escritórios e dos médicos. Sob o reinado de Justiniano, tal título perderá todo o seu valor.

No cume da pirâmide estão os *Nobilissimes*, membros da família, e os *Patrices*, sem função determinada: são personagens importantes, ditos «pais do imperador».

A hierarquia exerce o seu poder de atracção até mesmo sobre os senadores das *civitates* provinciais⁽⁵⁾, os quais não são nem nunca serão oficialmente funcionários. O «perfeitíssimo» torna-se na recompensa de uma carreira de decurião. Alguns «senadores» provinciais infiltram-se no clarissimado de onde são rapidamente expulsos: Constâncio afasta das cúrias os curiais que Constantino permitira que ultrapassassem a sua condição. Não há ninguém, até aos chefes das corporações comerciais e industriais, que não aspire ao «perfeitíssimo».

Se não é possível ocupar uma função que dê direito a um título, procura-se, pelo menos, obter o honorariato, a vacatura.

Deste modo, toda a sociedade vem a ser arrastada, englobada no seio da hierarquia imperial. O próprio Senado passa a participar da «carreira diplo-

mática», já que o favor do príncipe abre o seu acesso àqueles que desempenharam cargos na corte e alhures.

É digno de nota atentar no facto de que os personagens ligados ao serviço particular do senhor não cessam de subir de categoria:

O camareiro-mor, desde 424, sobrepõe-se aos ministros das Finanças, e até mesmo ao ministro da Casa do imperador e chefe dos escritórios (*magister officium*); o questor, novo cargo criado por Constantino (porta-voz do imperador, primeiro membro do consistório, redactor das leis e dos rescritos), é colocado acima dos procônsoles, entre 372 e 416, e agraciado com o título de *illustre*.

2. O Exército ⁽⁶⁾

Os diversos corpos que o compõem são tanto mais considerados quanto mais próximos estão da pessoa do senhor.

A Guarda

Os últimos pretorianos são licenciados em 312. Em seu lugar, temos doravante: 1.º *Domestici et protectores*. Inicialmente recrutados, antes de Diocleciano, no seio dos suboficiais eméritos, acabam por ceder a pouco e pouco o lugar a jovens oriundos de boas famílias, os quais, para se aproximarem do príncipe, obtêm, se necessário pagando o favor de entrarem para este corpo. Mas vêm, assim, a diminuir o seu valor militar e a transformá-lo numa autêntica tropa de parada. Passam a estar divididos (a partir de 409) em dois grupos, infantes e cavaleiros, sendo os últimos mais considerados. 2.º *Scholares*. São os guardas do palácio, facto que permite explicar que o seu chefe seja o director-geral dos ofícios. Possuem igualmente um corpo de infantaria e um corpo de cavalaria; à semelhança dos Persas, os cavaleiros (*clibanarii*) são ao mesmo tempo coiraçados e archeiros.

As legiões

A hierarquia das legiões sofre uma profunda alteração. Adriano tinha adoptado o recrutamento regional numa época em que parecia que o Império

já não tinha inimigos de vulto a recear. Este tipo de recrutamento, simples e económico, denotou com o tempo possuir sérios inconvenientes. Indefinidamente instalados na mesma região, e podendo ser casados a partir do principado de Séptimo Severo, os soldados acabam por adquirir os hábitos, usos e costumes, quando não mesmo a própria língua, do país onde passavam a residir de pais para filhos. São mais exércitos provinciais do que exércitos romanos propriamente ditos. Constantino não suprimiu as velhas e ilustres legiões que desde há já tantos séculos acampavam junto às fronteiras, mas decidiu seccioná-las em diversos destacamentos ao longo dos rios fronteiros, Reno, Danúbio, Eufrates, passando a estar aquarteladas em fortins (*castela, burgi*). A denominação tradicional de «legião» continua a ser apanágio da antiga coorte cujos efectivos podiam variar entre 900 e 1090 homens; era comandada por um *praefectus*, enquanto as outras coortes (450 545 homens) o eram por um *tribunus*.

Prosseguindo na senda das medidas iniciadas por Diocleciano e Maximiano, as quais privilegiavam as legiões que asseguravam a protecção pessoal do imperador, como as Jovianas, as Herculeanas, Constantino coloca no topo da hierarquia as legiões «palatinas», e, seguidamente, as *auxilia palatine*; vêm depois as legiões «que seguem na retaguarda» (*comitatenses*), e, após estas, as *pseudo-comitatenses*. A reorganização irá continuar e será tão completa que, por volta do ano 400, em 172 legiões, só um quarto (20 no Oriente, 11 no Ocidente) remonta ainda a um período anterior ao reinado de Constantino. Muito poucas das velhas legiões foram consideradas como dignas de ocupar um lugar elevado na nova hierarquia: ao todo, apenas duas, a *VIII Augusta* e a *XI Claudia*, passaram a «palatinas», tendo ainda havido uma dezena colocada como das «que seguem na retaguarda». Tudo o resto foi relegado para as fronteiras como *pseudo-comitatenses*, ou até mesmo sem qualquer tipo de qualificação.

Os corpos mais considerados são chamados para o interior e passam a estar aquartelados nas cidades. A este respeito, Zósimo acusa o imperador de ter amolecido os soldados com esta vida urbana, ao mesmo tempo que deixava as fronteiras desguarnecidas. Mas o historiador pagão abomina em Constantino o primeiro imperador cristão, e, escrevendo um século e meio depois dele, é muito possível que venha a interpretar mal as medidas tomadas pelo imperador. O sistema da fronteira linear viera a revelar-se ineficaz no século II; estes frágeis cordões nunca tinham conseguido impedir a invasão dos Bárbaros, os quais se tinham espalhado por todo o Império destruindo as cidades indefesas. A partir dos reinados de Galieno e de Aureliano, estas, de

dimensões bastante reduzidas, foram todas fortificadas e passaram a constituir autênticos postos defensivos (*castra, castella*), guardados pelas melhores tropas. A fronteira passou a ser apenas vigiada por uma linha de defesa formada de soldados-camponeses.

A predominância do elemento bárbaro nos exércitos imperiais desde meados do século IV torna bastante verosímil a hipótese de Constantino já ter dado o exemplo de incorporar germanos não só nas *auxilia*, como também nas próprias legiões⁽⁷⁾.

A Comitiva⁽⁸⁾

O magistrado cede o lugar ao cortesão (*amicus, comes*).

A clientela imperial sempre fora, desde o início do Império, a mais procurada de todas. E o número dos amigos do príncipe chegou a ser de tal modo elevado que Tibério se viu obrigado a repartir «os amigos» por três categorias. São estes amigos que, a partir de Adriano, constituem o Conselho do príncipe e se substituem cada vez mais ao Senado na direcção dos assuntos do Estado.

Caberia a Constantino transformar esta *comitiva* tripartida, de três níveis, numa dignidade oficial do Império. Os amigos pessoais do imperador continuam a ser chamados *amici, comites*. Este mesmo título vem a ser dado honorificamente, a título de recompensa, no termo de uma carreira administrativa, militar, municipal ou colegial, um pouco à semelhança dos títulos de conselheiros áulicos ou de conselheiros privados nas modernas monarquias.

A inovação de Constantino consistiu em ligar regulamentarmente o título de conde a certos cargos particularmente importantes, ou seja, em tornar a *comitiva* numa função oficial. Este título passa, assim, a ter determinadas atribuições.

O Conselho compõe-se de *comites primi ordinis*, possuindo a categoria de *spectabiles*. O Conselho vem a ser reorganizado por volta de 335; os jovens *clarissimes* do Senado passam a ser nele admitidos, e, deste modo, o Senado, ou melhor, alguns dos seus membros entram para o Conselho do príncipe, tornando-se, contudo, em seus clientes.

Os dois ministros que dirigem as finanças são, um deles, *comes sacrarum largitionum*, o outro *comes rerum privatarum*. Possuem o grau de «ilustre» e os seus subordinados servem-se igualmente deste título: o *comes largitionum per Illyricum*, o *comes largitionum per Africam*, o *comes et rationalis*

summarum Aegypti, o *comes commerciorum per Illyricum*, o *comes metallorum per Illyricum*, etc. E, naturalmente, o mesmo sucede no caso dos personagens affectos ao serviço particular do príncipe: *comes sacrae vestis*, *comes demorum*, *comes stabuli* (este último possuindo inicialmente o grau de *clarissime* e, mais tarde, o de *spectabile*). E bem assim no caso dos chefes da Guarda: o *comes domesticorum, equitum et peditum* (desde 409), os *comites scholarum*: todos possuem o grau de «illustres».

À testa das «dioceses», Constantino coloca *comites provinciarum*, inicialmente na qualidade de inspectores temporários, passando, mais tarde, a permanentes. Contudo, este título não pode sobrepôr-se ao de *vicarii*, salvo no respeitante ao *comes Orientis* e ao *comes Ponticae*.

As funções militares particularmente delicadas são confiados aos amigos, aos «condes» do príncipe. Os dois ministros da Guerra e generais-em-chefe, criados por Diocleciano ou por Constantino, não se sabe ao certo, os *magistri militum* são *comiti priori ordinis*: possuem o grau de «illustres». Como residem na corte, donde a qualificação de *praesentale*, tornar-se-á necessário (no reinado de Teodósio) agregar-lhes, relativamente às regiões mais expostas, alguns generais: *comes et magistri militum per Gallias* no Ocidente; *comes per Orientem, per Thraciam, per Illyricum* no Oriente; possuem igualmente a qualificação de «illustres». A partir de Diocleciano, pelo menos, e para além dos comandos das grandes regiões (Itália, Gália, Espanha, Mauritània, Bretanha), encontramos nas fronteiras e nos territórios ameaçados grandes comandos militares confiados a duques. Por volta de 400, há treze no Oriente e doze no Ocidente, possuindo o grau de *spectabiles*.

A par destes, são criados *comites rei militaris* (dois no Oriente, seis no Ocidente), igualmente qualificados de *spectabiles*, e que são autênticos lugar-tenentes dos *magistri militum praesentales*. De resto, o título de *comes* é conferido a varios *duques*: donde o uso do título *comes et dux*.

O exército imperial do interior é confiado, em cada uma das grandes regiões naturais do Império, a *condes* que possuem o grau de *respectables*: assim sucede na Ilíria, Espanha, Mauritània, Tingitana, África e Bretanha. Na Gália o *comes* é inclusive *magister equitum* e «ilustre»: tem residência em Trêves. Na Itália o conjunto das forças encontra-se, sem dúvida, sob as ordens directas dos *magistri militum*.

Aquilo que é grave para o futuro reside no facto de a *comitiva* ter tendência para substituir o serviço do Estado pelo serviço pessoal. Serve-se mais o príncipe do que a *Respublica*. A *comitiva* denuncia, ainda que de longe, isso é um facto, a vassalidade, isto é, um regime em que, tendo desaparecido

toda a noção de serviço de Estado, já não se concebem senão as relações de homem a homem.

3. *O Governo e as Finanças*

O Governo

É um governo palaciano, um governo de corte, com todas as suas intrigas e baixezas. Os pronunciamentos dos pretorianos, a revolta das legiões provinciais, são substituídos por intrigas palacianas tramadas pelos eunucos e pelos delatores. Os espiões (*agentes in rebus*) pululam. São operadas prisões sob os mais fúteis pretextos (uma divagação, uma brincadeira), sendo frequentemente seguidas de abomináveis suplícios. Todos os súbditos, dos mais humildes aos mais notáveis, são suspeitos aos olhos do senhor, já que todo o homem livre pode aspirar ao Império. Um dos sucessores de Constantino, o seu filho Constâncio, surge já como uma espécie de Abd-ul-Hamid.

As Finanças⁽⁹⁾

Não se pode afirmar nem que os impostos tenham sido excessivos, nem que as despesas tenham sido extravagantes.

Será que o imposto fundiário foi excepcionalmente pesado sob o reinado de Constantino?

Lactâncio (*De mortibus persecutorum*, 23) escreve: «Os arroladores espalham-se por todo o lado: medem os campos torrão a torrão, contam todos os pés de vinha, todas as árvores; inscrevem todas as espécies de animais, anotam todos os homens um a um.» E indigna-se com uma tal atitude, mas em relação a isso os agentes do fisco limitam-se a cumprir o seu dever. Têm, nomeadamente, toda a razão em proceder com o maior cuidado as operações de agrimensura, em contar todos os pés de vinha. Pois é só na base desse minucioso levantamento que é possível constituir correctamente a unidade fiscal (*caput* ou *jugum*), cujo estabelecimento remonta ao reinado de Diocleciano.

Constantino cria ou desenvolve *impostos de classe*.

Os membros da ordem dos *clarissimes* pagam o *follis*, também dito *aurum glebale*, *glebalis collatio*, proporcionalmente ao valor da sua fortuna: duas, quatro, ou oito libras de ouro por ano. Como a libra vale 72 soldos de ouro, esta contribuição é realmente pesada; durará até 450, ano da sua supressão por Valentiniano III e Marciano. É certo que as pessoas desta classe, a dos «senadores», constituem uma aristocracia imensamente rica que detém a grande maioria das terras e está isenta dos *munera*. As censuras que Zósimo formula à memória de Constantino parecem, pois, exageradas.

Abaixo desta, a classe dos curiais paga (a partir de 364) o *aurum coronarium*, igualmente proporcional aos seus recursos fundiários⁽¹⁰⁾. De resto, o *aurum coronarium* não possui um carácter permanente: tendo sido por longo tempo uma oferta espontânea (uma coroa oferecida ao imperador), conserva essa particularidade de não ser exigível todos os anos, mas sim apenas em circunstâncias excepcionais. Não foi, decerto, isso que veio a arruinar as cúrias.

A classe dos *negotiatores*, englobando não só os grandes negociantes e os grandes comerciantes, mas também os artesãos e os pequenos trabalhadores livres, paga a *crisárgiro* ou *lustralis collatio*. A despeito do nome, era exigível de quatro em quatro anos. Criado por Constantino, este imposto virá a ser suprimido por Anastásio em 501⁽¹¹⁾.

Assim, para a classe mercantil e a dos médios proprietários, os impostos de classe eram mais incómodos pela sua irregularidade do que propriamente pelo seu peso.

Quanto a essa classe mal definida, mal conhecida, a que se chama os *plebeus*, os imperadores tomaram a seu respeito medidas de benevolência. No decurso do século IV, a população urbana, pelo menos no Oriente, foi liberta da *capitação pessoal*. Mas esta mantém-se no campo. Atingia directamente o pequeno proprietário rural (não curial) e sobretudo o «colono», ainda teoricamente livre. A capitação transmitir-se-á à Idade Média.

Impostos indirectos⁽¹²⁾

Os Romanos confundiam sob o nome de *portorium* ou *teloneum* três coisas para nós distintas: a alfândega geral, a alfândega municipal e as portagens interiores estabelecidas em determinados locais de passagem (*stationes*). Estes impostos eram arrendados. A partir do reinado de Adriano, os arrendatários propriamente ditos cessaram de pertencer à classe dos «cavalei-

ros», e foram substituídos por libertos, vigiados pelos *procuratores* «cavaleiros». O Baixo Império não introduziu quaisquer outras modificações no mecanismo desta instituição para além de ter reduzido a duração do arrendamento de cinco para três anos, exigindo que a adjudicação tivesse lugar na presença do prefeito do pretório ou dos vigários, enfim, numa palavra, colocando o conjunto da administração sob a superior alçada dos *comes sacrarum largitionum*. Não se sabe qual foi o futuro dos *procuratores*. A taxa, relativamente moderada, da cobrança (4 a 5% segundo as circunstâncias), virá a ser elevada ao número já considerável de um oitavo no século v.

É digno de nota verificar que Constantino isentou do pagamento da taxa os instrumentos agrícolas e concedeu a imunidade aos veteranos e aos seus filhos. Em contrapartida, a partir de Teodósio, o Estado chama a si o controlo da alfândega das municipalidades «livres» e obriga-as a uma partilha em que se reserva a parte de leão: dois terços.

Impostos de transmissão e outros

O imposto de 5% lançado por Augusto (*vicesima hereditatum*) já não pode ser confirmado depois de meados do século iv. Deve ter desaparecido quando das reformas financeiras de Diocleciano. O mesmo sucede em relação à *vicesima libertatis* relativa à libertação dos escravos.

Em contrapartida, a taxa de 1% sobre as vendas em leilão (*centesima rerum venalium*) veio a subsistir.

Quanto aos monopólios de Estado, a sua existência não foi comprovada, nem mesmo relativamente ao monopólio do sal.

Feitas as contas, nem o número de impostos veio a aumentar, nem o seu peso se agravou sob o reinado de Constantino ou dos seus sucessores, pelo menos no que respeita às classes inferiores da população.

Despesas

Seriam exageradas? É certo que Constantino amava o fausto⁽¹³⁾. Desenvolveu ainda mais as pompas da Corte e pretendia que os altos funcionários o imitassem. O imperador foi generoso até à prodigalidade; nos seus últimos dez anos de vida, nada soube recusar àqueles que o rodeavam e os cortesãos

arrancaram-lhe somas bem consideráveis recorrendo para tal a abundantes exteriorizações de uma fidelidade, de uma devoção hipócritas. Constantino incentivou as construções, e bem prodigamente; tal como Diocleciano, assaltou-o a loucura da construção.

É verdade. Nada há neste reinado que ultrapasse ou que chegue sequer a atingir as prodigalidades dos seus predecessores dos séculos I, II e III. Só que o Império está mais pobre, bem mais pobre.

Despesas de Estado

A mais importante, a única realmente importante, a bem dizer, é a do Exército. Mas os efectivos não foram aumentados; pelo contrário. Os exércitos romanos em campanha, a partir do século IV, não ultrapassam um número perfeitamente irrisório de combatentes: 15 000, 20 000. É pertinente duvidar-se de que o Império alguma vez tenha sido capaz de reunir mais de 30 000 homens para uma expedição. De resto, tal como já vimos, o soldo vai-se tornando raro. O Exército é cada vez mais pago em géneros. O mesmo sucede no caso dos «funcionários».

As distribuições de víveres⁽¹⁴⁾ (inicialmente de trigo, depois de pão e azeite) são aumentadas, porque o sistema de manutenção de uma plebe semiociosa vem a ser alargado à nova Roma. No entanto, há bem poucas despesas de interesse público. As grandes construções e os divertimentos são feitos a expensas dos particulares ricos.

À margem do exército, o único serviço público de real interesse é a posta, reservada ao imperador e aos seus funcionários. Trata-se de uma pesada sujeição, mas apenas incide nas cidades e nas aldeias ribeirinhas.

No seu conjunto, nada permite pensar que as despesas tenham sido mais elevadas do que no período precedente.

Regime monetario⁽¹⁵⁾

Já vimos que Diocledano conseguira pôr um travão às tremendas perturbações monetárias do século III. Caberia a Constantino completar a sua obra e voltar a assentar o sistema monetário romano em bases que permanecerão inabaláveis, pelo menos no Oriente, durante longos e longos séculos. Por volta de 312, Constantino emite o *solidus aureus*, o soldo de ouro de

72 por libra, com um peso de 4,55 gramas. Ao mesmo tempo, institui uma peça de prata também ela moldada à razão de 72 por libra. É denominada *miliarensis*. Com efeito, equivale a um milésimo da libra de ouro, tendo em conta que a relação entre o ouro e a prata é de cerca de 14 (mais exactamente, 13,71: libra de 327g de ouro, dividida por 1000 = 0,327g, e multiplicada por 13,71 = 4,55g, o mesmo peso do soldo de ouro). O seu valor intrínseco era um pouco superior a um franco (do ano de 1913).

Contudo, é preciso dizer que esta moeda nunca teve uma grande difusão. Era uma moeda de luxo que, por exemplo, os cônsules distribuíam nas suas liberalidades públicas.

As moedas de prata efectiva foram a *silica* e a *meia silica*. No sistema ponderal romano, a *silica* era um peso valendo $\frac{1}{3}$ do óbolo, $\frac{1}{6}$ do escrúpulo, $\frac{1}{24}$ do soldo de ouro e $\frac{1}{1728}$ da libra. A *silica* de ouro vale, pois, 0,189 gramas. Mas como era impossível cunhar uma moeda tão pequena, era assim amoedada *em prata*. Tendo em conta a relação 13,71, obteve-se uma peça de prata pesando 2,60 para a *silica* e 1,30 para a *meia silica*. O *miliarensis* (4,55) vale, portanto, $1 \frac{3}{4}$ de *silica*.

4. Reformas legislativas e protecção social

A legislação de Constantino prossegue parcialmente na senda da de Diocleciano. Reprime os abusos das evocações ao imperador, os quais tinham o inconveniente de desviarem as partes dos seus juízes naturais. No entanto, as viúvas e os órfãos podem recusar os governadores suspeitos de parcialidade. Os juízes são declarados responsáveis sobre a sua fortuna pessoal dos prejuízos causados por negligência ou prevaricação. São feitos esforços no sentido de tomar precauções relativamente ao testemunho oral ou escrito. É proibido reter indefinidamente na prisão os acusados por causas civis. No respeitante ao foro criminal, toda a acusação tem de basear-se em dados escritos. No âmbito da legislação penal, é abolido o sacrifício da cruz (substituído pela força), assim como a marca na fronte, «dado a figura humana ser feita à imagem da Divindade». No âmbito da legislação civil, o rigor do direito que tudo concede ao pai de família vem a ser amenizado: o filho passa a poder herdar, mesmo em vida de seu pai, um terço dos bens da mãe e a mãe passa a ter direito a um terço da sucessão dos seus filhos. Finalmente, o imperador retoma em relação às crianças pobres a política caritativa dos Antoninos.

No concernente à *escravatura*, o imperador, retomando talvez uma lei de Adriano, assimila o assassinio do escravo ao do homem livre. A *libertação de escravos* é facilitada: passa a poder operar-se no conselho do príncipe, na igreja, diante dos cônsules e dos pretores, no tribunal dos governadores, diante dos magistrados municipais. No que respeita aos *colonos*, passa a ser proibido, aquando das partilhas de bens fundiários, separar os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos; é igualmente interdito aos proprietários aumentarem as rendas anuais. Os *curiais*, a partir de 361, deixam de pagar o imposto no lugar dos senadores faltosos; a partir de 383, ficam livres da pesada e perigosa corveia de receberem o imposto (*exactio*) nas terras dos poderosos. Aos *negociantes* e *artesãos*, Constantino concede determinados privilégios (a 37 corporações livres) a fim de os incitar a aperfeiçoarem-se, eles e os filhos, no desempenho da sua profissão. O *clero* cristão é especialmente favorecido: as suas terras são isentas de impostos (até 360); os clérigos são dispensados dos *munera*, das corveias, do *aurum coronarium*. Obtêm, além disso, consideráveis privilégios judiciais.

Repressão dos abusos do «patronato» ⁽¹⁶⁾

Os pequenos proprietários rurais livres são a presa por excelência da alta aristocracia rural, a qual passou toda a pertencer à classe «senatorial» dos *clarissimes*. Estes servem-se de mil e um processos para extorquirem aos pobres a sua independência e os seus bens a pretexto de patronato. Os imperadores procuram defender essa pobre gente da sua própria fraqueza. Uma lei de 370 proíbe aos *agricolae* o *patrocinium*, sob pena de confiscação dos seus bens. O patrono que tal tiver aceite será multado em 25 peças de ouro por cada lote de terra, multa essa que será elevada para 40 libras em 399. Em 395, passa a ser proibido aos grandes senhores tomarem sob o seu patronato aldeias livres (*vici, métrócomies*).

No entanto, a legislação penal foi acusada de ser «atroz» por V. Duruy: «Ele (o imperador) multiplica a pena da fogueira; a ela condena o judeu que lance pedras a um outro judeu cristão; o cobrador que prevarique; o escriba que escreva erradamente um nome na lista dos que gozam de imunidades; o arúspice que entre numa casa particular; o escravo que se una a uma mulher livre; os cúmplices de um rapto; o falsário; aqueles que têm conluio com os Bárbaros; o credor que por dívidas apreenda os bois e os instrumentos

agrícolas do devedor; etc. Manda deitar chumbo fundido na boca da criada que tenha ajudado ao rapto de uma donzela; os operários, ditos *baphii* ou *gynaecii*, que estraguem uma peça de tecido podem ser condenados à morte, etc.» (17).

É verdade. Mas convém notar que estas terríveis penas revelam um chefe de Estado desejoso de combater a todo o preço a corrupção da sociedade:

«Foi contra os delitos que atentavam contra a castidade que decretou penas mais inexoráveis e terríveis; parecia estar mais indignado com os ultrajes feitos à moral e à religião do que preocupado com a manutenção da ordem e dos direitos da sociedade civil. Os seus éditos contra o adultério e o rapto rescendem mais à animosidade de um vingador do que à prudência do chefe de um Império. Inquietando-se pouco em remediar o mal, desde que pudesse infligir ao culpado uma punição proporcional à ofensa, violava todas as leis antigas e até as suas próprias leis para satisfazer esta piedosa mas excessivamente veemente indignação» (18).

Constantino e os seus sucessores fizeram, pois, tudo aquilo que lhes era possível fazer, pelo menos legislativamente falando, para regenerarem moralmente a sociedade do seu tempo.

VI.

O regime das castas

A despeito dos esforços dos imperadores, é visível que a sociedade antiga se vai esclerosando e desagregando. Que já não há vida política, isso é por demais evidente, mas, à parte isso, também já quase que não há vida municipal. A arte está em plena regressão. A ciência paralisada, inerte. A literatura é insignificante. O mundo romano perdeu toda a sua força conquistadora. Perde mesmo o seu poder de assimilação sobre os Bárbaros: as populações que habitam em terras do Império permanecem como súbditos de Roma, mas parecem já não sentir qualquer desejo de adquirir os usos e os costumes romanos, nem mesmo a língua latina. Apenas o domínio religioso é teatro de uma intensa agitação, porque todas as forças mentais e espirituais aí afluem num impulso irresistível.

Todos se sentem mal com a sua condição e procuram escapar-lhe. O camponês abandona o campo, o operário deserta da sua profissão, o decurião afasta-se do senado municipal. Para tais males, o poder só encontra um remédio: prender cada um à sua condição, fechar todas as saídas pelas quais lhes seria possível evadirem-se.

A palavra de ordem a «cada um no seu posto» ou a cultura romana acabará por perecer. É o estado de sítio, o estado de sítio por toda a vida, para todo o sempre. Chega-se ao ponto de tornar hereditária a condição social, a

profissão. Assistimos aqui ao estabelecimento de um autêntico regime de castas, mas um tal fenómeno já não é aqui primitivo, espontâneo, mas sim novo, político, imposto desde as cúpulas.

Passemos em revista as diferentes categorias de homens a ele sujeitos.

1. «*Officiales*». «*Collegiati*»

Os Officiales

Os funcionários, ou melhor, os empregados (*Officiales*) e porteiros (*suspectores*), passam a ser militarizados desde o reinado de Séptimo Severo. Os serviços são divididos por «coortes», donde o nome de *cohortales* dado aos empregados dos governadores. O empregado tem o privilégio do testamento militar. Assim, o serviço, quer seja na administração central (o *palácio*), quer seja nas administrações provinciais, é qualificado de *militia* (*palatina*, *officialis*), sendo a primeira, como é evidente, muito mais considerada.

Estes empregados têm privilégios⁽¹⁾: não podem ser despedidos arbitrariamente. Beneficiam de isenções de impostos e de diversos encargos; recebem títulos honoríficos no termo da sua carreira. Mas estes favores são contrabalançados por uma verdadeira servidão. Os *officiales* são tidos como enlaçados nas malhas da sua condição: *conditionum laqueis inretiti* (1. 28 C. Th., VIII, IV, *De Cohortalibus*). Não há escrúpulos em prolongar os seus serviços para além da idade normal, até ao seu total esgotamento físico. Em torno de cada governador, de cada director de serviço, pulula uma multidão desses *cohortales*, inamovíveis mas submetidos aos caprichos da administração que deles se serve como se de um rebanho se tratasse. Finalmente, as suas funções são hereditárias. Apenas relativamente às categorias de empregados pertencentes ao *palatium* ou à guarda não é necessário recorrer a quaisquer meios de coerção: parece-nos inútil explicar porquê.

Os Collegiati

O regime de castas começa por ser imposto aos servidores directos do Estado, como é compreensível. O numerário escasseia e as minas são consideradas como propriedade do Estado. É, pois, fatal que o trabalho das

minas seja obrigatório e até mesmo hereditário, pois quem é que consentiria em aceitar de bom grado uma existência tão horrível como a do mineiro antigo? É por isso que quem nelas trabalha são escravos públicos ou condenados. O mesmo sucede no caso das pedreiras e salinas.

Pelo contrário, os operários das oficinas monetárias eram, regra geral, livres. Mas que liberdade! A profissão é por toda a vida, é hereditária; os artesãos devem desposar raparigas saídas de famílias de operários que exerçam a mesma profissão e estão sujeitos ao direito de perseguição.

O mesmo sucede com os operários de armamento (*fabricenses*), armeiros e ferreiros das manufacturas imperiais. São militarizados e marcados no braço; devem morrer *exhausti laboribus*. E o mesmo sucede ainda no caso dos *bastagarii*, empregados nos comboios do fisco e no aprovisionamento das tropas, dos almocreves (*muliones*), dos palafreiros (*hippocomi*), dos carpinteiros de carruagens (*carpentarii*), dos veterinários (*mulomedici*), dos empregados da posta pública e igualmente no caso dos que se ocupam na recolha da púrpura e na fiação do vestuário nas fábricas do Estado (*gynaeece* ou *textrina*) – em número de dezassete no Ocidente –, quer para o imperador e para a Corte, quer para o exército.

Todos são organizados em «colégios» e estão submetidos a regulamentos e a disciplina militares. De resto, desde Adriano que os *bastagarii* passam a estar agrupados em «coortes» (2).

O aprovisionamento de Roma, e, mais tarde, de Constantinopla, constitui um serviço público indispensável. Estas cidades são autênticos mercados onde se vendem os produtos de todo o mundo mediterrânico; mas pelo seu lado elas pouco produzem, principalmente a primeira. A indústria e o comércio, ou a caridade privada, seriam perfeitamente impotentes para garantir a subsistência da população famélica que nelas se amontoa. As contribuições em géneros das províncias são indispensáveis, tanto mais que, estando a economia em lenta regressão, o imposto em dinheiro cede cada vez mais o lugar ao imposto em géneros. Tendo sido suprimidas as sociedades de publicanos que se encarregavam desses serviços, mediante arrendamento, na sequência dos seus monstruosos abusos, e sendo os particulares impotentes, na falta de grandes capitais, para os assegurarem, o Estado vê-se forçado a confiar o transporte dos géneros alimentícios a uma corporação oficial detentora de determinados privilégios, os *naviculari*. Tratam-se de armadores oficiais, obrigatoriamente agrupados em corporação. O comércio marítimo entre os portos de Roma (Óstia, Porto) e a África ou o Egipto tornar-se-á mesmo (no reinado de Maxêncio) numa função hereditária (3).

Os géneros assim transportados têm de ser trabalhados, já que, desde Aureliano, aquilo que se distribui ao povo já não é a farinha, mas sim o pão. Onde a necessidade não só de armazéns gerais em Óstia e Porto, mas também de enormes padarias (258), inclusive em Roma, onde o pão é moído, amassado e cozido, e, finalmente, como é natural, de numerosos escravos. O *corpus pistorum* (simultaneamente moleiros e padeiros) mantém-se poderoso e indispensável até ao início da utilização do moinho de água (século IV). Acrescente-se a isto as distribuições de azeite, de presunto e de vinho, gratuitamente ou a baixo preço. As corporações tornam-se oficiais, obrigatórias. «A manutenção de Roma depende das corporações», escreve o prefeito Símaco a Valentiniano II (*Ep.*, X, 27).

Depois da alimentação, vem a manutenção dos edifícios públicos. Os proprietários de pedreiras estão encarregados de fornecer a Roma a cal de que esta necessita, estando os transportes a cargo das corporações de caleiros (*calcis coctores* ou *calcarienses*) e de carreteiros (*vectores* e *vecturarii*). O grande *collegium fabrum* ou *fabrorum tignariorum* engloba todos os operários da construção; tem estreitas relações com o Estado, ao qual deve alguns dias de trabalho.

A madeira, tanto para o aquecimento como para as construções militares e navais, é fornecida pelos *dendrophores*. É que, com efeito, o banho, o duche quotidiano, tornaram-se indispensáveis à população. Existem 956 termas em Roma. Os *navicularii lignarii* trazem de África a madeira necessária para as aquecer. Os conservadores dos aquedutos que alimentam as termas (*hydrophylates aquarii*) têm nas mãos a marca *felici nomine pietatis nostrae*.

Os jogos tornaram-se como que uma necessidade orgânica: 175 dias por ano no século IV (135 no reinado de Marco Aurélio) são consagrados a jogos de circo ou a jogos cénicos, a representações teatrais. Estas representações cómicas ou trágicas, estes combates de gladiadores e de feras, exigem elevados custos e todo um pessoal bastante oneroso. Estes custos são suportados pelo imperador, ou seja, pelos contribuintes das províncias, e por alguns ricos particulares. Os jogos são um dos encargos da pretura; se o pretor morre no decurso das festas, os herdeiros são obrigados a pagar os custos até ao termo daquelas.

A função dos jogos é uma das grandes preocupações do poder. No teatro, no anfiteatro, no circo, o povo manifesta-se em plena liberdade e dá largas à sua turbulência⁽⁴⁾. É em vão que o cristianismo tenta refrear a paixão pelos jogos, tão violentos e não menos desastrosos do que o alcoolismo dos tempos modernos.

Os imperadores cedem à vontade popular: gladiadores, mimos, músicos (tanto homens como mulheres), actores e actrizes, cocheiros de circo, todos eles são hereditariamente acorrentados à sua profissão, qualificada de infame: devem ser, afirmam as constituições romanas, os «escravos dos prazeres do povo». Acaba-se mesmo por exercer a seu respeito o direito de perseguição. É interdito aos histriões e aos cocheiros de circo abandonarem a cidade: são constrangidos a nela residirem toda a vida.

Estas funções repetem-se em pequena escala nas cidades capitais de *civitates*. Os rios permitem que para lá sejam transportados géneros alimentícios e materiais de construção graças a colégios de *nautae*, os quais, pelo menos parcialmente, estão ao serviço das cidades. Encontram-se, assim, nas províncias *collegia fabrum, dendrophores*, etc.

As festas e os jogos estão a cargo dos duúnviros. As cidades de Trêves, Colónia, Mogúncia, Cartago, Antioquia, são, à semelhança de Roma ou de Constantinopla, outros tantos centros onde reina a loucura dos espectáculos⁽⁵⁾.

Nunca houve cidades que melhor merecessem o epíteto de «tentaculares» do que as do Império Romano.

2. *A casta militar* ⁽⁶⁾

Sendo a *militia* por excelência, o exército (*militia militaris*) torna-se igualmente numa casta. Em primeiro lugar, devido ao seu modo de recrutamento. Desde há muito tempo que os cidadãos romanos não o prestavam serviço militar. Pelo contrário, os estrangeiros adquiriam a qualidade de cidadão ou quando da sua entrada para o exército (os *legionários*), ou quando da sua saída (os *auxiliares*), após um longo período de serviço (dezasseis a vinte e cinco anos). Depois do édito de Caracala (212), que concede o direito de cidadania a todos os homens livres súbditos do Império, estas medidas perdem todo o seu interesse. O Baixo Império consegue, contudo, vir a impor um regime de casta, ao impedir o acesso ao exército, ao nível inferior, aos escravos, que continuam a ser excluídos do serviço militar e, ao nível superior, aos senadores, excluídos do serviço desde Galieno, aos decuriões e aos seus filhos, aos *subjecticiae*, que se devem dedicar por inteiro ao serviço das suas «cidades», e à cobrança dos impostos, e, finalmente, aos *negotiatores*.

Os soldados só poderão, pois, ser oriundos da camada mais humilde da população livre das cidades e dos *vici*, por meio de alistamento voluntário. A dureza e a longa duração do serviço, a par da pobreza do soldo (o qual vai sendo cada vez mais substituído por pagamentos em géneros), afastam do serviço até mesmo a parte mais miserável da população. Acrescentemos que as devastações do século IV vêm a despovoar as regiões do sul do Danúbio, onde desde meados do século III tinham sido coibidos os melhores elementos do exército romano.

Resta o recrutamento obrigatório. Este torna-se num encargo imposto aos grandes e médios proprietários. Sendo o recrutamento de carácter local desde o reinado de Adriano, sempre que as circunstâncias assim o exigem recorre-se ao alistamento forçado. Cada grande proprietário deve fornecer um ou vários recrutas escolhidos entre os homens pseudo-livres que vivem nos seus domínios. Trata-se, tal como a requisição de cavalos, de uma prestação que lhes é imposta. As constituições imperiais afirmam com toda a crueza *tironum sive e quorum productio, equorum tironum praestatio*.

«É uma das variedades da cobrança em géneros e nem sequer é uma das mais estimadas. Destes dois tipos de funções, que começaram por ser igualmente incluídas nos encargos civis, a de recrutar soldados e a de recolher as «espécies porcinas» (*porcinae species*), uma delas veio a tornar-se num encargo sórdido: foi a de recrutar soldados»⁽⁷⁾. Por vezes, o Estado prefere ser ele próprio a ocupar-se do recrutamento, fazendo-se pagar por tal (25, 30, 36 soldos de ouro por cada recruta): *aurum temonarium* ou *aurum tironicum*. Chegou mesmo a constituir empresas de substituição, criando, assim, uma autêntica classe de mercadores de homens.

Naturalmente, os *senatores* e os *honorati* só entregavam aos agentes do recrutamento (os encarregados desta *turmaria functio* são curiais) o refugio da população.

Arregimentados, estes recrutas prestam juramento e são marcados no braço. A sua condição é indelével: servirão até ao seu total esgotamento físico, vinte, vinte e cinco anos e até mais. A verdade que estes soldados podem casar em legítimas núpcias, o que era impossível durante o Alto Império: mas os filhos nascidos dessas uniões pertencem por direito ao exército⁽⁸⁾. Se a tal procuram furtar-se, a lei persegue-os por todo o lado. Constantino foi o primeiro a impor esta obrigação aos filhos de soldados e de veteranos. Também o exército vem, portanto, a cair numa rigorosa servidão.

É fácil de imaginar qual será o valor de um exército assim recrutado. A *militia* torna-se numa autêntica vergonha. O seu rendimento militar é abso-

lutamente medíocre. E o Império teria certamente vindo a sucumbir se não tivesse desenvolvido a prática de incluir bárbaros nos seus exércitos. Pode dizer-se que, pelo menos a partir de meados do século IV, um exército «romano» possui tanto mais valor militar quanto menos romanos contiver e mais bárbaros o integrarem⁽⁹⁾.

Os bárbaros entram ao serviço de Roma por várias vias:

- 1.º – Por alistamento voluntário, individual. Num tal caso, romanizam-se e passam a estar submetidos às mesmas obrigações, às mesmas práticas que os recrutas romanos;
- 2.º – Como *foederati*: já voltaremos a este ponto;
- 3.º – Como *laeti* (palavra germânica que se aplica aos semilivres). Estes estavam acantonados no campo em terras «léticas», cujo usufruto hereditário possuíam na condição de que, tal como os pais, os seus filhos ficassem obrigados ao serviço militar. Os letes estavam sob a alçada de doze *praefecti laetorum* dependentes do *magister peditum praesentalis*. Possuem inclusive uma organização corporativa; uma *novelle* de Severo (465) declara-os *corpora publicis obsequiis deputata*. Parece que lhes foi dado manterem o seu direito nacional; e para melhor acabar de os ligar indelevelmente à sua casta, uma constituição (de Valentiniano e Valente) proíbe, em 365, o casamento entre letes e romanos e até mesmo entre letes e colonos. Assim, a necessidade de assimilar as populações estrangeiras instaladas em solo do Império veio a ser sacrificada à mania de arrumar os homens por compartimentos.

Os letes são específicos da Gália. Só os encontramos neste país, sobretudo no nordeste; parecem ser de origem franca e frísia.

Os *Gentiles*, pelo contrário, encontram-se não só na Gália, mas também, e sobretudo, na Itália. Entende-se por tal denominação as populações sarmáticas ou germânicas danubianas transplantadas para território do Império em condições vizinhas das dos letes. Podem contar-se quatro *praefecturae gentilium* na Gália, e dezanove na Itália Superior. Tais gentes foram provavelmente introduzidas por Constantino, ou talvez antes por Constâncio, ao passo que a introdução dos letes é mais remota. Temos conhecimento do nome de algumas destas colónias dos *Gentiles*.

O termo genérico deixou as suas marcas: *Gentiliacum*: *Gentilly*. Estes «gentios» eram, sobretudo, Iranianos, ou seja, Sármatas. Destes *Sarmatia*

vieram os nomes de Sermaise, Saumaise (Marne, Oise, Seine-et-Oise, Loiret, Nièvre, Yonne, Aisne, etc.); o mesmo no caso de Sermizelles (Yonne). Os *Taifales*, talvez de origem gótica, legaram o seu nome a Tiffauges (Vendée). Podem encontrar-se igualmente entre des alguns germanos do Danúbio. Os *Marcomanos* deram o seu nome a Marmagne (Côte-d'Or, Allier, Mayenne, Saône-et-Loire, Cher). Os *Alamanos* a Allemans (Aisne, Marne, Dordogne, Lot-et-Garonne), assim como à Alemanha (Calvados, Baixos-Alpes, Ain)⁽¹⁰⁾.

Nas fronteiras, os soldados, inicialmente romanos e depois bárbaros, obtêm lotes de terra (*terrae limitaneae, fundi limitrophii*), mas não são obrigados a cultivá-los, e menos ainda a serem eles a arroteá-los; fazem-nos explorar por escravos ou por colonos. Estas terras estão isentas do imposto fundiário; não podem ser alvo de apropriação privada da parte de terceiros e passam para os filhos. Mas estes são destacados para a defesa dos *castella* ou *burgi* da fronteira: donde o seu nome de *castellani, burgarii*. Esta instituição, atribuída a Alexandre Severo pela *Historia Augusta*, é pouco provável que seja anterior a Constantino⁽¹¹⁾.

A manutenção do exército exige serviços de aprovisionamento e de transporte, armazéns, alojamentos, arsenais, fábricas de armas, hospitais de campanha. Todos estes serviços estão, como já vimos, corporativamente organizados.

3. *O colonato*⁽¹²⁾

O nome de Constantino está ligado ao primeiro texto legislativo de que temos conhecimento sobre a célebre instituição do colonato (Outubro de 332): «Aguale em cujo domínio for encontrado um colono pertencente a um outro, não só terá de o restituir ao domínio aonde esse colono nasceu, como deverá ainda pagar a capitação pelo tempo (passado no seu domínio) [...]. Quanto aos colonos que tentem fugir, será conveniente acorrentá-los a semelhança dos escravos» (*Cod. Theod.*, V., 9, I).

O que é um colono?

«O colono [...] é um rendeiro perpétuo e heredatário, mas não voluntário, para quem a ligação à terra é ao mesmo tempo um direito e uma necessidade; não pode ser investido de funções públicas que dela o afastem, nem ordenado clérigo, a não ser que seja no próprio lote que cultiva e na condição de nele

permanecer. Se fugir, é reivindicado como se de um escravo se tratasse e, uma vez apanhado, seriamente punido, assim como quem o recebeu e encobriu. Mas o proprietário não pode vender os seus lotes sem os colonos, nem os colonos sem os lotes, assim como não lhe é permitido transportá-los de um lote para outro, a menos que o primeiro seja demasiado extenso e o outro demasiado pequeno. O próprio fisco não pode quebrar o laço que o une à terra e as constituições imperiais proíbem os seus agentes de expulsarem os colonos que não possam pagar o imposto» (13).

Esta terra, da qual é servo e que o mantém preso à sua gleba, é igualmente propriedade do colono, de pai para filho, e só poderá voltar para o seu real proprietário se o colono não deixar herdeiros. O senhor não tem o direito de aumentar as rendas anuais ou de modificar os deveres do seu rendeiro: estes são fixados por uma *lex* (ou *mos loci*), considerada como perpétua. Aos olhos do direito civil, o colono é um homem livre. Pode contrair casamento, fazer testamento, e até mesmo intentar uma acção judicial, pelo menos no respeitante a contestações relativas à sua tenência. Não é o servidor do seu senhor (*patronus, dominus*), o proprietário, a não ser indirectamente, por intermédio da terra na qual habita e que cultiva.

Este regime social não é uma inovação do Baixo-Império. As antigas monarquias da Ásia e do Egipto, assim como a antiga Grécia, e, muito provavelmente, também a Gália independente, desde tempos imemoriais que conheceram uma servidão da gleba que apresenta flagrantes analogias com o «colonato» propriamente dito.

Contudo, este, pelo menos em terras do Ocidente, parece ser o resultado de uma evolução do sistema de exploração agrária do mundo romano. Desde o fim da República que a pequena propriedade rural tinha desaparecido. Durante o Império restavam apenas a grande e a média propriedade, as quais tinham à sua disposição dois diferentes sistemas de cultura do solo: 1.º – a valorização directa, confiada a intendentess, e executada por escravos acorrentados e agrupados em «decúrias»; 2.º – o arrendamento.

O primeiro teve de ser a pouco e pouco abandonado devido a considerável diminuição do número de escravos. Uma vez terminado o período das conquistas, já não é possível continuar a arrastar para o mercado autênticos rebanhos de cativos, tal como sucedia nos séculos II e I antes da nossa era. A importação por encomenda teve fraco rendimento. Por outro lado, a criação de escravos é dispendiosa: até aos treze anos, pelo menos, o escravo só gasta e nada rende; depois, gasta-se depressa e morre jovem. Finalmente, a economia agrária escravagista exige elevados capitais e terras bastante

ricas, dada a fraca produtividade do trabalho não livre. Mas desde o século II da nossa era que os capitais desapareceram e as terras mais ricas se esgotaram, tendo-se o trabalho agrícola escravagista tornado numa desastrosa especulação.

Quanto à classe dos pequenos fazendeiros livres (*coloni*, *conductores*), que alugavam a terra por um período limitado (em regra, cinco anos) e a dinheiro, vem a desaparecer ou a tornar-se extremamente rara depois do reinado de Adriano.

Os proprietários fundiários não tiveram outro remédio senão proceder à divisão dos seus domínios. Dividiram-nos em duas partes. Uma delas, a reserva do senhor (*indominicatum*), compreende a casa (a *villa*, o futuro «castelo») com uma parte das terras aráveis e algum prado, sempre a menor parcela (um terço ou um quarto do total), mas com a totalidade das florestas, pastagens e charnecas. A outra, a maior parte das terras aráveis, vinhas e prados, foi dividida em «tenências» (apeladas de *mansos* na época franca) conferidas a rendeiros, ditos livres (*coloni*), e também, mas muito mais raramente, a escravos «aboletados» (*casati*). A tendência, dita *mansus ingenuilis* ou *colonica* quando é explorada por um colono, e *mansus servilis* quando o é por um escravo, é uma unidade económica. Não consiste, de modo algum, em terras de um só bloco mas sim antes em parcelas aráveis repartidas pelos diversos cantões ou folhas do domínio, em alguns *arpents* de vinha ou de prados, e, finalmente, no usufruto das pastagens e dos bosques do senhor (*dominus*), proporcionalmente ao número de cabeças de gado possuídas pelo rendeiro. O *manso* é, em princípio, a quantidade de terras, de prados e de vinhas necessária à subsistência do camponês e da sua família: no entanto, se a tenência é vasta, este tem o direito de agregar a si um associado (*socius*), e, por vezes, até mesmo dois.

Estes rendeiros de tenências pagam a sua renda mediante uma soma em dinheiro bastante módica e sobretudo, dada a decadência da economia monetária, em prestações de frutos *agrarium*: entregam, ao que parece, um décimo das colheitas. Enfim, e sobretudo, dispensam à reserva senhorial uma grande parte do seu tempo e do seu trabalho: aí se ocupam gratuitamente das lavouras, sementeiras, estorroamentos, colheitas, ceifas, cortes do feno, cerrados, enfim, de todo o tipo de trabalhos e de reparações. Os servos aboletados no domínio devem consagrar a estes trabalhos (*corvadae manoperae*) metade da sua existência, enquanto que os colonos livres sensivelmente menos, mas, mesmo assim, uma grande parte do seu tempo. O angustiante problema da mão-de-obra está, assim, resolvido para o proprietário.

«No fundo, o colonato não passa da substituição do sistema da pequena tenência pelo sistema da cultura em massa por mãos servis» (14).

Esta prática não o deixava de ter algumas raízes no passado: Atticus, o amigo de Cícero, homem de negócios avisado, já tinha começado a dividir as suas terras por entre pequenos colonos meeiros. Veio depois a ter um considerável desenvolvimento, do século II ao século IV, sem que, infelizmente, nos seja possível seguir as diversas etapas da sua evolução. Se a legislação do Baixo Império nos revela, como que subitamente, o colonato, o qual operou uma profunda transformação na sociedade antiga do Ocidente, tal é devido a que o interesse do Estado o levou a debruçar-se com a maior atenção sobre esta instituição e a fazer cair sobre ela uma mão autoritária e violenta.

De início, a sua intervenção é sobretudo fiscal. Neste sistema de exploração parcelar, o principal agente é o colono. Se ele deserta das terras, o domínio desvaloriza-se proporcionalmente ao número dos rendeiros de tenências que o abandonem. E a administração financeira sabe-o tão bem que, aquando do seu levantamento das terras, vinhas, prados, etc., bem como do gado do domínio, acrescenta-lhe um recenseamento dos colonos e dos servos que o integram, pois são o seu principal elemento de valorização. Em função do despovoamento ou da fraca densidade populacional do Império Romano, a terra, tornada praticamente na única riqueza depois da regressão da indústria e do comércio, só vale pelos bravos que a cultivam. Se os colonos a abandonam, é bastante provável que o seu proprietário não venha a encontrar outros: ficará arruinado e não poderá pagar o imposto; além disso, o colono fugitivo já não irá pagar a sua capitação.

Sabendo perfeitamente que trabalhadores vagabundos são fiscalmente inexistentes, porque impossíveis de encontrar, o Estado romano decide que o colono será inscrito no rol do domínio aonde cultiva a sua parte; é *adscriptitius*, enquanto submetido à *capitatio plebeia*, e o seu proprietário, o *dominus*, é responsável por ele.

Ao abandonar a sua tenência, o colono frustra, pois, ao mesmo tempo, o proprietário e o Estado. O imperador considera indispensável intervir. Mas, num primeiro tempo, não pretende, de modo algum, fixar para sempre o colono a um dado pedaço de terra; fixa-o apenas ao rol do imposto do domínio no qual vive: é mais o solo do que o homem aquilo que vem a ser «adscrito ao censo». E a prova está em que se o proprietário possui, num dado domínio, demasiados colonos e poucos noutro, o excedente dos colonos pode ser transferido para este último (contanto que esteja incluído dentro do mesmo âmbito fiscal). Por outro lado, os colonos não são todos *adscriptitii*,

ou *tributarii*, ou *censiti*, ou *conoxii censibus*, ou ἐναπογράφοι. Se possuem alguns bens de raiz pessoais, mesmo quando muito modestos, não são incluídos no rol dominial do rico proprietário cujo domínio usualmente cultivam, mas sim no rol da aldeia livre (*vicus, métrocomie*) aonde habitam, sendo a sua contribuição recolhida pelas mãos dos agentes do fisco.

Nos fins do século IV, os colonos têm ainda a clara noção de que estão ligados ao rol do imposto do domínio, mas não ao próprio domínio; não se sentem como servos da gleba. Tendo saído uma lei que suprimiu a capitação em toda a diocese da Trácia (entre 393 e 395), o imperador Teodósio pressente que os colonos poderão tirar desta decisão a conclusão de que já podem ir para onde quiserem. Apressa-se, pois, a tirar-lhes uma tal ilusão (*Cod. Just.*, XI, 52).

É que, com efeito, ultrapassando bem depressa a óptica estritamente fiscal, o Estado romano tinha acabado por vir a encarar o colonato vitalício, tornado mais tarde hereditário, a servidão da gleba, para usar uma expressão moderna⁽¹⁵⁾, como uma necessidade vital para a sociedade. Em 371, Valentiniano I escreve: «Nós não pensamos que os colonos devam ter a liberdade de deixar o campo ao qual a sua condição e o seu nascimento os ligam [...]. Se dele se afastarem, passando para outro, que sejam recapturados, acorrentados e punidos». Parece tratar-se aqui mais de descendentes de colonos do que de colonos de condição recente. Mas novas e rigorosas medidas não exceptuam ninguém. Ao introduzir o colonato na Palestina, Teodósio descreve-o do seguinte modo: «Doravante o colono não poderá mais passar o tempo a ir de pleno direito para onde lhe apeter, posto que, e à semelhança daquilo que se passa nas outras províncias, passará a estar ligado ao senhor da terra e ninguém, sob pena de incorrer em posteriores sanções, poderá recolhê-lo; além disso, o senhor tem plenos direitos para capturar o fugitivo». O imperador lembra que em todas as províncias é de regra, regra essa estabelecida por uma espécie de direito eterno, que os colonos não devem abandonar o solo cujos produtos lhe garantem a subsistência, desertar da terra que um dia aceitaram valorizar (*Cod. Just.*, XI, 51). Além do mais, o fim do decreto que suprime a capitação na Trácia vem assim redigido: «Que os colonos sejam retidos por direito de origem e que, ainda que tenham nascido de condição livre, sejam, não obstante, considerados como os servos dessa terra em que nasceram; que não tenham a faculdade de ir aonde queiram, de mudar de localidade, mas que o seu possuidor tenha igualmente para com eles, a par da autoridade de um senhor, a solicitude de um patrono».

O colonato tornou-se num estado, numa *conditio*, num *ordo*, intermédio entre a liberdade e a escravatura. Contudo, a legislação hesitará ainda por longo tempo, com uma tendência cada vez mais acentuada para precipitar na pior das condições os cônjuges e os seus filhos, aquando de um casamento entre colono e não-colono.

Bárbaros, indesejáveis, até mesmo livres cultivadores, são integrados no colonato: Anastásio liga à gleba o homem livre que tiver trabalhado trinta anos em casa de outrém, e Justiniano alarga esta disposição aos seus filhos. A lei, sempre que se trata dos colonos, é de um rigor inexorável. Nada de contemplações, nada de piedade: «Todos devem resignar-se ao seu destino» (*Cod. Just.*, XI, 69, 4). O único ser pelo qual podem detectar-se alguns acentos de ternura é a terra: «Que falta de humanidade mutilar a terra», a terra essa boa mãe que os seus maus filhos ameaçam fazer perecer com a sua deserção.

A sociedade baseia-se na agricultura. Esta é o «primeiro dos serviços públicos». Se o livre jogo e o espontaneísmo dos esforços e dos interesses particulares não bastam para a assegurar, a autoridade pública deve prestar-lhes o necessário socorro recorrendo a medidas de coerção... «Tendo-se os procedimentos fornecidos pelo direito privado revelado insuficientes para assegurar a subsistência da agricultura, as constituições imperiais vieram em socorro de uma tal situação mediante recurso a coerção legislativa. Os cultivadores foram presos ao solo através de medidas análogas às do nosso recrutamento militar ou do nosso registo marítimo»⁽¹⁶⁾.

Aquilo que é surpreendente é que uma tal condição, tão horrível aos nossos olhos, tenha podido ser imposta a aceite. O facto é que, relativamente a cargos por nós considerados como onerosos e degradantes, apresentava reais vantagens. Se é certo que a terra possui o colono, pois também ele possui a terra. A evicção, tanto para si como para a sua descendência, é interdita. Uma posse praticamente indefinida é uma forma de propriedade, se não de direito, pelo menos na prática. A contrapartida desta vantagem capital é suave no respeitante às rendas anuais: o censo em dinheiro é perfeitamente ínfimo, a prestação em frutos (um décimo, segundo parece) relativamente moderada. As banalidades, tal como mais tarde serão chamadas (moer o trigo no moinho do senhor, fazer o vinho no seu lagar, etc), podem ser incómodas e dispendiosas, mas também têm as suas vantagens. O único encargo realmente oneroso são as corveias e trabalhos braçais na reserva do senhor, os quais consomem o tempo e as forças do rendeiro da tenência. Mas tal parece só ter sido realmente esmagador (metade da semana) para os servos «aboleta-

dos»; os colonos propriamente ditos deviam sensivelmente menos, segundo o costume do domínio: por vezes um ou dois dias por semana, mas às vezes também apenas uma dúzia ou uma meia-dúzia de dias por ano.

Restam ainda duas sujeições que podem parecer ignominiosas: interdição de deixar o domínio (direito de perseguição), interdição de tomar mulher fora dele (casamento fora-da-lei). Mas podemos estar certos de que muito raramente elas pareceram duras aos *agricolae* do mundo romano. O camponês foi sempre um homem caseiro; tal como hoje, aquilo que então pretendia não era andar errante de um lado para o outro, mas sim antes poder fixar-se no solo que ama com um instinto quase animal. Quanto ao casamento, o camponês tem por hábito arranjar mulher entre os seus vizinhos. É pois, duvidoso que o «casamento fora-da-lei», o qual, na prática, se resumia a ter de comprar uma autorização, tenha sido mais incómodo do que o são as insensatas formalidades com que certas legislações modernas vieram a rodear o acto nupcial.

Bem feitas as contas, o camponês só pedia um mínimo de segurança, de estabilidade, de garantias contra as arbitrariedades. Ora, o colonato respondia a todas estas *desiderata*. Não é, pois, de espantar que, no Ocidente, tenha vindo a sobreviver por muitos e muitos séculos à queda do Império Romano.

4. *Os camponeses livres*

Para além dos colonos e dos servos rurais, «aboletados» ou não, existem aqui e ali camponeses livres agrupados em aldeias independentes apelidadas de *vici*, no Ocidente, e de *métrocomies*, no Oriente. Também no seu caso a grande mão do Estado os fixa ao solo. Tal como aos colonos e aos servos, também a estes homens livres lhes é interdito abandonarem os campos: são servos da sua aldeia. São *adscriptos* ao *vicus* tal como os colonos o são ao domínio rural. É-lhes imposta a comunidade da aldeia: é proibido (Egipto) alienarem os seus bens pessoais em prol de outrém que não de um co-aldeão (Anthemius, em 468). Quando pretendem adquirir um domínio (*possessio*, *massa*), os *convicani* são submetidos por Teodósio II (em 425) ao ἐπιβολή ou *adjectio*, isto é, são obrigados a tomarem tanto as terras desertas ou pouco férteis como as terras cultivadas.

5. *Os curiais*

A cidade e o grande domínio

Sob pena de nada conseguirmos entender acerca do regime ao qual estiveram submetidas a cidade e os seus habitantes durante o Baixo Império, convém lembrarmo-nos de que há profundas diferenças que separam a cidade antiga da cidade da Idade Média e dos tempos modernos, do duplo ponto de vista político e económico.

No mundo mediterrânico, helénico e romano, a cidade tornara-se, vários séculos antes da era cristã, no ponto de concentração, no fulcro de convergência das forças políticas e sociais da povoação, ou tribo, helénica, latina, samnita, sícula, etrusca, etc.; o resto do território, o campo, a planície, caíram na dependência do centro urbano⁽¹⁷⁾. Para só citar dois exemplos, a Ática veio a resumir-se a Atenas, o Latium a Roma. De tal modo que a *Urbs*, a πόλις, dá o seu nome ao pequeno Estado que dirige e domina, tornando-se a *civitas*, a «cidade», simultaneamente no centro urbano e no território, frequentemente vasto, do qual é o núcleo coordenador. Subsistema, é certo, certos indícios de um anterior estado de coisas, mas tratam-se de reminiscências sem futuro e sem força⁽¹⁸⁾.

Os Romanos, e, já antes deles, até mesmo os Helenos, vieram a estender este regime a todas as regiões onde implantaram a sua dominação. As colónias helénicas e romanas são cidades fundadas à imagem e semelhança da cidade-mãe, à qual as filhas se esforçam por assemelhar-se.

Um outro aspecto que convém não perder de vista reside em que as funções económicas da colónia antiga já só possuem algumas longínquas relações com as criações modernas. Nos nossos dias já não se funda uma cidade à-vontade, a nosso bel-prazer, ou então estamos a antecipar-nos a um fracasso: a nova cidade funda-se, por assim dizer, espontaneamente, quando neste ou naquele ponto da terra existem condições económicas favoráveis às trocas comerciais ou às instalações industriais.

No mundo romano, e pondo propositadamente de lado o mundo helénico, que nos faria retroceder em demasia, não sucede o mesmo. No tempo da Roma republicana, a colónia é um destacamento de cidadãos romanos que são estabelecidos numa região recentemente submetida para a vigiarem, para a controlarem, para a romanizarem. Trata-se de uma guarnição, mas de uma guarnição perpétua⁽¹⁹⁾. Os *coloni* levam mulheres e tratam de arranjar

descendência. A partir da época dos Gracos, o seu carácter modifica-se: o fim da colónia passa a ser sobretudo social. Trata-se de libertar Roma e o Latium do seu excesso de população plebeia. Enfim, no século I antes da nossa era, a colónia torna-se num meio de se desembaraçarem dos soldados quando, após a guerra civil, se torna necessário licenciar os exércitos. Assim, Sila, César, Augusto, todos eles fundaram colónias que conservaram os nomes dos seus fundadores. Após Tibério, já não voltaram praticamente a haver colónias efectivas: dá-se este nome, com todas as prerrogativas que comporta, a cidades de formação totalmente diferente, tal como adiante o veremos.

Seja qual for o motivo da sua fundação, a colónia tem de viver. Ora, do que vai viver? Não será do comércio nem da indústria, naturalmente: os soldados ou os proletários que a povoam não têm nem gosto nem aptidões para esse tipo de ocupação e, de resto, no respeitante à escolha do local onde a colónia se situaria, só foram levadas em conta considerações de ordem política e estratégica, e não, de modo algum, de ordem económica. A colónia vivera sobretudo do trabalho dos campos, e o próprio nome de *colonia* tem relações com *colere*, «cultivar».

Estes colonos são soldados, mas são soldados-lavradores: tenha-se em conta que cada um deles irá cultivar, juntamente com alguns servidores, o seu lote tirado à sorte (donde *sors*). A cidade é, portanto, constituída, pura e simplesmente, pelo aglomerado habitacional destes soldados-lavradores rodeado de uma muralha de protecção: em seu redor estendem-se os campos aráveis. A porção do solo não atribuída (*loci relictos, subsecivos*) permanece *ager publicus* ou é concedida à colónia enquanto terras comunais. Quanto aos indígenas do campo, são integrados na colónia mediante laços de subordinação mal definidos⁽²⁰⁾.

Em suma, a colónia é uma aldeia fortificada, facto que permite explicar que se possa fundar uma colónia aonde muito bem se quisesse, contanto que aí hajam boas terras de cultura. Ainda hoje em dia, no sul da Itália, há inúmeras cidades que não passam de grandes burgos. A população rural, em vez de se disseminar por pequenas aldeias ou casais, ou até mesmo, como em França, por explorações rurais de uma ou de duas famílias, aglomera-se e só vem dispersar-se pelo campo na época das sementeiras, lavras ou colheitas.

Este carácter artificial das colónias romanas explica igualmente o traçado rectilíneo de certas cidades: o seu aspecto é mais o de um campo militar⁽²¹⁾. Naturalmente, se as circunstâncias a isso se prestam, a colónia, assim constituída, pode vir a tornar-se num centro comercial, e, aliás, só num tal caso é que poderá subsequentemente vir a adquirir uma real importância, vir a tor-

nar-se numa *cidade* no sentido moderno. Mas como originalmente não se pretende nada de semelhante, a colônia pode perfeitamente conservar para sempre o seu caráter estratégico e a sua economia meramente rural.

Enquanto filiais de Roma, estas colônias possuem uma constituição decalcada na da cidade-mãe: têm um senado e magistrados providos de atribuições semelhantes ou análogas às de Roma. Passemos em silêncio sobre as diferenças entre colônias dotadas do direito romano e colônias dotadas do direito latino: na época que ora nos ocupa, o seu interesse já não é senão meramente histórico. Enquanto algumas das cidades de Itália tinham sido dotadas de um direito de cidade sem sufrágio (*municipes*), outras tinham sido colocadas sob a alçada jurisdicional do pretor urbano (donde o nome de *praefecturae*). As leis *Julia* (90) e *Plautia Papiria* (89) incluíram-nas por junto no quadro das cidades romanas. Estas cidades, apelidadas de *municipes*, usufruem do direito latino⁽²²⁾. Quanto às cidades do mundo helénico, súbditas, federadas ou aliadas, Roma, em princípio, deixou-lhes as suas velhas leis.

De tal modo que, mesmo nos séculos I e II da nossa era, o Império Romano, na aparência, parece ser uma federação de Estados, de *cidades*, as quais se limitam pura e simplesmente a reconhecer a hegemonia da mais ilustre dentre elas, *Urbs Roma*.

Na realidade, todas as suas constituições são moldadas nas de Roma e das suas «colônias»⁽²³⁾. Estas constituições são velhas, decrépitas; donde a necessidade de, em inúmeras ocasiões, recorrerem ao imperador. Sob o reinado de Marco Aurélio, Marselha renuncia espontaneamente à sua antiga constituição. Sob o de Séptimo Severo, o regime municipal de Alexandria e do Egipto vem a ser alterado⁽²⁴⁾.

O governo romano teve a preocupação de introduzir o regime da Cidade nas regiões aonde este era ignorado ou estava pouco difundido, como na Gália, por exemplo. Na parte conquistada por Júlio César, as *Tres Galliae*, viviam cerca de sessenta povos, entre celtas, belgas, ibéricos, etc., subdivididos em 300 *pagi*. Ignoravam a vida urbana à parte algumas raras excepções (Bourges, por exemplo). A cidade é o *oppidum*, local de reunião em caso de guerra e, ao mesmo tempo, mercado (tipos: Gergovie, o Mont-Beauvray). Aí se reúnem periodicamente, mas nunca ou quase nunca aí vivem. Os Gauleses vivem nos campos, em grandes Burgos ou em habitações dispersas.

Roma fundou colônias nas Três Gálias, tal como já o tinha feito na Narbonesa, onde tinha constituído seis romanas e treze latinas. Lyon e Basel-August foram instituídas em 43 antes da nossa era, seguindo-se-lhes Nyon,

no Léman. Cláudio veio a fundar uma quarta, Colónia, na margem do Reno, em 40 da nossa era. Sob o reinado de Vespasiano surgem Avenches, entre os Helvécios, Spire, entre os Nemetas, Feurs, entre os Segusiavos e talvez ainda Trêves. Trajano funda as duas «Ulpianas», uma em Nimègue e a outra no baixo Reno. Fundadas em data incerta, temos Besançon, Langres e Eauze, em Novempopulanie. No Centro, o seu número é pouco elevado e várias cidades de colónias só têm o nome: são «honorárias» (25).

Roma desenvolve principalmente a vida urbana nos Estados ditos «livres». As antigas *oppida* gaulesas transformam-se em cidades capitais da *civitas*, e todo o *pagus* tem, pelo menos, um *vicus*. A aristocracia gaulesa bem depressa acaba por tomar o gosto à vida urbana, quer dizer, à civilização romana. Desde o tempo de Estrabão (IV, I, II) que a nobreza alóbraga se concentrara em Viena. As instituições célticas conseguiram inicialmente subsistir; foi assim que Autun continuou a ser dirigida pelo *vergóbreto* dos *Aedui* e Nines pelo *praetor* dos *Volcae*. Mas a força assimiladora de Roma foi de tal modo irresistível que, no século III, já não há quaisquer indícios destas antigas instituições. Ao mesmo tempo, o território de cada povoação gaulesa incorpora-se na cidade capital, e tão completamente que na maior parte dos casos vem a impor-lhe o seu nome: *Lutetia* torna-se Paris (*ad Parisios*), *Agedicum* torna-se Sens (*ad Senones*), *Caesaromagus* torna-se Beauvais (*ad Bellovacos*), etc.

No decurso do século III, a unificação das constituições urbanas era um facto acabado em todo o mundo romano, salvo em algumas regiões da África aonde os habitantes do *pagus* vivem sob o regime da tribo com uma organização distinta da da *civitas*. Podemos, pois, agora descrever, pelo menos nos seus grandes traços, o regime dito municipal (26), o qual, na realidade, se resume ao regime dos pequenos Estados cuja justaposição constitui o Império Romano.

A *Cidade* (*civitas*, πόλις) compreende os cidadãos (*cives*) e os estrangeiros (*incolae*), os quais têm de suportar os diversos encargos sem poderem participar dos direitos dos cidadãos. O povo (*plebs*) perdeu, no decurso do século II, o direito de eleger os magistrados; os seus comícios deixaram de ter lugar, salvo talvez em algumas cidades africanas (27). Os magistrados, nomeados por um ano pelo Senado municipal, ou recrutados por cooptação, são:

- 1.º Os dois cônsules (*duoviri*), com as mesmas insígnias de Roma. Administram colegialmente a justiça e presidem à gestão da cidade; presidem ainda à gestão das suas finanças e da política urbana;

- 2.º Dois edis, cuja administração também é colegial. Das suas atribuições constam os mercados; ocupam-se ainda das estradas, dos edifícios, das inspecções sanitárias, dos jogos, das distribuições frumentárias. Por vezes, duúnviros e edis são substituídos por um colégio de *quatuorviri*;
- 3.º Imediatamente abaixo, vêm os questores, encarregados da tesouraria, os quais nem sempre se incluem entre os magistrados;
- 4.º Logo depois vinham os pontífices, áugures, flâmines e, sobretudo, os *augustales*; virão, porém, a desaparecer, no decurso do século IV, aquando do triunfo do cristianismo.

O Senado «municipal», como erradamente se tem dito, decalcado no de Roma, do qual é como que uma miniatura, constitui o verdadeiro governo do pequeno Estado, porque *pagi* e *vici* não possuem cúria. É qualificado de *curia*, *ordo*, *ordo amplissimus*, *honestissimus*, *splendidissimus*, por vezes mesmo de *senatus*. Os seus membros são ditos *decuriones*. A cúria forma uma pessoa moral, uma *universitas*, cuja autoridade se estende a todo o território do Estado. A cúria é composta por cem membros ordinários, sem contar com os patronos honorários. Em princípio, de cinco em cinco anos, os duúnviros em função, denominados nesse ano de «quinquenais», interrompem a lista, o *album*, conformando-se a certas regras estritas que tinham em conta a fortuna, a posição social, a honorabilidade. Na realidade, como os magistrados e os antigos magistrados são bastante limitados depois do século IV, depressa acaba por só vir a recrutar-se no seio de um pequeno número de famílias cujos membros preenchem alternadamente as funções de magistrados.

Os poderes legislativos e executivos das cúrias e dos magistrados são bastante limitados depois do século IV, e até mesmo antes: a jurisdição dos duúnviros resume-se à polícia, ao foro criminal, à jurisdição graciosa (doação de tutela, etc.), ao foro civil. A cúria já não legisla, mas constitui como que uma espécie de supremo tribunal para onde é possível recorrer das decisões dos magistrados. Superintende, e mal, como todas as oligarquias, nas finanças do Estado.

A glória de seguir a carreira «senatorial» de um pequeno Estado (é-se sucessivamente questor, edil, duúnviro, quinquenal, honorário), a carreira das honras (*honores*), custava muito caro. A opinião pública exigia que o cidadão reconhecesse a «honra» que lhe era feita dispendendo generosamente o seu património. Era tido como devendo encarregar-se das festas e dos jogos

dados na capital, e isso era terrivelmente dispendioso; e das distribuições frumentárias, pelo menos nas grandes cidades. Constrói termas e aquedutos, teatros e anfiteatros. A sua generosidade não deve ficar-se pela capital, mas sim alargar-se ainda aos *vici* e aos *pagi*. Enquanto o Império foi próspero, as *honras* sempre foram muito procuradas e a aristocracia local sempre se congratulou por poder contribuir para o embelezamento e a alegria da pequena pátria e da sua capital.

Mas chegou a ruína. Começou por vir lenta, insidiosamente. Anuncia-se claramente desde finais do século II, vindo a precipitar-se no século III. As velhas famílias empobrecem e acabam por se apagar. O movimento ascensional dos novos ricos é demasiado insuficiente para reparar as perdas. As cúrias esvaziam-se, e a carreira das honras é cada vez menos tentadora desde que o pesado fardo dos encargos (*munera*), repartido por um número de pessoas em constante diminuição, vem a tornar-se progressivamente mais oneroso. E depois, ela já não é só dispendiosa, pois torna-se também perigosa, já que os edis e duúnviros, responsabilizados pela situação financeira da cidade, podem ser, e muitas vezes são-no, perseguidos no termo da sua gestão.

A situação financeira das cidades torna-se tão deplorável que os imperadores vêm-se obrigados a nomear inspectores de finanças sob o nome de *curadores*. Esta instituição veio a ser generalizada na época de Diocleciano. E parece que por essa altura o curador veio, na realidade, a chamar a si a totalidade dos poderes financeiros, não deixando senão uma sua pálida sombra aos magistrados das cidades. E como o governador lhes retirou, mais ou menos na mesma altura, a pouca autonomia judiciária e administrativa de que ainda usufruíam, é caso para nos interrogarmos sobre quais as atribuições efectivas que ainda poderiam restar às cúrias.

No entanto, o Estado romano pretende decididamente que subsistam. A sua existência é-lhe mais do que nunca necessária. Não nos esqueçamos de que por longo tempo o poder de Roma não conheceu outra forma que não fosse o regime da Cidade. O Império é, convém repeti-lo, uma federação de cidades que reconhecem a hegemonia da maior, da mais bela, da mais poderosa dentre todas elas, Roma. O Império virá, pois, a enfraquecer na medida em que venham a enfraquecer os membros que o compõem.

Para manter vivos esses pequenos Estados, é preciso um orçamento. Mas como irá este constituir-se? Na verdade, as suas únicas fontes são o produto do domínio das cidades e das multas aplicadas às contravenções. Mas o produto do domínio (lotes de terra e casas alugados por arrendamentos de cinco

anos) é extremamente insuficiente, e os imperadores servem-se desse mesmo domínio mais ou menos como da sua *res privata*. Dons e confiscações esgotam-se. Na verdade, a cidade só pode subsistir graças ao constante afluxo das liberalidades dos «magistrados».

Por uma espécie de paradoxal fatalidade, no momento em que esses magistrados cessam de exercer quaisquer atribuições reais na sua *civitas* (das quais os curadores se apoderam), tornam-se cada vez mais em agentes do Estado⁽²⁸⁾. Até ao reinado de Diocleciano, cada *civitas* devia a Roma o imposto fundiário, em géneros ou em espécies metálicas, de acordo com antigas regras que determinavam as relações entre o pequeno Estado (*civitas*), ou a *província* aonde este se integrava, e o Estado soberano. Após as reformas financeiras de Diocleciano, as responsabilidades das cúrias aumentam. Os decuriões devem repartir por entre os *possessores* o conjunto dos *juga* ou *capita* impostos à *civitas*, proceder à cobrança do imposto fundiário e vigiar o seu envio, passando, desde Constantino, a serem responsáveis sobre a sua fortuna pessoal de qualquer percalço ocorrido. O mesmo sucede no caso da cobrança do crisárgiro. Procedem igualmente ao serviço da «anona» – colecta e transporte para os armazéns do Estado dos géneros alimentícios necessários ao exército e aos funcionários ao alojamento dos militares, etc. Procedem ainda ao levantamento dos recrutas (*praebitio tironum*).

O serviço de estado civil, o serviço público do notariado (escritório de registo na cúria) são outras tantas incumbências que lhes cabem. São os auxiliares do governo (*praeses*) para a administração da justiça: captura e detenção dos malfeitores, etc.

Tendo-se o conjunto destes encargos tornado perfeitamente esmagador, desde o início do século IV que não se encontra ninguém disposto a seguir de bom grado a carreira «senatorial» de província. O Estado romano toma então uma medida inaudita: impõe-na rigorosamente. E não pode agir de outro modo sob pena de deixar que o Estado e a civilização se desmoronem. Os decuriões são insubstituíveis. O Estado não dispõe de funcionários que os possam substituir.

De início, a noção de «funcionário» no actual sentido do termo quase que não existe. Existem «magistrados», e, mais tarde, amigos pessoais do imperador que são enviados em missão temporária, os condes, originalmente autênticos conselheiros áulicos enviados em inspecção. Infinitamente abaixo deles, temos os *officiales*, simples empregados cuja condição vem a ser degradada pela servidão do escritório.

Mesmo que o Estado tivesse pensado em criar autênticos funcionários e tivesse tido possibilidades disso, teria feito um mau negócio. Teria tido de dispendir enormes somas para poder pagar a um numeroso pessoal cuja fidelidade, trabalho e probidade teriam certamente deixado bastante a desejar numa sociedade de tal modo corrupta. Pelo contrário, o Estado tinha necessidade de cidadãos que dessem à sua pequena pátria, a cidade, e grande, Roma, todo o seu tempo, trabalho e fortuna. Aquilo que nos surpreende é que os imperadores tenham julgado que tinham o direito de impor encargos tão exorbitantes e que tenham conseguido vir a fazê-los aceitar a bem ou a mal.

Mas as antigas concepções sobre os direitos e os deveres do cidadão ainda não se tinham esbatido por completo. Os amigos não têm qualquer ideia da liberdade individual no sentido absoluto e anárquico dos tempos modernos. Para eles, a liberdade era o pleno usufruto dos direitos políticos. O cidadão tem obrigação de se dedicar de corpo e alma ao Estado. É-lhe devedor do seu tempo, da sua fortuna, até mesmo da própria vida.

Os imperadores não julgaram estar a exorbitar dos direitos do Estado, e os cidadãos livres e ricos submeteram-se-lhes. A oposição nunca teve outro carácter que não fosse o de uma resistência passiva. Esta só veio a generalizar-se quando o peso dos encargos acabou por ultrapassar as forças económicas da sociedade.

A fim de impedir as cúrias de se esvaziarem, foi necessário atribuir-lhes funções mecanicamente, e, para isso, procurar definir qual a categoria de pessoas que deveriam normalmente suportar os encargos da cúria, que deveriam ser *obnoxii curiae*, que deveriam ser *curiais*. Este último termo, que não é idêntico, tal como se tem pretendido, ao de *decurião*, só vimos a encontrá-lo a partir do século III. No século III, inícios do século IV inclusive, os curiais ainda não constituem um colégio hereditário e fechado (29). Uma certa abastança, consistindo sobretudo, mas não necessariamente, em bens fundiários, juntamente com residência própria, basta para tornar um homem livre num candidato eventual e forçado às funções e encargos da cúria, para nela o incorporar, como que automaticamente. A partir do momento em que se inscreveu, já não lhe é possível evadir-se. Os curiais formam um *consortium* colectivamente responsável não só pela administração da cidade, mas também pelos serviços do Estado de primeira importância, tal como a cobrança do imposto. Por consequência, a fortuna do curial está afecta à garantia da sua *functio*: constitui o penhor do Estado e o dos seus próprios colegas; torna-se *substantia curialis*.

Por uma lógica perfeitamente inelutável, a classe dos curiais torna-se numa *casta*. É impossível que o filho, ao herdar o património paterno, não tenha igualmente de herdar os seus encargos. É-se, pois, curial a título hereditário, tal como sucede no caso do colono, pois o património está adscrito à cúria tal como a tenência do colono o está ao rol do domínio rural. E a pessoa do curial torna-se servo da cúria, tal como a do camponês se torna servo da gleba.

Se o curial não tem posteridade directa, engenhosas disposições velam para que os seus herdeiros ou os compradores dos seus bens tenham de indemnizar a cúria, isto no caso de serem inaptos para preencher as funções de curiais. Os curiais estão ainda unidos num *consortium* enquanto proprietários rurais. A falta de braços incitava a que se agrupassem os cultivadores e a que se concentrassem os recursos nas partes mais férteis dos domínios, abandonando o resto. Os princípios de uma boa economia rural orientavam-se no mesmo sentido: a exploração de uma terra medíocre ou de má qualidade exige mais mão-de-obra do que se for de boa qualidade e pouco ou nada rende. Os grandes arrendatários dos domínios do fisco e do património davam claramente o exemplo de um tal procedimento. Estes empresários tinham mesmo imaginado devolver as boas terras aos «poderosos» (*potentiores*), só mantendo em seu poder as partes estéreis, para as quais pediam seguidamente redução de imposto ou chegavam mesmo a declarar-se insolventes. Para pôr ponto final em tais manobras e impedir que a matéria sujeita a imposto a tal se pudesse furtar, Constantino decreta que cada domínio imperial formará um todo indivisível no respeitante ao pagamento do «cânone» (aluguer, rendas anuais) e dos encargos públicos (imposto fundiário, anona), pois as diversas parcelas da terra são declaradas solidárias (*conservae*), donde o nome de *praedia conserva* (δμóδοιλα) dado a esta categoria de bens de raiz. E esta medida vem a ser seguidamente alargada a todos os grandes domínios, os quais passam a constituir doravante uma só unidade fiscal⁽³⁰⁾.

Com o mesmo intuito, o imperador ordena que, no território de cada *civitas*, os *praedia deserta*, e, de um modo geral, todos os *praedia* cujos proprietários já não seja possível encontrar, sejam adjudicados aos curiais. Quando estes curiais, investidos à força, se declarem insolventes, a propriedade dos campos desertos vem a ser repartida por entre todos os *possessores* da *civitas*, sem dúvida proporcionalmente ao imposto devido por cada um. Estas medidas draconianas vieram a ser completadas com toda uma série de outras com o mesmo objectivo: em 375, interdição aos herdeiros de só

aceitarem os bens patrimoniais férteis: ou ficam com tudo ou não herdam nada; em 383, lei sobre as concessões de fundos municipais e sobre os bens oriundos de confiscações da fortuna dos templos pagãos: os *sterilia* são impostos ao arrendatário geral (*conductor*) sob pena de revogação da concessão.

Por desgraça, ao mesmo tempo que o *ordo decurionum* se constituía em casta, outras «ordens» sofriam paralelamente uma evolução análoga. A um nível inferior, as profissões estavam arregimentadas, como já o vimos, em corporações ao serviço do Estado ou das cidades: os seus membros eram demasiado humildes, demasiado desprezados, demasiado pobres, para que se pensasse em incorporá-los nas cúrias. Quanto às pessoas que se dedicavam ao comércio e à indústria urbanas, ou ao pouco que delas ainda subsistia, foram coercivamente reunidas em colégios de *negotiatores* onde se incluíram sem quaisquer distinções tanto o humilde retalhista de uma simples quitanda como o armador ou o grande negociante de trigo, azeite, vinho, etc. As cúrias poderiam e deveriam ter sido recrutadas entre os membros mais abastados desta classe, e, na realidade, tal chegou a acontecer, pois houve alturas em que foi necessário incorporar na cúria os mais ricos negociantes de uma cidade mercantil. Mas tal não passou de uma medida exceptional, tomada a contragosto. Os preconceitos aristocráticos da época interditavam os *honores* àqueles que viviam de negócios. O único homem considerado é aquele que vive do produto dos seus bens fundiários ou imobiliários. Quando muito, só o banqueiro é aceite. Deste modo, a constituição da sociedade em «ordens», em classes estanques, impede quase por completo esse movimento ascensional dos indivíduos, de classe em classe, que permite vivificar as sociedades modernas impedindo-as de se esclerosarem.

As cúrias esvaziam-se a partir das cúpulas: os mais ricos proprietários e magistrados das províncias membros do *amplissimus ordo*, o Senado de Roma, são dispensados desde o século III de assistirem às sessões do Senado romano⁽³¹⁾. As leis que os obrigavam a residir e até mesmo a comprar bens fundiários na Itália vêm a ser revogadas no reinado de Diocleciano e dos seus sucessores. De tal modo que, no século V, a ordem senatorial subdivide-se em duas classes: por um lado, os *illutres* e os *spectables*, obrigados a residirem efectivamente em Roma, e, por outro, os *clarissimes*, vivendo na província e já não tendo direito a participarem nas sessões. Espalhados por todo o Império, os *clarissimes* constituem uma verdadeira classe social, uma alta aristocracia provinciana na qual se incluem todas as pessoas ricas e consideradas com que as províncias possam contar.

A partir da segunda metade do século III, estes senadores provinciais, que cessam de direito e de facto de pertencer ao pequeno senado local, a não ser a título de patronos, cada vez residem menos nas cidades capitais. Já vimos que, na sequência da tormenta que surge em meados do século III, a topografia urbana sofreu uma total transformação. As cidades do Alto Império, espaçosas e alegres, que, na sua maioria, se estendiam livremente, sem esbarrarem no obstáculo das muralhas fortificadas, vêm a diminuir notavelmente de superfície, sendo transformadas em autênticas fortalezas. O espaço é aí parcimoniosamente repartido. Nestas pequenas e sombrias cidades, a existência era certamente das mais monótonas. A aristocracia, pelo menos no Ocidente, desertou destas masmorras e foi viver para o campo uma vida bem mais alegre e aberta. Os mais afortunados habitam aí em verdadeiros palácios construídos à semelhança das «villa» italianas. Comportam apartamentos de Verão e de Inverno, termas, terraços ajardinados e jardins⁽³²⁾. As classes superiores retemperam as suas forças na vida ao ar livre, entregando-se apaixonadamente a caça e aos exercícios físicos, sem terem ainda perdido o gosto pelas letras. As visitas entre vizinhos e amigos, as viagens à capital, quebram a monotonia da existência. Tem, então, início a vida rural, a qual irá tornar-se para o grande senhor na existência normal durante cerca de quinze séculos.

Ao mesmo tempo, o grande domínio e a cidade tendem a viver uma vida separada. Os *clarissimes*, libertos dos *honores* e dos *munera* municipais, recusam aos curiais a entrada nas suas terras, até mesmo para permitir que aí sejam cumpridas as operações exigidas pelo cargo que estes desempenham ou para que possam proceder à cobrança do imposto fundiário. Em 383, torna-se necessário decretar que nas terras dos «poderosos» o *exactio* passa a estar confiado ao governador da província que a tal dará procedimento através do seu *officium*.

Assim dotado de uma verdadeira autonomia fiscal, o grande domínio adquire, abusivamente, a autoridade judiciária sobre os homens, livres ou não, que o habitam. Mesmo as aldeias livres (*vici, comae*) se lhe procuram agregar. Ao mesmo tempo, quando a aristocracia se cristianiza, começa a mandar edificar igrejas privadas, *oratoria*, para as suas necessidades religiosas e as dos homens do domínio; os laços que unem o domínio à igreja mãe (catedral) da cidade tendem a diminuir. Em fins do Império, o grande domínio, que constitui uma unidade económica, fiscal, judiciária, até mesmo religiosa, vive uma vida autónoma, afastado da cidade⁽³³⁾.

Reduzida a uma cidade capital que já não passa de uma fortaleza, habitada pelos proprietários rurais mais pobres, pelos banqueiros, pelos legistas,

que doravante formam a cúria, por *collegiati* que se isentam dos *munera* inferiores, a cidade entra, no século IV, numa irremediável decadência. Também os curiais gostariam de a abandonar e de se retirarem para o campo. Mas a lei intervém com o fim de os reter nesta prisão em que a cidade se tornou. Em 396, Arcádio proíbe o «êxodo ímpio para o campo». O domínio que preferem à cidade ser-lhes-á confiscado, e serão privados desses campos pelos quais se mostraram tão ímpios ao ponto de abandonarem a sua pátria. Interdição ao curial, nos casos, sem dúvida raros, em que tenha fortuna, de entrar para a ordem dos *clarissimes*. Interdição (320) de entrar para o clero. As constituições fecham todas as saídas pelas quais os curiais poderiam tentar evadir-se da prisão municipal. Contudo, saem da cidade três vezes por ano, no início de Setembro, de Janeiro e de Maio, a fim de procederem à cobrança do imposto fundiário nos campos, saídas estas que não são, de modo algum, nenhuma viagem de recreio. «As cidades perderam o seu esplendor», confessam os imperadores do século V. As pobres cidades anémicas já não são capazes de manter uma civilização brilhante. A decadência da vida urbana traduz de modo indubitável a regressão da sociedade.

Assim, se o regime de castas imposto ao mundo romano conseguiu retardar a sua decomposição, revelou-se, contudo, impotente para lhe restituir o vigor e a juventude perdidos.

VII.

A grande propriedade contra o Estado e os fracos. O patronato

Desde o Alto Império que se assiste ao desenvolvimento da grande propriedade rural. Cada grande domínio mantém os seus limites próprios, a sua individualidade, o seu nome. Em França, ainda hoje em dia há inúmeras aldeias que conservam (Juilly, Vitry, Savigny, Lézigny) os nomes de antigos proprietários galo-romanos (Julius, Victor, Sabinus, Licinius). E em África ou na Ásia a sua extensão é ainda maior do que na Gália e na Itália.

A decadência da indústria e do comércio, a partir do século III, contribui igualmente para realçar a posição excepcional dos grandes proprietários rurais. A terra é doravante a única fonte de riqueza. As perturbações monetárias, perfeitamente arrasadoras para o mundo romano desde essa época, incomodam relativamente pouco o grande proprietário que vai de domínio em domínio e consome no próprio local o produto das suas terras. Os mais afortunados fazem parte do Senado, temido e odiado pelos imperadores do século III.

Já vimos que, desde meados deste mesmo século, esta classe social vem a ser afastada do comando do exército. Restam-lhe as funções civis. Finalmente, e sobretudo, resta-lhe o seu poder económico, que denota uma crescente tendência para a onipotência⁽¹⁾.

1. O grande proprietário contra o Estado

O seu domínio situa-se administrativamente fora do território da cidade. A sua autonomia é marcada no próprio solo mediante o use de marcos de demarcação⁽²⁾.

I. O grande proprietário transforma o domínio num *asilo*. Aí acolhe: 1.º – os escravos fugitivos. É preciso uma *oratio* de Marco Aurélio para obrigar o *potentior* a deixar que entrem e investiguem nas suas terras; 2.º – os curiais que pretendem escapar aos encargos do fisco: refugiados na terra do *vir potens*, estão ao abrigo das leis⁽³⁾. As constituições de Juliano e de Majoriano contra estes abusos foram inúteis; 3.º – os comerciantes que se recusaram a pagar a *collatio*, a pagar a contribuição industrial, como nós dizemos (Teodósio, 386).

II. Defrauda o fisco. E isto de várias formas: 1.º – dedicando-se a operações comerciais e recusando-se a pagar contribuição industrial (364: Valente e Valentiniano). Em 408-9, Honório e Teodósio são obrigados a tomar uma medida radical: interdição aos poderosos de *mercimonium exercere*. 2.º – recusando-se ostensivamente, eles ou os seus agentes, a pagar o imposto fundiário, sabendo que as cidades não ousarão persegui-los. Por isso, em 383, Teodósio toma uma série de medidas: a tarefa de cobrar a capitação passa a estar confiada aos *officiales* (empregados) do governador da província. Do mesmo modo, será o governador quem tratará de elaborar um cadastro destes grandes domínios (*massae, fundi, potestates, ιδιόσατα*). Assim, em cada *civitas*, enquanto o decurião está encarregado da tarefa de receber o tributo sobre os *curiais*, e o *defensor civitatis* sobre os *minores personae*, é ao regente da província que incumbe a difícil tarefa de fazer com que os *clarissimes* paguem. Mas a situação de certos proprietários é tal que até mesmo o próprio governador nada pode fazer: o rico contribuinte recusa-se a comparecer diante dele. A partir de 328, Constantino confessava que certos personagens só eram, com efeito, jurisdicionáveis pelo prefeito do pretório e pelo imperador⁽⁴⁾.

III. À força ou fraudulentamente, arranja maneira de lhe serem atribuídos *fundi limitrophi* que tinham por fim prover à subsistência dos exércitos fronteiriços (Constituição de Valenciano, Teodósio e Arcadius, em 385).

2. O grande proprietário contra os fracos. O patronato

O proprietário rural é o «verdadeiro rei dos campos»⁽⁵⁾. Acabámos de afirmar que o seu domínio beneficia de uma individualidade que o subtrai à acção dos magistrados da *Civitas*, e, por vezes, até mesmo a dos governadores. O grande proprietário manda não só nos seus escravos e nos seus colonos, mas também nos homens livres que trabalham nos seus domínios e até mesmo nas vizinhanças. Acaba mesmo, a partir do século v, pelo menos, por vir a arrogar-se o direito de julgar os seus processos⁽⁶⁾.

Mantém homens armados. Possui prisões privadas. Em 458, Lao e Anthemius interditam os particulares de manterem *bucellarii*, «isaurianos», escravos armados. Constituições surgidas em 388 (Teodósio e Arcadius), em 486 (Zenão), e em 529 (Justiniano) virão a proibir a detenção nas prisões privadas. Só que a própria renovação destas constuições dá prova cabal da sua ineficácia.

Administra justiça a si mesmo. Se é credor, vai com um grupo de homens armados capturar o seu devedor. Em 389, Valentiniano, Teodósio e Arcadius tentam impedir esta prática – em vão, como é evidente.

Intervém em processos de terceiros e substitui-se a uma das partes em litígio. Cláudio II (268-270), Diocleciano e Maximiliano (286), proibem aos humildes, aos *tenuiores*, a *cessio in potentiorum*. Um dos casos específicos mais graves destas práticas é a transferência para o poderoso de uma dívida real, ou, por vezes, até mesmo fictícia.

Permite-se apor fraudulentamente os seus *tituli* aos bens em litígio. Obriga os desgracados a consentirem em transacções das quais só ele beneficia.

Se possui crédito na cúria, o poderoso intercessor (*suffragator*) obriga o solicitador a pagar a sua intervenção para a obtenção de um lugar. Os imperadores, na impossibilidade de o poderem reprimir, consagram este abuso. As suas constituições, tais como as de Constantino e de seus filhos, *tal* como a de Teodósio (394: *De usu suffragiorum ad honores obtinendos*), revelam-nos verdadeiras vigarices: os *suffragatores* exigiam serem pagos antecipadamente, muitas vezes em bens de raiz, e não empreendiam qualquer diligência.

O poderoso serve-se ainda de muitas outras formas para lesar as classes médias e inferiores. Por vezes, se ainda faz parte do senado municipal, convence, a bem ou a mal, os *tabularii* municipais a langarem os encargos sobre os *inferiores* (313: Constantino). Faz com que lhe cedam, a preços irrisórios, os seus bens pessoais, até mesmo no caso dos decuriões. Finalmente, pondo

de parte todas as aparências, há alguns poderosos que se apoderam com toda a tranquilidade das boas terras dos pequenos proprietários, só deixando a estes infelizes as que já não têm qualquer préstimo (398: constituição de Arcadius e Honorius).

Mas detenhamo-nos. Nunca mais acabaríamos com a enumeração dos abusos e extorsões que os *potentiores* se permitem. Alguns há que inspiram um verdadeiro terror. Não se ousa apresentar queixa contra eles. Há mesmo alguns decuriões que, para desarmarem a sua hostilidade, arranjam por mulher as *servulae* dos poderosos, acabando, assim, por lhes abandonar honra e património (constituição de Constantino em 313, e de Majoriano em 458).

Sob a pressão da aristocracia rural, muita gente de condição livre, pertencente até às classes médias, abandona-se ao *patronato* dos poderosos.

Mas o que é esta instituição que anuncia o regime feudal e que parece tomar, aquando da agonia do Império, um desenvolvimento como que monstruoso?

O *patrocinium potentiorum* não é nada de inovador⁽⁷⁾. As raízes deste regime mergulham bem fundo no passado: o recomendado, o *susceptus* dos séculos IV e V, deriva do *cliens* da época republicana. O comentador de Virgílio, Servius, disse nos dá garante (fins do século IV): *clientes quos nunc susceptos vocamus* (Eneid., VI, 609). Mas, com o tempo, uma tal instituição veio a sofrer profundas alterações. A clientela da Roma republicana tinha sobretudo um carácter político. É bastante difícil saber ao certo em que consistia o *obsequium* do cliente. Aquilo que nos pode dar uma sua ideia aproximada será a clientela política eleitoral de hoje em dia. A diferença está em que o *patrocinium* do Baixo Império tinha um carácter essencialmente económico. Este coloca o protegido, ou como tal assim suposto, numa dependência mais directa, mais absoluta, relativamente ao *patronus*. Tanto sob o Império como sob a República este regime é extra-legal. Contudo, sob a República e o Alto Império, a lei não se ocupa dele porque este ainda não parece poder ser ameaçador para o Estado. Sob o Baixo Império, os imperadores apercebem-se de que o patronato vai minando a sua autoridade. Os poderosos chegam mesmo a tomar sob o seu *patrocinium* aldeias inteiras, ajudando-as a enganar o fisco. Assim, Arcadius e Honorius em 395 e 399, e Teodósio II em 415, interditam os *vici* de se colocarem sob regime de *patrocinium*.

A partir de 360, Constantino tinha proibido de um modo geral todo e qualquer *patrocinium* (Cod. Th., XI, 14, 1), interdição esta que veio a ser

retomada em 370 (Valentiniano, Graciano, Teodósio), em 399 (Arcadius e Honorius), e em 415 (Teodósio II). Marciano, Leão e Anthémios (468), e mais tarde Justiniano (531), perseguiram o patronato, tendo Tibério II (578-582) chegado mesmo a proibi-lo aos intendentess imperiais. Vãs proibições! O patrono tomara as suas precauções: a fim de poder exercer com toda a segurança a sua autoridade sobre o protegido, exigira que aquele lhe entregasse antecipadamente todos os seus bens, dos quais só lhe deixava o usufruto (Salvieno, Zósimo), mediante o pagamento de uma pequena renda da parte do *susceptus*. A legislação imperial esboroava-se de encontro às subtilidades do direito privado e às mil e uma armadilhas da prática.

O perigo do *patrocinium*, da onnipotência dos grandes proprietários, pareceu ser tão grande, e a insuficiência do direito privado veio a revelar-se tão total aos olhos dos imperadores que estes foram levados a introduzir na legislação romana estranhas inovações que violavam todos os princípios jurídicos. Acabaram mesmo por vir a desnaturar os contratos. Assim, certas partes desta legislação do Baixo Império sempre foram um enigma para os juristas romanistas que, do século XVI ao século XIX, se dedicaram aos estudos das constituições imperiais. E em França, pelo menos, só se começou a apreender-lhes devidamente o alcance e a intenção após os trabalhos de H. Monnier⁽⁸⁾. Eis aqui dois ou três exemplos:

1.º – *A querela non numeratae pecuniae*: o recibo não prova o pagamento de que dá conta se, adentro de um certo prazo (um ano, dois anos ou cinco anos, conforme os casos), o devedor opõe o *exceptio*. Assim, basta que o devedor negue para que o *cautio*, o escrito, perca todo o valor de prova. O litigante deverá, pois, procurar outros meios de prova. Tal equivale ao derrube da regra *reus in exceptione actor est*, ou seja, tal representa uma autêntica monstruosidade jurídica⁽⁹⁾. O seu primeiro indício surge em duas constituições de Caracala de 215 a 217 (*Cod. Just.*, IV, 30, 3 e 4)⁽¹⁰⁾. E, até Justiniano, a sua amplitude irá aumentando progressivamente de importância. As tentativas para interpretar todas estas anomalias de acordo com os princípios do direito clássico vieram a fracassar. Mas tudo se explica muito facilmente se nos lembrarmos do prestígio e dos abusos dos *potentes*, dos *δυνατοί*, e dos seus procedimentos para com os *humiliores*, os *tenuiores*, o *πενέστες*. Na maior parte dos casos, o recibo comprovando um empréstimo foi extorquido à força e o poderoso nunca deu um só denário da soma consignada na *cautio*, facto que, como é óbvio, não o impede de reclamar essa soma não emprestada ao seu pseudo-devedor. Em direito clássico, caberia a

este estabelecer que o empréstimo nunca tinha tido lugar. Mas os costumes do tempo tornam um tal procedimento impraticável: testemunhas e juízes tremem diante do poderoso.

Ora, o que faz Constantino? Decide deslocar o pesado fardo da prova: interdição ao juiz de levar o escrito em consideração, pelo menos durante um certo período de tempo.

2.º – Desde 285 (Diocleciano e Maximiano), é permitido rescindir uma venda por *laesio ultra dimidium* se o valor real das terras vendidas atinge ou ultrapassa o dobro do preço.

3.º – *Jut poenitendi* no aluguer de bens rurais: a constituição ἐχατέρω ἡ διάταξις ἐπιτρέπει (*Cod. Just.*, IV, 65, 34) é «exorbitante do direito comum»: ela permite ao *locator* e ao *conductor* rescindirem anualmente o contrato. Esta lei é de Zenão, surgida entre 489-491 no Oriente e aplicável à Itália. Segundo H. Monnier, receia-se que o poderoso, sob pretexto de arrendamento, venha a apoderar-se da terra como locatário perpétuo.

Poder-se-iam facilmente citar muitos outros casos, mas seria preciso passar em revista todos os contratos, visto que não há um único ponto em que os poderosos não se esforcem por torcear a lei. A impotência do Estado tem múltiplas causas. A mais profunda reside, sem dúvida, no facto de que se o «poderoso» é, por um lado, um opressor, também é verdade que, por outro, é um protector, protector contra os outros «poderosos», protector contra o próprio Estado. A intervenção do poder público em favor dos fracos não é desinteressada: ele necessita do seu concurso para fazer andar a grande máquina em que o Império romano se tornou. Mas aquilo que reclama para que o Império possa subsistir parece estar doravante acima das forças humanas.

VIII.

Decadência e transformação da arte antiga

Foi já afirmado que o cristianismo pusera fim à arte antiga. Em certa medida, uma tal opinião é justificável. O cristianismo, e também o Islão, à semelhança de seu pai, o judaísmo, abominam por essência aquilo que resume todo o encanto e beleza da arte antiga, ou seja, as artes plásticas: «Vós não fareis imagens talhadas, nem nenhuma figura daquilo que há lá em cima no céu e cá em baixo na terra, nem daquilo que há sob as águas» (*Êxodo*, XX, 4).

Os padres da Igreja, opondo-se à idolatria, condenaram desse modo precisamente as mais magníficas produções da Arte, a representação dos deuses e dos heróis. Não só a estatuária, como todas as representações de cenas mitológicas pela pintura mural, pela pintura em vasos, pela gravura em pedras preciosas, caem sob a alcada de uma inexorável reprovação. Muitas delas, mesmo quando simplesmente ornamentais, têm um carácter licencioso. O nu na Arte era inadmissível para a Igreja cristã (¹).

Mas esta corrente iconoclástica, a qual, de resto, não é específica da Igreja (vimos a encontrá-la entre os pitagóricos e os estóicos), só veio a produzir os seus efeitos, nomeadamente no Oriente, nos séculos VIII e IX, durante e após a «Querela das Imagens», assim como, a partir do século VII, nas regiões que tinham tombado em poder dos Muçulmanos.

O cristianismo veio a adaptar-se à arte antiga, ainda que operando nela profundas retaliações. Veio mesmo a imitar servilmente os seus processos, tal como o fez na literatura⁽²⁾. O cristianismo foi mais o coveiro da arte antiga do que o seu assassino, propriamente falando⁽³⁾.

A arte, aquando do triunfo do cristianismo, estava já moribunda e levava desde há muito uma existência insípida. A arte antiga, isto é, a arte helénica, alcançara o seu apogeu nos séculos V e IV antes da nossa era. E mantém-se ainda viva, com algumas criações magníficas, após Alexandre. Mas, apesar de terem pilhado a Grécia e o Oriente e levado todo um mundo de estátuas e de objectos de arte para Roma, não foi por isso que os Romanos se tornaram criadores: tornaram-se, isso sim, simples amadores, e amadores diletantes. Sob o Império, os artistas continuaram a ser orientais e as oficinas situavam-se mais em Atenas ou em Alexandria do que na Itália. A participação de Roma resume-se a fazer encomendas que permitem manter a produção, sobretudo a da imitação de modelos, até ao tempo de Adriano.

1. *A Architectura*

Há, pelo menos, um género em que os Romanos foram mestres, a *Architectura*. O arco de triunfo, as termas, os anfiteatros, são criações do génio romano ou, pelo menos, do génio itálico⁽⁴⁾. O gosto pela construção não cessou. A exemplo de Augusto, os Flavianos, seguidos de Trajano, Adriano, e, finalmente, de Séptimo Severo (no Palatino, o *Septizonium*, pórtico de sete andares) e Caracala (termas), mandaram erguer grandiosas construções. Os imperadores do Baixo Império, Diocleciano, Constantino, foram igualmente grandes construtores. Ao primeiro se devem em Roma umas enormes termas (400 metros de extensão), algumas construções em Nicomédia e o grande palácio de Saloma (Split); o segundo fez erguer termas e basílicas em Roma, tendo mesmo feito emergir do solo toda uma cidade, Bizâncio. E a tradição prosseguiu até bastante tarde: em 374, é edificado em Roma um enorme pórtico por Graciano, Valentiniano e Teodósio. A edificação dos anfiteatros prosseguiu em Itália (Verona, Pola, são do século III), e até mesmo em África, em Thysdrus (El Djem). O mesmo no respeitante aos circos. Maxêncio, já em 309, mandou construir mais um, a duas milhas de Roma: tem mais de 500 metros de comprimento. E isto já sem falarmos das obras utilitárias: estradas, portos, faróis, aquedutos (ainda no reinado de Alexandre Severo), muralhas, torres, etc.

Infelizmente, estas obras são enormes construções mas não são obras de arte. Feitas de materiais grosseiros, implantados em argamassa, em vez de belas pedras sabiamente aparelhadas, foram erguidas demasiado à pressa. As construções do reinado de Constantino possuem o carácter apressado, improvisado, das reformas sociais do imperador.

Uma das últimas grandes obras pagãs, a bem dizer mais impressionante do que bela, em estilo «colossal e empolado», é o templo de Baalbeck, na Síria, dedicado a Júpiter Heliopolitanus: terminado por Caracala, fora iniciado anteriormente, no reinado de Antonino, ainda em fins da boa época. «Depois dos grandes architectos dos Antoninos, já não há senão maus pedreiros», já alguém disse (⁵), não sem uma certa injustiça.

Quanto à igreja cristã, sabe-se que o seu plano deriva da antiga basílica, vasto recinto que servia de tribunal, de mercado, etc. É de forma rectangular e e recoberta por um tecto de madeira. Serão ainda precisos muitos e muitos séculos para dar à basílica um carácter artístico. De resto, as primeiras basílicas cristãs, edificadas no reinado de Constantino, foram tão mal construídas que acabaram por tombar em ruínas.

De um modo geral, dobrado o século II da nossa era, a arte perde as suas qualidades de pureza e de gosto com extraordinária rapidez. A própria técnica vem a ser profundamente alterada. A arte, mesmo a arte de imitação, não consegue atravessar a tormenta do século III. Emite um último e pálido lampejo durante o reinado de Diocleciano, vindo a apagar-se sob Constantino. A este respeito, a Idade Média começa a partir do século IV.

2. *As Artes Plásticas*

O testemunho irrefutável desta agonia é-nos oferecido pelas *artes plasticas*.

As estátuas

Que a figuração das divindades perca toda a sua originalidade, isso era inevitável: os tipos consagrados de majestade ou de graça bem depressa se estereotipam em qualquer religião. Mas as estátuas erguidas aos imperadores, aos magistrados, até mesmo aos gladiadores – e são inumeráveis até ao

século IV –, perdem todo o seu valor representativo, particularmente as *statuae loricae* (couraçados): apenas a cabeça apresenta ainda um aspecto individual porque se «reporta ao modelo», mas os gestos e os detalhes assemelham-se todos. A colossal estátua que passa por ser uma representação de Constantino é das mais mediócras ao nível da execução.

Quanto a um género bastante estimado pelos Romanos, o *busto*, talvez de origem etrusca, podemos conservar alguns espécimes notáveis, de um intenso naturalismo, a partir do século I antes da nossa era. De Augusto a Antonino, possuímos toda uma magnífica série de bustos imperiais, de modo algum idealizados, salvo talvez a cabeça de Augusto, e que constituem retratos perfeitamente admiráveis⁽⁶⁾. Sob Alexandre Severo, este género entra em fase de adulteração. Em meados do século III, podemos ainda encontrar algumas peças interessantes, se bem que convencionais, tal como aquelas que representam o imperador Galieno. Mas, a partir de Constantino, já nada mais há que valha a pena: são tudo imagens sem vida, do tipo frontal oriental. Do próprio Constantino não possuímos um só retrato seguro.

Os baixos-relevos ⁽⁷⁾

Estes decoram nomeadamente os arcos de triunfo. Vários há que são autênticas obras de arte; assim, o arco de Titus, comemorando o seu triunfo sobre os Judeus (terminado por Domiciano em 81), ou o arco de Trajano, vencedor dos Dácios. Mas já o de Marco Aurélio anuncia a decadência. O seu estilo é frouxo, sem vida. «Toda a gente, incluindo os Bárbaros, tem um óptimo aspecto; os cavalos têm um olhar terno e filantrópico [...]. A coluna Antonina é uma obra curiosa mas sem nenhuma delicadeza de execução, muito inferior ao templo de Antonino e de Faustina, no anterior reinado⁽⁸⁾. A estátua equestre do Capitólio encanta-nos pela imagem sincera que nos dá do excelente imperador, mas o artista não tem o direito de atribuir qualquer crédito a este retrato»⁽⁹⁾.

Apenas trinta anos volvidos, o arco de Séptimo Severo é uma obra grosseira: os relevos não passam de um plano traçado na pedra, as formas são reduzidas a linhas e os objectos a esquemas, enfim, no dizer de um perito⁽¹⁰⁾, como que recusando-se a ir mais longe. O arco de triunfo de Constantino é uma autêntica confissão de impotência: a decoração é parcialmente feita à base de pedaços pilhados nos arcos de Trajano, de Marco Aurélio, e até mesmo talvez de Diocleciano. Nas suas partes originais, a execução é

grosseira, rígida, sendo o corpo humano traçado de um modo esquemático⁽¹¹⁾. Já desde meados do século III que a forma humana estava reduzida a uma função meramente decorativa: assim sucede no caso do sarcófago em que é representado (em 242) Timesiteu, avô de Gordiano III. Isto porque já não se consegue entender devidamente qual a função do baixo-relevo, surgindo assim as figuras destacadas, à semelhança de títeres, num fundo plano. O baixo-relevo veio a sobreviver nos sarcófagos cristãos, aonde infelizmente o abuso do simbolismo vem a engendrar obras convencionais e frias.

Os marfins⁽¹²⁾

A escultura em presas de elefante veio a produzir estatuetas, objectos de uso corrente, como, por exemplo, de toucador (pentes), e dípticos (tabuinhas enceradas que serviam para escrever), de interior em cera na qual se escreve com um estilete, tendo exteriormente esculpida a imagem de um grande personagem (cônsul, imperador). Possuímos alguns do século V que parecem ser retratos, outros que são dípticos cristãos (S. Paulo, num marfim existente na catedral de Rouen; séculos V-VI), alguns píxides (caixas contendo hóstias), e ainda chapas de encadernação. Os centros de produção situam-se no Egipto, aonde as oficinas de Alexandria são particularmente célebres. Dispomos ainda de alguns bons produtos do século VI, tal como a cadeira episcopal de Maximiano em Ravena, a qual é de um admirável realismo, denotando uma inspiração oriental no modo de tratar os personagens. Trata-se de um notável sucesso artístico, «mas é um triunfo sem amanhã, um triunfo sem qualquer futuro»⁽¹³⁾.

Contudo, chegou a haver uma arte Latina da escultura em marfim: díptico do Bargello, em Florença, dos séculos V-VI, representando cenas da vida de Adão e de S. Paulo, de inspiração greco-romana: «é o último monumento da arte augustal, representando a sua suprema e imponente afirmação precisamente aquando do seu desaparecimento». Posteriormente, já só depa-ramos com marfins trabalhados em abertos, num estilo de recorte em pedra de que em breve falaremos.

A glíptica⁽¹⁴⁾

A gravura em pedras preciosas γλύφω: eu gravo) teve o seu apogeu na Antiguidade. O renascimento e os tempos modernos não conseguiram igualar,

ou, pelo menos, ultrapassar, os produtos antigos que chegaram até nós. A apoteose de Germanicus (em 19 ou 37) ou a de Augusto (camafeu de Viena) são peças inigualadas. Houve duas séries: o *camafeu* ou gravura em relevo (ἀναγλυφή *caelatura, sculptura*), e o *entalho* ou gravura em oco (διαγλυφή *cavatores, signarii*). A aceitação, que foi fantástica, provocou toda uma série de contrafacções em pasta de vidro de uma desconcertante perfeição.

Facto estranho, a glíptica vem a cair numa profunda decadência desde meados do século II. Não porque o gosto por ela tenha passado, de modo algum, mas a verdade é que, após o reinado de Caracala, os produtos desta arte já não têm qualquer valor artístico. Os objectos do século VI dão mesmo testemunho de uma total falência técnica. «Que barbaridade no trabalho, que inexperiência no manejo da pua e do buril». Ao retrato vem a substituir-se a adivinhação cabalística, quando não mesmo a simples redução à beleza da pedra preciosa.

Facto não menos estranho, a decadência veio igualmente a ter lugar, ainda que um pouco mais tarde, fora do Império. Do século III ao século V, a glíptica sassânida de Susa e Ctesifonte rivalizara com a do mundo romano. Depois do reinado de Sapor, passa a viver à base de esquemas, de sistemas e de processos bem definidos, o que equivale a dizer que já não é uma arte mas sim uma indústria.

3. *As Artes Decorativas*

Ourivesaria ⁽¹⁵⁾

A torêutica (altos-relevos em pátera ou trabalhos de relevo a martelo sobre metal) dá-nos tigelas de prata (*scyphi*), vasos, cálices, taças, espelhos, etc. Vem a atingir o seu apogeu sob os sucessores de Alexandre. Desde meados do século I da nossa era, esta arte, tendo em conta o testemunho de Plínio o Antigo ⁽¹⁶⁾, estava em plena decadência.

Isto sem dúvida porque a grande aceitação ia para a ourivesaria das gemas, aliança das pedras preciosas com o ouro. Esta é de origem oriental e a sua feitura sempre permaneceu oriental.

Convém notar que o recrudescimento da influência oriental torna-se claro, desde meados do século III, não só na joalharia e nos adereços do vulgo, mas também na própria ornamentação da pessoa do imperador. Desde

Constantino, talvez mesmo desde Aureliano, que os imperadores imitam os reis sassânidas. A exemplo destes, substituem, no respeitante ao seu toucado de cerimónia, a coroa de louros pela coroa de gemas, a qual virá a tornar-se num diadema rígido no reinado de Justiniano: incrustadas no cinturão, cintilam as gemas. As vestes do príncipe são consteladas de pedrarias, ao gosto persa. Adopta-se também a poltrona ornada de ourivesarias, o trono.

Outra conquista estrangeira é a ourivesaria coberta: o metal desaparece sob o revestimento das gemas (em que domina a granada), quer naturais, quer artificiais (pasta vidrada), quer ainda embutidas em encaixes metálicos. A origem desta ourivesaria, que os Godos e os germanos ocidentais difundem por toda a Europa a partir do século V⁽¹⁷⁾, parece ser bastante antiga. Trata-se de um ramo da arte iraniana implantado entre os Citas, no sul da Rússia actual e, mais tarde, entre os Sármatas, seus sucessores⁽¹⁸⁾.

Esmaltaria ⁽¹⁹⁾

O mesmo sucede com a esmaltaria, a qual consiste em aplicar em terracota, e sobretudo em metal, um óxido metálico reduzido a um estado pulverulento ou pastoso: aquando da cocção, o óxido incorpora-se no objecto; o esmalte protege-o contra o ar e a água, ao mesmo tempo que lhe dá uma bela coloração de reflexos brilhantes. Conhecida desde tempos imemoriais no Oriente, e, mais tarde, na Grécia, a esmaltaria viera a desaparecer por volta do século III antes da nossa era e os Romanos ignoraram-na praticamente até ao dia (por volta do século III) em que artistas bárbaros «vizinhos do oceano», tendo conservado o segredo deste processo de fabrico, já perdido no mundo helénico, vieram a difundir alguns dos seus espécimes⁽²⁰⁾.

Facto estranho, quer seja porque a sua aceitação tenha prematuramente cessado, quer seja porque o seu segredo voltou a reduzir-se a um círculo restrito de iniciados, a verdade é que esta arte sofreu um novo eclipse do século VI ao século X⁽²¹⁾. A esmaltaria só virá realmente a renascer no século XI.

A vidraria ⁽²²⁾

Esta complicada indústria deve ser subdividida:

- 1.º – *Pasta de vidro*. Servia para fabrico de contrafacções de pedras preciosas (rubi, topázio, berilo, ágata, sardónica, etc.) destinadas a

camafeus e a cabuchões, mas também, e sobretudo, para o fabrico dos vasos de decoração mitológica. Veio a dar produtos magníficos em Alexandria e em Sidone, e, mais tarde, também na Campânia. O mais célebre é o vaso dito «de Portland», no British Museum, representando Peleu e Tétis, o qual não é do século III da nossa era, mas sim do século de Augusto. Mas, na época cristã, os espécimes conservados atestam uma arte degenerada.

- 2.º – *Vidros talhados, gravados, em fundo de ouro, e pintados.* Infelizmente, os espécimes são muito pouco numerosos (uma meia dúzia). A ornamentação sofreu as mesmas vicissitudes que nas outras artes. Enfim, a técnica altera-se: a pasta, ainda límpida, translúcida, no século IV, virá a tornar-se opaca, no século VI. Contudo, podemos conservar um belo espécime representando Gala Placídia, Valentiniano e Honório (logo, por volta de 425).

A terracota ⁽²³⁾

A cerâmica grega, cujos produtos são bastante desiguais, foi imitada na Itália desde o século III antes da nossa era. No século II, o centro de produção de maior renome foi Arezzo, na Toscana, aonde podemos encontrar argila vermelha. Há famílias nobres que montam fábricas; os artistas, que são escravos, assinam as suas obras; a origem asiática destas obras é atestada pela decoração, mitológica e naturalista, à imitação da dos Gregos. No século I da nossa era, esta arte vem a degenerar, talvez devido à concorrência de Pouzzoles, na Itália, e sobretudo à das fábricas provinciais, em Tarragona, na Gália (centro), e até mesmo na Germânia e na Grã-Bretanha. As formas raramente são elegantes e a decoração permanece pesada, sem graça.

Por volta do século III, o processo de fabrico do verniz brilhante das cerâmicas romanas vem a perder-se. Sob o Baixo Império, a figurinha em terracota cessa de ser uma arte, e a cerâmica vem a ficar reduzida à produção dos objectos usuais.

A lâmpada antiga, ainda graciosa e delicada sob o Alto Império, vem a alterar-se no século III por motivos de ordem económica: já ninguém quer comprar, já ninguém pode comprar, senão produtos baratos, feitos de uma argila amarela ou cinzenta, moldados em formas de gesso e já não de bronze, e cobertos de um verniz pastoso, de aspecto desagradável. Pelo menos, na

epoca cristã, a decoração dos objectos em barro à falta de arte, mantém uma grande variedade de temas.

Quanto aos pratos, os da Itália e da África não vão além de uma detestável ornamentação.

A cerâmica, totalmente perdida enquanto arte no Ocidente, só vem a prolongar-se no Império bizantino, e disto segundo testemunhos escritos, já não nos foi possível conservar quaisquer espécimes.

A ferrajaria (ferro ou bronze trabalhado) (24)

Em Constantinopla e no Egipto, a arte industrial do bronze e do cobre veio a ser prosseguida sob a forma de candelabros, de lustres, de portas, ou ainda de mobiliário (bacias, jarros, caldeiras, recipientes diversos), e de objectos litúrgicos (vasos, castiçais, cruzes, campainhas, etc.). A rarefacção dos objectos em metal precioso (no decurso do século V) contribuiu para manter a sua venda. O estilo (dos castiçais, por exemplo) é feio.

A madeira

Muito poucos espécimes puderam ser conservados: «a escultura em madeira não passa do reflexo da escultura monumental; não apresenta qualquer originalidade.»

A ela se associa um modelo de decoração apelidado de «ornamento de relevo plano», de origem síria, e cujo valor artístico é nulo.

O *estucque* é feito de mármore pulverizado misturado com cal. Os monumentos desta origem são bastante raros; testemunham aliás, uma total decadência, tal como no caso de San Vitale, em Ravena.

Vitrais

Aqui já não se trata de decrepitude, mas sim de imaturidade. Assinalados em alguns textos como existindo nas janelas de igreja, nos séculos IV e V, estes vitrais parecem não passar ainda de vidros pintados, como uma espécie de mosaico transparente.

Moedas e medalhas ⁽²⁵⁾

Do ponto de vista artístico, o mais belo período da moeda é o período helenístico. Infelizmente, sob o Baixo Império, os artistas que gravavam os cunhos monetários dos medalhões de luxo comemorativos de um dado acontecimento, vem a degenerar. As figuras já não são tratadas em pleno relevo, mas sim espalmadas. Até mesmo a representação da figura imperial já não é um retrato, mas sim um tipo convencional.

Pintura e miniatura ⁽²⁶⁾

Não nos ficaram quaisquer espécimes da boa época da pintura antiga, isto é, do período helenístico. Os únicos exemplos de interesse, alguns dos quais são mesmo fascinantes, em Pompeia e no Palatino, são mesmo assim de segunda ordem, simples imitações de outras obras mais antigas já desaparecidas. Além do mais, a pintura antiga foi muito inferior à escultura e à arquitectura. Esta inferioridade advém em parte de insuficiências técnicas: só se conhece a pintura a fresco e a têmpera. As leis da perspectiva são escassamente conhecidas, quando não mesmo totalmente ignoradas. O cânone das proporções, do qual ninguém ousa libertar-se, vem a consagrar atitudes imutáveis.

Plínio fala da pintura como de uma arte moribunda. De facto, os espécimes de pintura cristã que se relacionam directamente com os de Pompeia e do Palatino, revelam não só uma estagnação, mas igualmente uma decadência. Todos eles são mal graduados; já não se sabe como colorir a carne; os contornos do corpo e do vestuário são brutalmente sublinhados com traços negros; as sombras desajeitadamente figuradas por faixas escuras. O desenho é mais do que inábil, é francamente incorrecto. E mesmo quando a pintura vier a emergir das catacumbas para ter lugar ao ar livre, não sofrerá qualquer renovação. O simbolismo engendrará a monotonia e a rigidez hierática.

A única pintura que prossegue ainda na senda de gloriosos destinos é a dos manuscritos, a miniatura. Só pudemos conservar um número extremamente reduzido de espécimes da tradição antiga e pagã: o Virgílio do Vaticano, o Homero da Ambrosiana (são do século IV, quando muito; nunca anteriores). Depois dessa data, e pelo menos no Ocidente, nada mais temos. Quando os manuscritos ilustrados vierem a reaparecer, serão uma clara imitação de Bizâncio, ou até mesmo simples cópias directas de manuscritos

sírios. A miniatura bizantina oferece espécimes magníficos, mas a influência do gosto oriental (sírio, egípcio, iraniano) é aí perfeitamente patente⁽²⁷⁾.

Os manuscritos ocidentais dos séculos VII, VIII e IX patenteiam na ornamentação das letras o emprego da decoração ornamental: linhas quebradas, ornatos entrelaçados, bandas entrançadas; finalmente, o animal, e por vezes até mesmo o homem, é aí tratado de uma forma fantástica⁽²⁸⁾. Trata-se de uma imitação servil da miniatura irlandesa e anglo-saxónica, cuja ornamentação parece ser de origem oriental; mas esta veio a atingir o Ocidente por intermédio das populações bárbaras do centro da Europa. Deparamos aqui com uma evolução paralela à da ourivesaria.

Assim, as invasões germânicas, ao transplantarem para o Ocidente os gérmens trazidos do Oriente, contribuíram para destruir a tradição da arte antiga.

Mosaico⁽²⁹⁾

Os Romanos tinham-no ido buscar aos Gregos, mas, depois de Sila, desenvolveram-no a um ponto tal que vieram a transformá-lo numa arte nacional que levaram até aos quatro cantos do mundo. Para estas composições, cuja superfície é, por vezes, imensa, empregam-se não só pequenos cubos de mármore, como também esmalte e diversas pastas de vidro. Decora-se o solo (lajeamentos), assim como as muralhas e as cúpulas: a cúpula de São Jorge, em Salónica, com 900 metros quadrados, exigiu 36 milhões de cubos.

A decoração dos lajeamentos em mármore foi a primeira a entrar em decadência: os artistas já não renovam os seus modelos, tratam sempre os mesmos temas. Contudo, em África, dedicam-se a cenas de caça de efeitos pitorescos divertidos. Na época cristã, o lajeamento já não oferece qualquer interesse: talvez porque se tem receio de representar temas religiosos em áreas da moradia que, sendo locais de passagem, tinham de ser necessariamente pisadas.

Pelo contrário, os mosaicos em esmalte, que decoravam as paredes e as cúpulas, souberam vir a adaptar-se à religião e aos novos sentimentos, vindo a produzir-se obras notáveis, tal como o mosaico de Santa Pudenciana em Roma (século IV), o qual é talvez a obra-prima do mosaico amigo. Contudo, mesmo nesta altura, as dificuldades são mais esquivadas do que afrontadas: os desenhadores recorrem ao uso das roupagens para dissimularem o seu desconhecimento da anatomia. Finalmente, o mosaico «desce do nível das

artes ao de simples indústria, e renuncia à representação animada para se contentar com a decoração geométrica». Esta decadência, muito marcada até mesmo em Roma no século VI, foi-se tornando cada vez mais patente até acabar por descer ao último grau da barbárie nos séculos VIII e IX. É um autêntico alívio ver cessar esta arte miserável.

Tecidos ⁽³⁰⁾

Os tecidos de lã, de linho ou de seda, em que são tecidos ou bordados fantásticos temas pagãos, e, mais tarde, cristãos, começaram por ter a sua fabricação limitada à parte Oriental do Império; mas a partir da querela iconoclástica, que escorraçou os artesãos em fins do século VIII, esta arte vem a ser introduzida no Ocidente. A sua origem Oriental é inegável: nesta ou naquela capa carolíngia ou capetiana são ainda representados temas, tais como tigres em combate frontal, que são familiares da arte sassânida da Pérsia.

Tapeçarias

As tapeçarias encontradas no Egipto e na Crimeia (fragmentos do século IV antes da nossa era) foram uma revelação: a tapeçaria não possuía espécimes anteriores ao século XI da nossa era. Facto bastante curioso, a textura parece ser idêntica à da nossa manufactura dos Gobelins. Mas, a partir dos séculos IV e V, a tapeçaria entra em franca decadência: torna-se incapaz de reproduzir os modelos vivos. Passado o século IV, apenas a ornamentação é minimamente suportável, já que todas as tentativas de reprodução da natureza animada vêm a resultar numa representação monstruosamente informe.

4. *A música* ⁽³¹⁾

Esta vem a resumir-se à música grega, da qual o cantochão das Igrejas ortodoxa e latina nos pode dar uma pequena ideia. Mas, a bem dizer, a música moderna, fundamentada na harmonia e no contraponto, é uma criação da Idade Média e do século XVI. O mesmo sucede no caso da notação musical ⁽³²⁾. A antiga música de canto está estreitamente ligada ao texto poético.

A melodia não consegue libertar-se dele e torna-se, assim, numa melopeia. Espraia-se apenas no estreito intervalo entre uma ou duas oitavas. Quanto à música coral, o coro só conhece o canto em uníssono.

Música instrumental

Os instrumentos de corda e de madeira são pouco numerosos e pouco potentes. Os actuais veículos da música moderna, violino, violoncelo, órgão, são uma criação da Idade Média.

Aqui não houve, pois, decadência, mas sim progresso, ainda que a muito longo prazo.

5. Causas da regressão da arte antiga

Porquê esta regressão da arte antiga?

Podemos encontrar para tal facto duas razões principais, uma económica, a outra estética.

Razão económica

São conhecidas as relações entre a arte e a riqueza. Para que a arte possa nascer, crescer, manter-se e vir a difundir-se em qualquer civilização, é necessário que a procura de obras de arte da parte do público seja abundante e contínua. A arte exige uma técnica impecável, logo, difícil de adquirir, difícil de transmitir e fácil de esquecer. Caso a procura enfraqueça ou se rarefaça, o mister vem fatalmente a alterar-se. Na falta de encomendas, o artesão, o artista, cessa de recrutar aprendizes; a técnica perde-se e as escolas vão-se sucessivamente extinguindo. Tal é o perigo que ameaça a arte em todas as épocas e em todos os países. A regressão económica do século II, a ruína do século III, vieram certamente a desempenhar um papel capital na brusca estagnação (por volta de 350), e, posteriormente, no rápido declínio da arte antiga. No século IV, já não há artistas, nem mesmo artesãos de arte. Quando se lê um édito de Constantino concedendo (337) a imunidade dos encargos públicos a cinquenta e oito profissões liberais ou indústrias artís-

ticas, a fim de que os *artífices* se possam tornar mais hábeis no seu mister e nele possam educar melhor os seus filhos (*Cod. Teod.*, X, 64, I), compreende-se assim que as «artes e os ofícios» estavam em vias de desaparecimento.

Razão estética

É algo complexa. Convém falar antes do mais da acção esterilizante das obras-primas. A obra de arte engendra a imitação, e depois a imitação de uma imitação. Esta tendência é absurda, já a imitação se autocondena por definição, mas é fatal. Quando o Império se estabeleceu, há já muito que passara o tempo da criação. Depois de Sila, os grandes amadores executam encomendas em que se inspiram nas obras antigas: imita-se sobretudo o estilo de Praxíteles ou de Lísipo⁽³³⁾. Conservam-se, contudo, belas obras salvas pela técnica, a qual permanece impecável até ao tempo de Adriano. Infelizmente, sob este imperador, e em parte sob a sua influência, produz-se um movimento de arcaísmo donde resulta um academismo esterilizante. É conhecida a influência extremamente nociva exercida pelo feroz amator do arcaísmo, um dos piores flagelos da arte. Esta corja esteve a ponto de matar, no século XIX, as artes aplicadas em França e na Europa. Adriano e os coleccionadores do seu século desempenharam um papel não menos funesto.

A esta razão, convém acrescentar a lassitude de uma demasiado longa tradição. A arte helénica abate-se sobre o mundo romano com todo o peso de um passado já velho de muitos e muitos séculos. E depois, porque não confessá-lo? A arte antiga é monótona. Na época imperial, uma tradição inveterada consagra a afectação das obras de arte. Nos jardins, em pedra ou em mármore, encontram-se estátuas de Ariadne adormecida ou do sono de Ganimedes, de sátiros dançantes, de sereias, de Pã, o hermafrodita, de ninfas. Nos lagos e fontes, temos Neptuno sentado num golfinho, Narciso, pescadores, Silena com o seu odre, a criança e o pato, Nereidas cavalgando um animal. Nas termas, Vénus anadiómena; nas palestras, anexos das termas, Hermes, Hércules, estátuas de atletas. E igualmente no respeitante aos mosaicos, os temas são sempre os consagrados. Da Síria à Espanha, da Grã-Bretanha à África, a decoração é imutável. Parece que nunca mudamos nem de céus, nem de clima. A civilização antiga da época imperial dá-nos uma impressão de deprimente uniformidade.

Os limites da arte antiga são denunciados, ainda que com uma discreta devoção, numa célebre página de Renan⁽³⁴⁾. Lembremo-nos do fim da prece

a Atenas, na Acrópole: «Séculos virão em que os teus discípulos passarão por ser os discípulos do tédio. O mundo é maior do que to julgas. Se tivesses visto as neves do pólo e os mistérios do céu austral, a tua fronte, ó deusa sempre calma, não estaria tão serena; a tua cabeça, mais larga, abarcaria diversos tipos de beleza.»

Temos, pois, de nos conformar à seguinte conclusão: as artes plásticas do mundo helénico, o «milagre grego», após terem encantado o mundo durante sete a oito séculos, acabaram por o deixar indiferente, tão indiferente como os deuses que aquelas magnificavam sob uma forma impecável.

Seria lícito supor-se que novas maneiras de sentir e de pensar acarretariam uma renovação da arte antiga. Mas tal não sucedeu: mitriacismo e cristianismo imitaram servilmente os produtos abastardados da arte antiga, o Islão proscreeu as artes plásticas; e a ortodoxia cristã veio a seguir-lhe o exemplo, no Império do Oriente, nos séculos VIII e IX. Mas, no Ocidente, o cristianismo só começa a adquirir a sua expressão estética original e profunda nos séculos XI e XII, isto é, numa época prodigiosamente recente, onze a doze séculos após a morte do seu fundador!

No entanto, no decurso deste período, a Arte não chegou a desaparecer por completo. Só que a sua expressão veio a ser radicalmente alterada. A decoração suplanta a linha; a cor destrona a plástica.

Já alguém observou⁽³⁵⁾ que o sentimento religioso não pode ser o único factor a ser responsabilizado pela ruína das artes plásticas. Os iconoclastas não se encarniçavam em particular contra as estátuas: toda e qualquer representação antropomórfica lhes era odiosa, fosse lá sob que forma fosse. Mas porque é que, então, as artes plásticas foram as únicas a sucumbir?

Parece ser permissível pensar-se que tal foi devido a uma mudança ou, melhor dizendo, a uma revolução do gosto. A arte helénica, após o seu reinado absoluto, sofre a influência do Oriente, o qual parece esboçar um retorno em força, e cada vez mais triunfante, a partir do século III. A arte oriental não ignora a escultura, mas, para si, esta serve-lhe para ornamentar superfícies e não para representar objectos no espaço. Assim, não emprega praticamente senão o baixo-relevo; desdenhando modelar o corpo humano, só vê nele um mero elemento decorativo. Não consegue conceber a ornamentação de um edifício sem painéis de faiança esmaltada, sem mosaicos em fundo de ouro, ou até mesmo sem tapeçarias. Sob a sua influência, a técnica vem a transformar-se. A verruma substitui-se ao buril; escava-se, perfura-se a pedra em vez de a modelar. Esculpem-se motivos como folhas de acanto, óvalos, corações ornamentais, os quais elevam, plenamente iluminados, em

fundos recortados em abertos, em forma de grelha, como uma rede de arame. «A impressão produzida é a de uma admirável tapeçaria cujos motivos banhados de luz sobressaem da obscuridade do fundo: a impressão de doçura é a mesma que aquela que nos transmitem os mais belos tapetes persas». Em contrapartida, a figura humana esculpida torna-se de uma monstruosa incorrecção.

Na arquitectura, a cúpula, provavelmente de origem iraniana, torna-se num elemento de uso quase obrigatório, vindo, assim, a caracterizar um novo período.

Constantinopla vem a centralizar, e, mais tarde, a propagar, a nova arte vinda da Ásia Menor, da Síria, e de mais longe ainda, arte essa que veio a ser qualificada, com maior ou menor razão, de bizantina⁽³⁶⁾.

Logo, a arte não morre. Mas a arte antiga perece com a morte das artes plásticas. Na *pars Orientis*, os descendentes dos Helenos perde-la-ão tão completamente, que nem memória dela lhes restará. No Ocidente, a escultura virá a renascer, por volta do século XI, mas profundamente diferente, tanto ao nível da sua inspiração como da sua feitura, da escultura antiga.

Assim, no século IV, no domínio da arte, tal como no da religião, uma nova alma vem a substituir-se à antiga.

IX.

Decadência da literatura. Desaparecimento da filosofia e das ciências antigas

1. *As letras pagãs*

Se a arte antiga decai verticalmente a partir do século II, a literatura, por seu lado, sofre uma quebra não menos rápida e violenta, particularmente no Ocidente.

Após o reinado de Trajano, aonde ressaltam nomes como os de Tácito, de Juvenal, de Plínio, o Jovem, o reinado de Adriano já só tem para nos oferecer autores como Suetônio, colecionador de anedotas suspeitas, e o de Marco Aurélio, Apuleio, um africano de Madaura, mais interessante pela sua personalidade do que propriamente pelos seus escritos. O autor mais célebre deste reinado, o preceptor do imperador Marco Aurélio, que lhe prodigaliza manifestações de um profundo respeito, Frontão, africano de Cirta, está abaixo do medíocre; a descoberta das suas obras (teses, arengas, panegíricos do fumo, da poeira), no século XIX, foi desastrosa para a sua reputação: estas revelam-nos um declamador superficial, vaidoso e vazio. Aulo-Gélio, nos fins do século II, representa o tipo de escritor que irá doravante reinar, o compilador. Nas suas *Noctes Atticae*, colige sem qualquer método, até mesmo

sem fim preciso. Colige toda uma multitude de informações recebidas de todos os lados. Ele próprio chega a comparar a sua obra a uma loja de dispenseiro: *quasi quoddam litteratum penus*, loja aonde reina a desordem, obra em que não há nem pensamento pessoal, nem composição, nem estilo. E depois dele, é o reino da esterilidade. O século III é um autêntico Sara literário.

Isto, pelo menos no Ocidente. Pois no Oriente não sucede bem o mesmo. A evolução não é, de modo algum, paralela, cronologicamente falando. O período de decadência iniciara-se muito mais cedo. O seu período estéril foi o do século I da nossa era. Nada a assinalar, salvo as obras de Fílon de Alexandria e de Flavius Josefo, as quais, além do mais, não são devidas a helenos, mas sim a judeus vivendo em país helénico. Estas importam mais à filosofia antiga e à história judaica do que propriamente à literatura. Obras puramente literárias, como poemas, por exemplo, não há nenhuma que possam assinalar-se, salvo alguns epigramas.

Mas, após este longo período de debilidade, houve como que uma espécie de «Renascimento»⁽¹⁾, indo desde Nerva e Trajano até finais do reinado de Diocleciano, englobando consequentemente cerca de dois séculos. O pensamento grego ultrapassa o âmbito das pequenas cidades antigas, ou até mesmo o dos reinos oriundos do desmembramento do Império de Alexandre, para vir a adquirir um carácter de universalidade, de humanidade, totalmente novo. Contudo, a fecundidade não veio a ser a mesma nos diversos domínios das letras. O teatro, moribundo desde o século III antes da nossa era, não pôde ser ressuscitado. A poesia pouco ou nada conta, já que só há a assinalar umas quantas poesias didácticas (dois exemplos do século III, *Κυνηγετικά*, *Αλιευτικά*, sobre a caça e a pesca; fábulas de Babrius).

A história, desaparecida no Ocidente depois de Tácito e de Suetónio, pode citar (em fins do século II e no decurso do século III) os nomes de Apiano, de Díon Cássio, de Herodiano, de Déxipo, que se ocupam da história de Roma e da do seu tempo; estes escritores preocupam-se com o estilo, o qual, contudo, e relativamente falando, não é demasiado empolado. No entanto, estão longe de lembrar Tucídides ou Políbio: são espíritos medíocres, totalmente desprovidos de vigor intelectual e de personalidade. Arriano, contemporâneo de Marco Aurélio, legou-nos uma história de Alexandre honestamente concebida; infelizmente, as suas outras obras históricas, bastante numerosas e bastante importantes (os *Sucessores de Alexandre*; *História da Bitínia*, sua pátria; *História das Guerras dos Partos no reinado de Trajano*: *Ἀλανικά*), vieram a desaparecer. Em resumo, o género histórico está em decadência.

Mas um novo gênero começa a florescer, o romance: as *Etiópicas* ou *Teageno e Caricleu*, por Heliodoro (s. III), *Leucipo e Clitofonte*, por Aquiles Tatios (s. IV?), *Dafne e Cloé*, por Longus, (s. III-IV). Artificiais, enfadonhos, prolixos, estes romances exerceram, contudo, uma profunda influência na literatura da Idade Média e até mesmo dos tempos modernos.

Pondo de parte as obras de retóricos, eruditos, compiladores, gramáticos, etc., e os tratados técnicos, como, por exemplo, os de Galieno na medicina ou os de Ptolomeu na geografia, restam-nos ainda no século II alguns grande nomes, ou melhor, alguns belos nomes, como os dos moralistas: Díon Crisóstomo, Plutarco, Epicteto, Luciano (v. 125-v. 192), este último fora-de-série. Tendo escrito em grego, este semita, um sírio de Samósata, pelo seu estilo de inspiração satírica, espiritual, fantasista, quase que escapa à Antiguidade; o seu pensamento aparenta-se ao de inúmeros autores franceses dos tempos modernos, ao de um Voltaire, por exemplo. Luciano parece ser o criador do diálogo satírico, do panfleto, da narração fantástica.

No século III, o pensamento, se não mesmo a literatura, conta com um grande homem, Plotino, o grego do Egito, nascido em 204, e que veio a ensinar em Roma de 264 a 270, data da sua morte. As suas lições foram recolhidas pelo seu discípulo Porfírio, que as publicou em nove livros (donde o nome de *Enéades*). «Livro estranho, obscuro, desdenhoso da forma», mas fruto de uma das mais poderosas inteligências metafísicas que a humanidade jamais conheceu. Quanto a Porfírio (nascido em Tiro em 233, falecido em Roma por volta do início do século IV), os seus escritos filosóficos são muito inferiores aos do mestre, sendo o seu mérito literário quase nulo. Pode, contudo, argumentar-se que existe uma diferença, não só quantitativa, mas também qualitativa entre estes dois homens. O primeiro é o último pensador da Antiguidade profana; o segundo abre a via a toda uma série de comentadores à maneira da Idade Média⁽²⁾.

No mundo cristão, um outro grego do Egito, Orígenes (185-254), é um metafísico de grande profundidade de análise e o mais prolífico de todos os autores da Antiguidade⁽³⁾.

Ora, o que é que pode opor a esta fecundidade, a estes nomes, dos quais três ou quatro são absolutamente brilhantes, a literatura romana da segunda metade do século II e da totalidade do século III? Nada⁽⁴⁾. As suas únicas mostras de originalidade terão de buscar-se na obra de juristas como Gaius, Ulpiano, Papiniano, cujos trabalhos, a bem dizer, nada têm a ver com o âmbito da literatura.

Assim, o prestígio das letras e do pensamento gregos permanece incomparável. E os imperadores romanos dão provas disso. Adriano é todo ele grego nos seus gostos. Marco Aurélio, que, ao contrário, parece ser tão romano, é em grego que, apesar de tudo, escreve os seus pensamentos. O seu jovem e débil imitador, Alexandre Severo (223-235), exprime-se melhor em grego do que em latim. E se é certo que Constantino ignorava ou quase nada sabia de grego, a verdade é que, sob Juliano, houve um renascer do helenismo. Mas também é verdade que foi o seu canto do cisne. Depois dele, o helenismo extingue-se no Ocidente.

A partir de Constantino e até ao início do século v, ou mesmo até um pouco mais tarde, produziu-se na literatura latina como que uma espécie de movimento renovador. Chegou-se mesmo a pronunciar o termo «Renascimento». Grande exagero, como é óbvio. Começemos por limpar o terreno das obras dos gramáticos, comentadores e compiladores, as quais têm, sem dúvida, o seu lugar nos manuais, mas que não são do domínio da literatura.

Os *panegíricos* dos imperadores e a verborreia dos *Scriptores Historiae Augustae* pouco ou nada têm a ver com a história. Os panegíricos, como os de Eumeno, por exemplo, sob o reinado de Constantino e dos seus sucessores, são obras empoladas e desprovidas de conteúdo. E, infelizmente, o mesmo é preciso dizer-se dos seis escritores, reais ou imaginários (Spartianus, Vulcacius Gallicanus, Lampridius, Capitolinus, Trebellius Pollio, Vopiscus), que tiveram a pretensão de nos traçar as biografias dos imperadores romanos desde Adriano até Carus, o predecessor de Diocleciano. Estes autores, ou os falsários que, nos séculos iv-v, escreveram sob estes nomes supostos, não têm nem estilo nem ideias: «Os nossos biógrafos foram os espíritos mais medíocres, mais limitados que seja possível imaginar, os mais acabados representantes dessa decadência intelectual, dessa barbárie do século iii»⁽⁵⁾. Colecção de anedotas frívolas, de discursos, de supostas cartas. Ainda ao menos se esses discursos e essas cartas fossem autênticos, poder-se-ia reconhecer aos escritores, da *História Augusta* o mérito de terem sido compiladores diligentes. Mas não, infelizmente não! Um exame impiedoso veio a revelar que a documentação é inteiramente inventada. Mesmo quando o autor tem sob os olhos uma carta autêntica, a estenografia de uma alocução imperial no Senado, sentir-se-ia desonrado se a reproduzisse tal e qual. Isso não seria «literário». Assim, reformula-a ou reinventa-a mesmo de uma ponta a outra. Um exemplo, talvez dos mais flagrantes, da maleficência da pseudo-literatura. É exasperante utilizar-se uma obra deste tipo em que é quase impossível saber-se à partida aonde começa a verdade e acaba a invenção,

assim como, o que ainda é bem pior, aonde residem os anacronismos. Corre-se a todo o instante o risco de atribuir ao século III ou ao século II uma instituição do tempo de Diocleciano ou de Constantino. Os escritores da *História Augusta* são exemplos acabados de bestas literárias.

O único historiador digno deste nome, surgido na literatura romana depois de Tácito, foi Amiano Marcelino, nascido em Antioquia por volta de 330 e falecido por volta de 400⁽⁶⁾. Lançou mãos à obra de continuar Tácito a partir de Nerva (96). Dos seus trinta livros de história, podemos conservar os dezassete primeiros, abrangendo o período que vai de 353 a 378. Trata-se afortunadamente da época contemporânea do autor, da época da qual foi testemunha ocular ou durante a qual pôde reunir informações pessoais. Documento perfeitamente inapreciável para a história deste quarto de século. Bem gostaríamos de poder possuir o equivalente no respeitante àquilo que o precede e àquilo que se lhe seguiu. A obra apresenta raras qualidades de curiosidade, de imparcialidade. E além do mais, tendo sido um homem de acção, oficial, amigo e admirador do imperador Juliano, participou em várias das campanhas que descreve. Mas, apesar de tudo, Amiano não é um verdadeiro escritor. O seu estilo é lastimoso e trai a aplicação com que procura seguir o seu modelo, Tácito, do qual, contudo, nunca consegue sequer aproximar-se. Demasiados discursos, má retórica e reflexões que, buscando ser profundas, raramente ultrapassam as simples banalidades. Amiano Marcelino, não obstante todos os seus esforços, está para Tácito como o arco de triunfo de Constantino está, artisticamente falando, para o arco de Titus ou de Trajano.

O mais notório dos escritores em prosa é Q. Aurelius Symmachus (345-405), prefeito de Roma em 384, tendo sido elevado ao consulado em 391. Compôs alguns panegíricos dos imperadores (Valentiniano, Graciano), discursos no Senado e cartas⁽⁷⁾. Foi considerado no seu tempo como um fino letrado, tendo sido reverenciado pelos pagãos, seus correligionários, e até mesmo pelos cristãos. Santo Ambrósio ou Prudêncio não ousaram igualar-se à sua eloquência. Quando se lêem as suas obras, fica-se com a impressão de que o autor era um homem digno e honesto, amigo das belas-letas, bastante polido nas suas discussões, enfim, um homem de boa sociedade, mas de uma nulidade intelectual perfeitamente aflitiva. Da sua correspondência, pouco ou nada há a tirar.

Em poesia, há dois ou três nomes que são de reter: Ausónio (310-395). Claudiano (falecido por volta de 408), Rutilius (escreve em 416). Numericamente é pouco, mas já é muito se nos lembrarmos de que desde há dois séculos, desde Juvenal (falecido em 149), isto é, desde os reinados de Trajano

e de Adriano, que a literatura latina não viera a produzir uma só obra em verso, mesmo de parca qualidade, se exceptuarmos o *Pervigilium Veneris*, única flor da poesia lírica entre Horácio e Prudêncio. Ausónio (D. Magnus Ausonius), nascido em Bordeaux, professor, preceptor do imperador Graciano, escreveu muitas obras em verso até ao extremo limite da sua velhice. Limitar-nos-emos a citar a *Mosella* e a *Ephaemeris*. Na maior parte dos casos, revela-se um autor aborrecido e sem originalidade. «O seu estilo, atafalhado de citações, de plágios e de simples imitações, é semelhante ao de um velho professor que, tendo a cabeça povoada de expressões consagradas, julga prestar aos autores, que durante tanto tempo deu a conhecer aos seus alunos, uma suprema homenagem limitando-se a só pensar e a só falar segundo eles... Verte, assim, nos seus escritos todo o conjunto das heteróclitas informações que foi acumulando ao longo dos seus trinta anos de professorado» (8). Esta «erudição indigesta» deita a perder partes em que deparamos com aquilo que seria inútil procurar nos clássicos, «um não sei que de confiante e de familiar» (9): pois de fala de si mesmo, da sua vida, dos seus parentes e amigos, da sua pequena pátria, Bordéus, com simplicidade e elegância, sem afectação.

Claudiano, de Alexandria, é conhecido pelas suas poesias oficiais em honra do imperador Honorius e, sobretudo, do patrício semibárbaro Estilício, ao qual não parece ter sobrevivido (408). Trata-se de um retórico em verso: as suas peças, bastante insípidas, são prejudicadas pelas bajulações, pelas declamações, pelas invectivas contra os inimigos do senhor, pelo emprego feroz e forçado da mitologia (10). Mas a sua linguagem é pura, o seu estilo vigoroso, e os seus versos soam tão magnificamente como os dos poetas da melhor época. Quanto a Rutilius (Claudius) Namatianus, se se cita o seu *Itinerário de Bordéus a Roma*, composto em versos elegíacos em 416, tal é principalmente devido ao facto de conter em si um tonitruante elogio de Roma precisamente na altura em que o poderio romano vai a caminho de uma queda irremediável (11).

O «Renascimento» resume-se, portanto, a uns três ou quatro nomes em todo um século, nomes distintos, sem dúvida, mas sem brilho. Salvo talvez Símaco, que é um tolo, não há um só destes autores que seja originário de Roma, ou até mesmo da Itália. Ausónio e Rutilius Namatianus são gauleses da Aquitânia e são gente de segunda ordem; Amiano Marcelino é um sírio de Antioquia, Claudiano, um grego de Alexandria. É certo que Amiano parece ter falado fluentemente o latim, ainda que na sua linguagem se tenha julgado poder detectar alguns helenismos ou semitismos.

Mas Claudiano parece ter aprendido o latim através da leitura dos clássicos, facto que permite explicar que se tenha imbuído do seu espírito e que escreva correctamente (12). Mas não é isto mesmo que é inquietante?

Suspeita-se Claudiano, e antes dele Ausônio, assim como, depois dele, Sidónio Apolinário, para além ainda de muitos outros, de terem escrito numa linguagem artificial, incompreendida não só pelo vulgo, mas também pela mediania dos seus contemporâneos, unicamente acessível, pois, a uns quantos eruditos, gente instruída, cujo número, bastante restrito, irá incessantemente diminuindo. Ora, reside precisamente aqui um perigo real a não menosprezar: a literatura, passatempo de um pequeno círculo de iniciados, perdeu, assim, os seus contactos com a vida, com o real quotidiano. Mas tal não podia suceder de outro modo. Tal como na arte, as obras-primas literárias exercem uma acção esterilizante, sobretudo as obras «clássicas», já que o subjectivismo não contribui aqui para as revigorar nem para uma sua inesgotável vivificação, tal como sucede nas épocas românticas. Expressão de uma sociedade pagã em constante rarefacção, a literatura antiga já não era capaz de interessar os espíritos nem de reanimar os corações. Bem pelo contrário, pois viria mesmo a excitar o horror da doutrina que ia progressivamente conquistando a humanidade, o cristianismo.

2. *A literatura cristã*

Na realidade, nos séculos III e IV, as partes mais vivas da literatura latina, senão mesmo grega, estão sob a influência do espírito cristão (13). Tertuliano, de Cartago (por volta de 150-230), S. Cipriano, bispo da mesma cidade (200-255), Minutius Felix, Arnóbio, de Sicca (contemporâneo de Diocleciano), Lactâncio, preceptor de Crispus, filho de Constantino, e Firmicus Maternus (por volta de 347), todos eles africanos, testemunham de modo flagrante que o século III e a primeira metade do século IV só foram estéreis nas letras profanas. Tertuliano, pelo vigor da expressão, não foi inferior a qualquer um dos escritores da boa época, fossem eles Cícero ou Juvenal; e quanto à força da imaginação e da paixão, foi, pelo menos, um seu igual. O pequeno diálogo *Octavius*, devido a Minutius Felix, vale bem Cícero. Arnóbio aproxima-se de Tertuliano. Cipriano, vago e untuoso, é uma espécie de S. Francisco de Sales antigo. Já S. Jeronimo qualificara Lactâncio de «o Cícero cristão», não sem uma certa indulgência, convenhamos.

Em meados do século IV, começa a série de escritos dos padres da Igreja do Ocidente, os doutores – já que os seus antecessores são acima de tudo apologistas e polemistas, em luta contra o paganismo. A sua obra compõe-se de controvérsias dirigidas contra os dissidentes (arianos, pelagianos, donatistas), e de comentários das Sagradas Escrituras. Totalmente enredada na teologia, uma tal obra não pode, pois, apresentar as mesmas características literárias da obra dos apologistas do período precedente. Contudo, seria um erro escorraçar completamente do domínio da literatura os escritos de Santo Hilário de Poitiers, um gaulês, de Santo Ambrósio de Milão, um italiano (falecido em 397), ou de São Jerónimo (falecido em 420), um dálmata ou um italiano, isso ainda não está assente. Quanto a Santo Agostinho, africano de Tagasta (falecido em 430), não é apenas o maior doutor da Igreja latina, aquele que lhe imprimiu uma direcção onnipotente até à era moderna; pertence igualmente à literatura universal pela sua *Cidade de Deus* e pelas suas *Confissões*, as únicas obras desses tempos que ainda hoje em dia é possível ler com interesse.

A constituição de uma poesia cristã em lingua latina é igualmente um grande feito literário. Por volta de meados do século III, Comodiano de Gaza, na Palestina, tentara, para uso da maioria da população, em África, sem dúvida, uma poesia mais fundamentada no acento tónico do que na prosódia; tendo começado a esbater-se a distinção entre breves e longas, só um sistema constituído pela sucessão de sílabas tónicas ou átonas era perceptível aos ouvidos de gente inculta. A bem dizer, a poesia de Comodiano é um compromisso: nos hexâmetros, não leva em conta as breves e as longas relativamente aos quatro primeiros pés, mas preocupa-se em manter regulares, ou quase, os dois últimos pés, os quais retêm muito em particular a atenção; se se juntar uma cesura depois do segundo pé obtém-se um verso que, se não se conhecer muito bem a quantidade, nos dá a ilusão de um hexâmetro correcto. O verso de Comodiano é, pois, muito mais uma contrafacção do verso clássico de que um exemplo de verso em linguagem popular. A sua obra estava «a priori» literariamente condenada ao fracasso. E politicamente também: nas suas *Instructiones*, no seu *Carmen apologeticum*, ataca com uma virulência perfeitamente apocalíptica os judeus, os pagãos, e até mesmo Roma. Ora, esta atitude deixou de ser admissível a partir do instante em que o cristianismo se reconciliou com o Império. Quanto à forma, os cristãos instruídos coraram de vergonha. Um sacerdote de Espanha, Juvencus (por volta de 330), caiu no excesso oposto: nos seus *Evangeliorum libri IV*, dá à história sagrada uma feição perfeitamente romana; decide imitar Virgílio e o resultado é desas-

troso: resulta numa ridícula e grotesca distorção, num esgar desfigurado, o que não quer dizer que Juvencus não tenha tido sucesso, longe disso.

Estava reservado a dois padres da Igreja, a Santo Hilário e sobretudo a Santo Ambrósio (a partir de 386), virem a compor para a grande massa dos fiéis, hinos de elevada qualidade, de uma técnica correctíssima, e, não obstante, capazes de ser compreendidos (ou pouco mais ou menos) pelas massas e de as emocionar. Ambrósio veio igualmente a compor a música. O sucesso foi de imediato enorme e revelou-se durável. Estas orações vieram a ser integradas na liturgia. A poesia cristã de expressão latina conta mesmo com um grande homem, o espanhol Aurelius Prudentius Clemens (falecido pouco depois de 405). Autor de poesias didácticas (contra as heresias) e líricas célebres, principalmente estas últimas (*Cathemerinon*: hinos para as diversas horas do dia), *περι Στεφάνων* (hino sobre os mártires), Prudêncio é o único lírico que a literatura conheceu desde Horácio. Pela profundidade do sentimento e a originalidade da expressão, é-lhe inclusive bem superior. Para se voltar a encontrar um verdadeiro artista em verso, será preciso esperar mais de nove séculos; esperar por Dante. Abaixo de Prudêncio, temos alguns nomes distintos, tais como os dos aquitânios S. Paulino de Nola (353-431) e Próspero (403-463)⁽¹⁴⁾. O século V produziu ainda cinco ou seis outros nomes, mas perfeitamente secundários.

Se nos voltarmos agora para a parte oriental do Império, aquela em que predomina a língua grega, vemos que, também aqui, nos séculos IV e V, apenas a expressão do pensamento cristão apresenta um real interesse literário. O Renascimento dos séculos II e III não conseguira sobreviver. Isto não quer dizer, apesar de tudo, que não se possam ainda encontrar alguns escritores (historiadores e, sobretudo, filósofos) de mérito, dos quais o mais interessante é o imperador Juliano, mas o predomínio da literatura cristã é um dado incontestável. E além disso, abstracção feita do fundo, os pagãos nada têm a opôr, no respeitante à forma literária, aos grandes doutores da Igreja. Com Atanásio (ele escreve sobretudo de 356 a 358), a eloquência cristã atingiu já a sua plena maturidade. Durante a segunda metade do século, a esta virão juntar-se a suavidade, a graça, o brilho da elegância e o encanto, por intermédio daqueles a que se chamarão os Capadócios: Basílio o Grande (nascido em Cesareia, na Capadócia, por volta de 331), cujas cartas e homilias possuem a «nobreza da simplicidade»⁽¹⁵⁾, e Gregório de Nazianzo, na Capadócia, nascido por volta de 338, amigo do precedente (elogios, discursos fúnebres, poemas teológicos), e poeta bastante fraco; a sua eloquência é mais altissonante e não possui a simplicidade da do seu amigo⁽¹⁶⁾. Abaixo destes,

Gregório, bispo de Nissa, na Capadócia, bem melhor como teólogo do que como escritor, já que a sua eloquência é banal. João, de apelido Crisóstomo, nascido em Antioquia por volta de 345, Metropolitano de Constantinopla em 397, falecido no exílio em 407, legou-nos alguns tratados, homilias e cartas. Mais moralista do que teólogo, é altamente dotado da faculdade da oratória; é um improvisador absolutamente surpreendente, sem dúvida um dos maiores que o mundo antigo jamais conheceu, «o mais belo génio da nova sociedade nascida do mundo antigo». Ele é, por excelência, «o grego que se tornou cristão» (17). Mas, depois de si, a eloquência cristã sob a sua forma grega sofreu um eclipse quase total.

À parte o teatro, condenado sem qualquer remissão, não há nenhum género antigo em que a literatura cristã não se tenha aventurado, e acabámos de ver que, no domínio da eloquência, tanto no Oriente como no Ocidente, assim como no da poesia, ainda que, neste caso, só no Ocidente, com Prudêncio, viera a obter notáveis sucessos. Restava a história. Eusébio de Cesareia (267-338) lançou mãos à obra de elaborar a história da Igreja; mas, se o seu livro está repleto de informações perfeitamente inestimáveis, o autor não é realmente um homem de letras. E o mesmo juízo terá de formular-se relativamente aos seus continuadores do século v, Sócrates, Sozomeno, Teodoreto. A obra de Eusébio virá a ser conhecida no Ocidente através da tradução latina de Rufino de Aquileia, composta em 403, e a de Sozomeno por intermédio de Cassiodoro, por volta de 550.

Bastante superior é a *História sacra*, em que um aquitânio, Sulpício Severo, resumiu, no ano de 403, o Antigo e o Novo Testamento, num belo estilo imitado de Salústio. A obra não teve qualquer sucesso. Foi preterida em prol de grosseiras crónicas aonde são reunidos todos os factos da história desde o princípio do mundo.

A tarefa de estabelecer um paralelismo entre a história profana dos Gregos e dos Romanos e a do povo eleito, o povo hebreu, foi iniciada, sob Alexandre Severo, por S. Julius Africanus, cujas *χρονογραφίαι* vão até ao ano de 221. O Africano é o fundador da cronologia cristã. Um século depois, o mesmo Eusébio de Cesareia retoma esta tarefa e elabora até 324 uma série cronológica a partir da criação do mundo. Conhecida no Ocidente através da tradução latina de S. Jerónimo, vem a tornar-se no fundamento da cronologia da Idade Média latina.

Estes trabalhos situam-se à margem da literatura propriamente dita. Ao contrário, a obra de um discípulo e amigo de Santo Agostinho, o espanhol Paulo Orósio, *Adversus paganus historiarum libri septem* (vai até 417), já é

do âmbito literário, pelo menos nas intenções. Trata-se de uma história universal escrita com intentos pessimistas, ou seja, mostrar, recorrendo a diversos exemplos, que a vida terrena sempre foi má, repleta de catástrofes. A ideia original que domina esta compilação é a do plano providencial: a sucessiva queda dos impérios é da vontade de Deus; a sua ruína prepara a via para o advento do Império Romano, cujo triunfo constitui condição necessária à expansão do cristianismo. Estes pontos de vista gozaram de enorme aceitação, que veio a prolongar-se até ao século XVII (Bossuet). A partir de Orósio, vem a perder-se todo e qualquer verdadeiro apreço pela história da Antiguidade.

Finalmente, assinala-se o aparecimento de um género ainda mais curioso e de uma inesgotável fecundidade, as *Vidas de Santos* (18). De início, tais biografias limitam-se ao recordar do dia comemorativo da morte dos mártires, à acção invulgar que motiva a festa. Um pequeno número das *paixões* autênticas, conservadas durante os três primeiros séculos (cerca de 70), possuem a beleza da simplicidade. Com o triunfo do cristianismo, cessam os martírios; a admiração vai, então, para os doutores, para os bispos reconhecidamente pios, e sobretudo para os anacoretas. O monaquismo cristão, nascido no Oriente no século IV, conquista o Ocidente durante a segunda metade deste século. No Oriente, a vida de Santo António, exemplo típico da vida dos padres do deserto, não é, contudo, assim muito original. Trata-se de um género literário que já existia na antiguidade pagã, a aretologia, no âmbito da qual eram reconstituídas a vida e as acções invulgares dos filósofos e dos sábios. Inúmeros estereótipos cristãos encontram-se já em Eunapo (*Vida dos Sofistas*, por volta de 400), na *Vida de Pitágoras*, por Jâmblico (falecido em 333), ou na *Vida de Apolónio de Tiana*, por Filóstrato (falecido por volta de 265). Estes sábios mandavam nos elementos, punham termo às epidemias, domesticavam os animais selvagens, escorraçavam os demónios do corpo dos possesores e operavam curas absolutamente surpreendentes. Até mesmo as práticas ascéticas não eram ignoradas das religiões pagãs: antes de S. Simeão Estilita, já haviam devotos que se mantinham de pé numa coluna do templo da deusa síria de Hierópolis (19).

Infelizmente, a insinceridade dos aretólogos pagãos parece ter-se transmitido, ao mesmo tempo que o género literário, às vidas dos santos cristãos (20). Bem cedo começou a admitir-se não ser nada de censurável se, ao narrar-se a vida de um santo homem, se fosse buscar este ou aquele aspecto nela narrado à vida de um outro, com fins de edificação. O estudo das vidas de santos no Oriente e no Ocidente – e são alguns milhares – reserva-nos

enormes dificuldades de ordem crítica, para além de penosas decepções literárias. Muito poucas destas *Vitae* são sinceras e sentidas. A imensa maioria não passa de um odioso amontoado de incoerências. A hagiografia é uma forma de literatura de baixa condição, tal como o é, nos nossos dias, o romance-folhetim, o romance de cordel.

Se é certo que a inspiração cristã, ao contribuir para renovar as literaturas antigas em lenta desagregação, veio a vivificar certos géneros literários, também é certo que, não obstante, não pôde prolongar-lhes a existência por muito mais tempo. A literatura cristã, por seu turno, bem depressa veio a exaurir-se, do ponto de vista estético, subentenda-se, já que a soma dos escritos em latim e em grego compostos após o termo do Império constitui uma imensa mole, mas totalmente destituída de valor artístico.

Facto estranho, a forma não sofreu qualquer alteração. Pagãos e cristãos dizem coisas diferentes servindo-se de termos análogos. O conjunto das obras da literatura greco-romana da época imperial possui o mesmo tom uniforme de coloração: o todo surge-nos sempre envolto numa mesma massa pardacenta, a retórica. Quer em verso, quer em prosa, todo o mundo declama.

A causa profunda de um tal mal é a educação pseudo-humanista⁽²¹⁾. Desde o fim da época republicana que o coroamento da instrução consiste no estudo das figuras de retórica. Os estudos de gramática, ou seja, a aprendizagem da correcção da linguagem e a explicação dos poetas, não passam de uma preparação para a declamação, para a aprendizagem da eloquência. Há aqui um fenómeno estranho: a eloquência nunca foi tão prezada como a partir do momento em que já não corresponde a nada, visto que já não há qualquer liberdade. Mas temos de nos render à evidência: esta ginástica verbal causou um enorme entusiasmo que não mais esmoreceu⁽²²⁾. Considerada como a obra-prima do espírito humano, a retórica leva a tudo e a todo o lado: não é caso raro, no século IV, que o imperador faça nomear um professor para governador ou que venha mesmo a elevá-lo ao consulado, a mais alta dignidade honorífica. Esta arte acaba mesmo por vir a ser identificada com a nacionalidade romanos, com a civilização. «É-se letrado, é-se romano, quando se sabe compreender e sentir essas buscas de elegância formal, esses requintes de expressão, esses engenhosos malabarismos, essas frases periódicas de que estão cheias as arengas dos retóricos. O enorme prazer sentido ao escutá-los aumenta com o secreto sentimento de que, ao admirá-los, se dá mostras de se pertencer ao mundo civilizado». «Se perdermos a eloquência, dizia Libanius, o que é que nos restará, então, que nos distinga dos Bárbaros»?⁽²³⁾

Já não há, pois, motivo para espanto de que em todo o lado aonde Roma domine aí instale não só os seus exércitos, mas também as suas escolas de gramática e de retórica.

Este prestígio foi de tal modo incomparável que nem mesmo os cristãos a ele puderam escapar. Este ensino, não obstante impregnado de idolatria, e denunciado por Tertuliano (*De anima*, 39), visto basear-se na explicação e na imitação dos autores clássicos, logo, pagãos, foi algo que a Igreja sempre temeu, mas as suas condenações não passaram por longo tempo de simples actos teóricos. O romano tem o veneno no sangue. Um São Jerónimo, um Santo Agostinho, confessam terem sentido uma secreta repugnância pelos livros santos dado serem demasiado grosseiros para o seu gosto corrompido. Para apaziguarem a sua consciência e acalmarem os escrúpulos dos rigoristas mais intransigentes, que condenavam o estudo dos autores profanos, estes padres recorreram a argumentos tais como os seguintes: Santo Agostinho autoriza o cristão a procurar o seu prazer nos profanos, baseando-se no exemplo dos Israelitas que se apoderaram dos vasos de ouro dos Egípcios para os consagrarem ao Senhor; Jerónimo invoca o Deuterónimo (XXI, 12) em que o hebreu toma por mulher a cativa infiel: bom, é certo que lhe rapa a cabeça e lhe corta as unhas! ⁽²⁴⁾ Mas sejamos indulgentes para com tais puerilidades: elas contribuíram para salvar a transmissão das letras antigas.

Se é um facto que houve alguns cristãos instruídos, tal como Comodiano, que julgaram que bastava dirigirem-se ao vulgo, ou melhor, aos semi-letrados, a grande maioria compreendeu que era absolutamente necessário chamar ao cristianismo as classes dirigentes da sociedade. Sentiram, por um instinto de ajustado realismo, que não se chegaria a lado algum se não se conseguisse igualar as controvérsias pagãs em correcção e elegância. E, por mais que então tenha sido dito, isso era uma demonstração de sábia sensatez. Os mais inteligentes dos doutores cristãos entregaram-se, pois, deliberadamente ao estudo dos modelos antigos para assim melhor poderem combater o inimigo com as suas próprias armas. Souberam atrair a si a juventude ensinando-lhe a bela linguagem. Tal como os seus rivais, foram professores de retórica. Lactâncio, Ausónio, Prudêncio, Agostinho, disso deram exemplo: dedicaram-se ao ensino. E no Oriente acontece o mesmo: São Basílio é filho de um retórico e discípulo de retóricos ou filósofos pagãos, como Himerius e Libanius; João Crisóstomo enveredou igualmente pelo estudo dos retóricos e dos sofistas.

A literatura da época imperial, tanto cristã como pagã, é, pois, uma literatura de professores e de alunos, uma literatura escolar. Donde uma impressão

de convencional, de artificial, de caduco. Nem frescura, nem espontaneidade, nem mesmo seriedade, salvo entre os cristãos. As receitas da retórica e da sofística, codificadas e impostas acabaram por contaminar os melhores espíritos.

A herança de um grande passado literário é sempre um pesado fardo. Assim, outras civilizações houve em que uma cadeia histórica demasiado longa veio a abafar toda a invenção, tal como na China, aonde já existiam clássicos numa época em que os nossos antepassados não passavam ainda de simples selvagens.

E depois, o espírito clássico, que caracteriza a antiguidade greco-romana, é um obstáculo à renovação da forma e do fundo. Entende dever paralisar a língua propondo a imitação de modelos intransponíveis. E como é tão impossível impedir a língua de evoluir como impedir a terra de girar, a escola vem a cavar um abismo entre a ideia e a sua expressão. Na poesia, os sons cessam de ser a tradição harmoniosa do pensamento ou do sentimento. Os versos dos séculos IV, V e VI não passam de rebuscadas construções, de autênticos enigmas. Prudêncio, que escreve para cristãos, que pretende edificá-los e instruí-los, ao servir-se de uma linguagem que eles não podem compreender sem esgotarem a cabeça, é mais absurdo do que Claudiano carregando os despojos de Virgílio.

No respeitante ao fundo, o classicismo só se interessa pelo universal. Recusa tudo o que é particular, «singular». A bem dizer, vive de lugares-comuns. Assim, bem depressa vem a tornar-se, como era fatal, em algo de monótono, pobre e estéril. A morte espreita toda a literatura clássica «objectiva». Só muito recentemente, no século XVIII, o homem ousou revelar-se aos outros homens, tendo perdido a vergonha de dar pública conta das suas alegrias e das suas dores pessoais. Desde o triunfo do subjectivismo que as letras podem, finalmente, contar com um futuro sem limites.

Se a escola tem uma grande parte de responsabilidade na decadência das letras antigas, precisamente devido à supersticiosa devoção por si votada aos grandes modelos, os seus serviços são, noutros aspectos, de grande alcance. Foram os retóricos e os gramáticos que contribuíram para manter o contacto entre os espíritos. A sua obra foi tão vasta e de efeitos bem mais duráveis que a dos exércitos e da burocracia imperiais. Pois sem eles o sentimento da unidade cultural bem depressa teria vindo a desaparecer entre homens separados por distâncias bastante consideráveis, espalhando-se do Eufrates ao oceano, do mar do Norte ao Sara. A vida leva à decomposição e tende à diversidade, à incompreensão. O retórico luta tragicamente contra as forças

da natureza, tal como o imperador luta contra as forças económicas e étnicas que querem o fim do Império. Quando já não existirem escolas, gramáticos e retóricos, no século VI, a unidade da *Romania* desaparecerá para todo o sempre.

Gramática e retórica resumiam em si, ou quase, toda a instrução durante o Império. O direito aprendia-se sobretudo pela prática; só haviam três escolas, em Roma, em Constantinopla e em Beirute⁽²⁵⁾. A filosofia não era ensinada, pelo menos nos estabelecimentos públicos, a não ser em Roma, em Constantinopla e em Atenas. Quanto ao resto, desde há muito que as antigas escolas estavam em plena decadência. Influenciando-se mutuamente, vêm a acabar no ecletismo. Depois de Plotino⁽²⁶⁾, o neoplatonismo dissolve-se irremediavelmente no misticismo. Jámblico, um sírio, é mais um iluminado e um taumaturgo do que um filósofo; os seus discípulos consideram-no como um ser sobrenatural. O neoplatonismo volta-se para a religião⁽²⁷⁾. No século V, Proclus (falecido em 480) transforma-o numa escolástica árida e poderosa; mas também ele é um visionário e os seus admiradores olham-no como a um fautor de milagres. Quando Justiniano encerrou (529) a escola de Atenas, a única escola de filosofia ainda existente, já a vida se lhe antecipara, abandonando-a.

3. *Desaparecimento do espírito científico e do espírito filosófico*

A ciência é uma criação do génio helénico. Além dos Gregos e antes deles, houve algumas descobertas; mas, como não eram fruto de um método preciso, permaneceram infecundas.

Nos próprios países helénicos, nem todos os ramos da ciência tiveram o mesmo esplendor. O génio grego manifestou-se sobretudo nas matemáticas, das quais foi o verdadeiro criador⁽²⁸⁾. Infelizmente, a especulação matemática, em que o espírito dispõe de uma infinita mobilidade sem nunca correr o risco de vir a esbarrar na barreira dos factos e do seu controlo, apresenta certas analogias com a especulação metafísica. Os seus processos e descobertas lançam os espíritos num tal estado de êxtase que estes podem, por vezes, chegar até ao esgotamento cerebral ou à loucura. A descoberta, quando unicamente feita através da força do raciocínio, leva à crença de que, mediante o jogo das fórmulas, é possível desvendar os segredos da natureza e, conseqüentemente, vir a submetê-la à vontade do homem. A inconsiderada

admiração dos matemáticos contribui para manter ou para reintroduzir uma mentalidade mágica. Já Pitágoras ensinava, em meados do século VI antes da nossa era, o princípio da harmonia que mantém o Universo através da força do número. No século IV d. C., Jâmblico está como que louco de paixão pela ciência dos numeros. Quanto à astronomia e não obstante algumas descobertas admiráveis, só vem a libertar-se plenamente do domínio da astrologia no século XVII.

Sem dúvida que a matemática, limitada a si mesma, é impotente para manter vivo o espírito científico. Falta-lhe o apoio da observação e da experimentação. Mas, durante a Antiguidade, as ciências da natureza nunca ultrapassaram a idade da infância⁽²⁹⁾. A física é quase inexistente. Quanto à química, permaneceu comprometida com a magia e nunca passou de um conjunto de misteriosas receitas⁽³⁰⁾.

A ciência grega teve ainda a pouca sorte de não ter conseguido libertar-se plenamente da alçada da filosofia. O homem mais inteligente da Antiguidade, talvez mesmo de todos os tempos, Aristóteles, nunca pensou sequer na necessidade de uma tal distinção. O que não quer dizer que o mestre proscrisse a observação e a experimentação, condições prévias indispensáveis a qualquer ciência. A mais simples análise das suas obras dá-nos uma clara prova do contrário, visto que, na sua maioria, constituem uma longa série de teorias que se baseiam num vasto material de factos físicos, naturais, políticos, psicológicos, reunidos com um espírito de curiosidade e com um zelo incomparáveis. Vários dos seus escritos (a *Constituição de Atenas*, por exemplo) são, diríamos nós, como que «peças justificativas», e quantos mais não nos devem ter escapado: pois ele procedera à recolha, através dos seus amigos e discípulos, de mais de 150 constituições de Estado⁽³¹⁾. O seu sistema parece mesmo altamente apto ao estímulo da pesquisa. Enquanto que Platão atribui a realidade ao mundo das ideias e defende mesmo que só este é real, Aristóteles mantém que as ideias só existem nas coisas. Assim, ao passo que Platão subordina as ideias à ideia do bem, ou, melhor dizendo, as absorve nesta ideia, entendida enquanto essência suprema, Aristóteles afirma a distinção das essências e recusa-se a englobá-las na unidade da substância. Consequentemente, continua a ser necessário estudar essas essências em si mesmas, por si mesmas, não para aí reencontrar a ideia do bem, mas sim antes para, pelo contrário, se poderem captar as suas diferenças específicas.

O que é o conhecimento? É aquele que incide sobre a essência, e a essência de um objecto reduz-se a quatro elementos que o determinam e estão na sua origem: 1.º a matéria (ύλη) de que é feito; 2.º a forma (εἶδος) que a

matéria tomou; 3.º o motor (τὸ χινοῦν) que operou essa transformação; 4.º o fim (τὸ τέλος) alcançado graças a esta. «É o concurso das quatro causas que transforma a matéria de potência em acto. É, pois, o conjunto que é necessário conhecer para se poder atingir a ciência total do objecto. A dialéctica não basta»⁽³²⁾. E esta é tão pouco suficiente que o fundador da Lógica, após ter pensado ser possível «criar desse modo um auxiliar intelectual da primeira ordem, um *organon* de toda a investigação científica»⁽³³⁾, nunca recorreu, nos seus inúmeros tratados, aos modos e às figuras do silogismo. A lógica aristotélica, cuja maleficência durante a Idade Média e até ao aparecimento de Descartes é bem conhecida, não basta, pois, para explicar a infecundidade científica da obra do Estagirita⁽³⁴⁾.

Aquilo que foi infecundo, foram as especulações sobre o Ser: «a distinção entre a matéria e a forma, em particular, era perfeitamente inadequada para sugerir ou para promover investigações verdadeiramente científicas e susceptíveis de fornecerem, a longo termo, elementos para controlar ou rectificar as ideias que a inteligência pode *a priori* conceber sobre o Universo. A teoria geral apriorística da forma e da qualidade é estéril em comparação com a teoria cartesiana da quantidade e a teoria leibnitziana da força. *Trata-se de um erro do pensamento grego*; a vacuidade dos debates que em todo o lado vejo a suscitar durante perto de dois mil anos prova-o à saciedade»⁽³⁵⁾.

Contudo, seria contraditório e injusto atribuir apenas à influência de Aristóteles a responsabilidade pelo atraso da ciência antiga. Para além dos *Diálogos*, que deram a Aristóteles a sua reputação *literária*, e de que já não dispomos, as obras do mestre estiveram em risco de desaparecer e só vieram a ser dadas ao conhecimento do grande público por volta de meados do século I antes da nossa era, graças à edição levada a cabo por Andrónikos de Rodes⁽³⁶⁾: ora, nesta época, desde há já longo tempo que a ciência antiga tinha perdido toda a sua força criadora. Refugiada, concentrada em Alexandria, a ciência grega não dá aí quaisquer mostras de originalidade: há ainda alguns nomes de sábios, mas já não há escolas.

A influência de Aristóteles, por intermédio do livro, foi, portanto, um facto a longo termo, de longínquo futuro. Por outro lado, sendo contrabalançada por outros sistemas concorrentes, não era a única a estar em campo. Os pirrónicos não esperaram pelo século XVIII para demonstrar, contra Aristóteles e o seu mestre Platão, que «todo o conhecimento é relativo, que o verdadeiro absoluto não existe, que as buscas de explicação lógica através das causas ou das coisas invisíveis que se manifestam sob signos aparentes não se baseiam em mais do que meras ilusões»⁽³⁷⁾.

À margem das especulações de Platão sobre a Ideia, especulações estas de que Aristóteles nunca conseguiu libertar-se, a despeito de todos os seus esforços, houve a respeito da matéria uma teoria sã, científica, susceptível de vir a produzir resultados fecundos, a teoria atomística de Demócrito⁽³⁸⁾.

Não nos seria, pois, possível fazer recair apenas sobre Aristóteles a responsabilidade pelo atraso científico do mundo antigo, e ainda menos declarar que as tendências estritamente lógicas do pensamento grego impediram o desenvolvimento do método experimental, ou seja, a criação da ciência moderna. Para poder constituir-se à margem das especulações filosóficas ou teológicas, a ciência necessitava de «um apaixonado apego dos homens à verdade e á razão»⁽³⁹⁾, e, acrescentemos, de um apego desinteressado. Mas o estudo exclusivamente científico exige esforços e toda uma abnegação que sempre repugnaram a esmagadora maioria dos homens. Exige igualmente a independência, o apoio do poder e da opinião assim como adequados locais de trabalho e reflexão. A sua vida é fragil, a sua transmissão está constantemente ameaçada. Ora, os Gregos, e os Romanos ainda muito mais, tinham tendência para só ver na ciência o seu lado utilitário. Tal como hoje, também então as massas só se interessavam pelos resultados práticos. As mais complexas disciplinas da ciência nunca foram objecto de qualquer ensino regular, autónomo, mantido pelo Estado. Ligadas à vida pessoal de um número extremamente reduzido de sábios, estiveram constantemente ameaçadas de extinção, não tendo podido difundir-se e acabando, assim, por virem enfim a sucumbir.

Finalmente, a ciência, tal como a filosofia, sofreu a terrível concorrência do espírito mítico que oferece a menor preço soluções bem mais sedutoras sobre os problemas da vida e da morte. A abstracção científica é incapaz de emocionar os espíritos e os apetites, não podendo imitar a religião que promete a felicidade, aqui ou noutro lado, ao egoísmo sentimental dos homens. A ciência e a filosofia, impotentes para lutar contra o misticismo, que oferece ao iniciado a união com o Ser absoluto, vieram a ser submergidas por essa torrente de religiosidade vinda do Oriente, a qual, principalmente a partir do século I da nossa era, nada admite à sua margem. A filosofia virá de novo a emergir em finais do século XI. Mas da ciência nada mais restará para além de um confuso amontoado de processos que nenhuma explicação metódica virá a contribuir para vivificar. A Idade Média, ou pelo menos a Idade Média cristã, nada mais herdará da Antiguidade para além de um simples conjunto de receitas, conjunto esse que, além do mais, permanecerá por longo tempo bastante incompleto.

X.

Corrupção do espírito público

Terminámos a exposição dos remédios a que os imperadores romanos recorreram, principalmente Diocleciano e Constantino, a fim de tentarem deter a dissolução do Estado e da sociedade. Vimo-los completar a transformação do *imperium*, de origem republicana, num poder monárquico; tentar o sistema da tetrarquia e, mais tarde, a partilha do Império em duas metades; alterar profundamente a organização do exército, isto para simultaneamente domarem a rebeldia das legiões e poderem adaptá-lo às novas exigências da táctica; reformular o sistema dos impostos tendo em vista um objectivo de unificação e de simplificação, assim como para melhor poderem pressionar a matéria contribuinte. Vimos que, no respeitante à administração central e provincial, Constantino veio a substituir a administração a cargo de magistrados pelo sistema da *comitiva*, isto é, o governo absoluto dos «amigos» do príncipe, ao mesmo tempo que completava a separação entre as funções militares e civis, dando a preponderância a estas últimas. Falámos igualmente dos seus esforços para melhorar o direito civil e assim como os seus métodos de procedimento. Finalmente, estudámos o estabelecimento de um verdadeiro sistema de castas através da instituição de uma hierarquia de funções e da obrigação, imposta a cada homem, de ter de continuar até ao fim da vida a laborar na sua profissão, devendo-a transmitir aos seus filhos. Ao mesmo

tempo, por um rasgo de inspiração terrivelmente ousado, o imperador, rompendo com as mais veneráveis tradições, vem a mudar a religião do Império.

Raras foram as sociedades que sofreram tamanhas alterações como a sociedade romana no meio século que se seguiu ao advento de Diocleciano, em 284.

Pela enormidade da tarefa pode medir-se a extensão do mal. Através de esforços quase sobre-humanos, a queda do Império pode ser retardada no Ocidente, tendo-se posto um travão à sua decadencia no Oriente; mas, de um modo geral, o Estado e a civilização antigos continuaram a deteriorar-se, numa lenta desagregação.

Porquê? Esta questão é uma das mais perturbantes da história, e é sem dúvida aquela a que é mais difícil responder. A queda do mundo antigo «é talvez dos problemas mais interessantes e mais importantes da história universal»⁽¹⁾. É «o maior problema de toda a história da humanidade»⁽²⁾.

Pela nossa parte, vamos tentar, senão resolvê-lo, pelo menos procurar delimitá-lo.

A explicação foi já buscada no carácter pessoal dos chefes do Estado: é o processo mais simples, aquele que imediatamente ocorre ao espírito. Tal vem energicamente exposto na notável *História dos Romanos*, de V. Duruy: «Nos Estados em que o príncipe é tudo e as instituições nada são, a decadência pode muito rapidamente vir a suceder-se à grandeza porque, se não há homens providenciais, há homens necessários. Que Trajano, Adriano ou Severo estejam no governo, e cem milhões de romanos vivem na paz e na prosperidade; que os incapazes os venham a substituir, e logo a desordem se instala nos exércitos e os Bárbaros nas províncias... A civilização avança por intermédio dos homens superiores, não das multidões; e já não formando então a natureza homens desta têmpera, a civilização sofre um retrocesso»⁽³⁾.

E na conclusão da sua grande obra, afirma: «Será que um tal destino (a invasão dos Bárbaros) poderia ter sido evitado? Sim, em certa medida, se Augusto, Trajano e Adriano tivessem tido verdadeiros herdeiros em vez de indignos sucessores, como sucedeu. Mas há nas coisas humanas uma força das circunstâncias de que os mais hábeis se sabem servir e que tudo arrasta consigo quando os homens experimentados se vêem substituídos por vulgares ambiciosos»⁽⁴⁾.

Há inúmeras reservas a pôr a uma tal concepção. Pois ela esquece que o resultado não está na razão directa do esforço dispendido. Para se ser imparcial, é preciso saber avaliar as dificuldades que o homem de acção, chefe político ou militar, teve de ultrapassar. Um dado general dá mostras de

possuir mil vezes mais talento e energias ao ordenar a prossecução de uma retirada honrosa às suas tropas desmoralizadas do que ao obter, com um exército perfeitamente mentalizado, uma esmagadora vitória sobre um adversário inferior em número e em armamento. Talvez que Diocleciano, tão pouco conhecido dada a falta de historiadores na sua época, tenha demonstrado possuir mais qualidades de génio e inventiva, ao conseguir reanimar o corpo envelhecido do Estado romano, do que o próprio Augusto ao operar a redenção de um organismo doente, mas ainda pleno de juventude e de recursos⁽⁵⁾.

Mas estas discussões são por demais inúteis, já que as asserções de Duruy, assim como de tantos outros, são erróneas ou exageradas.

O mundo romano viu revezar-se no trono toda uma sucessão de soberanos como a história posteriormente não mais nos voltaria a oferecer, e isto precisamente a partir da época de estagnação e, seguidamente, de decadência do mundo antigo⁽⁶⁾: Marco Aurélio, Séptimo Severo, Juliano, Valentiniano, Teodósio. E os seus infelizes rivais não são indignos do vencedor. Na falta de Séptimo Severo, os seus émulos, Albinos ou Pescennius Niger, teriam sido chefes de Estado de primeira ordem. Aquilo que Diocleciano levou a cabo, Carus tê-lo-ia sem dúvida igualmente cumprido. Dentre os trinta tiranos do século II, vários houve que foram homens vigorosos e enérgicos. No século IV, Maxêncio foi depreciado em prol de Constantino, e o «tirano» Máximo teria sido um legítimo imperador bastante aceitável.

Dentre estes homens, mais do que um deu provas de uma crueldade perfeitamente implacável, tal como Valentiniano, mas todos eles demonstraram possuir uma incomparável energia. Homens de Estado, legisladores, guerreiros, todos andam num vaivém da Bretanha ao Reno, do Reno ao Danúbio, do Danúbio ao Eufrates, a fim de defenderem o mundo romano e a civilização contra os bárbaros germânicos ou sármatas ou contra os Partos e, mais tarde, também contra os Persas. Nenhum ignora que os seus dias estão constantemente ameaçados: os amigos de ontem são os rivais de amanhã; e têm plena consciência de que as tropas que lhes impuseram a púrpura poderão perfeitamente estrangulá-los por um simples capricho. E abandonam-se sem temor ao seu trágico destino de super-homens. Porque, se alguma vez houve super-homens, é realmente entre os imperadores romanos do século II ao século IV que será preciso procurá-los. Comparem-nos aos nossos reis da Idade Média e ficarão deslumbrados com a grandeza destes imperadores. Quão apagadas e risíveis nos surgem, em comparação, as fisionomias dos nossos Merovíngios ou da maioria dos Capetíngios⁽⁷⁾!

Mas se os chefes de Estado, abstracção feita da sua moralidade pessoal, foram vigorosos e activos, já os seus servidores nos oferecem um deplorável espectáculo de uma degradação e corrupção inimagináveis.

A reforma do sistema, dos impostos, *de per si*, só nos merece louvores. Os velhos procedimentos costumeiros da República e do Alto Império privilegiavam a Itália e certas províncias a expensas de outras. Infelizmente, na sua aplicação prática, vieram a produzir-se os mais deploráveis abusos. O estabelecimento da matriz cadastral e a cobrança do imposto fundiário dão lugar a cenas perfeitamente ignóbeis: Lactâncio (*De mort. persecut.*, c. 23) descreve-nos os recenseadores convocando para as praças públicas todas as pessoas da cidade e do campo e aplicando a tortura, obrigando os filhos a depor contra os pais, as mulheres contra os maridos, os servidores contra os seus senhores; arrancando-lhes exageradas declarações à força de pancada e sobreestimando-os mesmo assim; inscrevendo no rol velhos e crianças.

No entanto, é preciso dizer que os contribuintes eram singularmente recalcitrantes: o egípcio tinha por ponto de honra não pagar senão depois de ter sido moído à pancada (segundo Amiano Marcelino).

A cobrança de crisárgiro provocava cenas não menos medonhas⁽⁸⁾. Libanius (*Contr. Florent.*, p. 427) diz-nos: «Imposto em ouro e em prata, imposto insuportável que fazia tremer toda a gente quando o quinto ano se aproximava... Enquanto que os negociantes podem indemnizar-se à custa das especulações, precisamente aqueles a quem o trabalho dos seus braços mal lhes dá com que viver que vêm a ser esmagados pelo pesado fardo. E nem o mais miserável dos sapateiros remendões o pode evitar. Pude ver alguns que, erguendo as mãos ao céu e segurando o seu trinchete, juravam que nada mais iriam pagar neste mundo. Mas os seus protestos em nada diminuía a avidez dos cruéis que os perseguiram com os seus gritos ameaçadores, parecendo prestes a devorá-los. É o tempo em que a servidão se vem a multiplicar, em que os pais alienam a liberdade dos seus filhos, não para enriquecerem com o preço dessa venda, mas sim antes para o depositarem nas mãos dos seus perseguidores.»

E Zósimo escreve: «Constantino impôs um tributo em ouro e em prata a todos aqueles que se dedicavam ao comércio externo e até mesmo aos mais humildes comerciantes das cidades; as miseráveis cortesãs também não eram isentas do imposto. Quando do retorno do quarto ano, com a aproximação do prazo fatal, todas as cidades ofereciam o mesmo triste espectáculo, mergulhadas no pranto e na dor. Quando a época chegava, os chicotes e a tortura eram as armas usadas, fazendo ouvir a sua voz contra aqueles cuja extrema

pobreza lhes não permitia dar suprimimento a esta taxa injusta. As mães vendiam os filhos, os pais prostituíam as filhas, obrigados a terem de procurar obter por meio deste deplorável tráfico o dinheiro que os exactores do crisárgiro lhes vinham extorquir» (9).

À dureza da cobrança vinham juntar-se as fraudes na elaboração do rol e na repartição dos *juga*, das quotas. Os *tabularii* das cidades, aos quais estava confiada a matriz cadastral, isentavam os ricos para lançarem o pesado fardo dos impostos sobre os pobres. O cobrador (*exactor*), o tesoureiro (*susceptor*), recusavam-se a aceitar como válido o recibo do contribuinte em dia com os seus impostos. Espoliavam o numerário pago ao Estado. Os curiais exigiam das gentes do campo prestações em géneros e corveias das mais exageradas ou irregulares. Pressionados pelos condes e pelos governadores, desancados pelos senadores, os curiais, por seu turno, oprimiam os pobres diabos: *tot curiales, tot tyranni*, diz Salvieno (10).

Foi, assim, preciso, em 364, instituir *defensores civitas*, cuja principal missão consistiu em impedir os abusos da acção fiscal. Tal como os decuriões foram isentos, em 383, de terem de entrar nas terras dos poderosos para cobrarem o imposto fundiário, também foi o *defensor* quem passou a estar encarregado do *exactio* nas terras dos *minores possessores* (11).

É muito provável que aquilo que chegava até aos cofres do Estado não representasse senão uma pequena parte das espécies em género ou em numerário cobradas aos contribuintes. Os colectores transformavam-nas em sua presa pessoal. Acrescentemos ainda a estes males o abuso das imunidades pessoais (12) ou de classe, quando não mesmo colectivas, ao ponto de Lactâncio ter podido dizer, não sem um evidente exagero: «Aqueles que vivem do imposto são mais numerosos do que aqueles que o pagam».

À dureza, à falta de probidade, vinham ainda juntar-se a venalidade, a concussão. Toda a gente rouba. No exército, os guarda-livros roubam no soldo; os naviculares, encarregados do serviço da anona, roubam no trigo; e também eles são, por seu turno, explorados pelos encarregados dos portos. Os recrutadores aceitam como recrutas o refugo dos colonos. A administração da posta explora os viajantes. Os empregados (*officiales*) traficam com as audiências judiciárias: «Para trás, mãos rapaces dos funcionários públicos, para trás, digo-vos eu; e se, prevenidas, se não retiram, que lhes sejam cortadas» (lei de 388). E ditosa era a fortuna quando o todo poderoso *judex* (governador) não era também cúmplice na tramóia (13).

Abusos das espórtulas, dos presentes. «O recém-chegado a um escritório (coorte) deve pagar um presente»; o recém-chegado ao corpo dos *domestici*

tem de pagar cinquenta soldos de ouro. Sob pretexto de direito de entrada, de direito de boas-vindas, chega-se ao ponto de comprar e de vender «cargos» efectivos ou honoríficos: estabelece-se uma espécie de tarifa (*suffragium*), e o abuso é de tal modo inveterado que os imperadores, após terem inutilmente tentado extirpá-lo, vêm a consolidá-lo, dele se aproveitando igualmente. A partir de Constâncio, passam a reclamar aqueles a quem conferiram favores *auri argentique collationes*, e Justiniano exigirá mesmo que sejam entregues cinquenta peças de ouro «à muito piedosa imperatriz». No século V, Synesius poderá dizer a um soberano: «Tudo se compra.»

Mas existe uma praga ainda mais terrível, a delação⁽¹⁴⁾. E isto não porque os imperadores não tenham tentado pôr-lhe fim. Constantino escreve em 313: «É preciso pôr cobro ao maior flagelo que assola o género humano, a execrável raça dos delatores. É preciso abafá-los às suas primeiras manifestações e furtar à inveja a sua língua perniciosa. Que os juízes não aceitem os depoimentos caluniosos dos delatores; que sejam entregues ao suplício assim que tenham o arrojo de se apresentar». Em 335, reitera as suas queixas: as denúncias não param. As prescrições que atribuem ao denunciante uma parte dos despojos das suas vítimas tinham caído em desuso, mas a cortesia dos poderosos supria ao zelo desses patifes. Mesmo os cortesãos ricos nunca se achavam suficientemente saciados. Constâncio, em 338, revoga os rescritos do seu pai, ao mesmo tempo que mantém a interdição das delações secretas.

O resultado, ei-lo: «Provas manifestas demonstraram que Constantino fora o primeiro a excitar a avidez dos seus próximos. Constâncio veio a engordá-los com o sangue e as entranhas das províncias» (Amiano Marcelino, XVI, 8; Cf. Juliano, Zósimo). E o mesmo Amiano Marcelino dá-nos testemunho das atrocidades às quais os particulares, mesmo os mais humildes, eram submetidos à mais leve, mesmo à mais ridícula acusação de conspiração, de lesa-majestade, de magia. O mal vinha de longe, vinha de Tibério, nunca fora possível extirpá-lo, tal como nunca o será: tinha origem na própria natureza do poder imperial.

E dos «funcionários» e da Corte passemos aos súbditos.

O único estrato populacional com que o poder se preocupa é com a plebe das grandes cidades, pois só esta parece ser de temer. O «povo romano», com efeito, já desapareceu. Desde o fim da República que o Latium não possui habitantes. É preciso dizer que um tal resultado era fatal. O Latium não fora destinado pela natureza a albergar e a alimentar uma grande população. Quando esta região superpovoada levou a cabo a conquista da Itália, e, mais tarde, do mundo mediterrânico, era perfeitamente inevitável que a população

abandonasse este território de medíocre fertilidade por regiões bem mais favorecidas. Os Romanos espalharam-se, durante os séculos II e I antes da nossa era, por toda a Espanha, Gália, até mesmo pelo Oriente, e o seu país natal ficou, assim, deserto. A Hélade, após as conquistas macedónicas, patenteara já o mesmo fenómeno, e o mesmo virá a suceder com a Espanha no século XVI.

A população refluí para a «cidade», cujos arredores estão semi-desertos desde o advento do Império. Mas que fazer na cidade? A grande indústria não existe. Vive-se de pequenos ofícios, do pequeno comércio, e com muita dificuldade, dada a concorrência do trabalho servil. A plebe vive sobretudo de esmolas, esmolas do Estado (distribuições públicas), espórtulas dos particulares, das ricas famílias que habitam nos 2500 palácios (*domus*) existentes em Roma. O «povo romano» está afastado do exército desde Augusto e Vespasiano (salvo em relação às coortes pretorianas), e desprovido de direitos políticos desde que, no ano de 14, Tibério transferiu o direito de eleição para o Senado. Os comícios (por tribos) só subsistem teoricamente; as leis propostas no Campo de Marte eram aclamadas por uns quantos figurantes; mais tarde, esta comédia cessou definitivamente, não se sabendo muito bem em que época.

Desocupada ou quase, esta população romana podia vir a ser perigosa, se bem trabalhada por um punhado de intriguistas. Distraí-la era, pois, uma necessidade política primordial: assim, a par das distribuições gratuitas, os «jogos» constituem um dos serviços públicos mais importantes do Estado. O número dos dias feriados não cessa de aumentar. É elevado de 65, sob a República, para 135, sob Marco Aurélio, e, mais tarde, para 175 dias. A partir desta época, pode dizer-se que a população passa a vida no teatro, no anfiteatro, no circo. «O circo é o seu templo, diz Amiano Marcelino (XXVIII, 4) a propósito da população de Roma. O resto do tempo era unicamente vivido na recordações das festas passadas ou na esperança das próximas festas.»

No século V, e até mesmo mais tarde, é no circo, no anfiteatro, que os Bárbaros irão surpreender a população (Trêves, Antioquia). Para ganharem os seus favores, os reis inimigos mandarão celebrar os jogos; estes irão continuar em Roma, sob o domínio dos Godos. Totila, ao retomar Roma em 549, manda igualmente celebrar jogos; o rei persa Chosroês assiste aos jogos após a tomada de Antioquia.

Alguns soberanos (Marco Aurélio, Juliano) tiveram, ao que se diz, intenção de os abolir. Projecto profundamente quimérico. Todas as tentativas para lhes restringir o número ou a importância fracassaram. Graciano restabeleceu

em África os combates de atletas, declarando que «não se devem restringir os divertimentos públicos; pelo contrário, deve-se antes levar o povo a dar largas à sua alegria, visto que é feliz» (*Cod. Teod.*, XV, 7, 3). Arcadius restabelece as festas de Maio (*Maiuma*), reiterando energicamente que não é inimigo dos jogos e dos espectáculos. «Ele não deseja, ao aboli-los, lançar o Império na desolação e na tristeza» (*C. Teod.*, XV, 6, 2).

O imperador é tido como devendo estar presente e não dar quaisquer mostras de repugnância. De outro modo, a população testemunha claramente o seu descontentamento⁽¹⁵⁾. Foi para ganhar popularidade que Cómodo desceu à arena.

É preciso dizer que é só nos jogos, sobretudo nos do circo, que vem a estabelecer-se contacto entre o senhor e o povo. Aí as relações eram directas, brutais: bajulador ou agressivo, o diálogo surgia. O povo mostrava-se exigente, caprichoso. «Em suma, tratavam-se dos dois senhores do Império (frente a frente), e para tranquilidade de um e satisfação do outro, o resto fora relegado para a condição da servidão»⁽¹⁶⁾.

Os jogos, devido à sua multiplicação, mantinham as populações das cidades e até mesmo do campo, já que os teatros e anfiteatros são também para o *pagus* e não apenas para a cidade, numa incurável ociosidade. Mas a sua pior maleficência vinha-lhes talvez da própria natureza. Provocavam e desenvolviam o gosto pela crueldade e pela luxúria. As exhibições de animais e de povos exóticos eram relativamente inocentes; ocupavam o lugar desempenhado pelos nossos jardins zoológicos. Mas o povo deleitava-se sobretudo com os combates sangrentos, não só entre animais, mas também de homens entre si (gladiadores), ou de homens contra animais. Neles eram usados os condenados de direito comum ou os prisioneiros bárbaros. Na falta de condenados, a população reclamava que se prendessem os cristãos para os deitar às feras, ao que os magistrados obedeciam tremendo. Os panegiristas celebram como sendo um grande feito o facto de Constantino, tendo capturado alguns chefes francos, os ter lançado às feras para divertir o povo de Trêves.

Os candidatos às «honras» procuram por todo o lado animais estranhos, feras, gladiadores e prisioneiros. Em 392, Símaco, prefeito de Roma, teve um grande desgosto. Tendo o seu jovem filho sido designado para ocupar a questura, Símaco, como um bom pai que era, encarregou-se em seu lugar dos cuidados e das despesas inerentes às festas, pois isso era atributo obrigatório de uma tal dignidade. O «número» mais sensacional deveria ser um combate entre vinte e nove prisioneiros saxões; mas no próprio dia da festa, estes, sem se preocuparem com o desapontamento do povo, sem reflectirem sequer em

que iriam lançar por terra a popularidade do jovem questor, estrangularam-se com as suas mãos «ímpias». O pai resignou-se «invocando Sócrates e a filosofia» (17).

No próprio teatro, o público não fica satisfeito se, no âmbito de uma representação, a ficção não der lugar à sangrenta realidade. Só suporta assistir à tragédia de *Hércules no Monte Oeta* se, no final, o herói for realmente queimado vivo. O mimo Laureolus foi crucificado, e não foi uma crucificação simulada, mas sim real, efectiva (18). Aos jogos sangrentos vieram a suceder-se as pantomimas obscenas. A isso vêm ainda juntar-se as festas orgíacas da *Maiuma*, no mês de Maio, festas estas que um imperador tentou inutilmente suprimir.

Todos os escritores, de Séneca a Libanius e a Santo Agostinho, dão testemunho da terrível atracção, quase que irresistível, que tais espectáculos sangrentos ou voluptuosos exerciam sobre a população. Muito poucos entre os antigos tiveram a intuição do terrível perigo que tais aberrações psíquicas representam para a sociedade. Apenas, ou quase, Séneca compreendeu, por a tal ter assistido, que estes jogos provocavam a crueldade e, ao mesmo tempo, a cobardia no povo. Pode parecer extravagante que um Estado tenha cultivado durante tantos e tantos séculos uma nevrose de tal modo perniciosa. Mas sem dúvida que também há-de chegar um dia em que nos espantaremos por a nossa civilização tolerar o alcoolismo, sem falar já de inúmeros espectáculos e exhibições não menos deletérios do que os jogos dos antigos.

A Igreja experimentou infinitas dificuldades, se não em extirpar os jogos, já que tal não lhe foi possível, pelo menos em procurar suavizá-los. Os combates de gladiadores parecem ter desaparecido sob o reinado de Teodósio, no Oriente, e sob o de Honorius, no Ocidente (19). O monge Telémaco, ao lançar-se para a arena a fim de separar os gladiadores, foi lapidado pelo povo: o imperador ter-se-ia, então, aproveitado do escândalo para pôr fim ao flagelo. Constantino, em 325, tivera já intenção de abolir as lutas entre condenados e animais selvagens, mas não parece certo que tenha vindo a ser obedecido. No século VI, já só subsistem as corridas de carros e as exhibições e, no máximo, os combates entre animais. No Ocidente, só a ruína do poder público lhe veio pôr termo no decurso da segunda metade do século VI.

O regime imperial conseguiu, pelo menos no Ocidente, conter e satisfazer as cidades. Parece ter sido conforme às aspirações do cidadão das classes médias e inferiores do mundo mediterrânico. Nenhum outro regime anterior lhes dera tanto ou mais do que este: trata-se realmente do Estado providência. Graças a si, e apenas mediante um trabalho extremamente diminuto ou até

mesmo nulo, as pessoas vivem e divertem-se. Se é verdade que não dispõem de quaisquer direitos políticos, podem pelo menos censurar, escarnecer, e até mesmo gritar bem alto as suas razões, no teatro. Familiaridade e insolência coadunam-se bem com o despotismo entre as populações meridionais. Para a plebe urbana, o Império Romano parece ter realmente sido a idade do ouro. Este orientava-se no sentido das aspirações dos amigos, para quem «a cidade era tanto uma associação moral como um agrupamento de interesses; todos reclamavam a sua parte de vantagens palpáveis» (20). E Roma nunca pôde ou nunca quis romper com o modelo da «cidade» (21).

O reverso do sistema reside na assustadora atonia da população. A monarquia do Baixo Império ergue-se sobre «uma massa morta, inerte» (22). A plebe dos campos é sistematicamente reduzida ao papel de simples gado humano. A plebe das cidades, saciada, despreocupada, não se interessa verdadeiramente por nada a não ser pelos seus prazeres, e, mais tarde, quando se tiver convertido ao cristianismo, pelas controvérsias religiosas. Os maiores acontecimentos políticos passam, à semelhança de nuvens negras ou resplandecentes, por sobre a cabeça do povo. Este assistirá com indiferença à própria ruína do Império e à chegada dos Bárbaros. É como que um corpo já gasto cujas fibras são perfeitamente incapazes de reagir a todo e qualquer estímulo. Se necessário for, deixar-se-á massacrar por um inimigo muito inferior em número e, no fundo, bem pouco temível, sem sequer ter o sobressalto instintivo do animal que luta pela vida.

A respeito das classes superiores da sociedade, é bastante difícil formar uma opinião concreta. Invectivou-se durante longo tempo a corrupção das classes altas e sobre isso muito se especulou. Depois, produziu-se uma certa reacção de moderação. Alguns historiadores moralistas interrogaram-se sobre se a sociedade pagã do século IV seria de facto tão má como se tem pretendido. Gaston Boissier não tem quaisquer dificuldades em demonstrar tudo aquilo que as acusações de Amiano Marcelino, de S. Jerónimo e, mais tarde, de Salvieno, encerram em si de vago, de declamatório, de convencional; tratam-se de lugares comuns válidos para todos os tempos e para todos os países. Os poucos fragmentos de correspondência de que dispomos revelam-nos que grandes senhores eram profundamente humanos, preocupados com a educação dos seus filhos, com os problemas dos seus amigos; parecem igualmente ter sido bons esposos. A impressão que nos fica não é mais desfavorável do que aquela que dimana da leitura de Plínio, o Jovem, relativamente à sociedade dos Trajanos e dos Antoninos. Símaco crê viver num «século amante da virtude»; embora seja um facto não passar de um imbecil.

Ao estudar a sociedade aristocrática do século seguinte, Fustel de Coulanges emite uma sentença favorável: «Nada há que nos apresente o quadro de uma sociedade intrinsecamente corrompida [...] a vida familiar era bastante estimada. Um dos traços mais flagrantes desta sociedade residia no seu gosto pelos trabalhos e pelos prazeres do espírito; nunca a instrução literária foi tão grandemente prezada como então»⁽²³⁾. Só que as suas provas são, por vezes, de uma estranha ingenuidade: As inscrições assinalam sempre, e numa linguagem clara e franca, o amor filial, os hábitos da vida familiar, o respeito pelo casamento, a afeição dos servidores para com os seus senhores e a solicitude dos senhores para com os seus servos. Quando uma cidade pretende fazer o elogio de um dos seus membros, lembra sempre, numa inscrição tumular, «a sua seriedade e a honestidade dos seus hábitos e costumes». É certo que Fustel de Coulanges acrescenta: «Claro que isto não bastará para provar que estas virtudes fossem sempre praticadas, mas prova, pelo menos, que elas eram universalmente apreciadas». Seja! Mas certos espíritos tacanhos e implicativos poder-lhe-iam objectar que os bens que mais se apreciam são sempre aqueles que se não têm.

E este mesmo autor veio a diagnosticar as verdadeiras causas do mal público: «Aquilo que estava em causa não era a corrupção dos costumes, mas sim o entorpecimento da vontade, e, por assim dizer, o enfraquecimento do carácter [...] A virtude cuja falta mais se faz sentir é a da força. Enquanto que as classes inferiores carecem de energia precisamente devido à sua própria dependência, as classes superiores, não obstante a sua superioridade, dela carecem igualmente»⁽²⁴⁾. E recrimina-as pela sua indiferença para com o bem público, assim como pelo seu pouco gosto pelas arenas. Segundo parece, atribui-lhes assim a responsabilidade pela ruína do Império. As suas censuras são um tanto ou quanto injustas, na medida em que foi o próprio poder quem excluiu do exército esta classe social, sendo a sua por demais evidente passividade resultante desse mesmo despotismo.

Desligando-se dos cargos públicos, a aristocracia dedica-se mais apaixonadamente do que nunca à terra, doravante a única fonte de riqueza. Refugia-se nos seus imensos domínios, aí levando uma vida tanto quanto possível ao abrigo das seduções e igualmente das ameaças do poder público. Aparentemente, está mais subjugada do que nunca, visto que curvada sob o jugo do príncipe. Mas, na realidade, chama a si, como que num longo e prolongado murmúrio, quase que inconscientemente, em virtude do seu poderio económico, tudo aquilo que ainda subsiste de vivo na sociedade.

Resumo e Conclusões da Primeira Parte

O Império Romano esteve em riscos de perecer durante a grande crise que se estende de 235 a 268. Finalmente, os Bárbaros acabaram por ser repelidos pelos imperadores ilírios, Claudio II, Aureliano, Probus, e a unidade política veio, assim, a ser reconstituída. Não obstante, a situação permanece precária. As transformações que se impunham como necessárias vêm a ser operadas por duas personalidades de primeiro plano, Diocleciano e Constantino. Houve quem pretendesse ver neles simples idealistas, quiméricos e sonhadores. Ora, o erro é absolutamente surpreendente: ambos são espíritos práticos, principalmente o primeiro. Começam por impedir a propagação do mal, abandonando aquilo que já não pode ser salvo e dedicando-se ao resto. Torna-se evidente que um só homem já não pode continuar a governar do Eufrates ao oceano, do Sara à Caledónia, dois mundos que são perfeitamente incapazes de se fundirem, o mundo helénico e o mundo latino. A fim de prevenir uma qualquer revolta de um hipotético competidor, Diocleciano opta por se antecipar, escolhendo um parceiro do qual tenta fazer um colega e um amigo. A unidade do Império, pelo menos num plano ideal, fica, desse modo, garantida. Constantino torna definitiva a separação dos dois mundos, ao transformar Bizâncio engrandecida numa nova Roma (330). Graças à sua situação muito particular, esta poderá vir a salvar-se da invasão; sem esta ideia genial, a civilização helénica teria desaparecido e, tal como sucede com a Caldeia, só a conheceríamos através de uns quantos destroços dispersos.

Uma doença religiosa minava a sociedade romana, o cristianismo. Diocleciano quedara-se pelo velho conceito de que a violência poderia aniquilar a seita. Constantino, num transporte de demência real ou aparente, vê nela uma força a usar ao serviço do Estado romano. No Oriente, a Igreja ortodoxa, a cultura helénica e o Estado acabarão por vir a fundir-se, de tal modo que entrar para o seio da Igreja passará a equivaler, precisamente por isso, a tornar-se num «romano» de língua grega, pelo menos durante alguns séculos.

Tendo chamado a si o cristianismo, os imperadores exploram ao máximo todos os recursos da máquina fiscal. A fim de lutarem contra os Bárbaros, bem como, noutros casos, de comprarem a sua inacção, enfim, a fim de manterem de pé o grandioso edifício do Império, necessitam de recursos bastante consideráveis.

Mas o mundo mediterrânico sofreu gravíssimas perturbações económicas. Está arruinado e em plena regressão precisamente quando as necessidades do Estado são mais prementes do que nunca. Um impiedoso sistema fiscal acaba por vir a instituir um verdadeiro regime de castas. O camponês está doravante preso ao solo: claro que as principais causas da servidão da gleba, cujas origens mergulham num passado relativamente longínquo, não se resumem a isso, mas a extensão deste regime a trabalhadores livres é uma das características do Baixo Império. Obrigado a filiar-se num *collegium*, o artesão vê-se assim preso ao seu mister, tal como o negociante à sua profissão. E que dizer então dos operários das minas e das manufacturas imperiais marcados a ferro em brasa? Não têm hipóteses de fuga e a sua condição é hereditária. E as classes médias não são menos controladas, «administradas». Os curiais formam um *consortium* responsável pelos impostos e pelo incremento do cultivo da terra; todas as portas pelas quais lhes seria possível tentar escapar-se à cúria estão definitivamente encerradas.

E o resultado foi o seguinte: o poder conseguiu quebrar toda a resistência, mas também toda a independência; acabou por vir a transformar a população num rebanho de *raias*(*), à moda turca.

Contudo, não estamos em presença de um despotismo meramente egoísta. Tal como não estamos em presença de um sistema longamente amadurecido, aperfeiçoado, sistemático. Não foi deliberadamente, por vontade própria, que os imperadores vieram a centralizar, a unificar, a uniformizar. Uma necessidade inelutável, cega, irresistível, obrigava-os a tudo arrasar à sua passagem para que o Império pudesse subsistir.

(*) *Raia*: súbdito não muçulmano do império turco. (N. do T.)

Estes imperadores tiveram preocupações humanitárias de que a sua legislação nos oferece inúmeros e repetidos testemunhos, demasiado repetidos até para que as suas decisões possam ter sido eficazes. Procuraram proteger as classes médias e inferiores das cidades, instituindo para isso *defensores civitatis*. Os *collegia* de mercadores e de artesãos gozaram de determinados privilégios; foi-lhes permitido serem eles a elaborar os seus próprios regulamentos e nunca foram incomodados no seu funcionamento interno

Os imperadores pretenderam que as queixas dos seus súbditos viessem até si. Quiseram pôr um freio ao absolutismo dos seus funcionários. Onde certas criações significativas ainda que, no fundo, estéreis, tais como as assembleias provinciais, uma das quais, a dos Gállos, virá a subsistir até ao termo do Império do Ocidente. Enfim, algumas medidas tais como as isenções de impostos, ou as punições de altos personagens culpados de prevaricação ou de tirania, não foram assim tão raras.

Apesar de tudo, o Estado vem a fracassar no seu papel de protector. É mal servido, atraindo pelos seus próprios agentes. Estes, os altos funcionários, ou, para sermos mais precisos, os «magistrados», os «juizes», pertencem à classe dos grandes proprietários fundiários. Todos partilham as mesmas ideias, os mesmos hábitos e costumes, os mesmos interesses. Esta aristocracia presta um mau serviço ao governo, ainda que trema diante dele. Resiste-lhe em surdina, mais por egoísmo do que por ódio ou espírito de oposição. Afastada do exército, confinada a funções meramente honoríficas, suspeita e vigiada, a classe dirigente perde toda a espontaneidade, toda a iniciativa e também passa a denotar uma notável falta de carácter.

A causa fundamental da decadência e, posteriormente, da decomposição do Império Romano parece-nos, pois, residir no seguinte:

O Império tornara-se numa maquinaria demasiado vasta, demasiado aperfeiçoada, demasiado complexa; o mundo mediterrânico, em estado de regressão económica desde o século III, já não tinha forças para aguentar com um tal fardo. Assim, desde fins deste mesmo século, vem a cindir-se em dois, a *pars Orientis* e a *pars Occidentis*. Para o próprio exercício do seu poder, o Estado vê-se na contingência de restringir o seu campo de acção. Esta mesma necessidade acabará em breve por obrigar a que o Ocidente venha a fragmentar-se numa série de pequenos Estados, meio romanos, meio bárbaros. Estes, por seu turno, virão a subdividir-se e a fragmentação territorial irá aumentando sem cessar, durante longos e longos séculos, até ao século XII. Esta diminuição da acção política é acompanhada por uma diminuição do espírito público: este irá até ao total desaparecimento da ideia de interesse

geral, até ao desaparecimento da própria noção de Estado, na época bárbara.

Assim, sob uma aparência ainda majestosa, o Império Romano, nos fins do século IV, já não o passava de um invólucro oco, desprovido de conteúdo. Já não estava em condições de resistir a um grande abalo. E muito em breve irá sofrer um novo e terrível assalto da barbárie. O Oriente, pior ou melhor, lá conseguirá safar-se. Mas o Ocidente ruirá para todo o sempre, num imparável processo de desagregação.

Existe algo de bem mais profundo e estável do que as formas políticas, sempre efémeras, aquilo a que é dado o nome de civilização. Nas suas mais elevadas esferas, as letras, as artes, a filosofia, a religião, as transformações não são menos relevantes do que no domínio político. As velhas e ingénuas divindades naturalistas, helénicas e latinas, cedem o lugar as «superstições» orientais, como o judaísmo, o cristianismo, o mitriacismo, o maniqueísmo, etc., vindas do Egipto, da Síria, da Pérsia. Estas estranhas crenças abalam a ética, transformando profundamente a psicologia do homem da Antiguidade. A sua arte e a sua literatura sofrem indirectamente o impacto destas grandes transformações. O culto esterilizante dos grandes modelos, assim como determinados defeitos inerentes ao espírito clássico, tornavam quase impossível uma renovação da estética. O triunfo do cristianismo, e pouco tempo depois o do Islão, levarão os espíritos a afastar-se das antigas formas de beleza. Antes mesmo de ter sido condenada pela religião, a plástica sucumbirá, vítima de uma revolução do gosto vinda do Oriente: a linha é sacrificada à cor, a nobreza do estilo à fantasia, à quimera. As letras antigas são condenadas pela Igreja. Sendo todas elas de índole pagã, cessam de ser compreendidas e amadas. Infelizmente, a dupla literatura cristã, grega e latina, que pretende substituir-se-lhes, julga consegui-lo moldando-se no mesmo cadinho. Mas para novas formas de pensar e de sentir é preciso uma nova forma. As letras cristãs, do ponto de vista artístico, são nados-mortos. A ciência e a filosofia sucumbem sob a concorrência da mística oriental que opera uma verdadeira transmutação dos valores.

A transformação é tão prodigiosa como se alguém, ao acordar de um longo sono, visse brilhar por sobre a sua cabeça outros astros totalmente novos e desconhecidos para si.

Segunda Parte

A derrocada

I.

Roma e os bárbaros na segunda metade do século IV (350 a 395)⁽¹⁾

O Império Romano, a despeito da regressão económica, da imperfeição política da sua constituição, enfim, da decadência geral que é patente nos hábitos e costumes, nas letras, nas ciências e nas artes, teria talvez podido continuar a viver uma existência apagada, a exemplo de muitos outros impérios que arrastaram a sua existência durante longos e longos séculos, se a luta contra os Bárbaros não tivesse dominado toda a vida do Estado a partir de meados do século II da nossa era.

Passado o reinado de Trajano, as conquistas cessam. Sob os pacíficos reinados de Adriano e de Antonino, a ofensiva é detida. A partir de Marco Aurélio, começa uma acção defensiva perfeitamente esgotante. E desde então tudo se resume a uma luta incessante contra o misterioso perigo que vem sobretudo do Norte e do Leste, os Bárbaros.

Estes Bárbaros pertencem às mais diversas raças, incluindo, na Europa, Germanos, Iranianos (Sármatas, Iáziges) Escotos e Pictos, estes nas ilhas Britânicas, e, mais tarde, Eslavos; em África, temos ainda os Mouros e os Nubianos. Na Ásia, o Irão (os Persas) representa uma cultura rival da civilização greco-latina e não uma barbárie.

De todos estes povos, aqueles que mais rudes golpes infligiram ao Império, acabando por vir a apoderar-se da sua sucessão, pelo menos no Ocidente, foram os Germanos.

Já vimos que os imperadores da segunda metade do século III, Cláudio, Aureliano, Probus, tinham conseguido, como que por milagre, deter os Germanos e até mesmo repelir para as estepes do Sudoeste da Europa os mais temíveis dentre estes, os Godos, recém-chegados da Escandinávia por volta de fins do século II. Estes grandes homens prestaram à Itália, à Gália, à própria civilização, o mesmo serviço que Marius e César. Que noite mais negra teria vindo a abater-se sobre o mundo se a barbárie se tivesse tornado senhora do Ocidente dois ou três séculos mais cedo! Graças à barreira por eles erguida entre esta e a *Romania*, a cultura antiga pôde envelhecer tranquila e suavemente, vir em parte a transformar-se e transmitir, assim, às novas gerações, incluindo os próprios Bárbaros, algumas parcelas de civilização.

Não obstante, o perigo não fora conjurado. A barbárie investia constantemente contra a débil barreira que a separava do Império. A luta, que fora vantajosa para Roma sob Diocleciano e Constantino, tinha fatalmente de vir a reacender-se, mais dia menos dia, num crescendo de violência.

1. *A luta contra os bárbaros depois de Constantino (350-375)*

a) *No Ocidente* ⁽²⁾

A situação só voltou a agudizar-se na sequência da luta entre Constâncio e o usurpador Magnêncio, luta essa que durou de 350 a 353. Estando as fronteiras desgarnecidas, Francos e Alamanos atravessam o Reno e penetram na Gália. Os primeiros instalam-se no curso inferior do Reno, em Colónia, na região de Betuwe, e os segundos no curso médio e superior do mesmo rio. Foi contra estes últimos que começou por ser preciso guerrear. Assim que se viu livre de Magnêncio, o imperador Constâncio combate (354-355) contra os Alamanos junto de Bâle e do lago Constança; mais tarde, entrega o comando a Juliano César. Os Alamanos eram nessa altura senhores de todo o Nordeste da Gália, até Autun. Juliano consegue, em apenas duas campanhas, varrê-los totalmente de lá. O episódio mais célebre é a batalha de Estrasburgo onde, com 13 000 homens, bateu sete reis alamanos à cabeça de 35 000

guerreiros (Verão de 357)⁽³⁾. Quanto aos Franceses, uma parte deles (Chamavos) foi repelida para além do Reno, ao passo que uma outra (Salienos) foi admitida na Toxandria (Norte do Brabante), sob a autoridade do Império. A linha do baixo Reno foi fortificada (em Bingen, Andernach, Bonn, Neuss)⁽⁴⁾.

Mas a partida de Juliano para o Oriente e a sua morte na Mesopotâmia (363) deixam o campo livre aos Bárbaros. Durante dez anos, Valentiniano teve de defender a Gália, a Bretanha e as regiões danubianas contra os Alamanos, os Francos e os Saxões, sem contar com a Bretanha, que teve de ser defendida contra os Escotos, os Pictos e os Attacotti. Consegue ser bem sucedido, em parte através de duras campanhas, prosseguidas até ao Reno e até mesmo além dele, e, por outro lado, mediante recurso à diplomacia, conseguindo virar alguns recém-chegados, como os Burgúndios, vindos da Escandinávia e recentemente instalados no Main, contra os Alamanos. Só deixou a Gália na Primavera de 375 para acorrer em defesa das províncias danubianas, ameaçadas pelos Sármatas, um povo iraniano, e pelos Quados (Suabos). Morreu, segundo se diz, num acesso de cólera, a 17 de Novembro de 375, ao receber em Brigetio, perto de Komorn (a meio caminho entre Viena e Budapeste), uma embaixada de Quados que vinham oferecer a sua submissão⁽⁵⁾.

Já em África, os Mouros, da Mauritânia cesariana, insuficientemente romanizados, eram tenazes e difíceis de domar. Teodósio, pai do futuro imperador do mesmo nome, consegue, no entanto, vir a submeter Firmus (374).

b) *No Oriente*

A calma reina aqui até 332. Mas neste ano produzem-se movimentações no Danúbio (Sármatas, Taïfales e Terwings, estes últimos um ramo dos Godos). Os Terwings, batidos por Constantino, oferecem a sua submissão. São aceites como federados⁽⁶⁾, com a missão de defenderem as fronteiras do Império. Cumprem regularmente com este seu dever durante trinta e cinco anos e civilizam-se um pouco. Costuma situar-se neste período de paz a introdução dos runas, escrita críptica da Antiguidade, a qual acabará por passar dos Godos para os Escandinavos. O cristianismo é pregado entre os Godos e os Vândalos por Ulfilas, ele próprio um godo, bispo dos cristãos godos em 341. Traduz os evangelhos para a língua gótica. Infelizmente, Ulfilas é ariano e isso virá a ter consequências extremamente graves: estes bárbaros cristãos

serão separados das populações romanas devido à heresia, e tal facto vem, assim, a retardar a fusão das raças.

As hostilidades recomeçam em 367. O agressor, desta feita, é o romano Valente, irmão e colega de Valentiniano; furioso por os Godos terem fornecido (dois anos antes) tropas a um pretendente ao Império, Procópio, parente de Juliano, decide atravessar o Danúbio. Os Godos retiram para a Transilvânia. O mesmo acontece em 369.

O chefe destes Godos, Atanarico, execrava o Império e o cristianismo. Valente consegue momentaneamente vencê-lo e substituí-lo por Fritigerno, o qual era cristão. Em suma, estes Godos do Oriente, tendo entrado em contacto com a civilização, não teriam sido por si sós muito perigosos, sobretudo se tivessem tido oportunidade de se fixarem ao solo.

Joviano comprara a paz com os Persas mediante concessões das mais humilhantes: Nísibis e Síngara, algumas fortificações da Mesopotâmia, as cinco províncias para além do Tigre, o abandono da Arménia. Em 372-373, a guerra de Valente contra Sapor não chega a acarretar quaisquer resultados realmente decisivos. Em todo o caso, nesta data, a Pérsia é um império mais ameaçado do que ameaçador.

Quando da morte de Valentiniano (375), o Império parecia estar solidamente protegido, mas isso só fora possível graças à actividade e à vigilância incessantes, quase sobre-humanas, dos seus chefes⁽⁷⁾. Ora, nesse mesmo ano, surgiram no mar Cáspio cavaleiros pertencentes a uma raça bárbara até então totalmente desconhecida, os Hunos. Estes salteadores são os emissários da catástrofe que irá abater-se sobre o mundo romano, destroçando-o irremediavelmente. Antes de prosseguirmos, detenhamo-nos um pouco nesta data, 375, pois trata-se de uma data fatídica.

2. *A chegada dos Hunos. Instalação dos Godos no Império do Oriente. Teodósio (375-395)*

À margem dos ramos dos Godos que mantinham contactos hostis ou amigáveis com os Romanos do Oriente, uma outra parte destes, sem dúvida a mais considerável, estabelecera-se, por volta do século III-IV no Sudoeste da Europa, nas margens do Dniepre (*Boristénio*).

Estes Godos, ditos Greuntungs, são, a partir do século V, apelidados de *Ostrogodos*, isto é «Godos ilustres» (*austr*) e não Godos de Leste, enquanto

que aqueles de que falamos atrás serão chamados *Visigodos*, isto é, «Godos sábios» (e não Godos do Oeste)⁽⁸⁾. Em meados do século IV, o rei Ermenarico teria fundado um império ocupando cerca de metade do território da actual Rússia europeia. Tinha por vizinhos, a nordeste os Fineses e a noroeste os Eslavos; a ocidente, a fronteira era o Dniepre (*Tiras*), a oeste do qual se situam os Visigodos; a sudoeste tinha submetido à sua autoridade os Érulos do Palus-Méotides. A leste, a fronteira parece ter sido o Don (*Tanaïs*), para além do qual se encontravam os Alanos, de raça iraniana, antepassados dos actuais Ossetas. Este Estado, bastante vasto mas inconsistente, não pôde resistir ao choque do embate com os recém-chegados, os Hunos.

Desde há muito que se discute, e tal discussão ainda hoje em dia prossegue, sobre a sua origem. Parece estar comprovado que são de raça turca e idênticos ao Hioung-nou que os anais chineses nos revelam nas fronteiras do Império chinês, ao sul do deserto de Gobi, bordejando a província de Kan-sou, há já seis séculos antes da nossa era⁽⁹⁾. Foi para proteger o Kan-sou, e também as províncias de Chen-si e de Chan-si, que se iniciou, por volta de 214 antes da nossa era, a construção da célebre Grande Muralha⁽¹⁰⁾. No século II antes da nossa era, os Hioung-nou iniciam a sua expansão. Destroem o império, talvez iraniano, dos Yue-tchi, ao norte do Kan-sou, e penetram no Ferghana. No século I, estendem-se na direcção do lago Balkhash, do Tarim, no Iaxartes, em direcção ao próprio Ural, e isto a expensas do império dos Aorsas. O centro do Império húnico é o Yuepan, ao norte dos montes Tien-chan. A poderosa dinastia chinesa dos Han (206 a. C., a 220 d. C.), e, mais tarde, a dos Tsin, que refez a unidade da China em 265 da nossa era e durou até 459, contiveram por longo tempo estas hordas, as quais acabaram, finalmente, por fluir para oeste, para a Europa.

Cinco ou seis tendas (em mongol *yurta*), parentes pelo sangue, constituídas em média por famílias de cinco a seis pessoas, formam um campo (turco *aul*, mongol *khotan*, *khotun*, romeno *catun*). O chefe do campo é, entre os mais velhos, aquele que possui o maior número de animais. Vários campos formam um clã (turco *tvie*, mongol *aimak*). Vários clãs formam uma tribo (*uruk*). Várias tribos um povo (turco *il*, mongol *uluss*). Os conflitos entre tribos e entre povos são arbitrados pela assembleia dos chefes de clã. Finalmente, um agrupamento de povos pode constituir uma horda comandada por um *khagan* ou *khan*⁽¹¹⁾.

Enquanto estas hordas puderam encontrar com que sobreviver nas este-
pes, os laços que unem os diversos agrupamentos são muito fracos, e tanto mais fracos quanto mais extenso for o agrupamento: a tribo desagrega-se

mais rapidamente do que o clã, e o clã mais depressa do que o campo e a tenda, que são as verdadeiras células orgânicas destas sociedades. Chefes e assembleias de chefes nem sempre conseguem ser bem sucedidos no apaziguamento dos conflitos, os quais incidem quase sempre sobre problemas de pastagens. Mas caso surja uma personalidade inteligente e enérgica, esta pode, com uma rapidez perfeitamente desconcertante, conseguir agregar um campo a outro campo, um clã a outro clã, uma tribo a outra tribo, um povoado a outro povoado. Isto explica-se em função do próprio tipo de vida nómada: os povos que passam a vida a cavalo, errando de lugar em lugar, sentem-se sempre muito pouco presos à terra. Se, por qualquer motivo ou processo, se consegue vir a conglomerar umas quantas fracções, estas submetem, a bem ou a mal, outras tribos nómadas à sua autoridade, e o bloco engrossa muito rapidamente. O conjunto, se se mantiver, passa a ter o nome do chefe (Seldjoukitas, Otomanos) e, com efeito, um tal agrupamento nunca poderia ter existido sem ele. É uma autêntica torrente, ou melhor, uma concentração de torrentes, cujo poder destrutivo é praticamente ilimitado. Os sedentários, sejam de que raça forem ou seja qual for a civilização a que pertençam, são regularmente arrasados. Nenhuma defesa pode ser eficaz contra os nómadas. O seu ataque imprevisto é feito em massa. E se, por um extraordinário acaso, não é bem sucedido, a horda retira a toda a pressa para a estepe aonde é impossível aos sedentários persegui-los, e isso por múltiplas razões: os sedentários ignoram as pistas; não estão habituados à vida extremamente dura que aí é preciso levar; não possuem o extraordinário vigor físico do Turco, do Mongol ou do Beduíno, que podem suportar a fome, o sono, o frio e o calor e viver quase que indefinidamente a cavalo.

Todos os Impérios à base de camponeses agricultores foram regularmente e por inúmeras vezes vítimas dos nómadas: o Egipto foi subjugado pelos Hicsos, o Irão pelos Massagetas, o centro da Ásia conquistado pelos Turcos no século VI da nossa era⁽¹²⁾; a Índia e a China foram-no igualmente uma série de vezes; a Índia foi-o inicialmente pelos Arianos, nómadas brancos, e, mais tarde, pelos Turcos e pelos Mongóis, nómadas amarelos; a China, por seu turno, cerca de dez vezes pelos Tártaros, pelos Mongóis e pelos Mandchous. Em África, no Sudão, na Arábia, etc., os nómadas dominam incontestavelmente os sedentários.

É certo que os Impérios fundados pelos nómadas, se é verdade que possuem uma extensão perfeitamente fabulosa (o Império Romano, no seu conjunto, não representaria mais do que parte do Império mongol de Gengis Khan, em fins do século XII, ou do de Tamerlão, em fins do século XIV), caem

quase tão depressa como surgem, porque a sua coesão advem-lhes da própria pessoa do seu fundador e não de quaisquer necessidades económicas ou políticas.

Por volta de meados do século IV, uma destas trombas étnicas começou a formar-se no centro da Ásia, no Yue-pan, a norte e a oeste dos montes Tien-chan. Os Alanos, povo iraniano nómada, cujo Império se estendia do Ural ao lago de Aral, foram submetidos e incorporados no exército.

Por volta de 370, o Império dos Godos (Greutungs ou Ostrogodos) foi atacado. O velho rei Ermenarico ter-se-ia suicidado de desespero. O seu sucessor, Withimer, arriscou a batalha e foi morto. Os Greutungs cindem-se, então, em duas partes. Uma delas, submetida à autoridade dos Hunos, irá partilhar o destino destes até à dissolução do seu Império: a outra, comandada por Alatheus e Safrac, dirige-se para oeste e alcança o Dniepre. É para junto deste rio que se dirige igualmente Atanarico, chefe dos Godos do Oeste, a fim de poder controlar os acontecimentos. Estamos em 375, o ano que vê morrer o imperador Valentiniano.

Uma parte dos Godos do Oeste, sob o comando de Atanarico, opta por se refugiar nos Cárpatos. Uma outra, comandada por Fritigerno, volta-se, suplicante, para o Império Romano e pede para ser instalada em território romano. É feito um acordo, ainda que a muito custo. Na Primavera de 376, um grupo de Godos atravessa o Danúbio talvez em direcção a *Durostorum* (Silístria), e instala-se na margem direita deste rio. É seguido por um ramo dos Greutungs, sob o comando de Alatheus e Safrac, e por um outro grupo de Godos do Oeste, comandados por Farnobius. O conjunto destes Godos funde-se num povo a que chamaremos doravante os *Visigodos*.

O acordo com os Romanos bem depressa vem a romper-se. Os Godos queixaram-se de serem oprimidos e explorados. E, por outro lado, a estes bandos era-lhes quase impossível manterem-se tranquilos. Em 373, franqueiam os Balcãs: a Mésia, a Macedónia, estão a ferro e fogo. O imperador Valente, que prepara uma expedição contra os Persas, só pode voltar da Ásia em fins de Maio de 378. O perigo revela-se tão ameaçador que o seu sobrinho, Graciano, acorre da Gália, através da Ilíria, em seu socorro. Graciano, filho mais velho de Valentiniano I, sucedera-lhe no Ocidente; acabava de renovar as façanhas de Juliano e precisamente nas mesmas paragens: em *Argentaria* (Horbours sur l'Île, na direcção de Colmar)⁽¹³⁾, tinha esmagado a invasão alamânica e reconquistado a linha do Reno, a qual, ao fim e ao cabo, só será mantida durante mais um quarto de século, até 406-407.

Valente recusa-se a esperar o socorro do seu sobrinho, quer fosse por ter inveja dele, quer fosse por considerar que as forças do inimigo não eram de muita monta (10 000 homens). Os Godos estavam entrincheirados por detrás dos seus carros, numa planície, perto de Andrinopla. O imperador atacou a 9 de Agosto; o exército romano, subentenda-se, os bárbaros ao serviço do Império, foi destruído com todos os seus generais e trinta e cinco tribunos. O imperador pereceu na acção. Não foi possível encontrar o seu corpo; ferido, teria, em princípio, sido levado para uma cabana à qual os Godos deitaram fogo. A narração de Amiano Marcelino – que termina aqui a sua obra – é pouco clara; parece que a vitória foi decidida por uma carga de flanco da cavalaria gótica⁽¹⁴⁾.

Desde Gibbon⁽¹⁵⁾ que há tendência para ver nesta batalha um ponto capital, um ponto de viragem da história, pelo menos da história militar.

Limitando as suas observações à arte da guerra, Ch. Oman atribui à batalha de Andrinopla um valor altamente representativo: a partir do dia em que a cavalaria conseguir sobrepor-se à infantaria, e, depois deste ano de 378, tal tornou-se quase de regra, a arte da guerra deixa verdadeiramente de existir. Só virá a renascer no século XIV, no decurso da Guerra dos Cem Anos, e sobretudo no século XV, com a infantaria suíça. Victor Duruy escreve, a propósito desta data de 378: «Poderíamos deter-nos aqui, porque de Roma nada mais resta: crenças, instituições civis, organização militar, artes, literatura, tudo desapareceu e a invasão começou: Fritigerno chegou até junto dos muros de Constantinopla; dentro de alguns anos, Alarico tomará Roma⁽¹⁶⁾.

Estas apreciações podem, à primeira vista, parecer demasiado exageradas. Por mais doloroso que possa ter sido, o acontecimento de 9 de Agosto de 378 não era um facto sem precedentes. Cento e vinte e cinco anos antes, o imperador Decius fora vencido e morto também pelos Godos; pouco depois, Valeriano, vencido e feito prisioneiro pelo persa Sapor, em 260, acabou os seus dias num cativeiro dos mais ignominiosos. Contudo, como já vimos, a despeito de uma anarquia pelo menos tão aterrorizadora como a dos anos 377-378, o mundo viera a reerguer-se. Mas na época à qual já chegamos, tal não voltará a suceder. As forças de coesão do Império estão sensivelmente lassas; a vida abandona o mundo romano precisamente na altura em que a pressão da Ásia, com os Hunos, os Alanos, e, mais tarde, os Awares e os Turcos, não cessa de fazer-se sentir, tornando-se mesmo de uma violência sempre crescente. É por isso que a derrota de Andrinopla, não passando, em si mesma, de um simples episódio, surge como sendo uma importante etapa na via de uma irremediável decadência, e o ano de 378 como um ano de viragem decisiva.

A primeira preocupação de Graciano foi a de encontrar um colaborador. A sua escolha incidiu sobre um romano de origem espanhola, Teodósio, filho do conde do mesmo nome, o qual se tinha distinguido na Bretanha e em África e ao qual ele recompensara obrigando-o a suicidar-se. Teodósio foi proclamado «augusto» a 10 de Janeiro de 379, em Sirmium (Mitrovitza, a oeste de Belgrado), espécie de capital do *Illyricum*. Houve quatro anos de lutas e de negociações, os quais vieram a terminar com a assinatura de um tratado de paz com os Godos (3 de Outubro de 382).

Opera-se nesta altura uma reaproximação entre Godos e Romanos. Atanarico, o velho adversário, é faustosamente recebido em Constantinopla. Deslumbrado pela civilização romana, aí passou a viver e aí morreu; foram-lhe prestadas magníficas cerimónias fúnebres. Inúmeros Godos entram ao serviço do Império como soldados, ou até mesmo como funcionários. Na capital, os godos de baixo nascimento ocupavam toda uma multitude de pequenos empregos. Teodósio tinha, de resto, um certo apreço por este povo, segundo Zósimo (IV, 48), tal como Constantino em relação aos Francos. Foi para vingar um oficial godo, Boterico, que veio a cometer o acto que se tornou no mais desonroso estigma do seu reinado: mandou massacrar no circo toda a população de Salónica, a cidade onde ele próprio vivera por longo tempo e onde tinha recebido o baptismo. Sabe-se que o bispo de Milão, Santo Ambrósio, proibiu ao imperador a entrada nos lugares santos. Teodósio só veio a reconciliar-se com a Igreja no Natal de 390, após uma longa penitência⁽¹⁷⁾.

Aquilo que foi realmente grave foi o facto de Roma nem sequer ter tentado assimilar os Godos estabelecidos no seu território, na Mésia. Sob a denominação de federados, estes mantiveram os seus chefes, os seus hábitos e costumes, a sua língua; não foram obrigados a submeter-se às leis do Império. Desde essa época que os Bárbaros sempre desdenharam romanizar-se. O laço que os unia ao Império sempre foi, na verdade, bastante fraco; durante o próprio reinado de Teodósio, os Godos não cessaram de se agitar, e desde logo se torna evidente que, por um lado no exército regular, e por outro enquanto federados, são, ou sê-lo-ão a muito breve trecho, os verdadeiros senhores da situação político-militar do Império.

Na *pars Occidentis*, a soldadesca estrangeira ao serviço de Roma sente-se, além do mais, indispensável. Além disso, Graciano rodeava-se de alanos, donde a desafecção do exército romano-germânico do Ocidente: assim, quando um usurpador, Máximo, que comandava as tropas da Bretanha, se sublevou e veio a penetrar na Gália, Graciano foi abandonado e acabou por ser assassinado (Agosto de 383); o franco Morobauda e um conde

Wallia partilharam entre si os seus despojos. Demasiado ocupado no Oriente, Teodósio teve de reconhecer o usurpador, que era um seu compatriota (um espanhol) e talvez mesmo um irmão de armas, na condição de que ele se contentasse com a prefeitura das Gálias (Gália, Bretanha, Espanha) e deixasse a da Itália (Itália, África, Ilíria) a Valentiniano II, irmão mais novo de Graciano. Quatro anos depois, sob pretexto de defender a ortodoxia ameaçada por Justina, mãe do jovem imperador, favorável ao arianismo, Máximo tornava-se senhor da Itália. Teodósio, que desposara Galla, irmã de Valentiniano II, marchou contra Máximo à cabeça de um exército de godos, de alanos e de hunos, comandados pelos francos Ricimero e Arbogasto. Máximo, vencido em Aquileia, foi preso e decapitado (Agosto de 388).

Quando Teodósio deixou a Itália, três anos depois, o verdadeiro senhor do Ocidente passou a ser o «senhor da milícia», o franco Arbogasto, que defendeu a Gália contra as incursões dos Francos (392). As relações entre este personagem e Valentiniano II fazem já pressagiar as de Honório com Estilício, as de Valentiniano III com Aetius, até mesmo as de Ricimero com os últimos fantasmas imperiais. O «senhor da milícia» suspeita que Valentiniano pretenda mandá-lo assassinar; desilude-o a esse respeito (Maio de 392), e eleva ao trono um imperador fantoche, o gramático e retórico Eugénio, que lhe tinha sido recomendado pelo seu compatriota, o franco Ricimero. Um tal acto era perfeitamente prematuro. Teodósio intervém, tanto na sua qualidade de parente como na de representante da ortodoxia, ortodoxia essa que Arbogasto e Eugénio, ambos pagãos, ameaçavam. A batalha travou-se a 5 de Setembro de 394, não longe de Aquileia, nas margens do Frigidis. Arbogasto levava consigo francos e alamanos, enquanto Teodósio, pelo seu lado, godos, alanos, iberos, caucasianos, até mesmo hunos; entre os generais, encontram-se o godo Gaínas, o vândalo Estilício, que virá a defender Roma, e o godo Alarico, o qual, quinze anos depois, virá a conquistá-la. No primeiro dia, Arbogasto obteve a vitória; no segundo, tendo sido traído, veio, depois, a suicidar-se. Tendo mandado matar Eugénio, Teodósio passou a ter nas mãos o conjunto do Império, mas isso apenas por cinco meses: morreu a 17 de Janeiro de 395.

O reinado de Teodósio é um reinado de transição⁽¹⁸⁾. Retarda a queda do mundo romano pelo íngreme declive para o qual desliza a vertiginosa velocidade. A sua importância foi exageradamente aumentada pelos escritores eclesiásticos porque, contra toda a expectativa, o arianismo pode ser extirpado da *pars Orientis*, onde lançara fundas raízes, sobretudo em Constantinopla. Teodósio pôs a força ao serviço da ortodoxia atanasiana e de tal

modo combateu o arianismo que, depois dele, este vegetará miseravelmente no mundo romano, só vindo a manter-se entre os Bárbaros⁽¹⁹⁾.

Mas, na verdade, política e socialmente, o imperador não pôde fazer grande coisa. A dissolução atingira já um estado tão adiantado que, fossem quais fossem os méritos e os esforços do príncipe, já não lhe era possível erguer um grande reinado. Os recursos da política de Roma estavam gastos. Esta só podia manter-se viva contra a barbárie invasora recorrendo à ajuda de bárbaros que, inicialmente romanizados, vieram depois a assemelhar-se cada vez mais aos seus compatriotas que se tinham mantido independentes.

Os verdadeiros senhores do Império, depois de Teodósio, são os «senhores da milícia» semibárbaros ou até mesmo totalmente bárbaros. A última etapa, pelo menos, nunca foi franqueada. Nunca estes homens, todo-poderosos porque detinham a força, o comando do exército, ousaram elevar os olhos até ao trono.

Os dois ou três exemplos que tem sido adiantados para provar o contrário são irrelevantes. Depois do século III, o imperador Maximino (235-238) teria sido um godo ou um alano de origem. Ora, trata-se de uma invenção tendenciosa dos fins do século IV. Nascido na Trácia, Maximino era um cidadão romano, ao mesmo título que Filipe, um imperador de origem árabe⁽²⁰⁾.

O segundo exemplo é o de Magnêncio, chefe dos Jovianos e dos Herculeanos, proclamado imperador em Janeiro de 350; numa cena de autêntica loucura ébria, os soldados tinham-no aclamado e obrigado a aceitar o diadema, sob pena de morte.

Juliano diz-nos dele: «miserável refugio de um sangue germano reduzido à servidão». Segundo Aurelius Victor e Zósimo, descendia de uma família germânica transferida para a Gália um século antes. Magnêncio (*Magnus Magnentius*) era, portanto, um «lete» de origem. Mas, nascido em território romano e talvez na Bretanha, ele era romano⁽²¹⁾: o escândalo da sua eleição residia na baixeza da sua condição social, não na sua nacionalidade.

O terceiro exemplo é o do franco Sylvanus⁽²²⁾. Este servira com distinção na Panónia e na Gália, mas possuía na Corte de Constâncio alguns inimigos que vieram a forjar cartas comprometedoras para ele. Sylvanus, conhecendo a natureza desconfiada e cruel de Constâncio, julgou-se perdido. Assim, proclamou-se imperador em Colónia (Agosto de 355); mas bastou que se apresentasse um enviado da Corte para que Sylvanus, aprisionado pelos seus próprios homens, fosse mandado matar. O incidente não possui qualquer significado ou amplitude. De resto, é possível que Sylvanus fosse cidadão romano; é, pelo menos, interessante notar que tinha adoptado um

nome romano. O seu pai era um franco que também já se distinguira no reinado de Constâncio (Amiano Marcelino, XV, 5, 335).

Os oficiais efectivamente bárbaros nunca ousaram tomar a púrpura. Sempre se contentaram em dispor do trono, em serem fautores de imperadores, satisfeitos com o título de senhores da milícia e com a dignidade de patrícios, isto é, de pais adoptivos do imperador, a qual lhes veio a ser outorgada.

Podemos interrogar-nos sobre se esta reserva não foi mais nociva do que útil ao Império. No século III, no século IV, um chefe militar descontente, ambicioso, toma a púrpura. Batido, é condenado à morte, e isso traz de novo a calma, pelo menos provisoriamente. Vencedor, mata o seu rival ou os seus rivais e imediatamente trata de montar, em seu lugar, a guarda fronteiriça contra os Bárbaros. O seu destino tem sempre uma grandeza trágica. O imperador do século III, do século IV, é, por assim dizer, sacerdote de Némi que defende o bosque sagrado contra todo e qualquer profanador. O primeiro a aparecer pode suceder-lhe, bastando-lhe para tal matá-lo; mas o assassino é obrigado a tomar o lugar da vítima e a prosseguir o seu terrível e grandioso destino.

No século V, já o mesmo não sucede. Teodósio, ao morrer, apenas deixa dois menores perfeitamente incapazes. Seria de esperar vê-los eliminados em proveito de braços ou de cabeças mais vigorosos e esclarecidos. Mas nada disso vem a suceder. As suas causas residem no respeito votado à memória do grande imperador ortodoxo à mistura com algumas habéis manobras de bastidores. São proclamados Augustos logo na infância, sem mesmo passarem pela etapa de «César», dignidade ou função que vem a desaparecer. Em resumo, os dois jovens são mantidos e reinam até à sua morte, um deles no Oriente, Arcadius, e o outro no Ocidente, Honorius. O imperador cessa de ser o primeiro soldado e o comandante-em-chefe do exército, o senhor da força; não passa de um débil, vivendo encerrado num palácio.

A realidade do poder passa para as mãos de patrícios semi-bárbaros, como Estilício ou Aetius, ou até mesmo totalmente bárbaros, como Ricimero ou Odoacro. Patrício imperador travam um combate de intrigas palacianas. O primeiro não ousa tomar a púrpura, enquanto que o segundo, ainda que temendo-o e odiando-o, não pode passar sem os serviços do primeiro. Durante a primeira metade do século, no Ocidente, quando o imperador acha o patrício demasiado poderoso ou quando o fardo do seu reconhecimento se torna demasiado pesado, manda-o assassinar (408-454). Na segunda metade do mesmo século, já o patrício toma mais cuidado consigo mesmo, mantendo o imperador sob incessante vigilância e matando-o quando este lhe desobedece. Finalmente, virá a suprimir o Império do Ocidente (476).

II.

O Império Romano do Ocidente de 395 a 476⁽¹⁾

1. *Instalação dos Bárbaros*

Após a morte de Teodósio, a decadência do Império Romano vem muito rapidamente a acentuar-se. A causa próxima deste declínio precipitado parece, de facto, residir na incapacidade dos descendentes deste imperador. Arcadius, o seu filho mais velho (dezoito anos), é-nos descrito como um pequeno ser insignificante e mesquinho. Quanto ao moral, é de realçar a sua extrema fraqueza de carácter; fala de um modo lento e arrastado, sempre com ar sonolento. Honorius (onze anos) é um devoto; parece ser de temperamento doce, mas é tão incapaz como o seu irmão, com acessos de uma estúpida obstinação que toma por manifestações de energia.

A estes menores, a estes debéis, sucedem-se outros menores não menos debéis. Teodósio II, que, em 408, substitui o seu pai, Arcadius, tem sete anos. É educado com os maiores desvelos pela sua irmã Pulquéria. Bastante instruído, é um homem de costumes puros, perdido no meio do atoleiro de vícios da sociedade do seu século, e relativamente humano. Fisicamente, vale mais do que o pai: é alto e louro, de origem germânica, já que a sua mãe, Eudóxia, era filha do franco Bauto. Moralmente, não passa de um santarrão; totalmente destituído de carácter, é dotado de uma tal preguiça que nem sequer lê as

constituições imperiais que vieram a imortalizar o seu nome. Não há nem um só acto que seja devido à sua iniciativa pessoal durante um reinado de quarenta e dois anos (408-450). Perto do fim da vida, escorraça a mulher, desgraça a irmã e cai em poder dos eunucos. Passava o tempo a copiar e a iluminar manuscritos. Foi cognominado de «o Calígrafo».

O sucessor de Honório, falecido em 432, ainda vale menos. Valentiniano III é filho de Galla Placidia, irmã de Honório e de Constâncio, o último (juntamente com Bonifácio) general romano do Império do Ocidente. Nascido em Julho de 410, tem quatro anos quando da morte de Honório. Associado a Teodósio II em 425, reina até 455. Tão fraco de carácter como o seu tio, é, ainda por cima, um debochado. Os imperadores que se lhe seguiram já têm algum valor. Marciano (esposo de Pulquéria), no Oriente, e Majoriano, no Ocidente, são-lhe muito superiores em carácter. Mas vêm demasiado tarde: o patrício bárbaro, comandante do exército, é doravante o único senhor.

A existência do chefe do Estado muda profundamente. Até Teodósio, a vida do imperador é uma corrida contínua de uma ponta a outra do Império. A luta contra os Bárbaros e os seus rivais absorve-o de tal modo que já nem sequer tem tempo para residir em Roma. Só por lá passa de corrida, sempre apressado. No Ocidente, depois de Maximiano Herculio (286), colega de Diocleciano, o imperador mantém-se no meio do seu exército, em Milão, na proximidade das fronteiras. Os sucessores de Teodósio adoptam um tipo de vida sedentário. Nunca ninguém os vê à cabeça dos exércitos. Vivem escondidos em Constantinopla ou Ravena, inexpugnável ou propícia à fuga. O imperador vive recluso: leva a existência de fantasma dos soberanos do Extremo-Oriente. A vida do Império, se é que se lhe pode chamar vida, concentra-se no palácio. O imperador não passa aí do brinquedo, do brinquedo, nas mãos do seu círculo de mulheres, de eunucos, de bispos, de funcionários servis, de chefes militares semi ou totalmente bárbaros. E toda esta gente se odeia e se denuncia entre si. Talvez nunca como então tanto se tenha intrigado e espiado. Ninguém tem qualquer segurança: o favorito da véspera pode tombar bruscamente, vítima de uma denúncia. O patrício, salvador do Império, é sempre secretamente suspeito e acaba por ser assassinado. O próprio bispo não está ao abrigo de tais desgraças. O exemplo mais flagrante é o de S. João Crisóstomo, favorito de Arcádio, que foi por duas vezes expulso de Constantinopla e veio a morrer no exílio (407) (2).

Do partido imperial ao partido de um rebelde, romano ou bárbaro, é um vaivém incessante. A conduta dos invasores bárbaros apresenta surpreenden-

tes vicissitudes. No momento em que parece estarem dispostos a tudo arrasar, mandam uma delegação ao imperador a fim de negociarem com este. Os traidores pululam tanto no círculo dos patrícios e dos chefes bárbaros como na corte do imperador. A confusão é universal. Nada parece suficientemente inverosímil. É-nos impossível reconstituir a psicologia dos altos dirigentes deste tempo e emitir uma qualquer opinião a seu respeito. Os seus próprios contemporâneos não os conseguem compreender e os seus juízos não passam do eco de lembranças muito provavelmente absurdas ou de rancores pessoais. Bem ousado será aquele que tentar reconstituir a verdadeira fisionomia de um Estilício, de um Rufino, de um Aetius! Pois quem ousará dizer que Rufino foi um traidor ou que Estilício foi um devotado servidor do Império? Para estudar um tal período, seria necessário descer a uma detalhada análise, a uma análise de pormenor, a fim de se poder fazer uma ideia do fenómeno de decomposição política e social que o Império Romano nos oferece nos últimos tempos da sua existência. Limitar-nos-emos a assinalar umas quantas etapas na sua longa marcha para o abismo.

Pode ter parecido que a parte Ocidental do Império tinha, pelo menos, tantas hipóteses de duração como a parte Oriental. Na prática, ela era governada por Estilício, homem de confiança de Teodósio, para além de ser o chefe militar mais afamado do seu tempo, segundo parece, a justo título⁽³⁾. Durante alguns anos, Estilício parece continuar a obra imperial sem o usufruto do título. A sedição de Gildão, em África, é facilmente vencida; a Gália está protegida contra os Bárbaros e o mesmo sucede quanto à Itália. Em 405, Estilício extermina, perto de Fiesole, alguns bandos mistos de alanos, de quados, de vândalos e de ostrogodos, vindos do Danúbio sob o comando de Radagaiso. Mas, no ano seguinte, já não pode impedir que um numeroso exército de vândalos, de alanos e de suevos (quados) atravessem o Reno (fins de Dezembro de 406), tal como não consegue impedir a usurpação de Constantino III que se vai instalar na Gália e em Espanha. Constantino III leva consigo as últimas tropas romanas da Bretanha, deixando a ilha entregue às incursões dos Pictos da Caledónia, dos Escotos da Irlanda, e, enfim, dos Saxões e dos Anglos. Desesperando de obter o auxílio de Roma, uma parte dos habitantes foge para a Armórica; o resto submete-se aos Saxões entre 429 e 441. A ilha está perdida para a *Romania*, salvo a sua parte Oeste. Província excêntrica, a sua perda é pouco sentida em Roma.

O mais próximo e o mais duro adversário do Império era Alarico com os seus visigodos⁽⁴⁾. Acampado na Ilíria com o título de *magister militum*, Alarico, após ter devastado o Império a Leste, volta-se para o Oeste. A partir

de 401, passa a ser uma ameaça constante. Estilício mais não consegue do que defender a Itália das suas incursões. Assim, derrota-o por várias vezes. Mas, ao mesmo tempo, parece ter procurado evitar infligir-lhe uma derrota definitiva, na oculta intenção de vir a utilizá-lo um dia. Com efeito, Estilício tem inimigos encarniçados. É odiado, primeiro porque é de origem bárbara e favorável aos arianos, e depois porque domina o imperador e é seu parente: Serena, a sua mulher, é sobrinha de Teodósio e Honório casou sucessivamente com duas das suas filhas (das quais não teve quaisquer filhos). Parece provável que Estilício cobiçasse o Império para o seu próprio filho, Eucherius. Tendo os seus inimigos persuadido Honório de que ele preparava uma traição, veio a ser assassinado com toda a sua família (408).

A situação de Honório tornou-se de imediato das mais críticas. A Gália, a Espanha, a Grã-Bretanha, todas estavam em poder dos Bárbaros e dos usurpadores. Em África, Heracliano, o assassino de Estilício, declarou-se independente e passou a deter os combóios destinados a Itália. A Itália bem depressa veio a cair em poder de Alarico. As suas pretensões eram bastante moderadas: só exigia permissão para se estabelecer no Nórico despovoado, donde teria depois protegido as fronteiras da Itália. Honório, refugiado na inacessível Ravena, recusou toda e qualquer solução negociada. Estava então sob a influência do partido hostil a Estilício e aos Bárbaros. Alarico acabou, assim, por se apoderar de Roma (24 de Agosto de 410). Procedeu à sua pilhagem, mas a sua ocupação foi relativamente benigna. Alarico era um cristão devoto e, ainda que ariano, respeitou as igrejas de Roma. Anteriormente, na Grécia, demonstrara a sua devoção religiosa mandando abater os templos pagãos. Além do mais, Alarico não era estranho ao mundo romano; prestara serviços públicos, no reinado de Teodósio, e era indubitavelmente um «cidadão romano».

A tomada de Roma não lhe proporcionava quaisquer vantagens concretas, para além da pilhagem. Roma era vasta e ainda povoada, mas já só vivia dos víveres enviados de África. Alarico submetera-a mais pela fome do que pela força. Inexpugnável graças à muralha de Aureliano, Roma era, contudo, facilmente isolável do mar, ao passo que a nova Roma ia precisamente buscar a sua força à sua estratégica situação no Bósforo. O Senado, sem possuir qualquer autoridade real, mantivera não obstante umas restos de prestígio. Depois da morte de Estilício, foi com este que Alarico negociou durante três anos. Apesar de tudo, Alarico nunca pensou, por um instante que fosse, em conquistar a Itália, propriamente falando, e ainda menos em se apoderar da dignidade imperial. Que um bárbaro pudesse ser imperador, era

uma ideia que não cabia na cabeça de ninguém. Isso teria parecido, pura e simplesmente, um acto quimérico, ridículo mesmo. Alarico viera momentaneamente a opor um contra-imperador, o prefeito de Roma, Atala. Este, que era um imbecil, tomou-se muito a sério, tendo-se oposto a Alarico, pelo que veio a ser deposto. Uma tempestade faz fracassar os intentos de Alarico em ir até África a fim de aí se instalar com o seu povo.

Esta tempestade mudou todo o curso da história da Europa Ocidental. Após a morte de Alarico (fins de 410), o seu cunhado, Ataúlfo, estabeleceu-se no Sul da Gália e colocou-se ao serviço de um usurpador, Jovino. Apoderou-se de Narbona e casou com Galla Placidia (414), irmã de Honorius, feita prisioneira durante o saque de Roma. O ex-imperador Atala cantou o epitalâmio. Ataúlfo nada mais pretendia do que entrar ao serviço do imperador. Foi assassinado pelo partido inimigo de Roma, por Sigerico, cujo pai, Sarus, estava ao serviço de Honorius e o impelia a resistir a todos os pedidos de Alarico. Estes factos mostram-nos bem a confusão reinante nos partidos. Houve então para Honorius uma reviravolta favorável da fortuna. Constâncio desembarçou-o dos usurpadores da Gália e da Espanha, obtendo, assim, em troca, a mão de Galla Placidia, de quem teve Valentiniano III. Quanto aos Visigodos, são utilizados para limpar a Espanha dos Bárbaros que nela se mantinham desde 409: estes saem-se muito bem da sua missão e exterminam uma das duas tribos de Vândalos, os Silingos, acampados na Bética, região que veio a receber o seu nome: Andaluzia. Constâncio, receando que viessem a tornar-se demasiado poderosos permanecendo em Espanha, traz os Visigodos de volta, para cá dos Pirinéus, acantonando-os na segunda Aquitânia (Bordéus, Agen, Angoulême, Poitiers) e na *civitas* de Toulouse (418).

Lavisse esclareceu perfeitamente a verdadeira natureza das relações dos Bárbaros com o Império, particularmente no caso dos Visigodos:

«Ora imaginemos a França desabitada da guerra, com tribos de Árabes empregues na defesa da nossa terra, sendo os seus chefes cumulados de honras, feitos generais e marechais, e recebendo os homens soldo e alimento, todo um pequeno povo estrangeiro, de temperamento independente, incapaz de ser disciplinado, mas igualmente incapaz de buscar outro destino que não seja servir, sempre em busca de melhores paragens aonde se instalar, arrastando os seus *smala* (tendas) de província em província, sempre com os chefes a reclamarem maiores honrarias e as tribos mais amplas distribuições de víveres e de ouro: assim eram os Visigodos. Revoltando-se com frequência, voltavam sempre a recair numa obediente submissão» (5).

Podemos igualmente comparar os bandos de godos, de alanos, de borguinhões, de francos, de alamanos, que devastaram a Gália, a Itália e a Espanha durante a primeira metade do século v, com as grandes companhias do século xiv, com os bandos armados de ladrões e assassinos do século xv, ou com os *condottieri* dos séculos xv e xvi. Vários dos seus chefes fundam dinastias, na sua maioria com um único fim: porem-se ao serviço de um príncipe. Os usurpadores do século v, Constantino III, Constante, Gerônimo, Sebastião, Jovino, tomam os Bárbaros ao seu serviço. E o imperador faz o mesmo.

Graças a Constâncio, a Gália parece pacificada, e Honorius reorganizou as assembleias provinciais através do édito de 418⁽⁶⁾. O seu centro passou a ser Arles, que, desde inícios do século v, se tornara na residência do prefeito do pretório das Gálias, em vez de Trêves, demasiado ameaçada pelos Francos e pelos Alamanos⁽⁷⁾. Até ao termo do Império, a assembleia reunir-se-á em Arles e aí continuarão a haver prefeitos do pretório das Gálias. Conhecem-se mesmo alguns personagens que continuaram a usar este título honorífico depois de 476⁽⁸⁾.

A menoridade de Valentiniano III foi totalmente preenchida pelas dissensões entre o conde Bonifácio, que era o comandante militar em África, e Aetius, investido na qualidade de *magister militum*. Constâncio, proclamado «Augusto», morrera antes de Honorius. Bonifácio, comandante militar em África, era romano. Gozava de grande reputação pelo seu talento militar e devoção religiosa. Aetius⁽⁹⁾ nascera na Pequena Cítia (Dobroudja), em território do Império, mas vivera entre os Hunos e mantinha com estes relações de amizade. Uma guerra civil rebentou, assim, entre estes dois personagens; veio a terminar com uma batalha campal em que Bonifácio acabou por perecer (432). Durante vinte anos, Aetius é o principal personagem do Ocidente. Não consegue impedir a perda da África. Geiserico, rei dos vândalos asdingos⁽¹⁰⁾, invade-a e em dez anos (429-439) torna-se senhor da Mauritânia e da África. Trata-se de uma perda extremamente grave, porque Cartago era a primeira cidade do Ocidente depois de Roma, e esta vivia dos envios de trigo que lhe vinham de África. Não dispondo de frota, Aetius nada pode fazer contra o vândalo.

O Império foi igualmente incapaz de reconquistar a Bretanha. Aetius viu-se obrigado a não dar resposta aos pedidos de socorro dos Bretões que, a partir de 441, passaram a estar sob o jugo dos Saxões e dos Anglos da Alemanha, dos Pictos da Caledónia e dos Escotos da Irlanda⁽¹¹⁾.

O patrício conseguiu, pelo menos, conservar a Gália. Bateu os Francos numa série de recontros, numa altura em que estes avançavam já pelo vale do Ródano, do Mosela, do Meuse e do Escault, começando a fixar-se e a povoar

estas regiões. Conseguiu igualmente conter os Visigodos, que se esforçavam por alargar os seus acantonamentos. Arles foi muito em particular objecto da sua cobiça.

Quanto aos Borguinhões, foi de comum acordo com os imperadores ou os usurpadores (Honorius, Constantino III, Jovino) que tinham atravessado o Reno e se tinham estabelecido na sua margem esquerda (413). A epopeia dos *Nibelungen*, apesar da data tardia da sua redacção (século XIII), guarda em si a lembrança da sua estada em Worms⁽¹²⁾. Mas ela deforma a derrota que vieram a sofrer em 435, derrota que acarretou o extermínio da raça real. Os hunos que lhes infligiram esse desastre não foram os súbditos de Etzel (Átila), mas sim hunos mercenários ao serviço do Império. Aetius gostava de empregar estes bárbaros e foi com tropas de hunos que combateu contra os Francos e os Visigodos. Estabelecidos por Aetius em 443 na *Sapaudia* (entre o lago de Genebra e Grenoble), os destroçados sobreviventes dos Borguinhões mostraram ser fiéis servidores do Império.

Na Gália, a invasão de Átila não teve a importância que se lhe tem atribuído⁽¹³⁾. Não passou de uma tormenta que em breve se dissipou (451). A sua invasão da Itália foi bem mais grave e só com dinheiro foi possível conjurar o perigo. Valentiniano, entretanto, fugira para Roma. A destruição de Aquileia obrigou os Venetos a refugiarem-se nas ilhas que bordejavam a costa entre as embocaduras do Isonzo e do Ádige. Estabeleceram sucessivamente a sua capital em Grado, Heracleia, Torcello e Malamocco. No início do século IX, a sua sede será transferida para Rivoalto (Rialto), que passará a ter o nome deste povo: Veneza. O Império de Átila não durou mais de vinte anos e esboroou-se no dia imediato ao da sua morte (453). É o exemplo tipo dos domínios mongol e turco: uma coligação de tribos de cavaleiros, cujo ímpeto guerreiro é tal que força alguma se lhe pode opor (cf. Temoudjin e Timour); mas a coligação só se mantém devido à personalidade do chefe. Desaparecido este, tudo se desmorona.

No entanto, Valentiniano III não tinha filhos. Aetius sonha em associar ao Império o seu próprio filho, Gaudêncio, noivo de Eudóxia, filha de Valentiniano. Este, alertado, atrai-o traiçoeiramente a uma cilada em que o assassina com as suas próprias mãos (21 de Setembro de 454). Valentiniano III sofreu a mesma sorte alguns meses depois: a 16 de Março de 455 foi morto por dois oficiais de Aetius. A sua morte marca o fim do domínio imperial no Ocidente. A partir de 455, Roma é saqueada por Geiserico, que captura ao mesmo tempo todos os parentes dos seus inimigos (Eudóxia, viúva de Valentiniano, as suas filhas, e, finalmente, Gaudêncio, filho de Aetius)⁽¹⁴⁾.

Isto não significa que os imperadores que se lhe vieram a suceder nos vinte anos seguintes tenham sido todos gente desprezível⁽¹⁵⁾. Alguns, como Majoriano (457-461), Anthémios (467-472) ou Julius Nepos (474-475)), eram bastante superiores aos Honórios e aos Valentinianos. Estes residem em Roma, e o patrício em Milão. Majoriano parece ter sido um personagem francamente notável. Em vez de apodrecer nos pântanos de Ravena, está constantemente em movimento. Em 458, passa uns tempos na Gália, aonde, desde há sessenta anos, nenhum imperador (legítimo) ousara pôr os pés. Faz-se reconhecer não só pelos Bourguinhões, mas também pelos Visigodos (de Teodorico II) que tinham forjado um imperador, Avitus, quando da morte de Valentiniano III. Mais tarde, dirige-se a Espanha (459) a fim de preparar uma expedição contra os Vândalos, na qual é derrotado. Morre em 461, vítima do patrício Ricimero, filho de um suabo de raça real e da filha de Wallia, sucessor de Ataúlfo, o visigodo.

Sucede que, alertado pela sorte de Estilício e de Aetius, o patrício passa a vigiar de perto o imperador, não lhe deixando mais do que uma pálida sombra de autoridade. Sob o nome de Severo, de Anthémios, de Olybrius, quem realmente governa é Ricimero. Por morte deste último (472), é Orestes, um romano da Ilíria, que, contudo, viveu entre os Bárbaros, como servidor de Átila, quem toma o poder sob o nome de seu filho, Romulus Augústulo. Vem a suscitar o ódio do exército germânico ao serviço do Império, composto por rugues, esquiros e érulos, acantonado no Norte da Itália, em redor de Milão. O chefe destes bárbaros, Odoacro, decide simplificar a situação (476). Prescinde muito bem de um simulacro de imperador para o Ocidente. Assim, passará a governar efectivamente aquilo que subsiste do Império sob a autoridade nominal do imperador reinante em Constantinopla⁽¹⁶⁾.

2. O Império em 476

Se nos ativermos unicamente às aparências, a unidade do Império foi restabelecida. Aliás, nunca fora rompida. Em virtude do princípio da *unanimitas*, tanto antes como depois de Teodósio, nenhum imperador pode ser legítimo se não dispuser do beneplácito do seu colega. Como a sucessão é mais rápida no Ocidente, o Oriente, a partir de 455, acaba por decidir dar uma espécie de investidura ao Ocidente. A partir de 476, já não há senão um imperador para todo o mundo romano e esse imperador reside em Cons-

tantinopla. Na realidade, na data de 476, o Império do Ocidente desde há muito que perdera a grande maioria do seu território.

As províncias danubianas ⁽¹⁷⁾. – As mais expostas de todas, atrozmente devastadas desde há um século, bem cedo vieram, na verdade, a perder-se totalmente para o Império. A Panónia foi abandonada aos Hunos por volta de 453, depois aos Ostrogodos após 454, e finalmente aos Gépidas, após a partida dos Ostrogodos (471), que se apoderaram da Ilíria, da Mésia e da Macedónia. Encontra-se ainda um prefeito do *Noricum* em 448, mas as populações romanas desta província, assim como da Vindelícia e da Rétia, serão levadas de volta para a Itália por ordem de Odoacro. Em seu lugar instalaram-se os Marcomanos, vindos da Boémia e que, por esta razão, passam desde então a ter o nome de *Baiuwari* (Bávaros). Apenas a Dalmácia continua a ser romana.

A Grã-Bretanha ⁽¹⁸⁾. – Privada de tropas romanas desde 411, caíra em poder dos Saxões em 441-442. O Norte, habitado pelos Pictos ou Caledonianos, permanecera independente de Roma. As costas ocidentais, desde Alban, ao norte, até à Dononmeia (actuais Devon e Cornwall), ao sul, estavam já sob o domínio dos piratas escotos, vindos da Irlanda. Os sobreviventes dos Bretões, repelidos para oeste até perto de Severn, das colinas do Cumberland, do Westmoreland, e até ao vale do Clyde, tendo perdido todo o contacto com o continente, esqueceram a língua e as instituições romanas ⁽¹⁹⁾.

A África ⁽²⁰⁾. – Seria violentar a verdade histórica negar que a passagem dos Vândalos Asdingos em África, em Maio de 429, tenha sido algo mais do que uma conquista. É certo que seis anos depois, tendo os Bárbaros fracassado na sua incursão contra Cartago, entram em negociações com o Império que, além do mais, tinham servido como federados em Espanha, depois de 411. Por uma convenção, datada de 11 de Fevereiro de 435, são estabelecidos a esse mesmo título na Numídia proconsular e Geiserico torna-se numa espécie de funcionário militar, tendo Hipona como local de residência. Mas esta paz pouco durou: a 19 de Outubro de 439, tendo-se o «rei dos Vândalos e dos Alanos» apoderado de Cartago mercê de um ataque de surpresa, passou a considerar-se independente e fez datar as actas públicas e privadas de si emanadas com este ano (439), como símbolo do início da sua autoridade. Atemorizado pelas expedições de pirataria do vândalo, Valentiniano III viu-se obrigado a reconhecer-lhe, em 442, a posse da Mauritânia, da Proconsular, da Bizacena, da Numídia proconsular (Hipona), e da «Getúlia» (sul da Bizacena). Pouco tempo volvido (antes de 458), Geiserico apoderou-se do resto e reinou de Tânger a Trípolis.

A sua expedição de pilhagem contra Roma, em Junho de 455, dificilmente poderá passar por ser uma simples resposta ao assassinio de Valentiniano III, tal como o proprio bárbaro pretendia fazer crer: a viúva do defunto imperador e as suas filhas, Eudóxia e Placidia, fizeram parte do espólio de que o vândalo se apoderou. Se é verdade que desempenha um importante papel nos assuntos do Império agonizante, tendo mesmo os seus candidatos, tal como Olybrius, parente por aliança do seu filho Hunerico, será que daí nos é permissível concluir que ele se considera como um membro do Império? Também Átila interviera na política interna do Império.

Desesperando de conseguir vir a submetê-lo, o imperador de Constantinopla, Zenão, tem de reconhecer ao vândalo, no mesmo ano em que se assiste ao termo do Império do Ocidente, a posse de toda a África do Norte, mais as ilhas do Mediterrâneo ocidental: Sicília, Sardenha, Córsega, Baleares. Em função do que passou a haver entre o império vândalo e Constantinopla uma paz que durou mais de meio século, até 530.

Além do mais, desde há muito que a África tendia a escapar ao domínio do Império. Desde o início do século IV que era assolada por convulsões de ordem política, religiosa e social⁽²¹⁾. A sua origem reside no cisma dos donatistas, que devem o seu nome a Donato, bispo de Cartago (315). Inicialmente, tratou-se de um movimento rigorista dirigido contra os cristãos demasiado fracos que tinham cedido durante a perseguição de Diocleciano. Condenados pelos bispos italianos e gauleses, os rigoristas africanos provocam um cisma: consideravam os outros cristãos como corrompidos e declaravam sem valor os sacramentos conferidos pelos bispos não donatistas. O valor do sacramento depende, pois, daquele que o confere, do seu estado de graça: tal equivalia a renovar os erros do anti-papa Novatiano, que recusara o perdão aos cristãos que tinham apostatado no decurso da perseguição do imperador Decius em 251-253. Os donatistas foram bastante numerosos: tiveram, segundo se diz, a adesão de 300 bispos. O cisma não pôde ser extirpado, nem pela autoridade romana, nem por Geiserico, o qual, na sua qualidade de ariano, perseguiu com a mesma imparcialidade donatistas e católicos.

Este movimento religioso suscitou a formação da seita dos *milites Christi* (Circoncellions) que, nas suas campanhas, ganhou um carácter social e foi como que uma espécie de *jacquerie*.(*)

(*) *Jacquerie*: insurreiçãõ de camponeses contra a nobreza, em França, em 1358. (N. do T.)

Finalmente, os governadores de África foram sempre pouco seguros. Firmus, por volta de 379, e Gildão, em 398, causaram grandes preocupações ao Império. Heracliano, o assassino de Estilício, nomeado para África, revoltou-se quase de seguida. Precusores de Geiserico, estes governadores revoltados punham a Itália a pão e água, cortando-lhe os mantimentos: alguns deles projectaram mesmo expedições a este país. Segundo a lenda, o último entre eles, Bonifácio, convidou mesmo os Bárbaros a instalarem-se em África (Ver mapas nas págs. 214-215).

A penetração da influência romana foi bastante fraca na extremidade ocidental da África Menor: o domínio de Roma quase que não ultrapassou, ao sul do actual Marrocos, Volubilis (ao norte de Meknès)⁽²²⁾. Os Mouros das duas Mauritânias surgem-nos como bastante independentes desde o século IV. Bem cedo devem ter esquecido o latim e voltado ao uso do líbio, antepassado dos idiomas «berberes» de hoje em dia. Na Numídia, na Proconsular, na Bizacena, se é provável que as classes dirigentes tenham sido bastante romanizadas, já o povo, pelo contrário, parece ter mantido ainda por longo tempo o uso da língua púnica.

Espanha e Aquitânia. – Em meados do século V (454), já só restava ao Império cerca de metade da Espanha, a Tarraconense e a Cartaginense. As três outras províncias (Galícia, Lusitânia, Bética) estavam em poder dos Suabos desde há mais de quarenta anos. O rei dos Godos, Teodorico II, sucessor de Teodorico I, que pereceu vítima dos Hunos na batalha de *Campus Mauriacus*⁽²³⁾, organizou uma expedição a Espanha que lhe veio a assegurar a posse da maior parte desta região (456). Também ele decidiu meter-se no negócio de forjar imperadores: deu a púrpura a Avitus que lhe ensinara as letras latinas. O imperador Majoriano e o *magister militum* Aegidius conseguiram momentaneamente conter as suas ambições expansionistas. Mas sob Eurico (466-484), sucessor e assassino de seu irmão Teodorico II, a expansão dos Godos tornou-se irresistível. Por volta de 470, apoderar-se-ão da Provença. Pela parte norte, deparava-se-lhes, contudo, um sério obstáculo: a «cidade» mais importante da primeira Aquitânia, Auvergne (*civitas Arvernorum*), opunha-lhes uma encarniçada resistência, apesar de estar limitada às suas próprias forças. A resistência era dirigida pelo filho e pelo genro do ex-imperador Avitus, Ecdicius e Sidónio Apolinário. Os últimos imperadores entregaram Auvergne aos Godos. Glicério (473-474), a fim de se desembaraçar de um bando de ostrogodos comandados por Widimer, enviou-os para a Gália. Julius Nepos fez melhor: cedeu Auvergne aos Visigodos em 475. Por outro lado, Eurico apoderou-se da região ao sul do



D^S DACIÆ Nomes e limites de dioceses
LIGURIA Nomes e limites de províncias



Durance e completou a ocupação da Provença⁽²⁴⁾. Em Espanha, a Tarracense, onde a população tentara uma resistência análoga à da aristocracia galo-romana em Auvergne, foi igualmente submetida. Eurico obtém a consagração das suas conquistas por parte do imperador Zenão, no dia imediato ao da queda do Império do Ocidente, tornando-se momentaneamente o mais poderoso dos chefes bárbaros.

A Gália de Sudeste. – Os Borguinhões⁽²⁵⁾, acantonados na *Sapaudia* em 433, observaram o *foedus* acordado com Roma até à morte de Aetius e de Valentiniano III (455). Mas, a partir de 456, começam a estender-se para além dos seus acantonamentos. A chegada de Majoriano, o único imperador «legítimo» que ousou pôr os pés na Gália depois de Valentiniano II, bastou para os obrigar de novo a obedecer. Mas, após a morte deste (461), a sua expansão já não encontra quaisquer obstáculos: Lyon cai em seu poder, seguindo-se-lhe Viena, Die e Vivarais (de 461 a 470). Contudo, não puderam expandir-se até à Provença, impedidos por esse lado pelos Visigodos. Foram mais felizes a leste e a norte, onde repeliram os Alamanos; estes tinham-se adiantado até Langres e Besançon, vindo a ocupar *Vindonissa* (Windisch) no confluente do Aar e do Reuss. Nos fins do século, os Borguinhões estendem-se desde o Durance, ao sul, até aos limites da Champagne, ao norte, de Cévennes à Suíça. Os seus reis residem em Lyon, em Viena, em Genebra, em Besançon, mas sobretudo em Genebra e Lyon. Estes reis pertencem a uma nova raça, tendo a antiga dinastia perecido sob os golpes dos Hunos em 436. Mais fracos do que os Godos, os quais receiam, estes soberanos acautelam-se de incorrer no erro de rejeitar todo o simulacro de aliança com Roma. Quilperico, Gundioc, são *magister militum*. Gondebaudo, nomeado patrício pelo imperador Olybrius, apodera-se do poder imperial no decurso de uma estada em Roma e eleva ao trono Glicério, um chefe da guarda do anterior imperador. Mas tendo Constantinopla (Leão I) recusado a Glicério a *unanimis* e enviado Julius Nepos como imperador, Gondebaudo regressa ao vale do Ródano⁽²⁶⁾.

A Gália setentrional: do Reno ao Loire. – Devastada em 407-408 pelos Alanos, Vândalos e Suabos, e posteriormente liberta pela ida dos Bárbaros para Espanha (409), vem depois a sofrer a invasão de Átila, terrível tormenta ainda que de curta duração⁽²⁷⁾. Bem mais grave foi a contínua pressão dos Francos e dos Alamanos que começam a instalar-se na margem esquerda do Reno e a substituir as populações romanas por colonos germânicos⁽²⁸⁾. Os Francos Salienos já se tinham instalado na Toxandria (norte do Brabante), desde 358, como súbditos de Roma. Incomodados pela floresta da Charbonnière,

estenderam as suas culturas ao longo das costas do mar do Norte, no antigo país dos Menapianos célticos. Aetius conseguiu deter estes povos comandados por Chloion. Mas, após a sua morte, os chefes francos, seguindo a via romana de Colónia a Cambrai, apoderam-se de Tournai e Cambrai, chegando mesmo até ao Somme⁽²⁹⁾. Mas não vieram a impor a sua língua nestas cidades.

Bem mais profunda do ponto de vista etnográfico, foi a investida dos Francos Ripuários, politicamente inferiores aos Salienos. Senhores de Colónia, que é a sua capital, estendem-se, a oeste, até Eifel, sem que, contudo, venham a penetrar na Ardena. Ao sul, chegam até Mogúncia. O vale do Mosela foi repovoado pelos Ripuários ou pelos Francos Hessois (*Chatti*) assim como o vale do Main. Trêves, quatro vezes conquistada e outras tantas reconquistada, perdeu-se definitivamente para Roma por volta de 455⁽³⁰⁾.

Na mesma época, os Alamanos ocupam a margem esquerda do Reno, de Worms a Bâle, avançando mesmo, momentaneamente, até Langres, Besançon e Mandeure. Pouco depois, a Rétia cai em seu poder. Na Germânia, o Lech separa-os dos Bávaros, que chegam da Boémia⁽³¹⁾.

Os piratas saxões, não contentes com a conquista da Grã-Bretanha, instalam-se aqui e ali junto às fronteiras da Gália, nas cercanias de Boulogne, no Bessin, no curso inferior do Loire⁽³²⁾.

A Armórica é ocupada pelos Bretões da grande ilha, fugindo à dominação dos Anglos, dos Jutas, dos Saxões e igualmente da dos seus vizinhos célticos da Irlanda, os Escotos, que principiavam a instalar-se nas costas ocidentais da Grã-Bretanha. Estes emigrados tentaram mesmo expandir-se até ao centro da Gália: por volta de 470, um dos seus chefes, Riótimo, foi vencido pelos Godos perto de Déols, na região de Berry⁽³³⁾.

Contra estes inimigos, houve duas personagens que se bateram valentemente: o conde Paul e sobretudo o *magister militum* Aegidius⁽³⁴⁾. Este consegue mesmo vir a servir-se dos Francos como federados: Meroveu e Quilperico, sobretudo, estiveram ao serviço do Império contra os Saxões, os Godos e os Alanos. Mas Aegidius vem a morrer subitamente em 464. Odiado por Ricimero, conseguira manter-se apenas à custa das suas próprias forças. O mesmo veio a suceder com o seu filho e sucessor, Syagrius, que consegue preservar uma sombra de independência na região situada entre o Meuse, o Somme e o Loire. Separado do Império, passou a usar bárbaros nas suas fileiras. Sabemos que falava a língua germânica como um germano. Assim, para comandar as últimas tropas «romanas» estacionadas no Norte da Gália, era conveniente saber falar alemão!

Na realidade, em 476, o Império perdera já a maior parte dos seus territórios do Ocidente, só subsistindo, e mesmo assim muito teoricamente, na Itália. E é o que nos permite explicar que «a sua queda, que desde há muito se preparava, mal tenha sido sentida pelo resto do mundo: caiu sem ruído, silenciosamente; era a morte de um velho que, privado dos seus membros, morria de senilidade» (35).

Durante um instante, julgou-se ser possível vir a ressuscitá-lo: em 477, a assembleia das Gálias, reduzida às delegações de Aix, de Arles e de Marselha, pediu a Zenão para repor Julius Nepos no Ocidente. Mas esta tentativa para reanimar um cadáver não teve qualquer seguimento. O ano de 476 marca sem apelo nem agravo o fim do Império Romano do Ocidente.

III.

O Império Romano do Oriente de 395 a 518 ⁽¹⁾

A *pars Orientis*, tão ameaçada e tão duramente posta à prova no decurso do século IV, levou, durante o século V, uma existência miserável, mas conseguiu não ser arrastada na tormenta. No entanto, Arcadius não passa de um fantoche, simples joguete passando sucessivamente das mãos de Rufino para as do eunuco Eutrópio, e das deste para as da imperatriz Eudóxia. Sucedem-se sangrentas tragédias: Rufino é morto pelo seu inimigo Gainas que, tal como todo o exército do Oriente, era um godo. Este Gainas, sustentáculo do Império, vem a tramar uma conspiração e perece, vítima de Fravitta, também ele um godo. O favor de que gozavam as gentes desta raça, após ter atingido o seu apogeu sob Teodósio, chega ao seu termo: são totalmente massacrados em Constantinopla (400) ⁽²⁾. A partir deste momento, já quase que não há germanos nos exércitos do Império Romano do Oriente. São substituídos por caucasianos, alanos, isaurianos, etc.

Desaparecido Rufino, o poder passa a pertencer ao eunuco Eutrópio, ancião ao qual os seus inimigos acusam de todos os vícios; este perece, por seu turno, vítima do ressentimento da imperatriz a quem ofendeu. Também S. João Crisóstomo vem a ser alvo do ódio de Eudóxia e morre no exílio. Arcadius tudo permite e assiste como que embrutecido a estes trágicos acontecimentos.

O seu filho, Teodósio II, cresce sob a tutela de Anthémios, prefeito do pretório do Oriente, e de sua irmã Pulquéria, que só tinha mais dois anos do que ele e que é tida como a mulher mais notável da sua época. Os acontecimentos mais salientes do seu reinado são: o seu romanesco casamento com Athenaïs (Eudoxia), filha de um filósofo pagão de Atenas, a fundação da universidade de Constantinopla, o prolongamento da muralha de Constantinopla (devido a Anthémios), a sua obra legislativa (Código, 429-438), e sobretudo as controvérsias cristológicas que vêm a resultar na condenação de Nestorius no Concílio Ecuménico de Éfeso (431).

Nestorius, a exemplo de Teodoro de Mopsuesto, separava as duas naturezas de Cristo: o homem, nascido da mulher, de Maria, não é filho de Deus por natureza, mas sim por graça, e Maria não é Θεοτόκος mas sim χριστοόχος. Por reacção, Eutiques, arquiemandrita de Constantinopla, reabsorve tudo na natureza divina. Virá a ser condenado no quarto concílio ecuménico, reunido na Calcedónia (451), o qual decreta que é necessário reconhecer um só senhor em duas naturezas.

Estas controvérsias apaixonam o imperador, a corte, os grandes, a turba: está em causa a segurança, a solidez da lei, consequentemente, a salvação. Não existe, portanto, nenhum assunto mais importante do que este e as preocupações causadas pelos Bárbaros passam para segundo plano.

Contudo, estas preocupações são realmente bem graves. Os Godos (Visigodos) desviam-se da devastada península balcânica e buscam fortuna no Ocidente: assim, após a morte de Estilício, a *pars Orientis* já nada tem a recear da parte deles. Restam, entre outros, os Persas e os Hunos. Melhor ou pior, com tratados e com dinheiro, lá se vai conjurando o perigo. Com os Persas é concluída, em 422, uma paz de cem anos. Face aos Hunos, cujo Império, compreendendo não só hordas de tártaros, como ainda súbditos germanos (ostrogodos), alanos, sármatas, e, provavelmente, também eslavos, se estendia até à Hungria e à Panónia, o Império adoptou uma política de submissão: pagou tributo a Rugila e, mais tarde, a partir pouco mais ou menos de 444, ao seu sobrinho e sucessor, Átila. Tal como o Império chinês, o Império Romano procura, ao menos, salvar a face: finge considerar os Hunos como federados e o *Khan* tártaro como um general ao serviço de Roma. Átila é, pois um pseudo-*magister militum*. O chefe dos Hunos, ora se presta a esta comédia, ora lembra insolentemente ao imperador de Constantinopla de que ele não passa de um seu súbdito e escravo, já que lhe paga tributo. De resto, e por mais de uma vez (441, 443, 447), os Hunos invadem e devastam o território do Império.

Esta situação ignominiosa, mas talvez inelutável, vem a alterar-se quando da morte de Teodósio II (28 de Julho de 450). O seu sucessor, Marciano, recusa-se a continuar a pagar aos pseudofederados. Marciano, nascido na Trácia, é oriundo das fileiras do exército; torna-se tribuno, senador e esposo espiritual de Pulquéria, irmã de Teodósio II. Intrépido e piedoso, quando da sua morte em 457 (em Janeiro), com sessenta e cinco anos de idade, foi considerado como santo, assim como sua esposa, ou melhor, a sua irmã, pela Igreja cristã do Oriente.

A sua resistência às exigências de Átila ter-lhe-ia custado caro se a ambição não tivesse levado o *Khan* a lançar-se sobre o Ocidente. O fracasso e a morte deste (453) acarretaram a total desagregação do seu Império e o mundo romano pôde suspirar de alívio e recobrar alento. Os Ostrogodos instalaram-se no Illyricum, sob o comando de três irmãos da antiga raça dos Amales, na qualidade de federados.

Quando da morte de Marciano, o verdadeiro senhor do Império é o *domestikos* Aspar, filho de um guerreiro alano, Ardabuir, que se tinha distinguido durante o anterior reinado. Eleva ao trono Leão, dito o Trácio, antigo «tribuno», que fora seu intendente. O Senado de Constantinopla está em efervescência devido à obscura origem do personagem e à sua situação de subordinado perante os Bárbaros. Para se lhe dar algum brilho, surge a ideia de proceder a uma cerimónia solene: o patriarca de Constantinopla, Anatólio, coloca por suas próprias mãos a coroa na cabeça do novo *basileus* (7 de Fevereiro de 457). Trata-se do primeiro exemplo de coroamento de um imperador por um eclesiástico. E é um exemplo carregado de consequências para o futuro.

No mesmo momento, no Ocidente, um outro bárbaro, Ricimero, meio suabo, meio godo, apodera-se do poder imperial, forjando e destituindo uma meia dúzia de imperadores.

Mas, no Oriente, não sucedeu bem o mesmo. Leão foi talvez mais desconfiado e Aspar mais imprudente. A verdade é que, seja como for, aqui foi o bárbaro quem sempre esteve na mó de baixo na luta de intrigas e de perfídias a que se resumiu toda a política daqueles tempos. Aspar pretende nomear o seu filho para César, mas este é ariano e o Senado de Constantinopla opõe-se-lhe. Em 471, por ordem de Leão, Aspar é surpreendido e assassinado pelos *excubitores* do palácio. Consigo perecem todos os seus filhos, um dos quais, Ardabuir, era *magister militum*. Esta execução pôs fim à preponderância dos Alanos, tal como a de 400 pusera termo ao domínio dos Godos.

Deve dizer-se que Leão tinha o apoio do seu genro, Zenão, um isauriano, o qual pusera ao serviço do Império todos os seus compatriotas, os montanhese selvagens da Isáuria, na Ásia Menor, mas que já eram súbditos de Roma desde há séculos. O próprio Zenão é meio bárbaro: o seu verdadeiro nome é Tarasicodissa, filho de Rusumbladestus. Zenão substituiu Leão de 474 a 491. O seu sucessor foi o «silenciário» Anastácio, de Durazzo, já idoso (sessenta e um anos), que ficou a dever a sua subida ao trono à viúva de Zenão, Ariadne, com quem casou. Teve um longo reinado, tendo morrido a 9 de Julho de 518.

Todos eles são reinados assaz pobres. Estes três personagens são gente de origem obscura, e de inteligência e coragem bastante medíocres. Zenão é grosseiro e cruel. Anastácio já é de melhor ténpera; possuía uma certa bondade e preocupava-se com o bem público. Decidiu abolir os combates entre homens e feras (499); suprimiu o criságiro (498), assim como a responsabilidade colectiva dos curiais. Entesourou bastante: quando da sua morte, os cofres do tesouro estavam repletos. E, sobretudo, veio a aumentar as «longas muralhas» em 65 quilómetros, barrando toda a península da Trácia⁽³⁾.

Estes imperadores são um simples joguete nas mãos das diversas facções políticas; vêem-se incessantemente a braços com revoltas dos seus generais ou amotinacões da população das grandes cidades. E, acima de tudo, as controvérsias teológicas exaltam profundamente os ânimos. O monofisismo, abafado em Constantinopla, alcança o Egipto e a Síria e aí ateia focos de ódio e violência contra Bizâncio, facto que terá pesadas consequências no século VII. Os imperadores julgam ser seu dever impor a ortodoxia, isto é, a sua *doxia* pessoal. Mas as suas boas intenções contrariam os fins por si prosseguidos. Zenão, devido ao *Henótico* ou *Carta de união* (482), desencadeou o cisma com Roma, cisma este que irá durar por longo tempo (quarenta anos). Anastácio, ao pretender impor a frase «que foi crucificado por nós», introduzida pelo monge Pedro de Fulão na fórmula litúrgica do *Trisagion*, provoca as mais graves perturbações. Acusado de monofisismo e ameaçado de ser destronado, o imperador teve de pedir desculpas públicas no circo (Novembro de 512).

Os perigos externos não the foram poupados. Não só os Ostrogodos vieram a revelar-se hóspedes incómodos e ameaçadores, como também os sobreviventes do exército huno se dedicaram a diversas incursões. Finalmente, aparecem os Búlgaros; estes são ainda tártaros de gema (Turcos), e na sua peugada anunciam-se os Awares, seus parentes, que muito em breve serão seguidos pela onda irresistível dos Eslavos⁽⁴⁾. E, no entanto, o Império

não vem a ser nem devastado, nem submergido. Em fins do século v, os únicos inimigos realmente inquietantes são os Ostrogodos, principalmente depois que os seus diversos ramos vieram a reunir-se sob a autoridade de um jovem príncipe, Teodorico, da ilustre raça dos Amales. Este sucede a seu pai, Teodomiro, em 475; passara a sua juventude em Constantinopla, dos oito aos dezoito anos (461-471).

Graças à sua hábil política, o Império consegue desembaraçar-se deste perigoso povo, chegando mesmo a sonhar vir a utilizá-los em seu próprio proveito. Odoacro dera bastantes razões de queixa e de preocupação a Zenão. Em 488, Teodorico, com todo o povo godo, compreendendo 20 000 guerreiros, dirige-se para a Itália. É portador do título de *magister militum*; assim, é mais na qualidade de funcionário e de general ao serviço da nova Roma, do que propriamente na de chefe bárbaro, que vem a apoderar-se da Itália após uma dura luta que durou cerca de cinco anos⁽⁵⁾. É apenas em Março de 493, após o assassinio de Odoacro, que recebe o título real dos seus companheiros de armas. Torna-se, portanto, rei dos Godos. Mas, face aos romanos da Itália, a sua situação jurídica permanece incerta. Teodorico era, do ponto de vista do direito civil, «cidadão romano» e usa a qualificação de Flavius, reservada à família imperial. No Ocidente, ele é como que uma espécie de representante do Império, munido de poderes constitucionais mal definidos e que, na prática, são absolutos. Tal facto será para o futuro uma causa de ruptura entre Constantinopla e a monarquia ostrogótica. Mas, de momento, a prudência aconselhava a não procurar precisar demasiadamente as coisas.

Assim, enquanto que a *pars Occidentis* veio a desagregar-se em mil e um pedaços, que não mais voltarão a unir-se, a *pars Orientis*, mal ou bem, lá conseguiu ir sobrevivendo. E doravante apenas ela constitui a *Romania*. Basta, pois, que uma ocasião favorável se apresente, para que venha a tentar, tal como o tentou, sob Justiniano, reconstituir o Império em toda a sua antiga unidade, pretendendo, assim, num inútil esforço de trágica grandiosidade, fazer refluir o curso dos acontecimentos.

Resumo e Conclusões das Primeira e Segunda Partes

A principal característica do Império consiste em ser um poder absoluto de facto e moderador de intenção. O imperador é o primeiro cidadão do Estado, em cujas mãos são reunidos todos os poderes a fim de se impedirem os cidadãos de se matarem uns aos outros e de se manter a coesão do mundo romano. O Império é uma magistratura.

O imperador, árbitro supremo, dotado dos mais amplos direitos, não pode deixar que as províncias continuem a estar sujeitas à intensa exploração de que eram vítimas sob a República, ou seja, sob o governo da aristocracia senatorial. Os países conquistados por Roma começaram realmente a respirar a partir do estabelecimento do Império.

O Estado romano não é um verdadeiro Estado ⁽¹⁾. Os seus órgãos só estão adaptados ao governo de uma cidade antiga e não ao de um grande Império. Assim que ultrapassou o estádio da conquista e da exploração brutal ou hipócrita dos vencidos, Roma ficou sem saber lá muito bem qual a atitude a tomar face às suas conquistas. A cidade era um molde demasiado limitado para nele ser possível refundir o mundo. O processo mais antigo é o da colónia, como que uma pequena Roma em miniatura, instalada no centro dos países conquistados. Continuam a ser usadas, mas já de um modo bastante insuficiente. As províncias, ou são simples expressões geográficas, ou meras divisões artificiais, e raramente antigos Estados (Egipto). A verdadeira divi-

são orgânica do mundo romano é a cidade. Entre as cidades vencidas, Roma faz algumas distinções: aquelas que tem interesse em privilegiar ou cujos serviços passados pretende recompensar, recebem os títulos honoríficos de federadas, aliadas ou amigas, quando não mesmo livres, ainda que, sob uma forma ou outra, paguem o imposto de sujeição, o *stipendium*, tal como as cidades submetidas. O Império Romano resume-se, pois, a uma federação de cidades agrupadas em torno da mais poderosa entre elas, Roma.

Mas uma federação deste género, se fosse realmente efectiva, bem depressa acabaria por se decompor. Na realidade, todas as cidades estão sujeitas às decisões arbitrais, isto é, arbitrárias, do senhor, o imperador. A sua pessoa é o laço que une as diversas peças da máquina. Infelizmente, este poder absoluto quase que não dispõe de órgãos legais, de funcionários. O príncipe não é um rei e nenhum princípio de sucessão poderá jamais vir a impor-se. O Império Romano, para começar, só tem à sua disposição o velho organismo da República, inapto para a administração de um vasto Estado. Não dispõe de instituições que lhe sejam próprias. Ao fim e ao cabo, tudo se baseia na vontade do senhor e este, ainda que teoricamente nomeado pelo Senado e pelo povo, não passa, na verdade, do eleito e do joguete dos exércitos.

Este vício de raiz, a ausência de instituições, agrava-se a partir dos fins do século II da nossa era, sob a acção de três grandes fenómenos: regressão económica, crise religiosa e recrudescimento da pressão dos Bárbaros, que desde há longo tempo assediam o mundo mediterrânico.

Crise económica: Roma apoderou-se das riquezas acumuladas desde Alexandre. Esbanjou-as, e não sabe agora como renová-las através do trabalho. O seu capitalismo, se é que, apesar de tudo, assim o podemos denominar, não passa de um esterilizante sistema de usura; as minas antigas, intensamente exploradas, estão quase esgotadas.

Crise religiosa: só por si, esta teria bastado para abalar um organismo bem mais robusto.

Os Bárbaros: a Escandinávia transborda, extravasando-se numa vaga que, tendo-se igualmente propagado aos Germanos do Ocidente, se abate sobre o mundo romano que fustigar-se-á sem descanso até ter conseguido forçar os seus cliques.

Desencadeia-se, então, a tormenta do século III, em que o mundo romano-helénico esteve a ponto de cair no abismo, mais sob a acção dos seus males internos do que propriamente sob os golpes desferidos do exterior. O século II é uma pré-Idade Média em que a religião, a literatura (pelo menos no Ocidente) e a arte antigas são seriamente atingidas.

No entanto, as forças sociais estão ainda suficientemente vivas para conseguirem vir a triunfar de tais males, ainda que a muito custo. Aureliano, sobretudo Diocleciano e, mais tarde, Constantino, conseguem vir a reconstituir a unidade do mundo romano. Só que o amorfismo do Alto Império já não é possível. Para impedir a desagregação é preciso centralizar, tornar a magistratura imperial numa quase monarquia, provê-la de órgãos, de funcionários, subdividi-la por várias cabeças (tetrarquia e, posteriormente, partilha por entre os filhos dos imperadores).

Esta obra de reconstituição vem a ser entravada pela crise religiosa e pela ruína económica. Diocleciano, sob a influência de Galério, julga ser possível pôr termo a uma seita reputada de perigosa, o cristianismo, mediante recurso a uma repressão sistemática e prolongada. O seu sucessor, Constantino, adopta uma via diametralmente oposta, menos por política do que por convicção pessoal: concede a liberdade aos cristãos, seguindo-se-lhe diversos favores e privilégios e, finalmente, ele próprio vem a declarar-se cristão.

À regressão económica, estes grandes homens vêm a opor determinadas medidas, ora felizes, como o restabelecimento de uma moeda sã, ora inoperantes, como o édito do preço máximo praticável. E, principalmente, instituem uma espécie de regime de castas que mantém por toda a vida e, mais tarde, hereditariamente, cada homem indelevelmente ligado à sua função ou ao seu ofício.

Aos vícios da sociedade os imperadores opõem uma legislação, ora mais humana (relativamente à família, à escravatura), ora rigorosa até à crueldade (relativamente aos delitos contra as pessoas e os costumes).

O exército vem a ser transformado. As legiões são cindidas em destacamentos que passam a estar aquartelados nas cidades fortificadas, cidades de dimensões bastante reduzidas e como que fechadas sobre si mesmas. Os *pronunciamientos* diminuem de intensidade, sem que, contudo, venham a desaparecer por completo.

Graças a este conjunto de medidas, o mundo romano pode continuar a viver, a conter os Bárbaros, a adaptar-se à vida cristã e a adaptar a esta aquilo que subsiste da antiga cultura pagã, facto que virá a ter grandes consequências. Tratam-se aqui de inestimáveis serviços. Pois que noite mais longa e negra, que enorme atraso no caminho do progresso, não teriam vindo a verificar-se se o mundo romano se tivesse desmoronado logo no século III!

Infelizmente, o Império não passa, no fundo, de uma «ruína na qual foram operadas algumas reparações», havendo, mesmo assim, um trágico contraste entre a enormidade do esforço dispendido e o seu resultado. A decadên-

cia económica foi apenas momentaneamente travada e em breve voltará a ressurgir com redobrada virulência, prolongando-se por muitos e muitos séculos.

A mudança religiosa foi, do ponto de vista estritamente político, uma operação bastante medíocre: o imperador impõe o cristianismo precisamente quando esta religião passa por uma crise terrível, o arianismo, vindo o poder a lançar-se de corpo e alma no turbilhão das controvérsias teológicas, para grande prejuízo tanto da Igreja como do Estado.

A magistratura imperial veio a resultar, natural e inevitavelmente, na monarquia do Baixo Império. Mas esta monarquia não é uma verdadeira monarquia; e não o é nem pela hereditariedade, que não conseguiu vir a instituir, nem pelo carácter augusto, quase misterioso, dos seus representantes; a etiqueta e a pompa não chegam para iludir a origem demasiado humilde da maioria dos imperadores. O imperador, a despeito do seu terrível poder, não é de modo algum respeitado pela população, a qual, sempre que disso tem ocasião, lhe prodigaliza escárnios e ultrajes. Do seu passado republicano, a plebe urbana só manteve o desrespeito, e a fidelidade é, de todos os sentimentos, aquele que lhe é mais estranho.

O príncipe também não pode contar com a fidelidade de uma aristocracia guerreira aglomerada em torno do trono. Com efeito, a aristocracia foi desmilitarizada pela autoridade imperial. Serve o Estado nas carreiras civis e está à cabeça da burocracia, para empregar um termo talvez demasiado moderno, a qual dirige toda a máquina administrativa e graças à qual o Império continua vivo. Mas no desempenho destas elevadas funções a aristocracia procura mais os seus lucros pessoais do que o interesse geral. Esta aristocracia amedrontada, posta de rastos perante o senhor, desde os primeiros tempos do Império, possui, não obstante, um fantástico poderio económico. A grande propriedade rural, que veio a aniquilar ou a submeter à pequena e a média propriedade e que, desde a ruína do comércio e da indústria, é doravante a única fonte de riqueza, está inteiramente nas suas mãos. Sob uma aparente submissão, a aristocracia é a única rival do poder monárquico e quando, no Ocidente, voltar a tornar-se guerreira, será ela quem o substituirá. As bases económicas, senão mesmo jurídicas e políticas, da feudalidade medieval encontram-se já constituídas sob o Baixo Império.

O povo, sob a dupla pressão política e económica (política da parte do imperador, económica da parte da aristocracia), vê-se reduzido a um estado de quase absoluta insignificância. Só se interessa pelo seu bem-estar material e em divertir-se. De romano já só tem o nome. Roma conseguiu vir a roma-

nizar parcialmente o mundo mediterrânico, mas apenas as classes superiores possuem uma mentalidade romana. Mesmo depois de terem aprendido a falar latim, nenhum desses gauleses, bretões, espanhóis, africanos, ilírios, e ainda menos egípcios ou asiáticos, conseguiram vir a adquirir uma consciência colectiva romana. Apenas as controvérsias religiosas conseguem, por vexes, tirar este aglomerado de povos da sua profunda apatia, da sua irremediável abulia.

A fim de se manter a unidade política e «cultural» do mundo mediterrânico, fora preciso quebrar pela força toda a resistência, estabelecer um poder absoluto, e esse poder só pôde subsistir na base de uma total repressão, sobre tudo e sobre todos. Ausência de política, ausência de espírito público. A esterilidade filosófica, científica, artística e literária advém simultaneamente de causas económicas e psíquicas: a única evasão possível desta autêntica masmorra é pela porta do misticismo. Por uma inexorável fatalidade, o Império só pode continuar a subsistir pelo despotismo e este abafa toda a espontaneidade vital, minando o próprio Estado e acabando fatalmente por vir a acarretar a sua perda. A massa inerte dos servos e dos colonos nos campos, e dos *lazzaroni* nas cidades, não oferece ao Estado qualquer base de apoio político.

A decadência económica foi uma das causas da decadência estética: uma sociedade pobre raramente é fecunda em obras de arte.

Outra causa: a influência do Oriente, que vem a substituir o seu ideal ao da arte plástica helénica. O Oriente, a Ásia, apodera-se, assim, do Ocidente, tanto esteticamente, por intermédio da sua arte, sob todas as suas formas (arquitectura, tapeçaria, escultura), como eticamente, por intermédio das suas religiões: mitriacismo, maniqueísmo, cristianismo.

Quanto à literatura, a sua decadência é ainda mais profunda, inicialmente em Roma e, mais tarde, no Oriente helénico. Aqui não há quaisquer influências externas que possam, à semelhança do que sucedeu com a arte, vir a renová-la, nem sequer mesmo a prolongá-la. Já tentámos ver porque é que o cristianismo, longe de ter trazido um novo alento às letras antigas, viera antes a adaptar-se às formas mais obsoletas de uma tradição literária petrificada em receitas perfeitamente convencionais. Sem dúvida que as literaturas objectivas, não se fundamentando em emoções de ordem pessoal, estão sempre ameaçadas de fenecer a breve termo. E não foram apenas as literaturas antigas, pois também as letras modernas, no século XVIII, estiveram a ponto de perecer por exaustão. Rousseau e os românticos, ao introduzirem o subjectivismo na literatura moderna, salvaram-na assim da morte.

As línguas antigas são ainda atingidas pelas inevitáveis distorções do tempo. Os antigos nunca admitiram que se escrevesse sob outras formas que não fossem aquelas que as obras-primas tinham vindo a consagrar. Mas como as línguas se transformam sem que haja força alguma capaz de se lhes opor, ao fim de alguns séculos o abismo entre a língua escrita e a língua falada era já tal que produzir uma obra literária passou a consistir em escrever penosamente numa língua estática, artificial, morta.

A filosofia e a ciência desde há muito que entraram em plena decadência. Esta decadência iniciara-se já antes mesmo do advento do Império Romano, antes mesmo da hegemonia de Roma se ter tornado realidade, ou seja, por volta do século II antes da nossa era. Vem depois a precipitar-se e isto por inúmeros motivos: o espírito científico, mal diferenciado do espírito filosófico, está comprometido num beco sem saída com a lógica aristotélica. A base da ciência antiga, demasiado limitada, fundamenta-se nas matemáticas e em certas partes da física; os conhecimentos no campo da química e da biologia são quase nulos. Existe, sobretudo, a concorrência religiosa. O sentimento religioso, tendo ganho influência durante os séculos que precederam e que vieram a seguir-se à era cristã, ressurgiu com extrema virulência por volta do século III; penetra como conquistador no espírito humano e aí pretende reinar como senhor incontestado.

O enfraquecimento do Império manifesta-se sob a sua forma mais flagrante na decadência do exército. A glória militar de Roma, ainda quase intacta, apesar das retaliações sofridas no século III, vem subitamente a eclipsar-se após Constantino. E, desde os fins do século IV, torna-se visível que se o Estado romano, aparentemente, ainda se mantém de pé, a verdade é que a força já não lhe pertence, pois veio a escapar-se para as mãos dos Bárbaros ao seu serviço.

Como foi possível ter-se operado uma tão surpreendente transformação?

A reforma da antiga organização militar era, é certo, inevitável. A investida dos Bárbaros na Gália e até mesmo na Itália, as sangrentas derrotas em que os imperadores (Décio, Valeriano) vieram a perder a vida ou a liberdade, tinham demonstrado à saciedade a sua ineficácia. Duras experiências tinham condenado na prática o sistema da fronteira contínua, o *limes*. A pesada legião, arma ainda maravilhosa entre as mãos de um Séptimo Severo, talvez mesmo até de um Aureliano, vem a revelar-se ineficaz contra a arremetida dos novos adversários do Império, os Godos na Europa, os Persas Sassânidas, na Ásia. São cavaleiros perfeitamente incomparáveis, tal como mais tarde o serão os Vândalos, entre os Germanos, os Hunos e alguns outros povos

turcos. Tática, estratégia, fortificações, tudo tem de ser transformado de uma ponta à outra.

A alteração capital e que virá a caracterizar a arte da guerra durante doze ou treze séculos, consiste no facto de a cavalaria passar doravante a sobrepor-se à infantaria. É, assim, ela quem passará a reinar como senhora incontestada das batalhas até ao reaparecimento de uma verdadeira infantaria com as tropas suíças dos últimos anos da Idade Média. A partir de Constantino, o soldado por excelência (*miles*) passa a ser o cavaleiro. Os escritores da Idade Média servir-se-ão sempre deste termo latino para nos transmitir a noção de «cavaleiro».

No último terço do século III, e à semelhança da Pérsia, passam a ser usados cavaleiros no exército romano, os quais são revestidos por cotas de malha da cabeça aos pés. Os *clibanarii*, *cataphracti*, *scutarii*, da guarda imperial são couraçados.

Também o armamento ofensivo vem a ser alterado. As suas campanhas contra os Partos e, mais tarde, contra os Sassânidas, os Romanos vão buscar o uso do arco, de um poderoso arco cujas flechas são ainda mortíferas a 123 ou a 130 metros, com o qual passam a armar os seus cavaleiros. Em 17 corpos de cavalaria, o duque da Síria tem 4 de *sagittarii* e um de *scutarii*. O duque da Mésia comanda 3 *cunei* de *scutarii* e 2 de *armigeri*. A guarda imperial possui esquadrões de couraçados armados com arco, assim como cavaleiros, persas ou turcos. A infantaria «palatina» conta igualmente com alguns corpos de *sagittarii*.

A legião, deixando de ser a arma de choque por excelência, assiste a uma radical alteração, tanto do seu armamento como da sua tática e composição. O armamento é aligeirado: ao enorme *scutum* semicilíndrico substitui-se um pequeno escudo redondo; tem igualmente lugar a supressão do capacete de ferro e das lâminas metálicas que couraçam o peito. O uso do *pilum*, a arma mais característica da legião, cai doravante em desuso. A formação em falange, com oito homens de largura, ainda privilegiada sob Caracala e Alexandre Severo, vem a ser abandonada. Nos casos, que provavelmente irão sendo cada vez mais raros, em que a legião é utilizada para o ataque, esta vem a adoptar a formação em «cabeça de javali», moda germânica.

Todas estas reformas tendem ao alojamento da legião e são perfeitamente lógicas visto que a função de arma de choque passou para a cavalaria pesada. A infantaria passa doravante a ter por única função apoiar a cavalaria, cobrir as suas evoluções e permitir-lhe reagrupar-se após o ataque, função esta que irá manter durante toda a Idade Média. Última e inelutável consequência:

a legião fragmenta-se. Cada uma das dez coortes que a compõem tendem a ganhar uma certa individualidade, acabando por virem a constituir um corpo autónomo (*numerus*, ἀριθμὸς), compreendendo de 300 a 500 homens comandados por um «tribuno». Aquilo a que se chama «legião», em fins do século IV e durante o século V, não passa de uma enorme coorte de 800 a 1 200 homens.

Estes destacamentos são empregues na defesa das cidades do interior, transformadas em autênticas fortalezas. Compreendeu-se finalmente que era impossível defender em toda a linha as «muralhas da China» que o Alto Império viera a edificar entre o Reno e o Danúbio, na Bretanha, do mar do Norte ao mar da Irlanda, no Eufrates, etc.

O *limes* é doravante (salvo na Bretanha) uma fronteira aberta, um *border*. É guardado por tropas de *limitanei* ou *riparienses* ou *ripenses*, soldados-agricultores recompensados com lotes de terras, mas hereditariamente presos à sua condição, verdadeiros servos-militares, a partir do século IV. Como se prevê que a sua reistência em campo aberto seja pouco eficaz e de curta duração, procede-se à construção de inúmeros fortins de madeira ao longo do *border*, a fim de neles os alojar, denominados *castella* ou, numa expressão de origem germânica, *burgi*, onde estes devem permanecer aquartelados (*castellani*). Ao mesmo tempo, são mantidos os grandes comandos militares das fronteiras, que vêm a ser multiplicados e aumentados em profundidade. São os *tractus*: *tractus Armoricanus*, *tractus Nervicanus*, *tractus Mogontiacensis*, *tractus Argentoratensis*, isto na Gália. O seu comando é confiado a altos personagens, «amigos» do imperador, os *comites*; donde a qualificação de conde (*comes*), que vem juntar-se ao título de general (*dux*) e tende a tornar-se por si mesma num título. Não obstante, ninguém tem quaisquer ilusões. O *limes*, o *tractus*, poderá vir a retardar a invasão dos Bárbaros, mas será totalmente impotente para a impedir.

No tempo dos «trinta tiranos», a célula orgânica do mundo romano, a *civitas*, raramente tinha a sua capital devidamente defendida: bem raras foram, pelo menos na Gália, as cidades do Alto Império rodeadas de muralhas, ou que, quando as tinham, velassem convenientemente pela sua dispendiosa manutenção. Assim, tinham sempre sido facilmente tomadas e destruídas pelos Bárbaros. A partir mais ou menos dos anos 260-270, passou a haver a preocupação de fortificar as capitais das *civitates*. Por inúmeras razões (despovoamento, necessidades estratégicas), as cidades tiveram de ser extremamente reduzidas: passaram doravante a ter uma superfície bastante diminuta, cerca de vinte hectares no caso das mais importantes, e muitas vezes

apenas metade ou menos ainda: já não passam de simples fortalezas. Apenas Roma assiste ao aumento das suas muralhas: Aureliano dotou-as com um perímetro de cerca de 19 quilómetros.

É mais do que provável que as legiões tenham vindo a ser cindidas em *numeri* ou ἀριθμοὶ a fim de poderem defender as cidades fortificadas. Basta abrir a *Notitia dignitatum* (v. 400) para nos darmos conta de que os inúmeros corpos aí enumerados não passam, na sua maioria, de simples guarnições. Estes corpos, caso os enumeremos, vêm a atingir um número próximo das mil unidades, ao mesmo tempo para o Oriente e para o Ocidente.

Este total virá a ser quase duplicado se tivermos em conta os contingentes das tropas de fronteira (*limitanei*, *ripenses*).

O total das forças do Império deve ter-se elevado a 523 ou 533 000 homens. É certo que a *Notitia dignitatum* comporta algumas lacunas. Mas essas lacunas ou essas omissões são pouco importantes: pura e simplesmente, deixam crer que o total pudesse ter chegado a 550 000 homens. Convém acrescentar a dupla guarda imperial dos *domestici*, cujo número exacto é desconhecido (no respeitante ao Oriente, será de 3500 homens no século VI) e os *scholae* (sete no Oriente, cinco no Ocidente) dos dois «mestres dos ofícios».

Se todo este exército tivesse sido um exército de campanha, o sucesso das grandes invasões não teria qualquer explicação. Os Bárbaros que invadiram o Império só contavam, com efeito, com um pequeno número de guerreiros. Os Godos que venceram e mataram Valente na célebre batalha de Andrinopla não passavam de 10 000. Os Vândalos que vieram a conquistar a África não ultrapassavam, incluindo homens, mulheres e crianças, mais de 80 000, isto é, no máximo 20 000 combatentes. O povo dos Ostrogodos, conduzido por Teodorico, cabia por inteiro em Pavia, cidade ainda bastante pequena em fins do século V, onde se instalaram por algum tempo. E é pertinente suspeitar de que as «inumeráveis hordas» de Átila, quando da batalha de *Campus Mauriacus*, estavam já reduzidas a uns milhares de cavaleiros.

Para serem incapazes de fazer frente a adversários tão pouco numerosos, é preciso que os exércitos romanos tenham vindo a tornar-se, na sua grande maioria, numa simples milícia, totalmente desprovida de uma verdadeira instrução militar e de valor combativo.

A sua fraqueza numérica é, aliás, miserável. A partir desta época, os exércitos comportam no máximo uns 15 000 homens e os corpos expedicionários de 5000 a 6000 homens, ou menos ainda. E assim será doravante ao longo de toda a Idade Média: as grandes batalhas não passarão de recontros

em que, de cada lado, se baterão de 3 000 a 4000 «cavaleiros» e «sargentos a cavalo» e uns 8000 a 10 000 «sargentos a pé».

É preciso dizer que a enorme vastidão do Império e a sua atitude defensiva para com os Bárbaros, passado o reinado de Trajano, condenavam-no a ter de ser necessariamente fraco em todos os pontos, ainda que mantendo um elevado número de tropas. Por outro lado, a regressão económica do mundo romano obrigava a que os pagamentos fossem em géneros (salvo no caso das recompensas extraordinárias), a que o soldado tivesse de viver na própria região em que prestasse serviço. Os soldados-agricultores do *limes* e os bárbaros (Letes, Sármatas) afectos à gleba, no interior do país, bem depressa perdiam todo o seu valor militar. As próprias legiões e as *auxilia palatina*, à força de estarem indefinidamente aquarteladas na mesma cidade, no mesmo *castrum*, desabituavam-se do combate em campo aberto. A baixa do valor combativo do exército dito «romano», assim como as dificuldades sentidas no transporte dos abastecimentos, acrescidas pela decadência económica e talvez também pelo mau estado das estradas, explicam que venha a tornar-se cada vez mais difícil formar um corpo expedicionário. A fim de constituir o pequeno exército de Mascezil, em 398, foi preciso formá-lo à base das melhores tropas do Império, os legionários Herculeanos e Jovianos, e das coortes do Norte da Gália. A fim de socorrer Roma atacada por Alarico, vão-se buscar à Dalmácia cinco grandes legiões cujos efectivos se elevam a 6000 homens; trata-se de uma tropa de elite, a qual foi, aliás, exterminada pelos Godos. Cada uma das grandes províncias já só contem um número bastante reduzido de tropas de choque. Ora, basta que estas abandonem a região por qualquer motivo, e eis que a Gália, a Bretanha, a Ilíria, se tornam instantaneamente presas fáceis dos Bárbaros, a despeito dos *limitanei* e das guarnições urbanas.

Roma pagou com a vida a sua política negativa que, sob pretexto de penetração pacífica, a impediu de proceder à conquista da Europa Central, da Caledónia, da Irlanda, precisamente na altura (século I e ate mesmo século II) em que isso era possível. A «sabedoria» de um Tibério ou de um Adriano viria, pois, a longo termo, a ser a grande responsável pelo desencadear da catástrofe.

Mas ainda há pior.

O fenómeno capital da história do exército romano reside em que, desde Constantino, mas talvez sobretudo desde Teodósio, este vem a esvaziar-se de romanos para muito rapidamente acabar por ser apenas composto por bárbaros. Nos séculos IV e V, exército romano significa apenas exército ao serviço de Roma (e, mais tarde, de Bizâncio).

em que, de cada lado, se baterão de 3 000 a 4000 «cavaleiros» e «sargentos a cavalo» e uns 8000 a 10 000 «sargentos a pé».

É preciso dizer que a enorme vastidão do Império e a sua atitude defensiva para com os Bárbaros, passado o reinado de Trajano, condenavam-no a ter de ser necessariamente fraco em todos os pontos, ainda que mantendo um elevado número de tropas. Por outro lado, a regressão económica do mundo romano obrigava a que os pagamentos fossem em géneros (salvo no caso das recompensas extraordinárias), a que o soldado tivesse de viver na própria região em que prestasse serviço. Os soldados-agricultores do *limes* e os bárbaros (Letes, Sármatas) afectos à gleba, no interior do país, bem depressa perdiam todo o seu valor militar. As próprias legiões e as *auxilia palatina*, à força de estarem indefinidamente aquarteladas na mesma cidade, no mesmo *castrum*, desabitavam-se do combate em campo aberto. A baixa do valor combativo do exército dito «romano», assim como as dificuldades sentidas no transporte dos abastecimentos, acrescidas pela decadência económica e talvez também pelo mau estado das estradas, explicam que venha a tornar-se cada vez mais difícil formar um corpo expedicionário. A fim de constituir o pequeno exército de Mascezil, em 398, foi preciso formá-lo à base das melhores tropas do Império, os legionários Herculeanos e Jovianos, e das coortes do Norte da Gália. A fim de socorrer Roma atacada por Alarico, vão-se buscar à Dalmácia cinco grandes legiões cujos efectivos se elevam a 6000 homens; trata-se de uma tropa de elite, a qual foi, aliás, exterminada pelos Godos. Cada uma das grandes províncias já só contem um número bastante reduzido de tropas de choque. Ora, basta que estas abandonem a região por qualquer motivo, e eis que a Gália, a Bretanha, a Ilíria, se tornam instantaneamente presas fáceis dos Bárbaros, a despeito dos *limitanei* e das guarnições urbanas.

Roma pagou com a vida a sua política negativa que, sob pretexto de penetração pacífica, a impediu de proceder à conquista da Europa Central, da Caledónia, da Irlanda, precisamente na altura (século I e até mesmo século II) em que isso era possível. A «sabedoria» de um Tibério ou de um Adriano viria, pois, a longo termo, a ser a grande responsável pelo desencadear da catástrofe.

Mas ainda há pior.

O fenómeno capital da história do exército romano reside em que, desde Constantino, mas talvez sobretudo desde Teodósio, este vem a esvaziar-se de romanos para muito rapidamente acabar por ser apenas composto por bárbaros. Nos séculos IV e V, exército romano significa apenas exército ao serviço de Roma (e, mais tarde, de Bizâncio).

Desde muito cedo que os não romanos entraram para o serviço de Roma, constituindo os *auxilia* (infantaria e, sobretudo, cavalaria), mas sob a República são todos latinos ou italianos, logo, parentes próximos pela raça e pela língua que rapidamente se romanizam. Sob o Império, os Bárbaros, sobretudo Germanos, passam a fazer parte da guarda pessoal do imperador desde o principado de Augusto. Fenómeno de todos os tempos e de todos os países: o senhor gosta de se rodear de estrangeiros, mais fiéis do que os seus compatriotas e mais ao abrigo de influências políticas ou outras. E assim será durante todo o decurso do Império romano e bizantino. Esta medida é geralmente pouco perigosa, porque esses estrangeiros nunca atraíam o senhor, que é quem lhes paga, em prol da população, que os detesta. É normal que germanos da margem esquerda do Reno sirvam nos corpos auxiliares ou até mesmo nas legiões: são cidadãos romanos (todos os homens livres o são depois do édito de Caracala de 212) e estão romanizados.

Quanto aos bárbaros que habitam fora das fronteiras, depois do século III, e até mesmo já em fins do século II, passam a ser admitidos no exército romano como auxiliares. Não obstante, o centro nervoso do exército continua a ser a legião (com um efectivo de 5000 a 6000 homens), recrutada ao nível local a partir de Adriano. Se, em certas partes do Oriente, os resultados desta medida foram bastante medíocres, já no *Illyricum* o Império teve a boa sorte de vir a encontrar um autêntico reservatório de homens, e, mais tarde, de generais. Estas populações ilírias (da Panónia, do Nórico, da Rétia, da Dalmácia, da Prevalitânia), que durante longo tempo permaneceram bárbaras, constituem no século III e em princípios do século IV a grande força de Roma, tal como os Albaneses, seus descendentes, vieram a ser a grande força do Império turco. De resto, estão romanizadas tanto na língua como nos hábitos e costumes.

Infelizmente, no decurso do século IV e durante todo o século seguinte, estas populações, assim como as populações trácias da península balcânica, vêm a ser quase exterminadas pelas invasões bárbaras. Em seu lugar, são introduzidos nas legiões esses mesmos bárbaros, germanos, sármatas, assim como alguns gauleses e germanos do norte da Gália, para além de mouros e de caucasianos (íberos, arménios). A partir do século II, já quase não há romanos provinciais; e nos fins do século IV, já não há mesmo nenhuns: as legiões romanas já só contam nas suas fileiras com germanos ocidentais (alamanos, francos, etc.) ou orientais (godos, vândalos, érulos), alguns mouros, e até mesmo alguns povos de raça oriental, como os Alanos, os Hunos, etc. No decurso do século V, soldado, *miles*, é sinónimo de *Barbarus*.

Será, sem dúvida, esta a ocasião mais adequada para citar a frase de Tácito: *Nihil validum in exercitibus nisi quod externum*. E eis o que se vai tornando grave. É como se o exército francês tivesse acabado por só vir a compor-se de algerianos, de marroquinos, de senegaleses ou de anamitas.

Mas enquanto os quadros, a instrução, a língua de comando, o armamento e a táctica permaneceram romanos, ainda o mal não era total. Infelizmente, não se ficou por aqui. A partir do século III, a política de desconfiança de Galieno vem a afastar do exército os senadores romanos; depois, cabe a vez à classe senatorial das províncias, seguida dos decuriões e, finalmente, dos *subjecti curiae*, aos quais o serviço militar era rigorosamente interdito. Estas medidas, na verdade, iam demasiado depressa, ao encontro dos desejos de uma aristocracia e de uma burguesia ociosas, indolentes e fracas. E bem depressa nasce o preconceito que leva a considerar o serviço militar como que uma espécie de desonra, até mesmo na qualidade de oficial, vindo, para cúmulo, a Igreja a sancionar tais reservas. E o paradoxal resultado destas medidas inconsideradas será o de vir entregar a força e, por consequência, o Estado, a homens de condição bastante humilde. Esta aristocracia tão profundamente ciosa da sua origem e da sua fortuna, que despreza a arraia-miúda, vem a abandonar-lhe o trono ao abandonar-lhe os postos militares. Soldados do acaso, de baixo nascimento, vão subindo de grau em grau até alcançarem o poder supremo: soldado, protector (centurião), tribuno, César, tal é o *cursus honorum* de Constâncio Cloro, de Maximiano Daia, de Valentiniano, de Valente, etc. E é uma sorte para o Império passar a estar, a partir de Cláudio II, nas mãos destes generais ilírios, rudes mas enérgicos.

Passado o início do século V, esta fonte seca de vez. Passa a ser forçoso ir buscar os oficiais, à semelhança dos soldados, ao seio dos Bárbaros. Já sob o principado de Galieno, o érulo Naulobatus recebera os *ornamenta consularia*, ainda que, é certo, isso não passasse de uma dignidade meramente ornamental. Mas, a partir do reinado de Constantino, a elevação dos Bárbaros germanos às mais altas funções da corte, aos mais altos postos militares, é mais do que frequente, é quase sistemática. O chefe alamanos Eroc (Crocus) elevara ao trono Constantino. Três outros alamanos (Latinus, Agilo, Scudilo), fazem parte do exército de Constâncio. Um rei desta nação, Vadoiro, será nomeado duque da Fenícia, e um outro rei «tribuno» de um corpo auxiliar. Mas a predilecção de Constantino ia toda para os Francos: *Franci quorum multitudo in palatio florebat*, diz Amiano Marcelino. Os seus privilégios irão continuar até ao termo deste século: Melobaudo virá a ser chefe da guarda (*comes domesticorum*) em 378; Dagalaïf (366) e Merobaudo (377) obterão a

mais alta distinção, o consulado. Os exércitos romanos são comandados por francos, como Bauto, Arbogasto ou Ricómero; por godos, como Gaïnas, Sarus, Fravitta ou até mesmo Alarico; por um filho de vândalos, como Estilício; por um sármata, como Victor; e no século seguinte, no Oriente, por alanos, como Aspar ou Ardabuir. Pode mesmo ver-se um franco, dissimulando a sua origem sob um nome latino, Sylvanus, aspirar momentaneamente ao Império.

Contudo, importa fazer notar que estes personagens, ainda que de origem germânica, são «cidadãos romanos». A elevação ao consulado, o patriciado, o *connubium*, disso não nos permitem duvidar. Fravitta desposa uma romana, Estilício casa com Serena, sobrinha de Teodósio, e o filho deste, Honorius, casa com uma filha de Estilício. O imperador Teodósio II é, por parte da mãe, neto do franco Bauto. Muitos dos generais bárbaros nasceram mesmo em solo imperial e são, portanto, seus súbditos, tal como Magnêncio ou Estilício.

Mas, mesmo assim, não será inquietante que o conjunto dos oficiais superiores pertença a uma raça estranha ao mundo romano?

Mas inquietante porquê? Será que vieram a trair o Império? Não, nunca o fizeram. Os francos que permaneceram independentes nunca tiveram adversários mais acérrimos e temíveis do que os francos Sylvanus, Arbogasto ou Ricómero. Mesmo após a queda do Império, os Rugues, bárbaros do Danúbio, virão a ser exterminados precisamente por aquele que pôs termo ao Império do Ocidente, Odoacro, o qual é ele próprio um *rogue* ou um esquivo. Na verdade, nos séculos IV e V, qualquer homem de coragem podia escolher entre duas vias: a Barbárie ou a *Romania*. Caso adoptasse esta última, era-lhe fiel.

Mas então, dir-se-á, aonde é que está o mal? A grande massa da população trabalha, pacífica e civilizada, isenta do serviço militar. A força bruta é procurada entre os brutos e estes brutos são fiéis. Eis uma divisão racional do trabalho. Tudo corre, pois, pelo melhor.

Mas, na realidade, assim procedendo, o Império deixou que o poder lhe escapasse das mãos. O exército romano fora um poderoso agente de romanização enquanto os seus elementos foram italianos ou até mesmo provincianos. Mas, no século IV, já o mesmo não sucede. Composto por germanos, comandado por germanos, este exército romano já só tem o nome, vindo, assim, a tornar-se, mesmo involuntariamente, num agente de germanização, e isto já numa época em que a solidez do Império parece ainda a toda a prova. Quando se lê a narração das campanhas de Juliano e dos seus sucessores, torna-se claro que as tropas mais consideradas não são tanto as legiões, mas

sim alguns corpos auxiliares de nomes algo pitorescos (*Petulantes*, *Braccatae*, *Ursi*, etc.), Ora, estes corpos já não parecem estar armados à moda romana, tal como já não se servem da táctica militar romana. Tendo-se perdido as antigas tradições de disciplina e de ciência militar, mais vale utilizar a fogosidade bárbara ao serviço de Roma. Quanto mais bárbaro for o pseudo-soldado romano, tanto mais vale. De facto, o exército de Juliano tem um aspecto tipicamente germânico. Serve-se do ataque em «cabeça de porco», lança os berros chamados *barritus*, e investe Juliano no poder de imperador elevando-o num escudo, à maneira de um rei merovíngio. O seu vestuário é igualmente de tipo germânico. O próprio imperador acaba por se vestir de peles de animais e o traje romano passa a ser um traje de cerimónia, mesmo para o chefe de Estado.

O comando é naturalmente em língua latina. Contudo, quando vemos, em fins do século v, Sidónio Apolinário elogiar Syagrius por este já falar o germânico na perfeição, daí temos necessariamente de concluir que se tornou indispensável falar alemão para se ser entendido pelos últimos soldados «romanos» da Gália!

Esta germanização do mundo romano manifesta-se, desde meados do século iv, na própria onomástica. Se certos generais bárbaros adoptam nomes latinos, como Victor, Magnentius, Sylvanus, Sebastianus, a maioria prefere conservar os seus nomes germânicos: Merobaudo, Dagalaïf, Bauto, Arbogasto, Ricómero, Gaïnas, Estilício, Ricimero, etc. Os escritores latinos do século v, Merobaudo, Frigiderius, usam, um deles um nome franco, o outro um nome gótico. Romanos e romanas, nascidos antes da queda do Império do Ocidente, têm já nomes germânicos, tal como os Santos Médardo e Gildardo, São Vaast (*Vedastus*) ou Santa Genoveva (*Genovefa*). A espantosa vaga dos nomes germânicos, que acabará por acarretar a total extinção da onomástica latina, nos séculos vii e viii, começou já a fazer-se sentir.

Facto extremamente grave, foi o facto de nunca ter havido qualquer confiança entre os generais bárbaros e a população romana. Enquanto o Império pareceu inamovível, a desconfiança nunca passou de uma desconfiança latente. Mas, após Teodósio, esta veio a explodir numa onda imparável, sendo, para mais, atizada pela inveja de alguns generais de origem efectivamente romana, contra os generais bárbaros em cujas mãos o imperador não passa de um mero brinquedo. O imperador, doravante um fraco, receia o «patrício». Passado o perigo, quando julga já nada ter a temer dos Bárbaros, desembaraça-se deste pelo assassinato (Estilício, em 408; Aetius, em 454; Aspar, no Oriente, em 471). Mas, na segunda metade do século v, no

Ocidente, o chefe bárbaro, senhor do exército, toma já maiores precauções; é ele quem passa a vigiar o imperador e a tê-lo à sua mercê. A sua origem interdita-lhe, dada a mentalidade da época, que chame a si a púrpura, facto que vem a perpetuar um funesto dualismo. Por duas vezes, Ricimero acaba por optar, após ter deixado vago o trono imperial, por nele vir a repor um imperador. Finalmente, Odoacro decide acabar com esta comédia deixando de pôr no trono novos títeres imperiais. Mas ele não tem nem os recursos, nem o prestígio necessários para salvar o Império do Ocidente. Este estava, com efeito, reduzido à Itália. A Bretanha fora para sempre perdida; as províncias danubianas, o *Illyricum*, estavam transformadas num autêntico deserto sulcado pelas montadas dos cavaleiros hunos, godos, gépidas, lombardos, érulos, etc. A Gália, a Espanha, a África estavam em poder dos federados bárbaros, visigodos, suevos, vândalos, borguinhões, francos. O *foedus* acordado com os Bárbaros, que os admitia em território do Império desde que se comprometessem a defendê-lo, viera de imediato a revelar-se um desastroso expediente. Conservando as suas armas, a sua táctica, os seus hábitos e costumes, a sua língua e os seus reis nacionais, os «federados» revelaram-se rebeldes a toda a romanização. Sem que inicialmente tenham tido intenção de destruir o Império, vieram, contudo, a desferir-lhe terríveis golpes, a partir do ano de 376, devido à sua turbulência, à sua indisciplina e aos seus insaciáveis apetites. Se os Germanos, que foram quem passou a constituir o exército «romano» regular dos séculos IV e V, nunca atraíçooaram o Império, já os federados se mantiveram num estado de revolta quase constante. Quando o Império do Ocidente veio subitamente a eclipsar-se, a partir de meados do século V, os seus reis, senhores da força, apoderaram-se naturalmente do poder nas províncias onde estavam acantonados. A população romana, habituada a identificar o exército com os «Bárbaros», mal se teria apercebido da mudança, visto que a administração à moda romana era prosseguida sem alterações dignas de nota quando os novos senhores não tinham sido arianos ou pagãos.

Bem feitas as contas, à parte na Bretanha, e ao longo de uma faixa situada a oeste do Reno e a sul do Danúbio, onde os elementos germânicos se vieram a substituir inteiramente à *Romania*, não foram os Bárbaros quem destruiu o Império Romano do Ocidente. O Império morreu vítima dos seus males internos. Durante os seus dois últimos séculos de vida, veio a opor uma implacável e pertinaz política de conservação às forças económicas, sociais e étnicas que pretendiam a sua dissolução. Em tempo algum houve quem travasse uma luta mais obstinada contra o destino. No entanto, desde fins do

século IV que a sua resistência começa muito rapidamente a enfraquecer. No século V, tudo se resume já a um estado de coma sem quaisquer esperanças de recuperação, até que Roma venha finalmente a deixar escapar-se-lhe das mãos desfalecidas o poder a que teima em apegar-se.

Esta tragédia, a do mundo antigo que não quer morrer, contra tal lutando até à sua total exaustão, é um dos espectáculos mais apaixonantes que podem oferecer-se aos olhos do historiador e do sociólogo.

Terceira Parte

Depois da derrocada

I.

A Itália após o desaparecimento do Império do Ocidente, de 476 a 526

As invasões dos Bárbaros (Radagaiso, os Visigodos, os Hunos, etc.), o desaparecimento do Império em 476, a chegada e a ocupação do país pelos Ostrogodos, nenhum destes grandes acontecimentos afectou notavelmente a vida social ou até mesmo a organização e a geografia administrativa do país.

Imaginou-se, ou melhor, imaginava-se, já não sei que alteração, não só política mas também social em 476: Odoacro distribuindo as suas tropas germânicas revoltadas contra o Império um terço do solo da Itália. Mas, na verdade, as coisas não se passaram assim. Que os Germanos fossem senhores do exército, isso nada tinha que fosse passível de surpreender os Italianos. Desde há quase dois séculos, até já mesmo no tempo em que o Império ainda brilhava de incontestado esplendor, sob Teodósio – e talvez até mesmo já no reinado de Constantino –, que o exército ao serviço de Roma era sobretudo composto por bárbaros, na sua maioria germanos. E isto não tivera então quaisquer consequências, visto que estas tropas eram fiéis.

A partir do século IV ou V, *barbarus* é sinónimo de *miles*, de soldado⁽¹⁾.

Facto bem mais grave, os chefes destes exércitos equiparados e instruídos à moda romana, mas bárbaros de raça assim como de língua, são muitas

vezes também bárbaros, a partir do século IV-V. Mas trata-se de bárbaros que romperam com a barbárie e passaram a fazer parte dos quadros do Estado romano. Um Sylvanus, um Dagalaíf, um Arbogasto no século IV, ou até mesmo um Alarico no século V, são *civis romanus*. Não é, pois, improvável que o mesmo tivesse acontecido com Ricimero, que veio a dominar o Ocidente depois de Aetius, ou até com o próprio Odoacro.

Único senhor da Itália, este último defende-a como um autêntico doge. Em 478, em pleno Inverno, lança-se sobre os Rugues que ameaçam a Itália. Surpreendidos na região do Danúbio, os Bárbaros sofreram uma esmagadora derrota e o seu rei foi feito prisioneiro e levado para a Itália. Dois anos depois, nova expedição vitoriosa: o povo dos Rugues fica reduzido a um punhado de guerreiros, vindo pouco depois a desaparecer da história⁽²⁾.

Odoacro, e ainda que os seus companheiros não passassem dos sobreviventes das nações dos Esquiros, Érulos, Turquilíngios e Rugues, comandava, na realidade, o último dos exércitos romanos, leia-se ao serviço de Roma. E se veio a revoltar-se em 476 contra o patrício Orestes e o imperador fantasma Romulus – foi a isso que se chamou o fim do Império do Ocidente –, tal foi devido, ao que se diz, por lhe ter sido recusada a partilha das terras.

Mas o que é a partilha das terras?

Será uma revolução social? «Isso teria sido uma revolução social como a história do mundo nunca viu nada igual»⁽³⁾. Mas nada de semelhante a isso se passou. Esses soldados «romanos» mercenários pediam, na realidade, para serem assimilados aos *federados*.

Lembremos, resumidamente, qual a natureza do estabelecimento dos bárbaros federados no solo romano. O modo de ocupação, o acantonamento destes bárbaros, é qualificado de «hospitalidade» (*hospitalitas*). O federado bárbaro, o hóspede (*hospes*), vive a expensas de um proprietário fundiário (*possessor, dominos*). Ambos partilham entre si uma terra e os meios de exploração dessa mesma terra (colonos e escravos, como verdadeiro gado humano que eram). A proporção varia. Na Gália, Visigodos e Burgúndios recebem dois terços do total; na Itália, as tropas de Odoacro, e mais tarde de Teodorico, recebem apenas um terço. Mas pouco importa. Aquilo que vem a ser partilhado não é o conjunto dos bens de um grande proprietário rural, mas sim um domínio (entre dez ou vinte) ou uma fracção de domínio suficiente para a subsistência de um soldado bárbaro, da sua família e dos seus servidores. Nos países em que, tal como na Itália, só recebe um terço, o bárbaro recebe um terço de um lote de terra maior, eis tudo⁽⁴⁾.

Mas porque é que os soldados do último exército romano preferiram o regime da *hospitalidade* ao do soldo em dinheiro, ou sobretudo em géneros, regime que era então de regra entre as tropas regulares? Não o sabemos ao certo. Talvez porque os armazéns militares já não recebiam dos «provinciais» os mantimentos do costume⁽⁵⁾. O único dado seguro é o de que não houve qualquer revolução na estrutura social da Itália. A única mudança consistiu na assimilação dos soldados regulares aos federados, e isso pouco representou. Este exército, do qual Odoacro foi rei, irá permanecer, de resto, acantonado no Norte de Itália, em torno de Milão: desde há dois séculos que assim era, ou seja, todas as tropas que defendiam a Itália permaneciam aquarteladas junto de Milão, de Verona ou de Ravena.

Mas a administração não mudou. A geografia administrativa continuou a ser a mesma. As províncias subsistiram sem quaisquer alterações⁽⁶⁾.

A administração civil, financeira, funciona tal como dantes. Continua a haver um senado, um prefeito de Roma, cônsules (até 541) e cúrias. Roma continua a ser a mais bela cidade do Ocidente. Visitá-la é motivo de admiração para os estrangeiros e até mesmo para os Bárbaros. Continua, aliás, a levar a sua vida de ociosidade: os jogos do circo e do anfiteatro não caem no esquecimento. Na verdade, não parece que a grande massa da população italiana tenha tido de operar verdadeiras modificações nos seus hábitos e costumes.

E, igualmente, nada mudará quando, ao governo de Odoacro, vier a suceder o de Teodorico e dos Ostrogodos. Após a dissolução do Império de Átila, os Ostrogodos tinham-se tornado independentes dos Hunos e tinham vindo a estabelecer-se na Panónia e na Ilíria. Eram pseudo-aliados ou súbditos do Império. Na realidade, eram hóspedes ou vizinhos turbulentos e ladrões. Tornaram-se perigosos quando os seus inúmeros bandos vieram a unir-se sob uma só autoridade, a de Teodorico, da ilustre família dos Amalos.

A política imperial conseguiu levar a cabo um golpe de mestre: conseguiu desembaraçar-se deste temível povo e, ao mesmo tempo, vir a servir-se dele em proveito próprio. Odoacro, ainda que reconhecido por Zenão e agraciado com o título de «patrício», viera a dar algumas razões de queixa ao imperador. Em 488, Teodorico, à cabeça de todo o seu povo – no seu conjunto não constituíam uma grande multidão: não contava talvez mais de 20 000 guerreiros –, dirige-se para a Itália. Usa o título absolutamente romano de *magister militum* e a qualificação de *patrício*. É menos enquanto chefe bárbaro que enquanto general ao serviço da nova Roma que vem a apoderar-se da Itália, após uma encarniçada luta de cinco anos. É apenas em

Março de 493, após a derrota e o assassinio de Odoacro, que vem a receber dos seus companheiros de armas o título real. É o rei dos Godos, mas não é, de modo algum, o rei dos Romanos da Itália. A seu respeito, a situação é bastante indefinida. Do ponto de vista do direito civil, Teodorico, que passou a sua juventude em Constantinopla, não é um estrangeiro, mas sim um cidadão romano. Junta ao seu nome o gentílico *Flavius*, o que equivale, por assim dizer, a ligá-lo à família imperial por um vago laço de adoção. Governa, assim, a população italiana por uma espécie de delegação pelo menos tácita, um *magisterium militum praesentale*, de competência alargada.

Na teoria, reconhece a supremacia do Império, ou melhor, nem sequer pensa em negá-la explicitamente, porque, sob as hipérboles da sua chancelaria, oculta-se a prudência. No entanto, não só prodigaliza as mais lisonjeiras palavras ao imperador, como se diz mesmo seu filho e seu servidor (*ego qui sum serous voster et Julius*). Em 508, escreve⁽⁷⁾: *Regnum nostrum imitatio vestra est, unici exemplar imperii... qui quantum vos sequimur, tantum genies alias anteimus. Additur etiam veneranda Romanae urbis affectio a quo segregari nequeunt, quae se nominis unitate junxerunt. Romani regnum unum velle, una sever opinio sit.*

Teodorico não se apresenta como rei dos Romanos. As moedas emitidas em Roma, em Ravena, em Milão, etc., são sempre cunhadas em nome do imperador; apenas no reverso, e nem sempre, está o monograma de Teodorico. Convém observar que Ricimero, no tempo em que o Império do Ocidente ainda subsistia, agira do mesmo modo⁽⁸⁾.

Não legisla. Aquilo a que se chama a legislação política, não passa de éditos, isto é, de decisões da autoridade, tais como as que os magistrados romanos podiam tomar⁽⁹⁾.

Além disso, Teodorico não vive em Roma como um imperador. Apenas em 500 fez a sua primeira aparição na Cidade Eterna, tendo mandado celebrar festas no circo. A sua residência é em Ravena e é mais do que provável que os acantonamentos dos federados góticos se encontrem, sobretudo, no Norte da Itália.

Externamente, Teodorico é um *magister militum*, uma espécie de vice-rei. Escreve com toda a deferência ao Senado, o qual, no seu caso, está em Roma: *patres conscripti*. Nomeia os cônsules do Ocidente de acordo com o imperador de Constantinopla. Data-se segundo o ano dos cônsules e não segundo o seu reinado, prática que irá ser continuada pelos seus sucessores, inclusive até 534, o que é um símbolo evidente de que os Godos reconhecem a autoridade, pelo menos teórica, do imperador de Constantinopla.

Ainda que ariano, Teodorico protegia a Igreja.

A sua maior preocupação talvez tenha sido a do aprovisionamento da capital. Felizmente para Roma, pôde conservar a Sicília, enquanto que a África, a Sardenha e a Córsega vieram a cair em poder dos Vândalos. Manda reparar os aquedutos.

Preocupa-se em não deixar enfraquecer a vida intelectual. Ele e os seus sucessores velam pela manutenção das disciplinas públicas de gramática e de retórica latinas.

A administração permanece tal como dantes⁽¹⁰⁾. As funções civis são reservadas aos romanos. É certo que podemos ver alguns *comitess Gothorum*, alguns «condes dos Godos». Estes funcionam nos locais onde os Godos são mais numerosos, e estes personagens tem por missão solucionar os diferendos entre eles, segundo os seus costumes nacionais. Mas não se substituem aos funcionários romanos nos assuntos que, na sua grande maioria, só interessam aos Romanos. É verdade que, em algumas províncias e *civitates*, pode constatar-se que o *praeses* ou a cúria foram substituídos no exercício das suas funções por um conde, godo ou romano, munido de plenos poderes: assim, o conde de Siracusa é simultaneamente governador da Sicília e comandante das forças militares desta ilha. Estas medidas são devidas a circunstâncias excepcionais. E, de resto, não constituem uma inovação. Desde meados do século v que já há *condes* romanos de províncias ou cidades⁽¹¹⁾. Os casamentos entre godos e romanos são interditos. Não seria pertinente ver aí uma prova do desprezo votado pelos conquistadores aos vencidos? Tal sucede em virtude das constituições imperiais, as quais proíbem o *connubium* entre Romanos e Bárbaros.

Apenas a força, o exército, é inteiramente gótico. À exclusão dos Godos das funções civis corresponde a exclusão dos Romanos do exército. Mas isso é a continuação do princípio da separação absoluta entre funções civis e militares, a qual remonta ao século III. Desde essa época que não tinham voltado a haver romanos da Itália nos exércitos romanos. Bárbaros por bárbaros, os Ostrogodos valiam bem os bandos de Odoacro ou Ricimero, ou ainda os pseudo-exércitos romanos de Teodósio, de Valentiniano, ou até mesmo de Constantino.

Relativamente às regiões que vieram a compor o Império do Ocidente, Teodorico surge como o sucessor dos imperadores. Apresenta-se como protector dos Visigodos e impede os Francos de explorarem a fundo as suas vantagens após a vitória destes em Vouillé (507). Em Espanha, é considerado como uma espécie de suserano. Acolhe os Alamanos vencidos por Clóvis.





Na própria Germânia, os reis dos Turíngios e dos Érulos (no Danúbio) mantêm para com ele relações de protegidos a protector. Ao fim e ao cabo, Teodorico surge como mais perto de Estilício do que de um rei germânico como Clóvis.

Serve-se habilmente da política de casamentos: a sua irmã Amalfride casa com Tresamondo, rei dos Vândalos (500). Uma das suas filhas está noiva do borguinhão Segismundo, e uma outra desposa o visigodo Alarico II. Ele próprio tinha desposado, em 493, Audofleda, irmã de Clóvis. Na pessoa do chefe do povo gótico estabelecido no seu solo com missão de a defender, a Itália parece, portanto, continuar a exercer como que uma espécie de hegemonia sobre o Ocidente durante o primeiro quartel do século VI⁽¹²⁾.

II.

Persistência das formas políticas romanas no Ocidente. O problema do desaparecimento do império

1. *Persistência das formas políticas romanas no Ocidente*

O Império e os Visigodos

No momento em que o Império do Ocidente se apagava, «como um ancião que expira de velhice», sem que o seu fim tivesse realmente comovido as populações, os Visigodos eram senhores da Espanha e de dois terços da Gália (dos Pirinéus ao Loire, do oceano às Cevennes).

Já vimos que tinham entrado ao serviço do Império como federados, inicialmente no Oriente, em 376, e, mais tarde, no Ocidente, em 412. O famoso Alarico, que tomou Roma em 410, fora general ao serviço de Teodósio: era *magister militum* e «cidadão romano». Durante a primeira metade do século v, foi graças a estes visigodos que o Império pôde limpar a Espanha dos Vândalos (dos quais um dos seus ramos, os Silingues, foi exterminado), dos Alanos, dos Suevos, e, finalmente, dos Vândalos Asdingos que preferiram

refugiar-se em África em 419. Foi ainda graças ao apoio dos seus contingentes que Átila pôde ser expulso da Gália em 451.

Mas o rei visigodo Eurico (466-484), vendo o Império do Ocidente pender inexoravelmente para o abismo, decidiu ocupar a Gália e a Espanha *jure suo*. Em 469, expulsa os Suevos da Lusitânia, repelindo-os até à Galiza. No início do seu reinado, encetou relações com o imperador de Constantinopla, Leão, mas ignoramos qual a natureza e os pormenores dessas relações⁽¹⁾.

Entre a queda do Império e o triunfo do ostrogodo Teodorico, Eurico é o mais poderoso dos príncipes germânicos do Ocidente. Protege a Gália contra os piratas saxões e outros bárbaros. A Gália meridional é o centro da dominação visigótica. É aí que o rei reside, de preferência em Toulouse. Mesmo após a catástrofe de 507, a realeza visigótica insiste em apegar-se a este país: o jovem rei Amalarico permaneceu em Septimânia, na Narbona, onde veio a morrer em 531. Vive sob o protectorado do ostrogodo Teodorico, que envia governadores nomeados por si para governarem o reino do seu protegido.

E é apenas quando a antiga raça dos Baltos vem a desaparecer na sua pessoa que um aventureiro ostrogodo, Teudis, tendo-se apoderado da monarquia, vem a transferir a sede do poder para Espanha, para o norte, em Barcelona. A realeza visigótica só virá realmente a exercer a sua influência sobre o centro e o sul da Espanha a partir de meados do século VI, quando Ágila vier instalar-se em Mérida, nas margens do Guadiana. O próprio Ágila não consegue fazer impor a sua autoridade aos hispano-romanos do Sul. Foi derrotado pelos habitantes da Bética, país que veio a mudar o seu nome para o de Andaluzia (por ter sido ocupado um século antes pelos Vândalos).

Qual foi a atitude dos Visigodos para com o Império durante este período? Ter-se-ão considerado como efectivamente independentes ou será que tiveram consciência de ser apenas uma parte, pelo menos ideal, de um todo?

Os documentos existentes não nos permitem ter uma visão tão clara das coisas como no caso dos Ostrogodos e dos Borguinhões. Há dois textos que parecem indicar que, desde o início do reinado de Eurico, os Visigodos teriam rompido com Roma: 1.º *Euricus ergo celebram mutationem principum Romanorum cernens Gallias suo jure nisus est occupare* (2); 2.º *Evarix, rex Gothorum, rupto dissolutoque antiquo foedere* (3). Mas Jordanis, escrevendo cem anos depois do reinado de Eurico, resume numa só frase a política real do rei godo, sem que talvez tenhamos o direito de daí concluir que este rejeitou a soberania teórica do Império; e é só isso que de momento está em

causa. Quanto a Sidónio, talvez faça alusão a uma ruptura passageira, não permanente.

Aquilo que poderia levar a crer que a existência, pelo menos ideal, do Império continua a ser reconhecida nos países ocupados pelos Visigodos reside em que as moedas visigóticas, cem anos depois da morte de Eurico, continuam a ostentar o nome do imperador⁽⁴⁾. Por outro lado, certas actas conciliares estão datadas à moda romana, com o nome dos cônsules, as quais, no tempo do protectorado de Teodorico sobre o reino dos Visigodos, tinham também apostado o ano do reinado do ostrogodo, o qual é inusitado na Itália⁽⁵⁾.

Quanto à organização administrativa, esta não pode manter-se estritamente como na Itália⁽⁶⁾. Não é possível conservar um prefeito do pretório, vigários, etc., que teriam sido algo incómodos para os reis godos. Aliás, até mesmo no Oriente, a administração sofre profundas modificações: os vigários desaparecem ou tal passa apenas a ser um novo nome do «governador» de província.

As «províncias» subsistem, pelo menos nos séculos v e vi: na Gália, a Aquitânia e a Narbonesa; em Espanha, a Bética, a Tarraconense, a Cartaginense, a Lusitânia, a Galiza e as Baleares, ainda que as capitais tenham sido mudadas: Saragoça em vez de Tarragona, Toledo em vez de Cartagena, etc. Estas províncias tornam-se em arcebispados. Mas é duvidoso que nelas subsista por muito tempo um «governador». Talvez que os «duques» sejam, sob um outro nome e com plenos poderes, os sucessores dos *rectores provinciae*.

A *civitas* é escolhida como unidade administrativa em vez da província, chamando, assim, a si o nome de *província*. É administrada por um *conde*, o qual reúne em si os poderes administrativo, judiciário e policial. Este conde equivale, na prática, a um governador, só que para um território mais exíguo. Trata-se, aliás, do desenvolvimento de uma prática dos últimos tempos do Império Romano⁽⁷⁾.

A administração financeira romana subsiste com todos os seus defeitos⁽⁸⁾. As cúrias continuam a ser oprimidas. A legislação é integralmente romana.

O estado social não se altera: os grandes proprietários, senhores da terra, são quem domina a sociedade.

A língua latina bem cedo faz desaparecer a língua gótica. E a literatura latina é bastante florescente; reis godos há que escrevem em latim: Sisebuto é o autor da *Vida de São Didier*, no século vii.

Em fins do século vi, a adopção do catolicismo pelos godos virá a permitir uma reaproximação entre estes e os hispano-romanos, reaproximação essa a que apenas a questão confessional era um sério obstáculo.

Os Borguinhões ⁽⁹⁾.

De entre os povos bárbaros que penetraram em território do Império, nenhum outro houve, sem dúvida, que por mais tempo tivesse conservado o sentimento da sua dependência para com a autoridade imperial. E isso explica-se facilmente. No século V, o seu antigo poder veio a ser quebrado. Desde cerca de 405 que se tinham estabelecido como federados na margem esquerda do Reno, em Mogúncia e em Worms, quando, em 436, um exército de hunos, mercenários contratados por Aetius, lhes infligiram uma terrível derrota. Os sobreviventes deste povo foram acantonados, sempre na sua qualidade de federados ao serviço de Roma, em 442, na *Sapaudia*, isto é, na região que ia do lago de Genebra a Grenoble ⁽¹⁰⁾. Receberam dois terços do solo e um terço dos escravos.

Em 451 forneceram a Aetius, a fim de combater Átila, um contingente que veio a ser quase totalmente exterminado. Em 456, encontram-se juntamente com os Visigodos ao serviço do imperador gaulês Avitus. Sob o comando de reis de uma nova dinastia empreendem uma expedição a Espanha contra os Suevos. Os reis Quilperico e Gundioc são simultaneamente reis dos Borguinhões e *magistri militum*.

A partir deste momento, passam a cobiçar a Leonesa, onde a aristocracia parece tê-los chamado; em 461, Lyon caiu já em seu poder. Estendem-se para oeste até ao Loire, para sul até ao Durance, para norte até ao vale do Saone e para leste até para além do Jura. Enquanto federados, combatem outros federados, os Visigodos, mais turbulentos e menos fiéis.

O destino de um dos seus reis, Gondebaudo, que reinou de 480 a 516, é bem representativo desta época perturbada e confusa. Este personagem, antes de ser rei dos Borguinhões e de reinar sobre um território que ia das planícies da Champanhe até ao Durance, foi um patrício romano. Foi a ele que coube, um belo dia, a responsabilidade de assegurar a sucessão ao trono imperial. O fazedor de imperadores, Ricimero, que forjara e destituíra cinco imperadores do Ocidente, acabava imprevisivelmente de morrer (473). O borguinhão, feito patrício romano por Olybrius, em 472, encontrava-se em Roma. Fez nomear Glicerius regressando depois à Gália ⁽¹¹⁾.

O seu filho Segismundo (516-523) escreve ao imperador Anastásio nos seguintes termos: «Os meus antepassados foram sempre devotados ao Império; nada constituiu para eles maior honra do que os títulos que lhe foram conferidos por Vossa Grandeza. Todos os meus parentes ansiaram pelas dignidades que os imperadores oferecem, tenho-as em mais alta estima do

que aquelas que tinham recebido de seus pais». Julga-se obrigado a anunciar a sua subida ao trono: «Aquando da morte de meu pai, que vos era extremamente fiel, além de ser um dos grandes (*procere vestri*) da vossa corte, enviei-vos um dos meus conselheiros, tal como era minha obrigação, a fim de pôr sob o vosso patronato os primeiros actos do meu novo cargo... O meu povo pertence-vos. Obedeço-vos ao mesmo tempo que nele mando e tenho maior prazer em vos obedecer do que em governá-lo. Posso parecer um rei entre os meus, mas não passo de um vosso humilde soldado. Por meu intermédio, sois vós quem administra as regiões mais afastadas da sede onde residis. Espero as ordens que vos dignardes dar-me» (12).

Numa outra carta, Segismundo agradece ao imperador ter-lhe concedido *militae fasces* (o título honorífico de *magister militum*), *anulae contubernium* (a qualificação de patrício) e *venerandam romani nominis participationem* (a aliança com o Império).

Pelo seu lado, os Romans consideram os Borguinhões como os aliados do povo romano, no dizer de Jordânio (13).

Os Vândalos (14)

Os sucessores do grande Geiserico (falecido em 477), conscientes da sua fraqueza, oscilam entre a preponderância ostrogótica de Teodorico e Constantinopla. Hilderico (523-530), filho de Hunerico e de Eudóxia, por consequência neto de um imperador romano do Ocidente (Valentiniano III), parece reconhecer a autoridade, pelo menos ideal, do Império, entenda-se, de Constantinopla. As moedas são cunhadas com a efígie de Justino I. É verdade que uma violenta reacção anti-imperialista veio a ter lugar durante o reinado do seu sucessor, Gelimero. Mas esta irá provocar uma fulminante réplica de Justiniano: numa só batalha, todo o reino vândalo será destruído (532).

No entanto, se, salvo por duas ou três vezes, os Vândalos se libertaram da ficção da soberania imperial, daí não deverá concluir-se que vieram a introduzir profundas alterações na vida social e até mesmo política da África do Norte. Nada estaria mais longe da verdade. As suas violências contra as pessoas talvez não tenham sido piores que as dos outros bárbaros. O «vandalismo» contra os monumentos é inexistente. A sua reputação é devida à continuidade das suas perseguições contra os católicos, pois eles eram arianos convictos. Tão impotentes perante os Mouros como os Romanos o tinham sido, nada alteraram da estrutura social das regiões civilizadas da

África. Aceitaram o mecanismo do governo romano. E foram suficientemente sensatos para não cometerem o erro de suprimir a administração financeira; fizeram-na, isso sim, funcionar em seu próprio proveito. Nunca a cobrança dos impostos romanos fora tão pesada em África como durante o domínio Vândalo. O sistema monetário continua a ser o mesmo. A geografia administrativa não sofre qualquer alteração essencial. Os Romanos de África frequentam o palácio e desempenham as necessárias funções civis. A vida municipal prossegue como dantes; as cúrias subsistem. O povo dos campos permanece reduzido à servidão do colonato. O povo das cidades, tal como outrora, passa o tempo ou no circo ou no anfiteatro. E é inútil dizer que o direito romano continua a reger os súbditos romanos dos reis vândalos.

O latim é a língua da diplomacia e da legislação. E se Geiserico, na altura em que foi para África, pouco ou nada sabia de latim, não é de duvidar que este tenha vindo a tornar-se numa língua usual para os seus sucessores.

Gramáticos e retóricos continuam a ter as suas escolas abertas, e a elas afluem não só áfrico-romanos, como também muitos jovens de origem vândala⁽¹⁵⁾. A África, que, desde fins do século II, é de longe a mais fecunda região do mundo para as letras latinas, continua a produzir notáveis escritores, pelo menos para o tempo, como, por exemplo, o poeta Dracontius.

Quanto aos usos e costumes, no século VI, os Vândalos denotavam tendência para esquecer os seus em prol dos Romanos e isto para seu grande mal.

Como se vê, se a África vândala já se encontra, de facto, separada do Império do Ocidente cerca de meio século antes da queda deste, a verdade é que a vida romana, sob todas as suas formas não veio por isso a sofrer grandes alterações.

O Império e os Francos

É um facto sobejamente conhecido que as relações entre o Império e os Francos nem sempre foram de constante hostilidade. Inúmeros francos mantiveram mesmo as melhores relações com Roma. Desde meados do século IV que surgem queixas de que os francos encham o «palácio», isto é, a corte dos imperadores. Mas estes francos já não são bárbaros. São aventureiros, por vezes mesmo de raça real, que renunciaram à barbárie. Já não são francos de coração nem de nacionalidade e não hesitam, se disso têm ocasião, enquanto generais ao serviço de Roma, em esmagar os seus compatriotas que permaneceram bárbaros.

Enquanto povo, o conjunto dos Francos não forma um bloco contra Roma. Uma parte deles obteve permissão para se estabelecer em território do Império: por volta de 358, Juliano autoriza-os a permanecerem na Toxandria (forte do actual Brabante). Demasiado afastados, estes não vêm a romanizar-se, mas são súbditos do Império.

Mesmo os chefes que alargam os seus domínios a expensas do Império, no século v, não são completamente independentes dele. Talvez sejam até «federados». É mais do que provável que Quilderico, o pai de Clóvis, tenha estado ao serviço de Roma. Em 463, combate sob as ordens do *magister militum* Aegidius; em 469, juntamente com o conde Paul, bate os Saxões e os Alanos.

Mas será que o proprio Clóvis foi um conquistador?

Que Clóvis tenha sido um conquistador face aos outros francos e aos outros germanos, tal como os Alamanos e os Visigodos, disso ninguém tem dúvidas. Quanto à luta contra Syagrius, trata-se de uma «rivalidade de ambição entre dois chefes», e não de uma oposição de nacionalidades.

Face aos Galo-Romanos, Clóvis não se apresentou como um conquistador. A bem dizer, estamos muito mal informados sobre os sentimentos dos Galo-Romanos do Norte do Loire e sobre o modo como Clóvis veio a estender a sua autoridade até esse rio. Sabemos apenas que numerosos galo-romanos vivendo sob a autoridade dos reis visigodos preferiam os Francos. Eram instados na via do apelo aos Francos pelos bispos católicos, que detestavam os Visigodos, não enquanto bárbaros, mas sim enquanto heréticos, enquanto arianos. Quando Clóvis venceu em Vouillé o chefe dos Godos, Alarico II, a população juntou-se a ele. Imediatamente após, a sua autoridade sobre os Galo-Romanos teria obtido como que uma espécie de consagração oficial. Teoricamente, a Gália faz parte do Império Romano cuja capital é doravante Constantinopla. No regresso da sua expedição vitoriosa à Aquitânia, Clóvis encontrou em Tours, em 508, uma embaixada do imperador Anastásio. Dizem-nos que Clóvis recebeu desta as insígnias do consulado. Revestido de uma túnica de púrpura e de uma clâmide, de diadema na cabeça, o rei franco percorreu a cavalo, lançando ao povo ouro e prata, as poucas centenas de metros que separam a basílica de Saint-Martin da catedral de Tours. Desde esse dia passou a ser chamado cônsul ou Augusto.

Segundo Dubos, ser reconhecido cônsul nas circunstâncias em que Clóvis o foi, equivalia realmente a ser de facto o imperador das Gálias⁽¹⁶⁾. Ao apresentar às populações a «carta» do imperador Anastásio, adquiria

sobre estas uma autoridade legal, defende Fustel de Coulanges⁽¹⁷⁾. «Clóvis surgia doravante aos olhos dos Galo-Romanos como sendo o delegado do imperador e, por consequência, como o representante desse antigo estado de coisas que no meio de todas as perturbações desse tempo, permanecia como sendo a expressão do direito. As suas conquistas estavam, de certa maneira, legitimadas»⁽¹⁸⁾.

Não obstante, são precisamente aqueles que admitem que a autoridade imperial prosseguia na Gália de um modo mais ou menos ideal, que reconhecem que as coisas vieram a mudar de aspecto no decurso do século VI. Fustel de Coulanges dedica-se, no seu estudo do formulário das cartas enviadas pelos rei francos, sucessores de Clóvis, aos imperadores de Constantinopla, ao levantamento das expressões de deferência. Mas ele reconhece que a subordinação dos Merovíngios cessou⁽¹⁹⁾. Adota mesmo uma data (539) para marcar o desaparecimento deste estado de coisas, mas fundamentando-se, infelizmente, naquilo a que chama uma «crónica», e que não passa de uma má vida de santo da época decadente (a *Vita Treverii*).

Na própria Itália, a ficção da hegemonia imperial já só a muito custo se mantém. Ao mesmo tempo que prodigaliza mostras de um profundo respeito pelos imperadores, Teodorico entende ser ele efectivamente o senhor. A uma simples suspeita de conivência conspiratória com Constantinopla, manda supliciar Símaco e Boécio, por volta de 524, e lança na prisão o papa João, que aí vem a morrer. Mas convém também dizer que o rei godo, afecto ao arianismo, está exasperado com as perseguições de que são vítimas os seus correlegionários no Oriente. Após a sua morte (Maio de 526), a sua filha, Amalaswintha, reina sob o nome do seu filho Atalarico, mas este vem a morrer com dezoito anos de idade (534). A sua mãe pretende conservar o poder, mas vem a cair vítima de uma reacção anticatólica e anti-romana. Só que nessa altura intervém o imperador, e o imperador é então Justiniano. Ele julga chegado o momento de restabelecer a autoridade do Império não só na Itália, mas também em todo o Ocidente. No seu espírito, assim como no de numerosos letrados, o Império não deixou de existir. A sua vida prossegue a despeito das aparências.

2. *O problema do desaparecimento do Império do Ocidente* ⁽²⁰⁾

Será que os contemporâneos se deram conta de que algo estava a findar, de que algo de novo nascia para a vida na data de 476?

As gentes destes tempos tiveram o amargo sentimento da decrepitude do Império, sobretudo a partir dos reinados de Honorius, de Arcadius, e dos seus sucessores. Mas não parecem ter-se apercebido de que uma das duas metades da *Respublica Romanorum*, o Império do Ocidente, deixara de existir. A data de 476 não é, de modo algum, para eles uma data fatídica. Quando, neste mesmo ano, o chefe bárbaro do exército germano-romano de Itália, Odoacro, considera inútil continuar a elevar ao trono um soberano fantasma, reconhece, ou finge reconhecer, de conluio com o Senado romano, o imperador reinante em Constantinopla como o seu único soberano. A unidade do Império é, assim, restabelecida na majestade da sua pessoa ⁽²¹⁾. Esta ficção prolonga-se ainda por longo tempo. Acabámos de dizer que nas parcelas do Império que caíram em poder de invasores bárbaros, como no caso dos Visigodos na Gália e em Espanha, dos Ostrogodos na Panónia, e, mais tarde, na Itália, dos Burgúndios na Gália, e talvez até mesmo dos Vândalos em África, os seus chefes serão por longo tempo considerados como exercendo um poder que lhes foi delegado pela autoridade imperial.

Que isto não passara de uma convenção ou de um mal-entendido, prova-nos a dificuldade sentida por Justiniano em voltar a submeter a sua autoridade efectiva a Itália, após a terrível resistência oferecida pelos sucessores de Teodorico, o ostrogodo. Não obstante, em meados do século VI, quando a Itália, o Nordeste da África, a Provença (na Gália), e o litoral espanhol passaram a estar submetidos à lei do imperador romano residente em Constantinopla, houve alguns espíritos, dotados de um superficial optimismo, que chegaram ao ponto de imaginar que, após uma tormenta de um século, o mundo romano viera a reconstituir-se, pelo menos no respeitante à sua parte mediterrânica.

Determinados conceitos de alguns teóricos eclesiásticos contribuíram para prolongar esta existência ideal do Império. A escatologia cristã pensou por longo tempo que o fim do mundo estava próximo. Alguns piedosos cristãos, nos séculos IV, V, VI, e até mesmo muito para além, esperaram o cataclismo num terror expectante, enquanto alguns outros num misto de êxtase e apaixonada esperança. Já Tertuliano vai buscar a um texto de S. Paulo (II, *Cor.*, 27) a ideia de que o Império Romano deve ser o último dos Impérios e que a sua existência retarda o fim do mundo (*Apol.*, 32) ⁽²²⁾. O mesmo sucede com Lactâncio ⁽²³⁾.

Historiadores e cronologistas cristãos dividiam a vida da humanidade num certo número de *idades*, quatro para uns, seis para outros.

A crença numa divisão da história do mundo em grandes períodos ou idades: idade do ouro, da prata, do bronze e do ferro, remonta a tempos muito recuados. Como é sabido, uma tal crença é acompanhada por uma crença numa decadência progressiva. São Jerónimo identifica a idade do ferro com o Império Romano, sendo, pois, o último que a humanidade verá. Mas a concepção mais difundida, pelo menos no mundo ocidental, é a de Santo Agostinho. Ele divide a história em seis idades. A quinta, vai do cativo da Babilónia ao nascimento de Cristo; a sexta inicia-se com a vinda de Cristo. Virá a terminar com a chegada do Anticristo e a catástrofe final. Iniciada sob o Império, é aquela na qual vivem estes sábios e devotos cristãos.

O Império Romano é, portanto, a última idade da humanidade, e é impossível que este venha a ser substituído por um outro estado de coisas. Se ele tomba em ruínas, se algumas das suas parcelas estão integralmente nas mãos dos Bárbaros, isso não é de espantar, pois significa apenas que a taça da iniquidade já transborda e que os tempos estão próximos. Adoptado por Isidoro de Sevilha em Espanha, no século VII, por Beda, o Venerável, na Inglaterra, no século VIII e, na sua sequência, por inúmeros cronistas e computistas até ao século XIII, e até mesmo para além dele, este sistema veio a usufruir de uma enorme aceitação.

Por todas estas razões, a ideia de que estava próximo o fim do Império Romano foi de parto assaz lento. Com efeito, desde há já tanto tempo que o Império estava efectivamente morto no Ocidente que ainda não se tinham dado bem conta disso, ou melhor, que os intelectuais de então se recusavam a tomar consciência de uma tal realidade. O seu prolongamento ideal, a sua sobrevivência, era-lhes indispensável. O Império surgia, segundo a expressão de Lavissee, como um «modo de ser do mundo absolutamente necessário, superior aos acidentes históricos» (24).

Contudo, estas concepções correspondiam tão pouco à realidade, e isto já desde a segunda metade do século VI, mas sobretudo nos séculos VII e VIII, que bem depressa teriam acabado por se dissipar em fumo, se o acontecimento do 25 de Dezembro de 800, o coroamento de Carlos como imperador, não lhes tivesse vindo dar um novo alento. Sabemos hoje em dia que esta cerimónia foi uma comédia mais ou menos improvisada por um punhado de eclesiásticos arcaizantes. Sabemos que Carlos e os mais poderosos dos seus sucessores foram buscar a sua força a um estado social que já em nada se assemelhava ao do Alto Império ou até mesmo ao do Baixo Império. Mas os

Historiadores e cronologistas cristãos dividiam a vida da humanidade num certo número de *idades*, quatro para uns, seis para outros.

A crença numa divisão da história do mundo em grandes períodos ou idades: idade do ouro, da prata, do bronze e do ferro, remonta a tempos muito recuados. Como é sabido, uma tal crença é acompanhada por uma crença numa decadência progressiva. São Jerónimo identifica a idade do ferro com o Império Romano, sendo, pois, o último que a humanidade verá. Mas a concepção mais difundida, pelo menos no mundo ocidental, é a de Santo Agostinho. Ele divide a história em seis idades. A quinta, vai do cativeiro da Babilónia ao nascimento de Cristo; a sexta inicia-se com a vinda de Cristo. Virá a terminar com a chegada do Anticristo e a catástrofe final. Iniciada sob o Império, é aquela na qual vivem estes sábios e devotos cristãos.

O Império Romano é, portanto, a última idade da humanidade, e é impossível que este venha a ser substituído por um outro estado de coisas. Se ele tomba em ruínas, se algumas das suas parcelas estão integralmente nas mãos dos Bárbaros, isso não é de espantar, pois significa apenas que a taça da iniquidade já transborda e que os tempos estão próximos. Adoptado por Isidoro de Sevilha em Espanha, no século VII, por Beda, o Venerável, na Inglaterra, no século VIII e, na sua sequência, por inúmeros cronistas e computistas até ao século XIII, e até mesmo para além dele, este sistema veio a usufruir de uma enorme aceitação.

Por todas estas razões, a ideia de que estava próximo o fim do Império Romano foi de parto assaz lento. Com efeito, desde há já tanto tempo que o Império estava efectivamente morto no Ocidente que ainda não se tinham dado bem conta disso, ou melhor, que os intelectuais de então se recusavam a tomar consciência de uma tal realidade. O seu prolongamento ideal, a sua sobrevivência, era-lhes indispensável. O Império surgia, segundo a expressão de Lavissee, como um «modo de ser do mundo absolutamente necessário, superior aos acidentes históricos» (24).

Contudo, estas concepções correspondiam tão pouco à realidade, e isto já desde a segunda metade do século VI, mas sobretudo nos séculos VII e VIII, que bem depressa teriam acabado por se dissipar em fumo, se o acontecimento do 25 de Dezembro de 800, o coroamento de Carlos como imperador, não lhes tivesse vindo dar um novo alento. Sabemos hoje em dia que esta cerimónia foi uma comédia mais ou menos improvisada por um punhado de eclesiásticos arcaizantes. Sabemos que Carlos e os mais poderosos dos seus sucessores foram buscar a sua força a um estado social que já em nada se assemelhava ao do Alto Império ou até mesmo ao do Baixo Império. Mas os

clérigos e os sábios, a partir desta época, imaginaram que os Carlos, os Otões, os Henriques, os Fredericos, eram realmente os sucessores de Justiniano, de Teodósio, de Constantino, até mesmo de Augusto e de Trajano.

As constituições destes imperadores germânicos, onde são tratadas matérias com as quais os imperadores romanos nem sequer sonharam, apresentaram-se como sendo uma continuação das constituições destes últimos, e a tradição é tão forte a este respeito que, ainda há pouco tempo, os manuais de direito de que os nossos professores se serviram continuavam a incluí-las.

Imperadores, historiadores, juristas da Idade Média e dos tempos modernos acreditaram sinceramente que o Império, ainda que o seu chefe fosse de origem germânica, era realmente a continuação do Império Romano do Ocidente. De tal modo que, do ponto de vista do direito constitucional, se se quiser passar a certidão de óbito do Império Romano, é preciso ir até 6 de Agosto de 1806, dia em que Francisco II renunciou ao seu título de imperador romano de origem germânica para adoptar o de imperador da Áustria⁽²⁵⁾.

III.

Retorno ofensivo do Império. Justiniano e a «Reconquista» (1)

No dia imediato ao da morte de Teodorico (526), sobe ao trono imperial Flavius Petrus Sabbatius Justinianus, Justiniano, o qual viria a arruinar a sua obra. Aquele que sonhou reconstituir o Império Romano em toda a sua extensão e fazer reviver o seu esplendor perdido era de origem humilde. Nascera perto de Skopje, nos confins da Macedónia e da Albânia, logo, na parte das províncias «ilíricas» onde se falava latim, sendo filho de uma família de camponeses ilírios⁽²⁾. O acaso de uma carreira militar fizera de seu tio Justino um imperador. Velho soldado iletrado, Justino alcançara o importante posto de chefe da guarda imperial (*comes excubitorum*) aquando da morte do imperador Anastásio em 518. Os pretendentes ao trono eram os sobrinhos do defunto e Vitalieno, neto do mesmo Aspar que dominara o Império um século antes. Justino desiludiu-os e apoderou-se do trono. Há quem pretenda que recebera uma importante soma em dinheiro do camareiro-mor, o eunuco Amantius, a fim de comprar o favor dos soldados e do povo para um dos seus fiéis. Justino teria, pois, utilizado o dinheiro em proveito da sua própria ambição pessoal. Fosse como fosse, o destino de Justino nada tem de excepcional. Desde fins do século III que o trono imperial é o termo, quase

normal, de uma carreira militar; o poder imperial surge como sendo o último posto a atingir⁽³⁾. É como que o lado democrático da vida do mundo romano e bizantino. Semelhante fortuna era impossível nos reinos bárbaros, onde o rei era tido como descendente dos deuses.

Inculto e idoso – já era septuagenário –, Justino associa-se ao seu sobrinho Justiniano, o qual receberá em Constantinopla uma aprofundada instrução. Ganha o favor popular de um modo bastante fácil, recorrendo aos jogos, corridas de carros e jogos de animais, já que desde há um século que os combates de gladiadores tinham cessado sob a influência do cristianismo. Tenta fazer com que a paz volte ao seio da Igreja. Impotente contra os monofisistas, consegue, pelo menos, pôr termo a essa espécie de cisma com a Igreja do Ocidente que durava há já um terço de século: em 484, o papa Félix III excomungara os patriarcas de Constantinopla e de Antioquia, autores do Henótico, através do qual o imperador Zenão julgara poder pôr fim às querelas entre monofisistas e católicos. Infelizmente, Justino era um zeloso devoto. Perseguiu não só os maniqueístas e os judeus, mas também as seitas cristãs, como as dos monofisistas e arianos. Em 523, ordenou que fossem entregues aos católicos as igrejas destes últimos. Foi esta ordem que veio a provocar atritos entre o Império e Teodorico. O ostrogodo, tolerante para com os católicos da Itália, não admitiu que os seus correlegionários não pudessem usufruir dos mesmos favores no Oriente.

Justiniano, ao suceder ao seu tio em 527, com quarenta anos de idade, herdou os seus sentimentos religiosos. Apresentou-se como defensor da ortodoxia ignorada pelos reis bárbaros do Ocidente, os quais eram quase todos arianos. Nas suas expedições contra os Vândalos e os Godos já há como que um despontar do espírito de cruzada. Mas apresentou-se sobretudo como herdeiro dos Césares. A sua tarefa na terra consiste em reparar os erros dos seus predecessores e em reconstituir nos seus amigos limites, de um ao outro oceano, o mundo romano. Escreve numa das suas *Novellae* (30, II, 2)⁽⁴⁾. «Deus fez com que conseguíssemos levar os Persas a concluir a paz, submeter os Vândalos, Alanos e Mouros, recuperar toda a África e a Sicília, e temos grandes esperanças de que o Senhor nos fará mercê do resto deste Império que os Romanos de outrora estenderam até aos limites dos dois oceanos e que vieram a perder por indolência».

«Em Bizâncio, não reconhecer as perdas territoriais sofridas pela monarquia foi sempre como que um princípio»⁽⁵⁾. Eles bem sabem que a Itália, que a África, que a Espanha, que a Gália, escaparam ao poder do Império. Mas os reis germânicos que governam o Ocidente só o fazem em virtude de

uma delegação, formal ou tácita, do imperador de Constantinopla. Já dissemos que os próprios chefes germânicos não estavam longe de partilhar tais ideias.

Na realidade, o Ocidente estava separado do Império, visto que já não lhe fornecia nem soldados nem dinheiro, pelo menos sob a forma de um imposto regular, e ainda porque as constituições imperiais já não tinham força de lei, pelo menos as que tinham sido promulgadas mais ou menos depois de 470.

É impossível que a prescrição não tivesse vindo a ter lugar se as coisas tivessem continuado neste pé. Mas, como nenhum rei germânico tinha intenções de abdicar dos seus poderes, era por demais evidente que o Império, para poder vir a ser reconstituído no Ocidente, teria necessidade de recorrer à força. Por mais latino que teoricamente fosse, e ainda que os seus olhares estivessem voltados para o Ocidente, Justiniano não podia ignorar os perigos que ameaçavam a parte oriental do Império, a única cuja existência era real e não fictícia. Estes perigos consistem, na Europa, na arremetida dos Bárbaros: bandos desgarrados de germanos, lombardos, gépidas e érulos, no vale do Danúbio, assim como alguns bandos de hunos, na senda dos quais surgem já povos turcos, búlgaros, awares, enfim, as inumeráveis tropas dos Eslavos; e na Ásia, acima de tudo, o Império Persa. Aqui já não se trata de bárbaros. Trata-se sim, de uma civilização rival da dos Romanos. A Pérsia representa, juntamente com Roma e a China, uma das três ou quatro culturas organizadas que, entre si, partilham a humanidade, sendo extremamente temível devido ao fanatismo religioso que anima os Persas, sectários do masdeísmo. Felizmente para Justiniano, a sucessão de Khobad está difícil. Chosroës, a braços com dificuldades internas, aceita a abertura de negociações de paz, donde vem a sair em 532, um tratado de paz «perpétua», pouco vantajoso para os Romanos, mas que permitiu garantir a segurança das fronteiras por alguns anos. Quanto aos bárbaros, foram neutralizados, pior ou melhor, através de subsídios pecuniários e da eclosão de dissensões no seu seio, fomentadas pela diplomacia imperial. Em 532, Justiniano tem, portanto, as mãos livres. E imediatamente dá início ao ataque contra os príncipes germânicos do Ocidente.

Nesse momento, o mais fraco deles era o vândalo. O Estado criado pelo génio militar e sobretudo diplomático de Geiserico, nunca fora poderoso⁽⁶⁾. Os Vândalos são muito pouco numerosos. Quando, cem anos antes, tinham franqueado o Mediterrâneo (429), não passavam de 80 000, todos incluídos, até mesmo os sobreviventes do povo alânico. Geiserico vira de imediato que seria uma loucura dispersar o seu povo pela imensidade da África setentrio-

nal. Vencedor, decidira, pois, concentrá-lo na África proconsular (norte da actual Tunísia). Lenta, mas eficazmente, a cultura latina viera, contudo, a exercer a sua influência sobre os Vândalos. E acabara por enfraquecê-los (7).

No entanto, uma reacção germânica tinha acabado de elevar ao poder um homem novo, Gelimero (19 de Maio de 530). Mas este, apesar das suas magníficas qualidades guerreiras, não possuía nenhum dos atributos indispensáveis a um bom chefe de Estado. Justiniano, sob um falacioso pretexto, apresentou-se como vingador da família do rei destronado, Hilderico, e atacou o reino vândalo da África.

A empresa assustava enormemente o círculo palaciano do imperador. Lembravam-se bem do desastre de há um século atrás: em 468, uma grande *armada* bizantina, comandada por Basiliscus, fora surpreendida no *promontorium Mercurii* (cabo Horn) e aniquilada pela frota vândala. A vontade de Justiniano, contudo, levou a melhor sobre a prudência pusilânime da corte.

Em Junho de 533, uma frota de 500 barcos singrou rumo a África. Transportava um pequeno exército de 10 000 infantes e 5000 cavaleiros, ou seja, um total de 15 000 homens: era tudo aquilo que o Império podia fornecer. À cabeça dos romanos estava Belisário, o melhor general do seu tempo, que já se tinha distinguido na luta contra os Persas. O exército pôde desembarcar sem resistência perto de *Caput Vada* (Ras Caboudia), entre Susa e Sfax; a frota e as melhores tropas vândalas estavam na Sardenha, ocupadas em reprimir uma revolta (Setembro de 533). Belisário marchou sobre Cartago, seguindo junto à costa, escoltado pela frota.

O recontro com Gelimero teve lugar em *Decimum*, não longe da actual cidade de Túnis. Foi desastroso para o vândalo, que fugiu para a Numídia. Cartago caiu em poder de Belisário, que aí entrou a 15 de Setembro de 533. Gelimero tentou um segundo esforço: reagrupou os sobreviventes dos Vândalos da África, chamou de volta as tropas da Sardenha, contratou alguns mouros e travou batalha em *Tricamarum* (a 30 quilómetros de Cartago); uma só carga da cavalaria bizantina foi quanto bastou para destroçar o exército vândalo (meados de Dezembro). Foi o fim. Alguns meses depois, Gelimero foi obrigado, com toda a sua família, a entregar-se ao vencedor. Figurou no cortejo de prisioneiros de Belisário aquando da celebração do triunfo à moda romana, que teve lugar em Constantinopla, no meio da maior pompa. Os sobreviventes dos Vândalos foram alistados no exército da nova Roma. O reino vândalo fora para sempre destruído. Depois deste sucesso imprevisto, decisivo, Justiniano perdeu a cabeça: celebrou-o em termos grandiloquentes e adoptou as qualificações de *Vandalicus*, *Africanus*.

Por enquanto, a conquista era apenas parcial. Para além da Tripolitânia, compreendia a Bizacena e a Proconsular, ou seja, *grosso modo*, a Tunísia, a Numídia e a Mauritânia Sitifense, isto é, o Constantinense, na actual Aléria, alguns portos espalhados ao longo da costa de África até *Septem Fratres* (Ceuta), considerado como inexpugnável, e, finalmente, a Córsega, a Sardenha e as Baleares. Mas o Império não pôde voltar a estender o seu domínio ao interior da Mauritânia Cesareense e da Mauritânia Tingitana, isto é, nas províncias de Alger, de Orão e no norte do actual Marrocos. Já vimos⁽⁸⁾ que, com efeito, estes últimos países tinham escapado ao domínio romano muito antes da chegada dos Vândalos; desde o início do século V, e até mesmo já durante a segunda metade do século IV, que estavam virtualmente perdidos para Roma. Os Mouros tinham-se aí instalado, tornando-se independentes e regressando rapidamente à barbárie. Tornaram-se, assim, em «Berberes», tal como ainda hoje em dia lhes chamamos.

Mas mesmo adentro destes reduzidos limites, a conquista era bela. O futuro, contudo, virá a demonstrar ser de muito pouca solidez.

A Itália⁽⁹⁾

A morte de Teodorico o Grande, em 526, trouxe uma diminuição da tensão existente entre os Godos e o Império. O velho soberano designara para seu sucessor o seu neto Atalarico, de dez anos de idade, o qual deveria ficar até à maioridade sob a autoridade da sua mãe, Amalaswintha. O Império aceitou e favoreceu mesmo estas disposições. A regente, consciente das dificuldades da sua tarefa, usou das maiores atenções para com o Império e o elemento romano da Itália: o Senado foi deferentemente tratado, os católicos passaram a ser favorecidos e os filhos de Boécio e de Símaco foram de novo chamados, tendo-lhes sido restituídos os seus bens. Constatava-se mesmo que um romano, Libério, vem a obter, juntamente com o título de *patricius praesentalis*, funções militares que lhe permitiam comandar o exército gótico.

Esta reacção romana ia demasiado longe. Os Godos indignaram-se com tais eventos. Correu o rumor de que a regente pretendia entregar a Itália ao imperador. A morte imprevista de Atalarico, com dezoito anos de idade (a 2 de Outubro de 534), veio agravar ainda mais a situação. A regente procurou preservar o poder associando-se ao seu primo Teodobaldo, com quem casou. Mas este tinha intenção de se apoderar do trono. Amalaswintha foi

aprisionada na ilha do lago de Bolsena (a norte do Viterbo), onde foi encontrada morta pouco tempo depois (30 de Abril de 535).

Justiniano encontrou, assim, o pretexto que buscava. Amalaswintha reconheceu a autoridade nominal do Império e a sua ascensão ao trono operara-se com o consentimento do Império. Foram assim rompidas todas as relações com o assassino real.

Belisário foi encarregado de se apoderar da Itália. Só tinha à sua disposição um exército ridiculamente insuficiente (cerca de 10 000 homens). Estas fracas forças bastaram-lhe, porém, para se apoderar da Sicília, ao mesmo tempo que o *magister militum* Mundo se tornava senhor da Dalmácia (fins de 535).

Teodobaldo, mais ainda do que o vândalo Gelimero, era perfeitamente incapaz de opor uma resistência séria aos «romanos» do Oriente. Alias, já nada tinha de godo. Educado à moda romana no amor das letras, gabava-se de ser um platónico e de desdenhar as armas⁽¹⁰⁾. Em fins de 536, Belisário, tendo desembarcado em Itália, apoderava-se de Nápoles e entrava em Roma, aclamado pelas populações que detestavam os Godos porque, apesar de tudo, eram estrangeiros e, sobretudo, por serem arianos.

Parecia, pois, que a reconquista da Itália não passava de uma questão de dias e que seria tão rápida como o fora a da África. Mas uma tal ilusão em breve se dissipou. Os Godos demonstraram possuir muito mais energia e talento do que os Vândalos. Teodobaldo acabava de ser destituído; no campo de *Regeta* (perto de Roma), o Amale degenerado foi despojado dos atributos da realeza pelo exército gótico, o qual elevou no escudo um oficial de origem humilde, mas de grande coragem, Witigès. E esta reconquista da Itália, que parecia uma simples brincadeira de crianças, levou dezoito anos de guerras sangrentas e ruinosas, guerras em que os exércitos imperiais sofreram revezes tão graves que por mais de uma vez a vitória final pareceu fugir-lhes. Bizâncio empregou o sistema das pequenas campanhas, das incursões rápidas e imprevistas, do qual os Franceses se serviram com bastante frequência nas suas guerras coloniais, facto que contribuiu para as eternizar. Não as iremos aqui narrar em pormenor. Podemos lê-las na *História das Guerras Góticas*, de Procópio de Cesareia, um sírio, secretário de Belisário.

Eis apenas algumas das etapas que merecem ser assinaladas:

O primeiro cerco de Roma, onde Belisário teve de se encerrar (em Março de 57); este conseguiu, com uma guarnição de 5000 homens, defender a enorme cidade contra Witigès, durante um ano inteiro. Em Março de 538, Witigès viu-se obrigado a levantar o cerco, e um exército bizantino, enviado

em socorro da cidade sitiada, apoderou-se de todo o Norte da Itália. Em 540, Witigàs, encerrado em Ravena, caiu em poder dos Bizantinos, graças a uma armadilha de Belisário, tendo sido levado para Constantinopla; aí foi tratado com todo o respeito.

Os Godos submeteram-se. Justiniano julgou ter terminado a conquista da Itália. Acrescentou aos seus títulos o de *Gothicus*, nomeou para governar a província um prefeito do pretório e regressou ao Oriente com o grosso do exército.

Mas os Godos recuperaram alento. Após algumas tentativas mal sucedidas, a sua escolha recaiu sobre Totila (ou melhor, Badvila), que foi, sem dúvida, a mais bela figura da sua época. Tão generoso e humano como bom guerreiro e bom político, impediu o massacre das mulheres e das crianças durante o assalto às cidades e proibiu as carnificinas nos campos. Foi a única figura cavalleiresca destes tempos de intrigas e perfídias. Não era a *priori* um inimigo do Império. Preparava-se mesmo para negociar a sua submissão no momento em que foi eleito. Assim que o seu povo o escolheu, já não pensou senão em o salvar.

Com 5000 homens, destroçou, perto de Faenza, um exército bizantino de 12 000 homens e libertou o Norte da Itália; uma segunda vitória em Mugillo (*Muceella*), na Toscana concedeu-lhe o domínio do Centro.

Na Primavera de 543, já é o senhor de Nápoles e do Sul da Itália. Finalmente, monta o cerco a Roma. Belisário, enviado em socorro de Roma, desembarca no porto; mas, na falta de tropas em número suficiente, falha a sua manobra. Roma abre as suas portas ao rei godo (17 de Dezembro de 546). Totila, exasperado, pensa em destruir a cidade de uma ponta à outra. Mas detém-se perante os protestos do seu adversário, Belisário, que lhe faz compreender todo o horror de uma tal acção. Nos anos que se seguiram, o rei godo completou a conquista da Itália, à qual veio a juntar a Sicília, a Sardenha e a Córsega; constituiu uma frota que devastou as costas da Dalmácia e do Épiro. Instalado em Roma, Totila parecia ser mais senhor da Itália do que Teodorico jamais o fora. «Todo o Ocidente estava nas mãos dos Bárbaros», diz Procópio (*B. G.*, 416). O plano de Justiniano já não passava de um simples sonho do passado. Ele próprio parece tê-lo esquecido: parecia vencido pela idade, perdido no meio das controvérsias religiosas⁽¹¹⁾.

Em 551, finalmente, o imperador decide-se a tentar um supremo esforço. A sua escolha, na aparência totalmente absurda, incide sobre um velho eunuco de setenta e cinco anos, Narsès, que desempenhava as funções de grande camareiro-mor. Narsès era de uma fidelidade a toda a prova e dotado

de uma indomável energia. Justiniano fornece-lhe os últimos recursos militares que regateara a Belisário, 20 000 a 25 000 homens.

Narsès escolheu para base das suas operações a Dalmácia e resolveu, antes do mais, entrar na Itália pelo norte, enquanto que até então era de regra entrar pelo sul da Itália. Totila, inquieto, ofereceu-se para reconhecer a supremacia imperial e pagar tributo. Justiniano recusou. Uma tal decisão teve imediatas consequências práticas, em 552. Narsès, tendo partido de Ravena, segue a direito em direcção ao Sul. Totila, saindo de Roma pela *via Flaminia*, vai ao seu encontro. O choque teve lugar em *Tadinae* (e não *Taginae*), hoje em dia Gualdo Tadino, nos Apeninos Úmbricos ⁽¹²⁾.

O exército romano era um grande exército: superior em número ao exército gótico, conta com cerca de 20 000 homens. Eis qual a composição de um exército «romano» no século VI: 2 500 lombardos, enviados da Panónia pelo seu rei Auduíno, mediante um pagamento em dinheiro, naturalmente; sob o comando directo de Narsès, 3000 érulos, assim como um grande número de hunos; Dagisthaüs, um persa inimigo de Chosroës, liberto do cativo, com os seus homens; um érulo, Aruth, com o seu bando; e, finalmente, Johannes e as suas tropas. Trata-se de um exército de *condottieri* onde não há um só soldado que seja romano, nem sequer o seu chefe, já que Narsès, como o nome indica, era um arménio ou um persa de origem. O grosso deste exército é composto pela cavalaria, e estes cavaleiros são couraçados armados de espada e de arco; carregam disparando as suas flechas, um pouco à semelhança dos couraçados do tempo de Luís XIV, que carregavam de pistola em punho. As peripécias da batalha apresentam, ao que se diz, algumas analogias com a de Crécy ⁽¹³⁾. Os Godos foram destroçados, tendo Totila sido mortalmente ferido (Primavera de 552) ⁽¹⁴⁾.

Os Godos pretenderam, mesmo assim, tentar uma última vez a sua sorte. Reunidos em Pavia, elegeram para seu chefe Teias, o qual, finalmente, se viu encurralado por Narsès na Campânia, sobre o *Mons Lactarius* (Monte Lettere), face ao Vesúvio. Os Godos resistiram como autênticos desesperados: Teias, após se ter batido como um herói, veio a encontrar a morte (553).

No alto seguinte, bandos francos e alamânicos, chamados pelos Godos, percorreram a Itália, pilhando indiferentemente amigos e inimigos, sob o comando de Leuthari e de Butilino. Vieram a ser dizimados por doenças e aniquilados pelos Bizantinos, perto de Cápuia (Outono de 554). No entanto, ainda restavam alguns godos refugiados numa fortaleza dos Apeninos, Compsae: em número de 7000, acabaram por capitular. Alistados ao serviço do Império, foram usados no Oriente contra os Persas (555). As últimas

guarnições góticas que ainda se mantinham, Brescia e Verona, ao Norte, prolongaram a sua resistência até 563 (15).

A nação gótica foi, pois, extirpada da Itália. E não veio a desempenhar qualquer papel étnico ou linguístico na história deste país.

«*Narses patricius Italiam Romano imperio reddidit urbesque dirutas restauravit totiusque Italiae populos, expulsis Gothis, ad pristinum reducit gaudium*», diz um cronista (16). Uma inscrição em honra de Narsès, encontrada na ponte do Anio (destruída pelos Napolitanos em 1789), dizia que ele devolvera a liberdade a Roma e a toda a Itália (17).

A Sanção Pragmática de 554 reorganizou a Itália enquanto província romana. Passará a ser governada por um vice-rei, o exarco, residente em Ravena e agraciado com o título de patrício.

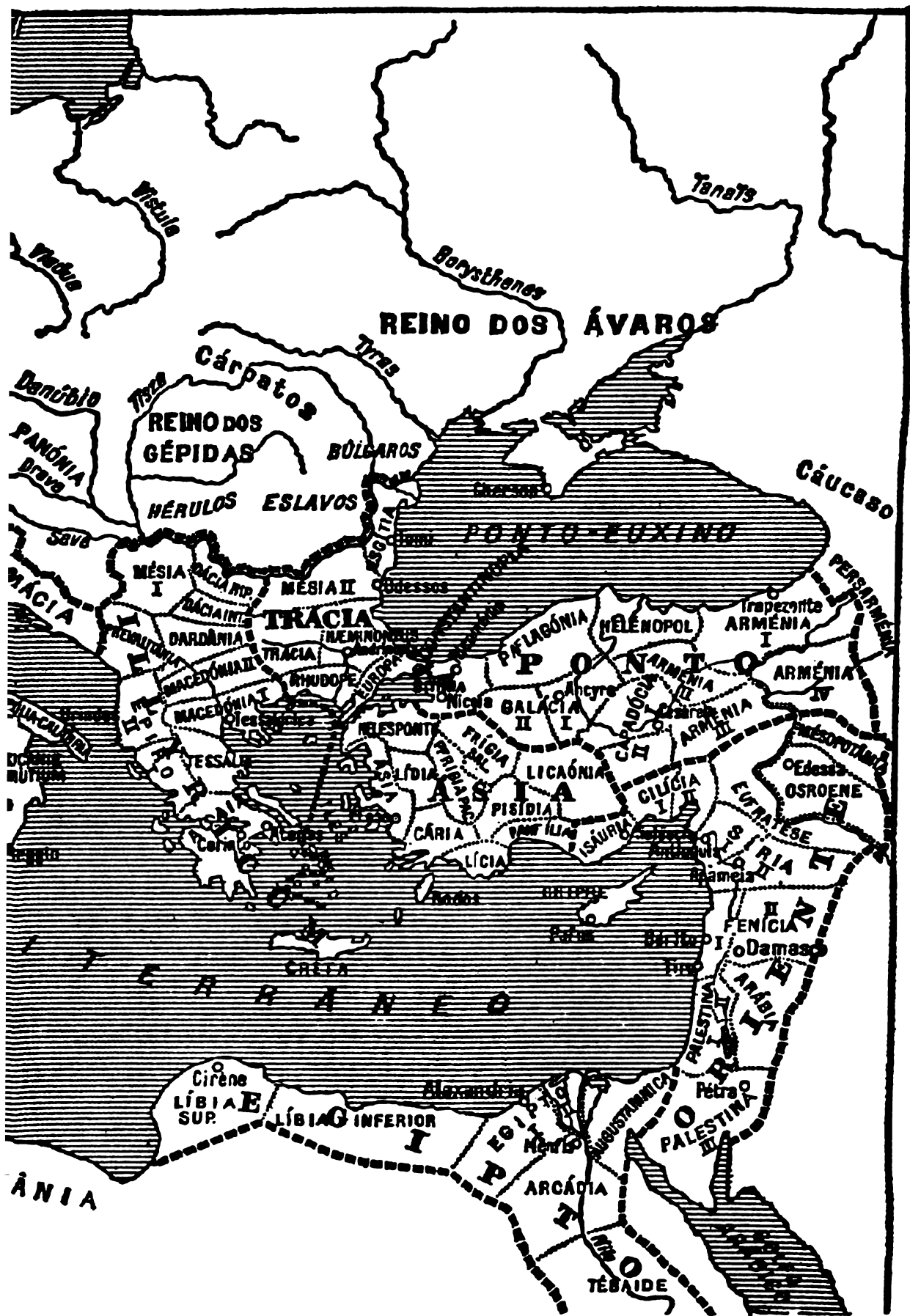
Justiniano lançou mãos à tarefa de restaurar o governo romano nos mais ínfimos pormenores, como se nada se tivesse passado depois de 476. A separação absoluta entre as funções civis e militares, a qual ele próprio, no Oriente, tinha tendência para renunciar, veio a ser restabelecida em todo o seu rigor. Há nisso uma evidente intenção apriorística de remontar no curso dos tempos.

A Espanha (18)

Por instantes, pareceu verosímil que Justiniano pudesse igualmente conseguir reunir a Espanha ao Império. A situação do Estado visigótico parecia perfeitamente lamentável após a derrota de Alarico II (508). Sem a protecção todo-poderosa de Teodorico o Grande, teria sido arrastado na tormenta. Após a morte do grande rei (526), Amalarico vê-se impotente para resistir aos Francos. E, contudo, tinha desposado uma filha de Clóvis, que tinha o mesmo nome de sua mãe, Clotilde; mas veio a maltratá-la para a levar a converter-se do catolicismo ao arianismo. A rainha queixou-se ao seu irmão Quildeberto, o «rei de Paris», o qual empreendeu uma expedição vitoriosa contra seu cunhado. Vencido junto de Narbona, Amalarico fugiu e acabou por ser assassinado pelos seus próprios soldados (531).

O reino visigótico foi salvo por Têudis, um ostrogodo que fora governador de Espanha no tempo em que este país estava sob a autoridade de Teodorico. Repeliu os Francos, que estavam prestes a apoderar-se da Septimânia e que tinham montado o cerco diante de Pamplona e Saragoça. Reconquistou momentaneamente *Septem* (Ceuta) aos Bizantinos. Mas veio a ser assassi-





nado por um louco em Sevilha, em 548. O seu sucessor teve a mesma sorte, e na mesma cidade, um ano depois.

Ágila, que tomou o poder, foi impotente para se apoderar do sul da Bética, onde a população se revoltou contra os Godos, menos por motivos de nacionalidade do que por motivos de ordem religiosa – porque Ágila, ariano convicto, perseguia os católicos.

Um visigodo de vulto, Atanagildo, que talvez fosse secretamente católico, apresentou-se então como pretendente ao trono e apelou para a ajuda de Justiniano. O imperador enviou-lhe o patrício Libério (anteriormente encarregado de reconquistar a Sicília a Totila) com algumas tropas. O patrício romano não encontrou qualquer resistência séria, já que, e apesar de já ser um homem idoso e pouco versado na arte da guerra, pôde rapidamente vir a apoderar-se das costas mediterrânicas da Espanha, como Valência, Cartagena, Málaga, seguindo-se-lhes Múrcia e Córdoba. O rei Ágila, atacado perto de Sevilha por Libério e Atanagildo, foi vencido e, pouco depois, assassinado pelos seus próprios soldados que reconheceram Atanagildo (554).

Atanagildo bem gostaria de se poder desembaraçar dos seus aliados. Mas os Romanos do Oriente ocupavam mais ou menos os territórios das antigas províncias da Bética e da Cartaginense. O rei visigodo transferiu então a sede do seu poder para o centro da península, para Toledo; daí podia mais facilmente não só lutar contra os invasores do Império, como também combater ao norte os Francos e os Bascos, que se tinham tornado independentes nas montanhas da Cantábria. Foi aí que veio a morrer em fins de 567.

O seu sucessor, Leovigildo, deu conhecimento a Justino II da sua subida ao trono – Justiniano morrera dois anos antes –, pedindo-lhe a sua confirmação. Parece, portanto, que o rei visigodo ainda reconhecia a supremacia teórica do Império relativamente à parte do território espanhol na qual reinava. Vencedor dos Suevos do nordeste, mandou cunhar uma medalha comemorativa no reverso da qual ainda pode encontrar-se o busto de Justino II. Não obstante, e excepção feita à zona litoral, o interior da península escapou inteiramente ao domínio efectivo do Império.

A Gália

Contra a Gália, Justiniano nada tentou⁽¹⁹⁾. Abandonou mesmo a Provença aos Francos (536), a qual tinha sido pertença dos Ostrogodos como território anexo da Itália⁽²⁰⁾.

Postas estas reservas, temos de reconhecer que, em meados do século VI, todo o litoral está quase sem interrupção em poder do imperador, tendo-se, assim, o Mediterrâneo voltado a tornar um lago «romano».

No fim dos seus dias, Justiniano pôde, pois, julgar que, mesmo assim, conseguira realizar quase que integralmente o seu grande intento da juventude e da idade adulta, a retomada do Ocidente pelo Império.

Sabia que a sua obra legislativa e a sua obra arquitectónica e artística, como as inúmeras fortificações semeadas desde o Atlântico ao Eufrates, do Danúbio aos desertos da África, ou a construção de Santa Sofia, maravilha do mundo, transmitiriam o seu nome às gerações vindouras. «Ainda hoje em dia há duas coisas que permanecem: o código Justiniano e Santa Sofia, que para todo o sempre serão perante a posteridade os melhores defensores da causa do grande imperador.»⁽²¹⁾ Pode inclusive considerar-se como o digno sucessor, se não de Augusto e de Trajano, pelo menos de Diocleciano, de Constantino, de Teodósio.

Mas iremos ver como uma tal grandeza era meramente fictícia e como a sua obra veio a revelar-se caduca e até mesmo maléfica.

IV.

Fracasso da obra de Justiniano

1. *Em África* (¹)

A vitória de Belisário, em 533, foi demasiado fácil e rápida para poder ser durável. Vencera facilmente os Vândalos. Os seus sucessores foram tão impotentes perante os indígenas, os Mouros (Berberes), como o tinham sido os Vândalos e, antes deles, os Romanos do século IV. Os soldados ao serviço do Império demonstraram ser de uma avidez e de uma indisciplina perfeitamente indescritíveis. De 535 a 548, a África não teve, por assim dizer, um só minuto de descanso. Os melhores generais do Império. Belisário, Germanus, o eunuco Solomon, Johannes Troglita, esfalfaram-se durante cerca de quinze anos em infrutíferas tentativas para restabelecer a calma. Quando, finalmente, o conseguiram, em meados do século IV, as províncias estavam despo-voadas e arruinadas.

Podemos condescender em que a obra dos Bizantinos em Africa não é totalmente condenável. A dominação vândala fora, sem dúvida, pior: fonte de distúrbios e até mesmo de perseguições de carácter religioso, além de impotente perante os Berberes. Mas podemos interrogar-nos sobre se, para bem do próprio Império, não teria sido melhor concentrar as suas forças num só ponto em vez de as dispersar. E a melhor prova da pouca solidez do seu

domínio em África reside na facilidade com que teve lugar a conquista muçulmana, no século seguinte. A Cirenaica foi conquistada logo em 660; a África proconsular foi atacada em 670; e, finalmente, Cartago veio a sucumbir em 698.

2. *Em Itália*

Roma e a Itália, ainda florescentes sob o domínio gótico, saíram perfeitamente esgotadas das intermináveis guerras da *reconquista*. Os exércitos bizantinos, compostos por bárbaros mais selvagens do que os Godos, eram pelo menos tão temíveis como aqueles aos olhos das populações. Francos e Alamanos, por volta do fim das guerras, caíram como autênticos lobos esfaimados sobre o país. Em 554, quando tudo terminou, a Itália estava arruinada, despovoada, anelante, numa situação ainda pior do que a da Alemanha após a Guerra dos Trinta Anos⁽²⁾. E, para cúmulo do infortúnio, tiveram de sentir o gosto amargo do *pristinum gaudium*, do qual falam o continuador de Próspero e a inscrição da Ponte do Anio⁽³⁾. Esta «felicidade passada» apresentou-se aos olhos das populações, de novo tornadas «romanas», sob a forma de um medonho sistema de leis fiscais⁽⁴⁾.

Quanto a Roma, conquistada e reconquistada cinco vezes, já não passava de uma sombra de si mesma. Sob Teodorico, possuía ainda uma população relativamente considerável, 200 000 habitantes, sendo, além disso, a mais bela cidade do Ocidente. Após as guerras góticas, constata-se que tinha perdido nove décimos da sua população (?). Inúmeros edifícios tinham sido pasto das chamas; e não só os templos, mas também os palácios imperiais do Palatino estavam em ruínas, devido à falta de manutenção de que tinham sido alvo. Os aquedutos tinham sido cortados, e, nas cercanias de Roma, a «campina romana» acabou por adquirir aquele ar de profunda melancolia que manteve até aos nossos dias⁽⁵⁾.

Por instantes, Roma esteve mesmo a ponto de perecer. Em Dezembro de 546, Totila teve intenção de a destruir de alto a baixo. Procópio põe na boca de Belisário um eloquente protesto contra a ideia de aniquilar a mais bela obra jamais erguida pela humanidade, admirável monumento da grandeza dos homens. Totila não pôs em prática as suas ameaças. Não destruiu Roma nem operou qualquer massacre, mas exigiu que a cidade fosse totalmente evacuada pelos seus habitantes. Durante cerca de quarenta dias, Roma patenteou o mesmo espectáculo de Ninive ou de Babilónia.

E mesmo depois de passada a tormenta, Roma, profundamente abatida, não pôde voltar a recuperar um só simulacro que fosse do seu antigo esplendor. Aliás, desde há já vários séculos que um tal esplendor era meramente artificial: a população era mantida à custa das distribuições de víveres. Justiniano suprimiu-as. Desde então, alguns milhares de habitantes passaram a viver dos peregrinos que exploravam e das esmolas do papa. O último jogo do circo foi dado pelo próprio Totila em 549. A última cerimónia comemorativa de um triunfo foi a de Narsès, em 552. Mas, depois de 541, já não há cônsules. O Senado desaparece no meio da maior indiferença; a última menção segura feita a este corpo é de 579⁽⁶⁾: trata-se de uma embaixada enviada a Constantinopla, embaixada essa que é, ao mesmo tempo, uma delegação do papa, sinal típico dos tempos.

O prefeito da cidade subsiste, mas veio a tombar sob a alçada da autoridade papal, que se substituiu ao imperador relativamente à manutenção e à alimentação do povo. «Envolta na medonha tormenta da guerra gótica, a vida do mundo antigo desaparecera para todo o sempre. Na cidade incendiada e deserta, apenas as ruínas atestavam ainda a prosperidade perdida. A profecia da Sibila fora cumprida. Uma profunda e negra noite abatera-se sobre o mundo latino e para além dos círios das igrejas e das solitárias lâmpadas dos monges no fundo dos mosteiros, nenhuma luz brilhava já na imensidão das trevas»⁽⁷⁾.

A ironia do destino fez com que Justiniano, que pretendia unir a Itália ao Império, lhe viesse a desferir um terrível golpe. Ao extirpar os Godos, retirou-lhe a única força capaz de a proteger contra os bárbaros do Danúbio, Lombardos e Awares, que a ameaçavam. Ao submeter e ao dominar o bispo de Roma, fez com que, a pouco e pouco, nascesse nele o desejo de se desligar de Constantinopla, que o oprimia, e de ir buscar um apoio alhures. A teocracia pontifícia da Idade Média e dos tempos modernos germina já entre os escombros da Roma antiga.

3. *No Oriente*

Até mesmo no Oriente, se o reinado de Justiniano foi um grande reinado, só o foi por comparação com os seus contemporâneos. É certo que os nossos reis francos e visigodos não passam, em comparação, de simples principzitos. Mas quantos problemas e desastres não ensombram um tal quadro de esplendor e prosperidade!

Para poder ter liberdade de acção no Ocidente, o imperador vira-se obrigado a pagar aos Bárbaros e aos Persas tributos camuflados sob o nome de subsídios. E a segurança que daí lhe adveio sempre foi precária. Por inúmeras vezes, tanto a península dos Balcãs como a própria Hélade foram horivelmente devastadas. Os Eslavos introduziram-se em solo do Império, cometendo os mais abomináveis massacres. Apoderam-se de Andrinopla e cercam o Adriático em Durazzo. Em 558, o imperador está ameaçado pelos Hunos Koutourgours e, até mesmo em Constantinopla, receia pela sua vida. Um povo tártaro, os Awares, surge pela primeira vez em 562 e mostra-se talvez tão terrível para o Império como o foram os Hunos no século v.

Pestes, fomes e repetidos terremotos contribuem para acabar por ensombrar todo este reinado⁽⁸⁾.

Na Ásia, os Persas dominam em absoluto.

A maior e a mais rica cidade do Império depois de Constantinopla, Antioquia, sofre um terrível desastre. Já bastante arruinada pelos tremores de terra no reinado de Justino I, em 526, que causaram, segundo se diz, 250 000 vítimas, a cidade foi totalmente destruída pelo rei da Pérsia, Chosroës, em 540. A população foi massacrada ou levada em cativeiro. Não restou pedra sobre pedra. O desastre foi tão completo que, mais tarde, quando se pretendeu reconstruir a cidade, não foi possível encontrar quaisquer marcas de ruas ou de praças, só tendo sido possível identificar um edifício: uma igreja. Chegado ao Mediterrâneo, o iraniano dele tomou posse mediante uma cerimónia simbólica. Justiniano teve de comprar a peso de ouro (545) uma trégua de cinco anos, renovada por mais duas vezes. «Triste contrapartida dos sucessos obtidos no Ocidente»⁽⁹⁾, e obtidos, como já o vimos, à custa de quantos sacrifícios!

A reforma interna fracassa lastimosamente. No início do seu reinado, o imperador propusera-se pôr fim à corrupção e à tirania dos funcionários; pretendia aliviar as populações do peso de um sistema fiscal opressivo e cúvido e, ao mesmo tempo, aumentar os rendimentos do Estado. Tudo foi inútil. Tanto no final como no início do seu reinado, floresceu a aviltante opressão de uma administração detestável, corrompida, vendendo a justiça, apropriando-se dos rendimentos públicos, e nem sequer assegurando a segurança dos cidadãos, pois o país é assolado por uma crescente onda de banditismo. As finanças estão falidas e o paupérrimo estado do tesouro paralisa as expedições do imperador.

O mal era demasiado profundo para poder ser corrigido à custa de *novellae*. As raízes do mal estendiam-se mesmo à própria corte. O círculo

palaciano do imperador deixava muito a desejar. Triboniano, questor do sacro palácio, isto é, grande chanceler e ministro da justiça, jurisconsulto ilustre, vendia a justiça; o prefeito do pretório, João da Capadócia, amontoou uma enorme fortuna a expensas do Estado. A própria imperatriz, Teodora, tão senhora do governo, pelo menos como Justiniano, não possuía uma conduta propriamente irrepreensível, mesmo que não se aceitem as torpezas narradas por Procópio que, na sua *História Secreta*, dela se vinga como um criado a quem despediram. A corrupção bizantina era incurável.

E Justiniano bem surpreendido teria ficado se lhe dissessem que ele era um imperador «bizantino». Pois ele considerava-se a si próprio como o verdadeiro sucessor dos Césares, como um imperador romano cuja tarefa consistia em reconstituir o mundo romano em toda a sua integridade territorial. Os seus efêmeros sucessos encheram-no de uma ingénua soberba: «Nunca, a não ser no nosso reinado, Deus dignou conceder aos Romanos que levassem a cabo tais conquistas (*Nov., I, praeef.*). Habitantes do mundo, dêem graças ao céu, que dignou reservar ao nosso século a execução de uma tão grande obra. Aquilo de que, aos olhos do juízo Divino, a Antiguidade não tinha parecido digna, veio a realizar-se nos nossos dias (Constituição Tanta, 19)»⁽¹⁰⁾.

Na realidade, precisamente a partir do reinado de Justiniano, o Império Romano, a antiga *pars Orientis*, de romano já só tinha o nome⁽¹¹⁾. Devia a Roma a sua organização política, que teria sido incapaz de vir a constituir por si só. Mas o seu espírito e os seus destinos iam rapidamente perdendo toda e qualquer relação com a latinidade.

E, em primeiro lugar, onde é que estão, neste Império «romano», ao qual se chamará, até finais do século VIII, a *Respublica Romanorum*, os cidadãos romanos? A população dos campos, formada por camponeses de todas as raças, está reduzida a um profundo estado de dependência para com o Estado e os grandes proprietários rurais. Já não passa de uma simples massa humana sujeita à talha e às corveias para o fisco e a aristocracia, não contando absolutamente para nada na vida política do Império.

A população das cidades é ainda mais heteróclita do ponto de vista ético, pois é formada por mercadores de todas as raças e por uma enorme plebe miserável e insolente, capaz de se amotinar ao mínimo pretexto, sendo por isso temida, alimentada e distraída, mas destituída de qualquer sentimento de patriotismo ou de qualquer concepção política elevada.

As forças do Estado consistem: 1.º no exército, isto é, nos *condottieri* bárbaros; 2.º na burocracia. Esta mantém as tradições unitárias e centraliza-

doras de Roma. Quanto à aristocracia rural, minoritariamente romana pelas suas origens (existem algumas famílias senatoriais em Constantinopla), encontra-se totalmente desligada do Ocidente e da latinidade.

O mais firme suporte de uma nacionalidade, de uma cultura, é a língua. O latim continua a ser a língua «nacional» do Império no século VI. É o próprio Justiniano quem o declara⁽¹²⁾. O verdadeiro fundador do Império que deveria vir a tornar-se no Império «bizantino», Constantino, sabia tão pouco de grego que se via obrigado a mandar traduzir para esta língua os discursos latinos que pronunciava diante dos concílios⁽¹³⁾. Em Constantinopla, o latim permaneceu como a língua da corte e da administração. No início do século V, por testemunho de S. João Crisóstomo, é impossível ser-se alguém na vida se não se sabe o latim. As inscrições, inclusive as existentes na Batânia (*Haouran*), povoada de árabes, são todas em latim. O latim é a língua do exército. Na própria Síria, os soldados foram por longo tempo obrigados a servirem-se do latim. No Egipto, insertas na estátua de Mémnon, encontram-se inscrições traçadas pelas guarnições aí estacionadas: são todas em latim.

O latim é a língua da legislação. O mais antigo código conhecido, consistindo numa recolha de constituições imperiais, deve-se à iniciativa de um imperador que nunca deixou Constantinopla, Teodósio II (408-450). As coletâneas, bem mais amplas, que Justiniano mandou compilar, o Código, as Pandectas, são naturalmente em latim. Mas os títulos e os comentários teriam podido ser em grego: mas não, são em latim. Do mesmo modo, o manual de direito, para estudantes e professores, os *Institutes*, redigido por Teófilo e Doroteu, teria podido ser em grego: mas não, é também em latim.

Nas duas grandes faculdades de Direito, Constantinopla e sobretudo Beirute (Beryte), na Síria, é muito provável que o estudo fosse feito em latim⁽¹⁴⁾. De resto, já os grandes jurisconsultos latinos do Ocidente, no século III, Papiniano, Ulpiano, tinham saído desta escola.

Ao contrário de um Juliano, de um Alexandre Severo, de um Marco Aurélio, ou até mesmo de um Adriano, que se sentiam mais helenos do que latinos, Justiniano quis ser um imperador romano *latino*.

Os seus sentimentos pessoais vieram a confirmar de vez o seu horror pelo helenismo. Imperador romano, Justiniano é igualmente um imperador cristão. Considera-se a si mesmo como a trave mestra da ortodoxia cristã. O espírito helénico é profundamente pagão, sendo por isso que Justiniano o execra. Para ele, tal como para os seus contemporâneos e os seus sucessores, heleno é sinónimo de pagão e apodar alguém com este nome equivale a

insultá-lo. As populações gregas dão-se a si mesmas o nome de Ρωμαῖοι (Romanos). Ainda hoje em dia *Romios* é de uso corrente entre o povo. Heleno é um termo artificial que foi ressuscitado no século XIX. A capital do Império é apelidada de *Roum* pelas populações árabes e turcas da Ásia.

Mas, na realidade do dia-a-dia, a língua, logo, por consequência, o pensamento, já nada tem de latino. A única parte do Império onde ainda se fala a *língua romana* é na faixa do *Illyricum* pertencente à *pars Orientis*. É desta região do Império que Justiniano era originário (nasceu perto de Skopje) e é a uma tal circunstância que será preciso atribuir o artificial prolongamento da latinidade do Império.

Para mais, a Ilíria latina trinta anos após a morte de Justiniano, vem a ser submergida pelos Eslavos e os sobreviventes das populações ilíricas que falavam a *língua romana*, donde veio a sair o *vlak*, o romeno-macedónico, vêem-se reduzidas ao estado da pastorícia nómada, quando não são mesmo repelidas até ao litoral. As cidades marítimas, Durazzo, Spalato-Salona, Ragusa, mantiveram, até ao século XV, o uso de uma língua saída do latim e, mais tarde, do veneziano⁽¹⁵⁾.

Não longe de Skopje, principiava o domínio incontestado do grego. A fronteira entre as duas línguas⁽¹⁶⁾, entre as duas culturas, passava entre *Remesiana* (hoje em dia Bela-Palanka, a cerca de 50 quilómetros a leste de Nisch, na Sérvia), cuja língua era o latim, e *Turres* (hoje em dia Pirot) cuja língua era o grego. Não só na Trácia e na Mésia, não só na Ásia Menor, mas também na Síria e no Egipto, a língua corrente e oficial é o grego. Na própria capital do Império, na nova Roma, a preponderância da língua grega era, apesar de tudo, uma realidade. Na primeira metade do século V, latim e grego parecem estar mais ou menos equilibrados. Sob o reinado de Teodósio, na Universidade de Constantinopla, encontram-se dez disciplinas de gramática no respeitante ao latim e dez no respeitante ao grego; apenas três de retórica relativamente ao latim contra cinco relativamente ao grego; mas, se o ensino da disciplina de filosofia era, sem dúvida, ministrada em grego, já as duas disciplinas de direito o eram seguramente em latim.

As inscrições da cidade ora eram em latim, ora eram em grego. Mas é de assinalar que o governador da cidade, sob Teodósio I, Cyrus de Panóplia, redigia as suas proclamações em grego. E se temos conhecimento de que Pulquéria, irmã do imperador Teodósio II, falava e escrevia em latim, tal significa que esse facto parecia, sem dúvida, suficientemente insólito para ser assinalado.

No decurso do século V e do século seguinte, o recuo do latim é rápido. Vem mesmo a precipitar-se no próprio reinado de Justiniano. Os comentários

das suas recolhas legislativas são em grego e os autores desses comentários são, em boa parte, as mesmas pessoas que, tal como Teófilo e Doroteu, foram encarregadas de escrever o manual dito *Institutes*. Evidentemente que, para a prática quotidiana do direito, era necessário usar a língua falada, o grego. Assim, sucedeu em Bizâncio aquilo que sucedeu em Inglaterra, onde ainda no século XVII, os comentários jurídicos eram em francês, quando o francês era desconhecido da imensa maioria da população; mas os jurisconsultos não se julgavam por isso menos dispensados de escreverem os seus tratados em francês, o que era, aliás, perfeitamente extravagante.

Mas há mais e há pior: o próprio imperador, após as grandes compilações do *Código* e do *Digesto*, que constituem a principal base jurídica, mas que representam o passado, vê-se obrigado a promulgar, para suprir as necessidades do presente, novas constituições, as *Novellae*. Possuímos 154, de 534 a 565: a grande maioria está redigida em língua grega, e Justiniano diz-nos porquê: «Não escrevemos esta lei na língua *national* (o latim), mas sim na língua corrente que é o grego, *a fim de que possa ser conhecida de todos* devido à facilidade que terão em compreendê-la» (17). Confissão profundamente significativa em toda a sua inconsciência.

V.

A Espanha visigótica⁽¹⁾

Enquanto a Itália, e sobretudo a Gália e o Oriente não tinham tido um momento de descanso na sua luta contra os Bárbaros, que desde o século III pressionavam constantemente as fronteiras, a Espanha usufruía de uma paz quase ininterrupta, pelo menos do ponto de vista político, dado que as perseguições contra os cristãos prosseguiram durante mais tempo em Espanha do que na Gália. A Gália foi, com efeito, governada por Constâncio Cloro, César, e a Espanha directamente por Maximiano Herculio, Augusto. Mas, em 305, Constâncio César passou a ter o controlo da Espanha e a perseguição cessou. Em 332, a geografia política e administrativa do país sofreu uma alteração. O número de províncias foi elevado de três para cinco, devido à fragmentação da Tarraconense⁽²⁾. Assim, passaram doravante a haver cinco províncias: a Bética, capital *Hispalis* (Sevilha); a Tarraconense propriamente dita (capital Tarragona), e mais tarde, a *Cesarea Augusta* (Saragoça); a Lusitânia, capital Mérida (*Emerita Augusta*); a Galiza, capital Astorga ou *Bracara* (Braga); a Cartaginense, capital Cartagena. Havia ainda dois anexos; as Baleares, capital Palma; a Mauritânia Tingitana, capital *Tingis* (Tânger). No seu conjunto, constituía a diocese das Espanhas governada por um vigário residente em *Hispalis* e sendo da responsabilidade do prefeito do pretório das Gálias, residente em Trêves; mais tarde, este passou a residir em Arles.

A organização eclesiástica foi moldada na organização administrativa: assim foi colocado um metropolitano em cada uma das capitais de província; mas Toledo veio a ser substituída por Cartagena, facto que a longo termo virá a acarretar importantes consequências políticas.

Em 409, esta tranquilidade foi subitamente perturbada pela chegada dos Bárbaros que, desde há mais de dois anos, devastavam a Gália; Alanos, Suevos, Vândalos Asdingos, Vândalos Silingos. Durante dois anos, a Espanha foi posta a saque, principalmente a oeste, onde já não restavam quaisquer tropas romanas. As cidades, contudo, parecem ter escapado, salvo Cartagena, que, um pouco mais tarde, aliás (425), veio a ser arrasada. Em 411, por intervenção do Império, foi assinado um tratado. Os invasores foram acantonados como federados: os Suevos e os Vândalos Asdingos na Galiza; os Vândalos Silingos na Bética; os Alanos, provavelmente os mais numerosos, na Lusitânia e na Cartaginense. Restava a Tarraconense. Mas, logo no ano seguinte, Honorius veio a abandoná-la, assim como a Narbonense, na Gália, a Ataúlfo e aos Visigodos. O sucessor deste último, Wallia, decidiu limpar a Espanha dos Bárbaros em nome do imperador: os Vândalos Silingos foram exterminados, tendo o seu rei (Fredbal) sido feito prisioneiro e enviado para Itália; os Alanos, por seu lado, viram-se tão enfraquecidos que acabaram por se juntar aos Vândalos Asdingos, tendo reconhecido o seu rei que, desde então, passou a usar o título de *rex Vandalorum et Alanorum*. Mas os Visigodos foram de novo transferidos para a Gália, em 418, tendo sido instalados na região que vai de Bordéus a Toulouse. Os Vândalos Asdingos passam, então, a ser os únicos senhores da Espanha. Repelem os Suevos para as montanhas do Norte (Cantábria) e derrotam um exército romano comandado por Castinus (421-422). No entanto, acabam por lá não ficar. Um novo rei, Geiserico, leva todo o seu povo (Vândalos Asdingos e Alanos) até África. O embarque tem lugar em Maio de 429. O povo bárbaro, no seu conjunto, não ia além de 80 000 almas⁽³⁾.

Em Espanha, já só restavam os Suevos, os menos numerosos de todos os invasores, ainda enfraquecidos por uma sangrenta derrota sofrida perto de Mérida, e que lhes fora infligida por Geiserico antes do seu embarque. Poderia, pois, parecer que nada teria sido mais fácil para o Império do que restabelecer a sua autoridade sobre a Espanha. Mas tal não sucedeu: os reis suevos bateram as tropas romanas (439) e conseguiram vir a apoderar-se de Mérida e de Sevilha, facto que os tornou de imediato nos senhores incontestados da Lusitânia e da Bética. Roma veio a sofrer uma nova derrota em 446. O tratado de 454 não deixou ao Império mais do que a Tarraconense e a Cartaginense.

A única força capaz de se opor aos Suevos são os Visigodos. Em 456, Teodorico II passa os Pirinéus, derrota os Suevos, aprisiona o seu rei Rechiar, que vem a ser morto, e coloca um governador (um warno, Agiwulf) à frente do povo conquistado. Apesar das suas ulteriores incursões, o poder dos Suevos foi definitivamente quebrado. Teodorico agia pretensamente em nome do imperador Avitus, o qual não passava de um fantoche nas suas mãos, tendo vindo a ser deposto nesse mesmo ano.

No ano de 459, viu-se pela última vez na Gália um imperador romano, Majoriano, que aí foi preparar uma fracassada expedição contra os Vândalos.

É com Eurico⁽⁴⁾ que os Godos vêm a apoderar-se da totalidade da Espanha. Em 469, este expulsa os Suevos da Lusitânia, repelindo-os até à Galiza, onde passarão doravante a estar confinados, sob a influência dos Godos, que os obrigam a converter-se do catolicismo ao arianismo. Aquando da queda do Império do Ocidente, ao Império já só lhe restava a Tarraconense. Zenão cedeu-a a Eurico (477). Toda a Espanha pertence dovarante aos Visigodos. Contudo, não é nela que os reis residem. Preferem a Gália, aonde vieram a estender o seu domínio até às margens do Loire.

O poderio gótico esteve em riscos de desabar após a derrota e a morte de Alarico II em Vouillé, em 507. A realeza visigótica foi salva por Teodorico, rei dos Godos da Itália, que impediu os Francos de se apoderarem da Provença e da Septimânia, tendo-se apresentado como tutor de Amalarico, filho de Alarico II e da sua própria filha Thiudigotha. Amalarico era menor. Até 526, a Gótia gaulesa, dos Alpes aos Pirinéus, assim como a Espanha, estão sob a influência de Teodorico. Amalarico continuou a reinar na Gália, em Narbona. Foi aí que veio a morrer, em 531, após ter sido batido pelos Francos. A raça dos Baltos extinguiu-se na sua pessoa.

O desaparecimento desta família sagrada teve graves consequências para a solidez da realeza em Espanha. O sucessor de Amalarico foi o seu governador, Têudis, que se transferiu para Espanha, para Barcelona. Conseguiu enfrentar e deter os Francos; em 532, Teudeberto e Gontran avançou até Béziers; em 542, Quildeberto e Clotário apoderam-se de Pamplona e montam o cerco a Saragoça.

Até então, as populações hispano-romanas, durante quase um século e meio, tinham assistido passivamente ao desenrolar dos acontecimentos. Apenas em 476 pode assinalar-se uma tentativa de resistência por parte da aristocracia da Tarraconense, tentativa essa bastante semelhante à de Auvergne, ocorrida na mesma época. Mas trata-se de um facto pouco significativo: alguns nobres, alguns proprietários, armam os seus clientes e escravos.

A Espanha, tal como a Gália, vem a conhecer os *Bagaudes*(*) que são assinalados em 435, 436 e 449; a Tarragona é, então, tomada por Basílio, chefe dos revoltados. Em 453, os Bagaudes são exterminados na Tarragona por Frederico, irmão de Teodorico II. Estamos mal informados a respeito deste movimento. Parece ter sido, de facto, um movimento de índole social, uma espécie de *jacquerie* dirigida contra todos os ricos, tanto romanos como bárbaros, e não um movimento de índole nacionalista dirigido contra o estrangeiro.

Nas montanhas da Cantábria, os habitantes, imperfeitamente romanizados, voltam a tornar-se bárbaros; perdem o uso do latim e já só falam o idioma ibérico, o basco. Passam à ofensiva e começam a espalhar-se pelas planícies. Virão a dar graves preocupações aos reis godos e francos; avançarão até ao Adour; no século VII, sob o nome de Vascões ou Gascões, acabarão por apoderar-se da região compreendida entre os Pirinéus e a Garona ⁽⁵⁾.

Mas salvo esta excepção, a calma foi total. Só que os Godos eram arianos piedosos e fanáticos. Perseguiam os católicos, levando a que os bispados ficassem desertos; donde o ódio que lhes votavam os bispos católicos de Espanha, as únicas personagens que, desde o desaparecimento da autoridade romana, possuíam algum ascendente sobre as populações.

Ágila, segundo sucessor de Têudis, que reinou de 549 a 554, transferiu-se de Barcelona para Mérida, nas margens do Guadiana. A sua acção sobre o Sul da Espanha (Lusitânia e Bética), até então negligenciada, pôde, assim, ser mais directa. Quando decidiu tornar mais efectiva a sua autoridade, esbarrou com um levantamento das populações católicas e veio a ser completamente derrotado em Córdova. Já vimos que Justiniano aproveitou tal facto para intervir: o patrício Libério apoderou-se dos portos de Cartagena, Málaga, Cádiz, tendo-se, assim, a Bética voltado a tornar por algum tempo numa província romana. Mas o imperador tinha demasiados problemas entre mãos para poder prosseguir com uma *reconquista* que, no entanto, não parecia difícil. Assim, ficou-se por aí. Atanagildo assegurou-se da neutralidade dos Francos casando as suas filhas, Galawinthe com Quilperico e Brunehaut com Sigeberto, e acabou por transferir a capital para Toledo. Aí veio a morrer em 567.

A monarquia gótica veio a ser reconstituída por Leovigildo, na segunda metade do século VI. Retomou Córdova e Málaga aos Romanos do Oriente,

(*) *Bagaudes*: grupos de camponeses gauleses cujas revoltas foram por várias vezes esmagadas pelos Romanos nos séculos III-V. (*N. do T.*)

conteve os Bascos (fundou Vittoria), anexou o reino dos Suevos e repeliu os Francos que tinham invadido a Narbonense. Leovigildo, contudo, veste à moda de Bizâncio, tem um trono e manda cunhar moedas de ouro. O seu reinado teria sido um grande reinado se, perto do seu fim, não tivessem sido retomadas as hostilidades entre arianos e católicos. Um dos seus filhos, Hermenegildo, filho de uma mãe grega e católica, marido de Ingonthé, filha de Brunehaut e de Sigeberto, foi convertido ao catolicismo por Leandro, metropolitano de Sevilha. Revolta-se contra o pai e encontra apoio nas cidades de Mérida, Sevilha e Córdoba, que continuavam a ser inimigas do arianismo. Vencido após vários anos de luta, Hermenegildo é morto. Leovigildo vem a morrer no ano seguinte (568).

O seu outro filho, Recáredo, converteu-se de imediato ao catolicismo (589) e fez desaparecer o arianismo⁽⁶⁾. Desde essa data, nada mais voltou a opor-se à aproximação, senão mesmo à fusão imediata entre Godos e Hispano-Romanos. A corte, com o tempo, foi adoptando cada vez mais os modos e os hábitos bizantinos: o gótico desaparece diante do latim vulgar; e, como é evidente, as actas oficiais passaram a ser sempre redigidas em latim clássico. Os reis godos do século VII escrevem em latim num estilo empolado. A proibição de casamento entre Godos e Romanos, conformemente ao direito romano, mas que, na prática, era sem dúvida mera ficção, fora já levantada por Leovigildo.

Finalmente, vence a unidade legislativa. Recáredo quis que os seus éditos tivessem fora de lei para todos os povos, Godos, Suevos, Romanos, que vivessem sob a sua autoridade⁽⁷⁾. Em 654, finalmente, o rei Recesvindo promulgou um código⁽⁸⁾, cujo uso impôs tanto aos Romanos como aos Godos, a *Lex romana Recesvindiana* ou *Liber judiciorum*, e proibiu o uso da *Lex romana Wisigothorum*, também dita *Breviário de Alarico*, promulgada para uso dos Romanos por Alarico II em 506, em Toulouse. O *Breviário de Alarico* só será doravante utilizado na Septimânia e na meridional. O código de 654, à semelhança dos códigos romanos, está dividido em doze livros e reproduz a anterior legislação profundamente influenciada pelo direito romano. A actividade legislativa dos reis visigodos veio, aliás, a prosseguir sem descanso, desde o reinado de Eurico até à queda final do reino. Possuímos ainda algumas *novellae* de Egica (falecido em 702) e de Witiza (falecido em 710). Mas toda esta legislação do século VII-VIII, integralmente eclesiástica no seu estilo e inspiração, não passa de mera verborreia sem força jurídica⁽⁹⁾.

Facto curioso, parece que, na prática, o direito gótico veio a lançar raízes bem mais vivazes do que o faria pressupor a legislação dos reis visigóticos,

legislação integralmente romana. Os *fueros* espanhóis apresentam analogias flagrantes com o direito noruego-islandês, na opinião de Ficker, de Amira e de K. Maurer.

No século VII, a aristocracia hispano-romana laica, e até mesmo eclesiástica, começa a sentir-se gótica. Compare-se, por exemplo, a crônica de Jean de Biclar com a de Isidoro de Sevilha, ambas datadas do reinado dos imperadores; o primeiro é um godo, mas residiu em Constantinopla, e o segundo é um romano, irmão desse mesmo Leandro de Córdoba que esteve na origem da conversão da realeza ao catolicismo. São quase contemporâneos (Isidoro morreu em 636 e Jean cerca de vinte anos antes, segundo parece). A história do segundo é de inspiração integralmente gótica⁽¹⁰⁾. Aplauze encomiasticamente a reconquista, levada a cabo por Sisebuto e Swintila (em 624), das cidades em poder da *Roman militia*, isto é, do Império bizantino.

Os descendentes da aristocracia hispano-romana sempre se orgulharam de descenderem dos Godos⁽¹¹⁾. A fusão das raças foi mais precoce em Espanha do que em qualquer outro lado; o país pôde usufruir de um longo descanso e foi menos atormentado do que a Gália, a Itália ou a África. Contudo, assiste-se a uma profunda e implacável decadência do Estado no século VII, a despeito da energia pessoal da maioria dos governantes.

A realeza, entre os Visigodos de Espanha, é, em princípio, todo-poderosa⁽¹²⁾. Tal como entre os Vândalos e os Francos, resume em si o Estado. O déspota godo imita, na medida do possível, o imperador dos Romanos. Em meados do século VII, Recesvindo reorganiza a hierarquia da sua corte baseando-se no modelo de Bizâncio. Passa a vestir-se à maneira bizantina, enquanto que, até cerca de 630, os reis godos usavam longas cabeleiras à moda dos Bárbaros. E também imita Bizâncio na prática das maiores atrocidades contra os competidores e os rebeldes. Mas, sob a sua aparência de absolutismo, a realeza visigótica está tão instável como o Império. A raça real dos Baltos extinguiu-se em 531 na pessoa de Amalarico, filho de Alarico II. Os personagens que se apoderam do trono, o ostrogodo Têudis, seguido de Ágila (549-554) e, mais tarde, após o glorioso interlúdio de Atanagildo (falecido em 567), de Leovigildo (falecido em 587), de Recáredo, de Sisebuto, elevados ao poder mercê da sua imposição pela força, nunca conseguiram impor-se a seus rivais, membros da aristocracia gótica. A coroa não pode permanecer por mais de duas gerações no seio da mesma família. No século VII, finalmente, a realeza torna-se electiva.

O princípio da eleição foi apresentado no concílio de Toledo, reunido no reinado de Sisenando (631-636). Foi em virtude deste princípio que

Swinthila veio a ser eleito em 636. Como é natural, a realeza procura libertar-se de tão incómodo princípio. Cindasvindo, um nobre, eleito em Maio de 642 pelos seus iguais, tenta esmagar a aristocracia: manda matar ou reduzir à escravatura 700 nobres; inúmeros outros fogem apavorados para África. Estas atrozes medidas não conseguem alcançar o seu objectivo. O carácter electivo da realeza vem a ser confirmado no oitavo concílio de Toledo em 653: o rei deve assumir determinados compromissos para com a aristocracia e o alto clero e, entre outros, o de perseguir os judeus.

A «instituição» fundamental do Estado visigótico passa a ser o concílio de Toledo, onde são simultaneamente tratados, algo confusamente, os assuntos do Estado e da Igreja⁽¹³⁾. Contra a aristocracia, a realeza invoca o apoio da Igreja e esta fá-lo pagar bem caro, além de nem sempre lhe ser fiel. Assim, Wamba vem a ser destronado pela aristocracia em 680; a conspiração contra Egica é fomentada por Sisebuto, metropolitano de Toledo. E é após a abdicação do irmão do velho rei Wamba que a decadência da monarquia visigótica vem a precipitar-se. Wamba estendera o seu domínio até Nîmes a fim de se apoderar de um seu competidor, Paul. Reconstruíra Toledo e as suas muralhas. Como as pessoas se preocupavam cada vez menos em cumprir o serviço militar, Wamba impõe-no, em caso de invasão do país, a todos os seus súbditos, sem distinção de raça ou de condição, inclusive aos clérigos; pretendeu mesmo forçar os grandes proprietários, incluindo os eclesiásticos, a enviarem os seus servos para engrossar as fileiras do exército. Estas disposições, tão características e tão inquietantes, vieram a ser revogadas pelos seus sucessores. Estes não puderam mais do que agravar as medidas, já de si bastante atrozes, tomadas contra os judeus. Contudo, a aristocracia continua a recear esta debilitada realeza. Depois de Witiza (701-708), recusa o trono aos seus filhos e entrega-o a um obscuro personagem, Roderico (Rodrigo), que será o último rei godo.

Intellectualmente, a Espanha visigótica apresenta-nos um triste espectáculo de inelutável decadência. Isidoro de Sevilha (falecido em 636) não passa de um simples compilador: as suas *Etymologiae* não passam de um «sotão onde ele armazena todo o espólio da Antiguidade»⁽¹⁴⁾; pelo menos tinha uma bela biblioteca. Em fins do século, sob S. Juliano, a biblioteca da metrópole, Toledo, não inclui mais do que um autor profano: Cícero. A decadência do latim clássico ainda que menos rápida e acentuada do que na Gália, era já flagrante.

Os reis não apresentam, contudo, o lamentável espectáculo dos Merovíngios. Vários dentre eles, Leovigildo, Cindasvindo, Wamba, revelam ser até

bastante enérgicos. Mas a realeza esbarra com forças sociais demasiado fortes, quando não vem mesmo a afundar-se no atoleiro da apatia geral. Apenas os problemas de ordem religiosa tinham conseguido arrancar as populações do seu torpor. Após o triunfo do catolicismo, voltam a cair na sua ociosa indolência e permanecem indiferentes aos interesses públicos.

Assim, para todos os lados para onde quer que nos voltemos, assistimos ao agravamento da decrepitude do mundo antigo. As dinastias bárbaras da Itália, da Espanha e, com muito maior razão, de África, à semelhança do pseudo-Império romano que vai sobrevivendo em Constantinopla, também não conseguiram deter a sua decadência. Em Espanha, a principal característica distintiva reside em que a organização romano-gótica, em vez de se ir arrastando, como no Oriente, ou de vir a regenerar-se, como na Gália, recebe subitamente um golpe de misericórdia.

Bastou um exército de 12 000 berberes e uma só batalha, travada perto da localidade mais tarde apelidada de Medina Sidónia, para pôr fim à monarquia visigótica (19 de Julho de 711). Em dois ou três anos de expedições, ou melhor, de recreios militares, Tarik e Mouça, apoderaram-se da Espanha, indo até aos Pirinéus sem se lhes ter deparado qualquer resistência séria. O Estado visigótico surge-nos, assim, tão apodrecido como sucedera dois séculos antes com o Estado vândalo.

VI.

O Estado lombardo ⁽¹⁾

Mal as últimas tropas góticas aquarteladas no Norte da Itália se renderam a Narsès, mal Justiniano acabara de descer à tumba (565), quando a Itália viu chegar os Lombardos, que, tendo vindo a conquistá-la, exerceram uma profunda influência sobre o seu destino político, sobre o seu direito e até mesmo sobre o seu direito privado. E desta vez não teve de se haver com simples federados ligados ao Império por laços mais ou menos reais de dependência, mas sim com verdadeiros conquistadores.

Os Lombardos não pareciam fadados para virem a desempenhar um papel de relevo na história da Europa. Povo famoso, desde o século I, pelo seu arrojo e ferocidade, mas pouco numeroso, pouco poderoso⁽²⁾, ocupava apenas, no curso inferior do Elba, um pequeno território que veio a conservar o seu nome, *Bardengau* (*Landobardengau*), em torno daquilo que hoje em dia é o Lunebourg. Na sequência das grandes invasões, vimos encontrá-los no centro da Europa, na Panónia. Combatem furiosamente contra outros povos germânicos vizinhos, como os Érulos (leste da Boémia) e os Gépidas. Acabam, assim, por vir a exterminá-los (567), mas na base de uma aliança com um povo turco, os Awares, sucessores dos Hunos. Não parecem ser perigosos para o Império, ao qual fornecem mercenários: o exército de Narsès, que conquistou a Itália aos Ostrogodos, era, como já o vimos, composto numa boa parte por lombardos.

Os Lombardos tornaram-se subitamente temíveis quando os seus diversos bandos vieram a unir-se sob a direcção de um só rei e quando a pressão dos Awares, ao escorraçá-los da Europa Central, os impeliu na direcção da Itália. Na Primavera de 568, sob o comando de Alboim, o povo lombardo, engrossado por contingentes saxões e até mesmo búlgaros, atravessou os Alpes orientais e, através da Ístria, penetrou em Itália. Apoderou-se de Verona e entrou em Milão a partir de Setembro de 569. Apenas Pavia foi alvo de um cerco em regra. À parte esta excepção, nem as populações, nem mesmo as tropas ao serviço de Bizâncio, tinham oferecido qualquer resistência séria.

Mas se as devastações dos bandos lombardos foram múltiplas e atrozes – espalharam-se mesmo pelo sul da península e pela Gália, tendo chegado até ao vale do Reno –, o Estado lombardo, se é que é lícito empregar um termo tão pomposo, nunca teve qualquer consistência. Só se mantinha devido à pessoa do rei. Ora, o conquistador, Alboim, foi assassinado, ao que consta, pela sua própria mulher, Rosamonde, em 572; o seu sucessor, Kleph, veio a ter a mesma sorte dezoito meses depois. A realza foi sendo suprimida (574), e os diversos bandos vêm a dividir-se por entre trinta e cinco duques, os quais se instalam, cada um em sua, nas *ciudades* do Norte da Itália, passando, naturalmente, o tempo em disputas e combates entre si. Os auxiliares saxões voltam a atravessar os Alpes.

A ocasião parecia ser das mais favoráveis para que o Império, atordado pelo súbito ataque dos Bárbaros, recobrasse alento. É certo que teria bastado um esforço minimamente resolutivo para derrotar sucessivamente os diversos duques lombardos e os seus pequenos bandos. Mas o Império era doravante perfeitamente impotente para dispendir um tal esforço. Com efeito, depois de Justiniano, Bizâncio mal tem forças para respirar. O seu sucessor, Justino II, tem de renunciar à política «mundial», arcaica, do seu ilustre predecessor. Os recursos de que o Império ainda dispunha bastavam-lhe à justa para lhe permitir lutar contra os Awares e os Eslavos, na Europa, contra a Pérsia, e, mais tarde, contra o Islão, na Ásia.

O Império tem os olhos postos no Oriente, e o Ocidente já só pode deter um lugar muito secundário nas suas preocupações. Tal equivale apenas ao resultado prático e perfeitamente fatal de uma situação existente desde o século VI, situação essa que é, em si mesma, a mais clara condenação da política de Justiniano: ao derrotar os Godos da Itália, Justiniano retirou a este país a única força que teria podido salvá-lo dos Bárbaros, sendo ele próprio perfeitamente impotente para a substituir por outra.

Reduzidos aos seus próprios recursos, os Lombardos estavam tão enfraquecidos que os Francos Austrasianos, excitados pelo Império, se lembraram de lhes disputar a Itália. De 584 a 590, dirigiram cinco expedições contra este país. Mas já então o Estado franco merovíngio tinha entrado na sua lenta curva descendente. Não houve continuidade nestas expedições; foram, contudo, suficientemente ameaçadoras para que os Lombardos decidissem reconhecer a supremacia dos Francos e lhes passassem a pagar tributo⁽³⁾.

Os Lombardos sentiram perfeitamente o perigo. Dez anos volvidos após a supressão da realeza, os duques vêm a restabelecê-la em prol de Authari (584). Este junta ao seu título de *rex gentis Langobardorum* o epíteto de *Flavius* e a qualificação de *vir excellentissimus*. E eis o que é bastante significativo: já os reis dos Godos assim tinham agido a fim de estabelecerem um parentesco fictício entre si e o Império, cujos representantes eram pseudo-descendentes da segunda dinastia flaviana⁽⁴⁾. Parece legítimo pensar-se que, assim agindo, o novo rei pretendia ser bem visto tanto pelos seus súbditos lombardos como romanos.

Perante o Império, vem a adoptar uma atitude cautelosa e prudente; prefere consolidar as suas possessões a abster-se de o atacar, mediante o pagamento de um tributo de 500 libras de ouro. Durante cerca de meio século, a expansão dos Lombardos na Itália, sem nunca parar por completo, prossegue com alguma lentidão.

Passemos rapidamente em revista aquilo que ainda resta ao Império, isto é, a Bizâncio, no século VII.

Ao norte, já só lhe resta o litoral da Ístria: Trieste e Grado, que substitui Aquileia. As populações da *Venetia* refugiaram-se nas lagunas: em Heracleia, em Malomocco, etc.; apenas no século IX a capital deste «ducado» será estabelecida em *Rivo Alto* (Rialto), ao qual está ligado o nome do ducado *Venetia* (Veneza) e onde reside o duque (*doge*). No norte da Ístria, o Frioul (*Forum Julii*) está nas mãos dos Lombardos e constitui uma poderosa fronteira militar contra os Avars, que ameaçam seriamente a Itália (século VII), assim como contra os Eslavos que vieram a substituir os Germanos nos Alpes Orientais.

A sul do Pó, Ravena, capital da Itália desde o início do século V, onde vive o exarca, uma espécie de vice-rei; donde o nome de *Exarcato* dado ao território circundante; os Bizantinos anexam, além disso, Bolonha. Mais ao sul, ao longo do Adriático, o Pentápole forma um ducado bizantino (Rimini, Ancona; no interior, Urbino e Gubbio).

O sul da península, o Bruttium, a Púlia (*Apulia*), a Calábria, também continuam ainda nas mãos dos Bizantinos.

As costas da Campânia constituem o ducado de Nápoles.

Os restos da campina romana, da Sabina, assim como o sul da Toscana, formam o ducado de Roma. Finalmente, ao forte, e até 640, o Império conserva em seu poder Gênese e o litoral da Ligúria.

Tudo o resto, ou seja, o interior do país, está em poder dos Lombardos. A função do principado de Espoleto corta as vias de comunicação entre Roma e Ravena. Logo, a comunicação entre as diversas regiões bizantinas torna-se difícil; assim, tendem doravante a viver independentes umas das outras.

A autoridade do rei lombardo, com efeito, não vai além da planície do Pó, que passará a ter o nome de *Lombardia*. Os principados de Benevento e de Salerno, no Sul da Itália, de Espoleto, no Centro, e do Frioul, no Nordeste, são praticamente independentes; até mesmo no caso do duque lombardo da Toscana os laços que o prendem ao rei de Pavia são relativamente frágeis.

Os contactos entre os romanos das regiões submetidas à autoridade dos Lombardos e os romanos submetidos à autoridade de Bizâncio são permanentes e íntimos. No início, os Lombardos portaram-se como autênticos selvagens, pilhando e massacrando por simples prazer. Considera-se, de um modo geral, que, no primeiro período das suas incursões, os Lombardos vieram a reduzir a uma posição subalterna todos os romanos das classes superiores que não tinham chegado a assassinar. A bem dizer, só dispomos, quanto a este ponto capital, das afirmações de Paulo Diacro: *His diebus multi nobilium Romanorum ob cupiditatem interfecti sunt. Reliqui vero per hospites divisi, ut partem suarum frugum Longobardis persoverent, tributarii efficiuntur* (II, 32). São, pois, bastante tardias e talvez contestáveis. Seja como for, uma vez senhores do país, a realeza e a aristocracia lombardas tiveram o cuidado de não cometer o erro de desprezar as vantagens oferecidas pela organização social romana. Nada alteraram no modo de exploração do solo na economia agrária. O colono romano (*massarius*) ou germânico (*aldio*) continua a pagar ao senhor (*dominus*) lombardo aquilo que pagava ao senhor romano; para ele, pois, nada mudou.

Facto perfeitamente capital, a vida urbana prossegue, ainda que em menor escala; já não há cúrias, segundo parece; mas, a partir do século VII, estas vêm a desaparecer até mesmo nas partes da Itália que permaneceram em poder do Império. A Itália, contudo, continua a ser um país de cidades⁽⁵⁾, e a classe dos homens livres lombardos, a dos *arimanni*, instala-se nestas cidades e vive da vida urbana: aí reside uma profunda diferença relativamente à aristocracia franca ou visigótica, sem falar já das regiões de índole germânica

(Alemanha e Inglaterra), bem entendido. Neste meio, imbuído de cultura romana, os casamentos tornam-se frequentes. Os Lombardos aprendem a *língua romana*, e, de todos os povos invasores, será aquele que, ao que parece, mais depressa acabará por abandonar o seu idioma a fim de adoptar a língua dos vencidos⁽⁶⁾. A divisão em clãs (*fara*), em *sippe*, vem a desaparecer.

Finalmente, o catolicismo desenvolve-se bastante cedo e sem esbarrar com grandes obstáculos. Já na Panónia, por exemplo, os Lombardos, na sua grande maioria, senão mesmo na sua totalidade, tinham sido convertidos ao cristianismo, ainda que, é certo, ao cristianismo ariano. Tal equivale a afirmar que não eram reconhecidos como irmãos pelos Italianos, todos eles católicos. Duas ordens de factores, contudo, vieram a facilitar a introdução e, mais tarde, a vitória do catolicismo: 1.º a fraqueza do clero ariano lombardo, pouco numeroso ou pouco culto; 2.º a influência da corte, tal como sucedera com os Francos Salienos, um século antes. A mulher de Authari, na pessoa do qual fora restabelecida a realeza, Teodolinda, filha de Garibaldo, duque da Baviera, é católica. Chega mesmo a educar catolicamente Adaloaldo, o filho que veio a ter de Agilulfo, duque de Turim, sucessor de Authari. Reina sob o nome de seu filho (616-626), o qual acaba por ceder à influência católica e até mesmo política de Bizâncio, de tal modo que vem a rebentar uma forte corrente de oposição a tal orientação: é destronado e talvez mesmo envenenado.

Os reinados de Arioaldo, duque de Turim (626-636) e de Rothari (636-652), duque de Brescia, marcam uma reacção nacionalista e ariana. Rothari retoma a ofensiva. Conquista o litoral da Ligúria, incluindo Génes (640), renovando, na sua obra de conquistador, os ferozes processor do século anterior. Tem intenção de tornar efectivo o poder real sobre os duques e a ambição de vir a ser um grande legislador. Faz redigir, sob o nome de *Édito*, um código lombardo promulgado pelo povo, isto é, pelo exército, em Pavia, a 22 de Novembro de 643.

No entanto, sob os seus sucessores, o catolicismo vem a instalar-se como senhor absoluto precisamente em Pavia. Após a morte de Rothari, o poder não se mantém na sua família; o duque de Benevento, Grimoaldo (falecido em 675), parece ter sido o primeiro entre os Lombardos a ter reinado, durante alguns anos, do Norte ao Sul da Itália, exceptuando as suas costas.

O maior dos reis lombardos é Liutprand (712-744). Consegue tornar praticamente efectivo o poder real sobre os duques do Norte. Católico zeloso, generoso, grande fundador de mosteiros, não era de modo algum anti-romano

por preconceito; mas tinha a firme intenção de unir sob a autoridade da realeza lombarda todo o conjunto da Itália. Com este fim, não só não hesitou em empreender a luta contra os príncipes lombardos do Centro e do Sul, contra o exarco e Constantinopla, como também ousou atacar o território administrado pelo papado. A sua política pareceu ser bem sucedida: os príncipes lombardos do Sul foram submetidos, a *Respublica* obrigada a recuar. Após o curto interregno representado pelo reinado do duque de Frioul, Ratchis, «imperialista» devotado à Santa-Sé, a política de Liutprand veio a ser retomada e energicamente prosseguida por Aistulfo (irmão de Ratchis), que veio a ser investido do poder soberano em Milão, em Junho de 749. Dois anos depois, em Julho de 751, Ravena capitula. No Norte, Constantinopla já só possui a Venécia. No Centro e no Sul, já só detém o ducado de Roma, o qual é pretensamente administrado pelo bispo, pelo papa, em nome do Império. Se este ducado, último asilo da *Respublica Romanorum*, vier a ser conquistado, Bizâncio já não disporá de qualquer ponto de apoio importante, tendo-se, assim, completado, sob o ceptro do rei de Pavia, a unificação da Itália. Tudo parecia pressagiar que, dado o curso dos acontecimentos, tal fim viesse a ser alcançado. A Itália ia, pois, recuperar sob a dominação de uma realeza oriunda de conquistadores germânicos, romanizados de costumes e de língua, a unidade que esteve prestes a conseguir a realeza gótica de Teodorico. Mas a realeza lombarda, aparentemente todo-poderosa, irá desmoronar-se contra a barreira do papado servido pelos Francos. Mas detenhamo-nos um pouco, antes de expor esse importante conflito, e tentemos esboçar um quadro do Estado lombardo no seu apogeu.

Sucedeu com o Estado lombardo aquilo que sucedeu com todos os Estados germânicos fundados em território romano, como o dos Vândalos, o dos Visigodos, o dos Burgúndios ou o dos Francos. O Estado confunde-se com a realeza. As antigas constituições germânicas de direito público (aristocráticas ou outras) foram pulverizadas durante as migrações. A assembleia do povo não é um poder autónomo, pois só se reúne por ordem do rei. No meio destas ruínas, uma só instituição subsiste, a realeza⁽⁷⁾; mas inicialmente revela-se extremamente frágil, intermitente mesmo (suprimida de 574 a 584). Entre os Lombardos, as velhas famílias reais tidas como descendentes dos deuses extinguem-se com Alboim. Vêm a ser substituídas por novos homens, de origem totalmente diferente. O rei não passa de um duque escolhido entre os outros duques. Onde as inextrincáveis dificuldades que se lhe deparam para conseguir impor o seu poder. Por outro lado, como não se conseguem estabelecer dinastias sólidas e duráveis, de facto se não de direito, a realeza,

tal como sucedeu com os Visigodos no século VII, torna-se electiva. O rei é erguido no escudo pelo povo, isto é, pelo exército reunido numa planície sob as muralhas de Pavia ou de Milão.

O estabelecimento do poder absoluto esbarra com dificuldades infinitamente maiores do que em África, em Espanha, na Gália ou na Germânia. Os *ducados*, que, alhures como, por exemplo, na Gália, são de carácter temporário e são confiados a indivíduos que, nos séculos VI e VII, não passam de simples funcionários, erguem-se desde o início do Estado lombardo contra a monarquia. Isto porque são contemporâneos da realeza e até mesmo anteriores a ela, visto que a realeza foi suprimida e só veio a ser restabelecida com o assentimento dos duques. E isto para já não falar dos ducados do Centro e do Sul, fundados por aventureiros, que são independentes do rei desde fins do século VI.

No interior de cada um destes trinta ou quarenta ducados do Norte, que constituem realmente, no seu conjunto, o Estado lombardo, qual é exactamente o poder do rei? Não será de prever que em cada um destes ducados, ainda que teoricamente, o duque seja nomeado pelo rei, venha a estabelecer-se uma pequena dinastia e que, a partir do século VII, o rei venha a encontrar-se mais ou menos na situação do rei de França no século X ou do soberano da Germânia nos séculos XII e XIII? Na prática, sucedeu mais ou menos assim: o duque sempre foi nomeado vitaliciamente, sucedendo-lhe sempre o filho⁽⁸⁾. No entanto, a realeza não está totalmente inactiva. Aquando do seu restabelecimento, cada duque abandonou metade do «domínio» ducal à *civitas*, passando esse domínio a ser administrado por um intendente real, o *gastaldo*. O gastaldo corresponde bastante bem ao *domesticus* franco. Face aos *arimanni*, correspondentes à classe dos homens livres francos do século VII ao século IX, o gastaldo desempenha mais ou menos a função do conde franco. Não é hereditário nem vitalício, tal como o duque; é, pois, uma espécie de funcionário⁽⁹⁾. O Estado lombardo é, por comparação com o Estado franco, um Estado em que em cada *pagus* a autoridade seria representada pelo *domesticus*, e não pelo conde, e em que o contingente armado de cada *civitas* marcharia sob o comando de um duque perfeitamente inamovível.

Os poderes legislativos e judiciais são, em princípio, reservados ao rei. Foi a realeza que, na pessoa de Rothari, teve a ideia de consignar por escrito os hábitos e costumes lombardos. O seu *Edictum*, redigido em latim, é de longe a mais aperfeiçoada de todas as leis bárbaras. Ainda que o seu redactor se tenha inspirado no prefácio de uma das *novellae* de Justiniano e conheça

seguramente a *Lex antiqua* visigótica, revista por Leovigildo, o Édito é realmente uma obra original⁽¹⁰⁾. Representa um direito meramente germânico, mais próximo do direito anglo-saxão do que do direito franco e gótico, facto que constitui uma prova da fidelidade com que os Lombardos preservaram os seus costumes datando da época em que habitavam o *Bardengau*. As suas disposições só visam os súbditos lombardos do rei.

Os seus súbditos romanos estão sujeitos às leis romanas, sobretudo àquelas que são anteriores a Justiniano, já que a legislação deste último não chegou a ter tempo de se implantar no Norte da Itália. O «romano», súbdito lombardo, não está submetido ao *Edictum* senão em caso de conflito entre o direito romano e o direito lombardo⁽¹¹⁾ e, por outro lado, no respeitante ao direito público.

As disposições legislativas dos soberanos lombardos, como Grimoaldo, Liutprand, Ratchis ou Aistulfo, apresentam-se como complementos ao dito, com *novellae*. Mas é sempre especificado que o rei só as tomou na presença dos juizes e da assembleia do povo, a qual se reúne regulamentarmente a 1 de Março. É certo que, no século VII, esta só se compunha de duques, de funcionários e de palatinos. A legislação de Liutprand apresenta-se mesmo como uma sequência de quinze *volumina* (713 a 725), tendo cada um deles sido elaborado em sua assembleia. As disposições a favor da Igreja católica são aí perfeitamente claras, como é natural (direito de asilo, casamento em sentido cristão). E é também possível detectarmos aí alguns vestígios da influência do direito romano. Mesmo depois da conquista franca, a acção legislativa lombarda virá a prosseguir no Sul da Itália, no principado de Benevento⁽¹²⁾.

A influência do direito lombardo prolongou-se até bastante tarde no Norte da Itália. E não só em Pavia e em Milão, mas até mesmo em Bolonha, a cidade do renascimento do direito romano no século XI, a lei lombarda, a *Lombarda*, veio a ser promulgada e comentada até ao século XIII e mesmo para além dele.

Recursos da realeza⁽¹³⁾. – Levado pela tormenta, o imposto fundiário veio a desaparecer. Era impossível que o Lombardo se lhe submetesse, e ainda menos à *capitação*, considerada como um sinal de servidão. O *crisár-giro* aplicado às classes mercantis veio igualmente a desaparecer.

Os conquistadores mantiveram os impostos indirectos e diversas taxas: 1.º impostos sobre a circulação e portagens (*tractatica*, *pulveratica*, *pedatica*, *rotatica*, *pontatica*, *ripatica*); 2.º impostos sobre os lugares ocupados nas feiras e mercados pelos mercadores (*telonea*) e taxas sobre as mercadorias

(*faratica*) e a prática do comércio (*laudatica, salutica*); 3.º prestações de todos os tipos: direitos de pousada e de procuração (*paratae, mansiones, albergariae*), fornecimento de cavalos (*paraveredi*) e de forragens (*fodra*), prolongamento da antiga *annona militaris*; 4.º corveias pessoais (*angariae*). E, finalmente, os lucros obtidos com a cunhagem da moeda.

Mas o produto destas taxas, temos motivos para crê-lo, quedava-se sobretudo entre as mãos dos duques e dos *gastaldos*, só indo parar aos cofres do rei uma muito pequena parte do total.

O rei vive sobretudo do seu domínio: em cada *ducatus*, a tradição obriga a que o duque tenha abandonado a coroa, quando do restabelecimento da realeza, em 584, metade das terras fiscais. O rei fá-las administrar, como já vimos, pelos seus *gastaldos*. Os seus recursos são, pois, acima de tudo, os de um grande proprietário rural.

Também o Estado lombardo é, portanto, um Estado sem finanças. A sua estrutura, fraca, rudimentar, não lhe permite subsistir de outro modo. Não há serviços públicos: os trabalhos de interesse público são executados, melhor ou pior, pelos próprios interessados (estradas, pontes); já não há teatros nem anfiteatros. A caridade, a assistência, são abandonadas à Igreja; e o mesmo sucede com a instrução. A justiça e a administração nada custam: os juízes pagam-se com o produto das multas judiciais (do qual há mesmo uma parte que reverte para o rei). Também o exército nada custa: todo o homem livre (*arimannus*) tem obrigação de cumprir o serviço militar às suas custas. O rei tem o direito de mandar guardar as suas praças fortes. Do mesmo modo, a corte, o *sacrum palatium* (à semelhança de Bizâncio) não era assim nada de muito complicado. Compõe-se de alguns grandes personagens que desempenham funções originariamente germânicas ou romanas: marechal (*marpahis*), mordomo (*stolesaz*), tesoureiro (*vesterarius*), espatário (*spatharias*) e referendário, tendo um pequeno número de empregados (*notarii*) sob as suas ordens.

Na prática, o rei não tem poder directo sobre a grande massa dos seus súbditos livres. A prática do *comendatio* ⁽¹⁴⁾, derivando simultaneamente do *comitatus* germânico e do patronato romano, supre em parte a fraqueza do Estado. Existe uma classe de súbditos que mantêm com o rei relações bastante íntimas, pessoais, a classe dos *gasindi* («domésticos», *Gesinde*). Possuem um *wergeld*(*) superior e, entre eles, distinguem-se os *gasindi* de primeiro grau, os *optimates*.

(*) *Wergeld*: valor de um homem, no direito germânico medieval. (*N. do T.*)

Não é de duvidar que, para poder ser eficaz, a acção da realeza tenha de vir a apoiar-se na fidelidade destes personagens.

Infelizmente, a «fidelidade» necessita de ser alimentada, aquecida, avivada com presentes. Nesta sociedade em estado de regressão económica, a única riqueza é a terra: o rei distribui, assim, (com plenos direitos de posse), diversos lotes das terras do fisco aos seus fiéis. E, por mais considerável que possa ser o domínio real, a verdade é que não pára de diminuir na sequência destas liberalidades tornadas obrigatórias. A força da realeza, mesmo sob um Liutprand ou um Aistulfo, é bem mais aparente do que real. Ora, a realeza consubstancia em si o Estado. Finda esta, já nada mais resta para além da poeira dos interesses locais.

Com efeito, é duvidoso que tenha havido um sentimento nacional lombardo, uma unidade política resultante da fusão entre os invasores e as classes dirigentes, tal como sucedeu com os Visigodos da Espanha na segunda metade do século VII. A situação respectiva dos Lombardos e dos Romanos do território lombardo é bastante controversa. A personalidade das leis subsiste ainda no século VII: assim, a mulher lombarda torna-se romana ao casar com um *Romanus* súbdito do rei lombardo. E, enquanto existir a personalidade das leis, nunca poderá haver uma verdadeira nacionalidade.

É certo que julgamos poder reconhecer uma profunda alteração no decurso deste século. A legislação militar sofre importantes modificações: o serviço militar é estabelecido em função da fortuna pessoal. Uma lei de 750, devida a Aistulfo, impõe-no a todo aquele que possua, pelo menos, 7 *casae massariae*, estando o proprietário de 40 *arpents* (*jugera*) obrigado ao serviço a cavalo, equipado com lança, escudo e cota de malha⁽¹⁵⁾. Talvez daí deva concluir-se que também o proprietário romano está, tal como o lombardo, obrigado ao serviço militar. Por consequência, acaba por vir a ser assimilado a este, passando a ser um *ariman*, passando a fazer parte do Estado político lombardo⁽¹⁶⁾. Mas é igualmente possível que já não restem quaisquer proprietários romanos e que todos os detentores de terras sejam lombardos⁽¹⁷⁾.

Assim, não parece ser seguro que, mesmo em meados do século VIII, o Estado lombardo tenha conseguido vir a operar a fusão entre os diversos elementos étnicos que o constituíam.

Os lombardos da aristocracia, a única classe que conta, tanto aqui como alhures, esqueceram a sua língua; e, muito provavelmente, a mistura de sangue devida aos casamentos mistos impede que possa haver uma clara distinção física entre o grande senhor de origem germânica e os indígenas italianos; os nomes (lombardos) e o próprio traje não bastam para os diferenciar⁽¹⁸⁾.

Mas, juridicamente falando, subsiste um direito e uma nacionalidade lombardos, que erguem uma barreira entre estes descendentes dos conquistadores, romanizados de sangue e de língua, e vários milhões dos seus súbditos *romanos*.

É, pois, possível que, juntamente com a ausência de recursos sólidos sentida pela realeza, esta dualidade de raça e de instituições e este abastardamento da aristocracia lombarda sejam as causas que permitem explicar que o Estado lombardo se tenha desmoronado ao simples contacto dos Francos Carolíngios.

VII.

O Papado e a Itália, de meados do século VI a meados do século VIII ⁽¹⁾

A retomada da Itália pelo Império Romano, no reinado de Justiniano, pareceu ser pouco favorável, em primeiro lugar, à autoridade, tanto espiritual como temporal do papado. A situação pessoal do papa pareceu mesmo agravar-se. Sem dúvida que, sob o domínio gótico, tal como no tempo do Império do Ocidente, a nomeação de cada novo papa estava sujeita ao consenso do soberano. Mas os bispos de Roma nunca tiveram de suportar um regime tão despótico, brutal mesmo, como após a reconquista de Roma pelo Império.

Mal Belisário acabara de entrar em Roma quando, por ordem do imperador e de Teodora, Silvério foi deposto e exilado. Vigílio, levado para Constantinopla, aí permaneceu por vários anos, começando por se submeter à vontade teológica de Justiniano, na sequência da qual condenou (548) os três capítulos (1.º Teodoro de Mopsueste, 2.º Teodoreto, 3.º carta de Ibas a Máris) como imbuídos de nestorianismo. Não obstante a sua flexibilidade e as suas concessões, Vigílio, considerado rebelde, foi exilado e Justiniano mandou riscar o seu nome dos dípticos. O imperador de Constantinopla, a exemplo dos seus predecessores, pretende regulamentar as questões da fé, e este

regime de «cesaro-papismo» virá a ser imitado pelos seus sucessores. Em 653, Martino I, por ordem de Constante II, é enviado para a península Taurica onde vem a morrer. Em 692, Sérgio I, ameaçado com a mesma sorte por Justiniano II, só lhe consegue escapar graças a um levantamento das populações da Itália. Sob os pontificados de João II (705-707) e de Constantino (708-715), é frequente virem a Roma comissários imperiais a fim de levarem pela força os conselheiros do papa, ou de tentarem pressioná-lo mediante ameaças, lisonjas ou promessas.

Face ao imperador, a atitude do papa é deferente, humilde mesmo. As lisonjas que um homem como Gregório Magno prodigaliza à autêntica besta que é o imperador Phocas ultrapassam todas as medidas. No século VII, os papas são gregos: desde 685, e durante cerca de trinta anos, a cadeira de São Pedro assiste à sucessão de sete papas gregos.

A população italiana, nos séculos VI e VII, não dá mostras de qualquer hostilidade aberta para com Bizâncio⁽²⁾. No século V, a Roma antiga não apreciava a nova Roma. Tinha ciúmes do seu esplendor e invejava a sua segurança. Nos séculos VI e VII, são abandonadas todas as tentativas de rivalizar com Constantinopla. Roma tomara consciência da sua decadência e acabara por a tal se resignar, pelo menos politicamente; os usurpadores não têm qualquer sucesso em Itália.

Do ponto de vista honorífico e até mesmo dogmático, a situação do papa pareceu ter ficado igualmente diminuída pelo restabelecimento da autoridade imperial. Os bispos de Constantinopla, habituados a residirem na capital do Império, a frequentarem a corte e a vê-la desempenharem um papel de primeiro plano, quiseram transferir para o domínio espiritual a primazia política de Constantinopla.

O segundo concílio ecuménico de Constantinopla, em 381, decreta que o bispo desta cidade detém o primeiro lugar depois do de Roma, «porque Constantinopla é a Nova Roma» (cânone 3). Mas, este concílio de ecuménico só teve o nome; foi pouco celebrado e os seus contemporâneos quase que dele não falam. Não parece ter sido levado a sério⁽³⁾. Ao contrário, em 445, Valentiniano II proclama a autoridade doutrinal e judiciária do papa. Em 451, no concílio de Calcedónia, o legado de Leão I depõe Dióscoro, patriarca de Alexandria. Foi uma vitória à moda de Pirro⁽⁴⁾, porque, a partir desta data, o Egipto e a Síria desligam-se de Roma para se aproximarem de Constantinopla, vindo, mais tarde, a abraçar a heresia monofisista até aos tempos da conquista árabe.

Em 484 e 536, são os próprios patriarcas de Constantinopla, Acácio e Ântimo, que vêm a ser depostos, e este último pelo papa Agapito em pessoa.

No entanto, as pretensões de Constantinopla surgem novamente à luz do dia. Na segunda metade do século VI, os patriarcas dizem-se ecuménicos. Os orientais pretendem dar uma lição aos romanos. O concílio *in Trullo* de 692 (*Quini-Sexte*) condena inúmeros usos e costumes eclesiásticos, assim como certas particularidades disciplinares das igrejas de África e de Roma. O fim em vista é o de alargar a toda a Igreja os usos e costumes bizantinos. Sob a pressão de Justiniano II, os legados romanos são obrigados a aceitar e a subscrever tais decisões.

Facto ainda mais grave, o sexto concílio ecuménico (Constantinopla, 681), dirigido contra o monotelitismo, se é verdade que acaba por vir a condenar a doutrina de um patriarca de Constantinopla, Sérgio I (610-638), também é verdade que engloba igualmente num anátema retrospectivo o papa Honorius (625-638), que, numa carta enviada a Sérgio, lhe dera o seu apoio.

Roma pode, pois, enganar-se. É certo que Honorius não falara *ex cathedra*, facto que, para os católicos modernos permite salvar o princípio da infalibilidade. Mas será que uma tal distinção seria feita numa época em que se procurava estabelecer a ortodoxia recorrendo aos mais diversos tipos de textos, epístolas, visões, etc.? O pastor da Igreja que, no dizer de Santo Inácio (fins do século I), «nunca enganou ninguém, tendo antes ensinado os outros, e cujo ensino é incontestado»⁽⁵⁾, podia, pois, errar.

Neste momento, Roma parecia ter decaído bastante, pelo menos aos olhos do Oriente. Poder-se-ia, pois, crer que, tanto política como disciplinarmente e até mesmo dogmaticamente, acabaria por se resignar, a bem ou a mal, a seguir o impulso da corrente vinda de Constantinopla.

Mas, em 726, as coisas sofreram uma súbita mutação. O Imperador Leão III, o Isauriano, acabava de promulgar o decreto proibindo o culto das imagens. Esta medida parecia animada de um verdadeiro espírito cristão. O cristianismo paganizava-se. O culto prestado às relíquias tomava-se num sucedâneo do paganismo⁽⁶⁾. Certos sábios chegaram mesmo a ser de opinião que, muitas vezes, os santos cristãos não passam dos deuses pagãos cujo nome sofreu apenas uma ligeira alteração: Santa Pelágia seria Afrodite Pelágia, São Demétrius o deus celebrado em Tessalónica, e São Luciano, celebrado a 15 de Outubro, cujo corpo foi trazido de volta por um golfinho, seria Dionísio (Apolo), no seu carro puxado por golfinhos, e cuja festa é a 15 de Outubro. O paganismo ter-se-ia, pois, vindo a perpetuar sob o Véu de uma cristianização meramente superficial.

Esta teoria parece algo exagerada⁽⁷⁾. Mas, quer o culto dos santos proceda ou não por via de filiação directa dos cultos antigos, quer seja ou não

como que a erupção doentia de um vírus com que o paganismo moribundo acabara por infectar o cristianismo, ou quer represente ou não, pura e simplesmente, uma necessidade psicológica das massas, uma forma, em constante renascimento, do culto dos heróis, o que é certo é que as populações cristãs denotavam cada vez maior tendência para manifestar a sua devoção sob formas rescendendo bastante a idolatria.

O decreto foi promulgado dentro de um verdadeiro espírito de sincera devoção e de aparente sapiência. O imperador ganhou a adesão da maioria da população culta e do clero. Contudo, a iconoclastia não foi avante; em 787 e 842 foi necessário abolir os decretos iconoclastas. O paganismo cristão pôde, pois, sobreviver. E os destinos da arte da Idade Média foram salvos. Se a iconoclastia tivesse triunfado, a pintura, e sobretudo a escultura, teriam tido a sorte que vieram a ter nos países muçulmanos. E aquilo que melhor prova disso nos dá reside no facto de, no Oriente, o triunfo dos defensores da tradição só ter sido parcial. Tolerou-se a pintura, que, aliás, se tornou estilizada, imobilista, infecunda, mas a representação estatuária foi totalmente proscrita. O renascimento da estatuária foi impossível no mundo bizantino. Os descendentes dos Helenos, ou pelo menos, os herdeiros da cultura grega, perderam todo o gosto pela beleza plástica e nunca mais puderam voltar a recuperá-lo.

No Oriente, a reforma esbarrou com o sentimento popular e com a oposição dos monges. No Ocidente, foi imediata e violentamente combatida pelo papado, sob a dupla influência do espírito de tradição e do interesse puro e simples: Roma vive do culto das relíquias, e sem os seus túmulos seria rapidamente abandonada. O papa é, então, Gregório II, um romano pela primeira vez desde há trinta anos. Apresenta protestos formais ao imperador e, como os funcionários imperiais o ameaçassem, as populações revoltam-se em Roma e em Ravena. Convém ainda acrescentar que, por uma simples falta de tacto, o imperador tinha, em 726, aumentado os impostos. Os Lombardos aliam-se à causa dos indígenas. Se o papa o tivesse querido, desde essa época que a Itália estaria irremediavelmente perdida para o Império (em 732, expedição inútil). Contudo, não houve separatismo. Os insurrectos apenas pensavam em mudar de imperador, e eis tudo. A intervenção dos Lombardos parece antes ter sido algo incómoda e inquietante para o papa Gregório II e para o seu sucessor, Gregório III, ao invés de terem sido estes a solicitá-la. Contudo, tiveram graves razões de queixa: em 732, o imperador Leão III desligou o antigo *Illyricum* ocidental (Tessalónica, Nicópolis, Atenas, Patras, a ilha de Creta), e, na Itália, Reggio, a Sicília e a Sardenha da obediência a Roma para os colocar sob a autoridade de Constantinopla. Procurou ainda

subordinar Nápoles a Constantinopla. Mas isso nada alterou: o papa esforça-se por auxiliar o exarco em fuga (Ravena é momentaneamente tomada, de 732 a 735), combate os usurpadores, e tolera mesmo a instalação em Roma de um *dux et patricius* bizantino.

Mas onde foi o papa buscar essas novas forças que lhe permitem resistir ao imperador e porque as usa com tamanha moderação?

Para tentarmos resolver esta dupla e contraditória questão, convém que comecemos por lembrar a geografia política de Itália.

A conquista lombarda (568), interrompida algum tempo depois do estabelecimento dos Bárbaros na planície do Pó, recomeçou no decurso do século VII, e de tal modo que todo o interior da península veio a cair em seu poder. O domínio imperial foi repellido até ao litoral: Venécia, exarcato (Ravena), Ferrara, Pentápole, ducado de Roma, ducado de Nápoles. O Sul (Bruttium e Calábria) pertencia ao «tema» da Sicília, ainda integralmente helénico.

Constantemente ameaçada pelos Lombardos, a organização reconstituída por Justiniano na base do modelo do Baixo Império (um prefeito do pretório, dois vigários, províncias dirigidas por governadores) não podia subsistir. As funções civis foram absorvidas pelas funções militares. O general em chefe, o exarco, governa toda a Itália romana⁽⁸⁾. Os duques substituem os governadores civis. As cidades tornam-se nos locais de refúgio das populações dos campos quando das incursões dos Bárbaros. O *tribunus*, que comanda o destacamento (*numerus*) aí aquartelado, torna-se, juntamente com o bispo, o senhor da cidade.

A velha organização municipal (*curia*, *defensores*) desaparece, no século VII, tanto na Itália como na Gália⁽⁹⁾. Só se mantém no respeitante ao registo das actas: os curiais já não passam de simples tabeliões (em Nápoles, por exemplo).

O Império, absorvido pelas guerras contra os Búlgaros, os Persas, e, mais tarde, os Árabes, já não dispõe de tropas para enviar para a Itália. Para suprir uma tal carência, recorre ao recrutamento local. Os habitantes deverão defender as cidades e as praças fortes. Incapazes de resistir aos Bárbaros em campo aberto, as milícias podem, contudo, aguentar-se menos mal sob a protecção das muralhas. Na realidade, a invasão lombarda já só a muito custo ganha terreno; os campos são totalmente submetidos, mas as cidades resistem⁽¹⁰⁾.

Opera-se, então, uma mutação na psicologia dos Italianos. Cessam de assistir passivamente aos acontecimentos. Uma nova aristocracia toma forma, a dos chefes locais desses *numeri* ou grupos armados, os *judices de*

militia. São os antepassados dessa nobreza italiana da Idade Média, tão turbulenta e sanguinária. No período de profundas perturbações pelo qual o Império passou depois de 642 (morte de Heraclius), a actividade desta milícia recrutada na Itália virá, naturalmente, a aumentar. No século VIII, estes exércitos elegem os seus chefes, os seus duques, sem se preocuparem já com o exarco. Então, sem que o tenha intencionalmente buscado, o papa descobre ter nesta força italiana um importante ponto de apoio, em caso de contestação, contra o despotismo bizantino.

Diminuído no Oriente, o seu prestígio nada sofreu no Ocidente. Na Itália, o papa é venerado. O primeiro levantamento do *exercitus*, das milícias, contra Constantinopla foi para salvar Sérgio I (692). Em Espanha, as relações do episcopado com o papa são boas e bastante frequentes. Na Gália, a profunda reverência para com a cadeira de São Pedro virá a manifestar-se, sob os Carolíngios, por flagrantes testemunhos.

A perda da Síria, do Egipto e da África, caídas em poder do Islão, veio mesmo a contribuir para realçar a importância da posição do papado aos olhos do Ocidente. Desde Justiniano que se implantara a ideia, até mesmo no mundo latino, de que a Igreja é dirigida por cinco patriarcas⁽¹¹⁾. São Gregório Magno notifica, assim, a sua investidura aos patriarcas de Constantinopla, de Alexandria, de Antioquia e de Jerusalém. A invasão dos Árabes coloca três dos cinco patriarcados em território muçulmano: Antioquia, Jerusalém e Alexandria. Este último é de todos o mais perigoso para o papado. No século V, o patriarca de Alexandria esteve a ponto de tornar-se no chefe da Igreja do Oriente; depusera, por três vezes, o patriarca de Constantinopla: Crisóstomo, em 403, Nestorius, em 431, e Flaviano, em 449⁽¹²⁾. Quanto a Cartago, a sua posição é totalmente independente, devido à grande autonomia de que goza a Igreja de África: assim, o bispo de Cartago não recebe o *pallium* como os outros metropolitanos⁽¹³⁾.

Face a Roma só ficou, pois, Constantinopla, cuja fundação não remonta aos tempos dos apóstolos. No Oriente, e graças ao apoio do Império e ao desprezo das populações bizantinas pelos Latinos e pelos Bárbaros do Ocidente, Constantinopla pôde contrabalançar Roma e, mais tarde, vir mesmo a sobrepor-se-lhe. Mas, no Ocidente, isso era perfeitamente impossível. O triunfo do Islão teve, pois, por resultado indirecto vir a engrandecer Roma à custa da ruína das grandes cidades do Oriente, berço do cristianismo.

No Ocidente, o cristianismo sofreu um rude golpe com a perda da Espanha. Não porque os Muçulmanos tenham decidido suprimir o cristianismo pela violência, mas sim porque este já só vive aí uma existência apagada. No

Sul, em Sevilha, em Córdoba, a parte mais florescente da Espanha, as conversões ao Islão tornam-se numerosas.

Mas esta perda é contrabalançada pela aquisição da Grã-Bretanha. Bretões e irlandeses cristãos vivem uma vida à parte, separados dos seus correlegionários do continente por diferenças rituais (cálculo da época da festa da Páscoa, forma da tonsura), que parecem ser factos extremamente graves aos olhos da gente daquele tempo. Os Bretões execram os Anglos e os Saxões. O esforço de evangelização dos Escotos da Irlanda incide sobretudo no Norte da grande ilha, habitado pelos selváticos Pictos.

Gregório Magno⁽¹⁴⁾ desenvolve relativamente à Inglaterra uma obra semelhante à de Celestino relativamente à Irlanda, um século antes, quando Palladius foi enviado de Roma a fim de converter os Escotos (431)⁽¹⁵⁾. Envia quarenta monges, sob a direcção de Augustino, ao rei do Kent, Atelberto, cuja mulher, filha do merovíngio Clariberto, é cristã. O bispado de Cantuária é fundado em 597. A conversão do Norte, da Nortúmbria, teve lugar em 627. Apesar da resistência do partido pagão, os pequenos reinos saxões, anglos e jutas, Kent, Essex, Wessex, Estânglia, Mércia, Northumberland, Sussex, tinham-se já convertido ao cristianismo em 673. Em 735, York tornava-se na metrópole do Norte.

Roma mantém sob o seu controlo o cristianismo da Inglaterra⁽¹⁶⁾. Afasta os missionários bretões e escotos e impõe a sua disciplina e os seus ritos. Com o cristianismo, projecta-se na ilha, mergulhada na barbárie desde a conquista germânica de 441, um pálido reflexo da cultura antiga. Nos inícios do século VIII, Beda o Venerável (falecido em 753) é ao mesmo tempo o último representante das letras antigas e o primeiro dos escritores medievais⁽¹⁷⁾.

Os Anglo-Saxões ignoram as igrejas do Oriente, ignoram o próprio imperador. Só conhecem Roma. A sua devoção leva-os a ir em massa em peregrinação à Cidade Eterna. Mais do que um dos seus reis aí decide ir morrer: Ceadwala, do Wessex, em 684, Conrad, da Mércia, e Offa, do Essex, em 709. O papado encontrará neles auxiliares bem mais submissos, cândidos e entusiastas do que no seio do clero da Itália ou até mesmo da Gália. E deles virá, pois, a servir-se para cristianizar a Germânia, reformar o clero das Gálias e, por intermédio do monaquismo, levá-lo a reconhecer a supremacia romana⁽¹⁸⁾.

O *monaquismo* implanta-se no Ocidente no século IV, apesar da repugnância e da resistência do clero «secular»⁽¹⁹⁾. Extirpa o carácter individualista e contemplativo do Oriente. O mais ilustre dos monges do Ocidente foi Bento de Nórcia (falecido por volta de 543), cuja regra acabou por ser adop-

tada em todo o lado⁽²⁰⁾. Esta impõe a vida de clausura, uma disciplina severa, um ascetismo rigoroso mas sem extravagâncias, o trabalho corporal e, até certo ponto, o trabalho intelectual. Os monges estabelecem-se no campo, longe das cidades, ou, noutros casos, perto das cidades, no *suburbium*. São Bento funda o convento do Monte Cassino numa montanha solitária a meio caminho entre Roma e Nápoles.

Mal visto pelo episcopado, o monaquismo busca apoio junto do papado. A partir do século VII, inicialmente na Itália e, mais tarde, na Gália, começa-se a pedir para depender directamente da Santa Sé, para se ser subtraído à alçada do «ordinário». Menos comprometidos com o século, habituados à disciplina, os monges serão, durante a Idade Média, os melhores agentes da política pontifícia. Sem eles, é bastante duvidoso que o partido tivesse podido levar tão longe a sua autoridade e exercido, como exerceu, uma tão profunda influência.

Finalmente, o segredo do poder temporal do papa deve ser buscado nos recursos económicos da Santa Sé, no seu património, na imensidão dos donativos feitos à cadeira de São Pedro. O papa é o maior proprietário da Itália. Os grandes domínios da Santa Sé, os *massae*, estão espalhados por toda a Itália, pela Sicília, pela Ilíria e pelo Oriente⁽²¹⁾. A actividade económica do papado surge-nos de um modo perfeitamente claro na correspondência de Gregório Magno (590-604). É cronologicamente o primeiro dos papas da Idade Média⁽²²⁾, e o primeiro papa monge. Detesta a cultura e a arte antigas; não sabe grego, apesar de ter vivido alguns anos em Constantinopla. Os seus escritos, repletos de alegorias e de superstições, tiveram uma enorme influência no espírito dos escritores da Idade Média.

Finalmente, o facto de não haver em Roma um poder civil de residência permanente também contribuiu para favorecer poderosamente o papado. Desde há vários séculos que Roma foi abandonada pelo imperador. A única vez que recebeu a visita do soberano, entre 476 e 500, foi a 5 de Abril de 653, quando Constante II nela deu entrada: só lá esteve, aliás, por doze dias. O papa não sentia à sua volta nada nem ninguém que o pudesse incomodar. E aos bárbaros que vinham em peregrinação, surgia-lhes como sendo o senhor da cidade santa: pois eles não estavam necessariamente ao corrente das humilhações que tinha de suportar da parte do imperador ou do exarco.

No decurso da primeira metade do século VIII, o papa, senhor de Roma e do *Ducatus*, acaba mesmo por identificar o papado e o património da cadeira de São Pedro com o património territorial de que o Império ainda dispunha na Itália, com a *Respublica*. É que, na verdade, ele tornou-se na única força

que o Império pôde opor aos Lombardos, e tal foi a razão porque os imperadores Leão III e Constantino V não ousaram atacá-lo a fundo.

O período das conquistas lombardas recomeça com Liutprand (712-744). O Império não dispõe praticamente de quaisquer forças que lhe possa opor. A milícia de Ravena é, por si só, demasiado fraca para lutar contra o rei lombardo. Foi, assim, por meio de negociações que Gregório II, no mais aceso da sua luta dogmática contra Leão III, que conseguiu obter o apoio dos «Venezianos», os quais reconquistaram Ravena, momentaneamente subtraída ao Império.

Face aos duques lombardos independentes de Espoleto e de Benevento, o papa é o único em condições de negociar: o primeiro é particularmente perigoso, pois pode cortar todas as comunicações entre Ravena e Roma. Em inúmeras circunstâncias, sob Gregório II (731-741), Zacarias (741-751), ou Estêvão II (752-757), uma embaixada ou uma diligência pessoal do papa junto de Pavia, junto do rei lombardo, revelou ser o único meio de que o Império dispunha para conseguir que o bárbaro detivesse a sua ofensiva ou restituísse mesmo algumas fortalezas⁽²³⁾. A influência do papa Zacarias valeu uma paz de vinte anos com Ratchis, sucessor de Liutprand, conseguindo mesmo que Ratchis entrasse para um convento. Só que, quando Zacarias consegue obter a restituição de quatro fortalezas na Toscana lombarda, sucede que, como que inevitavelmente, tais fortalezas devolvidas à Santa Sé e por si administradas vêm a confundir-se com o «património» da cadeira de São Pedro.

Depois da ruína acumulada pelas guerras góticas, Roma, diminuída, despovoada, já só vive mercê da acção do papado. Sem as recordações cristãs a ela ligadas, sem os túmulos dos apóstolos, sem o comércio das relíquias, a sua decadência ter-se-ia de tal modo acentuado que acabaria, sem dúvida, por vir a tornar-se numa cidade morta. A população, ociosa, sem indústria nem comércio, era absolutamente incapaz de suprir as suas próprias necessidades. Vive apenas à custa das esmolas da Santa Sé, tal como outrora vivera das do imperador e, muito em breve, só poderá contar com estas para se defender, pois é o papado quem manda reparar as muralhas da cidade.

O prefeito de Roma, chefe da polícia, juiz criminal, subsiste: tornou-se num funcionário pontifício. São organizados doze corpos (*numeri*), com os respectivos *patroni*, para a defesa de Roma. Mal pagos, quando o são, por Bizâncio, bem depressa acabam, como é natural, por cair sob a influência do papa; aclamam-no quando da sua eleição, apoiam-no com as suas armas.

O próprio duque, tardiamente introduzido em Roma, acaba por cair sob a alçada da autoridade papal. Virá a desaparecer quando o rei franco for chamado na qualidade de «patrício».

No âmbito do foro civil, os sete juízes (*primicerius, secundicerius, arcarius, sacellarius*, etc.) tornaram-se em funcionários do palácio pontifício. As corporações (*collegia*) e os seus chefes (*patroni*), que, depois do século X, passam a ser chamados *cônsules*, encontram-se numa situação de dependência económica para com a corte pontifícia demasiado estreita para que não tenham também de lhe estar politicamente subordinados (24).

Roma patenteia, em maior escala, o espectáculo daquilo que se passou em todas as cidades. O bispo é em toda a parte o senhor. No Oriente, a «pragmática» de 554 favorecia a sua acção: o bispo participa na escolha dos governadores (*polices provinciarum*) e dos magistrados municipais. Assiste aos julgamentos e faz notar ao imperador os abusos cometidos no exercício da justiça.

Tendo Ratchis entrado para um convento, foi substituído pelo seu irmão Aistulfo. Este retoma as conquistas. Em 751, apodera-se de Ravena. O exarco desaparece. Já não há qualquer funcionário bizantino na Itália (salvo no «tema» da Sicília). O único representante do Império é, pois, o papa.

Então, sendo senhor de Ravena, senhor do Exarcato, Aistulfo decide lançar-se à conquista de toda a Itália. Anuncia que vai submeter Roma ao pagamento de um tributo. Os duques lombardos de Espoleto, de Benevento, de Nápoles, não tinham conseguido resistir-lhe. Apenas Veneza e a Sicília conseguem escapar-lhe.

O novo papa Estevão II está consternado. Porquê? Será que é assim tão terrível passar-se a ser lombardo?

Sem dúvida que, de início, os Lombardos tinham cometido algumas atrocidades, mas posteriormente tinham-se acalmado. A dureza do seu domínio tem sido talvez um pouco exagerada. Em todo o caso, não houve revoltas nas regiões italianas anexadas pelo Estado lombardo. Desde meados do século VII, os Lombardos tinham abjurado o arianismo; tiveram mesmo reis extremamente piedosos que cumularam de oferendas a Santa Sé. Porque é que, então, os papas do século VIII acharam intolerável uma situação à qual se tinham resignado, no século VI, sob a dominação gótica, os seus predecessores? Porque é que suportaram tantas afrontas da parte de Constantinopla? Porque é que aceitaram defender o imperador? Será que receavam que o rei lombardo viesse residir em Roma e que daí resultasse uma restrição da sua autoridade espiritual? Eventualidade bem pouco provável. O rei teria

continuado a residir em Pavia. «Em suma, fosse como papa, fosse como bispo de Roma, fosse como chefe da Igreja, o papa não teria perdido grande coisa em passar com o seu mundo do regime bizantino para o regime lombardo» (25).

Mas o papa identificara-se com a *Respublica*. E as populações italianas identificavam-no igualmente com ela. O poder temporal do papa nascera da repugnância dos Romanos em tornarem-se lombardos (26). E havia uma razão material que reforçava esta repugnância sentimental. Havia domínios da cadeira de São Pedro em todo o lado e em todo o lado estavam ameaçados pelos reis lombardos. O único meio prático de conservar essas propriedades consistia em ser-se o senhor político das regiões onde elas se situavam.

A 14 de Outubro de 753, Estevão II partiu de Roma para Pavia, encarregado pelos embaixadores do imperador, Constantino V, de negociar a restituição do Exarcato e da Pentápole. Mas nada conseguiu obter do rei Aistulfo. Um mês depois, a 15 de Novembro, ao sair de Pavia, em vez de voltar a Roma, virou para norte e tomou o caminho dos Alpes, dirigindo-se a França. Levava consigo os destinos da Itália. Estava escrito que este país não mais voltaria a unir-se ao Império bizantino, e que também não viria a ser unificado sob a autoridade de nenhum rei bárbaro, a exemplo da Gália ou da Espanha, mas sim que viria a sofrer o jugo, durante longos e longos séculos, da autoridade de soberanos vindos do norte dos Alpes.

VIII.

A tomada da Gália pelos francos. Clóvis⁽¹⁾

Já vimos que os Estados romanos-germânicos, nascidos da decomposição do mundo romano do Ocidente, se tinham vindo a revelar pouco viáveis. O Estado vândalo em África, ou o Estado ostrogótico na Itália, não tinham podido resistir às expedições militares do Império Romano do Oriente, não obstante estas terem sido levadas a cabo com meios bastante medíocres. Em Espanha, o Estado visigótico tinha finalmente conseguido livrar-se de Bizâncio, mas levou daí por diante uma existência agitada e miserável, a qual teve um fim súbito e abrupto com a catástrofe da invasão muçulmana.

Até mesmo a nova Roma não pôde manter em seu poder os territórios reconquistados aos Bárbaros no Ocidente. A Itália, pouco tempo após a sua reconquista, voltou a escapar-lhe, e quanto à África, a sua submissão foi apenas nominal. No Oriente, se lá conseguiu, à custa de esgotantes esforços, expulsar da Síria e do Egipto a civilização rival do Irão, veio quase imediatamente após a sucumbir sob os golpes de uma nova força, o Islão. Aliás, volvido o reinado de Justiniano, de romano já só tinha o nome. Desde a segunda metade do século VI que o contacto com o Ocidente se vai perdendo e as recordações do seu passado latino se vão lentamente esbatendo, até acabarem mesmo por se apagar. Doravante, este Império passa a merecer o nome tradicional de «bizantino». É um organismo ainda poderoso, benfazejo

em certos aspectos, bastião do espírito cristão, amalgamado com o helesmo, contra os Bárbaros da Europa Central e Oriental e contra os Muçulmanos da Ásia e da África; mas já só por mera ficção se lhe pode chamar um Estado romano.

Ao norte dos Alpes, entre o Adriático e o Danúbio, a latinidade, após uma longa agonia, vem a expirar no século VII. A Rátia, a Vindelícia, a Nórica, germanizam-se e acabam por tornar-se, aqui alamânicas, ali bava-renses. A Ilíria vem a ser repovoada pelos Eslavos nos vales do Savo, do Dravo e do Morava. A Panónia está em poder dos Awares, isto é, de um povo turco. É quase que um acaso se nas costas do Adriático os «romanos» ainda se mantêm em alguns portos e ilhas, e, mesmo assim, isso não será por muito mais tempo⁽²⁾. A Europa Central é um autêntico caos, perfeitamente inominável, e os invasores, seja qual for a sua raça, revelam-se incapazes de fundarem seja o que for de grandioso e de estável.

A Grã-Bretanha, que, aliás, já desde o século V que não pertence ao mundo romano, assiste aos contínuos progressos dos invasores anglos, saxões e jutas, que, à medida que vão progredindo nas suas conquistas, apagam todos os traços de latinidade. Os seus adversários, os bretões dos pequenos reinos de Domnoneia (Devonshire e Cornwall), de Gales, de Elmet, de Cumberland e de Strathclyde, lá conseguem ir sobrevivendo, é certo, e equilibrar-se na roda da fortuna até perto do fim do século VII. Mas, ainda que, até por volta de meados do século VI, sempre se tenham considerado como «romanos»⁽³⁾, estes bretões já esqueceram a língua e o direito de Roma. A sua luta é, na realidade, a dos Celtas contra os Germanos. Partilhada entre doze ou quinze Estados bretões ou «saxões», a grande ilha não desempenha, pois, como é evidente, qualquer papel a nível «mundial».

Um povo germânico, tido entre os mais ferozes, os Lombardos, pareceu por instantes capaz de fundar um Estado estável no solo da Itália, dando-lhe, além disso, um novo carácter. Não se embaraçando com quaisquer ficções do tipo do *foedus*, procede por conquista violenta, impondo aos vencidos o seu direito público. Poderia, pois, parecer que viria a desempenhar na península o mesmo papel que os Francos desempenharam na Gália. Mas, e ainda que tenha realmente deixado profundas marcas na legislação da Idade Média, para além de ter enriquecido o romano vulgar da Itália com inúmeros termos novos, o povo lombardo vê os seus destinos terminarem quase tão abruptamente como o Estado visigótico. Tentámos esboçar mais atrás um quadro das razões que podem permitir-nos explicar porque é que o Estado lombardo não pôde aguentar o embate dos Francos.

Acabámos de escrever o nome do povo germânico ao qual estavam reservados os mais altos cometimentos após a decomposição do mundo antigo. Foi ele quem teve a feliz ventura de criar um novo tipo de Estado, que virá a dominar a Europa Ocidental durante cerca de quatro séculos, desde fins do século V a fins do século IX. O centro político da história, após a morte de Teodorico, em 526, já não voltará a ser Roma, Ravena, Milão ou Pavia, e ainda menos Arles ou Toulouse. Será transferido muito para norte da Gália, na bacia do Sena, e, mais tarde, na do Mosa.

Mesmo quando o Estado franco acabou definitivamente por perecer, em 888, os seus fundamentos revelaram ser suficientemente profundos e suficientemente sólidos para poderem servir de suportes, por um lado, ao novo Império romano-germânico, e, por outro, à monarquia capetiana. E do século IX ao século XII, a região situada entre o Reno e o Loire virá a ser, do ponto de vista civilizacional, a mais importante da Europa Ocidental.

E, contudo, os Francos não pareciam, de modo algum, predestinados a desempenhar esse grande papel. Sem dúvida que, nos séculos III e IV, esses sobreviventes da velha anfictionia dos Isteões tinham feito parte do número dos mais ousados mentores de incursões em solo romano, mas, no fundo, não eram mais temíveis do que os Saxões, os Alamanos ou os Érulos. Juliano, Graciano, tinham nos parcialmente vencido e estabelecido em solo do Império, em Betuwe (entre o Lek e o Waal) e na Toxandria (Brabante), a título de súbditos imperiais, de soldados-agricultores. A título individual, como já o vimos⁽⁴⁾, seguiam uma brilhante carreira como oficiais e magistrados romanos.

Sob o reinado de Honorius, as tribos francas começam a atravessar o Reno e a instalar-se, a bem ou a mal, na sua margem esquerda. Colónia cai rapidamente nas mãos dos Brúcteros, conhecidos mais tarde sob o nome de Ripuários. Coblença e o vale do Mosela, seguindo-se-lhes Mogúncia, e, após a partida dos Borguinhões para a *Sapaudia*, Worms, são ocupadas pelos Francos Ripuários, ou talvez antes «Hessenses». Mas estes grupos parecem perder, na segunda metade do século V, o seu ardor combativo, contentando-se em repovoarem a margem esquerda do Reno e o vale do Mosela que começou, assim, a germanizar-se.

Talvez menos numerosos, mas mais agressivos, são então os Salienos. Oriundos do desmembramento da grande tribo dos Chamavos⁽⁵⁾, os Salienos, após terem permanecido por longo tempo confinados à pequena região do Yssel, um dos afluentes do Reno inferior, atravessam o rio, desde princípios do século V, e espriam-se pela Bélgica num impeto irresistível. Por volta de

431, Aetius e Majoriano (o futuro imperador) batem os Francos em Helesme (Norte)⁽⁶⁾, a meio caminho entre Tournai e Cambrai. O seu chefe Chloio (o Clodion da história tradicional da França) acaba, contudo, por vir a instalar-se nestas cidades, avançando até ao Somme. No entanto, a germanização não chega a operar-se na grande via romana de Tongres a Bavay, seguida pelos Salienos durante as suas invasões. A Fôret Charbonnière e a Ardena opuseram-lhes um obstáculo de difícil transposição. A «francisação», já iniciada na época romana no Brabante, veio a operar-se entre a Fôret Charbonnière e o mar do Norte⁽⁷⁾.

Parece ter-se, então, estabelecido entre eles e a autoridade romana uma espécie de *modus vivendi*. Os Francos Salienos, tal como os Ripuários (cujo nome surgia então pela primeira vez), puseram-se ao lado de Roma na batalha dos *Campi Maurici*, travada em 451 entre as hordas de Átila e as hostes de Roma sob o comando do patrício Aetius. Eram provavelmente *federados*, ou seja, eram considerados, mais ou menos ficticiamente, como estando ao serviço do Império. O *foedus* chegou mesmo a sobreviver a Aetius (assassinado em 454), cujo patronato fora muito procurado pelos pequenos reis francos. Foi com o concurso dos auxiliares francos que o *magister militum* Aegidius⁽⁸⁾ triunfou sobre os Visigodos, perto de Orléans, em 463. Algumas lendas, que nos foram transmitidas por Gregório de Tours e Fredegário⁽⁹⁾, dizem-nos que este personagem reinou oito anos sobre os Francos, devendo entender-se por tal, claro está, que restabeleceu momentaneamente a autoridade romana na Bélgica. O prólogo da lei Sállica, redigida por volta de meados do século VI, preservou a lembrança do «duro jugo dos Romanos».

Foi ainda como auxiliar de Aegidius que o chefe salieno Quilderico combateu os Saxões que procuravam estabelecer-se no curso inferior do Loire. Após a morte de Aegidius (464), Quilderico, juntamente com o conde Paul, retomou a estes piratas a cidade de Angers, e, mais tarde, já sozinho, bateu os Alanos que, regressados de Itália, infestavam o Loire. Foi sepultado perto de Tournai e as moedas encontradas no seu túmulo, em 1653, revelam que deve ter morrido pouco depois de 476⁽¹⁰⁾.

O Império do Ocidente acabava finalmente de expirar, após a sua longa agonia. Na Gália, as últimas tropas ao serviço de Roma estavam concentradas em Soissons sob as ordens de Syagrius, filho de Aegidius. Mas este punhado de homens, isolados de Constantinopla, que, doravante, passaram a ser a única sede do «Império romano», não podia senão limitar-se a prolongar uma resistência, evidentemente sem esperanças, frente à arremetida dos Bárbaros.

Também Trêves constituiu um obstáculo ao avanço dos Francos, sob o comando de Arbogasto, neto do adversário de Teodósio, e que veio a ser, na bacia do Mosela, o último chefe ao serviço de Roma⁽¹¹⁾. Desconhecemos qual o seu destino final, mas aquilo que é certo é que, antes do fim do Império, já Trêves fora extorquida à *Romania* e germanizada.

No entanto, estaríamos a laborar numa grande ilusão se pensássemos que, em 476, os Francos já surgiam como a raça eleita, a quem a força das circunstâncias reserva o domínio da Gália e da Germânia. Em primeiro lugar, ainda não estão unidos. Os Ripuários povoam o vale do Reno e o curso inferior do Mosela, mas já não guerreiam. Os Salienos, mais combativos, estão divididos por entre vários pequenos reis. O «reino» de Tournai, de Quilderico, tem rivais em Cambrai, assim como em muitos outros locais da Bélgica e até mesmo no Maine.

Um outro povo germânico, não menos célebre e não menos perigoso para o mundo romano, os Alamanos, surge como sendo um concorrente extremamente temível. Na segunda metade do século V, pelo menos, renovando a manobra de Ariovisto no século I antes da nossa era, estes Suabos tinham-se já instalado na Alsácia e na Rétia. Entram em confronto com os Francos, disputando-lhes Worms, e até mesmo Mogúncia. Mais para oeste, acabarão por apoderar-se da capital da Sequanense, Besançon, e as suas tribos (os *Varasci*, os *Scotingi*) começam a povoar os campos da futura Franche-Comité⁽¹²⁾. Chegam mesmo por instantes a atingir Langres, ameaçando daí tanto a Champagne, ao norte, como o vale do Saône, ao sul. É certo que os Borguinhões, estabelecidos em Genebra, em Lyon, em Chalon-sur-Saône, lhes vieram a reconquistar estes postos avançados de Langres e de Besançon (por volta de 480). Tendo sido repelidos do lado do Reno, os Alamanos passam a ser ainda mais perigosos e ameaçadores para os Francos.

Os Borguinhões, doravante estabelecidos num território bastante vasto, das planícies da Champegne até ao Durance, ocupam os vales do Saône e do Ródano e, para além do Jura, a parte oriental da antiga *Maxima Sequanorum*. Não obstante, ninguém duvidava de que o seu poderio era bastante frágil e de que teriam bastante dificuldades em se manter. Eles próprios o sentiam, e tão agudamente que tentam, como que desesperadamente, ligar-se ao Império, à demasiado longínqua Constantinopla⁽¹³⁾.

O povo eleito é o povo dos Visigodos. Um ano após a extinção do Império do Ocidente, tinham acabado de obter da parte do imperador de Constantinopla o reconhecimento do seu domínio sobre Auvergne. O seu rei, Eurico, passa doravante a reinar sobre metade da Gália, dos Pirinéus ao Loire. Como

já é senhor da Espanha, e como, dentro de poucos anos, os Ostrogodos irão instalar-se em Itália, parece que, pelo menos no Ocidente, o mundo romano vai prosseguir os seus destinos sob o protectorado da mais civilizada das nações germânicas, o grande povo dos Godos.

A Gália parece-lhes destinada, senão na sua totalidade pelo menos na sua maior parte. Com efeito, é pertinente pensar que o sucessor de Eurico, Alarico II, que lhe vem a suceder em 485, não irá ficar-se pelo Loire, mas sim antes tentar avançar até ao Sena, para além de poder igualmente pretender subtrair o vale do Ródano aos Borguinhões. Quanto à região situada entre o Sena, o Marne e o Reno, a antiga *Belgium*, disputada entre Francos e Alamanos, o seu futuro parecia já ter sido decidido; estava destinada a recair na barbárie e a vir a germanizar-se. Era o bode imolado em sacrifício no altar do destino, aquilo que era preciso abandonar para tentar salvar o resto. Mas o resto da Gália viria a constituir um Estado romano-gótico, governado pela dinastia dos Baltos.

Tais eram, segundo parece, as previsões que um espírito aparentemente sagaz poderia ter feito no dia imediato ao da queda do Império do Ocidente. E sem dúvida que muita gente as deve ter então feito.

O aparecimento, em 481, de um jovem *regulus* franco com quinze anos de idade, o filho de Quilderico, a que chamamos Clóvis, vai alterar profundamente tais previsões e mudar o curso dos destinos da Gália, e, mais tarde, de todo o Ocidente.

A ambição do pequeno rei de Tournai não tinha limites e era servida por uma audácia e uma habilidade perfeitamente excepcionais. O sucesso não tardou a surgir. Pouco depois da sua subida ao poder, cinco anos depois, segundo Gregório de Tours, Clóvis atacou Syagrius, no qual os Francos viam um «rei dos Romanos». O pequeno exército do romano, naturalmente composto por bárbaros, e mais que provavelmente por francos, foi vencido, e os seus sobreviventes vieram a ser incorporados nas tropas de Clóvis (486). Esta vitória valeu de imediato ao rei franco o prestígio suficiente para que Alarico II não ousasse recolher Syagrius em fuga: entregou-o, pois, a Clóvis que o mandou matar.

Tendo desaparecido o último vestígio da autoridade romana, como é que veio a operar-se a conquista do país entre o Mosa e o Sena, entre o Somme e o Loire? Não dispomos, a este respeito, de quaisquer informações minimamente dignas de confiança. É evidente que, antes de tentar apoderar-se desta imensa região que representa um terço da Gália, Clóvis deve ter tido de reunir todas as forças dos Salienos. As tortuosas manobras graças às quais conse-

guiu suprimir os pequenos reinos francos (sálíos) dos seus parentes e rivais devem situar-se, cronologicamente falando, logo após a sua vitória sobre Syagrius. Por volta de 492, o prestígio de Clóvis era já tal que o grande Teodorico desposou a sua irmã Audofleda. No entanto, a submissão dos Turíngios, levada a cabo nesta mesma época, permanece um enigma, pois é duvidoso que Clóvis já estivesse em condições de conduzir uma expedição até aos confins da Germânia.

A guerra contra os Alamanos⁽¹⁴⁾ representa uma viragem na história da rivalidade entre este povo e os Francos. Os Suabos, em fins do século v, disputavam a parte média e até mesmo inferior do vale do Reno aos Ripuários: numa batalha travada na região de Colónia, em Zülpich, o rei Sigeberto fora ferido. Dando provas de grande senso político Clóvis acorreu em socorro dos Ripuários. Após uma renhida batalha em que o êxito oscilou por muito tempo entre os Alamanos e as forças conjuntas dos Sálíos e dos Ripuários, os Francos acabaram por chamar a si o comando das operações. A vitória foi decisiva. Os Alamanos, vencidos, tiveram de implorar o socorro do rei dos Ostrogodos para escaparem ao extermínio. Assim, passaram doravante a ser um povo súbdito dos seus antigos rivais (496 ou 497).

O baptismo de Clóvis, diga a tradição o que disser, não tem qualquer relação com a vitória do rei sobre os Alamanos. Sendo pagão, Clóvis era naturalmente solicitado a abraçar o cristianismo. Mas tornar-se-ia ariano, tal como os outros reis bárbaros, ou católico? Influências das mais contraditórias faziam-se sentir, inclusive na sua própria família. As exortações da rainha, a borguinhoa Clotilde, sobrinha de Gondebaudo, podem ter conseguido abalar o coração de Clóvis, mas a conversão parece ter tido lugar à vista dos «milagres» ocorridos no túmulo de S. Martinho de Tours, a 11 de Novembro de um ano compreendido entre 496 e 499. Não obstante, não há dúvidas de que Clóvis tenha recebido o baptismo em Reims das mãos do bispo Remy⁽¹⁵⁾.

Nunca será demais realçar o significado deste acontecimento. Trata-se da grande viragem, da viragem decisiva da história do reino e até mesmo da hegemonia franca. Clóvis tornou-se, assim, em fins do século v, no único chefe de Estado católico em todo o Ocidente. O clero «romano» compreendeu de imediato toda a importância do acontecimento, por si tão cuidadosamente preparado e despoletado, e viu no pagão de ontem um novo Constantino. O baptismo católico valeu ao cruel e astuto bárbaro a simpatia, a adoração do episcopado, não só no seu próprio reino, como também nas outras regiões da Gália em poder dos Godos e dos Borguinhões. Por

intermédio dos bispos, o rei dos Francos assegurava, assim, a submissão das populações galo-romanas. No meio da desordem universal, do desabamento das instituições políticas e administrativas do mundo romano, o episcopado permanecia, não só como a única força moral, mas também, graças aos seus recursos fundiários, como o último recurso económico para as populações. Sera que Clóvis apreendeu plenamente todo o alcance do seu gesto quando curvou a cabeça diante de S. Remy? Ao fim e ao cabo, pouco importa: basta que as consequências de tal gesto tenham sido incalculáveis⁽¹⁶⁾.

O baptismo em nada alterou a natureza do neófito. Continuou a ser o mesmo homem forte, hábil, sem escrúpulos, sempre pronto a aproveitar-se de todas as ocasiões para alargar o seu poder e o seu prestígio. No ano de 500, Clóvis tem ainda dois concorrentes na Gália, o Estado borguinhão e o Estado visigótico. O segundo é bastante poderoso ou, pelo menos, passa por tal. Clóvis decide, assim, começar por eliminar os Borguinhões. As querelas entre dois dos seus reis fornecem-lhe um pretexto para intervir. Clóvis toma o partido de Godegisel, o antigo tutor de Clotilde, e, perto de Dijon, acaba por pôr em fuga Gondebaudo. O vencido recua até Avignon onde o rei franco lhe vem montar um cerco, sem que, contudo, consiga apoderar-se da fortaleza. A campanha não passou, pois, de um meio-sucesso e, após a retirada dos Francos, Gondebaudo pôde aprisionar o seu irmão e mandá-lo matar (501). Clóvis nada fez.

Um outro e mais ambicioso intento absorvia, contudo, os pensamentos do rei franco, e o apoio da Borgonha, que não conseguira aniquilar, era-lhe bastante útil. Projectava nada mais nada menos do que a destruição do poderio visigótico, pelo menos na Gália. Projecto aparentemente bem temerário. O rei franco teve de tramar conluios com o episcopado da antiga Aquitânia. Alarico II tomou as suas precauções, precauções que os católicos do tempo qualificaram de perseguições: transferiu os bispos. E talvez tenha sido também para ganhar as boas graças da população romana que promulgou, em Toulouse, a 2 de Fevereiro de 506, a compilação de direito romano conhecida desde então sob o nome de *Breviário de Alarico*. Demasiado tarde. A tormenta não tardaria a abater-se sobre o reino de Toulouse, aniquilando-o para todo o sempre. Clóvis, incitado pelo imperador Anastásio, que pretendia o enfraquecimento dos Estados góticos da Itália e da Gália, atacou bruscamente, de surpresa. Tinha conseguido garantir o apoio dos Francos Ripuários e dos Borguinhões. Enquanto estes avançavam pelo Planalto Central, os Francos, tendo partido de Tours, defrontavam-se com os Godos quatro léguas a nordeste de Poitiers, em Vouillé. Alarico II pereceu às mãos do próprio

Clóvis, segundo se diz, e apenas a nobreza de Auvergne ofereceu alguma resistência. O resto da campanha não passou de uma passeata militar. Toulouse, capital do reino visigótico, foi tomada e incendiada pelos Francos e pelos Borguinhões; tendo-se Clóvis apoderado do célebre tesouro dos reis godos. O filho de Alarico, o pequeno Analarico, com cinco anos de idade, fora levado para Espanha. Um bastardo, Gisalico, tentou reunir os Godos da Septimânia, mas em vão; Gondebaudo e os seus borguinhões apoderaram-se de Narbona e constrangiram-no a refugiar-se em Espanha (507-508) ⁽¹⁷⁾.

Assim, bastou uma campanha para aniquilar, a norte dos Pirinéus, o poderio desses tão temidos Visigodos que, durante um século, dominando todo o Sudoeste da Gália e a Espanha, tinham feito tremer o Império e resistido vitoriosamente às hordas de Átila. É provável que o seu Império se tenha alargado demasiado e demasiado depressa. O povo visigótico não foi suficientemente numeroso para ocupar solidamente o espaço compreendido entre as Colunas de Hércules e o Loire. Na Gália, não deixou um só termo que fosse da sua língua; os nomes de lugares que possam lembrar a sua estada neste país são extremamente raros e a sua contribuição étnica foi quase imperceptível. O reino de Toulouse só se mantinha de pé em função da pessoa do seu soberano; caso este viesse a encontrar um rival mais forte ou mais hábil, era inevitável que aquele se desmoronasse, sem sequer deixar ruínas que lembrassem a sua existência passada.

Na Itália, Teodorico descobrira e anulara as maquinações do imperador, tendo tentado opor a Clóvis uma aliança dos reis germanos do Ocidente, borguinhões, turíngios, érulos e warins. Ele próprio chegara a proferir algumas ameaças, que a necessidade da sua luta pessoal contra Constantinopla tornara perfeitamente vãs. Tudo o que o rei dos Ostrogodos pôde fazer resumiu-se a impedir que os Francos se apoderassem da Provença e da região situada entre o baixo Ródano e os Pirinéus, a Septimânia, que permaneceram em poder dos Visigodos da Espanha (509) ⁽¹⁸⁾.

Tornou-se igualmente evidente que, a partir desse momento, toda a Gália estava destinada a cair em poder dos Francos. Clóvis assegurou a hegemonia do seu povo ao apoderar-se, traiçoeiramente, de acordo com uma lenda a tal respeito, do reino de Colónia, unindo assim Salienos e Ripuários. Com uma visão de uma surpreendente justeza, após a destruição do Estado visigótico, decide instalar-se em Paris. Mas já só aí vive por pouco tempo, pois veio a morrer em 511, em plena força da Vida, com quarenta e cinco anos.

Já houve quem tentasse reabilitar o «homem privado» ⁽¹⁹⁾; empresa perfeitamente quimérica, ridícula até: a psicologia de Clóvis é e continuará para

sempre a ser desconhecida. Apenas a sua obra interessa ao historiador⁽²⁰⁾. E nunca será demais realçar o seu enorme interesse. Clóvis fundou um Estado de um novo tipo. A «conquista da Gália» para usar uma expressão corrente, não foi uma conquista do género da que os Anglo-Saxões levaram a cabo na Grã-Bretanha, consubstanciada num processo de substituição dos indígenas aniquilados por uma população, por uma língua e uma cultura totalmente novas. E também não foi uma conquista à maneira dos Vândalos em África ou dos Lombardos em Itália: um pequeno número de invasores subjuga a grande massa da população, impondo-lhe o seu direito público, mas não se preocupando em alterar o direito privado, a língua ou a cultura dos vencidos.

A dominação franca também não passou pelo estágio do *foedus*, como as dominações visigótica, borguinhola ou ostrogótica, ou, se assim foi, bem depressa veio a ultrapassar esta etapa. O povo bárbaro (godo, borguinhão, etc.) instalado no solo romano não passa, inicialmente, de um exército de mercenários cujo chefe é uma espécie de funcionário. O organismo romano, político, administrativo, financeiro, subsiste praticamente intacto. Assim, é só na segunda metade do século V que o senhor da força, o rei Bárbaro, vem a pouco e pouco a apoderar-se desse mecanismo e a usá-lo em proveito próprio.

Mas tal não sucedeu com os Francos. Salvo numa região (a Segunda Bélgica), e por muito pouco tempo (sob Quílderico), em que é possível pensar-se que dominaram na qualidade de federados, vieram a impor-se muito rapidamente, quase sem transição. E, no entanto, os Galo-Romanos não foram nem massacrados, nem reduzidos à escravidão, nem sequer mesmo socialmente diminuídos. Os invencíveis Salienos não detêm qualquer privilégio político ou social no Estado fundado pelo seu chefe. Se o seu *wergeld* é de 200 soldos, enquanto que o do Romano não vai além dos 100, tal sucede apenas porque a composição é divisível por três partes: 1.º a parte dos herdeiros da vítima ou seja, 66 soldos e 1/3; 2.º a parte dos parentes afectados aos direitos de vingança; 3.º a parte do rei, que equivale a metade do total precedente. Ora, como a segunda categoria não existe no caso dos Romanos, este é avaliado em 66 soldos e 1/3, mais a metade para o rei, ou seja, no total, 100 soldos⁽²¹⁾.

Os camponeses francos continuam, à semelhança dos seus antepassados, a cultivar o solo do Brabante e da Flandres, mas não dispomos de quaisquer indícios de que uma aristocracia vitoriosa tenha despojado os «romanos» e se tenha apropriado das suas terras, nem sequer mesmo parcialmente, tal como o tinham feito, no século precedente, os federados germanos.

Isto porque, a bem dizer, não houve «conquista da Gália», pelo menos aos olhos dos Galo-Romanos. O Norte da Gália, depois de 476, era, na realidade, *res nullius*. Clóvis apoderou-se dela sem ter tido de defrontar, segundo parece, outra oposição para além da rivalidade do romano Syagrius, à cabeça de algumas tropas bárbaras. Assim que o rei se converteu, as últimas relutâncias, se é que alguma vez as houve, desapareceram por completo, não tendo o seu domínio vindo a encontrar qualquer resistência da parte da população indígena.

Julgou-se ter havido uma base legal para a autoridade de Clóvis sobre os Galo-Romanos⁽²²⁾. Uma tal tese fundamentou-se na cerimónia que teve lugar quando da sua campanha vitoriosa contra os Visigodos. Em Tours, onde celebrou o seu triunfo, «Clóvis recebeu do imperador Anastásio o diploma de cônsul. Na basílica de Saint-Martin, revestiu a túnica de púrpura, a clâmide e, tendo posto na cabeça um diadema, percorreu depois a cavalo a distância compreendida entre a porta do átrio da basílica e a igreja da cidade, lançando ao povo moedas de ouro e de prata. A partir desse dia, passou a ser chamado cônsul e augusto».

Esta narração de Gregório de Tours, muito posterior ao acontecimento evocado, contém flagrantes inexactidões: é impossível que Anastásio tenha concedido a um chefe bárbaro as insígnias imperiais, o diadema, a qualificação de augusto. Clóvis obteve o consulado honorífico, tal como antes dele sucedera com outros chefes bárbaros, e procedeu, conseqüentemente, às liberalidades da praxe. Houve mesmo quem afirmasse: «Clóvis surgia doravante aos olhos dos Galo-Romanos como sendo o delegado do imperador e, por conseqüência, como o representante desse antigo estado de coisas que, no meio de todas as perturbações daqueles tempos, permanecia como a expressão do direito; as suas conquistas estavam, de certo modo, legitimadas⁽²³⁾.» Tal equivale a ultrapassar o alcance do próprio texto. É perfeitamente possível que a astuciosa política de Constantinopla, ao mesmo tempo que honrava um aliado bastante útil, tivesse pretendido colocá-lo numa posição de súbdito, mas nada prova que Clóvis tenha reconhecido, por pouco que fosse, semelhantes pretensões. Ele aceitou as insígnias do consulado a título de uma dessas condecorações estrangeiras com que os reis, até há bem pouco tempo, gostavam de se adornar, de fazer gala, e nada mais. Os seus sucessores, tal como ele, nunca reconheceram formalmente a hegemonia do Império «romano»; as leis de Justiniano nunca atingiram a Gália, pelo menos enquanto texto oficial.

Quanto aos súbditos galo-romanos dos reis francos, estes aceitaram de imediato o estado de facto: o Império doravante fixado em Constantinopla,

não podia interessá-los seriamente. O clero fora antecipadamente conquistado. O concílio que o conquistador mandou reunir em Orléans, pouco antes da sua morte, congregou bispos de todas as regiões da Gália: a «aliança entre o trono e o altar» já então é uma realidade⁽²⁴⁾. A aristocracia laica pôs-se imediatamente ao lado da dinastia merovíngia.

Quanto à grande massa da população, essencialmente constituída por colonos, isto é, por camponeses, juridicamente livres, mas socialmente degradados, não tinha voz activa neste capítulo, tal como os habitantes das cidades, pequenas e miseráveis, que só virão a fazer ouvir a sua voz seis ou sete séculos mais tarde.

A conquista, ou melhor, a tomada da Gália por Clóvis, deu origem a um Estado bem mais original na sua forma e estruturas do que os outros reinos bárbaros, nascidos da decomposição do mundo romano. Será que tal equivale a afirmar que Clóvis chegou a entrever todos os efeitos que hoje em dia discernimos na sua obra? Não, certamente: «Não teve, isso é mais do que certo, a ideia de formar um reino de França, que então ninguém podia sequer imaginar o que fosse. Clóvis não via nada daquilo que nós hoje em dia vemos. É por isso que não é correcto torná-lo num dos fundadores da monarquia francesa. Da futura França, mais não tinha do que as montanhas e a planície, os rios e os bosques, e toda uma matéria humana que só virá a tornar-se nação ao fim de longos e longos séculos. O verdadeiro motivo de Clóvis ocupar um lugar tão importante na história reside no facto de ter sido ele quem reuniu num só povo as diversas populações francas... De simples rei franco, tornou-se no rei dos Francos... Criou, pois, não uma nação, mas sim uma força histórica»⁽²⁵⁾.

IX.

A descendência de Clóvis (1)

Clóvis não tivera tempo, e talvez nem mesmo disso se tenha lembrado, de organizar politicamente, com vista ao futuro, os países dos quais se apoderara. Rei dos Francos Salienos, antes do mais, só se preocupara em mandar fixar por escrito (entre 507 e 511) alguns pontos do direito germânico e uma tarifa de «composições» pecuniárias a que foi chamada a «Lei Sálica». Após a sua morte, não houve qualquer concepção elevada ou, até mesmo, pura e simplesmente sensata, que tenha vindo a presidir a sua sucessão. O fundador do novo Estado deixava quatro filhos, três dos quais filhos de Clotilde; assim, dividiram-se as terras que lhe pertenciam em quatro partes, precisamente como se se tratasse da herança de um simples particular. Desde o seu início que se revela o grande vício orgânico que irá pesar, e duramente, sobre a monarquia francesa durante toda a Idade Média e até cerca de meados do século XVII: a monarquia não é uma magistratura como o «Império», mas um património ao qual se aplicam as regras do direito privado. Implanta-se, assim, de imediato, o espírito germânico, ainda infantil, rebelde à noção de interesse geral.

Inicialmente, houve a ilusão de que a pluralidade dos reis não quebraria a unidade do *Regnum Francorum*. As quatro capitais, se é que é legítimo servir-nos deste termo moderno, Paris (para Quildeberto), Orleães (para

Clodomiro), Soissons (para Clotário) Reims (para Thierry), ficavam perto umas das outras, de modo a que os reis e os seus exércitos pudessem socorrer-se mutuamente com a maior brevidade e fazer frente aos ataques dos inimigos do povo franco. É digno de nota que estes reis tenham de imediato, e a exemplo de seu pai, desertado as regiões meramente germânicas da Gália. Aquele ao qual o Leste calhou em partilha poderá, algum tempo depois, preferir Metz a Reims, mas não irá instalar-se em Trêves, Mogúncia ou Colónia, ou seja, nas parcelas já germanizadas do seu Estado.

De resto, se a primeira partilha não pôs em perigo o *regnum*, tal foi apenas devido ao facto de os rivais dos Francos, os Godos da Espanha e da Itália, não estarem em condições de prosseguir uma política agressiva. Na Gália, os Bretões da grande ilha, estabelecidos na Armórica desde há quase um século, eram mais turbulentos do que perigosos e a fraqueza dos Borguinhões era patente. Quando da morte do grande homem que os unira, o ímpeto guerreiro dos Francos ainda não fora quebrado, até porque os seus apetites de conquistas e de espólios se mantinham insatisfeitos. Os filhos de Clotilde, sedentos de ódios e ambição, acabaram, em apenas duas campanhas (523 e 534), por destruir todo o reino de Borgonha.

Por seu lado, o mais velho, Thierry, filho da primeira mulher de Clóvis, planeava garantir a segurança das fronteiras do lado da Germânia, esmagando os povos rivais. Os Alamanos já não eram de temer, assim como os Bávaros, que reconheceram (sob Clotário I) a hegemonia franca. A mais perigosa das nações germânicas era nessa altura a dos Turíngios, que, na realidade, não passavam dos antigos Hermunduros ⁽²⁾. O grosso deste povo avançara, em meados do século v, desde o Elba até ao Danúbio. Por volta de 480, os Turíngios ameaçaram Passau e Lorsch. Repelidos ao norte pelos Bávaros, constituíam, não obstante, por volta do século v, um poderoso Estado entre o Thüringerwald e o Elba, sendo particularmente perigosos para os Francos Ripuários. Ainda que fosse o mais aguerrido dos filhos de Clóvis, Thierry não se julgou suficientemente forte; chamou em sua ajuda Clotário. Nas margens do Unstrutt, aglomerou-se, assim, uma multidão de salienos e de ripuários, aos quais se juntaram inconsideradamente os Saxões, todos eles prontos a combater os Turíngios ⁽³⁾. O seu rei Hermenefrido foi vencido, tendo vindo depois a ser assassinado (531). A sua viúva Amalaberge fugiu para a Itália com os filhos, indo refugiar-se junto do seu irmão, o ostrogodo Teodoato. O seu filho Amalafrido teve um destino bem pouco banal: educado em Ravena, foi feito prisioneiro em 540 juntamente com Witigès; levado para Constantinopla, aí passou a servir e acabou os seus dias no Oriente como

funcionário do «Império romano». No espólio arrecadado pelos Francos figurava uma filha de um outro rei da Turíngia, Bertário. Clotário tomou-a para si e desposou-a: trata-se de Santa Radegunda, a protectora de Fortunato, a fundadora do mosteiro de Santa Cruz de Poitiers, uma das mais notáveis figuras de mulher da época merovíngia.

A destruição do reino de Hermenegildo acarretou profundas mudanças no aspecto da antiga Germânia. A Turíngia passou doravante a ser governada por duques francos. A região entre o Main e o Thüringerwald foi colonizada pelos Francos, que lhe legaram o seu nome, a Francónia. Ao norte, os Saxões apoderaram-se do Harz, mas foram tributários dos Francos. A leste, os Wendes, isto os Eslavos, atravessando o Elba, ocuparam toda a região até ao Saale. A hegemonia dos Francos sobre esta Germânia assim diminuída é incontestável desde meados do século VI.

Thierry (Teuderico) viria a ser ultrapassado em ambição pelo seu filho Thibert (Teudeberto). Este estava ocupado a combater contra os Godos da Septimânia, montando o cerco a Arles, depois de Béziers, quando soube da morte do pai (534). Enquanto os seus tios Quildeberto e Clotário dirigiam em Espanha expedições contra o rei visigodo Têudis, devastando a Tarraconense e montando o cerco a Saragoça (542), Thibert arrastava os Francos do Oriente e os povos seus súbditos em aventurosas expedições a Itália.

O poderio ostrogótico declinava rapidamente após a morte de Teodorico o Grande (516). Em 535, Justiniano decidiu reconquistar a Itália aos Bárbaros⁽⁴⁾. Thibert pôs-se ao seu serviço. Em princípios de 536, os súbditos dos Francos, Borguinhões e Alamanos, penetraram na Alta Itália. Witigés julgou poder comprar a sua neutralidade cedendo a Provença e a Alamânia gótica; Thibert ficou com este último pedaço e deixou o outro aos seus tios. Com uma acabada má-fé, o franco não teve outro intento que não fosse enganar Ostrogodos e Bizantinos. Várias expedições deram-lhe a posse de toda a planície do Pó até à Venécia. Dominando Alamanos, Bávaros e Turíngios, era senhor da Germânia. Os únicos povos germânicos totalmente independentes eram os da Panónia, os Gépidas e os Lombardos. Thibert estabeleceu alianças com estes últimos desposando a filha do seu rei, Walcho. Há quem pretenda que tinha intenções de marchar sobre Constantinopla com a sua ajuda. Sendo o primeiro dos reis francos, apresenta-se como rival do imperador e, nas suas moedas, apaga o nome de Justiniano para o substituir pelo seu⁽⁵⁾.

Internamente, apoia-se na Igreja. Gregório de Tours, que pouco nos diz das suas longínquas expedições, elogia a sua grande inteligência e devoção

religiosa. Thibert tentou aumentar os recursos da realeza submetendo os Francos a um imposto pessoal: fracasso total. Thibert é, sem dúvida, a par de Clóvis, o mais notável dos soberanos merovíngios (6). Desaparece na flor da idade, em 548.

A sua política foi prosseguida pelo seu filho Thibaud (Teudebaldo). Este era fisicamente demasiado fraco para poder usar armas, e o comando das expedições foi confiado a dois duques alamanos (552-553). Mas o exército do primeiro, Leuthar, quando na Venécia, veio a ser dizimado pelas doenças, e o do segundo, Butilino, ao defrontar-se, perto de Cápuia, com os bizantinos de Narsès, veio a ser exterminado. Pouco depois, a Alta Itália ficou totalmente perdida para os Francos. Esta região viria a cair em poder dos Lombardos (568). E, ao fim e ao cabo, um tal fracasso foi benéfico para os Francos, pois, caso contrário, teriam acabado por esgotar as suas forças na defesa de um território de extensão desmesurada e prematura.

Thibaud morreu em 555. Pouco depois, Clotário, sendo o último dos Merovíngios ainda vivos, reuniu sob a sua autoridade o conjunto dos Francos. E já não era sem tempo. Os Saxões, até então aliados, começavam a tomar atitudes ameaçadoras. Três expedições dirigidas contra eles não conseguiram obter um sucesso decisivo. Tudo aquilo que Clotário pôde fazer resumiu-se a repeli-los até ao seu território. Só a Carlos Magno estava reservado completar a conquista da Germânia. Não obstante, foi sob o principado de Clotário que o *Regnum Francorum* alcançou a sua maior vastidão. O Estado de Clóvis aumentara com a posse da Borgonha, da Provença e dos vales alpinos da Alta Itália; os duques dos alamanos, dos bávaros, dos turíngios, assim como os reis ou condes dos bretões da Armórica, eram seus súbditos. Clotário, contudo, só reinou três anos sobre o conjunto de todas estas regiões, tendo morrido em 611.

Antes de prosseguirmos na exposição, convém que nos detenhamos uns instantes nos filhos de Clóvis. O cristianismo não exerceu neles qualquer influência moral. Perfídia, crueldade, são os atributos desta dinastia. A sua duplicidade iguala, quando não ultrapassa mesmo a dos próprios bizantinos. A sua história não passa de uma sucessão de crimes, de cenas hediondas, tal como no-las retrata Gregório de Tours, com um sangue-frio que é, por vezes, desconcertante.

Os trinta anos que vão da morte de Clotário (561) à do rei Gontran (563) são os mais bem conhecidos da época merovíngia. Não porque apresentem um interesse mais vivo do que os que os antecederam ou do que aqueles que vieram a seguir, longe disso, mas sim porque Gregório de Tours, enquanto

testemunha ocular, nos fornece sobre este terço de século abundantes informações, ainda que de desigual valor.

A partilha que tem lugar, em 561, entre os filhos de Clotário assemelha-se ponto por ponto à de 511; os participantes na partilha são igualmente em número quatro e as suas capitais são as mesmas, só que a conquista da Borgonha e da Provença vem aumentar a vastidão de cada lote. Paris continua a ser o centro fulcral do Estado e, durante alguns anos, é neutralizado.

Este período é caracterizado por uma luta implacável, não entre a Austrásia e a Nêustria, que ainda não existem, mas sim entre os reis Sigeberto e Quilperico, ou melhor, entre as suas respectivas mulheres, Brunehaut, filha de Atanagildo, rei dos Visigodos, e Fredegonda. Sigeberto, em situação de inferioridade, chamou por duas vezes em seu auxílio os «povos de além do Reno», até então deixados à margem das lutas intestinas por serem tidos como demasiado selvagens. Estes bárbaros cometeram mil e uma atrocidades na região parisiense, sem que o seu chefe tenha ousado reprimir tais excessos. No momento em que era elevado no escudo, em Vitry-en-Artois, pelos próprios Francos Salienos, foi assassinado por instigação de Fredegonda (575). Durante os dez anos seguintes, Quilperico, sem ser todo-poderoso, tornou-se numa personagem de primeiro plano. Veio a perecer na floresta de Chelles, assassinado não se sabe por quem (584). Gregório de Tours traça-nos dele um retrato perfeitamente odioso; apelida-o de Nero, de Herodes do século. Quilperico parece ter sido o mais inteligente dos sucessores de Clóvis⁽⁷⁾. Tinha concepções bastante elevadas acerca das prerrogativas reais e interessava-se por teologia; conhecia as letras latinas. gabava-se de fazer versos e tentou mesmo reformar a tão defeituosa ortografia do latim. Chegou até a dar jogos de circo em Paris e em Soissons, a fim de imitar o imperador: já Thibert fizera o mesmo em Arles.

A sua morte tornou Gontran, até então confinado na Borgonha, no senhor do *Regnum*. Este personagem, cuja devoção e bondade Gregório de Tours não cessa de elogiar e ao qual atribuiu mesmo o dom dos milagres, era uma espécie de Geronte; alternadamente bonacheirão e cruel, temerário e pusilânime, surge como sendo moral e politicamente um desequilibrado. Tendo perdido os seus filhos, apresenta-se como protector tanto de Clotário II, filho de Fredegonda, ainda bebé de berço, como de Quildeberto II, filho de Sigeberto. Estes herdeiros dos dois irmãos inimigos são poupados por receio de que a dinastia merovíngia venha a extinguir-se por completo.

Perigos comuns contribuem para aproximar o velho Gontran do jovem Quildeberto. Em primeiro lugar, a campanha de Gondevaldo. Este persona-

gem é um filho natural de Clotário I. Odiado por seu pai, fugiu para Itália, indo, mais tarde, refugiar-se em Constantinopla. Quando da morte de Quilperico, apresentou-se como pretendente ao trono. Seria ele, na verdade, um mero instrumento da corte do Oriente, desejosa de tentar, uma última vez, unir a Gália ao Império por intermédio de um rei por si manipulado? (8) Não se sabe. Aquilo que é certo, em contrapartida, é que um poderoso partido, não só no Sul e no Centro de Gália, como inclusive no Leste, favorecia a tentativa de Gondevaldo. Gontran só conseguiu ver-se livre dele à custa de promessas feitas aos grandes senhores, levando-os a abandoná-lo, e acabando por permitir, contra o juramento dado, que o assassinassem (585).

A aristocracia, cujo papel aumenta incessantemente de importância desde a morte de Sigeberto, constituía um perigo ainda muito maior. Os dois reis sentem-no e unem-se numa estreita aliança em Andelot, entre Langres e Toul, no limite da Borgonha e da região que começa a ser designada pelo nome de Austrásia (28 de Novembro de 587). Os soberanos indemnizam-se reciprocamente, a si e aos seus partidários, comprometendo-se a não tentarem aliciar os seus «fiéis» a mudar de campo; finalmente, legam os respectivos Estados àquele que sobreviver ao outro.

Esta última cláusula era eminentemente favorável a Quildeberto II, que obteve a sucessão de Gontran quando da sua morte (28 de Abril de 593). O filho de Sigeberto parece uma réplica de Thierry I ou de Thibert, e não deixa de ser significativo que tenha dado aos seus filhos os nomes destes dois reis com os quais não tinha relações directas. A aristocracia austrasiana tornara-se todo-poderosa. Ameaçava já abertamente o jovem rei e a sua mãe Brunehaut. Quildeberto II teve bastante dificuldade em conseguir submeter os Rauching, os Gontran-Boson, os Ursion, e os Bertfried, verdadeira colecção de animais ferozes. Na Germânia, lutou contra os Warins e voltou a submeter os Turíngios. Na Itália, retomou a política dos seus predecessores, vendendo a sua aliança ora aos Bizantinos, ora aos Lombardos, e traindo-os a ambos com tranquila impudência(9). De 581 a 590, dirigiu pelo menos uma meia dezena de expedições à Alta Itália. Finalmente, os Francos vieram a concluir a paz com os Lombardos em 591, só mantendo em seu poder a passagem dos Alpes entre a Gália e a Itália, Susa e Aosta. Quildeberto II morreu prematuramente em 596, com cerca de vinte e seis anos de idade.

O período seguinte é muito mal conhecido. Para nos guiar, de 591 a 642, só dispomos da crónica borgunhoa anónima subscrita com o nome de Fredegário.

Os filhos de Quildeberto II, Thibert e Thierry, receberam um deles a Austrásia, o outro a Borgonha. Fredegonda e o seu filho Clotário tentaram aproveitar-se da situação. Apoderaram-se, assim, das cidades vizinhas de Paris. Os Francos do Oriente marcharam contra eles. Vencedor num primeiro recontro em Laffaux (Aisne, cantão de Vailly), totalmente destruído num segundo em Dormelles (Seine-et-Marne, cantão de Moret), Clotário veio a ficar reduzido a um território perfeitamente insignificante entre o Sena e o Oise (597). Os filhos de Quildeberto II eram bastante novos. A personagem dominante será a sua mãe Brunehaut. Por volta de 601, é expulsa da Austrásia pelos grandes senhores, com a conivência do seu próprio filho, Thibert, ao qual passa desde então a votar um ódio mortal. Brunehaut dirige-se à Borgonha e passa a governar esta região sob o nome de Thierry. Procurou domar a aristocracia laica e eclesiástica, nomeando para «mordomos-mor do palácio» e patrícios determinadas personagens de origem galo-romana, tais como Protadius, Claude, Vulf, Richemer, os quais vem a ter triste fim, assassinados pelos grandes.

A degenerescência dos Merovíngios começa na pessoa dos dois filhos de Quildeberto, um deles súbdito submisso de sua mãe, outro simples joguete nas mãos da aristocracia austrasiana. Mal tinham ainda atingido a idade adulta e já viviam no meio do maior deboche: repudiam as esposas e rodeiam-se de concubinas. O escasso valor guerreiro que neles ainda subsiste dispendem-no em lutas fratricidas, pois odeiam-se de morte. Thierry bate o seu irmão mais velho sob os muros de Toul. Thibert apela então para os Turíngios e os Saxões, mas austrasianos e germanos de Além-Reno vêm a ser vencidos em Zulpich, perto de Colónia, pelo exército franco-borguinhão de Thierry. Feito prisioneiro, Thibert é morto em Chalon-sur-Saône, bem como o seu filho, o pequeno Meroveu (612). Thierry pretendia ser o único rei dos Francos: começara já a reunir um exército de austrasianos para marchar contra Clotário II quando morreu inopinadamente em Metz (613). Brunehaut tentou, então, fazer reconhecer como rei Sigeberto o mais velho dos filhos que Thierry tivera das suas inúmeras mulheres. Mas ela era odiada e temida na Austrásia. Os mais destacados personagens desta região, Arnoul e Pepino, os dois antepassados dos Carolíngios, chamaram Clotário.

E foi então a vez de Brunehaut recorrer ao auxílio dos povos de Além-Reno. Mas, precisamente na altura em que a batalha ia travar-se nas margens do Aisne, o exército de Sigeberto II debandou: o mordomo-mor do palácio, Gamier (Warnacharius), e os *farons* da Borgonha estavam conluídos com Clotário. Sigeberto, em fuga, veio a ser capturado nas margens do Saône e

assassinado, tendo os seus irmãos sido massacrados nos casos em que não se esconderam para não mais voltarem a reaparecer. Brunehaut, entregue a Clotário, foi supliciada com todos os requintes da mais selvática crueldade.

A seu respeito, tem-se feito juízos dos mais diversos. Só a conhecemos por intermédio dos seus inimigos. Por reacção contra os odiosos juízos dos velhos historiadores, houve já quem tentasse reabilitá-la atribuindo-lhe grandiosas concepções políticas. Tudo aquilo que podemos dizer é que pretendeu reinar a todo o custo e por todos os meios, tendo sido destruída pela indisciplina dos grandes assim como do alto clero⁽¹⁰⁾.

O rei Clotário, segundo do mesmo nome, «governou durante dezasseis anos todo o reino dos Francos em paz e tranquilidade, tal como sucedera com o primeiro Clotário. Sempre esteve em paz com as nações vizinhas. Foi um rei paciente, letrado, temente a Deus, muito generoso para com as igrejas e os bispos, magnânimo distribuidor de esmolas, complacente para com todos e profundamente devoto». O cronista (Fredegário) não encontra nada que se lhe possa censurar a não ser gostar muito da caça e dar demasiada atenção às mulheres.

Na realidade, Clotário II não passou de um prisioneiro nas mãos da aristocracia.

Em 614, viu-se obrigado a fazer importantes concessões aos grandes e à Igreja através de um célebre édito⁽¹¹⁾. Gamier, cuja traição fora a fortuna de Clotário, obrigara-o a jurar que o manteria vitaliciamente no seu cargo de mordomo-mor do palácio da Borgonha. E é muito possível que Radon, na Austrásia, e Landry, na Nêustria, tenham vindo a obter a mesma garantia. No entanto, em 626, por morte de Gamier, Clotário conseguiu reaver o domínio do cargo de mordomo-mor do palácio, supostamente a pedido dos grandes da Borgonha.

Em contrapartida, Clotário teve de ceder, por volta da mesma época, ao sentimento autonomista da Austrásia, cuja força não cessa de aumentar, concedendo a esta região um rei particular na pessoa do seu filho mais velho, Dagoberto. O filho de Fredegonda morreu a 18 de Outubro de 629 e veio a ser sepultado, tal como o seu avô, perto de Paris, no mosteiro de Saint-Vincent, mais tarde apelidado de Saint-Germain-des-Prés.

Sob o reinado de Dagoberto (629-639), a realza merovíngia lança um último lampejo do seu fulgor, lampejo, aliás, fictício. Um perigo ameaçava a unidade do *Regnum*: Dagoberto tinha um irmão, Cariberto, e teve de lhe abandonar, na Aquitânia, quase toda a extensa superfície do antigo reino visigótico. Este personagem morreu, assim como o seu filho. Mas, consequência

desta situação, Dagoberto veio a encontrar um sério obstáculo num novo povo, o qual viria a dar não poucas preocupações aos seus sucessores, os Bascos ou Gascões. Descendentes dos amigos Cantábricos, pouco influenciados pela civilização romana, tinham conservado os seus usos e costumes, assim como o seu idioma ibérico, muito próprio, que os isolava quase por completo dos outros povos da Europa. Dentre todas as populações da Espanha, tinham sido eles os únicos a resistir à dominação dos Suevos e dos Visigodos. Por volta de fins do século VI, atravessam os Pirinéus, a oeste, e iniciam a pilhagem, entre o Garona e os Pirinéus, da Novempopulânia que, um dia, virá a ter o seu nome, Gasconha⁽¹²⁾. Acabam por implantar-se em massa entre as montanhas e o Adour, sendo o seu povoamento tão denso que, ainda hoje em dia, esta região continua a ter a sua língua. Algumas expedições enviadas contra eles, em 581 e 587, pelos reis Quilperico e Gontran, fracassaram lastimosamente. Em 602, Thierry e Thibert conseguiram, contudo, impor-lhes um tributo e um duque. Mas esta submissão foi meramente temporária. Dagoberto teve de enviar contra eles um forte exército recrutado no reino da Borgonha. À sua testa estava o referendário Chadoind; era comandado por dez duques, sendo oito francos, um «romano» (aquitânio?), e um borguinhão. Perseguidos nas montanhas dos Pirinéus, os Bascos ofereceram a sua submissão; mas, quando os Francos iniciaram o caminho de regresso, os Bascos surpreenderam o exército de um dos duques no vale do Soule e exterminaram-no (637). Trágico prefácio à célebre expedição de Carlos Magno, em 778, em que o «paladino» Rolando virá a perecer.

Dagoberto intervém inclusive além-Pirinéus. Quando da morte de Sisebuto, enviou dois exércitos até Saragoça em apoio de Sisenando, o qual teve de pagar tal ajuda ao preço de 200 000 soldos. Na Itália, tomou sob a sua protecção a rainha Gondeberge, oriunda da família merovíngia, tendo obrigado o duque lombardo Chrotgar a libertá-la da prisão. Com o «Império» manteve sempre boas relações: assim, foi concluída, em 631, uma paz «perpétua».

Na Gália, na península da Armórica, os Bretões, teoricamente súbditos dos Francos desde inícios do século VI, mantinham-se de facto independentes. Algumas expedições enviadas contra eles em 580 e 593 tinham-se saldado por um fracasso. Dagoberto teve a feliz ventura de ver um dos seus reis, Judicaël, sem dúvida um rei da Domnoneia (região que ia da baía do Mont Saint-Michel à enseada de Brest), vir a Clichy oferecer-lhe a sua submissão. É certo que este personagem, bastante devoto, desejava retirar-se do mundo; o mosteiro de Gaël veio a tomar o seu nome: Saint-Juquel.

Mas, do lado da Germânia, Dagoberto não foi muito feliz. Convém dizer que desde há já muito tempo que a tempestade se vinha anunciando. A Europa Central era devastada por uma autêntica tormenta étnica. Fugindo aos Turcos ocidentais, um povo da mesma raça, os Awares, ou, pelo menos, assim chamados (porque os verdadeiros Awares são outros), vindos das margens do mar Cáspio, acabara por se instalar na antiga Panónia, por si tornada no centro de um vasto Império⁽¹³⁾. Parentes dos Hunos, estes nómadas possuem a mesma valentia, a mesma ferocidade: manejam o arco, mas também se servem da lança, constituindo, na devida ocasião, uma cavalaria couraçada, altamente resistente. O seu primeiro recontro com os Francos remonta a 562. Clotário II acaba de morrer. Os Awares lançam-se sobre a Turíngia. O rei dos Francos do Oriente acorre em socorro dos seus súbditos, travando com os invasores uma batalha de resultado algo indefinido. Em 566, novo recontro; mas, desta feita, Sigeberto é vencido e feito prisioneiro, tendo de ser resgatado a peso de ouro. Felizmente que, pouco tempo volvido, os Awares vêm a desviar-se noutra direcção. O imperador Justino II utiliza-os na luta contra os Gépidas, que vêm a ser exterminados. Foi igualmente para escapar à sua pressão que os Lombardos invadem a Itália em 568. A Europa Central, dos Cárpatos ao Danúbio e aos Alpes Orientais, é então um autêntico deserto sulcado em todos os sentidos pelas montadas dos cavaleiros awares. Certos historiadores colocam nesta época a data convencional que assinala o fim do mundo antigo⁽¹⁴⁾.

Em 597, estes bárbaros reaparecem mais uma vez na Turíngia. Quildeberto II acabava de morrer; Brunehaut viu-se obrigada a comprar-lhes a sua retirada. Como se vê, a atitude dos Francos face aos Awares não foi das mais brilhantes. Apenas Carlos Magno conseguirá lançar por terra o Império tártaro instalado no centro da Europa.

Na senda dos Awares, e submetidos a estes, tinham-se introduzido os Eslavos. Samo, em quem a lenda vê um mercador franco, veio a libertá-los do jugo dos asiáticos⁽¹⁵⁾. Acabou por fundar um Império cujo centro era a Boémia e que se estendia desde o Havel até aos Alpes da Estíria. Por volta de 632, rebentou a guerra com os Francos. O poderio dos Eslavos era tal que Dagoberto, para poder combatê-los, teve de aliar-se aos Lombardos. Estes, tal como os Alamanos, vieram a sair vencedores, mas Dagoberto, à cabeça dos Austrasianos, foi totalmente destroçado em Wogatisburg (talvez na Boémia). Os Sorabos, entre o Oder e o Saale, libertaram-se da autoridade dos Francos e reconheceram a soberania de Samo. Os Wendes passaram mesmo à ofensiva, tendo-se lançado sobre a Turíngia. Dagoberto avançou até

Mogúncia. Tinha recrutado um exército austrasiano, mas, não confiando muito nele, arranjava uma guarda neustrasiana e borguinhoa. Não ousou franquear o Reno. Os Saxões ofereceram-se para conter o inimigo mediante a isenção do tributo que, desde Clotário I, pagavam aos Francos. Protegeram muito mal a Austrásia e este país veio a reclamar a autonomia. Por sua vez, a Turíngia acabou por ter os seus duques particulares.

A leste, Dagoberto só teve, pois, insucessos.

O pretenso Fredegário⁽¹⁶⁾ não poupa elogios acerca da benevolência do príncipe ou da sua justiça, a qual lança o pânico entre os malvados quando este vai em inspecção à Borgonha. Mas, quando Dagoberto se instala em Paris já tudo vai muito mal: o rei torna-se num ser cúvido e debochado. O cronista, partidário de Pepino e da aristocracia austrasiana, vê com pesar o rei abandonar a Austrásia e desgraçar Pepino. Confessa, contudo, que Dagoberto foi um magnânimo dador de esmolas. Foi igualmente um grande construtor de igrejas. Saint-Denis⁽¹⁷⁾, que enriqueceu com as suas dádivas e onde veio a ser sepultado, será, sob a dinastia seguinte, a grande rival de Saint-Martin de Tours, até então o mais venerado dos santuários da Gália. Os clérigos do círculo palaciano do soberano tal como Audoenus (Santo Ouen) ou Eligius (Santo Elói), contam-se, neste século, entre os maiores nomes da Igreja da Gália. Através dos elogios ou das invectivas de Fredegário, podemos entrever um personagem faustoso, voluptuoso, mas enérgico quando necessário, tentando salvaguardar aquilo que ainda resta do sistema financeiro e restabelecer um pouco de ordem e de justiça. Mas o brilho deste reinado não passa de vã aparência, pois a monarquia está minada pelos germens da dissolução.

X.

Decadência e fim dos merovíngios ⁽¹⁾

A partir da morte de Dagoberto, em 639, a história merovíngia deixa de ser a história dos reis para passar a ser antes a história dos grão-vizires, os mordomos-mor do palácio das três partes do *Regnum*: Nêustria, Austrásia e Borgonha.

Chefes da aristocracia, os mordomos-mor do palácio privilegiam-na por longo tempo. O cronista pinta-nos sob as mais elogiosas cores o retrato dos mordomos-mor do palácio que dirigem o *Regnum* sob o reinado nominal de Dagoberto, Clovis II e Sigeberto III. Aega, na Nêustria, é prudente, afável, eloquente, piedoso: restitui às igrejas os bens que lhes tinham sido subtraídos pelo fisco. Erkinoald, seu sucessor (641), é afável, bom, cheio de deferência para com os bispos; não acumula fortuna pessoal e é amado por todos. Na Austrásia, Pepino é um poço de prudência e de afabilidade, governando «benignamente». Estes elogios da parte de um partidário da aristocracia provam-nos que estes mordomos-mor tudo permitem.

Contudo, na Austrásia, um deles, Grimaud, filho de Pepino, iludindo-se a si mesmo, tentou assegurar o trono para a sua Casa (656). Uma usurpação pela força era perfeitamente impossível, dado o prestígio, quase mítico, que ainda rodeava a raça de Meroveu. Grimaud fez desaparecer um filho de Sigeberto III (não ousando matá-lo, enviou-o secretamente para um

longínquo país, a Irlanda), e elevou ao trono, sob o nome de Quildeberto o seu próprio filho, adoptado por Sigeberto. Mas o pseudo-merovíngio e o seu pai morreram após sete anos de reinado e a tentativa dos Pepinídeos não teve qualquer seguimento ⁽²⁾.

Na Nêustria, por morte de Clóvis II em 657, e ainda que tivesse deixado três filhos, apenas um deles, o mais velho, veio a ser proclamado rei sob o nome de Clotário III. A regente, Bathilde viúva do defunto rei, uma anglo-saxã de origem servil, não possuía prestígio nem autoridade. O chefe do Estado foi o mordomo-mor do palácio, Ébroin. A unidade da realeza acarretava a unidade do cargo de mordomo-mor. Sendo neustriano, Ébroin veio a encontrar um sério obstáculo no particularismo dos Austrasianos e dos Borguinhões. Aos primeiros teve de conceder (663) um rei, Quilderico II, irmão de Clotário III, com um mordomo-mor do palácio, Goufaud (Wulfoaldus), ainda que este não passasse, é certo, de um seu instrumento. Na Borgonha, Ébroin viu-se a braços com a hostilidade dos bispos desta região. Na segunda metade do século VII, os bispos já não têm a atitude submissa dos seus predecessores do século precedente. Arnoul, bispo de Metz, e o verdadeiro senhor da Austrásia. O instigador da conspiração que veio a relegar a rainha Bathilde para a clausura do mosteiro de Chelles por si mesma fundado e onde veio a morrer com auras de santidade, foi o bispo de Paris, Sigebrend. A resistência dos Borguinhões suscitada e mantida pelo bispo de Autun, Leger (Leodegarius) ⁽³⁾.

Em 673, tendo morrido Clotário III, Ébroin, apenas com base na sua própria autoridade, eleva ao trono o mais novo dos filhos de Clóvis II, Thierry III. A Borgonha e a Austrásia revoltam-se. O fantoche de Ébroin é destronado e encerrado na abadia de Saint-Denis; quanto ao mordomo-mor, se é certo que lhe poupam a vida, a verdade é que, tendo-o feito clérigo, acabam por relegá-lo para o mosteiro de Luxeuil. A aristocracia neustriana chama Quilderico II e o seu mordomo-mor. Trata-se da mesma manobra de 614, só que em sentido inverso, na altura em que austrasianos e borguinhões tinham passado o poder para o neustriano Clotário II. Tal como em 614, a aristocracia exige garantias: «Nesta época, todos pediram ao rei Quilderico para promulgar decretos nos três reinos que tinham obtido, de maneira a que, tal como antigamente, os juízes conservassem a lei e os costumes de cada país e a que os reitores (os mordomos-mor do palácio) não passassem de uma província para outra e a que ninguém pudesse praticar a tirania, à semelhança de Ébroin, e subjugar, como ele o fez, os seus colegas (*contubernales*); mas sim que, pelo contrário, sabendo cada um que, ao chegar a sua vez, alcançara

igualmente o cume, mais ninguém ouse sobrepor-se aos outros. E ele acedeu de boa vontade aos seus pedidos.»

Segundo este testemunho da mais antiga «Vida de São Leger» (4), torna-se claro que a aristocracia começava a inquietar-se com o poder do cargo de mordomo-mor do palácio, pretendendo transformá-lo numa função meramente temporária. Além disso, o particularismo enraizara-se de tal modo que cada uma das três grandes regiões pretendia ter o seu próprio mordomo-mor, mesmo sob a soberania de um só rei. Mas Quilderico II tomou-se muito a sério e teve a pretensão de reinar. Faltou, pois, aos seus compromissos: «Corrompido pelos conselhos de imbecis quase pagãos, revogou subitamente, por estroinice de juventude, as disposições que tinha sabiamente acabado de confirmar.»

O bispo Léger tornou-se insuportável; Quilderico enviou-o para Luzeuil fazer companhia ao seu antigo adversário Ébroin. A oposição dos Francos acentuou-se. O jovem príncipe tratou de combater aqueles que lhe resistiam. Rebentou uma revolta e um certo Bodilon, que ele tinha mandado chicotear, veio a assassiná-lo no bosque de Lognes (a 6 quilómetros de Chelles), assim como a sua mulher, então grávida. O bispo de Rouen, Audoenus (Santo Ouen) sepultou piedosamente as vítimas em Saint-Vincent (Saint-Germain-des-Prés), onde os beneditinos vieram a encontrar as suas ossadas, por detrás do coro, em 1656 (5). Quilderico II pereceu, assim, com vinte e cinco anos de idade. Foi o último dos Merovíngios que tentou reinar (Outono de 675). A precária união do *Regnum* foi mais uma vez quebrada.

Enquanto Goufaut fugia a muito custo para a Austrásia, Ébroïn e Legér escapuliam-se de Luzeuil. O bispo de Autun restabeleceu Thierry II e escolheu como mordomo-mor do palácio da Nêustria e da Borgonha Leudesius, filho do mordomo-mor Erkinoald, que deixara aos grandes, boas e saudosas recordações. Mas Ébroïn conseguiu apoderar-se do jovem rei e, o que é bem mais importante, do «tesouro». Leudesius rendeu-se e, contra o juramento dado, veio a ser assassinado. Quanto a Legér, cercado em Autun, teve de capitular. Sofreu o suplício bizantino da cegueira; mais tarde, um concílio reunido em Villeroy (Yonne), sob a pressão do terror, declarou-o cúmplice do assassinio de Quilderico II. Legér foi supliciado e morto a 2 de Outubro de 678. A indignação da Igreja e a devoção popular transformaram num grande santo um personagem que não passou, sem dúvida, de um simples aristocrata trapaceiro e intriguista: cem aldeias da França e da Bélgica ainda hoje em dia têm o seu nome, e centenas e centenas de igrejas foram dedicadas à sua memória.

Ébroïn era senhor da Nêustria e da Borgonha, e senhor absoluto. Guérin, irmão de Legér, fora massacrado e os seus partidários tinham fugido. Era, pois, impossível que a luta com os Austrasianos não viesse a desencadear-se. Estes estavam então na mais total anarquia. Dagoberto II, a antiga vítima de Grimaud, exilado na Irlanda, chamado pelos Austrasianos (676), agira de tal modo que todos o detestavam. O país é dominado por um certo Martin e por Pepino II, neto de Pepino I por parte de sua mãe, Bige, e filho de Anséis (Ansegisus). Depois de vinte anos de eclipse, a ambiciosa descendência de Santo Arnoul de Metz reaparecia em cena. A função de mordomo-mor do palácio parece ter desaparecido por instantes na Austrásia; pelo menos, Martin e Pepino II só são qualificados de «duques». Os dois, à cabeça de um forte exército de austrasianos, marcham contra Ébroïn e o seu rei fantasma Thierry III. O recontro teve lugar no Bois-du-Fay (Ardenas, cantão de Château-Porcien), não longe da via romana que ia de Tongres a Reims, através da Ardena. Os Austrasianos sofreram uma derrota completa (679). Pepino conseguiu fugir enquanto Martin correu a refugiar-se em Laon. Ébroïn, que se encontrava em Écry (hoje em dia Asfeld, Ardenas), atrai-o mediante falsas promessas e manda matá-lo: os seus enviados teriam prestado juramento sobre um cofre despojado das suas relíquias. Por volta da mesma altura, Dagoberto II é assassinado na floresta de Stenay «traíçoeiramente, devido às maquinações dos duques e ao consentimento dos bispos». Também ele veio a ser considerado um mártir, e o seu túmulo, em Stenay, tornou-se num centro de peregrinações (23 de Dezembro de 679)⁽⁶⁾.

Ébroïn, doravante o único senhor, «oprime cruelmente os Francos», leia-se, os Neustrianos. É assassinado por um deles, Ermenfroi, que foge depois para a Austrásia, indo refugiar-se junto de Pepino II, a única autoridade que subsiste neste país (681). Tal como sucedera com Brunehaut, foram feitos os mais diversos juízos acerca deste personagem. Tal como no caso desta rainha, só o conhecemos através dos seus inimigos. Por reacção, pretendeu-se torná-lo num grande político. Os seus desígnios, se é que os teve para além da sua ambição pessoal, permanecem totalmente desconhecidos para nós. Tudo aquilo que podemos dizer é que foi um homem de uma energia e de uma ferocidade excepcionais e que, na sua pessoa, a Nêustria, que o odiava, perdeu igualmente a sua hegemonia.

Com efeito, nem Waratton, nem o neto deste, Gilemer (Gislemarus), que lhe sucederam na qualidade de mordomos-mor, possuíam envergadura suficiente para o substituir. O primeiro fez a paz com Pepino II, que reconheceu por rei Thierry III. Doravante, já não haverá mais do que um soberano para

todo o conjunto do *Regnum Francorum*. Como o rei já não possui sequer uma pálida sombra de autoridade, é inútil embaraçarem-se com mais do que um fantoche. A situação foi algo perturbada pela ambição de Gilemer, que se desentendeu com o pai e declarou guerra a Pepino. Como já, era hábito, os Austrásianos foram derrotados, perto de Namur (por volta de 683); mas Gilemer morreu pouco depois, seguido por seu pai (686).

Os Neustrianos dividem-se. Já não se sabe quem escolher como mordomo-mor. Sem dúvida que por instigação da viúva de Waratton, decidem-se por Berthier (Bertharius), seu genro. Este personagem era, segundo parece, perfeitamente incapaz. Pepino aproveita-se da ocasião e, à cabeça de um exército austrasiano, lança-se sobre ele. O recontro teve lugar em Tertry (Somme), a meio-caminho entre Peronne e Saint-Quentin, não longe dessa mesma via romana, indo de Cambrai a Soissons, que tantas vezes fora percorrida, dois séculos antes, pelos exércitos de Clodion, de Quilderico, de Clóvis. Berthier, tendo sido vencido, opta pela fuga, mas, pouco depois, vem a ser morto por instigação da sua própria sogra (687). Uma só batalha, travada em circunstâncias bastante favoráveis, assegura, assim, a preponderância da Austrásia, constantemente batida desde há mais de um século (desde o fim de Sigeberto I em 575).

O triunfo da Austrásia é sobretudo devido à habilidade de Pepino II, ao acaso que fez durar a descendência de Santo Arnoul de Metz, enquanto que na Nêustria não foi possível estabelecer-se qualquer dinastia de de mordomos-mor do palácio, e, finalmente, indisciplina dos Neustrianos; em várias circunstâncias decisivas, ou não conseguiram chegar a acordo sobre a escolha do mordomo-mor, ou recusaram obedecer-lhe, tendo preferido o austrasiano. A vitória de Tertry não é, pois, a vitória de uma raça ou de uma política sobre outra. Trata-se apenas do sucesso de uma família aristocrática do Oriente, poderosa, hábil, venerável, sobre os mordomos-mor do palácio da Nêustria⁽⁷⁾. Não obstante, Tertry tem um considerável alcance, sendo de profunda significação. Pepino II, dito de Herstal, não deixará o Leste para se instalar na região parisiense, tal como o fizera Dagoberto I. Permanecerá no país onde a sua casa fora bem sucedida, onde os auspícios lhe tinham sido favoráveis, onde tem os seus laços, onde vai buscar a sua força, ou seja, na bacia inferior do Mosa. Trata-se de um país meio romano, meio germânico. Os domínios dos «Pepinídeos» em solo de língua romana (valã) talvez não sejam mais numerosos do que aqueles que se situam em solo germânico. Não obstante, os antepassados dos Carolíngios são de língua e de hábitos germânicos.

Como a Aquitânia, em fins do século VII, vem a separar-se do *Regnum*, o carácter germânico do Estado austrasiano acentua-se. Os Carolíngios, ainda que políglotas, ainda que de direito «sálico», continuarão a ser gente do Oriente. Poderão, por uma questão de tradição, fazer-se coroar em Soissons, em Noyon, ou, por uma questão de devoção, escolherem ser sepultados em Saint-Denis, mas serão, quase até ao fim, sempre e só austrasianos. Paris, que desde Clóvis tendia a tornar-se, senão numa capital, pelo menos num ponto de reunião para a nacionalidade franca, virá a ser abandonada. Mas, no Leste, não será possível fundar qualquer autêntica capital, facto que é a prova irrefutável do carácter economicamente atrasado da Austrásia.

Vencedor, Pepino apodera-se do «tesouro» e regressa a Austrásia. Não se digna a destronar Thierry III; contenta-se em mandar vigiá-lo por um seu acólito, Norbert. Aquando da morte deste, Pepino substituiu-o pelo seu próprio filho, Grimaud, mordomo-mor da Nêustria sob os reinados fictícios de Clóvis III (690-694) e de Quildeberto II (694-711), enquanto que um outro dos seus filhos, Drogon, é agraciado como o «ducado» da Champagne.

A anarquia, mal endémico depois da morte de Dagoberto I, fora fatal à hegemonia dos Francos. A Aquitânia acabara por lhes escapar⁽⁸⁾. Estava agora em poder de uma dinastia de duques, francos de origem, mas que se serviam em proveito próprio da valentia dos Gascões: a Aquitânia tendia a tornar-se na *Wasconia*, não só até às margens do Garona, como inclusive até ao Loire. Na Germânia, os Saxões já não eram tributários dos Francos desde o reinado de Dagoberto I. A Turíngia recuperara a sua independência desde que o duque Rudolfo vencera Sigeberto III, mal apoiado pelos Austrasianos. Os Bávaros, assim como os Alamanos, procuravam seguir-lhe o exemplo. Mas Pepino forçou-os a aceitar para seus duques aqueles que ele nomeasse.

Surge então um povo já antigo, um povo poderoso, que renasce ao fim de longos séculos de obscuridade, os Frisões. Estabelecidos na embocadura do Ems e súbditos de Roma no século I, tal como os seus antepassados, os Amsivarianos (gentes do Ems), tinham-se tomado independentes por volta do século III. No século V, enquanto os Francos avançavam para oeste até ao Mosa e ao Escaut, eles próprios avançavam para leste, a expensas dos Chaucos (Saxões)⁽⁹⁾. Em fins do século ocupam no mar do Norte as embocaduras de todos os rios, do Weser, do Ems, do Reno, do Mosa, do Escaut. O seu duque, Radbod, torna-os temíveis. Pepino procura ganhar a sua amizade. Pede-lhe a sua filha em casamento para o seu filho Grimaud; ao mesmo tempo, tenta converter estes pagãos endurecidos; o anglo-saxão Wilibrord, protegido por ele, funda a igreja de Utrecht.

No nevoeiro através do qual nos é possível entrevê-lo, tal como sucede relativamente a todas as gentes daquele tempo, Pepino parece-nos enérgico, político e também piedoso: funda, entre outros, os mosteiros de Echternach e de Susteren, na Austrásia. Encoraja os missionários irlandeses que procuram completar a evangelização da Alamânia e da Baviera.

Apesar de tudo, aquando da sua morte, em Jupille, no Mosa, a 26 de Dezembro de 714, parece que toda a sua obra se vai desmoronar, indo suceder à sua casa o mesmo que já sucedera às dos seus rivais, os mordomos-mor do palácio da Nêustria.

Os seus dois filhos tinham-no precedido na tumba. Drogon morrera em 707: foi sepultado perto de Metz, na igreja dos Santos Apóstolos, que começa a ser conhecida pelo nome do grande antepassado da casa, Santo Arnoul. Grimaud, «o piedoso, modesto, afável e justo», foi assassinado por um frisão na Igreja de Saint-Lambert de Liège (Abril de 714). A dinastia já só é representada por três crianças, Arnould e Hugues, filhos de Drogon, e Thiaud (Theudoaldus), filho de Grimaud, cujo nascimento é ilegítimo.

Os Neustrianos tentam, ainda, reeditar em proveito próprio o golpe tão bem sucedido de Pepino vinte e oito anos antes. O antagonismo entre a Nêustria e a Austrásia exacerbava-se a um ponto tal que os Neustrianos não têm qualquer repugnância em se aliarem aos Frisões, pagãos e inimigos dos Francos, contra os seus irmãos do Oriente. Põem em fuga, na floresta de Cuise (Compiègne), o jovem Thiaud, e escolhem para mordomo-mor do palácio um certo Rainfroi (Ragenfridus). Este passa a floresta da Charbonnière e devasta a Austrásia até ao Mosa (715). A casa de Pepino está na mais total desordem. A sua viúva Plectrude, que luta corajosamente, vê-se a bravar com um novo inimigo, um filho do seu marido, nascido de Aupaïs (Alpaidis), Charles.

Parece que o *Regnum Francorum*, que a obra de Clóvis, vai acabar na mais total bancarrota, tal como o Estado visigótico, seu antigo rival. Três anos antes da morte de Pepino, árabes e berberes chegaram a Espanha vindos de África, e numa só batalha puseram fim à monarquia dos Godos (711). A mesma sorte ameaça agora o Estado franco. O duque da Aquitânia é incapaz de se manter por muito tempo, e, se os Neustrianos e os Austrasianos continuam a dilacerar-se entre si, é mais do que certo que a Gália, tal como a Espanha, viria a ser presa fácil do Islão. Religião, língua, direito, tudo irá mudar.

A salvação virá do filho ilegítimo de Pepino. Charles escapa-se da prisão onde Plectrude o encerrara e tenta com os seus partidários repelir Neustrianos

e Frisões. Ao princípio, não é nada bem sucedido: é batido pelo duque dos Frisões, Radbod, enquanto que Rainfroi, com o rei nominal Quilperico atinge Colónia onde Plectrude consegue comprar a sua retirada. Mas, no regresso, Rainfroi é surpreendido por Charles em Ambleve, perto de Malmedy. No ano seguinte, novo recontro na fronteira entre a Nêustria e a Austrásia, em *Vinciacus* (um dique do canal de Saint-Quentin, a 9 quilómetros ao sul de Cambrai, conserva ainda este nome: Vinchy); Rainfroi e o seu rei são vencidos (21 de Março de 717). Charles volta-se, então, contra a madrastra e, em Colónia, Plectrude vê-se obrigada a entregar-lhe o «tesouro» de Pepino. A legítima posteridade de Pepino é afastada; os destinos desta casa e da Austrásia estão doravante entre as mãos de Charles.

Após ter repellido os Saxões até ao Weser, Charles retoma a luta contra a Nêustria. Rainfroi e o seu rei tinham pedido a ajuda de Eudes, que reinava de facto na Aquitânia, prometendo-lhe reconhecer de direito a sua realeza. Mas os mancomunados foram vencidos em Soissons e perseguidos até Orleans (719). No ano seguinte, Eudes entregou a Charles o rei Quilperico e o seu «tesouro», que levara consigo para a Aquitânia. Tendo o fantoche morrido pouco depois, vão buscar ao convento um filho de Dagoberto III e o nome de Thierry IV (721). O último mordomo-mor do palácio da Nêustria, Rainfroi, desaparece. A unidade do *Regnum Francorum* é reconstituída em prol da Austrásia e da descendência de Santo Arnoul de Metz.

Um hábito supersticioso poderá ainda manter no trono, por mais trinta anos, um fantasma qualificado de «rei muito glorioso», cujo reinado fictício serve apenas para datar as cartas, mas, na realidade, a era merovíngia terminou. Na pessoa do novo Clóvis, Charles «Martel», começa verdadeiramente o período carolíngio.

XI.

A realeza merovíngia. As instituições ⁽¹⁾

Dagoberto, falecido em Épinay-sur-Seine, a 19 de Janeiro de 639, com trinta e cinco anos de idade, é, a bem dizer, o último rei merovíngio. Depois dele, o poder cessa de ser efectivamente exercido pelo soberano. Passa para as mãos do *major domus*, do mordomo-mor do palácio, como se costuma dizer. Convém que nos detenhamos aqui a fim de tentarmos estudar a realeza e as instituições deste período.

1. A realeza

Qual é a mola vital da sociedade dita «merovíngia»?

Não é o patriotismo à moda antiga, que tudo subordina à existência e à prosperidade da cidade. Não é a aristocracia, pelo menos até fins do século VI. Não é uma burocracia encabeçada pelo exército, tal como no Baixo Império. Não é a monarquia patriarcal da Idade Média, submetida a autoridade da tradição, do costume. Não é o regime do clã. E também não é, por enquanto, o regime feudal: o «benefício» está ainda muito longe do feudo e a posse da terra de pleno direito (em *alódio*) continua a ser a regra.

A bem dizer, não existem instituições, ou melhor, a única instituição, a única força vital, é a realeza. O *regnant* é um domínio cujo proprietário se chama rei, o qual dispõe dele segundo as leis e as regras do direito privado. Por sua morte, os seus filhos partilham-no entre si, sem terem em conta a geografia, a etnografia, os desejos ou as conveniências das populações. O *Regnum Francorum* não é um Estado, ou antes, é um Estado que se confunde com a própria pessoa do rei. A 3 de Março de 1766, Louis XV, respondendo ao Parlamento de Paris, definia assim a natureza da realeza francesa: «É na minha pessoa, é só na minha pessoa, que reside a autoridade soberana... é apenas a mim que o poder legislativo pertence, sem dependências ou partilhas. Toda a ordem de mim emana; sou o seu supremo guardião. Eu e o meu povo somos uma só pessoa. Os direitos e os interesses da Nação, dos quais ousam formar um corpo separado do monarca, estão necessariamente unidos aos meus e só nas minhas mãos repousam» (2). Louis XV falava como teria falado um rei merovíngio, caso este tivesse sido capaz de reflectir sobre a natureza do poder por si exercido. E o merovíngio teria dito a verdade, ao passo que o Bourbon se iludia: outras forças sociais tinham já nascido à margem da monarquia e a sua teoria era, pois, arcaica e caduca. Aquilo que também reflecte as mudanças já ocorridas reside no facto de que mesmo um Louis XV reconhecia ter deveres para com os seus súbditos, enquanto que uma tal ideia era totalmente estranha ao seu longínquo antepassado. O fim último do governo merovíngio é a satisfação pessoal do monarca (3). O reino por si adquirido não passa para ele de um simples terreno de exploração. Se faz a guerra, isso é apenas no intuito de aumentar a sua parte. As suas expedições em Espanha, na Germânia ou na Itália, não tem outro fim que não seja a pilhagem ou a imposição de um tributo. Não se trata de cruzadas para chamar à cristandade novos povos, mesmo à custa de múltiplas atrocidades. E talvez ainda seja menos pertinente comparar a atitude do Merovíngio com a do imperador romano, em cujas mãos repousam a segurança e a prosperidade do mundo antigo. A luta constante que tem de travar contra a barbárie dá como que uma grandeza trágica até mesmo aos piores imperadores. Pois eles sabem muito bem que acabarão por perecer sob os golpes do inimigo, dos seus rivais, ou até mesmo dos seus próprios soldados, mas mesmo assim lutam, lutam sempre, travando um combate perfeitamente desesperado. Figuras como as de um Marco Aurélio ou de um Juliano, estão entre as mais grandiosas de que a humanidade pode orgulhar-se. Abaixo deles, Séptimo Severo, Cláudio II, Probus, Aureliano, ou até mesmo Valentiniano e Teodósio, são ainda soldados e homens de Estado de

raro mérito. Um Diocleciano, um Constantino, levam a cabo uma tarefa perfeitamente sobre-humana: a restauração da autêntica ruína representada pelo mundo romano em fins do século III. Comparar estes grandes homens com os reizitos merovíngios seria o mesmo que instituir uma comparação perfeitamente ultrajante, seria o mesmo que desafiar a própria História.

A fim de construir a sua moradia, o rei merovíngio foi buscar os seus materiais às mais diversas partes. É inútil chamar a atenção para esta ou para aquela parte do edifício, para este ou para aquele ornamento, para seguidamente decretar que o conjunto é romano ou germano, porque esta ou aquela pedra vem de Roma ou vem da Germânia. Os materiais são compostos, mas o plano e a estrutura foram adaptados às necessidades e aos gostos do novo proprietário da Gália.

A tomada de posse deste país partiu de um intento pessoal bem sucedido de Clóvis. O príncipe serviu-se dos Francos porque estes eram a única força de que na altura podia dispor. Não teve em vista o interesse do seu povo, mas sim o seu próprio interesse. A conquista da Gália teve, aliás, por resultado alterar radicalmente a situação respectiva do rei e do povo. Do seu passado germânico, o Merovíngio não herdava prerrogativas assim muito alargadas: à margem do tempo de guerra, o seu poder era limitado pela nobreza e pela assembleia da tribo. A conquista deu à realeza uma posição de tal modo proeminente que os direitos do povo vieram a desaparecer. A assembleia cessou de se reunir, tendo já desaparecido a nobreza existente à margem da dinastia reinante.

O rei continuou a rodear-se de francos, persistindo em intitular-se «o rei dos Francos», mas deixou de residir em país franco. Clóvis estabeleceu-se em Paris. Os seus filhos e os seus netos instalaram-se em Paris, em Orleães, em Soissons, em Reims, em Metz, em Chalon-sur-Saône. Nenhuma destas cidades é de língua germânica. Foi já notado que, aquando das partilhas, o lote sacrificado é aquele que engloba a antiga região dos Salienos (4). Finalmente, tendo o exército passado a recrutar-se entre todos os homens livres sem quaisquer distinções de raça, o *exercitus Francorum*, salvo no Leste, bem depressa passa a ser composto por uma maioria de galo-romanos. A conquista veio, pois, a acarretar uma ruptura com o passado, tendo desligado o rei do *populus Francorum*, colocando-o à sua margem e numa tal posição de proeminência que todo e qualquer vestígio de eleição veio a desaparecer, tornando-se, assim, a realeza hereditária e absoluta.

Se não há uma nobreza franca, já a aristocracia galo-romana dos «senadores» vem a persistir, ainda que unicamente enquanto classe social. Apenas

o favor do rei pode permitir alcançar um nível legal mais elevado no seio do Estado. Nele só existem os seus servidores, os seus funcionários, a sua guarda (os *antriscios*), os seus *comendados* os quais usufruem de um triplo *wergeld*, significando literalmente «preço do homem». A aristocracia do século VI não é, pois, uma verdadeira nobreza, isto é, uma classe que usufrui de prerrogativas hereditárias. Ou então, se é uma nobreza, não passa de uma nobreza de funcionários, meramente temporária, sempre a mercê do soberano.

O poder do rei é ilimitado e os seus súbditos não possuem quaisquer garantias de defesa contra as arbitrariedades. Os próprios bispos, as únicas personagens cujo carácter sagrado as coloca acima do rebanho, nem sempre estão ao abrigo da cólera do senhor, e os concílios tremem diante da corte.

Como qualquer governo, o governo merovíngio exige que os seus súbditos lhe prestem determinados serviços, para além de lhes extorquir o seu dinheiro. Mas, em troca, nada dá. Já não há despesas de interesse público e a própria noção de interesse público vem a desaparecer. O rei retira da circulação as espécies metálicas, acumulando-as nos seus cofres, no seu «tesouro». Assim, o imposto bem depressa ganha o carácter de uma exacção, de um abuso, de mais um pecado com que o rei sobrecarrega a alma.

2. A Administração

Seria mais correcto apelidá-la de «exploração do Estado pelo rei». Aquilo a que nós chamamos administração central confunde-se com o serviço particular do príncipe. Os altos funcionários, como nós dizemos, são os seus servidores pessoais, quer sejam de origem romana, como o condestável (*comes stabuli*), os referendários, os camareiros (*cubicularii*) e os camaristas-mor (*camerarii*), guardas do tesouro (*camera*), quer sejam de origem germânica, como o senescal, o mais antigo dos criados (*sinischalk*), os marechais-alveitares encarregados do serviço das estrebarias (*maxis-chalk*), etc. Entre estes personagens não há qualquer divisão clara do trabalho; sem qualquer relação com a natureza das suas funções, um referendário ou um porteiro do palácio (*ostiarius*) poderão ser destacados, durante o período franco, para operações de carácter diplomática ou militar.

Os processos em que estejam implicadas as gentes da corte e os funcionários destacados para as províncias são julgados no *Palácio*. Entende-se

por este termo a *Corte*, a administração central. O rei e o supremo juiz; mas, na prática, abandona a presidência deste tribunal ao «conde do palácio».

A administração local reveste um aspecto extremamente simples. A «província» da época imperial, divisão administrativa puramente artificial, não pode sobreviver às perturbações dos fins do século V; desapareceu totalmente. Apenas a cidade (*civitas*) permaneceu, isto é, o pequeno Estado de origem gaulesa, célula orgânica que Roma veio a conservar, ainda que restringindo-lhe os poderes. Em cada uma delas, o príncipe instalou um conde (*comes*). Verdadeiro vice-rei que reúne nas suas mãos a plenitude dos poderes administrativos, judiciários, financeiros e militares. Nas partes germânicas do *Regnum*, ou quando a «cidade» é demasiado vasta, há um conde por cada *pagus*.

Esta organização existe igualmente no Estado visigótico. A sua origem romana parece mais do que provável: nos últimos tempos do Império do Ocidente foi necessário instalar, não só nas províncias, como também nas *civitates*, um amigo do príncipe, um *comes* munido de plenos poderes⁽⁵⁾. A pouca autonomia que poderia ainda subsistir na «cidade» vem a desaparecer por completo. Os «curiais» persistirão na Gália até fins do século VII, mas o seu corpo já não passa de um simples escritório de registo para as convenções privadas. Talvez venham igualmente a fundir-se com essa delegação de homens livres, de *prud'hommes*(*) (*boni homines rachimburos*), aos quais o direito germânico impõe a colaboração com o conde (*judex*) no exercício das suas funções judiciárias, aquando de reunião da assembleia (o *mallum*).

Todo-poderosos aos olhos dos seus administrados, os condes não passam de simples instrumentos do rei. Este nomeia-os ou destitui-os a seu bel-prazer; à mínima suspeita, escorraça-os, maltrata-os, manda matá-los, em resumo, trata-os como escravos e, com efeito, alguns há que são de origem servil. O conde, que compra a sua carta de nomeação, não obtém qualquer retribuição. Vive do produto de alguns domínios da sua circunscrição, ficando ainda com um terço da parte das multas judiciárias que revertem para o rei (o *fredum*).

Na segunda metade do século VI, surgem, em número sempre crescente, os duques (*duces*), especialmente encarregados do comando dos exércitos. Talvez haja aí, até certo ponto, uma influência da organização bizantina.

(*) Membro de um conselho electivo que julga as pendências profissionais. (N. do T.)

por este termo a *Corte*, a administração central. O rei e o supremo juiz; mas, na prática, abandona a presidência deste tribunal ao «conde do palácio».

A administração local reveste um aspecto extremamente simples. A «província» da época imperial, divisão administrativa puramente artificial, não pode sobreviver às perturbações dos fins do século V; desapareceu totalmente. Apenas a cidade (*civitas*) permaneceu, isto é, o pequeno Estado de origem gaulesa, célula orgânica que Roma veio a conservar, ainda que restringindo-lhe os poderes. Em cada uma delas, o príncipe instalou um conde (*comes*). Verdadeiro vice-rei que reúne nas suas mãos a plenitude dos poderes administrativos, judiciários, financeiros e militares. Nas partes germânicas do *Regnum*, ou quando a «cidade» é demasiado vasta, há um conde por cada *pagus*.

Esta organização existe igualmente no Estado visigótico. A sua origem romana parece mais do que provável: nos últimos tempos do Império do Ocidente foi necessário instalar, não só nas províncias, como também nas *civitates*, um amigo do príncipe, um *comes* munido de plenos poderes⁽⁵⁾. A pouca autonomia que poderia ainda subsistir na «cidade» vem a desaparecer por completo. Os «curiais» persistirão na Gália até fins do século VII, mas o seu corpo já não passa de um simples escritório de registo para as convenções privadas. Talvez venham igualmente a fundir-se com essa delegação de homens livres, de *prud'hommes*(*) (*boni homines rachimburos*), aos quais o direito germânico impõe a colaboração com o conde (*judex*) no exercício das suas funções judiciárias, aquando de reunião da assembleia (o *mallum*).

Todo-poderosos aos olhos dos seus administrados, os condes não passam de simples instrumentos do rei. Este nomeia-os ou destitui-os a seu bel-prazer; à mínima suspeita, escorraça-os, maltrata-os, manda matá-los, em resumo, trata-os como escravos e, com efeito, alguns há que são de origem servil. O conde, que compra a sua carta de nomeação, não obtém qualquer retribuição. Vive do produto de alguns domínios da sua circunscrição, ficando ainda com um terço da parte das multas judiciárias que revertem para o rei (o *fredum*).

Na segunda metade do século VI, surgem, em número sempre crescente, os duques (*duces*), especialmente encarregados do comando dos exércitos. Talvez haja aí, até certo ponto, uma influência da organização bizantina.

(*) Membro de um conselho electivo que julga as pendências profissionais. (N. do T.)

O domínio que se confunde totalmente com a fortuna privada do príncipe, tem uma administração particular. Cada uma das circunscrições domaniais (*fisci*) é dirigida por um intendente, o «doméstico» (*domesticus*), de nível igual ao do conde⁽⁶⁾. O chefe dos intendentes, o *major palatii*, o mordomo-mor do palácio, virá a adquirir, em fins do século VI, uma importância sempre crescente. É bastante significativo o facto de o intendente central, o gerente da vida económica da corte, do palácio, vir a tornar-se, no século VII, no chefe do Estado.

O imposto ⁽⁷⁾

Os reis francos, tal como os outros bárbaros, tiveram o cuidado de não destruir a máquina fiscal do Império. Todos os impostos subsistiram: imposto fundiário, imposto pessoal, impostos rectos ou impostos sobre os lugares ocupados pelos mercadores nas feiras e mercados (*telonea*), compreendendo as alfândegas, as portagens e as taxas sobre os objectos vendidos nessas mesmas feiras e mercados. Persistem igualmente as prestações em géneros, os fornecimentos de cavalos (*paraveredi*) para a posta real, os direitos de pousada e de procuração para o soberano e as suas gentes, etc.

Mas bem depressa a máquina começa a funcionar mal, acabando mesmo por avariar de vez. O imposto fundiário, que, nas civilizações agrícolas, é de longe o mais produtivo, exige, para poder funcionar cabalmente, uma administração numerosa e competente. Ora, os Merovíngios eram perfeitamente incapazes de reorganizar um sistema financeiro complexo. O cadastro não foi renovado, nem os róis actualizados. A cobrança esbarrou, como seria de prever, com mil e uma dificuldades e é de crer que o rendimento foi bastante irregular e irrisório, a despeito das medidas de austeridade que eram, pelo menos, tão atroztes como nos tempos do Império.

Quanto ao imposto pessoal, estamos seguros de que os Francos se recusaram a pagá-lo, considerando-o como uma marca de degradação social. Os esforços dos reis para conseguirem que os seus compatriotas a ele se submetessem vieram a desencadear terríveis revoltas.

De uma forma geral, o imposto directo foi objecto de uma reprovação global. Já dissemos que, tendo o rei deixado de subvencionar todo e qualquer serviço, o «censo» não podia surgir senão como mera extorsão. A única autoridade moral da época, o episcopado, condena-o veementemente. Aproveita-se, assim, de um acesso de devoção ou de grande dor da parte do senhor,

quando este perde um filho, por exemplo, para o levar a poupar a vida dos seus e a salvar a sua alma queimando os livros do fisco. O clero tomou, aliás, as suas precauções. As igrejas, inicialmente as mais célebres (Tours, Lyon), depois as outras, e finalmente os mosteiros, obtêm diplomas de «imunidade», que lhes valem a isenção do imposto fundiário e até mesmo dos impostos indirectos⁽⁸⁾.

Em meados do século VII, a matéria tributável começa a furtar-se à lei. O rei merovíngio, tal como ainda recentemente sucedia com o sultão de Marrocos, já só consegue cobrar o imposto fundiário de armas na mão; depois de Dagoberto, quando pretendem desembaraçar-se de um alto funcionário, mandam-no receber o «censo»: há muitas hipóteses de que não volte mais. No entanto, aqui e ali, o imposto fundiário, o «censo», e a capitação virão a subsistir até ao século IX, mas já degradados, rebaixados ao nível de rendas anuais «tradicionais» a pagar ao soberano.

Em contrapartida, os impostos indirectos (*telonea*), de fácil cobrança, visto que basta barrar uma estrada ou uma ponte para os receber, não só permanecem, como passam mesmo a pulular. As suas denominações são inumeráveis: *portaria* (portagens), *foratica* (direitos de mercado), *laudatica* ou *salutatica* (direitos de exercício), *saumatica* (sobre os animais de carga), *pulveratica*, *rotatica*, *timonatica* (sobre os carros de transporte), *cespitatica* e *ripatica* (sobre as vias de sirgagem), *portatica* (sobre os portos fluviais), *pontatica* (sobre a passagem das pontes), etc. Em 614, as populações queixam-se de que, desde há trinta anos, tais portagens não cessam de se multiplicar. Os direitos sobre a circulação e sobre a venda das mercadorias parecem ser uma espécie de desforra do fracasso do imposto fundiário. E já os grandes começam a ter tendência para deles se apoderarem.

A estes recursos, acrescentemos ainda: 1.º o produto das multas judiciais – o rei tem direito a um terço da «composição» por meio da qual, no direito germânico, é dada satisfação à vingança da família lesada por um delito ou por um crime perpetrado contra um dos seus membros; 2.º presentes dos grandes e dos «recomendados» por ocasião de determinados acontecimentos, como, por exemplo, o casamento de uma princesa real; estas oferendas gratuitas tornar-se-ão naturalmente obrigatórias e exigíveis aquando da reunião do *populum Francorum*, isto é, do exército, no mês de Março; 3.º finalmente, o espólio de guerra e o tributo dos povos submetidos, relativamente importante até ao reinado de Dagoberto.

Todos estes rendimentos, ainda consideráveis no século VII, vão ser esterilmente devorados pelo «tesouro».

O exército ⁽⁹⁾

O exército, a grande despesa dos Estados, nada custa ao rei Merovíngio. Todo o Franco deve, em princípio, prestar serviço militar às suas custas, e o refractário ou negligente é obrigado a pagar uma pesada multa, a banalidade de 60 soldos. Os filhos de Clóvis alargam a todos os seus súbditos, romanos, borguinhões, alamanos, saxões do Bessein, etc., a obrigação do serviço militar. Os pobres de condição livre, e pelo menos teoricamente, estão igualmente obrigados a tal. Os exércitos ditos «francos» são, pois, constituídos por grupos de indígenas dos mais diversos ⁽¹⁰⁾, sem qualquer instrução militar nem autêntico valor guerreiro, bem mais temíveis para os seus concidãos do que para o inimigo. O comando é assumido pelo rei em pessoa ou confiado a condes e a duques (estes últimos só na segunda metade do século VI), sobretudo francos, mas muitas vezes também romanos, borguinhões ou provençais. Os recrutamentos gerais são raros. Na maior parte dos casos, só são convocados os contingentes dos *pagi* vizinhos das metas da expedição. Assim, para uma guerra contra os Bretões, Quilperico chama os «Tourangeaux, os Poitevins, os Baiocassins, os Manceaux, os Angevins». Contra Carcassona marcham os Berrichons, Saintongeois, Perigourdins, Angoumoisins. Contra os Vascões é na Borgonha, isto é, no vale do Ródano, que são recrutados vários corpos militates. É caso para nos interrogarmos sobre como é que estas massas confusas, indisciplinadas, mal armadas (as armas defensivas são uma raridade) e dificilmente transportáveis (os cavaleiros são ainda uma minoria), puderam conseguir obter alguns sucessos. Tal foi provavelmente devido ao facto de os seus adversários, Godos da Espanha ou da Itália, Alamanos, Turíngios e Bretões, lhes serem ainda inferiores em organização e, além do mais, menos numerosos: os exércitos francos esmagaram-nos, pois, pelo peso da sua mole. Mas se os Francos tivessem de se haver, na pessoa dos Awares, por exemplo, com cavaleiros bem armados, com guerreiros consumados, seria, de imediato, a derrota ⁽¹¹⁾.

No entanto, na Austrásia, única parte onde o antigo campo de Marte veio a prosseguir, operou-se, sob a evidente influência dos Pepinídeos, um obscuro trabalho de substituição da infantaria pela cavalaria, uma evolução na táctica que virá a dar a Carlos Martel os meios que lhe permitirão salvar o reino dos Francos dos seus inimigos externos ⁽¹²⁾.

3. *Decadência da realeza. Advento da aristocracia*

Dado todo o Estado se basear, ao fim e ao cabo, na pessoa do rei, a monarquia franca é essencialmente um governo pessoal. O que equivale a afirmar que se a força do senhor, por uma causa ou por outra, vier a enfraquecer, toda a máquina se desmorona.

Um poder absoluto só pode subsistir se se souber fazer perdoar, se souber fazer perdoar a sua dureza com serviços prestados à população, com serviços de interesse público, ou ainda caso consiga, a exemplo de Bizâncio, vir a organizar uma sólida burocracia que lhe sirva de apoio nos momentos difíceis, nas suas horas de fraqueza. Os serviços do Merovíngio são nulos, a menos que passemos a qualificar desse modo as expedições de pilhagem. Quanto a organizar seja o que for, revela-se totalmente incapaz de tal, muito inferior nesse aspecto aos príncipes godos.

Déspota, desconfiado, caprichoso, cruel, egoísta, o monarca, merovíngio não pode ser amado. Entre ele e os seus súbditos não se estabelecem quaisquer relações de simpatia. Ora, sem a existência de uma base afectiva, não há nenhum governo que seja durável. A realeza franca sente de tal modo essa verdade, que só a servem por medo ou por interesse, que passa a multiplicar os suplícios e os presentes. Tão indiferente para com o bem público, torna-se, pois, pródiga em liberalidades para com as gentes do rei, para com aqueles a quem chama, por uma antífrase involuntária, os «fiéis», os *leudas*. Duques e condes devoram o domínio real. Os leudas estão a abarrotar de ouro, combatendo-se até mesmo entre irmãos, menos de armas na mão do que mediante recurso à corrupção. O verdadeiro fim da política consiste em procurar corromper os «fiéis» do rival. A este título, o «tesouro» e o verdadeiro *instrumentum regni*.

Produz-se então uma perversão do espírito público. Que as concessões de dinheiro, que as concessões de terras, sejam qualificadas de benefícios (*beneficia*), isso é algo de perfeitamente natural. Mas em breve as isenções de impostos, as isenções ou as concessões de direitos de portagem, os próprios cargos públicos, passarão a ser encarados como «benefícios», como *beneficia* ⁽¹³⁾.

Para se obter um «benefício», é necessário ligar-se ao soberano por laços de estreita dependência, os do *commendatio*. Tornam-se, assim, em homens do rei. O funcionário vem a desaparecer por detrás do protegido, por detrás do servidor. E a ideia de que o serviço do Estado é a contrapartida de um «benefício» ganha fundas raízes nos espíritos. Ninguém exerce qualquer

função, ninguém já se digna mesmo obedecer senão contra uma recompensa. Donde a consequência lógica de que, quando não se recebeu quaisquer benefícios da parte do rei, tem-se todo o direito de não obedecer, de não servir o Estado.

O «benefício» mais não oferece ao pretense benfeitor do que um reconhecimento passageiro. O beneficiário sabe bem de mais que o rei age menos por benevolência do que por necessidade. De resto, o próprio beneficiário nunca obtém mais do que um precário usufruto do bem que lhe foi concedido. Não que já exista o benefício concedido por um determinado lapso de tempo ou vitaliciamente, o feudo; pelo contrario, é de notar que as doações de bens fundiários feitas pelo rei na época merovíngia, doações de pleno direito, hereditárias. Mas o soberano, à mais leve suspeita de infidelidade, não hesita em voltar atrás com a sua palavra, em revogar a sua doação, em voltar a unir essa terra ao domínio do fisco. Nestas condições, a monarquia não pode ser amada, nem sequer por aqueles que beneficiam com o seu absolutismo, e, entre os grandes, há uma tendência irresistível para consolidar a sua situação. Como não existe qualquer vida política, quaisquer garantias de segurança, a grande massa dos homens livres não dispõem de nenhum processo legal para dar conhecimento das suas queixas e obter justiça. A única via de recurso é a revolta.

Existe, contudo, uma ocasião em que todos os homens livres de todas as nacionalidades, súbditos do Merovíngio, podem fazer ouvir a sua voz e tomar mesmo uma atitude ameaçadora: é aquando do «campo de Março», aquando da revista geral as tropas que precede uma grande expedição militar. Quando têm as armas na mão, os súbditos julgam que tudo lhes é permitido e acabam muitas vezes por fazer impor a sua vontade ou os seus caprichos. O rei merovíngio cessa praticamente de ser absoluto quando convoca essa heteróclita mole de francos salienos, de francos ripuários, de francos hessenses, de borguinhões, de galo-romanos do Norte e da Aquitânia, de provençais, e até mesmo de alamanos – a qual é designada pelo termo de *populos Francorum*.

Não possuindo verdadeiras instituições passíveis de a apoiarem, a monarquia franca vivia à mercê do acaso. A sua decadência foi inicialmente precipitada pelas guerras civis, oriundas das partilhas a moda germânica, e, mais tarde, por toda uma série de períodos de menoridade. Aquilo de que nos devemos espantar é de que tenha podido passar por uma grande potência durante mais de um século após a morte de Clóvis.

Por detrás da fachada de uma monarquia despótica, surge uma força social em crescimento, durante a segunda metade do século VI, que irá acabar por suplantam a realza merovíngia – a aristocracia.

Já vimos que entre os Francos, e ao contrário daquilo que sucedeu entre os Saxões, os Frisões e outros povos germânicos, onde esta se manteve, a nobreza viera a desaparecer; já não existem famílias nobres à margem dos Merovíngios. Entre os Galo-Romanos, pelo contrário, existia uma verdadeira classe nobre, a das famílias «senatoriais» (14). Mas esta era certamente pouco numerosa, devendo estar, além do mais, em vias de extinção: observamos já que Gregório de Tours, que pertencia a esta classe, disso tendo bastante orgulho, cita inúmeros nomes de pessoas de raça senatorial na parte da sua *História Eclesiástica dos Francos* relativa à primeira metade do século, mas que esse número já é muito mais limitado relativamente a segunda, ou seja, no tempo dos seus contemporâneos (15). Como era nesta classe que se recrutavam os membros mais distintos do episcopado, o seu desaparecimento era fatal, mesmo caso não existisse uma lei biológica que obrigasse à extinção das velhas famílias ricas.

Quanto ao resto, as prerrogativas desta classe eram de ordem económica e moral, não legal; o único privilégio que permitia elevar um homem acima do vulgo era o serviço do rei. Só que, como já o dissemos, as concessões de terras eram, nesta sociedade em estado de regressão económica, a forma normal de remuneração dos serviços, e ninguém consentia em servir sem a outorga de um «benefício» desse género.

Por outro lado, os «funcionários», para usar um termo talvez demasiado moderno, tendem a ser recrutados entre os grandes proprietários rurais. A par dos Galo-Romanos, os Francos vieram a adquirir grandes extensões de terras, não só nas partes da Gália por si colonizadas (Flandres, Brabante, margem esquerda do Reno, vale inferior do Mosela) como inclusive nas regiões onde os «romanos» são numericamente superiores. Ainda hoje em dia, milhares e milhares de aldeias e povoados continuam a dar-nos testemunho de que os Francos os possuíram, tendo vindo mesmo a impor-lhes o seu nome. Todas as localidades em que os termos *vide* e *court* entram na composição do seu nome tem como segundo termo um nome de homem franco, como, por exemplo: Régnierville (*Reginhari villa*), Villeauegard (*villa Adalgardis*), Courtomer (*curtis Audomari*), Cortambert (*curtis Ansberti*). Chegou mesmo a haver estabelecimento de famílias e não só de indivíduos. As quatro localidades da Champagne que têm o nome de La Fère provam a existência de uma *fara* (clã). Na Lorena, no Franche-Comté, na Suíça normanda, são inumeráveis as aldeias cujos nomes terminam em *ange*, em *ans*, fenómeno de difícil explicação: trata-se de regiões limítrofes das partes germanizadas da Gália e a influência franca, assim como alamanica, é, pois, perfeitamente

natural. Mesmo na bacia do Sena é possível encontrar nomes como Houdan ou Hodenc, Dourdan, etc., cujas antigas formas (*Hosdinc*, *Dordinc*) atestam igualmente a presença do sufixo germânico *ing*, o qual dá testemunho do estabelecimento de uma família. Contudo, estas formações, assim como muitas outras, só se encontram em considerável quantidade na região que vai do Mosa ao Loire, sobretudo entre o Mosa e o Sena e no forte da Borgonha. Na Aquitânia, não se encontra quase nada; é evidente que os Francos, se de facto a ocuparam politicamente, nunca aí vieram a estabelecer-se em massa. Também deste ponto de vista, o *Regnum Francorum* não ultrapassa efectivamente o Loire⁽¹⁶⁾.

Apenas ao serviço do rei é possível conceder privilégios, como, por exemplo, o triplo *wergeld* (*vira-gilda*, «preço de homem»). O homem que serve o rei, ou até mesmo aquele que lhe está simplesmente «recomendado», é, portanto, um «aristocrata» de facto, um nobre. Esta nobreza não é legalmente hereditária. Mas era quase impossível que bem depressa não acabasse por vir a sê-lo. O espírito do tempo é profundamente aristocrático. Entre os «romanos», este viera a exacerbar-se ao ponto de acabar por resultar na constituição de uma espécie de casta, a «família senatorial»⁽¹⁷⁾. Era inevitável que o mesmo sucedesse no caso dos Francos, transformados em grandes proprietários. Normalmente, o filho do grande proprietário funcionário entrava igualmente para o serviço do rei, buscando os seus benefícios». Ao fim de algumas gerações, tal tornou-se mesmo num hábito inveterado. O serviço do rei e as prerrogativas por si acarretadas tornaram-se hereditárias. A monarquia merovíngia reconstituiu, assim, a aristocracia que viria a destruí-la.

Finalmente, operou-se uma reaproximação entre os grandes senhores «romanos» e «bárbaros». Os casamentos mistos bem cedo começaram a ser frequentes. Sem dúvida que a personalidade das leis subsistiu, mas, e neste caso mesmo que admitamos que tenha sido sempre estritamente observada, o que é duvidoso, não devemos exagerar a sua importância. A solidariedade dos interesses económicos e dos privilégios de classe possuía um alcance totalmente diferente, contribuindo para aproximar as duas raças. A fusão das duas aristocracias veio, sem dúvida, a completar-se no decurso do século VII.

A aristocracia galo-franca permanecera por muito tempo totalmente desorganizada. A sua oposição consistiu em trair, em passar do serviço de um rei para o serviço de outro. Mas, em inícios do século VII, o desaparecimento dos jovens reis da Austrásia e da Borgonha, a par da tirania de uma mulher execrada, Brunehaut, permitiram a aristocracia impor as suas condições ao

único Merovíngio adulto, Clotário II. Fraco, e por longo tempo confinado a um canto da Gália onde só a muito custo conseguia reinar, o filho de Quilperico e de Fredegonda acedeu facilmente aos desejos dos bispos e dos grandes da Borgonha e da Austrásia, que consentiam em trair a seu favor a descendência de Quildeberto II. Na própria Nêustria, o concílio de Paris fez ouvir amargos queixumes contra o despotismo da corte. Clotário, por um célebre édito de 18 de Outubro de 614, deu satisfação a essas queixas tanto da aristocracia laica como eclesiástica⁽¹⁸⁾.

À Igreja, o soberano concede que, em caso de vacatura da sede episcopal, fará consagrar o eleito (nomeado de acordo com as regras canónicas), caso essa pessoa seja digna de uma tal função. Se o bispo é escolhido no «palácio», ter-se-á em conta o seu mérito e o seu saber. Proíbe os clérigos detentores de funções eclesiásticas de virem à corte tramar maquinações contra o seu bispo. Proíbe a prisão das religiosas e das mulheres consagradas a Deus, até então possível mediante autorização de um diploma real. Fará observar os legados concedidos às igrejas. Alarga também a competência da justiça eclesiástica.

Aos grandes senhores, confirma a posse dos bens concedidos por si mesmo ou pelos seus predecessores e restitui-lhes aqueles que tinham perdido no decurso das últimas guerras. Garante que nenhum acusado será condenado sem antes ter sido ouvido. E, no interesse geral, são abolidos os censos e os impostos sobre a ocupação de lugares em feiras e mercados criados depois dos reinados dos reis Gontran, Quilperico e Sigeberto.

É igualmente feita uma importante concessão ao sentimento particularista: o rei não designará como «juiz» nenhuma pessoa estranha à província ou à região que deverá, administrar, sendo a mesma disposição alargada aos subordinados dos bispos e dos condes. Doravante, o recrutamento de todos os agentes do poder será estritamente local, incluindo o mais importante de todos, o mordomo-mor do palácio.

Finalmente, o soberano, com o fim evidente de tranquilizar para o futuro a assembleia dos bispos e dos grandes, decide que o «palácio», isto é a administração central, não promulgará «preceitos» (diplomas) contrários aos anteriores preceitos.

Desde o século XVIII que este acto tem espantado os historiadores e os juristas. Falam, por esta ocasião, de «revolução no direito»⁽¹⁹⁾, de «carta constitucional». Como é evidente, isso é estarmo-nos a servir de uma linguagem perfeitamente inadequada. Por reacção, Fustel de Coulanges interpretou o édito como sendo um acto destinado a reprimir os abusos cometidos... pelos

grandes, o que é um paradoxo visivelmente insustentável⁽²⁰⁾. O édito de 614 não é a carta de 1215⁽²¹⁾, mas, apesar disso, não deixa de patentear o reconhecimento, por parte da monarquia merovíngia, de que as suas arbitrariedades estão realmente sujeitas a sérias restrições⁽²²⁾.

De resto, dois anos depois, Clotário II reuniu em Bonneuil, perto de Paris, o mordomo-mor Gamier com os bispos e os grandes da Borgonha e aí, «consentindo em todos os seus justos anseios, confirmou-os por meio de preceitos» (Fredegário, c. 44). E sessenta anos depois do famoso édito, Quílderico II ver-se-á obrigado a retomar as suas disposições mais particularistas⁽²³⁾.

Se a aristocracia parecia, pois, triunfar, tal sucedia porque, desde há pouco tempo, passara a ter um chefe, o mordomo-mor do palácio⁽²⁴⁾. E este ainda não é um dos mais graves paradoxos da era merovíngia, ou seja, que o chefe dos funcionários se tenha vindo a tornar no mentor da oposição aristocrática ao absolutismo real. Para já, é surpreendente que o *major domes* tenha conseguido elevar-se até ao cume da hierarquia naquilo a que chamamos a «administração central». Seria bem mais compreensível, por exemplo, que o chefe dos referendários, secretário do rei, ou o «conde do palácio», presidente do tribunal do palácio, ambos encarregados, sempre que necessário, do comando das operações militares, tivessem vindo a apoderar-se, em tal circunstância, do governo do Estado. As funções do *major domes* tem uma enorme importância económica: ele ocupa-se do domínio isto é, da fortuna privada do soberano; tem de velar para que os bens do fisco não venham a ser usurpados; e os intendentos (*domesici*) das grandes explorações são seus subalternos. Teve mesmo, originalmente pelo menos, e tal como o seu nome indica, de se ocupar do aprovisionamento do rei e da corte. Numa sociedade que regressou à economia «natural», estas funções têm uma importância primordial. Mas, mesmo assim, continua a haver no destino do «mordomo-mor do palácio» um elemento algo misterioso. Os outros Estados bárbaros também conheceram o *major domes*, mas este sempre permaneceu na sombra. Há motivos para admitir, juntamente com Fahlbeck⁽²⁵⁾, que as causas de aumento de importância do «mordomo-mor do palácio» são, devidas a relações de ordem pessoal, estabelecidas no decurso das regências de Brunehaut e de Fredegonda «o cargo ganhou importância com o primeiro titular que soube conquistar um lugar ao lado do rei; uma vez ganho esse lugar, a instituição tornou-se permanente». A força dos precedentes é, com efeito, enorme numa sociedade sem princípios e onde a especialização das funções é mais do que rudimentar. Convém, aliás, observar que, sob o próprio

Sigeberto I, os mordomos-mor do palácio Gogon e Lupus, que nos são descritos por Fortunato, surgem já como autênticos grão-vizires.

Acrescentemos que o «mordomo-mor» fez funcionar em proveito próprio a prática da «recomendação». À medida que a sua autoridade aumenta, aumenta igualmente o número de homens que busca a sua protecção. Finalmente, os próprios clientes do rei caem sob a alçada da sua autoridade. Quando o soberano recebe sob a sua protecção ou *patrocinium* (em germânico, *mundeburdis*), «sob a sua palavra» (*sub sermone tutionis*), um indivíduo ou um estabelecimento eclesiástico, não vai ocupar-se pessoalmente das vias e dos meios para tornar efectivo o seu patronato. A tarefa de superintender nos negócios do protegido é confiada ao mordomo-mor». Assim, um dia virá fatalmente em que visto que o exercício da *defensio* incumbe ao *major domes*, o rei mais não será do que um *senior* nominal. Graças a esta prática, o mordomo-mor do palácio acabara assim por herdar, não só o poder, como também o patronato real⁽²⁶⁾.

É à íntima união entre a grande propriedade e o serviço público que deve ser atribuído o facto, à primeira vista enigmático, de que o chefe dos funcionários, «o primeiro-ministro, ou melhor, o ministro desta monarquia absoluta» (segundo a justa expressão de Fustel de Coulanges), tenha vindo a tornar-se no porta-voz da aristocracia contra o despotismo real. Repetidos períodos de menoridade, assim como o reinado das duas mulheres, Brunehaut e Fredegonda, tirânicas e vingativas, mas perfeitamente incapazes de se manterem sem apoios masculinos, acabaram assim por permitir que o partido aristocrático levantasse a cabeça e viesse mesmo a impôr as suas condições.

A mais importante destas condições consiste na designação do mordomo-mor do palácio pelo conjunto dos grandes senhores, laicos e eclesiásticos, ou, melhor dizendo, pelo conjunto dos grandes de cada uma das três grandes regiões pelas quais se divide doravante o *Regnum Francorum*.

Em princípios do século VII, com efeito, podemos aperceber-nos de que três «nacionalidades» – empregamos este termo na falta de outro melhor – acabaram obscuramente por nascer. E a primeira a manifestar-se, ainda que só tardiamente venha a usar o seu nome (Gregório de Tours ainda a não nomeia), é a *Austrásia*⁽²⁷⁾. Estranha nacionalidade! A Austrásia compreende por longo tempo, não só os países renanos e moselanos, como também o norte da Champagne, Auvergne e os seus anexos, o Poitou, a Touraine. O rei da Austrásia reside em Reims, em Metz, mas quase nunca junto ao Reno, que permanece, tal como na Antiguidade, como uma fronteira. Os Francos de Além-Reno continuam mesmo a ser ainda distinguidos dos outros, dado

terem permanecido globalmente bárbaros: só muitos e muitos séculos depois é que o Reno virá a tornar-se numa artéria vital para a subsistência da vida económica, assim como numa região de importância política. A Austrásia é, em suma, o lote de Thierry, o filho mais velho de Clóvis. Os sucessores de Thierry, tal como ele, só tiveram um filho; daí resultou que, durante todo um século, este lote permaneceu intocado. Esta circunstância favoreceu o nascimento de um sentimento de autonomia. No século VII, e mesmo quando todo o reino está reunido nas mãos de um só rei, os Austrasianos exigem um soberano particular, na maior parte dos casos ainda uma criança, facto que permite aos grandes tornarem-se independentes. Foi assim que Clotário II teve de estabelecer Dagoberto na Austrásia logo em 623, e Dagoberto, por seu turno, o seu filho Sigeberto III em 634; Quílderico II, irmão de Clotário III, é rei da Austrásia desde 663.

A Austrásia merovíngia anuncia já os Estados da Idade Média, simples agregados de países sem qualquer unidade geográfica, étnica ou linguística. A história mostra-nos, contudo, que estes organismos, para nós monstruosos, tem a pele dura. A comunidade de interesses e de tradições, nascida da obediência a uma mesma dinastia, pode fazer perdurar estes Estados durante vários séculos, e, por vezes, até mesmo vir a criar uma «nacionalidade». A Austrásia só se tornaria «germânica», e mesmo assim só em parte, pois continuará sempre a incluir inúmeros «romanos», em fins do século VII, quando a Aquitânia dela se desligar.

A Borgonha, mesmo após a sua conquista pelos Francos, conservou um sentimento claramente particularista. Durante longos e longos séculos, designa-se sob este nome uma grande região, destituída de unidade natural, que vai da Champagne à Provença. Começando quase nos arredores de Paris, em Montereau, compreendia o curso superior do Sena, do Yonne, do Marne, incluindo Sens, Troyes, Langres, o vale do Saône e do Doubs, e ainda o vale do Ródano. Ultrapassando o Jura, englobava mais de metade da actual Suíça, até ao Aar⁽²⁸⁾. Esta região devia o seu nome aos Borguinhões, mas nada mais lhes devia. Muito pouco numerosos, os «Burgundiones» acabaram por vir a fundir-se muito rapidamente com a população indígena. Nem um só termo lhes deixaram da sua língua escandinava. Os nomes de lugares em *ans*, *ange*, que podemos encontrar em grande número nos departamentos do Doubs, do Ain, ou na Suíça francófona, são de origem alamânica⁽²⁹⁾.

Seis ou sete *Pagi* do *Duche* e do *Comte* da Borgonha, como mais tarde se dirá, têm nomes germânicos, mas são estranhos aos Borguinhões. No *Comte*, os nomes de *Varais* (*pagus Varascorum*) e de *Escuens* (*pagus*

Scotingorum) são devidos, o primeiro seguramente e o segundo muito provavelmente, a colónias de alamanos. No *Duche*. Amous e Atuyer lembraram por longo tempo a memória dos Francos Chamavos (*pagus Chamavorum*, *Hamavorum*, *Amavorum*) e dos Francos *Hattuarii*, um ramo dos quais se instalara ao norte de Colónia. Estes bárbaros, os Francos pelo menos, tinham para ali sido levados à força, no século IV, a fim de repovoarem a devastada *Civitas Lingonum*. É significativo que o tipo físico dos habitantes da Borgonha e do Franche-Comté seja tão distante do da raça germânica (salvo alguns vestígios no Doubs): Borguinhões e Comtenses contam-se entre as populações mais braquicéfalas da Europa⁽³⁰⁾. Dos Borguinhões, escandinavos delicocéfalos e de grande envergadura, só restou o código germânico redigido por ordem do rei Gondebaudo (por volta do ano 500) e que veio a conservar o seu nome: «a lei Gombette». Tal código estava ainda em vigor no século IX, mas o seu uso parecia obsoleto e incómodo; sabe-se que o arcebispo de Lyon, Agobard, suplicou a Luís o Piedoso para o abolir. Os «borguinhões» da Alta Idade Média portanto, galo-romanos que se servem desse nome para se oporem aos Francos e aos Romanos do Norte da Gália assim como aos Aquitânios.

A Nêustria, indo aproximadamente do Loire a Champagne, é por excelência o país dos Francos, dos Francos Salienos por oposição aos Ripuários e aos Aquitânios do reino dito da «Austrásia» e aos «Borguinhões» do Sudeste. Paris forma o seu centro natural. Na maior parte dos casos, no século VII, o termo «francos» significa Neustrianos⁽³¹⁾. Durante longo tempo, até a batalha de Tertry, a Nêustria dominara a Borgonha e a Austrásia. E foi, sem dúvida, ao verem a aristocracia da Austrásia e da Borgonha exigirem cada uma o seu «mordomo-mor do palácio» que os Neustrianos passaram também a reclamar um «mordomo-mor» electivo.

É bastante significativo o facto de que, assim que os mordomos-mor do palácio surgem numa posição de destaque, passem a ser propostos ao soberano pelos grandes dos três Estados do *Regnum*. É evidente que trata-se aqui de um método infalível de tomada de poder. É, *mutatis mutandis*, um método análogo aquele que os grandes de Inglaterra virão a empregar em 1215 e em 1258, e os grandes de França em 1316, quando quiserem colocar a realza sob tutela: passarão a exigir serem eles a designar os membros do «Conselho do Rei», motor de toda a máquina governamental. De 614 a 675 o motor será o *major domus*, único ministro desta monarquia absoluta⁽³²⁾. E é perfeitamente natural que a aristocracia, doravante dominante no Estado franco, exija que este seja a seu gosto. Em 641, a viúva de Dagoberto,

Nanthilde, tutora de Clóvis II, conseguiu, mediante negociações, fazer aceitar para mordomo-mor pelos «bispos e pelos duques da Borgonha», Flaochat, ainda que este fosse franco; mas ele teve de comprometer-se por escrito, para além do juramento a eles prestado, a conservar-lhes o seu «grau de honra (as suas funções públicas), a sua dignidade e uma perpétua amizade».

Assim, passou doravante a haver como que uma espécie de contrato, não só entre a realeza e a aristocracia, mas também entre esta última e o mordomo-mor do palácio. E as funções públicas tendem a perpetuar-se no seio das mesmas famílias nobres.

XII.

A vida económica

A vida económica, tanto Gália, como alhures, prossegue, sem alterações de vulto, na senda da do Baixo Império⁽¹⁾. A tormenta do século V, a instalação dos Bárbaros em solo do Império, não lhe vieram a modificar os seus traços essenciais. Pura e simplesmente, vêm a precipitar o retorno à «economia natural», que caracteriza o mundo mediterrânico a partir do século III. A terra passa a ser a riqueza por excelência, quase mesmo a única riqueza. A sua inevitável consequência reside no facto de que, agora mais do que nunca, passar-se-ão a pagar os serviços, tanto públicos como privados, mediante concessões de terra, temporárias ou não, vindo uma tal prática a ter repercussões de ordem política e social perfeitamente capitais.

1. *A agricultura. As classes rurais* ⁽²⁾

A exploração do solo é feita de acordo com os mesmos processos usados no Baixo Império. A grande propriedade continua a dominar, mas não vem a ter como consequência a grande exploração agrícola. O proprietário, o senhor (*dominus*), se é certo que reserva para si os bosques e as pastagens, só explora directamente uma muito pequena parte, sempre a mais pequena (um terço,

um quarto), das terras de lavoura, prados e vinhas. A maior extensão do solo arável é cultivada por rendeiros hereditários, os colonos. Receberam para si e para a sua família uma tenência chamada *manso*. Este nunca pertence a um só possessor; é constituído por lotes de terra e de prados situados nas diversas «folhas» do domínio (*villa, fundus*), facto que permite o afolhamento trienal. Os colonos têm direito ao usufruto da floresta aonde vão buscar madeira morta e aonde mandam os seus porcos pastar. Como contrapartida para estas concessões, estão obrigados ao pagamento de rendas anuais em dinheiro, ainda que, na maior parte dos casos, venham a ser em géneros, e principalmente a determinadas prestações: os colonos devem prestar corveias e «trabalhos bragai» na reserva do proprietário (*mansus indominicatus*); os escravos, muito diminuídos em número, não bastariam, com efeito, para valorizar o «manso senhorial». Os colonos executam, finalmente, carretos, transmitem mensagens a pé ou a cavalo, etc.

A instituição do «colonato» revelou-se vantajosa tanto para o camponês como para o proprietário. Ao primeiro assegura-lhe para toda a vida e, na prática, igualmente para os seus filhos, a posse, senão mesmo a propriedade, de uma terra com uma extensão média de 12 a 15 hectares; a tradição não permite aumentar a renda anual e os serviços que lhe incumbem. Ao segundo assegura, na falta de volumosas rendas anuais, apreciáveis serviços e uma mão-de-obra gratuita. A instituição foi julgada tão proveitosa que acabou por ser alargada aos escravos (*mancipia, servi*). Contudo, convém notar que nas regiões romanas as tenências de colonos continuaram a ser-lhes numericamente muito superiores. Nas regiões germânicas, as tenências de servos e de «lidos» são já em maior proporção. A tenência servil é obrigada a serviços mais frequentes: metade da semana (três dias em seis dias úteis) é consagrada a reserva do senhor.

O colono continua, aos olhos da lei, a ser considerado como um homem livre e a sua tenência será por longo tempo qualificada de «ingénua». Mas isso não passa de mera ficção que não engana ninguém. Estranho homem livre este, que não pode dispor do seu *praedium*, nem abandoná-lo, nem mesmo procurar mulher fora do domínio onde está preso para toda a eternidade! Assim, esta classe, na qual assenta toda a organização social, é profundamente desprezada; não desempenha qualquer papel na vida do Estado e não lhe é permitida a honra de usar armas; têm de pagar em vez disso o *hostilitium*, em géneros ou em dinheiro.

Não parece que a técnica agrícola tenha beneficiado do mínimo aperfeiçoamento, salvo num ponto, ainda que importante, a azenha ou moinho de

água. Este era conhecido desde o fim da República romana, mas mais como uma curiosidade, segundo parece. O seu emprego, antes do século IV ou V da nossa era, não parece estar difundido⁽³⁾. Na época merovíngia, é já de uso corrente: não há qualquer carta que não mencione os *farinaria*, e trata-se, na verdade, de um inegável progresso.

2. *O comércio e a indústria. A cidade* ⁽⁴⁾

O estabelecimento dos Bárbaros, passado o período de instalação, não afectou grandemente o comércio e a indústria⁽⁵⁾. As relações com a Inglaterra fazem-se sobretudo através de Quentovic, hoje em dia Étaples, na embocadura do Canche. Nantes tem comércio com a Irlanda⁽⁶⁾. Mas o Mediterrâneo continua a ser a grande via que une o Ocidente e o Oriente. Na Gália, Narbona, Arles, e sobretudo Marselha, mantêm por muito tempo relações com o Egipto, a Síria e Constantinopla. A *reconquista* da África, da Itália e do Sul da Espanha por Justiniano deve ter favorecido uma nova arrancada dos negócios. Mas, desde meados ou fins do século VII, os progressos dos muçulmanos desferiram um duro golpe no comércio dos Estados romano-germânicos do Ocidente. Após a tomada de Cartago (698) e a invasão da Espanha (711), as relações entre os cristãos e o Oriente foram por longo tempo extremamente diminutas, ao passo que a unidade de religião, de língua e de cultura suscitava, pelo contrário, um vigoroso desenvolvimento comercial no mundo do Islão.

A via do Danúbio não o chegara a ser totalmente fechada pelas convulsões étnicas do século V. Mas, após o estabelecimento do Império tártaro dos Awares, no Centro da Europa, as relações entre a Gália e a Germânia, por um lado, e Salónica e Constantinopla, por outro, tiveram de cessar quase por completo.

O comércio era exercido, tal como na época romana, por *negotiatores* agrupados em corporações. De resto, os Galo-Francos, tal como os Galo-Romanos, não parecem ter tido grande aptidão para os negócios. Inúmeros mercadores eram sírios e judeus, não só no Sul, como também no Centro (em Clermont), e igualmente no Norte da Gália, em Orleans e em Paris⁽⁷⁾. A predominância dos orientais no campo dos negócios remontava já bastante atrás, até ao século I ou II.

Estamos muito mal informados a respeito da indústria. A única que ainda parece próspera é a dos objectos preciosos, como a ourivesaria ou a esmal-

taria, sem contar com a das armas. Os operários ainda continuam, muito provavelmente, a constituir associações profissionais e religiosas. Quanto ao resto, a indústria dos campos impedia o desenvolvimento da cidade. Cada domínio rural devia bastar-se a si mesmo. Como é natural, aí é que se cozia o pão, aí é que se preparava o vinho, aí é que se fabricava, principalmente no Norte, uma cerveja leve; mas também aí podiam encontrar-se oficinas para carpinteiros, carreteiros, correeiros, ferreiros de obra miúda, ferreiros vulgares, etc. Os tecidos de linho e de lã crua tecidos pelas mulheres, sobretudo servas e «lidas», agrupadas nas salas de labores ou gineceus. Os mercados das «cidades» e dos burgos livres ou vicos (*vici*) não deviam, nestas condições, ser muito procurados. No entanto, existem algumas feiras célebres, e, entre outras, a do Lendit, entre Paris e Saint-Denis. A partir do século VII-VIII, passa inclusive a atrair mercadores, até mesmo do estrangeiro, do Saxe, da Lombardia, de Espanha; mas os únicos elementos de tráfico mencionados são o vinho, o mel e a garança: nenhum produto industrial.

Um indício infalível da insignificância económica da vida da Alta Idade Média reside na fraca extensão da superfície das cidades e na sua estagnação. Já vimos⁽⁸⁾ que as incurssões bábaras tinham forçado as cidades, durante a segunda metade do século III, a concentrarem-se num simples recanto da sua antiga extensão. A cidade do Baixo Império é um posto defensivo de uma superfície insignificante (10 a 20 hectares), que não comporta senão uma população extremamente reduzida, 3000 ou 6000 habitantes, no máximo. Neste pequeno espaço, so há lugar, e à justa, para o palácio do *praeses*, e posteriormente do conde, para a igreja catedral que substitui o templo, e para as moradias do clero e dos servidores do bispo. O resto é ocupado pelas casas dos mercadores, assim como dos «curiais», e pelas moradias da gente de bom nascimento, já que um punhado de nobres continua a habitar nessas tristes masmorras a que se chamam «cidades», quando são sede de bispado, e «castelos» (*castra*), quando são fortificadas mas sem que nenhum bispo aí resida.

A fraca actividade urbana da época satisfaz-se, pois, com uma superfície do miserável, já que de mais não precisa. Não temos provas de que estas cidades, tão pequenas, tenham tido subúrbios. O *suburbium* é um arrabalde campestre, anexo indispensável à vida material da cidade; aí se instalam os mosteiros, que não podem manter-se no interior das velhas muralhas romanas. Esta «cidade», apesar de tão exígua, tem ela própria um aspecto rural: nela podem encontrar-se jardinzinhos e os animais circulam livremente pelas ruas.

Nem a extensão, nem o número das cidades romanas vem a aumentar, bem pelo contrário. Não são fundadas quaisquer novas cidades, o que constitui uma prova irrefutível de estagnação económica.

À margem das cidades fortificadas, a Gália merovíngia conta ainda com inúmeros burgos livres, os vicos (*vici*); foi já possível detectar os nomes de cerca de um milhar dentre eles gravados nas moedas⁽⁹⁾. Mas, no decurso deste período, o seu número não parou de diminuir, e, na época carolíngia, os vicos, pseudoprotégidos pelos grandes senhores laicos ou eclesiásticos, acabaram mesmo por tornar-se em sua propriedade; desceram, assim, ao nível de simples *villae*, de domínios particulares. Estas *villae* ainda não são verdadeiras aldeias. A aldeia, enquanto pessoa moral, ainda não existe, visto que a «paróquia», a «freguesia», mal começara ainda a constituir-se nos campos⁽¹⁰⁾.

3. A moeda

Os soberanos francos, tal como os outros bárbaros, limitaram-se a imitar a moeda romana⁽¹¹⁾. E não podia ser de outro modo: apenas o numerário romano tinha curso no mundo de então. E é isso que permite explicar que tanto Francos como Visigodos tenham conservado por tanto tempo o nome e a efígie dos imperadores nas suas moedas, como que uma espécie de contra-facção da moeda do Império, doravante confinado a Bizâncio. Thibert foi o primeiro a ousar cunhar uma moeda de ouro com a sua efígie; mas houve ainda algumas oficinas, tal como Marselha, que, mesmo em meados do século VII, continuaram a cunhar em nome do imperador bizantino.

O sistema monetário franco é pois, uma cópia servil do sistema romano restaurado por Constantino. Em relação à moeda de ouro, parece que na Gália se continuou a cunhar à razão de 84 soldos (*solidi, aurei*) por libra romana de 327,5 g, enquanto que na Itália só se cunhava à razão de 72 por libra. O *solidus gallicus* pesava, portanto, apenas 3,89g em vez de 4,55g, isto é, o seu valor era de F 2,28 (1913) em vez de F 3,13. Na prática, cunhavam-se sobretudo meios soldos (*semmissis*) ou terços de soldo (*tremissis* ou *ternarios*). Em relação à moeda de prata, cunhou-se na Gália, sob o velho nome de denário, uma peça de valor igual à meia sílica romano-bizantina, a qual pesa 1,30 gramas.

Ternários de ouro ou denários de prata são, aliás, de fraca lei e possuem um peso muito irregular; donde o uso da pesagem ou da fundição do numerário em lingotes de metal puro para as transacções importantes.

No século VII, a moeda, o direito «realengo» por excelência, passa para as igrejas episcopais ou monásticas ou ainda para particulares; o fisco continua talvez a cobrar uma parte dos lucros da moedagem. As oficinas vão-se multiplicando nas cidades, nos «castelos» (*castra*), nos vicos, até mesmo nas simples *villae*. A história da moedagem traduz de forma flagrante a desagregação do poder real.

Passado o fim do século VII, a cunhagem da moeda de ouro começa a diminuir, acabando depois por desaparecer por completo, para só vir a reaparecer, em Franca, no reinado de Saint Louis, facto que constitui, só por si, um inegável indício de que as relações com os países produtores de ouro vieram a cessar, assim como de que a Gália, se ainda continua talvez a comprar ao Oriente, já nada lhe vende em troca. No século VIII, a própria moeda de prata tende a sair de circulação, pelo menos nas regiões renanas: paga-se muito mais em grãos, em gado, em cavalos, etc. do que em espécies metálicas⁽¹²⁾.

Trata-se, pois, de provas inequívocas de que a economia prossegue na senda do seu movimento de regressão para formas mais primitivas.

XIII.

A vida intelectual e artística. O ensino ⁽¹⁾

A cultura das belas-artes vem a definhar, ou melhor, a desaparecer, nas cidades da Gália. No meio das boas e das más acções, enquanto se desencadeiam a ferocidade das nações e a fúria dos reis, enquanto a Igreja é atacada pelos heréticos, defendida pelos fiéis e a fé cristã inflamando inúmeros corações, vem a fenecer em muitos outros, enquanto os estabelecimentos religiosos, enriquecidos pelos piedosos, vêm a ser pilhados pelos perversos. não foi possível encontrar um só gramático suficientemente hábil no manejo da dialéctica para nos poder traçar o quadro destes acontecimentos em prosa ou em verso. Por isso, muitos há que dizem, gemendo: «Desgraçado seja o nosso tempo, porque o estudo das letras está a morrer no nosso meio e ninguém é capaz de consignar por escrito os factos do presente» ⁽²⁾. E, um século depois de Gregório de Tours, o cronista a quem convencionamos chamar Fredegário retoma as mesmas queixas: «Eis que o mundo envelhece e que o gume da sabedoria começa a embotar-se; nenhum homem deste tempo pode igualar-se aos oradores dos tempos antigos e nem sequer ousa pretendê-lo» ⁽³⁾.

Os contemporâneos tiveram, pois, a viva sensação da decadência, de uma decadência perfeitamente irremediável. E não se enganavam. O definhamento da literatura clássica latina começara já na época dos Antoninos.

A esterilidade do século III é desconcertante⁽⁴⁾. Em fins do século IV e em inícios do século V, Ausônio e Claudiano servem-se, é certo, de uma excelente linguagem; mas isso é apenas porque as suas obras não passam de uma colecção de centões retirados de Virgílio, de Lucano, de Ovídio, de Marcial. No século V, um prosador como Apolinário escreve com um mau gosto absolutamente intolerável. Esse pretenso renascimento das letras em fins do Império só serve para encobrir uma lamentável decrepitude. Parece que os homens desta época são perfeitamente incapazes de extrair de si mesmos, parecendo mesmo nada terem para dizer.

Alem do mais, após a conversão do Império ao cristianismo, a literatura pagã, estava irremediavelmente condenada, e está-lo-ia na mesma inclusive se os seus representantes tivessem sido homens superiores, o que não foi, de modo algum, o caso. Não nos esqueçamos de que a poesia estava estreitamente ligada a mitologia e o teatro à religião. Para os cristãos desses tempos, os deuses dos poemas não eram, como o são para nós, simples abstracções inofensivas, pois, ou crêem na sua realidade, e disso têm medo e horror, ou, caso contrário, consideram-nos como ficções desprezíveis e odiosas. Gregório de Tours adverte, logo de início, os seus leitores: «Não me vou ocupar, de modo nenhum, da queda de Saturno, da cólera de Juno ou dos adultérios de Júpiter. Desprezo todas essas coisas que tombam já em pó, totalmente aniquiladas. Consagrar-me-ei, isso sim, às coisas divinas, aos milagres do Evangelho.»

Os padres da Igreja eram, na sua maioria, hostis às letras clássicas, e esta reprovação irá perdurar durante toda a Idade Média. Abundam os exemplos que nos demonstram que, nesta época, os melhores representantes da Igreja temem e condenam a literatura clássica⁽⁵⁾. São Cesário de Arles estudara com um retórico chamado Pomerius. Teve um sonho em que via o seu braço, apoiado sobre um livro pagão, a ser devorado por um dragão: desde então, renunciou ao estudo das belas-letras. As vidas de santos estão repletas de passagens deste tipo; assim, a *Vida de Santo Elói*, atribuída a Santo Ouen, e que data do início do século VIII, invectiva os poetas «celerados» Homero e Virgílio, proclamando que os escritos dos «gentios» nada valem para os cristãos. Na Itália, Gregório Magno pronuncia a mesma sentença condenatória. Em Espanha, Isidoro de Sevilha, o último dos escritores latinos, odeia a cultura antiga⁽⁶⁾.

Podemos interrogar-nos sobre por que é que os cristãos não destruíram essa literatura pagã, em vez de a estudarem e a conservarem. Mas, sob o Império, as letras usufruíam de um incomparável prestígio junto das classes

instruídas que dirigiam a sociedade. Desprezar os recursos da «retórica» na polémica contra os pagãos e os heréticos, que a conheciam e a praticavam a fundo, teria sido o mesmo que privarem-se de uma arma perfeitamente indispensável e exporem-se ao risco de não serem nem lidos, nem ouvidos. Aliás, no decurso do século IV e em inícios do século V, os mais ilustres dos cristãos sentem-se, apesar de tudo, bastante ligados a Roma. E também eles sentem que a preservação do espírito nacional está ligada a uma certa forma de cultura⁽⁷⁾.

Finalmente, convém não esquecer que, na falta de tratados didácticos, iam-se buscar determinadas noções de história, de filosofia, de ciências físicas e naturais, etc., ao comentário dos clássicos, e que tais fontes eram indispensáveis para a interpretação dos livros santos.

Dá a hesitação dos padres da Igreja em se pronunciarem por uma inapelável condenação contra as letras profanas. São Jerónimo, Santo Agostinho, que as apreciam sem se atreverem a confessá-lo, condenam-nas teoricamente mas não proíbem o seu estudo. Tenta-se mesmo, buscando para tal uma justificação na Bíblia, tornar legítimo o uso da sua forma: os Hebreus, ao saírem do Egipto, levaram os vasos de ouro e de prata do inimigo; São Paulo, na sua epístola a Tito, cita Menandro. Formam-se, assim, várias lendas: Platão já teria conhecimento da Sagrada Escritura (no dizer de Santo Ambrósio e de Santo Agostinho), enquanto Virgílio teria predito o cristianismo.

Não obstante, à medida que se vai constituindo uma literatura cristã cuja forma se inspira na literatura profana – e, infelizmente, inspira-se até demasiado! – esta passa para segundo plano. Aos grandes modelos vem a substituir-se os escritos dos padres: Tertuliano, Lactâncio, Hilário, Ambrósio, Jerónimo, Agostinho, assim como os poemas de autores como Comodiano, Juvencus, Sedulius, Dracontius, Arator, e, finalmente, Prudêncio, o único cuja reputação veio a sobreviver. Nas escolas episcopais e monásticas, poder-se-á, de quando em quando, copiar um Virgílio ou um Ovídio; mas cada vez se utiliza menos o pergaminho para transcrever as obras pagãs. E o mesmo sucede em toda a parte. Em Espanha, a biblioteca de Isidoro de Sevilha, tal como o testemunham as suas *Etymologiae*, era de uma grande riqueza. Em fins do mesmo século, a biblioteca episcopal da capital visigótica, Toledo, já não contém mais do que um autor clássico, Cícero⁽⁸⁾.

Assim, as perdas são perfeitamente terríveis⁽⁹⁾. Se a Irlanda não tivesse sido convertida, no século V e não tivesse assim vindo a tornar-se, quando dos últimos momentos da longa agonia do mundo antigo, num asilo para a sua cultura, os estragos teriam sido ainda bem piores⁽¹⁰⁾.

Quanto à cultura helénica, esta vem a desaparecer no Ocidente, tal como sucedera no Oriente às letras latinas. Pois, a partir do século IV, o conhecimento do grego no Ocidente começara muito rapidamente a esfumar-se: letrados e professores, como Ausônio ou Santo Agostinho, já o sabiam muito mal, se é que ainda o sabiam⁽¹¹⁾.

Desde o século IV que o ensino da filosofia era negligenciado entre os Latinos. Com o recuo, e, mais tarde, o desaparecimento do helenismo no Ocidente, a filosofia e a ciência sofrem danos irreparáveis. Houve algumas traduções latinas de autores gregos. A das obras dos neoplatónicos por Vitorino, conhecida por Santo Agostinho, bem depressa veio a perecer. A Idade Média latina só virá a conhecer a filosofia através dos resumos de Boécio (falecido em 526)⁽¹²⁾. Este compêndio, contudo, não era de molde a suscitar qualquer tipo de actividade intelectual. O próprio renascimento carolíngio não terá, filosoficamente falando, qualquer originalidade metafísica. Se exceptuarmos Jean Scot Ergène, será preciso remontarmos a Santo Anselmo para encontrar um verdadeiro espírito filosófico⁽¹³⁾.

A teologia⁽¹⁴⁾

Tão estreitamente ligada à filosofia durante a Idade Média que chega a tornar-se difícil separar uma da outra, não vem a ter um destino muito mais brilhante. Do século V ao século VIII, é no Oriente que o dogma acaba por vir a instituir-se. O Ocidente limita-se a ouvir em silêncio aquilo que de lá lhe chega. Não há quaisquer novas heresias durante este período, o que é uma prova de estagnação intelectual ou de tibieza religiosa. Teologicamente falando, o período carolíngio será quase tão estéril como o foi no campo filosófico: continuam a repisar-se os velhos argumentos. A efervescência das paixões só voltará realmente a fazer-se sentir por volta de meados do século XI.

A ciência⁽¹⁵⁾

A ciência não faz qualquer progresso. Melhor dizendo, veio mesmo a regredir no Ocidente. A geometria de Euclides, a aritmética de Nicómaco, traduzidas em latim por volta do século VI, já só sobrevivem reduzidas aos teoremas, totalmente alijadas das demonstrações! Latinos e bárbaros latiniza-

dos, assim como bizantinos, limitam-se a resumir e a compilar. Uma obra perfeitamente típica são as *Etymologiae*, «imenso sotão onde foi reunido todo o espólio da Antiguidade, artes, ciência, gramática, lógica, retórica, aritmética, geometria, astronomia, medicina, agricultura, navegação, etc., e sendo tudo isto exposto e explicado mediante uma análise da etimologia das palavras que designam os diversos objectos» (16). Na pessoa do autor, Isidoro de Sevilha, falecido em 636, tornou-se habitual encerrar a história da literatura latina antiga.

No domínio das ciências físicas e naturais, poder-se-ão continuar a transmitir algumas receitas úteis, e talvez mesmo aumentando-lhe o número, mas tudo isso não são mais do que simples malabarismos de prestidigitador que em nada contribuem para esclarecer e iluminar o espírito científico (17).

O espírito místico, a alegoria

O espírito científico, nascido entre os Helenos por uma espécie de milagre, nunca conseguiu enraizar-se entre os Romanos. Trata-se de uma planta demasiado frágil. Na própria Grécia, vem muito rapidamente a definhar, pelo menos a partir do século I, sob o sopro ardente do misticismo. O neoplatonismo, o gnosticismo, o cristianismo, e mais tarde o Islão, sem contar já com todas as religiões e os sistemas que não tiveram um destino tão brilhante, foram-lhe mortais no Oriente, e com muito maior razão no Ocidente (18). O espírito religioso matou a observação e a experimentação, o mesmo é dizer, o método científico. Substituiu-lhe a interpretação dos textos.

O estudo dos textos é a base da crítica, e esta provou ser, na era moderna, uma força de temível poder. Mas a crítica em nada se assemelha à «interpretação» da Antiguidade moribunda e da Idade Média.

A Escola de Alexandria considerava que todo o escrito é passível de varias interpretações que são concordantes entre si, completando-se e esclarecendo-se reciprocamente. Orígenes, no século III, aplicou um tal sistema aos livros cristãos, susceptíveis de serem abordados sob três ópticas: literal, moral e mística. No século IV, Santo Hilário e Santo Ambrósio difundiram este método no Ocidente, onde teve de imediato um fantástico sucesso. O próprio Santo Agostinho, que protesta contra o perigoso desdém em que veio a incorrer o sentido literal das Sagradas Escrituras, está totalmente imbuído deste sistema. Eis, por exemplo, a análise do seu sermão sobre David e Golias, pronunciado em Hipona: «David prefigura o Cristo, e Golias

o demónio. David vai buscar cinco pedras à torrente e mete-as num vaso que servia para recolher o leite das cabras; depois, já armado, marcha contra o inimigo. As cinco pedras prefiguram os cinco livros da lei de Moisés. A Lei, por seu turno, contém em si dez mandamentos. Eis, pois, porque David combate com cinco pedras e canta tocando um instrumento de dez cordas. Reparem que ele não lança as cinco pedras, mas apenas uma. Ora esta é a Unidade que resume a Lei, é a Caridade. Reparem também que vai buscar as cinco pedras ao leito do rio. Ora, o que é que pode representar esse rio senão o povo leviano e inconstante arrastado pela violência das paixões para o mar do esquecimento, ou seja, o povo judeu. Ele recebera a Lei, mas, já que passou por sobre esta como o rio passa por sobre as pedras, o Senhor veio, pois, a tomar a Lei nas suas mãos para a elevar até à Graça, tal como David foi buscar as pedras ao leito do rio. E ele colocou-as numa gamela de leite. Ora, que outra imagem mais justa da Graça pode haver do que a abundante doçura do leite!»⁽¹⁹⁾ Poder-se-iam encontrar noutros lados mil e um exemplos, não menos divertidos ou não menos tristes, conforme se quiser, desta perigosa loucura. Um espírito habituado desde a infância a interpretar os textos desta maneira torna-se, do nosso ponto de vista, radicalmente incapaz de compreender seja o que for. Esta forma espiritual tornou-se-nos de tal modo estranha que é permissível dizer-se que entre estes espíritos e os nossos a diferença não é só quantitativa, mas também qualitativa⁽²⁰⁾. Ora, a mania da *alegoria* que, para as gentes deste período da história da humanidade, era uma *ciência*, veio a dominar toda a produção da Idade Média, não só no campo da literatura eclesiástica, como inclusive no das letras em linguagem corrente⁽²¹⁾!

A língua

A literatura antiga vem a ser esquecida na Gália e no Ocidente, não só porque já não responde às necessidades intelectuais e morais dos homens desse tempo, como também porque veio a tornar-se quase impossível compreendê-la sem uma prévia e penosa iniciação. E pouco faltou para que também a literatura cristã, cuja forma é moldada no modelo da literatura profana, viesse a ser arrastada no desastre.

É que, entre a língua falada e a língua escrita, o fosso já existente veio a pouco e pouco a alargar-se até todo e qualquer contacto acabar mesmo por desaparecer⁽²²⁾.

No domínio do *vocabulário*, as perdas são enormes; a linguagem corrente, simplificando em excesso, leva ao desaparecimento dos sinónimos; substitui inúmeros termos usados pelos bons autores por termos populares. A *morfologia* é uma perfeita ruína: já não há neutro, já não há comparativo, já não há advérbios (substituídos pelo adjectivo feminino unido à palavra *mente*); já não há depoente, já nem sequer há passiva (é substituída pelo particípio juntamente com o verbo «être» – ser), já não há caso, já não há futuro (substitui-se-lhe o infinito ligado ao verbo «avoir» – ter). As preposições *de*, *ad*, substituem as desinências casuais. A *sintaxe* profundamente afectada pela ruína da declinação, o mesmo sucedendo no caso da conjugação. Note-se a substituição da proposição conjuncional pela proposição infinitiva: *scies quod ego sum salvator mundi*. O demonstrativo passa a ser o artigo. A *derivação* assiste ao desenvolvimento de novos sufixos. E, finalmente, aquilo que é talvez o pior de tudo, a própria *fonética* é atingida: que o sistema das consoantes seja alterado, por exemplo, que o *b* e o *v* venham a confundir-se em inúmeras regiões, ainda é relativamente insignificante; mas o facto é que também o vocalismo vem a ser alterado: o latim clássico possuía cinco vogais breves e cinco longas, mais os três ditongos *ae*, *oe*, *au*. O latim vulgar reduziu estes treze fonemas a sete devido à total confusão entre *ō* e *ũ*, *ē* e *ĩ*, *ā* e *ǣ*, devido à supressão dos ditongos (salvo *au*, que só veio a subsistir no Sul da Gália). As longas e as breves vêm a substituir-se vogais abertas ou fechadas. De imediato, toda a poesia Latina, tanto cristã como pagã, acaba por tornar-se incompreensível para a grande massa da população romana. A única poesia doravante inteligível virá a fundamentar-se na sucessão das sílabas altas e baixas, logo, na rítmica da intensidade, enquanto que a antiga rítmica era constituída pela alternância musical das longas e das breves.

A este respeito, coloca-se um problema. No século v, ou até mesmo no século vi, a língua literária, a língua da boa sociedade, será que ainda existe no estado vivo de língua falada?

Parece certo que, antes mesmo da queda do Império do Ocidente, o número de famílias em que era correntemente usada uma linguagem correcta, pelo menos relativamente, não era assim muito considerável. O destino das letras latinas estava ligado ao da existência de uma classe aristocrática amante da cultura. Sem dúvida que esta classe existia na Gália do século v, ainda que de reduzida dimensão, sendo Sidónio Apolinário o seu mais típico representante. No século vi, esta ainda vem a ser mais restringida numericamente: já vimos, com efeito⁽²³⁾, que a classe «senatorial» sofre um acentuado declínio na segunda metade deste século.

O uso já não chega para manter a pureza, mesmo aproximada, da língua; é impossível que, estando quotidianamente em contacto com toda uma massa ignara, as famílias cultas, cada vez mais rarefeitas, conseguissem conservar indefinidamente o bom uso da língua. Desde o século VI que Gregório de Tours, aparentado com as mais nobres famílias da Gália, já não ousa escrever em verso, e tem, de facto, toda a razão em falar da rusticidade do seu estilo em prosa⁽²⁴⁾. O seu contemporâneo, Fortunato⁽²⁵⁾, possui alguns poemas não destituídos de mérito, onde, aliás, aflora o dístico elegíaco, não ousa aventurar-se em qualquer género lírico. E mesmo assim comete não poucos erros. Mas Fortunato é italiano, e na sua pessoa termina toda a poesia latina; depois dele, e até mesmo na Itália, já ninguém virá a compor versos dignos de perdurarem. Pela mesma razão, a prosa rítmica, tornada, durante os séculos III-IV, no estilo usual da língua da chancelaria, da correspondência, etc., vem a cair em desuso no século VI.

No século VII, apenas Didier, bispo de Cahors, na Gália, possui ainda uns vagos conhecimentos das letras antigas. O cronista Fredegário faz esforços perfeitamente desesperados para escrever em latim. A sua língua, a dos diplomas e das cartas, dos formulários e das vidas de santos (quando não se deu o caso de terem vindo a ser reescritas na época carolíngia), é de uma barbaridade quase cómica. E isso não é, de modo algum, devido ao facto de o latim merovíngio ser influenciado pela linguagem corrente, mas sim antes, bem pelo contrário, porque toda a gente que tem uma pena pretende à viva força saber escrever em latim correcto, declinar e conjugar, quando já ninguém emprega nem genitivo, nem dativo, nem depoente, nem passiva, nem futuro, distinguir vogais que já todos os ouvidos confundem, etc. Usam, assim, o ablativo, o genitivo, o depoente, o futuro, de qualquer maneira, fiando-se apenas em vagas reminiscências, e a ironia das coisas faz com que na maior parte dos casos, os usem a despropósito. Quanto menos se sabe o latim clássico, tanto mais o veneram. O enigmático Virgílio, o gramático, chega ao ponto de o considerar uma língua hermética, ou melhor, como uma série de línguas misteriosas, pois ele distingue doze espécies diferentes de latinidades! Trata-se, de resto, de um ignorante que não possui quaisquer conhecimentos reais da literatura profana nem das regras da prosódia. No século VIII, a cadeia rompe-se de vez, e quando Carlos Magno quiser reanimar o conhecimento das letras no Norte dos Alpes, terá de apelar para estrangeiros, vindos da Itália, da Espanha, da Inglaterra, da Irlanda⁽²⁶⁾.

Então, e com extrema rapidez, o latim escrito voltará a tornar-se correcto. Por isso se fala de «renascimento carolíngio». Tendo cessado desde há muito

a transmissão oral da língua clássica, aprende-se o latim artificialmente, na escola, mediante processos, ao fim e ao cabo, análogos aos nossos. O latim voltou a tornar-se correcto porque passou doravante a ser uma língua morta.

A escola⁽²⁷⁾

O ensino não pôde prolongar por muito tempo certas tradições. No século v, ainda existiam escolas de retórica subvencionadas pelo governo imperial. Na Itália, os reis ostrogodos mantêm-nas e Justiniano vem a restaurá-las. Apenas a invasão dos Lombardos lhes veio a desferir um golpe fatal. Gália, os reis merovíngios ao se preocuparam em subvencionar estabelecimentos de ensino, ainda que vários dentre eles fossem homens instruídos nas letras profanas e sagradas. A pretensa «escola do palácio» é um mito nascido de toda uma série de contra-sensos: os *scholares* não são alunos, estudantes, mas sim jovens «recomendados», de bom nascimento, que se dedicam na corte à aprendizagem da arte da guerra e da administração.

Os conventos, os bispados, são doravante os únicos locais onde as letras encontram refúgio, mas a instrução, como é natural, ganha aí um carácter especificamente eclesiástico. E já é bastante extraordinário que, de longe em longe, aí se copiem autores pagos. O programa de estudos de Quintiliano, no século i, ou de Ausónio, no século iv, está já reduzido, no século v, à obra de Martianus Capella, que goza durante cerca de dez séculos de uma extraordinária celebridade: *De Nuptiis Philologiae et Mercurii*. Este escrito reparte os conhecimentos humanos em sete *artes*, subdivididas em dois grupos: 1.º o *Trivium*, que compreende a Gramática, a Retórica e a Dialéctica; 2.º o *Quadrivium*, que comporta o estudo das ciências englobando Aritmética, Geometria, Astronomia e Música⁽²⁸⁾. Este programa insuficiente, que negligência a verdadeira filosofia, parece ambicioso depois do século vi. Gregório de Tours encara-o como representando o mais alto nível da sabedoria humana e não ousa vangloriar-se de poder atingir semelhante ideal. Depois dele, o programa, nas escolas eclesiásticas, limitar-se-á, na maior parte dos casos, à Gramática incluída no *Trivium*, sendo o *Quadrivium* reduzido na prática a determinadas noções de cômputo e de canto para a determinação das festas sagradas e a celebração dos ofícios religiosos.

A confiscação dos bens da Igreja por Carlos Martel, a instalação brutal e violenta de guerreiros cúpidos, brutos e ignaros nas sedes episcopais e monásticas, acabam por vir a extinguir as últimas e já bruxuleantes luzes da

cultura antiga. No século VIII, o negrume de uma longa noite de trevas abate-se sobre a Gália.

A literatura em língua corrente (29)

As letras latinas, profanas ou sagradas, formalmente clássicas ou bárbaras, são o apanágio das classes altas da sociedade, e, mais tarde, no termo da era merovíngia, já só de um muito pequeno número de clérigos. Mas, e a grande massa da população, não só os camponeses pertencentes à gleba, como também os simples homens livres sem instrução, será que não têm necessidade estética? E será que pôde satisfazê-la? Não há nenhum povo, por mais selvagem que possa ser, que não tenha os seus cantos de amor, os seus cantos de nojo, que não se compraza em contar fábulas, em narrar histórias. Como é, pois, possível crer que os Galo-Romanos não tenham conhecido nada de semelhante? Deve ter certamente havido uma literatura oral em *língua romana* corrente. Mas os clérigos não se dignaram recolher desta uma só amostra que fosse, havendo assim um espesso manto de trevas a encobrir as origens da poesia lírica e da poesia épica francesas. Só no século XI os textos começam a aflorá-la.

Desde a mais remota antiguidade que os Germanos possuíam os seus cantos épicos. Os testemunhos existentes a este respeito são abundantes. Carlos Magno fez transcrever «para que a sua memória fosse preservada, os muito antigos poemas bárbaros onde eram cantados os feitos e as façanhas dos velhos reis». Infelizmente, nada disso veio a sobreviver. Julgou-se ser possível reconstituir algumas dessas composições recorrendo à *Historia Gothorum* de Jordanis, à *Historia ecclesiastica Francorum* de Gregório de Tours, e *Historia Langobardorum* de Paulo Diacro, tentativas que são, de facto, sedutoras, mas que são igualmente perigosas, pois nem toda a narração lendária representa necessariamente uma epopeia.

O ciclo semimítico de Siegfried, o «Nibelung», especificamente franco, e franco-renano, é-nos sobretudo conhecido através do poema épico dos *Niberlungen*, do século XII, onde ele é profundamente reformulado. O mesmo sucede com as composições históricas consagradas a Thierry, filho de Clóvis, «o Huga» (o Franco), e a seu filho Thibert; os poemas do *Hug-Dietrich* e *Wolf-Dietrich* são da época decadente e estão já totalmente alterados (30).

A epopeia germânica da Alta Idade Média é atestada pelos poemas anglo-saxões de *Widsidh* e de *Beowulf*, cuja forma é do século VIII e cujo

fundo pode remontar à época, em que os Anglos e os Saxões viviam ainda no continente, ao norte do Elba, na península cimbria; assim como por um pequeno fragmento, conservado num manuscrito do século VIII, o combate entre Hildebrand e Hadubrand, simples trecho desligado de um vasto ciclo de que Teodorico o Ostrogodo constituía figura central; dele já só subsistem simples contrafacções do século XII, tais como os *Dietrichsflucht* e os *Rabenschlacht* ⁽³¹⁾. Estes destroços bastam, contudo, para podermos ter uma ideia bastante favorável da epopeia germânica: era uma poesia rude e viril, animada de um verdadeiro sopro épico. O seu quase total desaparecimento é, por isso mesmo, muito mais lamentável.

A arte

Tal como no caso da arte visigótica, também não há quase nada a dizer da arte merovíngia ⁽³²⁾. Não possui qualquer originalidade. Trata-se apenas de um simples e paupérrimo prolongamento da arte antiga, já em plena decadência no século IV. Nada subsiste da arquitectura religiosa Gália, salvo três criptas e dois baptistérios. Os contemporâneos elogiam as igrejas, catedrais ou monásticas, construídas nos séculos V e VI. Mas nós sabemos já que eram de dimensões bastante reduzidas, até mesmo a célebre basílica de São Martinho de Tours ⁽³³⁾, e não há quaisquer dúvidas de que não passaram de simples réplicas empobrecidas de edifícios frios, ainda que grandiosos, e que ainda hoje em dia podemos encontrar em Itália, tais como as duas basílicas de Santo Apolinário, em Ravena e as de Santa Maria Maior e de São Paulo Extramuros, em Roma. Várias catedrais eram pura e simplesmente construídas em madeira. A decoração (pinturas, mosaicos, mármore aplicados) é-nos quase desconhecida; e não seria possível compará-la, no respeitante ao mosaico, com a arte italiana, então ainda interessante, pelo menos até ao século VII ⁽³⁴⁾.

Nenhum edifício civil chegou até nós. A aristocracia indígena, sem abandonar por completo as tristes cidades do Baixo Império, vivia sobretudo no campo, nas suas vastas *villae*, cuja arquitectura a base de pórticos prosseguia na senda das tradições romanas. Estas moradias não eram fortificadas, ou, pelo menos, não o eram em excesso. O *castellum* construído por Nicetius, bispo de Troves, a fim de servir de refúgio aos seus camponeses, e cuja descrição nós é feita por Fortunato, é uma excepção. Pois só por volta do século X a face da França sofrerá profundas alterações, para vir a cobrir-se,

por muitos e muitos séculos, de toda uma série de castelos, de fortificações, de praças-fortes, de vedações arborizadas, etc.

Quanto a escultura, mais vale não falar nela ⁽³⁵⁾. Na própria Itália, a estátua fora esquecida depois do século IV. Sobre os sarcófagos, podem ainda encontrar-se belos baixos-relevos, mas a tradição do pleno relevo vem a perder-se no século V. Mesmo em Ravena, a escultura dos sarcófagos, de relevo suave e de inspiração totalmente oriental, vem a sucumbir no século VII. No Ocidente ninguém saberá doravante, e por muitos e muitos séculos, como representar uma figura humana. Pelo menos em mármore ou em pedra, já que os ourives irão continuar a fabricar piedosas efígies douradas ou prateadas.

Tendo, por outro lado, vindo a desaparecer a escultura em marfim e a glíptica, pelo menos na Gália e tendo-se a própria cerâmica tornado numa total nulidade estética, o ourives é o único verdadeiro artista da era merovíngia ⁽³⁶⁾.

E isto não sucedeu apenas porque a jóia é a última forma de arte a que o decadente é sensível, tal como é a primeira a que o bárbaro pode sê-lo, mas sim também porque a ourivesaria veio a ser renovada pelas invasões bárbaras. Os Godos trouxeram da sua longa estada no Sul da Rússia o conhecimento do «encastado», processo que consiste em encaixar em alvéolos ou em chapas metálicas com abertos, pedras preciosas ou, na falta destas, pedras coloridas. Dos Godos, a nova arte passou para outros germanos e destes para os povos em cujo solo se instalaram. Sem dúvida que, também neste caso, os bárbaros não são inventores; o processo, a forma e a ornamentação das jóias, armas, vasos sagrados, etc., denotam a influência da arte sármata, um dos ramos da arte iraniana ⁽³⁷⁾, na qual se inspiraram. E também não há dúvida de que os espécimes desta arte conservados no Ocidente são, não obstante a beleza de muitos dentre eles, inferiores aos maravilhosos tesouros que vieram a ser descobertos no Sul da Rússia e inclusive no Cáucaso. Mas, apesar disso, não é menos verdade que, ao propagarem um novo estilo, os Bárbaros contribuíram para renovar a esgotada imaginação do Ocidente. A voga deste estilo, assim como a extraordinária fortuna dos artistas que o praticavam, simbolizada por Santo Elói, elevado ao episcopado, são, pois, justificadas.

Uma outra importação do Oriente, a esmaltaria, veio a ter lugar na mesma época e pela mesma via; contudo, entre nós, esta arte permanecerá ainda por muito tempo mergulhada em profunda letargia antes de vir finalmente a brilhar em todo o seu esplendor ⁽³⁸⁾.

E é ainda do Oriente, do Oriente iraniano, e talvez também do Egito, que chega a nova ornamentação que virá a alterar radicalmente o aspecto dos

livros⁽³⁹⁾. Na Gália, o manuscrito decorado com pinturas não chegou a desaparecer, mas os representantes deste género viram-se reduzidos a um pequeno punhado de indivíduos, sendo, além do mais, a imitação do estilo antigo aí prosseguida das mais mediócras. Em contrapartida, a ornamentação das letras revela uma habilidade imaginativa totalmente nova. Formas de animais, como pássaros, peixes, serpentes, leões, dragões, combinam-se num caprichoso entrelaçado com o desenho geométrico a fim de formar as iniciais. O conjunto é traçado à pena com uma delicadeza e uma segurança manual perfeitamente inimitáveis; e o desenho, uma vez feito, é colorido a pincel em tons suaves: o efeito daí resultante é impressionante, sem deixar de ser harmonioso. Parece-nos notar que os calígrafos da Gália não demonstram tanta originalidade como os seus émulo da Itália, da Espanha, e sobretudo da Irlanda e da Inglaterra; estes últimos dão provas, nas suas audaciosas produções, de um verdadeiro temperamento artístico⁽⁴⁰⁾.

Quanto à escrita, ela é a continuação pura e simples da escrita latina, pelo menos no respeitante à capital, à uncial e à semi-uncial, sendo esta última usada muito em particular para os textos sagrados. Mas a cursiva, já de aspecto bastante desagradável sob o Império, vem a deformar-se, acabando por tornar-se na «horrível escrita merovíngia» com a qual são lavrados todo o tipo de tratados, assim como os diplomas reais⁽⁴¹⁾.

XIV.

A vida religiosa (¹)

No meio do desmoronamento do Império Romano, apenas a Igreja católica permanece de pé. É, pois, para ela que se voltam as esperanças da população.

Na Gália, a sua organização permanece intacta, salvo, por instantes, nas fronteiras assoladas pelos Bárbaros. A geografia eclesiástica subsiste: não só a cidade, a diocese, mas também a província, sede do Metropolitano, a qual vem a desaparecer dentro da organização civil. A Igreja católica chega mesmo, graças à conversão de Clóvis, a derrotar totalmente o arianismo, procurando ao mesmo tempo chamar os Germanos ao cristianismo.

A Igreja, no século VI, é acima de tudo o episcopado. Na sua diocese (*parrochia*), o bispo é uma espécie de soberano. Domina totalmente os seus paroquianos:

Pelo ascendente do seu nascimento, sempre ilustre: no século VI, tal como no século V, e recrutado no seio da nobreza «senatorial», e, no século VII, no seio de aristocracia galo-franca.

Pelo seu saber: reúne o conhecimento das Sagradas Escrituras com umas vagas noções das letras antigas.

Pela pureza da sua vida: sendo frequentemente casado quando da sua elevação ao episcopado, separa-se da mulher e passa a viver na continência.

De resto, o clero e o povo velam ciosamente pela sua conduta, que a prosperidade do país está ligada à santidade da vida do pastor e o rebanho receia os efeitos da cólera divina. Entre si e o pastor reina uma estreita solidariedade: a *parrochia* é uma grande família.

Pela riqueza, graças à influência económica e social que esta lhe granjeia, a fortuna das igrejas da Gália vem a ser consideravelmente aumentada⁽²⁾. O bispo, em conformidade com o arcediogo, é o seu administrador. Dispondo de consideráveis somas, é, pois, a providência tanto do clero como dos laicos. Com efeito, o Estado desinteressa-se dos serviços públicos; os órgãos das «cidades», as cúrias, não possuem nem dinheiro, nem autoridade. O bispo substitui-se-lhes. Não contente em praticar a caridade para com os pobres matriculados (*matricularii*), resgata os cativos, alivia e alimenta os prisioneiros. Hospícios, hospitais, orfanatos, até mesmo hospedarias, constituem os anexos das igrejas e dos mosteiros. Por vezes, o bispo chega mesmo a proceder à sua custa a trabalhos de interesse público. Félix de Nantes manda erguer diques contra as inundações do Loire; um bispo de Mogúncia constrói igualmente uma série de aterros no Reno; Didier de Cahors trata de reparar as fortificações da cidade.

Graças ao direito de asilo, cada santuário é um autêntico oásis para aqueles que caíram em desgraça, mas também, com demasiada frequência, para os criminosos.

O bispo defende as suas ovelhas contra o fisco: desde muito cedo (Lyon desde o século V, Clermont e Tours desde o século VI) que consegue obter isenções de impostos para a cidade catedral, e, mais tarde, para os domínios rurais do bispado. No século VII, a *imunidade* já não se resume apenas a exoneração das contribuições; comporta ainda a interdição aos «juizes» de penetrarem nos territórios do imunizado para aí reunirem assembleias judiciais, embargarem cauções ou tratarem de prender os acusados⁽³⁾.

E bem depressa todo o solo da cidade e dos seus arredores vem a tornar-se propriedade do bispo. A vida da capital da *civitas*, desde a época merovíngia, depende do bispo; a sua existência, tanto material como espiritual, está nas suas mãos.

Trata-se aqui, aliás, de um fenómeno geral. A preponderância do episcopado a em todo o lado uma realidade, na Itália, no Egipto, ou no Oriente⁽⁴⁾.

O Merovíngio não lhe faz qualquer sombra, bem pelo contrário. O bispo é mesmo convidado a dar assistência ao conde no exercício das suas funções, ou seja, a vigiá-lo. E há melhor: a jurisdição episcopal vem a ser extremamente desenvolvida (614). No foro criminal, sacerdotes e diáconos não

podem ser julgados pelo poder secular sem uma prévia instrução dirigida pelo bispo. No foro civil, se os tribunais seculares são competentes no respeitante as causas relativas a propriedade imobiliária ou ao estatuto pessoal, mesmo naquilo que concerne aos clérigos, já no respeitante às causas civis propriamente ditas, susceptíveis de acarretar uma composição pecuniária, só o bispo possui competência⁽⁵⁾.

Se juntarmos a isto o facto de que, a par da jurisdição contenciosa, o bispo exerce uma jurisdição arbitral, sendo o tutor dos orfãos, dos incapazes, e o superintendente das viúvas, podemos ficar com uma pequena ideia de toda a extensão da sua acção social.

Finalmente, a pessoa do bispo é intangível. Apenas um concílio pode pronunciar contra ele uma condenação legal.

Será que devemos ver em todos estes favores como que uma espécie de abdicação da monarquia franca, incapaz de administrar e sentindo que o fardo do governo é demasiado pesado para si? Isso seria até demasiado longe. No Império Romano do Oriente, eram concedidas ao episcopado as mesmas prerrogativas. A verdade é que a nossa ideia da separação entre o poder espiritual e o poder temporal, no fundo bastante superficial, ainda não existe. A Igreja é um dos órgãos do Estado e é mesmo o único relativamente ao qual pode estar-se mais ou menos seguro. Há, portanto, todo o interesse em desenvolver os seus privilégios e a sua acção.

Mas, se é um facto que favorece o episcopado, o rei pretende que isso venha a reverter em seu próprio proveito. Procura ter sempre sob o seu total controlo tanto os seus bispos como os seus condes. E, para isso, o processo mais seguro consiste em ser ele a nomear directamente o bispo. A eleição do prelado pelo clero e pelo «povo» não passa de mera ficção: o rei é quem designa o bispo⁽⁶⁾. Escolha frequentemente infeliz. Já Gregório de Tours nos descreve os seus colegas de Embrun, de Gap, de Reims, de Mans, como não passando de verdadeiros patifes. O que será, então, no século seguinte?

O alto clero submeteu-se por longo tempo ao despotismo real. Para que o bispo ouse opor-se aos caprichos do rei é necessário que estejam em jogo questões de ordem dogmática relativamente às quais lhe é impossível transigir. A Igreja católica da Gália cerra fileiras em torno da realeza merovíngia que deu uma boa ajuda na derrota do arianismo. E, em certo sentido, «galicana». Não que a supremacia doutrinal do papa seja de modo algum atacada. Mas as relações espirituais entre a Gália e Roma são, nesta época, de tal modo espaçadas que a preponderância pontifícia permanece mais ideal do

que real. De resto, as relações entre a corte romana e o clero galo-franco não podem exercer-se senão por intermédio do rei franco (7).

No século VII, produz-se uma profunda alteração. O episcopado cessa de obedecer servilmente e, por mais de uma vez, vem a colocar-se à cabeça da oposição à realeza ou ao domínio do mordomo-mor do palácio. Nos fins do período merovíngio, podem mesmo ver-se alguns bispos, como Savary d'Auxerre ou Eucher d'Orleans, dispôr inclusive de alguns principados. Carlos Martel necessitará de ser bastante enérgico para conseguir abater estes «tiranos», precursores dos futuros bispos-condes da era capetíngia.

O clero da Gália reúne-se em concílio. O primeiro concílio «galicano» foi convocado por Clóvis em Orleães, em 511, no próprio ano da sua morte. No decurso do século VI, reúnem-se nada mais nada menos do que cerca de quarenta assembleias sinodais.

Depois da repressão do pelagianismo no século V e da do arianismo no século VI, nenhuma outra especulação dogmática importante voltou a agitar o clero da Gália. E é no Oriente que o dogma católico acaba por vir a instituir-se do século V até fins do século VII. O Ocidente limita-se a registar as decisões dos grandes concílios ecuménicos reunidos em território do Império Romano.

As preocupações do clero da Gália estão voltadas para a disciplina e a vida prática; os bispos entendem dever impor aos clérigos uma vida regular, e aos fiéis a estrita observação dos ritos e da festa do cristianismo; tentam afastar as intervenções dos funcionários reais dos assuntos clericais.

Mas, à medida que o tempo passa, o número de concílios vai diminuindo e as reuniões vão-se espaçando cada vez mais. Em relação ao século VII, apenas conseguimos encontrar referências a quinze concílios, o último dos quais, o de Auxerre, em 695, só teve lugar após uma interrupção de quinze anos; posteriormente, não voltou a haver mais nenhum até 742.

Durante este período, a vida dos clérigos dos campos é-nos desconhecida, mas em contrapartida, Gregório de Tours fala por inúmeras vezes de sacerdotes e de diáconos que residiam nas cidades. E, segundo parece, oferecem com demasiada frequência um espectáculo bem pouco edificante: ambiciosos, intrujões, sempre prontos a espiar o seu bispo e a denunciá-lo ao rei ao mínimo pretexto, são, além do mais, tão violentos e sanguinários como os laicos. De resto, a separação entre os dois mundos é insuficientemente clara. É de uso conferir as ordens sagradas, inclusive o episcopado, a funcionários já idosos ou indesejáveis, a título de reforma ou de compensação.

A vida religiosa retira-se do clero secular. Refugia-se nos mosteiros (8). O monaquismo oriental, que deparara com uma real animosidade no Ocidente

quando aí veio a implantar-se no século IV, conseguira já o seu reconhecimento e aceitação no século VI. As fundações de mosteiros já não estão confinadas ao Sul do Gália. Alcançam o Norte, sendo os próprios reis a dar o exemplo: Clóvis funda a abadia de São Pedro e de São Paulo (Santa Genoveva), em Paris, o rei borguinhão Segismundo manda edificar Saint-Maurice d'Agaune, no Valais, e Quildeberto, por seu turno, Saint-Vincent (Saint-Germain-des-Prés), às portas de Paris; no século VII, Dagoberto e o grande benfeitor de Saint-Denis. Citemos ainda *Anisola*, em Saint-Calais, no Maine, *Fontinella* (Saint-Wandrille) e Jumièges, na bacia inferior do Sena, *Centula* (Saint-Riquier), no vale do Somme, *Sithiti* (Saint-Bertin), ao Norte, etc. E até as rainhas decidem também intervir: Radegonda funda Santa-Cruz de Poitiers, Bathilde, por seu turno, Chelles e Corbie. O movimento acaba mesmo por tornar-se irresistível: desde o século VII, não há grande senhor ou bispo que não deseje assegurar a salvação da sua alma através de uma fundação deste tipo.

Em princípio, os monges não são sacerdotes, nem sequer mesmo clérigos. As regras que regem a sua congregação são as dos mosteiros do Oriente (Egipto, Síria), adaptadas à vida ocidental por Cassieno e Cesário. Em fins do século VI, o irlandês Colombano reforça-as no sentido da austeridade. No século VIII, a sua regra dá lugar à do italiano Bento de Nócia, o fundador do Monte Cassino, falecido em meados do século VI. Os monges não passam a vida em contemplação, mas sim trabalhando e rezando. A sua vida é toda ela passada no campo. O pouco espaço de que as cidades dispõem impediria que nelas pudessem edificar-se mosteiros, mesmo no caso de os religiosos não terem por intenção premeditada afastarem-se dos grandes aglomerados. Os cenobitas irlandeses procuram mesmo deliberadamente a solidão⁽⁹⁾. Refugiam-se nas ilhas mais remotas, nas Shetland, nas Órcades, até mesmo na Islândia. No continente, buscam as florestas e as montanhas escarpadas, tal como o demonstram os mosteiros por si fundados na Gália, como, por exemplo, Luxeuil, nos Vosges, *Condastico* (Saint-Claude) no Jura, Stavelot e Malmédy, na Ardena; na Rétia, Saint-Gall e o Appenzell; na Itália, Bobbio, nos Apeninos.

Mesmo isoladas, estas instituições inflamam a devoção popular e originam todo um afluxo de dádivas. Algumas abadias, como Saint-Germain-des-Prés, Saint-Wandrille, e tantas outras, nunca foram tão ricas como no termo da era merovíngia.

O favor dos reis vale-lhes a concessão de privilégios de imunidade. Pelo seu lado, os bispos, sob cuja autoridade estão colocados monges e religiosos,

começam, no século VII, a conceder alguns privilégios de isenção que contribuem para afrouxar os laços existentes entre a catedral e o mosteiro. De tal modo que alguns estabelecimentos religiosos chegam mesmo ao ponto de constituir como que pequenas soberanias quase autónomas.

A difusão do cristianismo

Uma grande tarefa se oferecia ao clero, tanto regular como secular, a difusão do cristianismo, e isto tanto entre os Galo-Romanos como entre os Bárbaros. No século V, a evangelização da Gália é ainda bastante superficial⁽¹⁰⁾. À parte as capitais das *civitates*, onde reside o bispo, só se encontram clérigos estabelecidos a título permanente nos «castelos» (*castra*), isto é, nas cidades fortificadas, e nos vicos ou burgos livres. As necessidades religiosas da maioria dos habitantes dos campos, camponeses ou pagãos (*pagan*), não são, pois, asseguradas com a necessária continuidade.

Estes camponeses, colonos e servos, afectos à gleba, não tem liberdade de movimentos e não possuem quaisquer recursos. É, pois, aos seus senhores, aos grandes proprietários, cujas *villae*, cujos domínios cultivam, que incumbe preocuparem-se em construir, em sua intenção, «oratórios», «capelas», regra geral deficientemente servidos. Bispos e abades são os primeiros a dar o exemplo. Contudo, o período merovíngio limita-se a lançar o rastilho desta grande obra que só virá a completar-se durante a era carolíngia. Só então virá a constituir-se a paróquia rural, antepassada da moderna aldeia, e só então poderá dizer-se que o cristianismo é realmente praticado pela grande massa da população rural⁽¹¹⁾.

Mas era mais praticado do que conhecido, sem dúvida. Na verdade, é caso para perguntar: os fiéis e até mesmo o clero, tanto galo-romanos como germanos que podiam compreender das cerimónias sagradas celebradas numa língua caduca, o latim, língua que as populações já não entendiam há muito, bem antes mesmo da queda do Império Romano?

Ao mesmo tempo, a luta contra o paganismo prossegue incansavelmente. As religiões e os sistemas rivais do cristianismo, como o mitracismo, o maniqueísmo ou as seitas gnósticas, tudo desapareceu ou passou a viver na mais total clandestinidade. A velha mitologia greco-latina já não passa de uma simples lembrança do passado. Não subsistem mais do que umas quantas superstições, ainda que tenazes: honras devidas às fontes, aqui e ali adorações de estátuas, alguns sacrifícios de animais em dias de festa. Mas nada

disto é muito perigoso, pois não passam de simples ritos locais, prática maquinal de uma tradição raramente compreendida.

As únicas regiões da Gália onde o clero teve alguma dificuldade em destruir a «idolatria» foram aquelas que tinham sido povoadas pelos Francos, quer massivamente, quer em grupos. E é isso que permite explicar que os mais célebres missionários operem precisamente nessas regiões, como S. Amand e S. Bavon na bacia do Escaut, S. Lambert na do Mosa, S. Valery no vale do Vresle, ou os santos romanos, Ouen e Wandrille, na região de Caux. A dupla diocese de Cambrai e de Arras teve de ser novamente evangelizada por S. Gery, e a de Noyon e de Tournai por Santo Elói. O irlandês Gall destruiu um *fanum* perto de Colónia, Vulfilaic uma estátua colossal de Diana on Ivois, na diocese de Trèves, etc. Ao fim e ao cabo, a obra foi coroada de sucesso, posto que, passado o fim do século VII, já não subsiste na Gália qualquer culto pagão, romano ou germânico, pelo menos enquanto culto organizado⁽¹²⁾.

Mas, é preciso confessá-lo, à margem dos territórios submetidos à autoridade dos reis, a propaganda da Igreja galo-franca vem a revelar-se impotente. É incapaz de chamar a Cristo a Germânia independente, os Frithes, os Saxões. E até mesmo no Sul da Alemanha, no vale do Main, a cristianização é meramente superficial. No século VIII, será necessário apelar para os Escotos, isto é, para os Irlandeses, e sobretudo para os Anglo-Saxões, como Willibrord, Winfrid (S. Bonifácio) e Lull. O clero da Gália tornou-se demasiado incapaz ou demasiado corrompido para que seja possível confiar-lhe uma missão de conversão eivada de dificuldades⁽¹³⁾.

A forma de cristianismo que vem a triunfar no Ocidente não é, de modo algum, nem de grande qualidade nem de grande pureza. Até mesmo os melhores bispos são supersticiosos, crédulos, acreditando nos presságios, habitados pelo medo do diabo. O seu conceito da divindade é, muitas vezes, o de um deus ciumento, vingativo, favorecendo os seus devotos sem grandes preocupações quanto à sua moralidade. E o que dizer da grande massa dos fiéis? Certas práticas contribuem mesmo para degradar o sentimento cristão, tal como o uso dos «penitenciais», vindo da Irlanda, segundo parece: trata-se, na verdade, de simples tarifas de resgate dos pecados.

Desde esta época que o culto divino cede perante o culto dos santos. A admiração e a reverência pelos mártires, e, mais tarde, pelos confessores da Igreja, vieram muito rapidamente a transformar-se num verdadeiro culto⁽¹⁴⁾. Espera-se dos santos, não só uma intercessão junto da divindade, mas também lucros materiais. O seu corpo protege o país onde está sepul-

tado; até mesmo os seus fragmentos, as suas relíquias, são usadas como talismãs para curar doenças e enfermidades. O santo é, pois, um taumaturgo que trata os males do corpo e do espírito. E a pouco e pouco vão-se criando diferenciações entre os santos, as quais especificam os efeitos da sua intervenção, de tal modo que os santos curandeiros acabam por substituir-se aos deuses e aos heróis da Antiguidade. Não que os santos sejam, sob novos nomes, os antigos deuses gregos, latinos, semíticos, egípcios, sírios, ou até mesmo germânicos tal caso só veio a confirmar-se em relação a um pequeno número de personagens, e meramente secundários ⁽¹⁵⁾. Mas a humanidade, incapaz de se satisfazer com um deus justo e bom, ela, que não é nem justa nem boa, volta-se então para potências mais acessíveis, que pretende sejam favoráveis às suas necessidades, inclusive mais indulgentes para com os seus vícios. Abandonado a si mesmo, o espírito humano vem a recair desamparadamente no paganismo.

A esperança e o reconhecimento dos fiéis manifestam-se por abundantes donativos, nomeadamente aos mosteiros, isto é, aos santos personagens de que o abade e os monges não passam de simples mandatários. Mas a excessiva riqueza territorial do clero expunha-o a um sério perigo. Quando o Estado já nada tinha para distribuir, porque ele próprio já nada tinha de seu, deitou uma olhadela furtiva e cobiçosa para as terras da Igreja. O mordomo-mor do palácio, senhor do governo, era por princípio obrigado a recompensar a fidelidade dos seus partidários. Não ousando ou não querendo recorrer a evicções brutais, fez funcionar em seu próprio proveito uma prática da Igreja, imitada de antigos usos romanos, a prática da «precária». A precária (ou uma das suas formas) consiste numa concessão, que por longo tempo permaneceu extra-legal, feita a título essencialmente revogável. O precarista, possuidor aos olhos de terceiros, não goza de quaisquer direitos perante o proprietário concedente, que a livre de retomar as suas terras quando muito bem quiser e sem precisar de motivos. Na prática, o precarista goza de um simples direito de usufruto, parecendo, contudo, um tal direito suficientemente perigoso para que se lhe exija, de cinco em cinco anos, uma *epístola precatória*, onde ele expõe o seu pedido de concessão em termos intencionalmente muito humildes e reconhece que não à proprietário; ou então, pode ainda suceder que se lhe imponha anualmente um censo, alias bastante módico, que comprova legalmente que, no fundo, não passa de um simples rendeiro de tenência. Obrigada pelos cânones a não alienar os seus bens, a Igreja serviu-se desta prática, que lhe permitia, ainda que respeitando a letra dos mesmos, recompensar serviços ou juramentos de fidelidade, criando, desse modo, a sua própria clientela ⁽¹⁶⁾.

tado; até mesmo os seus fragmentos, as suas relíquias, são usadas como talismãs para curar doenças e enfermidades. O santo é, pois, um taumaturgo que trata os males do corpo e do espírito. E a pouco e pouco vão-se criando diferenciações entre os santos, as quais especificam os efeitos da sua intervenção, de tal modo que os santos curandeiros acabam por substituir-se aos deuses e aos heróis da Antiguidade. Não que os santos sejam, sob novos nomes, os antigos deuses gregos, latinos, semíticos, egípcios, sírios, ou até mesmo germânicos tal caso só veio a confirmar-se em relação a um pequeno número de personagens, e meramente secundários⁽¹⁵⁾. Mas a humanidade, incapaz de se satisfazer com um deus justo e bom, ela, que não é nem justa nem boa, volta-se então para potências mais acessíveis, que pretende sejam favoráveis às suas necessidades, inclusive mais indulgentes para com os seus vícios. Abandonado a si mesmo, o espírito humano vem a recair desamparadamente no paganismo.

A esperança e o reconhecimento dos fiéis manifestam-se por abundantes donativos, nomeadamente aos mosteiros, isto é, aos santos personagens de que o abade e os monges não passam de simples mandatários. Mas a excessiva riqueza territorial do clero expunha-o a um sério perigo. Quando o Estado já nada tinha para distribuir, porque ele próprio já nada tinha de seu, deitou uma olhadela furtiva e cobiçosa para as terras da Igreja. O mordomo-mor do palácio, senhor do governo, era por princípio obrigado a recompensar a fidelidade dos seus partidários. Não ousando ou não querendo recorrer a evicções brutais, fez funcionar em seu próprio proveito uma prática da Igreja, imitada de antigos usos romanos, a prática da «precária». A precária (ou uma das suas formas) consiste numa concessão, que por longo tempo permaneceu extra-legal, feita a título essencialmente revogável. O precarista, possuidor aos olhos de terceiros, não goza de quaisquer direitos perante o proprietário concedente, que a livre de retomar as suas terras quando muito bem quiser e sem precisar de motivos. Na prática, o precarista goza de um simples direito de usufruto, parecendo, contudo, um tal direito suficientemente perigoso para que se lhe exija, de cinco em cinco anos, uma *epístola precatória*, onde ele expõe o seu pedido de concessão em termos intencionalmente muito humildes e reconhece que não à proprietário; ou então, pode ainda suceder que se lhe imponha anualmente um censo, alias bastante módico, que comprova legalmente que, no fundo, não passa de um simples rendeiro de tenência. Obrigada pelos cânones a não alienar os seus bens, a Igreja serviu-se desta prática, que lhe permitia, ainda que respeitando a letra dos mesmos, recompensar serviços ou juramentos de fidelidade, criando, desse modo, a sua própria clientela⁽¹⁶⁾.

Na segunda metade do século VII, o mordomo-mor do palácio obtém, por meio de semelhante desvio, alguns dos bens da Igreja, para os seus partidários, tal como o domínio de Taverny, concedido por Saint-Denis a um fiel de Ébroïn. Escusado será dizer que o pedido do senhor é o mesmo que uma ordem. Carlos Martel mais não fará mais do que aplicar este processo em grande escala. A fim de recompensar os guerreiros austrasianos que o tinham apoiado, procederá a enormes confiscações. Os seus sucessores, não estando em condições de proceder às restituições, limitar-se-á, na realidade, a consolidar uma tal espoliação dando-lhe umas tintagens de aparência legal. E os antigos mosteiros nunca mais poderão recompor-se inteiramente do golpe que os prosta por terra precisamente na altura em que a era merovíngia atinge o seu termo⁽¹⁷⁾.

XV.

A sociedade laica

Pretender esboçar um quadro de conjunto⁽¹⁾ da sociedade laica nesta época não passa de vã quimera. Graças a Gregório de Tours, podemos ter apenas uma rápida visão da corte, entrevedo-a por breves instantes para novamente voltarmos a ficar na mais total escuridão; mas mesmo esta visão, de tão medonha, chega para nos enojar: a prática da conspiração permanente, do irmão contra o irmão, do sobrinho contra o tio, do filho contra o pai. A relação floresce tal como no Baixo Império e a cólera do rei desfecha-se ao acaso, sem discernimento nem piedade. Os costumes degradaram-se até ao inimaginável: o rei espoja-se no seu lodaçal de vícios, no seu deboche, e todo o seu círculo palaciano o imita. E na segunda metade do século VII, assim como durante todo o decurso do século VIII, isso ainda será pior: o soberano literalmente um degenerado vicioso, morrendo jovem, vítima dos seus excessos.

Em fins do século VI e ao longo do século VII, a aristocracia dos funcionários, que é, ao mesmo tempo, a classe detentora da terra, manifesta uma brutalidade e uma corrupção sem limites. Simultaneamente, o seu nível intelectual e o seu grau de instrução sofrem uma acentuada quebra. Fortunato manteve um pequeno comércio literário, não só com eclesiásticos, mas também com alguns laicos de alto nível social, tais como Gogon e Lupus,

mordomos-mor do palácio de Sigeberto, Magnulfus, irmão de Lupus, Jovinus, patrício da Provença, Mummolenus, hipotético mordomo-mor do palácio de Quilperico, o *domesticus* Conda, o referendário Boson, etc. Mas convém ainda notar que, se estes grandes personagens tiveram porventura algum prazer na leitura das laboriosas futilidades do versificador italiano, ou se, pelo menos, fingiram senti-lo, eram perfeitamente incapazes de lhe replicar do mesmo modo.

O tipo do grande senhor letrado, representado por Sidónio Apolinário e pelos seus correspondentes no século V⁽²⁾, vem a esbater-se no decurso do século seguinte, para posteriormente, acabar mesmo por desaparecer. O serviço do Merovíngio não exige grande cultura literária, ainda que certos reis (Quilperico, Cariberto) conheçam o latim clássico, e o contacto com os Francos não é propriamente de molde a aperfeiçoar o estilo ou a purificar os costumes. Pelo contrário, a aristocracia galo-romana bem depressa vem a sofrer a atracção da vida rude e guerreira dos Bárbaros. Em incessante contacto, na corte, no exército, na cidade e nos campos, «romanos» e Francos não podiam por muito tempo permanecer estranhos uns aos outros. Os casamentos mistos tornaram-se seguramente frequentes, e se é certo que a personalidade das leis subsistiu, esta foi sem dúvida, na prática, pouco incomodativa e raramente observada. No decurso do século VII, veio a completar-se a fusão entre as famílias galo-romanas e as famílias francas. Tem então lugar a constituição dessa aristocracia «francesa», turbulenta, batalhadora, ignorante, desdenhando as coisas do espírito, perfeitamente incapaz de se elevar a qualquer conceito político sério, intrinsecamente egoísta e anarquista. E é esta classe social que ira dominar a França e, por vezes, a Europa durante cerca de dez séculos.

Dentro da constituição da sociedade galo-franca, a partir dos séculos VII e VIII, a contribuição germânica é bastante considerável, quando não mesmo predominante em inúmeros aspectos.

Sem dúvida que Clóvis e os seus Francos não são conquistadores à maneira turca ou mongol⁽³⁾. Sem dúvida que não se dedicaram, pelo menos por sistema, à espoliação dos indígenas. Sem dúvida que não os consideraram como uma raça inferior. Sem dúvida que procuraram assimilar tudo aquilo que, na organização e na cultura romanas da Gália, lhes pudesse ser proveitoso, tendo o cuidado de nada desdenharem. Sem dúvida que os reis deixaram imediatamente de residir apenas em território franco. Mas isso não impede, contudo, que o prestígio dos Francos seja incomparável e assim permaneça durante quatro séculos.

A onomástica dá-nos disso um testemunho indesmentível. Quanto mais se avança no século VI, tanto mais os uromanos vão abandonando os seus nomes latinos para adoptarem nomes francos. No século VII, já quase que não subsistem senão nomes germânicos (4). Trata-se de uma moda, mas uma moda é sempre reveladora de um determinado estado de alma. Não possuímos quaisquer informações sobre o traje e o armamento dos romanos da Gália; mas podemos estar certos de que se não perderam tempo em imitar os dos Francos para que nada fosse passível de deles os distinguir. Apenas o clero veio a impor aos Bárbaros o seu vestuário romano, que se tornara num traje ritual.

A influência bárbara é igualmente inegável na língua dos romanos da Gália. Não que os idiomas germânicos se tenham difundido muito para além dos territórios que estes ocupavam aquando do desaparecimento do Império, ou que tenham vindo a modificar, fosse no que fosse, a estrutura gramatical do latim vulgar, mas a língua franca introduz no vocabulário romano toda uma torrente de palavras, e de palavras de uso corrente (5): termos de guerra (guerra, esgrima, espiar, espreitar o inimigo, ferir), de armamento (elmo, loriga, espada, estribo), de vestuário e adornos (vestido, xaile de cabeça), de direito (banho, penhor, aprender, afiançar, caucionar, abandonar a posse de, alódio, feudo), de habitação e de mobiliário (burgo, casal, torre com sino para tocar a rebate, cadeira de braços, banco), de alimentação (bolo, coscorão, assado), de divertimento (dança, harpa). O vocabulário corrente em relação ao mundo e natureza vem a ser enriquecido com os nomes dos pontos cardeais (norte, sul, este e oeste), assim como com inúmeros outros termos: floresta, bosque, jardim, relva, sebe, feixe cerealífero; nomes de animais (gavião, garça real, gerifalte, melharuco, esturjão, caranguejo, arenque); nomes de plantas (faia, azevinho, teixo, musgo, caniço); em relação às diversas partes do corpo: anca, espinha, mama, dente de criança. Existem mesmo alguns vocábulos reveladores de uma influência mais subtil, mais profunda, como nomes de cores (branco, azul, louro, castanho escuro, cinzento, amarelo pálido), e termos da vida moral: adjectivos, tais como fresco, alegre, folgazão, taciturno, bonito, feio; substantivos: vergonha, orgulho; e, finalmente, verbos: odiar, aterrorizar, ganhar, escolher, distinguir, aviltar, poupar, apressar, fornecer, etc.

Se se notar que todos estes termos são do domínio da linguagem corrente, que são numerosos e que o eram ainda muito mais na Idade Média, aperceber-nos-emos, assim, da importância do elemento germânico dentro do material verbal do romano. Muitos destes termos, expressivos e belos, tornaram-se orgânicos e durarão enquanto durar a língua francesa.

O direito germânico deixou profundas marcas, e marcas duráveis, em todo o Norte da Gália e até mesmo numa parte da Aquitânia, até ao planalto central. Não que os Francos tenham optado por alargar sistematicamente a outra região os seus usos e costumes nacionais. Não se preocupavam nada com isso, e, tal como os outros bárbaros, achavam perfeitamente justo e normal que os «romanos» fossem julgados segundo as leis romanas. O seu direito, contudo, veio a propagar-se, como que contra sua vontade, devido à prática da assembleia (*o mall*) onde os *prud'hommes* de todas as nacionalidades «diziam a lei». Em cada *pagus*, e até mesmo nas regiões onde não se tinham estabelecido em massa, onde o seu povoamento fora relativamente pouco denso, os Francos eram, mesmo assim, em número suficientemente considerável para que os processos mistos, entre eles e os Romanos ou os Borguinhões, fossem frequentes. O direito franco, cujo manejo até mesmo os Romanos conheciam, dada a sua prática quotidiana, beneficiou do prestígio da nação franca junto das populações. Todo o homem livre passou, pois, a aspirar a poder usar um nome franco, a vestir-se como um bárbaro, a seguir os seus usos e costumes. Do Reno ao Loire, e até mesmo para além dele, o direito germânico acabou por se implantar tão fortemente que, no século IX, no Orléanais, já não será possível encontrar ninguém que conheça o direito romano.

Além do mais, condensado no *Breviário de Alarico* e perfeitamente petrificado desde que, mais ou menos a partir de 463, as constituições imperiais de Roma, e, mais tarde, de Constantinopla, deixaram de contribuir para o vivificar, o direito romano na Gália desce ao nível de um simples costume, de uma mera tradição. Desde meados ou fins da era merovíngia, a influência germânica revela-se irresistível. A recolha das fórmulas de Marculf mostra-nos que a região parisiense já o pratica em meados do século VII. As recolhas de fórmulas de Angers, de Tours, ou até mesmo de Auvergne, não conseguem escapar inteiramente à sua acção.

Contudo, não pode afirmar-se que uma tal acção tenha sido benfazeja. O direito germânico, tal como nos surge na Lei Sállica e na Lei Ripuária, assim como nas suas derivadas, as leis dos Alamanos e dos Bávaros (século VIII), é um direito arcaico⁽⁶⁾.

No âmbito da família, o poder do pai permanece exorbitante. O seu *mundium* dá-lhe plenos poderes sobre a mulher e os filhos: vai mesmo ao ponto de lhe conferir o direito de os vender. E, como é natural, daí resulta igualmente que o pai pode casar as filhas conforme muito bem entender. O casamento nem sequer liberta o filho do poder paterno. A condição jurídica

da mulher germânica, comparada com a da mulher romana, é profundamente pior: nunca passa de uma menor, de uma eterna menor sob o *mundium* do pai, do marido, até mesmo do filho. Quanto ao menor, tanto ele como a sua fortuna estão praticamente dependentes da vontade do seu *mainbour*. E os costumes estão longe de contribuir para suavizar o rigor do direito.

As leis do casamento, características da moralidade de uma sociedade, quase que não existem. O divórcio por consentimento mútuo ou o repúdio, sem outros motivos para além do capricho, da mulher pelo marido são prática corrente. Os reis e os grandes praticam abertamente a poligamia. O mal é de tal modo inveterado que não há indícios, na época merovíngia, de que o episcopado o combata, como se sentisse desencorajado pela imensidão da corrupção pública.

O direito germânico é rico em formalismos, indício perfeitamente claro de uma civilização retardatária. Como é natural, o conceito dos contratos por consentimento mútuo, ao qual o direito romano já chegara, permanece-lhe totalmente estranho, sendo as convenções subordinadas a uma forma simbólica. As obrigações possuem um carácter do estritamente pessoal que as dividas activas, por exemplo, são inacessíveis a terceiros. E torna-se inútil dizer que a boa-fé ou o erro não entram em linha de conta na apreciação do valor do contrato.

O capítulo das sucessões não é menos imperfeito. Um privilégio de masculinidade exclui as mulheres dos bens imóveis. Quanto ao parentesco ascendente, nunca é chamado a participar da sucessão. A transmissão dos bens é tão rigorosamente regulamentada que não deixa qualquer campo de manobra à vontade do defunto, sendo o verdadeiro testamento totalmente desconhecido.

E é principalmente no seu método de procedimento⁽⁷⁾ que vem a manifestar-se todo o espírito tacanho, implacável, do direito germânico, tudo sacrificando ao formalismo. O mais pequeno engano verbal ou gestual acarreta a perda do processo. O método de procedimento permanece essencialmente privado: a intimação é feita pelo litigante, sendo também ele quem procede ao embargo.

O sistema das provas⁽⁸⁾, muito pouco satisfatório, até mesmo no direito romano, é do mais primitivo que pode haver. O juramento com cojuradores e o ordálio (provas pelo fogo ou pela água) sobrepõem-se à prova testemunhal, e, com muito maior razão, à prova por escrito. A prova incumbe ao defensor, não ao acusador. Uma das provas, inicialmente subsidiária, bem depressa vem a ganhar um incrível desenvolvimento em detrimento de todas as outras,

o combate judiciário, o «juízo de Deus», que resulta, ao fim e ao cabo, na própria negação da justiça.

A jurisprudência não pode corrigir as imperfeições legais. Quando os peritos, os *prud'hommes* (*boni homines, rachimburos*) «disseram o direito» «juiz», isto é, o conde, assim como a assistência, o «povo», cujo assentimento, expresso ou tácito, completa a sentença, nada mais pode fazer. Falta, finalmente, fazer aceitar a sentença pela parte derrotada, a qual pode recusar-se a tal⁽⁹⁾.

O contraste entre o formalismo rígido e selvagem do direito germânico e a legislação romana do Baixo Império, totalmente imbuída de um sopro libertador, mais preocupada com a equidade do que com a forma, deixa-nos uma lamentável impressão. É de espantar que os Francos e, na Itália, os Lombardos, em contacto quotidiano com os Romanos, tenham podido vir a propagar costumes tão retrógrados. O recuo do direito romano diante do direito germânico nas regiões em que os Romanos constituíam de longe a grande maioria da população, é um dos mais seguros testemunhos da barbárie destes tempos. É possível que o flagrante carácter do simbolismo germânico tenha sido uma das causas do sucesso desta legislação entre as populações romanas da Gália Setentrional, menos civilizadas do que na Narbonesa ou na Aquitânia.

O aspecto mais conhecido do direito penal germânico é a *composição*, que permite resgatar a dinheiro os golpes e os ferimentos, até mesmo o assassinio. Este processo bem depressa veio a impor-se aos Romanos, tendo sido favorecido pela Igreja, que via nele um meio de evitar a efusão de sangue, e pelo Estado, praticamente incapaz de assegurar a ordem pública. Em inúmeros casos, o critério de severidade ou de indulgência da lei relativamente à indemnização devida pelo culpado é perfeitamente desconcertante: serrar o braço de uma mulher abaixo do cotovelo acarreta uma multa de 35 soldos, ou seja, apenas 5 soldos a mais do que no caso das feridas que abriram a cabeça ou que esventraram a vítima. Isto sucede porque, no fundo, a composição não é nem uma multa, nem uma indemnização no sentido moderno, mas sim apenas um meio de evitar a vingança, a *faida*. Na composição entram como elementos de avaliação, não só o mal sofrido e o ressentimento, mas também a respectiva situação social do culpado e da vítima; ou, melhor dizendo, das suas «famílias». O dever de vingança incumbe, com efeito, aos parentes no sentido mais lato. O resgate é tanto mais pesado quanto mais poderosos forem os parentes da vítima.

E é também isso que permite explicar que a composição seja igualmente devida mesmo quando a intenção delituosa não teve quaisquer efeitos, ou

seja quando, conseqüentemente, os danos foram nulos: é que o ressentimento do homem atacado é sempre de temer. E se o assassino paga menos ao filho do homem assassinado do que ao pai da criança massacrada, isso é apenas porque o culpado tem muito mais a temer de um homem feito do que de uma simples criança!

A composição não corresponde, pois, a quaisquer preocupações de beneficência. Não visa, de modo algum, proteger os fracos. Preocupa-se o mínimo possível com os direitos sagrados do indivíduo, como hoje em dia se diz. Equivale, pura e simplesmente, ao pagamento de uma recompensa contra a desistência do exercício do direito de vingança⁽¹⁰⁾. Garantia em si mesma bastante precária, porque, a despeito dos esforços da realeza, os poderosos e os violentos não se privam de exercer a sua *vendetta*. A partir do século VI, Gregório de Tours apresenta-nos um quadro perfeitamente endêmico da prática da *vendetta*, e isto não só entre os Francos. Doravante nada poderá parar a ascensão da vingança. Dos Bárbaros passa para os Romanos e das classes altas para as classes populares, deixando, assim ao longo de séculos, um largo rasto de sangue na sua esteira⁽¹¹⁾. Em grande parte, o espírito do direito germânico é certamente responsável por esta violência perpétua, incoercível, demente, que caracterizou os hábitos e os costumes da Idade Média.

E é igualmente responsável pela insegurança dos bens, da propriedade. O conceito confuso da posse imobiliária descendente, que não distingue devidamente a propriedade, a possessão e a detenção, não dá mais do que algumas precárias garantias⁽¹²⁾. A ideia de doação também não é clara: sob um qualquer pretexto fútil, a concessão pode ser revogada⁽¹³⁾.

Assim, a introdução na Europa Ocidental de uma legislação arcaica, só convindo a uma sociedade pouco evoluída, tanto económica como politicamente, teve por resultado voltar a mergulhar os povos na barbárie. Deste ponto de vista, as invasões marcam um recuo na história da humanidade⁽¹⁴⁾.

A monarquia franca, o mais vigoroso e, ao mesmo tempo, mais original dos Estados nascidos da decomposição do mundo romano no Ocidente, vem, pois, a soçobrar igualmente na mais total falência. A era merovíngia acusa, em todos os domínios, uma acentuada decadência relativamente à época precedente. Trata-se efectivamente de um período histórico maldito.

Um tal período deve ter parecido perfeitamente intolerável aos corações puros e delicados que tiveram a infelicidade de viver naqueles tempos. Pois com que é que podiam alimentar a sua vida intelectual e moral? O patriotismo de antigamente extinguiu-se, a fidelidade monárquica enfraquecida,

desencorajada pela indignidade dos Merovíngios, e a fidelidade vassálica resumia-se ainda ao seu aspecto doméstico e quase servil. A filosofia e a ciência estavam como mortas. As letras, pouco acessíveis, dado serem em línguas que se tinham tornado quase incompreensíveis, não possuíam nem atracção nem vida, não havendo, para mais, nenhuma produção contemporânea original susceptível de as reanimar. Quanto à arte, que é quanto basta para transfigurar as épocas mais sombrias, o Ocidente mal conseguia vislumbrar a pálida luminosidade que dela lhe vinha do Oriente.

Uma só via permanecia aberta, a religião. Mas a Igreja secular estava contaminada pelas paixões e pelos vícios dos laicos; a vida espiritual do próprio episcopado era das mais medíocres. O irónico lugar onde os homens e as mulheres receosos dos contactos com um mundo perverso puderam encontrar um asilo foi o convento. O mosteiro realizou na terra a Cidade de Deus. Lá fora, era o tempo do reino da violência e do pecado, o «século».

Conclusão

Quando a unidade romana se desfez no Ocidente havia duas fórmulas políticas possíveis caso se quisesse evitar que o mundo soçobrasse na barbárie: a reconstituição do Império ou o estabelecimento de um *modus vivendi* entre os Romanos e os Bárbaros instalados no seu território.

Justiniano julgou-se à altura de reconstituir a unidade romana. Pôde recuperar a África e, ainda que a muito custo, a Itália, seguindo-se-lhe algumas parcelas da Espanha. A Gália, contudo, encontrava-se fora do seu alcance e sem esta não era viável qualquer reconstrução no Ocidente. A *reconquista* não correspondia, de modo algum, a um desejo expresso dos romanos do Ocidente. As populações não chamaram os romanos do Oriente, que, tanto pelo espírito como pela língua e pelos costumes, lhes eram já estranhos. A situação de Constantinopla era demasiado excêntrica para lhe permitir dominar o conjunto do Mediterrâneo. Feitas as contas, a obra de Justiniano revela-se arcaica, artificial, malfazeja, pois veio a ter por resultado deixar a Itália sem defesa contra os Germanos do Danúbio e acabar por entregar a África nas mãos dos semi-selvagens berberes.

Mas uma outra via fora já traçada pelos próprios acontecimentos. Desde os anos de 378 e 407 que se tornara evidente que Roma, não só já não podia continuar a repelir o mundo bárbaro das suas fronteiras, como também que já não tinha meios para conseguir assimilar, romanizar, as inúmeras hordas que se iam instalando no seu solo. Não obstante, até era possível chegar a um

acordo com os Germanos, particularmente com os Godos. Esses povos não pensavam, de modo algum, em destruir o mundo romano, mas sim apenas em porem-se ao seu serviço, ou então em viver às suas custas. De facto, a despeito de inúmeros sofrimentos de ordem individual, não houve qualquer alteração de ordem social, qualquer golpe mortal desferido na cultura antiga, resultante da instalação dos Ostrogodos na Ilíria, e, mais tarde, na Itália, dos Visigodos na Gália e em Espanha, dos Borguinhões no vale do Ródano, ou até mesmo dos Vândalos na África do Norte.

O mundo romano só conseguira até então subsistir à custa de uma impiedosa repressão, e esta repressão, quebrando toda a energia das populações, toda a sua capacidade de resistência, tornara o Império numa presa fácil para os Bárbaros, que, por si sós, não eram nem muito numerosos, nem muito perigosos. Quando os laços que uniam entre si as diversas populações teoricamente romanizadas, mas separadas na prática pela geografia, pela raça, pelos usos e costumes, pelas aspirações, se vieram a romper, não teria sido possível tirar partido do facto consumado? Ao porem fim a uma forma política caduca, o Império, será que os Bárbaros não teriam podido vir a libertar os povos, e assim, sem o saberem nem o quererem, lhes virem a ser indirectamente benfazejos?

A Itália, a Gália, a Grã-Bretanha, até mesmo a África do Norte, são individualidades geográficas. Cada uma destas regiões podia e devia ser a sede de uma civilização autónoma. A grande crise do século III, ao despedaçar em mil e um fragmentos o mundo romano, parecera por instantes passível de vir a favorecer a constituição de nacionalidades a base da cultura latina. Mas as populações tinham perdido todo o sentimento nacional ou até mesmo particularista. No seu conjunto, não passavam de simples fragmentos que aspiravam voltar a unir-se a fim de que pudesse ter lugar a reconstituição do imponente conjunto do Império. Dois séculos mais tarde, as populações já não passam de uma simples massa amorfa sem qualquer espontaneidade, radicalmente incapaz de dirigir os seus próprios destinos. Cristalizando aquilo que ainda pudesse subsistir de energias latentes entre os indígenas em torno de uma dinastia bárbara, teria sido possível voltar a dar a estes países, esmagados sob a uniformidade romana, uma figura pessoal e uma vida original.

Na verdade, foi isto o que se passou em Espanha, mesmo a despeito do obstáculo constituído pelo arianismo da raça dominante. Em fins do século VII, a fusão entre Godos e Hispano-Romanos era já bastante avançada, e, de todos os pontos de vista, a Espanha tendia para a unidade. E teria sido isto que certamente acabaria por suceder na África Menor e na Itália com os

Vândalos e os Ostrogodos, se não fosse a inconsiderada empresa de Justiniano, assim como na Gália, se não tivesse havido um acidente chamado Clóvis.

Infelizmente, estes Estados romano-germânicos bem depressa vieram a revelar-se como Estados de uma grande fragilidade. A cultura romana não foi favorável aos Bárbaros. Estes limitaram-se a macaqueá-la, sem nunca conseguirem vir a assimilá-la. O clima meridional contribuiu certamente para os debilitar. Eram pouco numerosos e os seus exércitos sempre permaneceram onde, tal como na África ou na Itália, persistiram em constituir um grupo a parte. Quanto aos Visigodos da Gália e da Espanha, que se misturaram com os indígenas, tendo-os inclusive alistado no exército, acabaram indubitavelmente por vir a ser esmagados pela enorme mole destes últimos. Finalmente, estes povos desenraizados não traziam qualquer nova instituição política para além da realeza. A sua coesão era unicamente devida ao ascendente de um chefe ilustre, ao prestígio de uma dinastia. Quando as velhas famílias, tidas como de ascendência divina, dos Amalos e dos Baltos vieram a desaparecer, isto entre os Godos, o trono passou a estar daí em diante à mercê de incessantes lutas pelo poder. O Estado vândalo de África, o Estado gótico de Toulouse, o Estado gótico de Toledo, sucumbiram numa só batalha. E se os Ostrogodos ofereceram uma prolongada e tenaz resistência, isso advirá em boa parte do facto de Justiniano só lhes ter podido opor forças bastante irrisórias.

Os Estados fundados pelos Francos e pelos Lombardos não tiveram – pelo menos de início – esse carácter misto, anfíbio, dos Estados góticos. Os Lombardos são conquistadores rudes e implacáveis, entre eles, e quase de seguida a aristocracia vem a abater a monarquia. Os reis não conseguem unir toda a Itália sob a sua autoridade, não só devido à oposição de Bizâncio e do papado, mas também porque o seu Estado só compreende praticamente o vale do Pó e uma parte da Toscana, já que os principados lombardos do Centro e do Sul são, na realidade, independentes. A nação lombarda nunca fora, numericamente falando, um grande povo, nem na Germânia, nem na Panónia. Integralmente transferida para a Itália, bem depressa deve ter vindo a ser absorvida pela população indígena. No século VIII, um lombardo é um homem que vive sob a autoridade de um príncipe de origem bárbara e conformemente ao direito germânico, mas que pela língua e pelo sangue já é, muito provavelmente, um italiano. E bastarão duas campanhas para pôr fim ao reinos de Pavia.

Já vimos qual o carácter específico do Estado franco. A sua constituição nasceu da ambição de um homem. A população galo-romana aceitou de

imediatamente o domínio, ou, mais exactamente, a preponderância dos Francos. O centro do poder bem depressa veio a ser transferido para território romano. Contudo, possui na sua retaguarda, e é precisamente isso que falta ao Estado lombardo, fortes reservas germânicas, no Escaut, no baixo Mosa, no Mosela, no Reno. Os Francos conservarão a sua individualidade no meio da população indígena. Virão mesmo a impor-se-lhe pelo seu prestígio. A partir de inícios do século VI, eles constituem a mais temível potência da Europa Ocidental, vindo a dominar a Gália, quase toda a Germânia, e, ainda que só momentaneamente, o Norte da Itália. Mas também entre eles a única instituição existente e a realeza. E esta veio a entrar em decadência em fins do século VI. No século VII, a aristocracia sobrepõe-se-lhe. Apenas a instituição do mordomo-mor do palácio, autêntico vice-rei, impede o Estado de entrar em total desagregação. Uma família hábil e ambiciosa da Austrásia consegue mesmo vir a reconstituir a unidade do *Regnum Francorum*, afastando os seus rivais da Nêustria e da Borgonha e passando, depois, a reinar sob o nome do Merovíngio degenerado. Mas, no princípio do século VII, parece que esta casa irá, por seu turno, desaparecer. E se não fosse o aparecimento de um novo Clóvis, Carlos Martel, o Estado franco acabaria por perecer sob os golpes dos germanos pagãos, por um lado, e dos muçulmanos da Espanha, por outro.

No século VIII, a derrocada é, portanto, geral. Os Estados mais germânicos, dos Francos e dos Lombardos parecem ser tão ruinosos como os Estados romano-germânicos dos Godos.

A entrada dos Bárbaros no mundo romano, seja qual a forma sob que tenha tido lugar, não conseguiu, pois, nem regenerar o mundo antigo, nem vir a substituir-lhe novas e melhores formas políticas.

A regeneração pelos Bárbaros é uma tese *a priori* sedutora. Mas, após termos tido ocasião de entrever, pelos textos de então, a medonha corrupção desses tempos, é impossível ver numa tal tese outra coisa para além de um simples tema retórico de declamação. As monarquias francas, visigóticas, ostrogótica, lombardas, são exemplos de Bizâncios germânicas, aliança da decrepitude com a barbárie. Semelhantes Estados, sem frescura, sem quaisquer virtudes purificadoras, não eram viáveis ou mais não podiam do que limitar-se a arrastar uma existência miserável. Nenhuma força vital contribuiu para os reanimar, uma vez passado o período guerreiro da sua constituição. Quanto a Igreja católica, veio a revelar-se impotente para melhorar, por pouco que fosse, as novas sociedades. Também neste caso a falência foi total.

À margem destes Estados, os Germanos vieram a fundar alguns outros estados totalmente bárbaros, em territórios que outrora foram romanos, entre

o curso superior do Danúbio e os Alpes, assim como na Grã-Bretanha. Não há tempo nem motivo para neles nos determos: os ducados da Alamânia e da Baviera sofreram a influência dos Francos, acabando por serem quase que um anexo do seu *Regnum*. Na grande ilha, Anglos, Jutas e Saxões procederam à mais impiedosa das conquistas, fazendo desaparecer, tanto quanto lhes foi possível, toda e qualquer lembrança da passagem de Romanos. A história dos seus pequenos reinos e das suas inúmeras fragmentações não tem nada que seja digno do nosso interesse. Tal como os Estados mistos romano-germânicos, também os Estados inteiramente germânicos não denotam, neste período histórico, quaisquer progressos apreciáveis na marcha da humanidade.

Contudo, novas forças tinham nascido ou estavam em vias de nascer, sendo a elas que o futuro estava reservado: o Islão, cujo prodigioso sucesso tem algo de milagroso; o papado, que iria tomar nas mãos a direcção da Igreja e tentar dominar a sociedade civil; e, finalmente, a vassalidade, gérmen orgânica do regime feudal, que virá a encarnar a *villa* da Europa Ocidental durante longos e longos séculos.

E é com estas forças que tem realmente início a Idade Média.

Notas

PRIMEIRA PARTE

A CRISE DO SÉCULO III E A RECONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO

I. A CRISE POLÍTICA DO SÉCULO III

(¹) Th. MOMMSEN e J. MARQUARDT, *Manuel des antiquités romaines*, 26, 42, III; C. JULLIAN, *Histoire de la Gaule*, t. IV, 224-231; O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, t. I, § 62; FUSTEL DE COULANGES, *La Gaule romaine*, 147; H. SCHILLER e M. VOIGT, *Die Römischen Staats-Kriegs and Privataltertümer*, 92-99; B. NIESE, *Grundriss der Römischen Geschichte, nebst Quellenkunde*, 284.

(²) Th. MOMMSEN e J. MARQUARDT, *op. cit.*, t. IV, 42; G. FERRERO, *Grandeur et décadence de Rome*, t. V., 135; GERCKE e NORDEN, *Einleitung in die Altertumswissenschaft*, t. III, 275; FUSTEL DE COULANGES, *op. cit.*, 155, 197; B. NIESE, *op. cit.*, 284; J.-B. MISPOULET, *Institutions politiques des Romains*, t. I, 213-5; E. KORNEMANN, *Die Römische Kaiserzeit*, t. III, 209, 404, 408; C. JULLIAN, *op. cit.*, t. IV, 224.

(³) J.-B. MISPOULET, *op. cit.*, t. I, 242, 370, 375; A. BOUCHÉ-LECLERCQ, *Manuel des institutions romaines*, 148.

(⁴) B. NIESE, *op. cit.*, 283.

(⁵) Ver *L'Evolution de l'Humanité*, L. HOMO, t. XVIII, e V. CHAPOT, t. XXII.

(⁶) Th. MOMMSEN e J. MARQUARDT, *op. cit.*, t. III, 274; t. V, 158, 190, 236, 397; A. BOUCHÉ-LECLERCQ, *op. cit.*, 152; O. HIRSCHFELD, *Die Kaiserliche Verwaltungsbeamten*.

(7) Esboço em B. NIESE, *op. cit.*, 349.

(8) Ver L. HOMO, t. XVIII; Ch. GUIGNEBERT, *Tertullien, étude sur ses sentiments a l'égard de l'Empire et de la société civile*, 3.

(9) L. HAHN, *Das Kaisertum*, 37.

(10) Th. MOMMSEN e J. MARQUARDT, *op. cit.*, t. V, 252; J.-B. MISPOULET, *op. cit.*, t. I, 236, 244, 369; SAGILIO, *Dictionnaire des antiquités grecques et latines*, t. I, I, 649; G. FERRERO, *op. cit.*, t. V., 135-144.

(11) Interpretação favorável de V. DURUM, *Histoire des Romains*, t. VI, 128, 244-246.

(12) V. DURUY, *op. cit.*, 419; C. HUART, *La Perse antique*, 150.

(13) L. HOMO, *Essai sur le règne de L'empereur Aurélien*, 48, 49, 200.

(14) Cláudio II (o Godo) bate os Godos em Naïssus (Nisch), em 269; Aureliano triunfa sobre Tetricus e Zenóbio.

II. A RESTAURAÇÃO DO MUNDO ROMANO

(1) O homem não é do nosso inteiro conhecimento. A sua biografia, que teria sido escrita por um secretário, não chegou até nós. Os capítulos em que Amiano Marcelino (por volta de 400) e Zósimo (por volta de 500), nas suas histórias romanas, tratavam do seu reinado, desapareceram. O pouco que dele conhecemos deve-se a Lactâncio, um retórico cristão que o execrava. Até o seu aspecto físico nos escapa. Nenhum dos bustos existentes é autêntico e as moedas não nos oferecem mais do que um tipo perfeitamente convencional (ver J. J. BERNOUILLI, *Römische Ikonographie*, t. III, 1894, pp. 193-195). Mas temos a ajuda da numismática e de abundantes fontes legislativas.

(2) O «sistema» de Diocleciano, já entrevisto em 1778 por GIBBON, *The History of the decline and fall of the roman Empire*, (t. II, p. 385), foi exposto por J. BURCKHARDT, *Die Zeit Constantin's des Grossen*, 1854 (2.^a ed., 1880) com um rigor mecânico que lhe dá a falsa aparência de uma construção de teórico. A. W. HUNZIGER (*Die Diokletianische Staatsreform*) teve razão em protestar; mas comete o estranho engano de pensar que a crítica consiste em aceitar a narrativa de Lactâncio, um inimigo odioso e estúpido. «As reformas constitucionais de Diocleciano não derivam de especulações apriorísticas; ele não surge como sendo um teórico político da família dos Setes», diz precisamente G. GOYAU na sua memória sobre a tetrarquia, «La Tétrarchie», in *Études d'histoire juridique offertes a P.-F. Girard*.

(3) BABELON, Ver R. GROSSE, *Rangordnung der römischen Armeeder 4-6 Jahrhunderten*. Idem, *Remische Militärgeschichte von Gallienus bis zum Beginn der byzantinischen Themenverfassung*.

(4) V. DURUY, *op. cit.*, t. VI, 370.

(5) Cf. *Révue historique du droit*, 1925, p. 38.

(6) E. BABELON, *Traité des monnaies grecques et romaine*, t. I, 531; J. MAURICE, *Numismatique Constantienne*, t. I.

(7) 288 000 gramas, segundo DATTARI (*Revue belge de numismatique*, 1914); cf. a réplica de MAURICE, na *Revue numismatique*, 1920.

(8) Ed. CUQ, *Le Consilium principis d'Auguste a Dioclétien*, 1884, p. 499.

(9) Os governadores de província. Os Romanos, observa justamente Ed. CUQ (*Instit. judiciaires*, 964), nunca separaram com clareza a justiça da administração. A. DE BROGLIE (*L'Église et l'empire romain au IV^e siècle*, t. II, 195) já tinha feito notar que o princípio da divisão dos poderes lhes era estranho. Ver também J. DECLAREUIL, *Quelques problèmes d'histoire des institutions municipales au temps de l'empire romain*.

(10) A. L. FROTHINGHAM, *Roman cities in northern Italy and Dalmatia*.

(11) Encontrar-se-á uma exposição das teorias de Allard, de Leblanc, de Boissier, de Guérin, de L. Duchesne, de Mommsen, de K. J. Neumann, A. Kneller, J.-E. Weiss, Hardy, Ramsay, Harnack, Callewaert, em A. LIENHART, *Die Bekämpfung des Christentums durch den römischen Staat bis zum Tode des Kaisers Julian*. O belo livro de BOUCHÉ-LECLERCQ, *L'intolérance*, imbuído de um pensamento profundamente pessoal e de uma linguagem extremamente interessante, não ultrapassa, na verdade, o século III; o final é sacrificado. Podemos complementar uma tal visão com as obras de ALLARD, *Le Christianisme et L'Empire romain de Néron, Les dernières persécutions du III^e siècle, La Persecution de Dioclétien*, e *Julien l'Apostat*, e de P. BATIFFOL, *La Paix Constantienne et le Catholicisme*, escritas num espírito totalmente diferente. Ver também LINSERMAYER, *op. cit.*

(12) P. ALLARD, *La Persécution de Dioclétien*; Dom H. LECLERCQ, *Les Martyrs*, t. III.

(13) Em 365, os cargos da corte são desdobrados: passam a haver tantos no Oriente como no Ocidente e o papel do Senado de Constantinopla vem a ser igualado ao de Roma.

III. O IMPÉRIO ROMANO E A IGREJA NO SÉCULO IV

(1) A. DE BROGLIE, *L'Église et l'empire romain*; P. BATIFFOL, *La Paix Constantinienne et le catholicisme*; P. BATIFFOL, *Le Siècle apostolique*; L. DUCHESNE, *Histoire ancienne de l'Église* t. II e III; A. MANARES, *L'Império romano e il Cristianesimo*; F. MARTROYE, *L'Édit de Milan*, in *Bulletin d'ancienne littérature et d'archéologie chrétienne*.

(2) V. DURUY, *Histoire des Romains*, t. VII, p. 61.

(3) Em França, Duruy, Bouché-Leclercq, Albert Ravine; na Alemanha, Niebur, Burckhardt, H. Schiller, O. Seeck, Ed. Schwartz, etc.

(4) Resumem-se aqui os pontos de vista de J. BURCKARDT, *Die Zeit Constantin's des Grossen*; V. DURUY, *op. cit.*, t. VI e VII; A. RÉVILLE, *Histoire du dogme de la divinité de Jesus-Christ*; Ed. SCHWARTZ, *Kaiser Constantin und die christliche Kirche*.

(5) BOISSIER, *La fin du paganisme, étude sur les dernières rites religieuses en Occident au IV^e siècle*, t. I, 30.

(6) As representações figuradas de Constantino são convencionais e nada nos revelam de si mesmo. Ver J. J. BERNOUILLI, *op. cit.*, t. III, 218; F. WITTE, *Die Kolossalstatue Konstantins des Grossen, in Konstantin der Grosse*, pp. 259-268.

(7) Aparição da cruz no céu, ao pôr-do-sol, com as palavras ἐν τούτῳ νίκα (com isto vencerás). Aparição de Cristo ao imperador na noite seguinte.

(8) A numismática, a própria história de Constantino, vieram a ser renovadas pelos trabalhos de M. JULES MAURICE. Ver *Numismatique Constantinienne* e *Les Origins de Constantinople*, em *Mémoires publiés à l'occasion du Centenaire de la Société des Antiquaires de France*. Cf. O. VOETTER, *Erste christliche Zeichen auf römischen Münzen*; em *Numismatische Zeitschrift*, 1892, p. 68, e pl. II, fig. 74, 75.

(9) A administração, que permanece pagã, finge acreditar que se trata de honrar o Sol (*dies solis*).

(10) Este privilégio não passaria de uma piedosa fraude, segundo Duruy (t. VII, p. 80). A lei é autêntica. Ver CHENON, *Conséquences juridiques de L'Édit de Milan*, 1904, p. 264.

(11) E não 323. Ver JOUGET, *En quelle année finit la guerre entre Constantin et Licinius* (Notícia das sessões da Academia das inscrições), 1906, p. 231.

(12) Juliano fará desaparecer estas éfigies; é, pois, um facto que possui um sentido cristão.

(13) Ninguém ousará afirmar que tais leis tenham podido ser aplicadas. Pouco importa: a intenção que as ditou conserva todo o seu significado.

(14) Ver Franz Jos. DOELGER, *Konstantin der Grosse und seine Zeit*, em «Festgabe zur Konstantin Jubiläum», 1913, p. 387-477.

(15) Contentar-nos-emos em remeter para J. MAURICE, *Les origines de Constantinople*. L. BRÉHIER (*Constantin et la fondation de Constantinople*) retoma talentosamente a tese consagrada que atribui a Constantino profundos desígnios políticos independentes de qualquer pensamento religioso.

(16) Sobre o plano, ver V. SCHULTZE, *Altchristliche Städte and Landschaften*, t. I; Cf. OBERHAMMER, em *Geograph. Jahrbüch.*, t. XXXIV.

(17) Ch. LÉCRIVAIN, *Le Sénat romain depuis Dioclétien, a Rome et a Constantinople*; J. MAURICE, *Les origines de Constantinople*, *loc. cit.*, t. I, 186.

(18) A vaidade da sua obra foi já entrevista por BROGLIE, *L'Église et l'empire romain au IV^e siècle*, t. 276.

(19) E. RENAN, *Marc Aurèle et la fin du monde antique*, 286, 384, 615.

(20) Idem, *ibid.*, 499.

(21) BOISSIER, *La fin du paganisme, étude sur les dernières luttes religieuses en Occident au IV^e siècle*, t. I, 94-99, 271, 301, 302, 341; L. DUCHESNE, *Histoire ancienne de l'Église*, t. II, 620; E.-A. BABUT, *Recherches sur la garde impériale et sur le corps d'officiers de l'armée romaine aux IV^e et V^e siècles*, 116, 252; Ch. LÉCRIVAIN, *op. cit.*, 246.

(22) Sem falar do «Donatismo» em África. Ver F. MARTROYE, *La Repression du donatisme et la politique religieuse de Constantin*; P. MONCEAUX, *Histoire littéraire de l'Afrique chrétienne depuis les origines jusqu'à l'invasion arabe*, t. III.

(23) DUCHESNE, *op. cit.*, t. II, 128; A. VON HARNACK, *Précis de l'histoire des dogmes*, 177; A. REVILLE, *op. cit.*, 74; J. TIXERONT, *Histoire des dogmes*, t. II, 22, 30.

(24) Assim, L. COULANGES, *Le Christ Dieu* «Revue de l'Histoire des Religions», Maio-Junho 1914, 235; V. DURUY, *op. cit.*, t. VII, 103, 109, 114; H.-M. GWATKIN, *Studies of Arianism*; A. von HARNACK, *op. cit.*, 183; A. RÉVILLE, *op. cit.*, 77, 88-92, etc.

(25) Texto grego em J. TIXERONT, *op. cit.*, t. II, 34; L. DUCHESNE, *Autonomies ecclésiastiques, Églises séparées*, t. II 149.

(26) L. DUCHESNE, *op. cit.*, t. II, 154; G. BOISSIER, *op. cit.*, t. I, 72-75; O. SEECK, *Geschichte des Untergangs der antiken Welt*, t. III, 410, 553.

(27) «A fórmula de Niceia não tinha a seu favor qualquer tradição no Oriente, pois o próprio Alexandre de Alexandria falara de três *hipóstases* no sentido de *ousias*» (Harnack, 295); L. COULANGE *op. cit.*, 249.

(28) P. BATIFFOL nega a queda de Libério em *La Paix Constantinienne et le catholicisme*. Pessoalmente não nos convenceu.

(29) P. BATIFFOL, *Le Siège apostolique (359-451)*, 113-146.

(30) G. BOISSIER, *op. cit.*, BOUCHÉ-LECLERCQ, *L'intolérance*; V. SCHULTZE, *Geschichte des Untergangs des griechisch-Römischen Heidentums* e do mesmo autor: *Konstantin*, em *Realenzyklopaedie für protestant. Theologie and Kirche*; 3.^a ed., t. X, p. 769; P. WENDLAND, *Die hellenistisch-römische Kultur in ihren Beziehungen zu Judentum und Christentum*; E. KREBS, *Die Religionen im Römerzeit zu Beginn des IV. Jahrhunderts*, em *Konstantin... Festgabe*, pp. 1-39.

(31) F. CUMONT, *Les Religions orientale dans le paganisme romain*; J. RÉVILLE, *La religion à Rome sous les Sévères*; J. TOUTAIN, *Les Cultes païens dans l'Empire romain*. Sobre os mistérios propriamente ditos: P. FOUCART, *Des associations religieuses chez les Grecs* (1873) e *Mystères d'Eleusis* (1914); REITZENSTEIN, *Die hellenistischen Mysterien, ihre Grundlage and Wirkung* (1910).

(32) A relativa facilidade com que os imperadores impuseram o cristianismo não deve iludir-nos a este respeito. Existem outros exemplos de um poder tirânico em que os pontos de vista do senhor são impostos aos seus súbditos.

(33) HARNACK, *Précis de l'histoire des dogmes*, 135, 138, 141.

(34) RENAN, *op. cit.*, 615, 618; cf. Ch. GUIGNEBERT, *Le Christianisme antique*; A. RÉVILLE, *Histoire du dogme de la divinité de Jesus-Christ*, 73; Ed. SCHWARTZ, *op. cit.*, 82.

(35) Contestado por P. de LABRIOLLE, em *Rev. Philolog.*, 1929, pp. 80-90.

(36) R. SALEILLES, *L'Organisation juridique des premières communautés chrétiennes*, em «Mélanges P.-Fréd. Girard», t. II, 469-509.

(37) Mas estes privilégios pouco duraram e vieram a ser retomados, na sua maioria, pelos sucessores do grande imperador. O *privilegium fori* em materia criminal só parece ter sido concedido entre 412 e 452. Ver também G. BAVIERA, *Concetto e limiti dell'influenza del cristianesimo sul diritto romano*, em «Mélanges offerts à P.-Fréd. Girard», t. I, p. 67; G. LARDÉ, *Le Tribunal du clerc dans l'Empire romain et la Gaule franque*; TROPLONG, *De l'influence du christianisme sur le droit civil des Romains*.

(38) ESMEIN considera que a Igreja não veio propriamente a fundir-se no Estado mas sim antes a ser absorvida por ele. (*Droit Constitutionnel*, 6.^a ed., p. 1179). Jean CRUET considera-a como um «Estado desvirtuado» (*La vie du droit*, p. 220).

(39) E. KORNEMANN, *Die römische Kaiserzeit*, em «Gercke et Norden, Einleitung», t. III, 228; Ed. SCHWARTZ, *op. cit.*

(40) A. von HARNACK, *Militia Christi*, 87; E. VACANDARD, *Études de critique et de l'histoire religieuse*, 2.^a série, 158.

(41) As teorias de Gelzer, Usenet, Saintyves, etc., foram objecto de uma crítica penetrante por parte de P. DELAHAYE, *Les légendes hagiographiques*, e E. LUCIUS, *Les Origins du culte des saints dans l'Église chrétienne*.

(42) Th. TREDE, *Das Heidentum in der römischen Kirche*.

(43) «É necessário, para poder ser viável, que toda a Igreja aceite pactuar com o diabo», nota Elie HALÉVY (*Histoire du peuple anglais au XIXe siècle*, t. I, 268).

(44) E.-A. BABUT, *Priscillien et le Priscillianisme*, (Bibliothèque de l'École des Hautes Études, 269 fascicule), DOM BESSE. *Les moines d'Orient antérieurs au concile de Chalcedoine* (451); do mesmo autor: *Les moines de l'ancienne France, période gallo-romaine et mérovingienne*; A. von HARNACK, *Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*; Idem, *Militia Christi*, Idem, *Das Mönchstum, seine Ideale and seine Geschichte der alten Geschichte and Quellenkunde*, t. II, 547; O. ZOECKLER, *Askese and Mönchstum*.

(45) E. RENAN, *op. cit.*, 167, 208, 241, 627. HARNACK (*Essence du christianisme*, pp. 102-112), ergue-se contra o conceito de que o Evangelho seja ascético e monacal.

(46) E. RENAN, *op. cit.*, 634.

(47) H. GELZER, *Das Verhältniss von Staat and Kirche in Byzanz*, em «Ausgewählte kleine Schriften», pp. 57-171; HAHN, *Das Kaisertum*, (*Das Erbe der Alten*, fasc. VI) C. 5, 6; STREHL e SOLTAU, *op. cit.*, 545; HARNACK, *Essence du Christianisme*, 270.

(48) E. RENAN, *op. cit.*, 624.

(49) A. von HARNACK, *Mission and Ausbreitung...*, 300, e. do mesmo autor, *Essence*, 294, 300.

(50) RENAN, *L'Islamisme et la Science*, conferência dada na Sorbonne a 29 de Março de 1883; GOLDZIEHER, *Le Dogme et la loi de l'Islam*; cf. dois notáveis artigos anónimos na *Revue de Paris*, de 15 de Janeiro e 1 de Setembro de 1916.

IV. REGRESSÃO ECONÓMICA DO MUNDO ROMANO

(1) G. SALVIOLI, *Le capitalisme dans le monde antique*; G. GLOTZ, *Le Travail dans la Grèce antique*; Ed. MEYER, *Die Wirtschaftliche Entwicklung des Altertums* (Extr. des *Jahrbücher für Nationalökonomie*), Léna, 1895.

(2) Cf. capítulo II, 1.

(3) E. BABELON, *Traité des monnaies grecques et romaines*; J. MAURICE, *Numismatique Constantinienne*.

(4) H. BLUEMNER, *Der Maximaltarif des Diocletian erläutert*, Berlim, 1893; H.-W. WADDINGTON, *Édit de Dioclétien établissant le maximum dans l'Empire romain*, Paris, 1864.

(5) E. KORNEMANN, *op. cit.*, t. III, 226.

(6) A. DE BROGLIE, *op. cit.*, t. II, 240; G. BLOCH, *L'Empire roman.*, 292, 294; MOMMSEN e MARQUARDT, *Manuel des antiquités romaines*, t. X (*Organisation de l'Empire*), 279, 291; G. HUMBERT, *Essai sur les finances et la comptabilité publique chez les Romains*, t. I, 375; WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles des Romains*, II, 92; H. SCHILLER, *op. cit.*, t. II, 71.

(7) G. SALVIOLI, *op. cit.*, 213, 253; O. SEECK em *Realencyclopädie der classischen Altertumwissenschaft*, t. IV, 508.

(8) WALTZING, *op. cit.*, t. III, 227.

(9) BOUCHÉ-LECLERCQ, *Manuel des Institutions romaines*, 223, 286; MISPOULET, *Institutions politiques des Romains*; J. NAUDET, *Des changements opérés dans toutes les parties de l'administration de l'Empire romain sous les règnes de Dioclétien, de Constantin et de leurs sucesseurs jusqu'à Julien*, 112; principalmente DOMASZEWSKI, *Der Truppensold der Kaiserzeit*, em «*Neue Heidelberger Jahrbücher*», t. X, pp. 218-241.

(10) E.-A. BABUT, *op. cit.*, 233.

(11) J. NAUDET, *op. cit.*, t. II, 18; 317.

(12) Ed. de 1734, cap. XVIII. Cf. DUREAU DE LA MALLE, *Économie politique des Romains*, t. II, 439; MARQUARDT, *Manuel des Antiquités romaines de l'Empire*, 291, nota 7.

(13) (Escrito em 1914).

(14) P. GUIRAUD, *Études économiques sur l'Antiquité*; Idem, *La propriété foncière en Grèce*; Ed. MEYER, *op. cit.*; G. GLOTZ, *op. cit.*

(15) Resumido de SALVIOLI, *Le Capitalisme dans le monde antique*, pp. 13-14, cujos pontos de vista pessoais são totalmente opostos à existência de um verdadeiro capitalismo durante a Antiguidade.

(16) BLUEMNER, *Die Gewerbliche Thätigkeit der Völker des klassischen Altertums*; Idem, *Die Römischen Privataltertümer*; GUMMERUS, *Römischen Industrie*, em *Klio*, t. XV, 1918, pp. 256-302.

(17) Listas de profissões relacionadas com a indústria do vestuário em MARQUARDT, *op. cit.*; *Vie privé*, tr. fr., t. II, p. 227. Podem ler-se também as restituições do édito do máximo de Diocleciano, por MOMMSEN. Sobre a técnica, ver GROTHE, *Die Geschichte d. Wolle und Wollen-manufacture im Altertum*, em *Deutsche Vierteljahrschrift*, 1866, pp. 259-304; J. YATES, *Textorium antiquorum*, I, Londres, 1843, e a obra de Hugo BLUEMNER, *Tecnologie und Terminologie der Gewerbe und Künste bei Griechen und Römern*.

(18) FRIEDLÄNDER, trad. fr., t. III, supl., p. 66. Cf. a Rússia ainda em meados do século XIX: *Autour d'une vie*, do príncipe KROPOTKINE, 1902, p. 35. No início do Inverno, 25 trenós de camponeses, de servos, trazem de muito longe, dos grandes domínios, as provisões para o Inverno (aveia, trigo, centeio, criação congelada); a lista daquilo que cada aldeia deve fornecer elaborada pelo próprio senhor, ocupa

várias páginas. Todas as grandes famílias da alta aristocracia se orgulham de terem cocheiros, criados, cozinheiros, pasteleiros, alfaiates, bordadores, sapateiros, barbeiros, ourives, músicos (p. 26): em cada família, contam-se 150 servidores domésticos.

(19) BÜCHRN SCHUTZ, *Die Hauptstätten des Gewerbefleißes im klassischen Altertum*, 1869 («Schriften der Fürstlich – Jablonowskischen Gesellschaft zu Leipzig», n.º 14), 192, 335.

(20) O trabalho livre não foi, pois, demasiado afectado pelo trabalho servil, se bem que GUIRAUD (*Études économiques sur l'antiquité*, pp. 69, 70), sustente o contrário. Também é certo que a plebe nunca pediu a expulsão dos escravos. «O operário livre queixava-se, não da falta de trabalho, mas sim de ser obrigado a trabalhar, de não ser tão rico quanto as classes dirigentes, de não ser proprietário fundiário». – «O problema social da antiguidade não foi a luta entre o trabalho livre e o trabalho servil, mas sim a luta entre os proprietários da terra e aqueles que a não possuíram.» SALVIOLI, *op. cit.*, pp. 146, 296; Cf. SCHMOLLER, *Md. fr.*, t. V, p. 107. Ver também E. CICOTTI, *Le déclin de l'esclavage antique*, trad. G. Platon.

(21) *Lettres persanes*, 112.

(22) DUREAU DE LA MALLE, *Économie politique des Romains*, 1840.

(23) MOREAU DE JONNÈS, *Statistique des peuples de l'Antiquité*, 1851.

(24) WIETERSHEIM, *Geschichte der Völkerwanderung*, I, pp. 269-268.

(25) J. BELOCH, *Die Bevölkerung der griechisch-römischen Welt*, 1886. Ver também E. CAVAGNAC, *Population et capitalisme dans le monde méditerranéen antique*.

(26) H. DELBRUECK, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*, t. I. Ver também Ed. MEYER, *Bevölkerungswesen*, em «Handwörterbuch d. Staatswissenschaft».

(27) GUIRARD, *Études économiques sur l'antiquité*, p. 256. Cf. Ed. MEYER, *Kleinere Schriften*, pp. 164-268.

(28) A Inglaterra da Idade Média é ainda um país muito pouco povoado.

(29) J. BELOCH (*Die Bevölkerung Italiens im Altertum*, «Klio», t. III, 471-490) pretende que a Itália peninsular não teve mais do que 7 a 8 milhões de habitantes no tempo de Augusto, ou seja, metade do número adiantado por H. NISSEN, *Italische Landeskunde*.

(30) PÍNDARO: πολύμαλός Σιελία.

(31) DUREAU DE LA MALLE, *Économie politique des Romains*, I, 340-408.

(32) Ed. CUQ, *Une statistique des locaux affectés à l'habitation dans la Rome impériale* (Mémoires de l'Académie des inscriptions, t. XL, 1916).

(33) L. FRIEDLÄNDER, *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von August bis Ausgang der Antonine*, 5.ª ed., t. I, p. 15; para uma tese oposta, ver CALZA, *La statistica della abitazione ed il calcolo della popolazione in Roma imperiale*, em «Rendiconti della reale Accademia dei Lincei», vol. XXVI, série V, fasc. 2, 1920; MARQUARDT, *op. cit.*, trad. fr., t. XV, p. 13.

(34) Ver em último lugar R. GAGNAT, *L'Année d'Afrique*, «Mémoires de l'Académie des Inscriptions», t. XL.

(35) A. DE BROGLIE, *op. cit.*, t. II, p. 234.

(36) V. DURUY, *op. cit.*, t. VI, p. 71; SALVIOLI, *op. cit.*, p. 159; LANDRY, *Manuel*, p. 29.

(37) O Egito aprovisionava a sua plebe tal como a África e a Sicília aprovisionavam a de Roma.

(38) A cidade de Constantino era menos vasta do que Roma. Mesmo depois da extensão que lhe foi conferida sob Teodósio II, a sua superfície não chegou a atingir dois terços da da velha capital. Está fora de questão atribuir-lhe um milhão de habitantes como o faz Victor SCHULTZE, *Altchristliche Städte and Landschaften*, t. I: *Konstantinopel*, 1923, p. 185. A quarta parte deste número continua, sem dúvida, a ser exagerada. É provável que no tempo de Constantino não tivesse nem metade desta população. S. JOÃO CRISÓSTOMO (*Act.*, XI, 3) atribuiu-lhe 200 000 cristãos.

(39) BELLOCH, p. 259; JOUGUET, p. 7; SALVIOLI, p. 274. Também neste caso convém descontar uma boa dose de exagero nas avaliações antigas e modernas. A antiga Alexandria não teve certamente uma população superior, nem mesmo igual, a da moderna Alexandria (330 000 habitantes, em 1920).

(40) Μέγιστον ἔμπορεϊον τῆς οἰκουμένης (Estrabão, XVII).

(41) Cf. mais atrás, capítulo IV. 2.

(42) As avaliações que podemos encontrar inclusive em MARQUARDT (trad. fr., t. X, p. t) são de um exagero perfeitamente inconcebível. Cf. POEHLMANN, *Die Uebervölkerung der antiken Gross-städte*.

(43) Ver Adrien BLANCHET, *Les Enceintes romaines de la Gaule* (1907), p. 284; no que concerne à Itália ver NISSEN, *Italische Landeskunde* (2883-2902).

(44) P. GRENIER, *La cité de Limoges* (2907), pp. 12 e 16.

(45) MARQUARDT, t. XV, p. 35; Ed. MEYER, *Kleinere Schriften*, p. 253.

(46) Uma passagem de Santo Agostinho (*Sermões*, 37, 6), várias vezes citada, não implica de modo algum a existência da verdadeira roupa branca.

(47) MARQUARDT, *op. cit.*, t. XV, pp. 105-153; SALVIOLI, *op. cit.*, p. 228; H. GROTHE, *op. cit.*

(48) Cf. mais atrás, capítulo IV. 2.

(49) Uma justa observação de FRIEDLAENDER, *op. cit.*, (t. II, p. I) a este respeito.

(50) SALVIOLI, *op. cit.*, pp. 157-160.

(51) E. KUHN, *Ueber die Entstehung der Städte der Alien*.

(52) Cf. DE BROGLIE, II, 234-235. «Enquanto as nossas grandes capitais modernas, se é certo que vão buscar os géneros alimentícios indispensáveis às províncias que as rodeiam, pagam-lhos em produtos industriais de boa qualidade, Roma, que mandava vir tudo das províncias, nunca as reembolsava senão com o dinheiro dos impostos. Seguindo-lhe o exemplo, os cidadãos de cada cidade pretendiam viver a expensas dos campos circundantes». Cf. SALVIOLI (opostamente a Ed. MEYER, p. 273).

(53) «Os Romanos conservaram até ao fim a sua antipatia pelo trabalho industrial» (WALTZING, II, 262-263 a 483). Cf. LAVISSE e RAMBAUD, I, 153; DURLY, 543.

(54) Algumas restrições: ver MARQUARDT, XV, 320-32 I, 323-324; SALVIOLI, pp. 158-159, 163.

(55) A. W. PERSON, *Staat and Manufaktur im römischen Reiche*.

(56) P. MANTOUX, *La Révolution industrielle* (opostamente a Germain-Martin), pp. 6-7.

(57) Idem, *ibid.*, pp. 74-75.

(58) A reunião, sob uma mesma designação, da bacia do Mediterrâneo meridional e oriental, no tempo do califado de Bagdad, determinara do mesmo modo o renascimento do comércio que, iniciado no século IX no Oriente, virá a alcançar a Itália e, em seguida, a França, a Alemanha e os Países-Baixos, por volta dos séculos XI e XII.

(59) M. P. CHARLESWORTH, *Trade routes and commerce of the Roman empire*; H. NISSEN, *Der Verkehr zwischen China and dem Römischen Reide*, em *Bonner Jahrbücher*, t. XCV, 1894, pp. 1-28; H. G. RAWLINSON, *Intercourse between India and the Western World, from the earliest times to the fall of Rome*.

(60) SCHMOLLER, t. V, p. 228 sqq.

(61) Um grande número de historiadores e economistas (Ed. MEYER, *op. cit.*, t. I, 158; H. BLUEMMER, *Die Römischen Privataltertümer*, 1922, p. 620; MARQUARDT, t. II; NISSEN, em *op.* A. GRUFF, *Kulturgeschichte der Römischen Kaiserzeit*, t. 221, 230; STRHEHL e SOLTAU, *Grundriss der alien Geschichte and Quellenkund*, 497; DELBRUCK, *op. cit.*, t. II, 211; SALVIOLI, *op. cit.*, 228, 230, etc.) viram neste facto uma explicação para a rarefação do numerário que se faz sentir a partir do século II e pretenderam encontrar por esse lado uma explicação da crise económica do século III. Trata-se contudo, de um notável exagero. O comércio com o Extremo-Oriente era demasiado insignificante para poder provocar efeitos de tamanha amplitude.

(62) MONTESQUIEU (*Esprit des lois*, XXI, 14). Cf. NAUDET, *op. cit.*, t. I, 247: «Os Romanos gabavam-se de desprezar o comércio; o pequeno negócio era posto ao nível das profissões infames». L. GOLDSCHMIDT, *Handelsgesthichte*, (3.^a ed. p. 59) nota também que entre os Romanos a indústria e o comércio não são considerados como ocupações «respeitáveis».

(63) Ver J. HATZFELD, *Les trafiquants italiens dans l'Orient hellénique*.

(64) Idem, *ibid.*; Vasile PARVAN, *Die Nationalität der Kaulleute im römischen Kaiserzeit* (dissert. de Breslau, 1909).

(65) SALVIOLI, *op. cit.*, 237, 247 (opostamente a GOLDSCHMIDT).

(66) ROBERTUS e BUCHER erraram ao negá-lo. «A economia fiduciária surge quando uma grande parte das trocas é feita a crédito e o papel do crédito serve de substituto a moeda» (SALVIOLI, 5 e 264).

(67) Karl MARX, *Das Kapital*, t. III, 107.

(68) Ed. MEYER, *op. cit.*, 154-155; cf. MOMMSEN e FERRERO.

(69) H. GUMMERUS, *Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus, nach den Werken des Cato, Varro and Columelle*; HEITLAND, *Agricola, a study of agriculture and rural life in the Graecoroman world*; Max WEBER, *Agrargeschichte des Altertums*; WESTERMANN, *The Economic basis of the decline of ancient culture*, em «American Historical Review», t. XX, 1914/15 (pp. 723-743).

(70) CÍCERO, *De officiis*, II, 42; SALVIOLI, *op. cit.*, 231; MARQUARDT, *op. cit.*, t. XV.

(71) Ed. MEYER, *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*, 1895. (Extr. de «Jahrbücher für National oekonomie»), p. 153; SALVIOLI, 182-208.

(72) Os estudos de Thünen demonstraram que, para além de um certo limite, as despesas de transporte absorvem, quando não ultrapassam mesmo, os benefícios. Ver Ch. ANDLER, *Origin du socialisme d'État en Allemagne*, p. 251.

(73) CAGNAT, *op. cit.*

(74) Acrescente-se que inúmeras espécies de frutos e de legumes estavam ainda pouco difundidas ou eram mesmo desconhecidas. Ver MARQUARDT, *op. cit.*, t. XV, p. 49.

(75) Os seus malefícios têm sido desmesuradamente exagerados. É falso, nomeadamente, que tenham feito desaparecer a pequena e a média propriedade: estas mantiveram-se em toda a parte onde as condições naturais o permitiram. Ver SALVIOLI, *op. cit.*, pp. 98-123, 166, 217.

(76) Existiu uma classe de *conductores* intermediários entre o proprietário e os rendeiros das tenências. Podemos aproximá-los dos nossos «arrendatários gerais» do Nièvre e do Allier.

(77) Estranho engano de Eduard MEYER, *op. cit.*, (p. 155) a este respeito.

(78) G. BOISSIER, P. GUIRAUD, A. DELORME.

(79) SALVIOLI, *op. cit.*, 40; MARQUARDT, *op. cit.*, t. XII, 15; L. GOLDSCHMIDT, *Handelgeschichte*; Arturo SEGRE, *Storia de commercio*.

(80) SALVIOLI, *op. cit.*, 52, 58.

(81) Idem, *ibid.*, 225, 229; Ch. LÉCRIVAIN, *Le Sinai romain depuis Dioclécien a Rome et a Constantinople*, 96. Cf. A. DELORME, *Les Manieurs d'argent a Rome*, e Idem, *La passion de l'argent dans les institutions, les lois et les moeurs des Romains*.

(82) V. DURUY, *op. cit.*, VII, 542.

(83) J. NAUDET, *op. cit.*, I, 98; cf. 34.

(84) FUSTEL DE COULANGES, *L'Invasion germanique et la fin de l'Empire*, 393-194. Cf. A. DE BROGLIE, *L'Église et l'empire romain au IV*, t. II, 234: «Roma nunca denotou os dois aspectos que são sintomas inequívocos de um verdadeiro aumento de riqueza, a saber, a diminuição do interesse do dinheiro e o aumento da população.»

(85) L. FRIEDLANDER, *op. cit.*, trad. fr., t. III, 145 e Prefácio; SALVIOLI, *op. cit.*, 37, 51, 90.

(86) G. GLOTZ, *Le Travail dans la Grèce antique*.

(87) V. DURUM, *op. cit.*, t. V, 597; J. NAUDET, *op. cit.*, t. II, 209; «Os Romanos, sempre cheios de recursos no domínio político, nunca conseguiram imaginar outra regra e outro plano de finanças que não fosse o direito do mais forte e a espoliação dos vencidos. Mais do que governar, sabiam comandar; e se sabiam conquistar, já não sabiam conservar».

(88) P. GUIRAUD, *Études Économiques sur l'antiquité*.

(89) J.-P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles des Romains*, t. II, 260.

(90) SALVIOLI, *op. cit.*, 254, 263; O. NEURATH, «Zur Anschauung der Antike über Handel, Gewerbe and Landschaft», em *Jahrbücher für Nationaloekonomie*, t. XXXII, 1907.

(⁹¹) E. BABELON, *Traité des monnaies grecques et romaines*, t. I, c. 806; V. DURUY, *op. cit.*, t. VI, 378-384, 583-585; t. VII, 543; HIRSCHFELD, *Kleine Schriften*, 72-91; O. SEECK, *Geschichte des Untergangs der antiken Welt*, t. II, 201; J. FLACH, *La Table de bronze d'Ajustrel*. A indústria mineira, tal como no-la revela o código Teodosiano, é uma indústria em decadência (WALTZING, *op. cit.*, t. II, 237). Cf. BESNIER. «Le commerce du plomb a l'époque romaine d'après les lingots estampilés», em *Revue archéologique*, 1920 e 1921.

(⁹²) Há economistas que pretendem que o *stock* monetário não interessa à prosperidade geral. Talvez que, logicamente falando, tenham razão. «Visto que a economia monetária representa a manifestação externa da vida económica, é evidente que o volume de moeda funcionando como capital circulante constitui o principal elemento da prosperidade de um país. Quando esse volume é restringido ao mínimo indispensável, já não é possível acumular ou constituir novos fundos, assim como substituir as riquezas consumidas.» (SALVIOLI, *op. cit.*, 308). Ver também BESNIER, *op. cit.*, e A. DELMAR, *Les systemes monétaires anciens et modernes*.

(⁹³) SALVIOLI, *op. cit.*, 319. Cf. MARSHALL: «À semelhança (entre a nossa época e a época romana) é superficial e enganadora. Pois incide apenas sobre as suas formas externas e não sobre a substância viva da vida nacional. (*Principes*, t. I, 25). Numa obra publicada vários anos depois da redacção deste capítulo, constatamos que Werner SOMBART (*Der moderne Kapitalismus*, t. II, 107) põe igualmente em dúvida a existência de um verdadeiro capitalismo durante a antiguidade.

(⁹⁴) A. de BROGLIE, *op. cit.*, t. 228.

V. A MONARQUIA CONSTANTINIANA SEU CARÁCTER, REFORMAS E SERVIÇOS

(¹) A melhor exposição a este respeito continua a ser a de WALLON, *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, t. 125. Ver também L. HAHN, *Das Kaisertum*, Leipzig, 1913 (*Der Erbe der Alten*, fasc. VI); KORNEMANN, *Die römische Kaiserzeit*, em GERCKE e NODEN, *Einleitung*, t. 210-306.

(²) Ch. LÉCRIVAIN, *op. cit.*, 8, 229, 231.

(³) J. NAUDET, *op. cit.*, t. II, 75, 257; MISPOULET. *Institutions politiques des Romains*, t. I, 315, 398; O. HIRSCHFELD, *Die Kaiserliche Verwaltungsbeamtung*, e Idem, *Die Rangordnung der römischen Kaiserzeit*, em «Sitzungsberichte» da Academia de Berlim, 1901, pp. 579-610.

(⁴) A. BOAS, *The Master of the offices in the later roman and byzantine empires*.

(⁵) Ch. LÉCRIVAIN, *op. cit.*, 26, 39, 50.

(⁶) E.-A. BABUT, *Recherches sur la garde impériale...*; DOMASZEWSKI, *Die Rangordnung des römischen Heeres*, Berlim, 1908 («Bonner Jahrbüchen», fasc. 117). R. GROSSE, *Rangordnung der römischen Armee der 4-6 Jahrhunderten*, em *Klio*, t. XV, 1917, pp. 122-161. Idem, *Römischen Militärgeschichte von Gallienus bis zum Beginn der byzantinischen Themenverfassung*; Th. MOMMSEN, *Militärwesen seit Diocletian*, em «Hermès», t. XXIV.

(7) M. BANG, *Die Germanen in römischen Dienste bis zur Regierung Constantins*; H. DELBRÜCK, *op. cit.*, t. II.

(8) J. NAUDET, *tit.*, t. II, 81, 230, 318; O. SEECK, *op. cit.*, t. II, 75; J. DECLAREUIL, *Quelques problemes d'histoire des institutions municipales au temps de l'Empire romain*, 5, 78.

(9) C. von SAVIGNY, *Vermischte Schriften*; MISPOULET, *op. cit.*; MOMMSEN e MARQUARDT, *op. cit.*, t. X; O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, t. I; G. HUMBERT, *Essai sur les finances...*

(10) Contudo, também não admitimos a hipótese de que esta classe, à semelhança do que sucedeu com a dos senadores, e em compensação do estabelecimento de um imposto de classe, tenha vindo a ser isenta do imposto fundiário, tal como o pretende uma recente teoria (F. LOT, «De l'étendue et de la valeur du caput fiscal sous le Bas-Empire», no *Revue historique du droit*, 1925, pp. 5-60, 177-192).

(11) *Aurum coronarium* e *crisárgiro* já são praticadas no Egipto dos Lágidas sob os nomes de *οτέφανος* e de *χειρωνάξιον*. Ver BOUCHÉ-LECLERCQ, *Histoire des Lagides*, t. III, 305 e 335.

(12) Rene CAGNAT, *Étude historique sur les impôts chez les Romains*, 1882.

(13) V. DURUY, *op. cit.*, 172.

(14) MARQUARDT, *op. cit.*, t. X, 149; K. BÜCHER, *Études d'histoire et d'économie politique*, 342; J.-P. WALTZING, *op. cit.*, t. II, 19, 185.

(15) E. BABELON, *Traité des monnaies grecques et romaines*, 566, 574-580; G. DARRMU, *Nuova teoria sopra il sistema monetario della riforma di Diocleziano e dell'epoca Constantina*, em «*Rivista Italiana di Numismatica*», 1906; BLANCHET e DIEUDONNE, *Manuel de numismatique française* (1900).

(16) FUSTEL DE COULANGES, *Les origins du systeme féodal: le Bénéfice et le Patronat pendant l'époque mérovingienne*, 102, 242; H. MONNIER, *Études de droit byzantin*, 1895-1900 (Extr. da «*Nouvelle Revue d'Histoire du Droit*»).

(17) V. DURUY, *op. cit.*, t. VII, 206.

(18) J. NAUDET, *op. cit.*, t. II, 141-142.

VI. O REGIME DAS CASTAS

(1) H. WALLON, *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*; t. III, 126, 149-160.

(2) WALTZING, *op. cit.*, t. II, 224-283, 243.

(3) Idem, *ibid.*, t. II, 20, 34, 103; WALLON, *op. cit.*, t. III, 261; MARQUARDT, *op. cit.*, t. X, 149.

(4) WALLON, *op. cit.*, t. 369, 375.

(5) E. KUHN, *Die städtische und bürgerliche Verfassung des römischen Reiches bis auf die Zeiten Justinianu*, t. 46; Karl BÜCHER, *Études d'histoire et d'économie politique*, 343; DECLAREUIL, *op. cit.*

(6) Cf. mais atrás, capítulo V. 1.

(7) WALLON, *op. cit.*, t. 155; DELBRUCK, *Geschichte der Kriegskuna im Rahmen der politischen Geschichte*, 229.

(8) Contudo, MISPOULET (*Revue épigraphique*, 1913) demonstrou que não existem quaisquer indícios de que tenha havido uma condição hereditária antes do século IV.

(9) DELBROCK, *op. cit.*, t. II.

(10) A. LONGNON, *Les noms de lieu de la France, leur origin, leur signification, leurs transformations*, 127-137.

(11) MISPOULET, em *Revue épigraphique*, 1913.

(12) FUSTEL DE COULANGES, *Le Colonat romain*, em *Recherches sur quelques problemes d'histoire* (pp. 3-186), Paris, 1885; BEAUDOUIN, *Les grands domaines dans l'Empire romain* (Extr. da «Nouvelle Revue d'histoire du droit français et étranger», 1897 e 1898); Ed. CUQ, *Les Contrats... premiere dynastie babylonienne* («Nouvelle Revue Hist. du Droit» 1910); L. MITTEIS, *Zur Geschichte der Erpacht im Altertum*; M. ROSTOWTZEW, *Studien zur Geschichte des Römischen Kolonats*; SEECK, em *Realencyclopaedie der classischen Altertumwissenschaft*, V. Colones.

(13) GARSONNET, *Histoire des locations perpétuelles et des baux à long durée*, 156.

(14) Idem, *ibid.*, 144.

(15) Marc BLOCH, em *Revue historique*, t. CXXXVI, 1921.

(16) G. DEMANTE, *Étude historique sur les mainmortables*, p. 57.

(17) BOUCHÉ-LEQUERCQ, *Manuel des institutions romaines*, 171; SALVIOLI, *op. cit.*, 258; Th. MOMMSEN, *Manuel des Antiquités romaines*, t. VIII: *Droit public*, 20.

(18) Ed. MEYER, *Kleinere Schriften*, t. II, III, 143.

(19) A. HOUDOY, *Le Droit municipal*. 1.^a parte: *De la condition et de l'administration des vines chez les Romaines*, 40; Emil KHUN, *op. cit.*, e Idem, *Ueber die Entstehung der Städte der Alten*; ETTORE PAIS, *Storia della colonizzazione di Roma antica Prolegomeni*.

(20) MISPOULET, t. II, 32, 36.

(21) MOMMSEN, *Die römischen Lagerstädte*, em «Gesammelte Schriften», t. VI, 1910, 516-530.

(22) BOUCHÉ-LECLERCQ, *op. cit.*, 175; MISPOULET, *op. cit.*, t. II, 59; BLOCH, *L'Empire romain*, 204.

(23) DECLAREUIL, *op. cit.*, 14.

(24) P. JOUGUET, *La Vie municipale dans l'Égypte romaine*.

(25) BLOCH, *op. cit.*, n.º 221; DESJARDINS, *Géographie historique et administrative de la Gaule romaine*; KORNEMANN, *Zur Stadtentstehung in den ehemals Keltischen and germanischen Gebieten des Römerreichs* (diss. Giessen, 1898-99).

(26) DECLAREUIL, *op. cit.*; A. HOUDOY, *op. cit.*; E. KUHN, *Die städtische and bürgerliche Verfassung des römischen Reiches...*; W. LIEBENAM, *Geschichte des römischen Vereinwesens*.

(27) Ed. CUQ., *La Cité punique...* (C. R. Académie des inscriptions, 1920); KORNEMANN, *Die Organisation der Afrikanischen «pagi»*, em *Philologus* t. LX,

1900; J. ROMAN, *Notes sur l'organisation municipale de l'Afrique romaine*, em «Annales de la Faculté de droit», t. IV, 1911, pp. 85-123.

(28) DECLAREUIL, *op. cit.*, 264, 307, 358, 370, 383; Ed. Meyer, *Kleinere Schriften*, 149.

(29) DECLAREUIL, *op. cit.*, 195-198.

(30) Idem, *ibid.*, 192; HOUDOY, *op. cit.*, 235, 586; MARQUARDT, *op. cit.*, t. X, 298.

(31) Ch. LÉCRIVAIN, *op. cit.*, 63-66.

(32) ROSTOWTZEW, *Hellenistisch-römische Architekturlandschaft*, em «Römische Mitteilungen» 1911; FUSTEL DE COULANGES, *L'Allevé et le domaine rural*.

(33) Ed. BEAUDOUIN, *op. cit.*, 151-178.

VII. A GRANDE PROPRIEDADE CONTRA O ESTADO E OS FRACOS. O PATRONATO

(1) Ch. LÉCRIVAIN, *op. cit.*

(2) Ed. BEAUDOUIN, *op. cit.*, 15, 151.

(3) H. MONNIER, *op. cit.*, 80.

(4) DECLAREUIL, *op. cit.*, 291, 385.

(5) H. MONNIER, *op. cit.*, t. II, 82.

(6) ESMEIN, em *Mélanges de l'École française de Rome*, 1886, p. 416; LÉCRIVAIN, *op. cit.*, 110 sqq.; Ed. BEAUDOUIN, *La recommandation et la justice seigneuriale* (1889), p. 110 e Idem, *Les grandes domains dans l'Empire romain*, 178-194.

(7) FUSTEL DE COULANGES, *Le bénéfice et le patronat*; FASTEN THIBAUT, *Le patrocinium vicorum* em «Vierteljahrschrift f. Social and Wirtschaftsgeschichte», 1904 e em «Nouvelle Revue Hist. du Droit» 1907, 223; G. PLATON, *Democratie et regime fiscal*, 134-141; cf. 103-105; ZULUETA, *De patrocinio vicorum*, nos «Oxford Studies» de VINOGRADOV, t. I (1909). Ver também BEAUDOUIN, *op. cit.*, 15, 160; LÉCRIVAIN, *op. cit.*, 128, 207; FUSTEL DE COULANGES, *Les origines du systeme féodal: le Bénéfice et le Patronat pendant l'époque mérovingienne*.

(8) H. MONNIER, *op. cit.*

(9) M. KROELL, *Du rôle de l'écrit dans la preuve des contrats*, 177 sqq.

(10) A constituição de Séptimo Severo de 197 é interpolada.

VIII. DECADÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DA ARTE ANTIGA

(1) K. SITTL, *Archéologie der Kunst*, 716-718; H. STUART JONES, *Companion to roman history*, 406.

(2) É por isso que a arte cristã virá a ser quase que inteiramente negligenciada, limitando-se a maioria dos historiadores em remeter para os grandes tratados de KRAUS (*Geschichte der aristlichen Kunst*) e de LECLERCQ (*Manuel d'archéologie chrétienne depuis les origines jusqu'au VIII^e siècle*), assim como para os livros de L. BRÉHIER: *L'Art chrétien, son developpement iconographique, des origines a nos*

jours, e Études sur l'histoire de la sculpture byzantine, 1911 («Archives des missions scientifiques»).

(3) STRZYGOWSKI, *Orient oder Rom, Beiträge zur Geschichte der späteren und frühchristlichen Kunst*, 774; L. BRÉHIER, *Les origines de la sculpture romaine*, 870.

(4) Aug. CHOISY, *Histoire de l'architecture*.

(5) V. DURUY, *op. cit.*, t. VI, 387; t. V, 699.

(6) J. J. BERNOUILLI, *Römische Ikonographie*.

(7) Ed. COURBAUD, *Le Basrelief romain à representations historiques*.

(8) Talvez seja posterior à morte de Marco Aurélio (COURCAUD, *op. cit.*, 186).

(9) RENAN, *Marc Aurèle et la fin du monde antique*, 46.

(10) COURBAUD, *op. cit.*, 191.

(11) P. ALLARD demonstra, opostamente a FROTHINGHAM (na *Revue des questions historiques* de 1914, p. 325), que o arco de Constantino é realmente do século IV. Ver também H. S. JONES, *op. cit.*, 242 e 398.

(12) K. SITTL, *Archäologie der Kunst*, 792-793; LECLERCQ, *Manuel d'archéologie chrétienne...*, 327, 360.

(13) ANDRÉ-MICHEL, *Histoire de l'Art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'à nos jours*, t. I, 165; LECLERCQ, *op. cit.*, 353.

(14) E. BABELON, *La Gravure en pierres fines camés et intailler*, 186 sqq.; H. S. JONES, *op. cit.*, 426; LECLERCQ, *op. cit.*, 363.

(15) STRZYGOWSKI, *op. cit.*, 216; H. S. JONES, *op. cit.*, 429, 437; LECLERCQ, *op. cit.*, t. II, 393, 413-446; Ch. de LINAS, *Les origines de l'orfèvrerie cloisonnée*; BABELON, *Le Tombeau du roi Childeric et les origines de l'orfèvrerie cloisonnée*, 1923 (Extr. das «Memoires de la Soc. des Antiquaires de France»).

(16) *Hist Nat.*, XXXVI, 157.

(17) Émile MÂLE, *L'art allemand et l'art français du Moyen Age*.

(18) M. ROSTOWTZEW, *Iranians and Greeks in South Russia* (1922); MINNS, *Scythes and Greeks* (1913); ANDRÉ-MICHEL, *op. cit.*, t. I, I.^a parte, 405-435.

(19) LECLERCQ, *op. cit.*, t. II, 447-461.

(20) Para Émile MOLINER (em ANDRÉ-MICHEL, *op. cit.*), a esmaltaria é de origem oriental.

(21) GERSPACH, *L'Art de la verrerie*; MORIN-JEAN, *La Verrerie en Gaule sous l'Empire romain*; H. S. JONES, *Companion to roman history*, 437; LECLERCQ, *op. cit.*, t. 465-507.

(22) MARQUARDT, *op. cit.*, t. XV, 285-324; LECLERCQ, *Cit.*, 517-548; H. S. JONES, *op. cit.*, 443; A. BLANCHET, *Étude sur les figurines...* («Memoires de la Société des antiquaires de France» 1819); J. DÉCHELETTE, *Les Vases céramiques ornés de la Gaule romaine*.

(23) ANDRÉ-MICHEL, *op. cit.*, t. I, 22, 410; LECLERCQ, t. II, 555.

(24) M. PROU, em ANDRÉ-MICHEL, *op. cit.*, t. I, 2.^a parte, 903.

(25) LECLERCQ, *op. cit.*, t. 556, 631.

(26) Ch. DIEHL, *Manuel d'art byzantin*, 613, 629.

(27) ANDRÉ-MICHEL, *op. cit.*, t. I, 2, 307; Émile MÂLE, *op. cit.*

(28) E. DESJARDINS, *op. cit.*; LECLERCQ, *op. cit.*, t. II, 193.

(29) GESPACH, *La Tapisserie*; LECLERCQ, *op. cit.*, t. II, 585, 593.

(30) Theodore REINACH, *La Musique grecque* (1926).

(31) TANNERY, em «Revue de Synthèse historique», 1902, 336.

(32) K. SIRM, *op. cit.*, 722.

(33) H. S. JONES, *op. cit.*, 396.

(34) *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*, p. 71.

(35) L. BRÉHIER, *Les origines de la sculpture romaine*; Ch. DIEHL, *op. cit.*; LECLERCQ, *op. cit.*, t. II, 73, 114.

(36) STRZYGOWSKI, *Die Bedeutung der Gründung Konstantinopels für die Entwicklung der christlichen Kunst*, em *Konstantin der Grosse*, pp. 363-376; Idem, *Orient oder Rom, Beiträge zur Geschichte der späteren and fahchristlichen Kunst*; Idem, *Kleinasien, ein Neuland der Kanstgeschichte*.

IX. DECADÊNCIA DA LITERATURA.

DESAPARECIMENTO DA FILOSOFIA E DAS CIÊNCIAS ANTIGAS

(1) A. e M. CROISSET, *Histoire de la littérature grecque*, 718.

(2) A. DREWS, *Plotin and der Untergang des antiken Weltanschauung*; C. ELSEE, *Neoplatonism in relation to christianity*.

(3) Ver Ch. BIGG, *The Christian Platonists of Alexandria*, 2.^a ed., Oxford, 1913.

(4) Ver um quadro sincrónico onde os autores gregos são confrontados com os latinos. O efeito é impressionante em René PICHON, *Histoire de la littérature latine*, 954.

(5) LÉCRIVAIN, *Études sur l'Histoire de Auguste*, 406; M. VON SCHANZ, *Römischem Literaturgeschichte*, 4.^a parte, 56.

(6) W. KLEIN, *Studien zu Ammianus Marcellinus* («Klio», supl. 13-1914).

(7) L. HAVEY, *La Prose métrique de Symmaque et les origins métriques du cursus*.

(8) R. PICHON, *op. cit.*, 155.

(9) C. JULLIAN, *Ausone et Bordeaux, études sur les derniers temps de la Gaule romaine*, 7.

(10) A. PARRAVICINI, *Studio di retorica sulle opere di Claudiano*.

(11) R. PICHON, *Études sur l'histoire de la littérature latine dans les Gaules. Les derniers écrivains profanes: les panégyristes, Ausone, le Querolus, Rutilus Namatianus*.

(12) Ed. NORDEN, *Die antike Kunstprosa von VI. Jahrhundert von Christus bis in die Zeit der Renaissance*, 648.

(13) P. DE LABRIOLLE, *Histoire de la littérature latine chrétienne*; O. BARDENHEWER, *Geschichte der altkirchlichen Literatur*, 2.^a ed. 1913, trad. fr.; «Les Pères de l'église», por GODER e VERSCHAFFEL; Paul MONCEAUX, *Histoire raire de l'Afrique chrétienne depuis les origins jusqu'a l'invasion arabe*.

(14) Abbè VALENTIN, *Saint Prosper d'Aquitaine, étude sur la littérature latine au Ve siècle en Gaule*; René PICHON, *op. cit.*

(15) A. e M. CROISSET, *Manuel d'histoire de la littérature grecque*, 809.

(16) GUIGNET, *Saint Gregoire de Naziance et la rhétorique*.

(17) VILLEMMAIN, *Tableau de l'Éloquence chrétienne au IVe siècle*, 207; A. PUECH, *Saint Jean Chrysostome et les mœurs de son temps*.

(18) DELAHAYE, *Les passions des martyrs et les genres littéraires*, «Revue d'histoire ecclésiastique», 1920; cf. Idem, *Les légendes hagiographiques*.

(19) TOUTAIN, em «Revue d'histoire des religions» (1912, Janeiro).

(20) E.-A. BABUT, *Saint-Martin de Tours*, 94-108.

(21) G. BOISSIER, *La fin du paganisme, étude sur les dernières luttes religieuses en Occident au IVe siècle*; P. R. COLE, *Later roman education in Ausonius, Capella and the Theodosian Code*; Samuel DILL, *Roman society in the last century of the Western Empire*; A. DREWS, *Plotin and der Untergang der antiken Weltanschauung*; Th. HAARHOFF, *Schools of Gaul, a study of pagan and christian education in the last century of the Western Empire*; Julius JUNG, *De scollis romanis in Gallia comata*; G. KAUFMANN, *Ueber das Föderatverhältniss des Tolosanischen Reiches zu Rom*, em «Forschungen zur deutschen Geschichte», t. VI, 1866, pp. 435-476; L. MITTEIS, *Reidurecht tend Volksrecht in den östlichen Provinzen des römischen Kaiserreichs*; R. PICHON, *Études sur l'histoire de la littérature latine dans les Gaules* e do mesmo autor: *Histoire de la littérature latine*; H. ROGER, *L'Enseignement des lettres: classiques d'Ausone Alcuin*; J. SANDYS, *A history of classical scholarship*; M. von SCHANZ, *Römische Literaturgeschichte*, 4.^a parte, 546.

(22) Encontrar-se-ão alguns temas em H. ROGER, *L'Enseignement des lettres classiques, d'Ausone d'Alcuin* (p. 191); Tétis dando largas à sua dor sobre o cadáver de Aquiles; contra um pai que não quer resgatar o seu filho cativo dos piratas, e que mais tarde lhe pede ajuda; contra um homem que colocou uma estátua de Minerva num mau local. Na Grécia, o sofista propõe-se falar indefinidamente sobre não importa o quê e sustentar não importa que opinião (CROISSET, 757-8).

(23) G. BOISSIER, *La fin du paganisme...* t. I, 230.

(24) Idem, *ibid.*, t. I, 230, 394; t. II, 50, 176, 497; GUIGNET, *Saint Gregoire de Naziance*; H. ROGER, *op. cit.*, 135-140.

(25) P. COLLINET, *Histoire de l'École de droit de Beyrouth*.

(26) A. DREWS, *Plotin and der Untergang der antiken Weltanschauung*.

(27) C. ELSEE, *Neoplatonism in relation to christianity*; Et. VACHEROT, *Histoire critique de l'école d'Alexandrie*.

(28) G. MILHAUD, *Étude sur la pensée scientifique grecque*; cf. W. R. BALL, *A short Account of the history of mathematics*, Londres, 4.^a ed. 1908. M. CANTOR, *Vorlesungen litter Geschichte der Mathematik*, 3.^a ed. 1907; J. L. HEIBERG, *op. cit.*

(29) E. DANNEAIANN, *Die Naturwissenschaften*, I.

(30) M. BERTHELOT, *Essai sur la transmission de la science antique au Moyen Age* (vol. I de *Histoire des sciences: La Chimie au Moyen Âge*).

(31) Th. GOMPERZ, *Griechische Denker, eine Geschichte der antiken Philosophie*. Trad. fr. por RAYMOND: *Les Penseurs de la Grèce, histoire de la philosophie antique*.

(32) A. e M. CROISSET, *Histoire de la littérature grecque*, 473, 493.

(33) Th. GOMPERZ, *op. cit.*, t. III, 50.

(34) L. ROUGIER, *La Mentalité scolastique*, na «Revue philosophique», Março-Abril de 1924.

(35) Ch.-V. LANGLOIS, em *Questions d'histoire et d'enseignement*, 80-81; Th. GOMPERZ, *op. cit.*, t. III, 94-96: «O conceito não permitiu chegar a qualquer explicação do mundo.»

(36) Th. GOMPERZ, *Griechische Denker, eine Geschichte der antiken Philosophie*, trad. fr. por RAYMOND: *Les penseurs de la Grèce, histoire de la philosophie antique*, 33-34; O. HAMELIN, *Le système d'Aristote*.

(37) G. MILHAUD, *Étude sur la pensée scientifique grecque*, 262-263, 255-256.

(38) Th. GOMPERZ, *op. cit.*, t. III, 88.

(39) G. MILHAUD, *op. cit.*, 270.

X. CORRUPÇÃO DO ESPÍRITO PÚBLICO

(1) Ed. MEYER, *Kleinere Schriften*, 160.

(2) Julius BELOCH, *Sybel's History, Z.*, t. XXXIV, 1900.

(3) V. DURUY, *Histoire des Romains*, t. VI, 392.

(4) Idem, *ibid.*, t. VII, 544.

(5) Ed. MEYER coloca a obra de Diocleciano acima da de Augusto (*Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*).

(6) Já há um século atrás que NAUDET (*op. cit.*, t. II, 286-287) disse se apercebera.

(7) Foi, sem dúvida, por terem o sentimento dessa grandeza do destino dos imperadores romanos que os nossos antepassados, do século XVI ao século XVIII, dedicaram tanto do seu tempo e atenção ao estudo da história desses tempos. É por isso que lhes custava tanto interessarem-se pela história da Idade Média, que lhes parecia aborrecida e mesquinha em comparação com a história romana, até mesmo no Baixo-Império.

(8) MARQUARDT, *op. cit.*, t. X, 297.

(9) J. NAUDET, *op. cit.*, t. II, 217.

(10) H. WALLON, *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, t. III, 284, 531.

(11) J. DECLAREUIL, *op. cit.*, 287-291; Ch. LECRIVAIN, *Le Sénat romain depuis Dioclétien, a Rome et a Constantinople*, 103.

(12) J. DECLAREUIL, *op. cit.*, 83; V. DURUY, *op. cit.*, t. VII, 185, 211.

(13) H. WALLON, *op. cit.*, t. III, 285.

(14) J. NAUDET, *op. cit.*, t. II, 237, 241.

(15) O mesmo sucedeu em Espanha, nos séculos xvii e xviii, onde os soberanos assistem às touradas e os embaixadores são vaiados se o seu rosto denota aborrecimento ou repugnância.

(16) G. BOISSIER, *La fin du paganisme...*, t. I, 440; ver também DECLAREUIL, *op. cit.*, 124.

(17) H. WALLON, *op. cit.*, t. III, 423, 544.

(18) G. BOISSIER, *op. cit.*, t. I, 472.

(19) Karl SCHEIDER, em *Realencyclopaedie der classischen Altertumwissenschaft*, t. III, supl. col. 780-784; cf. V. CHAPOT, em *Bull. Soc. des antiquaires de France*, 1922, 130.

(20) P. GUIRAUD, *Études économiques sur l'antiquité*, 148; A. CROISSET, *Démocratie antique*.

(21) BOUCHÉ-LECLERCQ, *L'intolérance*, 171; MISPOULET, *op. cit.*, t. I, 257; II, 24; WALTZING, *op. cit.*, t. II, 7.

(22) Expressão de Ed. MEYER, *op. cit.*; cf. SCHMIDT, *Allgemeine Städtislehre*, t. I, 305, n.º 2.

(23) FUSTEL DE COULANGES, *L'invasion germanique et la fin de l'Empire*, 211.

(24) Idem, *ibid.*, 217, 224.

SEGUNDA PARTE

A DERROCADA

I. ROMA E OS BÁRBAROS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO IV (350 A 395)

(1) Sobre as fontes: Ch. LÉCRIVAIN, *De Agris publicis imperatoriisque ab Augusti tempore usque ad finem imperii domani*.

(2) L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen Völker bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts*; Idem, *Geschichte der deutschen Stämme bis zum Ausgang der Völkertwanderung*; «The Cambridge Medieval History»: *The christian Empire and the foundation of the teutonic Kingdoms*, t. II, 183; Émile LITTRÉ, *Rome et les Barbares*; PFUGK-HARTRUNG, *Reimer and Germanen im 3. and 4. Jahrhundert. Die Grenzwehr von 268-375*, em «Zeitschrift für allgemeine Geschichte», t. II, 1885, pp. 321-339.

(3) P. ALLARD, *Julien l'Apostat*; J. GEFFECKEN, *Kaiser Julian*, em «Das Erbe der Alten», fasc. VIII.

(4) G. KURTH, *La Frontière linguistique en Belgique et dans le Nord de la France*.

(5) H. RICHTER, *Das Weströmische Reich, besonders unter den Kaiser, Gratian, Valentinian II and Maximus*.

- (6) A expressão só surge mais tarde.
- (7) GERCKE e NORDEN, *Einleitung in die Altertumswissenschaft*. t. III, 232.
- (8) L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen Völker...*, 84.
- (9) H. CORDIER, *Histoire générale de la Chine*; L. CAHUN, *Introduction à l'histoire de l'Asie: Turcs et Mogols des origins a 1405*; F. HIRTH, *Ancient history of China*; LAVISSE e RAMBAUD, *Histoire générale du IVe siècle à nos jours*, p. 890; R. GROUSSET, *Histoire de l'Asie*; J. DE GUIGNES, *Histoire générale des Huns, Turcs, Mogols et des autres peuples tartares occidentaux*, t. I.
- (10) W. E. GEIL, *The great wall of China*.
- (11) T. PEISKER, *The Asiatic background*, em «Cambridge medieval History», t. I, pp. 323-359; MARQUARDT, *Osteuropäische and Ostasiatische Streifzüge*.
- (12) Ed. CHAVANNES, *Documents sur les Tou-Kiue* («Mémoires de l'Académie de Saint-Petersbourg», 1903). Cf. PELLIOU em *Toung-Pao*, em 1915.
- (13) L. SCHMIDT, *op. cit.*, 195.
- (14) H. DELBRUCK, *Geschichte der Kriegskunst...*, t. II, 280-297; OMAN, *History of the art of war*; principalmente F. RUNKEL, *Die Schlacht bei Adrianopel*.
- (15) Ed. GIBBON, *The History of the decline and fall of the roman Empire*.
- (16) V. DURUM, *Histoire des Romains*, t. VII, 436.
- (17) Idem, *ibid.*, t. VII, 447, 428-486; P. BATIFFOLL, *Le Siège apostolique*, 73-76.
- (18) GULDENPENNING e IFFLAND, *Der Kaiser Theodosius der Grosse*; BATIFFOLL, *op. cit.*
- (19) Ch. REVILLOUT, *De l'Arianisme des peuples germaniques qui ont envahi l'Empire romain*.
- (20) DESSAU em *Hermes*, t. XXIV, 359; cf. XVIII, 91.
- (21) J. BIDE; *Amiens, ville natale de l'empereur Magnence*, em «Revue des études anciennes», 1925, pp. 311-318.
- (22) O. SPECK, *Geschichte des Untergangs der Antiken Welt*, t. 488; V. DURUM, *cit.*, t. VII, 238.

II. O IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE DE 395 A 476

- (1) E. A. FREEMAN, *Western Europe in the fifth century*; V. DURUM, *op. cit.*, t. VII; T. HODGKIN, *Italy and her invaders*, t. I; P. VILLARI, *Le invasioni barbariche in Itália*; G. ROMENO, *Le Dominazioni barbariche in Italia (395-1024)*, «Storia politica d'Italia», 1909; J. SUNDWALL, *Vestramische Studien*; GULDEN PENNING, *Geschichte des Ostriimischen Reich: unter den Kaisern Arcadius und Theodosius II*; A. THIERRY, *Alaric, l'agonie de l'Empire*; Idem, *Derniers temps de l'Empire d'Occident, la mort de l'Empire* e sobretudo: J. B. BURY, *History of the later roman Empire, from the death of Theodosius I to the death of Justinian (395-565)*.
- (2) A. PUECH, *Saint Jean Chrysostome, les moeurs de sons temps*; A. THIERRY, *Saint Jean Chrysostome et l'impératrice Eudoxie*.

- (3) R. KELLER, *Stilicho oder die Geschichte des Weströmischen Reich: von 395-408*.
- (4) Amédée THIERRY, *Alaric, l'agonie do l'Empire*.
- (5) «Revue des Deux Mondes» de 15 de Julho de 1885, p. 402.
- (6) P. GUIRAUD, *Les assemblées provinciales de l'Empire romain*.
- (7) J. ZELLER, *Die Zeit der Vorlegung der «praefectura Galliarum» von Trier nach Arles*, em *Historische Zeitschrift*, t. XXIII (1904), pp. 91-102.
- (8) Ed. CUQ, em *Atti del Congr. intern. di scienze storiche* (Roma, 1903), t. IX, 339-346.
- (9) Th. MOMMSEN, *Aetius*, em «Gesamm. Schriften», t. V, p. 438; G. LIZERAND, *Aetius*.
- (10) L. SCHMIDT, *Geschichte der Vandalen*; F. MARTROYE, *Genséric: la Conquête vandale et la destruction de l'Empire d'Occident*.
- (11) F. LOT, *Hengist, Hors, Vortigern: la Conquête de la Grande-Bretagne par les Saxons*, em «Mélanges d'histoire offerts a Charles Bemont», 1913; J. LOTH, *L'Emigration bretonne en Armorique du Ve au VIIe siècle de notre ère*.
- (12) E. TONNELAT, *La Chanson des Nibelungen* (1926).
- (13) GIRARD, *Le Campus Mauriacus*, em «Revue historique», t. XXVIII, 1885; A. THIERRY, *Histoire d'Attila*.
- (14) R. CESSI, *La crisi imperiale degli anni 454-455 e l'incursione vandalica a Roma*, em «Archivio della R. Società romana di storia patria», vol. XL, 1917, pp. 161-204.
- (15) A. THIERRY, *Derniers temps de l'Empire d'Occident*.
- (16) Idem, *ibid*.
- (17) J. JUNG, *Römer und Romanen in der Donauländern* (2.^a ed.); F. PICHLER, *Austria romana, geographisches Lexicon*, «Quellen und Forschungen zur alten Geschichte und Geographie», fasc. 2; F. FRANZISZ, *Bayern zur Remerzeit*.
- (18) CHADWICK, *The origin of the English nation*; F. LOT, *Les migrations saxonnes en Gaule et en Grande-Bretagne du IIIe au IVe siècle* em «Revue historique», t. CXIX, 1915; Idem, *Hengist, Hors, Vortigern...* J. LOTH, *L'Emigration bretonne en Armorique...*
- (19) Segundo Bury, o domínio romano na Grã-Bretanha teria prosseguido até cerca de 428. Sobre esta hipótese, ver «Revue des Études Anciennes», Janeiro de 1923.
- (20) L. SCHMIDT, *Geschichte der Vandalen*; F. MARTROYE, *Génsiric...*
- (21) P. MARTROYE, *La Repression du donatisme et la politique religieuse de Constantin* (Extr. das «Mémoires de la Soc. des Antiquaires de France, t. LXXXIII, 1914); P. J. MESNAGE, *Le Christianisme en Afrique*; DOM H. LECLERCQ, *L'Afrique chrétienne*; P. MONCEAUX, *Histoire littéraire de l'Afrique chrétienne depuis les origines jusqu'à l'invasion arabe*. t. IV.
- (22) O limes da Tingitânia começava apenas a seis quilómetros ao sul de Rabat. Vet ROULAND-MARESCAL, em *Mémoires présentés par divers savants a l'Académie des inscriptions*, t. XIII, 2.^a parte, 1924.

- (23) GIRARD, *Le Campus Mauriacus*, na «Revue historique», t. XXVIII, 1885.
- (24) G. YVER, *Euric, roi des Visigoths (466-485)*, em «Études d'histoire du Moyen Age, dédiées a G. Monod», 1896, pp. 11-46.
- (25) C. BINDING, *Das Burgundromanische Königreich, von 443 bis 532*; R. SALEILLES, *De l'établissement des Burgondes sur les domaines des Gallo-Romains* na «Revue bourguignone de Enseignement supérieur», t. I, pp. 43-103.
- (26) A. THIERRY, *op. cit.*; C. BINDING, *op. cit.*
- (27) SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen Völker...*; Idem, *Geschichte der deutschen Stämme...*
- (28) K. LAMPRECHT, *Fränkische Ansiedlungen and Wanderungen im Rheinland* em «Westdeutsche Zeitschrift», t. I, 1882.
- (29) G. KURTH, *La Frontière linguistique en Belgique...*
- (30) L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen*
- (31) P. E. MARTIN, *Études critiques sur la Suisse à l'époque mérovingienne*.
- (32) F. LOT, *Les migrations saxonnes en Gaule...*; J. LOTH, *L'Emigration bretonne en Armorique...*; A. LONGNON, *Les noms de lieu de la France...*, 178.
- (33) J. LOTH, *op. cit.*
- (34) G. TAMASSIA, *Egidio e Siagrio*, em «Rivista storica italiana», t. III, 1886, pp. 193-234.
- (35) C. LEBEAU, *Histoire du Bas-Empire*, t. VIII (1764), p. 109.

III. O IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE DE 395 A 518

- (1) J. B. BURY, *op. cit.*; GULDENPENNING, *Geschichte des Oströmischen Reichs...*; Ch. DIEHL, *Histoire de l'Empire byzantin*.
- (2) J. B. BURY, *op. cit.*, 135.
- (3) OBERHAMMER, em *Geographisches Jahrbuch*, t. XXXIV.
- (4) Sobre os Avars, ver *Realencyclopaedie der classischen Altertumwissenschaft, V. Hunni*.
- (5) L. SCHMIDT, *op. cit.*, 92-95; STREHL e SOLTAU, *Grundriss der alien Geschichte and Quellenkunde*, 566; HODKIN, *Italy and her invaders*, t. I-II; L. M. HARTMANN, *Geschichte Italiens im Mittelalter*, t. I.

RESUMO E CONCLUSÕES DAS PRIMEIRA E SEGUNDA PARTES

- (1) Encontrar-se-á um outro aspecto do problema em *Les Institutions politiques romaines* de L. HOMO. Col. «L'Evolution de l'Humanité», t. XVIII.

TERCEIRA PARTE

DEPOIS DA DERROCADA

I. A ITÁLIA APÓS O DESAPARECIMENTO DO IMPÉRIO DO OCIDENTE. DE 476 A 526

(¹) H. DELBRUCK, *Geschichte der Kriegskunst...*, t. II, 263; H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. I, 39.

(²) L. SCHMIDT, *op. cit.*, 134-136.

(³) H. DELBRUCK, *op. cit.*, t. II, 342.

(⁴) R. SALEILLES, *De L'établissement des Burgondes sur les domaines des Gallo-Romains*, 72, 95; H. DELBRUCK, *op. cit.*, t. II, 345.

(⁵) H. BRUNNER, *op. cit.*, t. I, 74.

(⁶) CH. DIEHL, *Justinien et la civilisation byzantine au VI^e siècle*, 134; ERNESTO MAYER, *Historia de las instituciones sociales y políticas de España y Portugal durante los siglos V a XIV*, t. I, 110.

(⁷) N. RELYTERER, *Der Glaube an die Fortdauer des Römischen Reiches im Abendlande*, dissect. Munster, 1899-1900. p. 27.

(⁸) FRIEDLANDER, *Die Mfinzen der Vandalen*, (1849), p. 5.

(⁹) N. REITTERER, *op. cit.*, 30; H. BRUNNER, *op. cit.*, t. I, 525; L. M. HARTMANN, *Geschichte Italiens im Mittelalter*, t. I, 90.

(¹⁰) TH. MOMMSEN, *Ostgotische Studien*, em «*Neues Archiv*», t. XIV, 1889, e em «*Werke*», t. 378-398; L. M. HARTMANN, *op. cit.*, t. I, 88; F.-H. DUDDEN, *Gregory the Great, his place in history and thought*.

(¹¹) J. DECLAREUIL, *Des Comtes: de cité a la fin du Ve siècle*, em «*Nouv. Revue hist. du droit*», Nov.-Dez. 1910, 32-38.

(¹²) MOMMSEN, *op. cit.*, 47.

II. PERSISTÊNCIA DAS FORMAS POLÍTICAS ROMANAS NO OCIDENTE.

O PROBLEMA DO DESAPARECIMENTO DO IMPÉRIO

(¹) G. YVER, *Euric roi des Visigoths (466-485)*, em «*Études d'histoire du Moyen Age dédiées a G. MONOD*», 1896, pp. 11-46; FELIX VON DAHN, *Die Könige der Germanen. Des Wesen des ältesten Königstums der germanischen Stämme and seine Geschichte his auf die Feudalzeit*, t. V e VI.

(²) JORDANIS, *Getica*, 4.

(³) SIDON. APOLL., *Epist.*, VII, 6, 109.

(⁴) ALOIS HESS, *Description générale des monnaies des rois wisigoths d'Espagne*, 28-29.

(⁵) TH. MOMMSEN, *op. cit.*, 378, 477.

(6) F. von DAHN, *op. cit.*, t. VI, 300, 301; Bruno KRUSCH, *Chlodowechs Sieg fiber die Alamanen*, em «Neues Archiv für ältere deutsche Geschichtskunde», t. XII (1866), p. 281.

(7) DECLAREUIL, *op. cit.*, Q.I.

(8) F. von DAHN, *op. cit.*, VI, 252, 279, 306.

(9) C. BINDING, *Das Burgundromanische Königreich, von 443 bis 532* e A. JAHN, *Geschichte der Burgundionen und Burgundiens bis tuns Ende der I. Dynastic*.

(10) Ver o meu estudo sobre a *Sapaudia* em «Revue Savoisienne», ano 1935, pp. 146-156.

(11) FUSTEL DE COULANGES, *L'Invasion germanique et la fin de l'Empire*, 452-458, A. THIERRY, *Derniers temps de l'Empire d'Occident, la mort de l'Empire*.

(12) AVITUS I, 83 (ed Peiper, 94).

(13) JORDANIS, *Getica*, 45.

(14) L. SCHMIDT, *Geschichte der Vandalen*.

(15) H. J. MARROU, *L'Éducation dans l'Antiquité*, 454.

(16) Abbé DUBOS, *Histoire critique de l'établissement de la Monarchie française dans les Gaules*.

(17) FUSTEL DE COULANGES, *L'invasion germanique et la fin de l'Empire*.

(18) BATET, na *Histoire de France* d'E. LAVISSE, t. I, 103.

(19) FUSTEL DE COULANGES, *op. cit.*, 508-511.

(20) N. REITTER, *op. cit.*

(21) FUSTEL DE COULANGES, *op. cit.*, 518.

(22) Ch. GUIGNEBERT, *Tertullien, étude sur les sentiments a l'égard de l'Empire et de la société civile*.

(23) P. BATIFFOL, *La Paix Constantinienne et le catholicisme*, 7.

(24) LAVISSE e RAMBAUD, *Histoire générale, du IVe siècle a nos jours*, t. I, 205.

(25) James BRYCE, *Le saint Empire romain germanique*, trad. Domergue, 474.

III. RETORNO OFENSIVO DO IMPÉRIO. JUSTINIANO E A «RECONQUISTA»

(1) Ch. DIEHL, *Justinien et la civilisation byzantine au VIe siècle*; W. G. HOLMES, *The age of Justinian and Theodose, a history of the sixth century*.

(2) A origem eslava de Justiniano é uma invenção da época decadente.

(3) C. JULLIAN em «Bulletin épigraphique», t. IV.

(4) Ch. DIEHL, *op. cit.*, 23; SCHMIDT, *Geschichte der Vandalen*, 126, nota I.

(5) Ch. DIEHL, *op. cit.*, 129.

(6) Idem, *L'Afrique byzantine*, 3; SCHMIDT, *op. cit.*

(7) Ver mais atrás, p. 226.

(8) Ver p. 189.

(9) Ch. DIEHL, *Justinien et la civilization byzantine...*, J. B. BURY, *History of the later roman Empire...*, t. II; L. M. HARTMANN, *Ueber die Ursache des Untergangs des*

römischen Reich.; em «Archiv für soziale Gesetzgebund und Statistiko», t. II; T. HODGKIN, *Italy and her invaders*.

(10) Ch. DIEHL, *op. cit.*, 182.

(11) Idem, *ibid.*, 196.

(12) L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen*, 109.

(13) Ch. OMAN, *History of the art of war*, 34.

(14) H. DELBROCK, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*, t. II, 367-379.

(15) Ch. OMAN, *op. cit.*, 34.

(16) Contin. de PROSPER, *Mon. Germ. Auctores antiq.*, IX, 267, 337.

(17) *Corpus inscript. lat.*, VI, 1199.

(18) F. VON DARN, *Die Kanige der Germanen. Das Tresen des eiltesten turns der germanischen Stämme und seine Geschichte bis auf die Feudalzeit*, t. V; R. ALTAMIRA, *Historia de España*, t. I; BALLESTEROS y BERETTA, *Historia de España y su influência en la historia universal*, t. I.

(19) Ch. DIEHL, *Justinien...*, 206.

(20) D. de MANTEYER, *La Provence du Ier siècle*, p. 26.

(21) Ch. DIEHL, *op. cit.*, 32, 662-666.

IV. FRACASSO DA OBRA DE JUSTINIANO

(1) Idem, *L'Afrique byzantine (533-709)*; e P. J. MESNAGE, *Le Christianisme en Afrique*, t. III-IV.

(2) Tal é, pelo menos, a opinião de L.-M. HARTMANN, *Geschichte Italiens im Mittelalter*, t. I, 353.

(3) Ver mais atrás, p. 238.

(4) Ch. DIEHL, *Études sur l'administration byzantine data l'Exarchat de Ravenne*; HARTMANN, *Untersuchungen zur Geschichte der byzantinischen Verwaltung in Italien (540-750)*.

(5) F. GREGOROVIVUS, *Geschichte der Stadt Rom im Mittelalter*, e H. GRISAR, *Roma alla fine del mondo antico*; R. LANCIANI, *Destruction of ancient Rome, a sketch of the history of the monuments*; BATIFFOL, *La Paix Constantinienne et le catholicisme*; O. ROESSLER, *Grundriss einer Geschichte Roms im Mittelalter*.

(6) Ch. DIEHL, *Juttinien*, 622; H. GRISAR, *Roma alla fine del mondo antico*, 146.

(7) F. GREGOROVIVUS, *op. cit.*, t. I, 453.

(8) Ch. DIEHL, *op. cit.*, 218, 410, 420, 423.

(9) Idem, *ibid.*, 222.

(10) Idem, *ibid.*, 661-666; cf. 31.

(11) P. COLLINET, *Le caractère oriental de d'oeuvre législative de Justinien et les destinées des institution classiques en Occident*.

(12) *Nov.*, VII, I; cf. *Nov.*, XV, pref., 66, I. 2.

(13) L. DUCHESNE, *Histoire ancienne de l'Église*, t. II, 146; J. MAURICE, *Numismatique constantinienne*, t. II; G. FERRERO, *Grandeur et décadence de Rome*.

(14) Contudo, o grego teria sido substituído pelo latim a partir do final do século IV, Segundo COLLINET, *Histoire de l'école de droit de Beyrouth*, 222. Esta data parece-nos prematura.

(15) J.-C. JIRECEK, *Die Romanen in den Städten Dalmatiens während des Mittelalters*, em *Denkschriften da Academia de Viena*, t. XLVIII, 1902; STRAKOSCH-GRASSMAN, *Geschichte der Deutschen in Oesterreich-Ungarn*. Cf. HAUMANT em *Revue historique*, Março de 1917, pp. 287-304.

(16) L. HOMO, *Essai sur le règne de l'empereur Aurélien*, 320.

(17) Nov., VII, I.

V. A ESPANHA VISIGÓTICA

(1) R. ALTAMIRA, *Historia de España*, t. I; BALLESTEROS y BERETTA, *Historia de España y su influencia en la historia universal*, t. II; F. von DAHN, *op. cit.*, t. V e VI.

(2) ALBERTINI, *Les divisions administrative: de l'Espagne romaine*, 923.

(3) L. SOMATA, *Geschichte des Vandalen*.

(4) G. YVER, *Euric, roi des Visigoths*.

(5) A. LONGNON, *Les noms de lieu de la France...*, 330.

(6) DOM H. LECLERCQ, *L'Espagne chrétienne*.

(7) H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. I, 489, 492, 514.

(8) O seu pai, Cindasvindo (642-653), planeava esta expedição mas não pudera levá-la a cabo.

(9) H. BRUNNER, *op. cit.*, t. I, 493-494.

(10) Ver a sua *Laws Spaniae* e a sua *Dedicatio ad Sisenandum regem* (ed. MOMMSEN, *Chron. minora*, t. II 26, 304, 479).

(11) Contudo, não deve compreender-se *hidalgo* como significando «filho de Godo». O sentido a *hi* (filho), *d'algo* (bens de fortuna).

(12) F. von DAHN, *op. cit.*, t. VI, 305.

(13) Idem, *ibid.*, t. VI; DOM H. LECLERCQ, *L'Espagne chrétienne*, 333.

(14) DOM H. LECLERCQ, *op. cit.*, 319.

VI. O ESTADO LOMBARDO

(1) G. ROMANO, *Le Dominazioni barbariche in Itália (395-1204)*, (Storia politica d'Itália, Milk., 1909); P. VILLARI, *Le Invasioni barbariche in Itália*; N.-A. VASILIEV, *La Chute de l'Empire romain et la disparition de la legislation et de la culture antique* e VENTURI, *Storia del arte italiana*; Ch. DIEHL, *Études sur l'administration byzantine dans l'Exarchat de Ravenne*; T. HODGKIN, *Italy and her invaders*, t. VII; F. von DAHN, *op. cit.*, t. XII; L. M. HARTMANN, *Geschichte Italien im Mittelalter*,

t. II; ERNESTO MAYER, *Historia de las instituciones sociales y political de España y Portugal durante los siglos V a XVI*.

(2) TACITO, *Germania*, 40.

(3) Cf. mais adiante, «A difusão do Cristianismo» cap. XIV.

(4) L. M. HARTMANN, *op. cit.*, t. II, 2, 30.

(5) Idem, *ibid.*, t. II, 2, II, 18.

(6) W. BRUCKNER, *Die Sprache der Langobarden*, 13; E. MAYER, *Italienische Verfassungsgeschichte*, t. 24; L. M. HARTMANN, *op. cit.*, t. I, 2.

(7) E. MAYER, *op. cit.*, t. 162; G. SALVIOLI, *Trattato di storia di diritto italiano*.

(8) L. M. HARTMANN, *op. cit.*, II, 2, 33-35; SALVIOLI, *op. cit.*, 210.

(9) L. M. HARTMANN, *op. cit.*, II, 2, 37-39; SALVIOLI, *op. cit.*

(10) H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, 530-536.

(11) Contra: J. BRISSAUD, *Cours d'histoire générale du droit français public et privée*, t. I, 102, nota 3.

(12) POUPARDIN, *Institutions des principautés lombardes de l'Italie du Sud*.

(13) L. M. HARTMANN, *op. cit.*, t. II, 2, 42; E. MAYER, *op. cit.*, t. I, 308; G. SALVIOLI, *op. cit.*, 21.

(14) E. MAYER, *op. cit.*, t. I, 440; HARTMANN, *op. cit.*, t. II, 2, 46.

(15) L. M. HARTMANN, *op. cit.*, t. II, 2, 50, 63; SALVIOLI, *op. cit.*, 49, 285.

(16) E. MAYER, *op. cit.*, t. I, 2-5, 28, 46-48, 414.

(17) L. M. HARTMANN, *op. cit.*, t. II, 2, 4, 50.

(18) L. M. HARTMANN (*ibid.*, t. II, 21-22) pensa que, no século VIII, os Lombardos já não se distinguiam dos outros habitantes da Itália pelo aspecto e vestuário. Paulo DIACRO (IV, 22), ao pretender descrever o aspecto exterior e o vestuário usado pelos seus compatriotas no passado, é obrigado a recorrer às pinturas do palácio de Monza executadas no tempo da rainha Teodolinda. Defendendo a tese oposta, temos os textos citados por Ernst MAYER (*Italienische Verfassungsgeschichte*, pp. 46-48 e a nota 85). Cf. DUCHESNE, *Les premiers temps de l'État pontifical*, 10-12.

VII. O PAPADO E A ITÁLIA. DE MEADOS DO SÉCULO VI A MEADOS DO SÉCULO VIII

(1) E. LOENING, *Geschichte des Deutschen Kirchenrechts*, t. I, 66; O. ROESSLER, *Grundriss einer Geschichte Roms im Mittelalter*, 53-55, 134, 141.

(2) Idem, *ibid.*, 118-130.

(3) L. DUCHESNE, *Autonomies ecclésiastiques. Églises séparées*, 177; E. BABELON, *Traité des monnaies grecques et romaines*, 134.

(4) DUCHESNE, *op. cit.*, 193; BABELON, *op. cit.*, 582-589.

(5) DUCHESNE, *op. cit.*, 128.

(6) H. HUBERT, *Étude sur la formation des États de l'Église*, em «Revue historique», t. LXIX, 1899.

(7) E. LUCIUS, *Les Origines du culte des saints dans l'Église chrétienne*; F. PFISTER, *Der Reliquienkult im Altertum*; H. DELAHAYE, *Les légendes hagiographiques*.

(8) Ch. DIEHL, *Études sur l'administration byzantine dans l'Exarchat de Ravenne*; HARTMANN, *Untersuchungen zur Geschichte der byzantinischen Verwaltung in Italien*.

(9) HARTMANN, *Geschichte Bakens im Mittldalter*, t. 364; ROESSLER, *op. cit.*, t. I, 71.

(10) Ch. DIEHL, *op. cit.*, 308-312; HARTMANN, *op. cit.*, t. I, 124; HARTMANN, *Untersuchungen zur Geschichte der byzantinischen Verwaltung...*, 54, 151-165; O. ROESSLER, *op. cit.*, t. I, 119.

(11) L. DUCHESNE, *op. cit.*, 167.

(12) Idem, *ibid.*, 192.

(13) Idem, *ibid.*, 236.

(14) F. H. DUDDEN, *Gregory the Great, his place in history and thought*; L. PINGAUD, *La Politique de saint Gregoire le Grand*.

(15) DOM L. GOUGAUD, *Les Chrétientés celtiques*; H. ZIMMER, *Ueber die Bedeutung des Irischen Elements für die Mittelalterliche Kultur*, t. LIX, 1887.

(16) DOM CABROL, *L'Angleterre chrétienne avant les Normands*; *The Cambridge Medieval History*, T. I: *The Christian empire and the foundation of the tectonic Kingdoms*, 496-541.

(17) H. ROGER, *L'Enseignement des lettres classiques d'Ausone a Akuin*; Marg. ROESSLER, *Erziehung in England vor der normann. Eroberung*, em «*Englische Studien*», t. XLVIII, 1914 (pp. 1-114).

(18) E. LAVISSE, *La Conquête de la Germanie par l'Église romaine*, em «*Revue des Deux Mondes*», 15 de Abril de 1887.

(19) DOM U. BERLIÈRE, *L'Ordre monastique des origins au XIIIe siècle*; DOM J. M. BESSE, *Les moines d'Orient antérieurs au concile de Chalceloine (451)* e Idem, *Les moines de l'ancienne France: période gallo-romaine et mérovingienne*; O. ZOECKLER, *Askese und Mönchtum*; cf. E.-A. BABUT, *Priscillien et le Priscillianisme* (Bibliothèque de l'École des Hautes Études, 169.^o fasc.) e cf. BAILEY, *The Legacy of Rome: Essays*, Oxford, 1923.

(20) Cuthbert BUTLER, *Benedictine monachism*, 2.^a ed., Londres, 1924.

(21) P. FABRE, *De patrimonio Ecclesiae usque ad aetatem Carolinorum* e K. SCHWARZLOSE, *Die Patrimonien der römischen Kirche bis Zur Gründung des Kirchen-Staates*.

(22) DUDDEN, *Gregory the Great...*; L. PINGAUD, *La Politique de saint Grégoire le Grande*.

(23) H. HUBERT, *Étude sur la formation des États de Église*, em «*Revue historique*», t. LXIX, 1899, 34, 36; O. ROESSLER, *Grundriss einer Geschichte Roms im Mittelalter*, t. I, 147-160.

(24) L. HALPHEN, *Étude sur l'administration de Rome au Moyen Âge, 757-1282* (Paris, 1901), pp. II-15, 20, 40.

(25) L. DUCHESNE, *Les premiers temps de l'État pontifical*, 2.^a ed., it.

(26) Idem, *ibid.*, 12-13, 115, 219; O. ROESSLER, *op. cit.*, p. 62.

VIII. A TOMADA DA GÁLIA PELOS FRANCOS. CLÓVIS

(¹) E. LAVISSE, *Histoire de France*, t. II, I; BOUCHÉ-LECLERCQ, *L'intolérance*, e Fustel DE COULANGES, *La Monarchie franque*; J.-M. LEHUEROU, *Histoire des institutions Mérovingiennes et du gouvernement des Mérovingiens jusqu'à l'édit de 615*; G. KURTH, *Clóvis*; G. KURTH, *Études franques* e Idem, *La frontière linguistique en Belgique*; W. LEVISON, *Zur Geschichte des Frankenkönigs Chlodowech*, em «Bonner Jahrbücher», t. CIII, 1898, pp. 42-86; FFEILSCHIFER, *Die Germanen im römischen Reich: Theodorich der Grosse*; Abbé DUBOS, *Histoire critique de l'établissement de la Monarchie française dans les Gaules*; P. FAHLBECK, *La Royauté et le droit royal français durant la première période de l'existence du royaume (486-614)*; J. BRISSAUD, *Cours d'histoire générale du droit français public et privé*; L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen Völker bis Zur Mitte des sechsten Jahrhunderts* e Idem, *Geschichte der deutschen Stämme...*; Walter SCHULTZE, *Das Merowingische Frankenreich* (Bibliothek deutscher Geschichte de Zwiedeneck-Sudenhorst t. II); SICKEL, *Die Entstehung der fränkischen Monarchie*, em «Westdeutsche Zeitschrift», t. IV; G. VOX SYBEL, *Die Entstehung des deutschen Königtums*, 3.^a ed., 1884.

(²) Mais atrás. p. 333-334.

(³) ver J. LAM, *Les mots latins: dans les langues britanniques* (1892), p. 9.

(⁴) Ver 2.^a parte, capítulo III.

(⁵) Ideia bastante admissível, de resto, aventada por Ludwig SCHMIDT, *Geschichte der deutschen Stämme...*, t. II, p. 423.

(⁶) A. LONGNON, *Atlas historique de la France*.

(⁷) Ver G. DES MAREZ, *Le problème de la colonisation franque... dans la Basse-Belgique* (Bruxelas, 1926).

(⁸) G. TAMASSIA, *Egidio e Siagrio*, em «Rivista storica italiana» t. III, 1886, pp. 193-234.

(⁹) W. JUNGHANS, *Histoire critique des règnes de Childeric et de Clodowech*, trad. G. MONOD, 1879 (Bibl. École Hautes Études, fasc. 37); G. KURTH, *Histoire politique des Mérovingiens*; Pio RAJNA, *Le Origin dell'epopea francese*.

(¹⁰) E. BABELON, *Le Tombeau du roi*

(¹¹) Diga o que disser W. BRANDES (*Des Auspicius von Toul römische Epistel an Arbogastes*, Wolfenhtittel, 1905, pp. 21-23.)

(¹²) LONGNON, *Les noms de lieu de la France...*, 198, e outros, atribuem aos Burgúndios nomes de lugares que são alamanicos.

(¹³) Cf. mais atrás, pp. 301-303.

(¹⁴) B. KRUSCH, *Chlodowechs Sieg über die Alamannen*, em *Neues Archiv für ältere deutsche Geschichtskunde*, t. XII (1886), 289.

(¹⁵) L. LEVILLAIN, *Le Baptême de Clóvis*, em «Bibliothèque de l'École des Chartes», 1906; W. LEVISON, *Zur Geschichte des Frankenkönigs Chlodowech*; Ch. PFISTER, *Le Baptême de Clóvis*, na «Revue hebdomadaire», 21 de Outubro de 1916; G. REVERDY, *Note sur l'interprétation d'un passage d'Avitus*, em *Le Moyen Âge*, ano de 1913.

(16) G. KUSIN, *Clóvis*; E. LOENING, *Geschichte des deutschen Kirchenrechts*; H. VON SCHUBERT, *Staat und Kirche in den arianischen Königreichen and im Reiche Chlodowigs* («Histor. Bibliothek», fasc. 26, 1912); A. SERESIA, *L'Église et l'État sous les rois francs au VIe siècle*.

(17) G. KURTH, *op. cit.*; Am GASQUET, *L'Empire byzantin et la Monarchie franque*.

(18) G. KURTH, *op. cit.*

(19) Idem, *ibid.*

(20) No fundo, KURTH é desta opinião: «Toda a sua grandeza se resume à sua obra; o homem escapa-nos quase por completo» (t. II, 220, 230.)

(21) Tal é, pelo menos, a explicação dada por H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte* e Idem, *Sippe and Wergeld*, em «Zeitschrift der Savigny Stiftung, Germ. Abteil.», XVI, 1882 (p. 14).

(22) Abbé DUBOS, *Histoire critique de l'établissement de la Monarchie française dans les Gaules*; Ad. HAUCK, *Kirchengeschichte Deutschlands*, E. LOENING, *op. cit.*; BOUCHÉ-LECLERCQ, *L'intolérance*, 499.

(23) BAYET, na *Histoire de France* de E. LAVISSE (t. II, vol. I, 103).

(24) WERMINGHOFF, *Geschichte de Kirchenverfassung Deutschlands. im Mittelalter*; A. HAUCK, *Kirschengeschichte Deutschland*; Edgar LOENING, *op. cit.*

(25) LAVISSE, na *Revue des Deux Mondes*, 15 de Janeiro de 1885, p. 417.

IX. A DESCENDÊNCIA DE CLÓVIS

(1) Cf., no respeitante a bibliografia, a nota 1, do capítulo VIII.

(2) L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen Völker bis zur Mitte des seebsten Jahrhunderts*, 184, 245.

(3) Idem, *ibid.*, 186.

(4) Cf. capítulo III.

(5) M. PROU, *Introduction au Catalogue des monnaies mérovingiennes de la Bibliothèque nationale*, p. XXX; ENGEL e SERRURE, *Traits de Numismatique du Moyen Âge*, t. I, p. 58.

(6) W. SCHULTZE, *Das Merowingische Frankenreich* (Bibliothek deutscher Geschichte de Zwiedeneck-Südenhorst, Stuttgart, 1896); t. II, p. 122.

(7) E. ROUSSEL, *Le roi Chilpéric*, em «Annales de l'Est», 1897; LAVISSE, *Histoire de France*, t. II, 138; W. SCHULTZE, *op. cit.*, 160.

(8) Am. GASQUET, *op. cit.*

(9) G. REVERDY, *Les Relations de Childebert II et de Byzance*, em «Revue historique», t. CXIV, 1913 (pp. 61-86).

(10) G. KUM; *Études franques*, t. I, pp. 265-356.

(11) P. FAHLBECK, *La Royauté et le droit royal francs durant la première moitié de l'existence du royaume* (486-614), p. 323; LEHUEROU, *Histoire des institutions mérovingiennes et du gouvernement des Mérovingiens jusqu'à l'edit de 615*; FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*, 612.

(12) A. LONGNON, *Géographie de la Gaule au VI^e siècle*; J.-B. BLADR, *Les Vascons avant leur établissement en Novempopulanie* e Idem, *La Vasconie cispyreneenne jusqu'à la mort de Dagobert*.

(13) KIESSLING, em *Realencyclopädie der classischen Altertum-wissenschaft*, t. VIII, col. 2599, 2607.

(14) GUTSCHMIDT, *Kleinere Schriften*, t. V, 393, 417; NEUMANN, em GERKE e NORDEN, *Einleitung in die Altertumwissenschaft*, t. III, 413; PEISKER em «The Cambridge Medieval History», vol. I: *The Christian empire and the foundation of the teutonic Kingdoms*, t. II, 436.

(15) PEISKER, em *op. cit.*, t. II, 451.

(16) F. LOT, *Encore la chronique du Pseudo-Frédégaire*, em «*Revue historique*», t. CXV, 1914.

(17) Contudo, não foi ele o fundador de Saint-Denis. Ver LEVILLAIN, na *Bibliothèque d'école des Chartes*, t. LXXXII e LXXXVI, 1921 e 1925.

X. DECADÊNCIA E FIM DOS MEROVÍNGIOS

(1) No respeitante a bibliografia, ver mais atrás a nota 1 do capítulo VIII (p. 440).

(2) B. KRUSCH, *Das Staatsreich des fränkischen Hausmeiers Grimoald* em «*Histor. Aufsätze Karl Zeumer...*», Weimar, 1910 (pp. 411-438), e principalmente LEVILLAIN, *La succession d'Austrasie au VII^e siècle*, em «*Revue historique*», t. CXII, 1913.

(3) Du MOULIN-ECKHART, *Leudegar, Bischof von Autun*.

(4) KRUSCH, *Scriptores reruns Merovingicarum*, t. V, 289.

(5) H. STEIN, *La mort de Chéldiric* em «*Le Moyen Âge*». 1908.

(6) E. TARDIF, *Les Chartes mérovingiennes de l'abbaye de Noirmoutier* (Batt. de «*Nouv. Revue hist. du droit*», t. XXII, p. 55).

(7) FUSTEL DE COULANGES, *Les transformations de la royauté pendant L'époque carolingienne*, 177.

(8) J.-B. BLADE, *L'Aquitaine et la Vasconie cispyreneenne...*; M. Pam, *La Gaule mérovingienne*.

(9) L. SCHMIDT, *Allgemeine Geschichte der germanischen*, 157.

XI. A REALEZA MEROVÍNGIA. AS INSTITUIÇÕES

(1) E. LAVISSE, *Histoire de France*, t. II, 170; H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. I; DECLAREUIL, *Cours d'histoire du droit français*, 90; P. FAHLBECK, *La royauté et le droit royal des francs...*; FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque* e Idem, *Les Transformations de la royauté pendant L'époque carolingienne*; A. Von HALBAN, *Das Römischen Recht in den germanischen Volkstoeten*; F. GUIZOT, *Histoire de la civilisation en France*; LEHUEROU, *Histoire des institutions mérovingiennes...*;

P. ROTH, *Geschichte des Beneficialwesens e Idem, Feudalität und Untertanenverband*; W. SICKEL, *Die Entatebung der frankischen Monarchie*, em «Westdeutsche Zeigschrift», t. IV; Idem, *Die Merowingische Völkversammlung*, *ibid.* vol. supl. II, 1888 e Idem, *Zum Ursprung des mittelalterlichen Staates*, em «Mitteilungen des Instituts f. Oesterr. Geschichte» vol. supl. 1886; P. VIOLLET, *Histoire des institutions politiques et administratives de la France*, t. I; e sobretudo: Georg WATZ, *Deutsche Verfassungsgeschichte*, t. II.

(2) Arrêts du Conseil, Paris, 1766, t. I, 4.

(3) P. FAHLBECK, *La Royauté et le droit royal francs...*, 154.

(4) DECLAREUIL, *Des Comtes de cité à la fin du Ve siècle*, na «Nouv. Revue hist. du droit», Nov.-Dez. 1910.

(5) P. FAHLBECK, *op. cit.*, 200.

(6) A. CARLOT, *Étude sur le Domesticus franc* (Bibl. da Faculdade de Letras de Liège, fast. 13).

(7) F. VON DARN, *Zur Merowingischen Finanzen*, em «Germanistische Abhandlungen... Konrad von MAURER», Goettingen, 1893, pp. 335-373.

(8) M. KROELL, *L'Immunité franque*; FUSTEL DE COULANGES, *Les Origins du système féodal: le Bénéfice et le Patronat pendant L'époque mérovingienne*, 336-425.

(9) P. FAHLBECK, *op. cit.*, 54; FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*, 408; G. WATZ, *op. cit.*, t. II, 2, 205.

(10) H. DELBROCK, *Geschichte der Kriegskunst ins Rahmen der politischen Geschichte*, t. II, 412.

(11) G. ROLOFF, *Die Umwandlung des frankischen Heeres von Chlodowig bis Karl dem Grossen*, em «Neue Jahrbucher für das Klassische Altertum», t. IX, 1902; GUILHIERMOZ, *Essai sur L'origine de la noblesse en France au Moyen Âge*, 97.

(12) P. FAHLBECK, *op. cit.*, 194; FUSTEL DE COULANGES, *Les Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne*, 16-111; LEHUEROU, *Histoire des institutions mérovingiennes...*; P. VIOLLET, *Histoire des institutions politiques et administrative: de la France*, t. 749; G. WATZ, *Deutsche Verfassungsgeschichte*, 3.^a ed., t. 22, 263.

(13) FUSTEL DE COULANGES, *Les Origins du système féodal...*; P. ROTH, *Geschichte des Beneficialwesens e Idem, Feudalität and Untertanenverband*; H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. II; P. VIOLLET, *op. cit.*, t. I. A completar com duas notáveis memórias: L. CLOTET, *Le bénéfice sous les deux premieres races*, na «Notícia do Congresso científico internacional dos católicos», reunido em Paris de 1 a 6 de Abril de 1891; E. LESNE, *Les diverses acceptions du terme beneficium*, (Extr. de la «Revue hist. du droit», 1924).

(14) Cf. mais atrás, fim do capítulo VIII (Parte I).

(15) Observação de FAHLBECK, *La Royauté et le droit royal francs*.

(16) A. LONGNON, *Les noms de lieu de la France...*

(17) Ver mais atrás, fim do capítulo VIII (Parte I).

(18) Ver capítulo IX (Parte III).

(19) J. N. MOREAU, *Principes de morale publique ou discours de L'histoire de France* (Paris, 1777 sqq., t. 2-19; t. III, 13).

(20) FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*, 612-630. Em *Les Transformations de la Royauté...*, Fustel é menos categórico, mais indefinido.

(21) Assim, LEHUEROU, *Histoire des institutions mérovingiennes...* 485, 491; WATZ, *op. cit.*, t. II, 2, 389-398; Ed. LOENING, *Geschichte des deutschen Kirchenrechts*, t. II, 526-532; P. FAHLBECK, *op. cit.*, 218-225, 323-337; H. BRUNNER, *op. cit.*, t. I, 446, 541; W. SCHURZZ, *Das Merowingische Frankenreich*, 174; P. VIOLLET, *op. cit.*, t. I, 394-398; etc.

(22) A. DIGOT, *Histoire des rois d'Austrasie*, t. 157, 161; PFISTER, na *Histoire de France* de LAVISSE, t. 1, 156.

(23) Cf. mais atrás, capítulo IX (Parte III).

(24) G. WATZ, *op. cit.*, t. II, 2, 83-100; FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*, 166-182.

(25) E. LOENING, *op. cit.*, 151.

(26) FUSTEL DE COULANGES, *Les Transformations de la royauté...*, 161.

(27) A. DIGOT, *op. cit.*

(28) P.-E. MARTIN, *Études critiques sur la Suisse à l'époque mérovingienne*.

(29) Cf. mais atrás, capítulo IX (Parte III).

(30) J. DENIKER, *Les races de l'Europe*: I. *L'indice céphalique*; II. *La taille*, Paris (Extr. da Associação francesa para o avanço das ciências. Congresso de Saint-Étienne, 1887; Congresso de Lyon, 1906). Cf. RIPLEY, *The races of Europe* e PITTARD, *Les Races et l'Histoire* (Ev. de Ilium., t. V).

(31) G. KURTH, *Études franques*, t. I, 76-77.

(32) FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*, 176.

XII. A VIDA ECONÓMICA

(1) Cf. livro 1.º, cap. IV.

(2) FUSTEL DE COULANGES, *L'Alleu et le domaine royal*; H. SÉE, *Les Classes rurales et le regime domanial en France au Moyen Âge*.

(3) H. BLÜMNER, *Technologie and Terminologie der Gewerbe and Kunste bei Griechen and Römern.*, t. II, 83; MOMMSEN e MARQUARDT, *Manuel des Antiquités romaines*, t. XV (*La vie privée*), 45; WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles des Romains*, t. II, 85.

(4) E. LEVASSEUR, *Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France*, t. I, 2.ª ed.; A. LONGNON, *Géographie de la Gaule au VIe siècle*.

(5) PIRENNE, em *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. I, 77-86; t. II, 223-235.

(6) H. ZIMMER, *Ueber direkte Handelsverbindung Nest-Galliens mit Irland in Altertum and früh-Mittelalter*, em «Sitzungsberichte» da Academia de Berlim, 1909.

(7) BRÉHIER, *Les colonies d'Orientaux en Occident au commencement du Moyen Age*, em «Byzantin. Zeitschrift», XII, 1903, pp. 1-39.

(8) Ver pp. 232-33.

(⁹) Ver o levantamento de An. de BARTHELEMY, em *Revue archéologique*, 1865, I.

(¹⁰) P. IMBART DE LA TOUR, *Les paroisses rurales*.

(¹¹) E. BABELON, *Traité des monnaies grecques et romaines*; A. BLANCHET, *Étude sur les figurines en terre* (Memórias da Sociedade dos antiquários de França 1891), t. I, 238; M. PROU, *Introduction au Catalogue des monnaies mérovingiennes de la Bibl. national*, e em «Moyen Age», 1910, 132.

(¹²) M. PROU, *op. cit.*, p. XVI, XXX-XXXIII.

XIII. A VIDA INTELECTUAL E ARTÍSTICA. O ENSINO

(¹) O. BARDENHEWER, *Geschichte der altkirchlichen Literatur*, 2.^a ed. Trad. fr: *Les Pères de l'Église*, por GODET e VERSCHAFFEL, Paris, 1899; A. BAUMGARTNER, *Geschichte der Weltliteratur*, t. IV: *Die lateinische Literatur der christlichen Völker*; P. DE LABRIOLLE, *Histoire de la littérature latine chrétienne*; H. ROGER, *L'Enseignement des lettres classiques d'Ausone a Alcuin*; Ad. EBERT, *Allgemeine Geschichte der Literatur des Mittelalters im Abendland*, trad. fr., por Aymeric e Gondamin, Paris 1883; M. MANITIUS, *Grundriss der lateinischen Literatur des Mittelalters*, I: *Von Justinian bis zum Mitte des Zehnten Jahrhunderts*, 1911 (*Handbuch d'Iwan von Müller*, X. 2, 1).

(²) Prefácio de Gregório de Tours ao seu *Historia Francorum*.

(³) Prólogo do I, IV.

(⁴) Ver mais atrás, «razão estética», capítulo VIII (Parte I).

(⁵) G. BOISSIER, *La fin du paganisme, étude sur les dernières luttes religieuses en Occident au IV^e siècle*, t. II; H. GOGER, *op. cit.*, 156.

(⁶) Idem, *ibid.*, 195-201; E. BREHAUT, *An Encyclopaedist of the dark ages: Isidore of Seville*.

(⁷) Cf. mais atrás, capítulo IX. 3 (Parte I).

(⁸) DOM H. LECLERCQ, *L'Espagne chrétienne*, 319, 324.

(⁹) H. T. PECK, *A History of classical philology from the seventh century B. C. to the twentieth century*; J. SANDYS, *A history of classical scholarship*, t. I: *From the sixth century B. C. to the end of the middle ages*; H. ROGER, *op. cit.*; H. O. TAYLOR, *The classical heritage of the Middle Ages*; W. NORDEN, *Das Papsttum und Byzanz*; H. SEMPER, *Das Fortleben der Antike in der Kunst des Abendlandes*.

(¹⁰) H. HEALY, *Insula Scotorum et doctorum or Ireland's ancient schools and scholars*, 5.^a ed. Dublin, 1908; Kuno MEYER, *Learning in Ireland in the fifth century and the transmission of letters*; C. VON SAVIGNY, *Vermischte Schriften*; W. SCHULTZE, *Die Bedeutung der Irischschottischen Mönche für die Erhaltung und Fortdauer der Mittelalterlichen Wissenschaft*, em «Centralblätt. für Bibliothekswesen», t. VI, 1884; H. ZIMMER, *Ueber die Bedeutung des Irischen Elements für die mittelalterliche Kultur*, em «Preussische Jahrbüchen», t. LIX, 1887.

(¹¹) Cf. mais atrás, capítulo IX. 1 (Parte I).

(¹²) J. BIDEZ, *Boèce et Porphyre*, em «Revue belge de philologie et d'histoire», t. II, 1923, pp. 589-201.

- (13) J. DE GHELLINCK, *Le mouvement theologique du XIIe siècle*, 1914.
- (14) A. VON HARNACK, *Lehrbuch de Dogmengeschichte*, t. III; J. TIXERONT, *Histoire des dogmes*, t. III.
- (15) W. R. BALL, *A short Account of the history of mathematics*; M. CANTOR, *Vorlesungen Fiber Geschichte der Mathematik*, t. I, 573-590; Paul TANNERY, *Mémoires scientifiques*.
- (16) DOM LECLERCQ, *L'Espagne chrétienne*, 309.
- (17) M. MARTHELOT, *Essai sur la transmission de la science antique au Moyen Age* (Vol. I de l'Histoire des sciences; la Chimie au Moyen Âge», 1893); E. DANNEMANN, *Die Naturwissenschaften*, t. I.
- (18) Cf. mais atrás, capítulo IX. 3 (Parte I).
- (19) *Sermon XXXIII*. Cf. MÂLE, *L'Art religieux*, século XIII, 167.
- (20) H. VON EICKEN, *Geschichte und System der Mittelalterlichen Weltanschauung*; J. HEALY, *op. cit.*; L. ROUGIER, *La Mentalité scolastique*, na «Revue philosophique», Março-Abril 1924.
- (21) Ver Ernest LANGLOIS, *Origin et sources du Roman de la Rose*.
- (22) C. H. GRANDGENT, *An introduction to vulgar latin*.
- (23) Ver início do capítulo VII (Parte I).
- (24) M. BONNET, *Le latin de Grégoire de Tours*.
- (25) R. KOEBNER, *Venantius Fortunatus* («Beitrag zur Kulturgeschichte», fasc. 22, Leipzig, 1915). Cf. Ch. NISARD, *Le poete Fortunat* (1890).
- (26) W. LEVISON, *Die Iren and die frankische Kirche*, em «Histor. Zeitschrift», t. CIX, 1912, pp. 1-22.
- (27) E. VACANDARD, *La scola du palais mérovingien*, em «Revue des questions historiques», t. LXI, LXII, LXXVI, 1897, 1904; G. KAUFMANN, *Rhetorenschulen and Klosterchulen oder beidnische and christliche Kultur in Gallien wabrend des 5. and 6. Jahrhunderts*.
- (28) A. APPUHN, *Das Trivium und Quadrivium*; H. ROGER, *L'Enseignement des lettres classiques d'Ausone a Alcuin*. 127; E. VACANDARD, *op. cit.*
- (29) Gaston PARIS, *La littérature française au Moyen Age*, 3.^a ed., 191.
- (30) Idem, *ibid.*, 21; G. KURTH, *Histoire Politique des Mérovingiens*; Pio RAJNA, *Le Origin dell'epopea francese*.
- (31) B. SYMONS, *Heldensage*, em «Grundriss der german. Philologie» de H. Paul, 2.^a ed., Estrasburgo. 1900, t. III, pp. 606-734.
- (32) ANDRÉ-MICHEL, *Histoire de l'Art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'a nos jours*, t. I, 1; C. ENLART, *Manuel d'archéologie française depuis les temps mérovingiens jusqu'à la Renaissance*; M. PROD, *La Gaule mérovingienne*, 247.
- (33) R. DE LASTEYRIE, *L'Église de Saint-Martin de Tours*, em «Mémoires de l'Académie des inscriptions», t. XXXIV, 1892, pp. 1-52.
- (34) C. ENLART, *op. cit.*, I, 103-150.
- (35) P. CLEMEN, *Merowingische and Karolingische Plastik*, em «Jahrbuch. d. Vereins f. Albert, im Rheinlande», Bonn, fasc. 92, ano de 1892.

(36) E. MOLINER, *Histoire générale des arts appliqués a l'industrie, du Ve a la fin du XVIIIe siècle*; C. BARRIERE-FLAVY, *Les Arts industriels des peuples barbares de la Gaule du VIe au VIIIe siècle*.

(37) Cf. mais atrás, capítulo VIII. 3 (Parte I).

(38) Cf. mais atrás, capítulo VIII. 3 (Parte I).

(39) Ch. DIEHL, *Manuel d'art byzantin*, 214, 555.

(40) ANDRÉ-MICHEL, *op. cit.*, t. I, 303-321, 435. Ver também Aug. MOLINER, *Les manuscrits et les miniatures* (1892), e E.-H. ZIMMERMANN, *Vorkarolingische Miniaturen* (Berlin, 1916).

(41) M. PROU, *Manuel de paléographie*, 4.^a ed., por A. DE BOUARD.

XIV. A VIDA RELIGIOSA

(1) E. LAVISSE, *Histoire de France*, t. II, 216; Idem, *La Foi et la morale des Francs*; FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*; Ad. HAUCK, *Kirchengeschichte Deutschlands*, t. I e II; E. LOENING, *Geschichte des deutschen Kirchenrechts*, t. VI; A. SERESIA, *L'Église et l'État sous les rois francs au VIe siècle*; A. WERMINGHOFF, *Geschichte der Kirchenverfassung Deutschland: im Mittelalter*; E. VACANDARD, *L'Idolatrie en Gaule au VIe et au VIIe siècle*, em «Revue des questions historiques», t. LXV, 1899; Idem, *Vie de saint Ouen, évêque de Rouen*; M. VAES, *La Papauté et l'Église franque a l'époque de Grégoire le Grand*, em «Revue d'histoire de l'Église», Julho de 1905; R. WEYL, *Das fränkische Staatskirchliche Recht zur Zeit der Merowinger*, 1888, (*Untersuchungen der Gierke*, fasc. 27); L. DUCHESNE, *Histoire ancienne de l'Église*.

(2) H. LESNE, *La Propriété ecclésiastique en France aux époques romaine et mérovingienne*.

(3) FUSTEL DE COULANGES, *Les origines du système féodal*; M. KROELL, *L'Immunité franque*.

(4) E. REVILLOUT, *Les Ostraka*, em «Notícias das sessões da Academia das inscrições», 1870, p. 231. Cf. VAN CAUWENBERGH em *Mélanges Cb. Moeller* (Louvain, 1914), 234.

(5) WERMINGHOFF, *Geschichte der Kirchenverfassung Deutschlands im Mittelalter*.

(6) P. CLOCHE, *Les Elections épiscopales sous les Mérovingiens*, em «Le Moyen Age», Set.-Dez. 1924-25 (pp. 203-254).

(7) HINSCHIUS, *System des Kabolischen Kirchenrechts*, t. II, 516; t. III, 700; W. SCHULTZE, *Das Merowingische Fränkenreich*, 1896, (*Bibl. deutscher Geschichte de Zwiedeneck-Siudenhorst*, t. III), 509; R. WEYL, *Das fränkische Staatskirchliche Recht zur Zeit der Merowinger*, 1888 («*Untersuchungen der Gierke*», fasc. 27).

(8) BABUT, *Priscillien et le Priscillianisme*; Idem, *Saint-Martin de Tours*; Idem, *Recherches sur la garde impériale et sur le corps d'officiers de l'armée romaine aux VIe. et Ve siècles*; DOM U. BERLIÈRE, *L'ordre monastique, des origines au XIIe siècle*; DOM J.-M. BESSE, *Les mains d'orient antérieurs au concile de chalcédvne*, e ID, *Les*

moines de l'ancienne France: période gallo-romaine et mérovingienne; ZOECKLER, *Askese and Mönchtum*; C. BUTLER, *Benedictine monachism*.

(9) DOM L. GOUGAUD, *Les Chrétientés celtiques*.

(10) BABUT, *Saint-Martin de Tours*.

(11) P. IMBART DE LA TOUR, *Les paroisses rurales*.

(12) E. VACANDARD, *L'Idolâtrie en Gaule au VI^e et au VII^e siècle*, em «Revue des questions historiques», t. LXV, 1899.

(13) E. LAVISSE, *La Foi et la morale des Francs*, em «Revue des Deux Mondes», 15 de Março de 1886 e Idem, *La Conquête de la Germanie par l'Église romaine*, *ibid.*, 15 de Abril de 1887.

(14) E. LAVISSE, *ibid.*, e Idem, *ibid.*, H. DELAHAYE, *Les légends hagiographiques*.

(15) Cf. mais atrás, capítulo III. 3 (Parte I).

(16) E. LESNE, *La Propriété ecclésiastique en France aux époques romaine et mérovingienne*, t. II, 314.

(17) Idem, *ibid.*

XV. A SOCIEDADE LAICA

(1) Isso foi tentado por A. MARIGNAN, *Études sur la civilisation française*.

(2) P. ALLARD, *Saint Sidoine Apollinaire*. Cf. mais atrás, fim de capítulo X (Parte III).

(3) Cf. mais atrás, capítulo VIII (Parte III).

(4) Albert DAUZAT, *Les noms de personnes* (1925), 37.

(5) Ferd BRUNOT, *Histoire de la langue française*, t. I; NYROP, *Grammaire historique de la langue française*, t. I (1904).

(6) Fr. SCHUPFER, *Il Diritto privato dei popoli germanici*; VAN WETTER, *Le droit romain et le droit germanique dans la monarchie franque*, em «Relatório sobre a situação da Universidade de Gand» (1889-1900); HEUSLER, *Institutionen des deutschen, Privatrechts*, t. I.

(7) R. Soma, *La Procédure de la Lex Salica*, trad. Thevenin, Paris, 1873 (Bibl. da Escola dos Altos Estudos, fasc. 23); J. J. THONISSEN, *L'Organisation judiciaire, le droit pénal et la procédure pénale de la loi salique*.

(8) DECLAREUIL, *Les Preuves judiciaires dans le droit franc, du Ve au VIII^e siècle* (Extr. da «Nouv. Revue hist. du droit», 1899).

(9) H. GELZER, *Das Verhältnis von Staat and Kirche in Byzans*, em «Ausgewählte kleine Schriften» (pp. 57-541), Leipzig, 1907.

(10) L. TREICH, *Les Tarifs de la loi salique*, em «Revue historique» t. CIV, 1910.

(11) FRAUENSTAEDT, *Blutrache im deutschen Mittelalter* (1881); P. DUBOIS, *Les assurances... recherches sur le droit de vengeance* (1900).

(12) E. CHAMPEAUX, *Essai sur la «vestitura» ou saisine* (1899).

(13) H. BRUNNER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, t. I, 294, 308.

(14) A conclusão de M. PROD, (*La Gaule mérovingienne*) ao contrário, é optimista.

Notas adicionais

ORIENTAÇÃO GERAL

É sempre bom, antes de se entrar a fundo no estudo da história, fazer, como costuma dizer-se, um apanhado de conjunto, pelo menos na companhia de espíritos sabedores e generalizadores. Tal é o caso, por exemplo, e para não que percamos também demasiado tempo, de:

DAWSON (Christoper), *Les origins de l'Europe et de la Civilization*, traduzido sob a orientação e com um Prefácio de Louis Halphen, 1934.

JORGA (Nicolas), *Essai de synthèse de l'histoire de l'humanité*, Paris, 1927, 4 vol. O único volume concernente à época que ora nos ocupa é o segundo, intitulado: *Le Moyen Âge*, o qual começa com o triunfo do cristianismo e prossegue até 1081. Dedicar uma boa parte a Bizâncio. Comporta no total 570 pp.

PIRENNE (Jacques), *Les grands courants de l'Histoire universelle*, Neuchâtel, 1943, 3 vol. (O t. I: *Des origines à l'Islam*).

O IMPÉRIO ROMANO

ALBERTINI (Eug.), *L'Empire romain*, Paris, 1929, Col. *Peuples et civilisations*, dirigida por L. Halphen e P. Sagnac, t. IV.

CHAPOT (Victor), *Le Monde romain*, Paris, 1927. Com um Prefácio de H. Berr, Col. *L'évolution de l'Humanité*, 1.^a secção, vol. XXII.

HOMO (Leon), *Le Haut-Empire*, Col. *Histoire* fundada por G. Glotz, t. III.
– *La civilisation romaine*, Paris, 1930.

PARIBENI (R.), *L'Itália imperiale de Ottaviano a Teodosio*, Milão, 1938. Trabalho de primeira ordem, muito bem ilustrado. (Constitui o vol. II da *Storia d'Itália illustrata*.) Ao examinar as causas da ruína do Império, o autor acha-as de tal modo numerosas e profundas que é de opinião que só há uma coisa com que nos devemos espantar: o facto de o Império ter podido subsistir cinco séculos no Ocidente.

SOLARI (Arturo), *La crisi dell'impero romano*, Milão, 1933-1937, 4 tomos em 5 vol.

T. I: *La successione di Giuliano*, 1933.

T. II: *Gli ultimi Valentiniani*, 1933.

T. III: *La politica di Teodosio*, 1934.

T. IV, vol. I: *La tutela barbarica: Opposizioni tradizionali*, 1936. – Vol. 2: *Formazioni nazionali (sic)*, 1937 (vai de Petrónio-Máximo a Odoacro).

O BAIXO IMPÉRIO

Esta expressão Baixo-império tende a cair em desuso na linguagem dos historiadores. J. B. BURY diz *Later roman Empire*. Ernst STEIN, *Spätromische Reich* ou *De l'Empire romain a l'Empire byzantin*. Este último escreveu, sobre este período, uma obra que a hoje em dia é perfeitamente indispensável: *Geschichte des Spätromischen Reiches: Vom Römischen zum byzantinischen Staat* (284-476), Viena, 1928. Admiravelmente informado, e geralmente prudente e sábio nos seus juízos sobre os homens e as coisas, o autor é um tanto ou quanto rude para os seus predecessores e os seus contemporâneos. Se nos quisermos dar conta de tudo aquilo que esta obra contém em si de precisões e de rectificações, convém ler a importante notícia de J. R. PALANQUE na *Revue historique*, t. CLXIV, 1930, pp. 288-308. – O tomo II, publicado em francês após a morte do autor, debruça-se apenas sobre a história do Império Romano do Oriente.

Encontrar-se-á o essencial de tudo aquilo que tem saído sobre a história política, religiosa, económica, militar, etc., de 284 a 396, nas seguintes obras, acompanhadas por uma bibliografia segura dos inúmeros trabalhos existentes a respeito deste período:

BESNIER (Maurice), *L'Empire romain, de l'avenement des Sévères au concile de Nicée*, 1937. (Constitui o t. IV, primeira parte, da *Histoire romaine*, na *Histoire générale* fundada por G. GLOTZ).

PIGANIOL (ANDRÉ), *L'Empire Chrétien* (325-395), 1947 (Constitui o t. IV, segunda parte da *Histoire romaine*, da mesma colecção). Denota estar ao corrente de todos os trabalhos importantes, e é bastante pessoal. facto que torna a sua leitura perfeitamente cativante. Apresenta, como introdução, um excelente quadro do Império Romano na data de 395 (p. 1-21). Demasiados julgamentos peremptórios, contudo, acerca de homens e de coisas que nos serão sempre muito mal conhecidos.

PRIMEIRA PARTE

A CRISE DO SÉCULO III E A RECONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO

I. A CRISE POLÍTICA DO SÉCULO III

Sobre este período: BESNIER (Maurice), *L'Empire romain, de l'avènement des Sévères au concile de Nicée*, op. cit.

JARDE julga poder distinguir na biografia de Alexandre Severo da *História Augusta* algumas partes dignas de crédito. Norman BAYNES considera que esta biografia (cf. mais adiante, p. 405) não tem qualquer valor histórico, não passando de um panegírico disfarçado do imperador Juliano. Obteve concordância de W. SESTON (em *Revue des Études Anciennes*, 1948, p. 60), o qual acusa mesmo a chancelaria de Juliano de ter fabricado um falso édito de Alexandre Severo.

Sobre a grande rival da civilização greco-latina do mundo romano, a Pérsia dos Sassânidas do século III ao século VII, ver:

CHRISTENSEN (A.), *L'Iran sous les Sassanides*, Copenhaga-Paris, 1936. (Anais do Museu Guimet, Bibl. de estudos, vol. 48).

II. A RESTAURAÇÃO DO MUNDO ROMANO

Colegialidade e unidade do Império.

PALANQUE (J. R.), *Collégialité et partage dans l'Empire romain aux IV^e et V^e siècles* em *Revue des Études anciennes*, t. XLVI, 1944, pp. 47-64 e pp. 283-298. O autor mostra que a colegialidade da magistratura imperial, já usual antes de Diocleciano, em nada implica uma partilha territorial do mundo romano. Para ele, a própria tetrarquia não representa uma tal partilha. «Apesar das aparências em contrário, pode afirmar-se que a tetrarquia corresponde a uma centralização do governo corrigida por uma descentralização da administração.» O autor crê que, se a unidade não veio realmente a ser realizada, para lá se tendeu, pelo menos. O desaparecimento do Império do Ocidente, em 476, significa o restabelecimento da unidade imperial «do ponto de vista constitucional».

SESTON (W.), *Diocletien et la Tétrarchie. I: Guerres et reformes*, 284-300, 1946 (Biblioteca das Escolas francesas de Atenas e de Roma, vol. 162). O autor considera que a ideia da tetrarquia, sistema destinado a impedir os *pronunciamientos*, que durante meio século tinham ensanguentado e enfraquecido o Império, não surgiu de uma só vez no espírito de Diocleciano. Este imperador não é um teólogo fazedor de sistemas, mas sim um espírito político que sabe adaptar-se às circunstâncias do momento. O sistema dos dois Augustos, cada um deles secundado por um César, foi sendo elaborado a pouco e pouco; Maximiano começou por ser apenas *Filius Augusti*, *nobilissimus Caesar*. Promovido a «Augusto», não deixa, por isso, de

permanecer subordinado a Diocleciano. Quanto à promoção de Constâncio Cloro, seguida da de Galério, esta veio a ser apressada pela necessidade de lutar contra os Bárbaros. A tetrarquia veio, pois, a constituir-se progressivamente. É pertinente espantarmo-nos por o autor ter aceite a teoria dos *vicennalia* sugerida por Lactâncio: os dois Augustos abdicariam no mesmo dia, após vinte anos de reinado, sendo substituídos pelos seus «Césares» promovidos a «Augustos». Nada há de mais quimérico do que a fixação em vinte anos da duração do poder, duração essa antecipadamente determinada. Aquilo que constituía uma sábia precaução residia na simultaneidade da abdicação. No campo da administração e das finanças, o reinado de Diocleciano é célebre pelas suas reformas de base, reformas essenciais. No governo das províncias, passa a haver uma separação entre a administração e a justiça, confiadas a *praesides*, e as funções militares; os *duces*, investidos destas, são enviados com a missão de superintender na vigilância das fronteiras. É igualmente criado um órgão intermédio entre as *civitates* e as prefeitórias do pretório, de desmesurada extensão, a *diocese*. Finalmente, a grande reforma fiscal que vem a resultar na celebre *capitatio* (na minha opinião, o autor não a consegue entender devidamente). Também aqui o autor vê sinais de oportunismo. De tal modo que Diocleciano acaba por já não aparecer como um espírito reformador, o que equivale, sem dúvida, ao desfigurar da sua imagem. Contudo, havia nele algo de sonhador, tal como no-lo demonstra a sua tentativa de dar aos imperadores um cognome religioso. Os «Augustos» têm por sobrenomes Jovius (Júpiter) e Herculus; estão, assim, ligados ao maior dos deuses e ao maior dos heróis, sendo os Césares os filhos dos divinos Augustos. O cristianismo não podia pactuar com semelhantes ficções, nas quais Diocleciano imaginava poder fundar um Estado sólido. Era, assim, de boa política suprimi-lo. Num volume subsequente, W. Seston voltaria a traçar-nos um quadro deste grande drama. O interesse da obra foi assinalado, ainda que com algumas reservas, por J. ZEILLER no *Journal des Savants* de Julho-Dezembro de 1948.

Sobre as pretensões de Diocleciano a uma ascendência divina, ou, pelo menos, espiritual, convém juntar aos inúmeros trabalhos existentes a este respeito os seguintes:

TAYLOR (Lily Rose), *The Divinity of the roman emperors*, 296 pp., 47 fig. *American philological association*, Middleton, Connecticut, 1931.

Sobre o cerimonial da corte, com que Diocleciano pretendeu imitar o Oriente:

ALFÖLDI (ANDRÉ), *Die Angestaltung des monarchischen Zeremoniells am römischen Kaiserhof*, em *Mitteilungen des deutschen archaologischen Institute, Römische Abteil.*, t. XLIX, 1934, p. 111 e segs.

O ponto de partida dos anos do reinado é o dia da elevação do futuro Augusto ao grau de César; entra então, na sua esfera supraterestral, no seu *natalis*, tal como o santo cristão no dia da sua morte.

O ponto de partida deste estilo vivencial remonta ao ano 293, quando Diocleciano designou como César Constâncio Cloro. Ver:

STERN (H.), *Natalis Imperii*, em *Melanges H. Grégoire*, t. I, 1949, pp. 551-559.

No respeitante ao comando militar, ver mais adiante: «Exército».

A *Jugatio-Capitatio*. – Sobre este sistema de impostos imaginado por Diocleciano e propagado pelos seus sucessores, os inúmeros trabalhos que lhe têm sido consagrados desde o século XVII são passados em revista no meu livro, *L'impôt foncier et la Capitation personnelle sous le Bas-Empire*, 1928, Bibl. da Escola dos Altos-Estudos, fasc. 253. A mais considerável obra existente a este respeito é a de ANDRÉ DELEAGE no seu livro póstumo, *La Capitation du Bas-Empire*, Mâcon, 303 pp. O autor estuda este regime região por região, mostrando as diferenças de avaliação da fortuna imobiliária. A utilização dos papiros permitiu-lhe dar a sua exposição da *capitatio* no Egipto (pp. 43-147) uma amplitude e uma segurança francamente notáveis. Não consegue, contudo, provar a substituição do sistema da *jugatio-capitatio*, por volta de 359, pelos anteriores processos. De resto, e na minha opinião, fracassou na sua concepção da origem da capitação enquanto imposto fundiário. Em África (Tunísia), o solo estava dividido em centúrias de 200 *jugera*. Escapou a Deléage o facto de que um reconhecimento feito de avião, efectuado ao longo de 15 000 hectares, entre El Djem (Thysdrus) e as ruínas de Rogga (Baralus?), a oeste, e o mar, a este, permitiu vir a encontrar essas divisões marcadas com pedras brancas e com árvores. Ver a fotografia na magistral obra de Ch. ANDRÉ Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord*, 1931, p. 115, fig. 70.

Deléage prepara-se para o estudo da *capitatio* no Baixo Império através do seu estudo *Les cadastres antiques jusqu'à Dioclétien* em *Études de papyrologie*, Cairo, 1934, t. II, pp. 73-225.

Sobre as perseguições de Diocleciano: «Não é seguro que a última perseguição tenha sido a mais cruel.» Trata-se de uma asserção arriscada. Para J. ZEILLER, *L'Empire romain et l'Église*, p. 43, «quarto édito fez inúmeras vítimas».

III. O IMPÉRIO ROMANO E A IGREJA NO SÉCULO IV

Constantino e a Igreja.

Constantino tem sido muito maltratado nestes últimos tempos, nomeadamente por A. PIGANIOL, que, em *L'Empereur Constantin*, 1932, o transforma num espírito indeciso, e, aliás, totalmente destituído de quaisquer verdadeiras convicções religiosas.

O historiador inglês Norman H. BAYNES reabilita-o no seu *Constantine the Great and the christian church*, Londres, 1929, 107 pp. *Raleigh lectures... Proceedings of the british Academy*. Para ele, Constantino é sinceramente cristão. Julgava-se destinado por Deus a altas missões para bem da prosperidade do Império e da unidade da fé crista. As suas contradições são meramente aparentes e explicam-se por meio dessa constante preocupação com o futuro da fé. A respeito do édito de Milão, N. Baynes aceita os pontos de vista de Otto Seeck que nega a sua existência; Constantino, nos seus rescritos dirigidos aos governadores das províncias, antecipou-se às decisões tomadas nas conferências tidas em Milão com Licinius. Ernst Stein, cuja crítica, na maior parte dos casos, é bastante frontal, é de opinião que não há quaisquer

razões decisivas para contestar que em Milão tenha havido, senão um édito, no seu sentido literal, pelo menos uma decisão de tolerância, e isso é o essencial. Sobre os inúmeros trabalhos concernentes ao édito de Milão, ou ao que assim é chamado, ver o levantamento feito por M. Besnier (*op. cit.*, p. 364, nota 118).

P. DE LABRIOLLE, *Revue de Philologie*, 1929, p. 89, observa que, entre as medidas mais agressivas de Constantino para com o paganismo, seria conveniente citar a proscrição, por volta de 325, da obra de Porfírio contra os cristãos.

JONES (A. H. M.), *Constantino and the conversion of Europe*, New York, 1949, XIV-271 pp. Só conheço a obra através de uma notícia surgida na revista americana *Church history*, vol. XIX, Junho de 1950. Naquilo que concerne a conversão, a posição do autor é «média». A famosa visão é real, mas explica-se em função de um fenómeno de halo. Tendo-se convertido aquando da sua vitória sobre Maxêncio, Constantino só veio, contudo, a compreender o cristianismo a pouco e pouco, acabando, finalmente, por se desligar do culto do Sol invencível.

ALFÖLDI (ANDREWS), *The Conversion of Constantine and Pagan Rome*, traduzido do húngaro por Mattingly, Oxford, 1948, VI-140 pp. O autor distancia-se das opiniões emitidas por H. Grégoire, A. Piganiol e outros, a respeito da pessoa e do valor do reinado de Constantino. A conversão do príncipe foi sincera e rápida. Se fundou Constantinopla, tal foi devido a já desesperar de viver em Roma, mergulhada no paganismo. Quis substituir-lhe uma Roma cristã. Este belo livro, enriquecido com preciosas notas, deveria ser traduzido para francês, tal como o de Norman Baynes.

Desde sempre que a fisionomia de Juliano, dito o Apóstata, tem vindo a apaixonar os historiadores. Dentre os últimos trabalhos que lhe foram consagrados, assinalemos:

ANDREOTI (Roberto), *Il regno del Imperatore Giuliano*, Bolonha, 1936, en-16, 206 pp. O autor dedica-se acima de tudo, a tentar captar o melhor possível a psicologia do príncipe, sem que, por isso, desdenhe traçar-nos um quadro de conjunto do seu reinado.

BIDEZ (J.), *La vie de l'empereur Julien*, Paris, 1930, X-408 pp. Reputado helenista, o professor da Universidade de Gand, melhor do que ninguém, estava em condições de estabelecer e de utilizar as fontes gregas e as obras nesta língua de um imperador romano que desdenhava tanto o latim como o cristianismo. Os seus juízos sobre o príncipe são prudentes, objectivos. Desde há muito que o autor se vinha preparando para tratar este tema através de simples trabalhos de abordagem global. O seu livro permanecera por muito tempo como a obra mais fundamental a este respeito.

P. DE LABRIOLLE, *La réaction palenne. Étude sur la polémique anti-chrétienne du I^{er} au VI^e siècle*, Paris, 1934. «O retrato do cristão primitivo tal como M. Lot no-lo traça, inspirando-se, segundo creio, no *Marco Aurélio* de Renan, parece-me demasiado esquemático. Imaginar as primeiras gerações cristãs como exilando-se da vida social, revoltadas com as tentações que esta lhes proporcionava, é tomar demasiado à letra as declarações um tanto enfáticas de certos apologistas e as exigências tonitruantes de certos moralistas. A leitura directa dos textos impõe uma concepção

um pouco diferente. A teoria da *Verweltlichung* ou da *Einbilrgerung* da Igreja, que passou de Baur para Ritschl, e depois para Reville, Harnack e Renan, e cujo eco ainda ouço, parece-me ser igualmente passível de sérias reservas».

A leitura desta obra é indispensável para nos podermos aperceber devidamente da amplitude da agitação dos espíritos ocasionada pelos sucessos lentos mas sempre crescentes do cristianismo. O paganismo, esvaziado de qualquer contenda, procura renovar-se recorrendo a uma imitação do cristianismo, de acordo com uma penetrante observação de Gaston Boissier. No século o retórico Filóstrato forja uma *Vida de Apollonius de Tiana* que é uma espécie de contrafacção da vida de Jesus. Aquando da perseguição de Diocleciano, os polemistas pagãos dão provas desta produção que Renan menosprezou. Os adeptos do neoplatonismo, os «intelectuais» do tempo, não desdenham recorrer a um tal expediente. Porfírio, no seu *Κατὰ χριστιανισμῶν*, do qual nos restam alguns fragmentos, traga, ao longo de quinze livros, todo um requisi-tório tanto mais perigoso quanto é certo que conhece a fundo os Evangelhos, as Cartas dos Apóstolos, até mesmo o Antigo Testamento. Por isso Constantino vem a ordenar a destruição da obra. O curto reinado do imperador Juliano, que, de resto, tem o cuidado de não reiniciar as perseguições, não chega sequer a reanimar o paganismo, nem mesmo expurgado. O neoplatonismo será, com a Escola de Atenas, o ultimo refúgio do anticristianismo, até ao seu encerramento por Justiniano, em 529. Por outro lado, para conseguirem pôr termo à repugnância dos letrados, alguns autores cristãos, tal como Ausónio, e, mais tarde, Sidónio Apolinário, embiocam-se, nos seus escritos, com o espólio da mitologia pagã e cultivam as letras profanas. Donde uma reacção, no século vi, com Cesário de Arles, Gregório de Tours e S. Gregório Magno, que os condenam, condenação que o renascimento carolíngio e o renascimento do século xii chamaram a si sem que, contudo, daí tenham sabido retirar reais vantagens literárias.

Uma outra manifestação, que por longo tempo permaneceu envolta em mistério, é a das moedas ditas *contorniates*, Veio a ser esclarecida com maravilhosa sagacidade pelo sábio húngaro André Alföldi, que utiliza os seus conhecimentos numismáticos para a história em geral:

ALFÖLDI (ANDRÉ), *Die Kontorniaten, ein verkanntes Propagandamittel der Stadtömischen heidnischen Aristokratie in ibrem Kampf gegen das christliche Kaisertum*, em *Festschrift der ungarischen numismatischen Gesellschaft zur Feier ihres vierzigjährigen Bestehens*, Budapeste, 1943, in-4.º 196 p. e 75 pl.

A aristocracia pagã fez funcionar para fins de auto-propaganda o hábito, bastante amigo, de oferecer como presente, no dia de Ano Novo, velhas moedas, *contorniates*. Os grandes personagens pagãos, oferecem por esta ocasião determinadas peças representando imperadores pagãos que se tornaram populares, ou emitem, com fins satíricos contra o débil imperador cristão, a representação de um vitorioso conquistador, ALEXANDRE o Grande. A primeira emissão situa-se entre 356 e 359, e uma segunda de 395 a 410, segundo as imagens dos imperadores então reinantes, até Anthémios, sendo sempre portadoras de alusões políticas. De facto, nada traduz melhor a reprovação de uma boa parte da aristocracia contra a nova fé defendida

pelos imperadores. A . PIGANOL consagrou a este livro um importante estudo no *Journal des Savants*, 1945, pp. 19-28. E vem a precisar inúmeras questões. Apresenta como data do início da série I de Janeiro de 358. Observa que já nas *Mémoires de l'Académie des Inscriptions* (t. V, p. 244) MAHUDEL tinha razão acerca da origem destas medalhas.

Entrementes, um apaixonado desejo de imortalidade tenta renovar através do simbolismo a velha mitologia greco-latina.

A este respeito, deve ler-se o admirável trabalho de Franz CUMONT, *Les Religions orientales dans le paganisme romain*, 4.^a ed. 1929 e (do mesmo autor), *Recherches sur le Symbolisme funéraire des Romains*, in-4.º, 1943, assim como a sua obra póstuma publicada graças aos sábios e piedosos cuidados de CANET (M.), *Lux perpetua*, in 4.º, 1950.

E não seria inútil reler a este respeito BAYET (Albert), *La Morale païenne a l'époque gallo-romaine*, 1931.

Sobre as religiões oriental: rivais do cristianismo. – Deixemos de lado os cultos prestados as divindades egípcias, Ísis e Osíris, pois as grandes religiões rivais do cristianismo são, principalmente, o mitriacismo e maniqueísmo.

O *mitriacismo*. O melhor ainda será reproduzir o juízo do sábio que mais atentamente o terá estudado, e sem qualquer hostilidade, Franz CUMONT:

«Uma teologia simultaneamente ingénua e artificial combinava aí certos mitos primitivos, cujo valor naturalista é ainda transparente, com um sistema astrológico cujo encadeamento racional mais não faz do que acentuar a sua radical falsidade. Todas as impossibilidades das velhas fábulas politeístas aí subsistiam a par de especulações filosóficas sobre a evolução da humanidade e o destino do homem. A discordância entre a tradição e a reflexão é aí perfeitamente flagrante, sendo ainda reforçada por uma antinomia entre a doutrina do fatalismo e a da eficácia da oração e da necessidade do culto.»

Mas, logo de seguida, o historiador acrescenta:

«Esta religião, tal como qualquer outra, não pode ser julgada segundo a sua verdade metafísica... Aquilo que importa é compreender como é que o mitriacismo pode viver e crescer e porque é que esteve prestes a conquistar o domínio do mundo. O seu sucesso é certamente devido, pelo menos em grande parte, ao valor da sua moral, que favorecia eminentemente a acção... Os mistérios pululam ainda uma poderosa acção sobre o sentimento, oferecendo um alimento a algumas das mais elevadas aspirações do homem: o desejo da imortalidade e a esperança de uma justiça final.»

Mitra não é o maior dos deuses. É apenas o intermediário entre o mundo e o Ser Supremo, inacessível, o Tempo, uma espécie de *Logos*. Mas, sendo o criador das plantas, dos animais e do homem, eternamente jovem e forte, vigilante, persegue impiedosamente os demónios, servidores do princípio do mal. Ariman, saindo sempre vitorioso desse seu combate. É perfeitamente compreensível que se tenha tornado no deus favorito dos exércitos. Os disfarces e mascaradas da iniciação não chocavam nem os soldados nem a pobre gente, que foram os primeiros adeptos da seita. Esta

religião, impondo ao homem a luta perpétua, é profundamente dinâmica. E é igualmente optimista, porque no fim dos tempos o Bem triunfará do Mal. Bem cedo começou a difundir-se por todas as partes do mundo romano – do Ocidente, pelo menos, porque o mundo grego resistiu-lhe. Acabou por vir a conquistar o favor imperial. Cómodo filiou-se-lhe. Os imperadores ilírios fizeram o mesmo. A confusão do mitriacismo com o culto do Sol, o Sol invencível, ajudou bastante à sua difusão. Sem o imprevisto triunfo do cristianismo, o mitriacismo ter-se-ia, sem dúvida, tornado na religião, inclusive oficial, do Império.

O mitriacismo tinha uma fraqueza: não admitia mulheres na iniciação mística. Estas só podiam recorrer, quando queriam ser iniciadas num mistério e ser consideradas como irmãs nas confrarias de devotos, as cerimónias, de um selvático arcaísmo, do culto da «Grande Deusa», a Mãe, deusa da fecundidade, mas também deusa cruel que quer a morte dos velhos para que o mundo renasça sem cessar. Os Romanos tinham-lhe horror, mas a introdução deste culto em Roma num momento de grande depressão, em 205 antes da nossa era, tornava-o intangível. Ver:

GRAILLOT (Henri), *Le culte de Cybele, mère des dieux, à Rome et dans le monde romain*, 1912, (pp. 25, 281; sobre o mitriacismo, que tornava Cybele e Átis nos deuses supremos, ver pp. 188-225).

PRZYLUCKI (Jean), *La Grande déesse, introduction à l'étude comparative des religions*, 1950.

O maniqueísmo. – Este só é realmente conhecido desde há relativamente pouco tempo, graças às descobertas de alguns escritos em diversas línguas (pélvi, persa, siríaco, copta, chinês), encontrados na Ásia Central, no Turfan, no Turquestão chinês, no Egipto (em Fayoum), a inscrição de Persépolis, descoberto em 1939, etc. Ainda que novas descobertas possam vir a enriquecer o nosso conhecimento, a vida do seu fundador, Mani, e a sua doutrina, surgem-nos já suficientemente claras. Estas descobertas causaram uma viva efervescência no mundo dos historiadores das religiões. Enquanto esperamos pela publicação dos dois volumes que anda a preparar sobre o assunto, o professor Henri-Charles PUECH acaba de publicar um pequeno livro, substancial e novo, *Le Manichéisme, son fondateur, sa doctrine*, enriquecido com preciosas notas (Museu Guimet, Bibl. de difusão. vol. LVI). O mesmo autor publicara já uma conferencia sobre o conceito de redenção dentro do maniqueísmo, traduzida em alemão (*Der Begriff der Erlösung*) na revista suíça de Zurique *Eranos-Jahrbuch*, 1936, pp. 283-286.

O texto maniqueu chinês foi traduzido e estudado por Ed. CHAVANNES e P. PELLIEROT em 1913, 357 pp., extr. do *Journal asiatique*, 1912 e 1913.

Mani nasceu a 14 de Abril de 216, na Babilónia. A sua doutrina fora já integralmente concebida antes de 9 de Abril de 243, data em que foi autorizado a pregá-la pelo «rei dos reis», o sassânida Chapour. Denunciado pelo chefe dos magos, o mobed Kartir, veio a cair em desgraça aos olhos do novo soberano, Bâhrã, que o mandou aprisionar. O «apóstolo», com sessenta anos de idade, morreu de esgotamento na prisão a 26 de Fevereiro de 277, após uma «paixão» de vinte e seis dias, no decurso da qual pôde receber a visita dos seus fiéis e conversar com eles. Os ignominiosos

tratamentos físicos que lhe foram infligidos são talvez lendários. Ainda que Mani se apresente como o continuador dos profetas do Amigo Testamento, de Zoroastro, de Buda, de Jesus, como o «Paraclete», e ainda que tenha ido estudar aos confins da Índia, a sua doutrina não é um sincretismo, mas sim antes uma verdadeira «gnose», isto é, um «conhecimento» voltado para a busca da salvação, revelando o homem a si mesmo ao revelar-lhe Deus. Instruído, o adepto pode estar seguro da sua salvação. Mas deve conhecer os três momentos da história do mundo. Inicialmente, dualidade das duas substâncias, Luz e Obscuridade, Bem e Mal, Deus e Matéria, as duas substâncias não engendradas, logo, eternas. Estão ainda completamente separadas. A catástrofe produziu-se quando o príncipe das Trevas, tendo-se apercebido do mundo da Luz, pretendeu invadi-lo. O «Pai da Grandeza» defende-se emitindo a «Mãe da Vida», primeira hipóstase, que, por seu turno, projecta o Homem primordial, Ormazd, o qual, com os seus cinco filhos luminosos (Ar, Vento, Luz, Água, Fogo), que são a sua alma, desce até a fronteira da Obscuridade e é vencido. Os seus filhos são devorados pelas trevas. Mas eles representam uma hipóstase da Divindade e acabam por envenenar os demónios. Do fundo do abismo, o Homem primordial invoca o Pai que opera uma segunda hipóstase, o Amigo das Luzes, o qual evoca o Grande Arquitecto, o qual, por seu turno, evoca o Espírito Vivo. Segue-se uma interminável série de símbolos. Finalmente, a maior parte da luz vem a ser reunida. E então dá-se o drama do Homem, a salvação do primeiro homem, Adão, cuja alma ligada a um corpo maldito perdeu todo o conhecimento. Só poderá vir a ser liberto por um Salvador filho de Deus – o qual, segundo as versões maniqueístas, é o Homem primordial (Ormazd) ou Jesus –, encanação da Inteligência Salvadora. Aquilo que esta revela a Adão é aquilo que ele É. Mas Adão desobedeceu às recomendações de Jesus: procriou. Abominação, porque a *libido* mantém a alma cativa da Matéria. A redenção definitiva só virá quando a humanidade cessar de procriar. Será então o fim do mundo, após um apocalíptico período de sofrimentos: a Terra inflamar-se-á e arderá durante 1468 anos. Os sexos serão separados e a Concupiscência acorrentada. O terceiro acto será a separação definitiva das Duas Substâncias.

Construção laboriosa de um espírito como que enlouquecido pela mania da abstracção (e a nossa análise mais não será do que um seu breve resumo), agravada pela explicação que o apóstolo pretende dar de todos os fenómenos físicos, a doutrina necessitava do apoio de um texto escrito para poder fazer adeptos e manter os fiéis presos à sua fé. Mani sabe-o e disso se orgulha. Se vêem a ultrapassar os seus precursores, isso é apenas porque estes últimos não tiveram o cuidado de serem eles mesmos a escrever a doutrina, tendo deixado uma tal tarefa a cargo de discípulos que a alteraram. Apesar de todas as suas complexas invenções, que resultam na criação de mitos, o fundo da sua doutrina é simples e sem originalidade: o conceito dos dois princípios, inicialmente separados e, mais tarde, unidos – donde Mal, Pecado, Sofrimento –, para, finalmente, ter lugar a venturosa separação definitiva, é um conceito retirado do masdeísmo iraniano. Tal como aquele, situa-se em oposição ao panteísmo. Só que o triunfo final do Bem, Ormazd (Ahura-Mazda), não acarreta, em Mani, o aniquilamento do Mal, Ariman (Angra-Mainou). A Matéria, juntamente com

a Concupiscência maldita, será amalgamada numa «bola» e lançada no abismo. A despeito desta diferença, parece que o maniqueísmo não passa essencialmente de uma heresia masdeísta. Mani pretendia ser para toda a Humanidade aquilo que Buda fora para a Índia, Zoroastro para o Rao, Jesus para o «Ocidente», empreendendo para isso uma tal missão situado no centro do Mundo, na Babilónia. Daí a sua doutrina dever-se-ia propagar, segundo afirmava, primeiro ao Ocidente, depois ao Oriente. Na verdade, a sua religião, extirpada da Pérsia, alcançou a Ásia Central em fins do século vi. Em 963, ganhou um adepto de marca na pessoa de um *khan* turco dos Oulgours, passando, depois, para a China aonde começou por ser mais ou menos tolerada; mas os imperadores mongóis descendentes de Gengis Khan vieram a persegui-la, tendo acabado por a destruir no século xiv. Bem cedo difundido no Ocidente (ver Franz CUMONT, em *Revue d'histoire et de la littérature religieuses*, 1911), o maniqueísmo foi perseguido, em todo o Império Romano, a partir do principado de Diocleciano (ver W. SESTON, em *Mélanges A. Ernout*, 1940, pp. 345-354). Parecia ter sido extirpado, mas, na verdade, sobreviveu clandestinamente. E emergiu de novo a luz do dia, nomeadamente entre os Búlgaros (os «Bougres»), e entre os Sérvios (os Bogomilas, ainda vivazes nos séculos xii e xiii). Um dos seus ramos, a seita dos cátaros, surge nos países romanos e no Norte da Franca no início do século xi, pelo menos. Perseguida, bem depressa parece estiolar aí, mas no Sul, nos Estados do condado de Toulouse, ganha profundas raízes. Será necessária a cruzada dita dos Albigenses para a extirpar.

Um estado de espírito masdeísta pode subsistir ou vir a reviver num espírito moderno. Mas o maniqueísmo já não poderia encontrar lugar: tornou-se perfeitamente impensável.

Temos hoje em dia a boa fortuna de possuir uma monumental *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, publicada sob a direcção de Augustin FLICHE e de Victor MARTIN. Os volumes seguintes interessam ao período que ora nos ocupa; e dispensam-nos de ter de remeter para toda uma multiplicidade de obras e de artigos que aí vêm citados, apreciados, utilizados ou rejeitados com uma grande preocupação de objectividade:

Vol. II. *De la fin du siècle a la paix constantinienne*, por J. LEBRETON e Jacques ZEILLER, 1934-35, 508 pp.

Vol. III. *De la paix constantinienne à la mort de Théodose*, por R. J. PALANQUE, G. BARDY, P. DE LABRIOLLE, 1936, 539 pp.

Vol. IV. *De la mort de Théodose a l'avènement de Grégoire le Grand*, por P. DE LABRIOLLE, G. BARDY, LOUIS BRAMER, de PLINVAL, 1945, 612 pp.

Vol. V. *Grégoire le Grand. les stats barbares et la Conquête arabe*, (509-757), por L. BREWER e Rene AIRIN, 1938, 576 pp.

Ver também:

ZEILLER (Jacques), *L'Empire romain et l'Église*, 1938, em *Histoire de l'Antiquité*, publicada sob a direcção de Eug. Cavaignac, V, 2.

PICKMAN (Edward Molley), *The Mind of latin christendon*, I (373-496), Oxford, 1937, XI-738 pp. Tratado das relações entre o mundo cristão do Ocidente e do

Oriente. Rica bibliografia de 19 pp.; index extremamente útil das palavras típicas com 63 pp.

MOREAU (Le P. E. de), *Histoire de L'Église en Belgique*, Bruxelas, 2.^a ed. 1945, 2 vol.

Penetra-se melhor na vida da Igreja, assim como do Estado, quando nos debruçamos sobre a biografia dos grandes personagens implicados na vida do seu tempo. Lembremos, entre tantas outras, algumas monografias:

BARDY (G.), *Saint Athanase*, 1914.

LABRIOLLE (P. DE) *Saint Ambroise*, 2.8, ed. 1908.

PALANQUE (J. R.), *Saint Ambroise et l'Empire romain. Contribution a l'histoire des rapports de l'Église et de l'État au IV^e siècle*, 1933 XVI-599 pp. CAVALLERA (Le P. Ferd.), *Saint Jérôme, sa vie, son oeuvre*, Louvain, 1922. MONCEAUX (Paul), *Saint Jérôme* 1932 (exposição sobre a sua juventude, o estudante, o eremita).

BABUT, *Saint Martin*, s. d.

MARROU, *Saint Augustin*.

O monaquismo. – O monaquismo, sua origem, sua natureza e sua propagação, foram e continuam a ser objecto de inúmeros trabalhos. Encontrar-se-á um apanhado geral em PIGANIOL, *L'Empire chrétien*, pp. 375-381. Os novos trabalhos vêm assinalados por DOM CHERVIN num boletim da *Revue Mabillon*.

IV. REGRESSÃO ECONÓMICA DO MUNDO ROMANO

A anona. – Sobre a transformação da anona, inicialmente simples taxa extraordinária cobrada para garantir a manutenção do exército (desde Séptimo Severo), em imposto em géneros permanente, substituindo-se, pelo menos em grande parte, ao soldo em numerário para o exército e os funcionários, no século IV. ver o notável artigo de DENIS VAN BERCHEM, *L'Annone militaire dans l'Empire romain au III^e siècle*, em *Memória da Sociedade Nacional dos Antiquários de França*, 8.^a serie, t. X, 2936, 117-202.

O desconto feito no soldo para pagar a alimentação (*in victum*) do soldado teria sido suprimido por Séptimo Severo, em 193, e substituído por um fornecimento de trigo (engenhoso, mas hipotético). O resto do soldo parece ainda ser pago em numerário no reinado de Diocleciano, mas, no decurso do século IV, todo o soldo passa a ser em géneros (salvo o *donativum* excepcional), tornando-se a anona no equivalente do *stipendium*. A anona nunca perdeu o seu carácter de requisição de guerra, adquirido sob Séptimo Severo. «Não seria possível explicar a anona, imposto fundiário, sem ter em conta as condições de vida das legiões e dos corpos auxiliares, ou sem evocar a derrocada monetária dos séculos II e III e a prática, cada vez mais difundida, dos pagamentos em géneros. Em suma, ela é, no plano fiscal, a mais perfeita imagem da crise económica que separa o Império dos Antoninos do Império de Teodósio» (p. 200).

O autor, segundo B. Mattias, G. Humberto, Otto Seeck e outros, pretende confundir a anona com o imposto fundiário. W. SESTON, *Dioclétien et la Tétrarchie*,

p. 277, chega ao ponto de afirmar que «a capitação de Diocleciano não passa de uma simples reformulação da anona». O contrário foi já defendido por DECLAREUIL no seu livro *Quelques problèmes des institutions municipales au temps de l'Empire romain*, pp. 374-376.

Crises monetária e económica. – Mais do que nunca, estou céptico quanto à drenagem do ouro para o Oriente. O comércio de luxo, nesses tempos, não podia ter uma grande dimensão, bem pelo contrário, já que só respeitava a corte imperial e as grandes famílias ricas, classe bem pouco numerosa. E depois, a Pérsia, sob os sassânidas, por meio da qual se teria operado esse tráfico com o Extremo-Oriente, vivia sob o regime do monometalismo da prata, não admitindo a circulação do ouro. O erudito que, mais do que qualquer outro, nos fala da exportação «massiva» (*sic*) do ouro, imagina, para resolver semelhante contradição, que o ouro era transformado em jóias, etc., constituindo, assim, «enormes *stocks* de ouro entesourado» (Vet M. LOMBARD, *L'or musulman du VIIe siècle*, em *Annales: économies, société, civilisations*, 1947). Estas afirmações são tanto mais peremptórias quanto não têm qualquer base, não passando de um simples amontoado de hipóteses.

Pelo contrário, se nos fôssemos a fiar nas constituições imperiais do século IV, pareceria que o ouro abunda no mundo romano. As multas são determinadas em ouro e em prata. O Estado exige que os impostos lhe sejam pagos em ouro, e dois dos escritórios de um dos ministros das finanças, o das «sagradas munificências», estão encarregados do controlo da cobrança do ouro, ao passo que só há um encarregado da cobrança da prata. Certas anedotas sublinham o emprego do ouro: Santo Ambrósio, para a edificação de igrejas, recebe rendas anuais em ouro; e descreve festins de soldados cujas armas são douradas. O Senado, para festejar os *decennalia* de Valentiniano II dá 1600 libras de ouro, mais ainda do que para Valentiniano I, etc. E há mais: Libanius observa que os litigantes, em vez dos presentes em géneros anteriormente dados aos juízes, oferecem-nos agora em ouro e em prata (ver PIGANOL, *L'Empire chrétien*, pp. 291-195). A prática da substituição das taxas pagas em géneros pelo pagamento do seu valor em numerário vem a desenvolver-se, pelo menos no Egipto (DELÉAGE, *Capitation...*, p. 105), a partir do reinado de Caracala (Denis VAN BERGHEM, loc. cit., pp. 144-155). De resto, sabe-se que Diocleciano mandou cunhar boas moedas: em 303, uma peça de ouro a 1/60 da libra, pesando 5,45 g, e uma peça de prata a 1/96 da libra, pesando 3,41. Quase que nos poderíamos julgar transportados ao século I, o período mais brilhante da moedagem romana. Constantino talhou o ouro a 72 a libra, o que faz baixar o peso do *aureus* para 4,55, e esta peça, também dita *solidus*, permanecerá inalterada na parte Oriental do Império, vindo a aumentar de valor na bacia mediterrânica. Cunha igualmente em 324, e abundantemente, uma moeda de prata de 72 por libra. A cunhagem, mesmo sob Teodósio, depois de 383, do terço do soldo de ouro (*terndrios tremissis*), pesando 1,51, prova que o imperador julga assim vir a corresponder a uma necessidade de circulação da moeda de ouro.

E, no entanto, os mesmos soberanos lançam na circulação inúmeras moedas de cobre «salpicado», ou peças de bronze cujo peso nem sequer é fixo. Sob Constantino,

o volume da circulando destas peças teria sextuplicado (segundo F. Oaam, na *Cambridge ancient history*, t. XII, p. 269, nota 4. Cf. PIGANOL, *op. cit.*, p. 297). A inflação vem, portanto, a manter-se. No Egipto, província bastante rica, atingira mesmo proporções fabulosas. Entre o período dos Antoninos e o início do século IV, o dracma egípcio perde II/12 do seu valor (DELÉAGE, *op. cit.*, p. 104). O *solidus*, que valia nesta província 4000 dracmas em 301, já vale 6 milhões em 341 e 180 milhões em 400 (Petrie, Boak, Mickwitz e Segre, citados por PIGANOL, p. 298). Como sair de semelhantes contradições. Em primeiro lugar, convêm reparar nas imensas dificuldades da *deflação*, dificuldades essas que os reis de França também virão a conhecer, ainda que muito mais tarde. A *lei de Gresham*, que obriga a que a má moeda venha a escorraçar a boa, tanto vale para o Baixo Império como para a Idade Média. A boa moeda é imediatamente entesourada, ou então passa a servir para compras clandestinas com o estrangeiro. Até mesmo as moedas de cobre argentado de 5,8 e de 2,66 g bem depressa desapareceram da circulação, para grande espanto dos sucessores de Constantino. De peso estável, estas peças de cobre foram preferidas à execrável moeda corrente; o público pô-las de lado e vieram, assim, a desaparecer do mercado. No entanto, as peças de ouro e de prata não desapareciam: saíam do seu esconderijo quando era absolutamente necessário pagar o imposto, ou quando parecia preferível substituir as entregas em géneros (*anon*) pelo pagamento em numerário (*adhaeratio*). A cunhagem do ouro e da prata irá continuar, mas as suas emissões passarão a ser irregulares, de acordo com a inflação, até ao fim do Império do Ocidente. O Oriente mantém a sua excelente moeda de ouro que sofre grandes valorizações no mercado internacional.

TOUTAIN (Jules), *L'Économie antique*, 1927, 429 pp. Com Prefácio de H. Bert. Col. *L'Evolution de l'Humanité*, vol. XX.

DOPSCH (Alfons), *Wirtschaftliche and Soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl dem Grossen*, Viena, 2.^a ed. 1923, 2 vol.

ROSTOWTSEFF (Michel), *Social and economic history of the roman Empire*, Oxford, 1926. Certas opiniões do autor são severamente criticadas por Norman BAYNES, em *Journal of roman Studies*, 1929, pp. 229-230.

Em relação à Gália, o melhor trabalho é o de Albert GRENIER, *La Gaule romaine*. Constitui as páginas 381 a 664 do vol. III da Col. «An economic Survey of ancient Rome.»

Ver, nos *Études byzantine: d'histoire économique et sociale* de Georges BRATIANO, Paris, 1938, 249 pp., 20 pl., o capítulo IV sobre a distribuição do ouro e a divisão económica da Europa, assim como o capítulo IX, sobre a servidão da gleba e o regime fiscal.

BRENTANO (Lujo), *Das Wirtschaftsleben der antiken*, Iena, 1928, 242 pp. Trata-se de uma série de lições dadas pelo autor como introdução a uma história económica da Idade Média. Remonta até aos tempos babilónicos, assírios, fenícios, onde já consegue descobrir uma «Kapitalistische Wirtschaft». E vai seguindo a evolução do capitalismo, ao longo dos séculos, até aos séculos X e XI, no Império bizantino. Sabe-se

que a tendência actual dos economistas e no sentido de não verem senão um mero embrião de capitalismo na Antiguidade o qual, aliás, bem depressa acaba por vencer, para considerarem que o capitalismo moderno só teve o seu verdadeiro início nos séculos XII e XIII. Mas é possível que o autor confunda, no seu vocabulário, capitalismo e riqueza (Ver aquilo que afirma acerca do «capitalismo» romano, pp. 149-150).

GIESECKE (Walter), *Antikes Geldwesen*, Leipzig, 1938, 255 pp. Entre outros méritos o autor dá-nos (p. 222) um quadro bastante útil dos pesos das moedas de ouro e de prata, do seu respectivo poder, do poder da prata relativamente a peça de cobre, do ouro em relação a essa mesma peça, assim como do peso da peça de cobre argentado de Diocleciano a Honorius, entre 294 e 297. Segundo ele, a medonha inflação do século IV, que chegou ao ponto de retirar quase toda a prata existente nas peças de cobre, a qual já não passa de uma moeda «salpicada», foi ainda inferior, em amplitude e em danos, à inflação pelo papel-moeda que grassou na Alemanha de 1919 a 1923. Contudo, é possível comparar com esta última com a terrível queda da dracma egípcio.

MICKWITZ (Gunnar), *Gold and Wirtschaft im römischen Reich des vierten Jahrhunderts*, em *Societas scientiarum Fennica, Commentationes, humanarum litterarum*, t. IV, Helsingford, 1932, n.º 2-4, 232 pp. Um estudo novo, original, saído num excelente periódico, mas pouco conhecido fora da Finlândia. Na sua conclusão (p. 199), o autor rejeita o «dogma» segundo o qual o século III assistiu ao retorno da «economia natural». Para os particulares, isso só sucedeu nos momentos de maior quebra da moeda. Em contrapartida, tal facto é exacto no respeitante às finanças públicas. O soldo e os honorários pagos em géneros eram vantajosos para o exército e para a burocracia, pilares fundamentais do Estado. Apenas a classe dos grandes proprietários estava em condições de escapar ao domínio imperial, graças à sua organização da propriedade fundiária, ainda que este regime favorecesse, na opinião do autor, o aumento de extensão do patronato. Teríamos, pois, a explicação para o problema da decadência do mundo antigo. Encontrar-se-ia, da p. 193 à p. 232, toda uma série de quadros, elaborados segundo os papiros egípcios, dos preços das rendas anuais fundiárias, dos salários, dos preços dos arrendamentos, dos empréstimos.

Do mesmo autor: *Systeme des römischen Silbergeldes im vierten Jahrhundert*, *ibid.*, t. VI, 2.

KUBITSCHKE (W.), *Des Uebergang der Vordiodetian-Währung*, in *Vter Jahrhundert*, em *Byzantinische* t. XXXV, 1935, p. 340.

– *Gold and Silver*, in *IVter Jahr.*, em *Numismatische Zeitschrift*, XLVI, p. 161.

CESANO (L.), *Il denare e la usura nel tempo Costantiniano*, em *Rendiconti del Lincei*, série VI, vol. VII, pp. 237-256.

BOLIN, *Der Solidus*, em *Acta Instit. Rom. regni Sueciae*, 2.ª série, t. I, 1939, p. 244.

OMAN (Ch.), *The Decline and fall of the Denaras in the third century*, em *Numismatic Chronicles*, 1916, pp. 37-60.

HUMMER (B.), *Die Kupperrechnung der späteren Kaiserzeit*, em *Numismatik*, t. II, 1933, p. 55.

ELMER (G.), *Einführung des Tremissis in die römische Münzprägung*, em *Deutsche Münzblätter*, t. LV, 1935, p. 284.

PIERCE (J. W. E.), *Gold coinage of the reign of Theodosius I*, em *Numismatic Chronicles*, 5.^a série, t. XVIII, 1938, p. 205.

SEGRE (A.), *Inflation and its explication in early Byzantine times*, em *Byzantion*, t. XV, 1940-41, p. 249.

Do mesmo autor: *Circolazione monetaria e prezzi nel mondo antico, e in particolare in Egitto*, Roma, 1922, 173 pp.

A clássica recolha das moedas romanas de Cohen vem a ser substituída pela de H. MATTINGLY e E. A. SYDENHAM, *The Roman imperial coins*, Londres, 1928, 4 vol.

Sobre os inícios da crise monetária:

HEICHELHEIM, *Zur Währungskrisis des römischen Imperium des IIIte Jahrhundert*, em *Klio*, t. XXVI, 1933, p. 142 e segs.

O problema do ouro:

BLOCH (Marc), *Le Problème de l'or au Moyen Age*, em *Annales d'histoire économique et sociale*, t. V, 1933, p.

LOMBARD (Maurice), *L'or musulman*, *ibid.*, 1947, p. 143.

BRATIANO (Georges), *La distribution et les raisons économiques de la division de l'Empire romain*, nos *Études Byzantines d'histoire économique et sociale*, Paris, 1938.

Do mesmo autor: *La fin du monde antique et le triomphe de l'Orient*, em *Revue belge de philologie et d'histoire*, 1939, p. 252.

SEDGWICIC (W. B.), *The gold supply in ancient and medieval times and its influence on history*, em *Greece and Rome*, t. V, 1936, p. 148.

MICKWITZ (Gunnar), *Le problème de l'or dans le monde antique*, (*Annales d'histoire économique et social*, t. VI, 1934, p. 235). O autor ergueu-se aqui contra as inconsideradas conclusões que usualmente se extraem de uma passagem de Plínio o Moço sobre as compras em ouro feitas no Oriente, sobretudo numa época em que o Império está ainda em plena prosperidade. Uma rarefação do ouro em circulação, que podemos avaliar em 30%, veio, de facto, a ter lugar, mas uma diminuição desta ordem, operada no decurso de vários séculos e em toda a imensa vastidão do Império, não deve ter exercido uma grande influência na crise do século III.

População de Roma sob Aureliano. – Jêrome CARCOPINO, no seu livro *La Vie quotidienne a Rome*, (1939, pp. 30-45), considerou ser possível avaliá-la em 1 650 050 a 1 677 672. É certo que englobava aí, nessa estimativa, subúrbios que julgava extensos. Esforcei-me por dissipar tais ilusões numa memória dos *Annales d'histoire sociale* (t. VIII, 1945), onde julguei poder demonstrar que o máximo (*intramuros*) não pode ter ultrapassado 264 000 habitantes. Na mesma memória, demonstrei tudo aquilo que havia de correcto, à parte alguns erros, em *Rome antique au IVe siècle*, do architecto Paul BIGOT (1942). Ele avalia a população intramuros em 464 000 pessoas e em 500 000 com a população extramuros, a respeito da qual, de resto, não sabemos absolutamente nada.

A população de Constantinopla é igualmente avaliada, segundo muitos outros, com enorme exagero, como, por exemplo, num milhão de habitantes, por ANDRÉADES,

em *Métron* t. I, 1920, pp. 68-112, por razões que, na minha opinião, não têm qualquer valor.

A população de Constantinopla, cuja extensão não atingia 700 hectares no reinado de Constantino, só tendo sido elevada para o dobro, ou quase, sob Anastásio e Heráclius, não pode ter ultrapassado a que teve Istambul quando do seu apogeu, quando era a capital do Império turco, bem mais vasto do que o Império bizantino, ou seja, de 250 000 a 330 000 habitantes. Péra e Galata ainda não existiam no período que ora nos ocupa.

Sobre o verdadeiro papel económico desempenhado por Constantinopla, ver Georges BRATIANO, *Études byzantines d'histoire économique et sociale*, Paris, 1938, 290 pp. 20 pl.

A população de Paris devia ser ínfima (2 a 3 000 pessoas), já que a superfície da ilha não ultrapassava 10 hectares, dos quais apenas 8 se situavam dentro das muralhas. Ver F. G. DE PACHTÈRE, *Paris gallo-romain*, 1922, in-4.º, pp. 143-144.

Tentei levar a cabo uma avaliação da população das cidades da Gália em fins do Império e nos séculos seguintes, de acordo com um novo método, nas minhas *Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine. Première partie*: Vienense, Alpes Marítimos, Primeira Narbonense, Segunda Narbonense, Paris, 1945-47, 521 pp. *Deuxième partie*: as duas Aquitânias, Paris, 1950, 611 pp. (Biblioteca da Escola dos Altos Estudos, Ciências históricas e filológicas, fasc. 287 e 296).

A agricultura. – A obra capital surgida nestes últimos tempos é a de Marc BLOCH, *Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris, 1931, 266 pp., 18 pl., reproduzindo algumas partes de cadastros (Institut für Sammentingnende Kulturforsking).

Poderia parecer que o período que aqui nos ocupa só começaria a ter interesse passada essa longa viagem que vai da época neolítica até aos tempos modernos. Nada disso. É então que surgem os testemunhos, talvez dos mais antigos, que nos informam sobre qual a condição das classes rurais, em si mesma determinada pelo tipo agrário: o dos campos abertos e alongados impõe uma comunidade rural que exerce um poder absoluto sobre os seus membros, os quais não podem colher ou semear a seu bel-prazer, sendo obrigados a tolerar a estéril pastagem. Impõe um poderoso instrumento de lavoura, a charrua. O afolhamento é trienal. Pelo contrário, o tipo dos campos abertos mas irregulares pode contentar-se com o arado das regiões mediterrânicas. No caso do tipo do cerrado (exploração rodeada por sebes vivas), não há nem afolhamento obrigatório, nem pastagens estéreis, sendo totalmente indiferente qual o instrumento aratório usado. O aspecto da campina francesa num passado já bastante longínquo pode ser ainda reconstituído, dada a estabilidade dos tipos de exploração, até meados do século passado, através do método regressivo que consiste em iluminar o passado envolto em trevas projectando-lhe a luz do presente. Esta luz vem dos planos cadastrais de que o autor soube tirar nos seus trabalhos o melhor partido. Ver também Roger DION, *Essai sur la formation de la campagne française*, 1934.

A Indústria.— Para aquilo que dela podemos saber, convém remeter para:

GUMMERUS (H.), *Römische Industrie*, em *Klio*, t. XV, ano de 1918.

As Comunicações. — De uma ponta à outra do Império, e até mesmo no interior de uma região minimamente vasta, eram bastante difíceis devido à imperfeição e à insegurança das estradas. Do Ocidente ao Oriente, a única via de comunicação por terra era o vale do Danúbio, incómodo e constantemente ameaçado, desde meados do século II, pelos Bárbaros. O mais seguro era atravessar o Adriático, de Bari a Andvari, para depois tomar pela *Via Egnatia*, que levava a Tessalónica, e depois a Constantinopla. As vias romanas que sulcam o Império, demasiado elogiadas, são de defeituosa construção: enquanto a estrada moderna cede mas não quebra, a estrada romana quebra e torna-se impraticável sob a influência das intempéries ou do peso dos transportes. Acrescentemos que o traçado é demasiadas vezes rectilíneo sem levar em conta as dificuldades de subidas e descidas. Com demasiada frequência é-se obrigado a fazer os transportes à base de carregadores. O cavalo do cavaleiro ainda não está nem ferrado, nem selado. Ver a obra, que dominou toda uma época, do comandante LEFÉBVRE-DESNOUETTES, *L'attelage et le cheval de selle a travers les âges*, 1931.

Não existia qualquer serviço público para o transporte dos viajantes ou da correspondência dos particulares. O único serviço que funciona, o *cursus publicus*, é reservado aos altos funcionários, aos oficiais superiores; os próprios bispos só conseguem obter o *evectio* ou *trattoria*, que inclui simultaneamente o passaporte, a licença de circulação em viatura (*rheda*) ou em cavalos (*veredi, paraveredi*), e o direito de alojamento nas estações da posta (*mansions, stationes*), em casos muito excepcionais, como a reunião de um concílio, por exemplo. Os particulares lá se arranjam como podem em relação ao transporte da sua pessoa, das suas mercadorias ou das suas cartas. Ver:

GORCE (Denys), *Les voyages, l'hospitalité et le port des lettres dans le monde Chrétien aux IVe et Ve siècles*, 1925.

VAILLE (Eugene), *Histoire générale des postes*, t. I: *Des origins a la fin du Moyen Âge*, 1947.

GANSHOP (F. L.), *La Trattoria, contribution a l'étude de l'origine du droit de Gîte*, na *Tijdschrift car Rechtsgeschiednis*, t. VIII, 1927, 67.

Assim, utilizam-se, tanto quanto possível, as vias fluviais. Mas nem todas as regiões a isso se prestam; na própria Gália, a navegação do Ródano ou do Loire, por exemplo, é difícil e prolongada. Ver:

BONNARD (L.), *La navigation intérieure de la Gaule*, 1913; JULLIAN (C.), *Histoire de la Gaule*, t. V; GRENIER (Albert), *Archéologie gallo-romaine*, 2.^a parte, 1934.

O Mediterrâneo une as diversas partes do Império, que se resume essencialmente a uma dominação mediterrânica. Mas une-as com bastante dificuldade. Os portos são pequenos porque os navios não passam de grandes barcaças, de fraca capacidade de transporte (60 toneladas de arrumação, no máximo). A arte da navegação é estacionária: segue-se ao longo das costas e opta-se mais facilmente por encahar na margem do que em arrostar com o mau tempo. (Ver: C^{te} LEFEBVRE-

-DESNOUETTES, *De la marine antique à la marine moderne*, 1935). KOESTER (August) ilude-se acerca da grandeza e da capacidade de transporte dos navios antigos, no livro, aliás, bastante consciencioso, *Das antike Seewesen* (1923), pp. 158-160 e pp. 174-175. De Outubro a Março, toda a navegação cessa; puxam-se os barcos para a margem e o Mediterrâneo torna-se num autêntico deserto durante seis meses.

Na verdade, com meios de comunicação tão defeituosos entre as diversas partes desse imenso Império Romano, é de espantar que este não se tenha desagregado muito mais rapidamente e que tenha podido durar cinco séculos no Ocidente.

V. A MONARQUIA CONSTANTINIANA SEU CARÁCTER, REFORMAS E SERVIÇOS

Sobre a hostilidade latente ou declarada entre imperador e Senado, ver, entre outras obras:

HOEPPFNER (A.), *Un aspect de la lutte de Valentinien Ier contre le Sénat: la creation du Defensor civitatis*, em *Revue historique*, t. CLXXXII, 1938, p. 225.

O Exército. – O melhor estudo existente sobre o exército romano no século IV é indubitavelmente o de H. M. O. PARKER, *The Legion of Dioclétien and Constantin*, em *Journal of Roman Studies*, t. XXII, 1933, p. 275.

SESTON (William), *Dioclétien et la Tétrarchie*, 1964, pp. 295-351. O autor pensa que a obra de Constantino (a separação entre o exército de manobras e o exército de fronteira) está já esboçada sob Diocleciano. O efectivo de 6000 homens, atribuído pelo autor (p. 299) aos antigos corpos, parece inadmissível, dado ser demasiado elevado para os recursos financeiros do tempo (Cf. A. PIGANOL, *L'Empire chrétien*, pp. 327-336, onde podemos encontrar o resultado dos últimos trabalhos sobre o assunto.)

Mais particularmente em relação à Gália e à Germânia ver o estudo de H. NESSELHAUF, *Die Spatremische Verwaltung der gallisch-germanischen Lander*, nos *Abhandlungen* da Academia das Ciências de Berlim, secção filológico-histórica, ano de 1939. Das suas investigações, conclui-se que o número das alas de cavalaria passou de quatro para oito no tempo de Diocleciano, tendo o das cortes passado de vinte e oito para trinta e sete.

A base legal do recrutamento continua a ser a propriedade fundiária. Se um proprietário não dispõe de uma fortuna territorial suficiente para fornecer o número de recrutas exigido, agrupa-se um certo número de proprietários cujo conjunto atinge a extensão territorial julgada necessária. Este encargo é chamado de *protostasia*. Se o Estado prefere ser ele próprio a encarregar-se do recrutamento e exige dinheiro em vez disso, um dos proprietários, o *capitularis*, reparte entre os seus associados a indemnização fixada em soldos de ouro. Para evitar abusos, Valentiniano e Valente, em 375, estabelecem uma tarifa. A respeito desta questão, da *protostasia*, ver W. SESTON, *op. cit.*, pp. 301-302 e pp. 367-372. – DELÉAGE, *La Capitation*, pp. 30-31, 78 (O autor não entendeu que a taxa, *aurum coronicum*, é paga ao Estado, e não ao proprietário).

Importa fazer notar, seguindo a opinião de Hons DELBRÜK, *Geschichte der Kriegskutut*, t. p. 229, que, com uma duração de serviço de vinte ou de vinte e quatro anos, bastava em cada ano uma «classe» muito pouco numerosa para o recrutamento em todo o conjunto do Império.

Em relação ao comando, convém notar que os *duces limitis* assim nomeados desde Diocleciano parecem estar sob as ordens de um conde (*comes*) nos casos em que um dado conjunto de regiões sob jurisdição deste último (condado de África, confinado em 330, o da Ilíria em 364, o das duas Germânicas em 367). Mas o *duque*, em certas regiões, pode juntar ao seu título o de *conde*. O *legado* de legião desaparece aquando da fragmentação da legião, em que cada um dos corpos é comandado por um *tribuno*, também chamado, por vezes, de *preboste* (*praepositus*). Ver os textos e trabalhos citados por PIGANOL, p. 332. Para SESTON (pp. 308-319), a separação entre os poderes civis e militares, com exclusão dos senadores do comando dos exércitos, não se operou bruscamente sob Galieno tendo vindo antes a efectuar-se a pouco e pouco, só tendo sido completada por Constantino.

Tracei um quadro das forças do Império no ano de 400, em vésperas da catástrofe, no fim do meu estudo *La Notitia dignitatum utriusque imperii, ses tares, sa date de composition, sa valeta*, em *Revue des Études anciennes*, t. XXXVIII, 1936, pp. 335-338. Tentei avaliar a importância real das forças enumeradas no t. I, p. 3 da *Histoire du Moyen Âge*, da col. G. Glotz.

Será que os exércitos romanos do século IV eram quase que exclusivamente compostos por Bárbaros, até mesmo no caso das legiões, a partir do reinado de Constantino e dos seus sucessores? Pessoalmente admiti-o; mas é permissível duvidar-se da veracidade de tal facto, pelo menos em relação às legiões, ao estudar com mais atenção a *Notitia dignitatum*, *loc. cit.*, p. 320: «No seu conjunto, fica-se espantado com o lugar ainda bastante modesto ocupado pelos Germanos nos exércitos romanos: apenas quarenta corpos num total de cerca de um milhar. E nem um só exemplo no caso das legiões «imperiais» ou «ribeirinhas», só havendo uns quantos, muito poucos, nos regimentos de cavalaria palatinos ou *comitatenses*, um de taifales nos *vexillationes* do Oriente, a par de dois corpos de partos e de um de persas. No Ocidente, um de taifales entre os *vexillationes comitatenses* e um corpo de marco-manos, a par dos *comites Alani* e dos arqueiros partos montados a cavalo. Os Germanos e outros estrangeiros (caucasianos, árabes, etc.) só se encontram num número já relativamente apreciável entre os auxiliares palatinos; e mesmo assim não passam aí de uma minoria. É certo que há germanos que podem figurar entre os auxiliares pretenciosamente chamados *Victores*, *Leones*, *Felichel*, *Cornuti*, *Petulantes*, etc. Mas estes corpos podem ser igualmente compostos por gauleses, panonianos, mouros, etc.».

A germanização do exército deve ter vindo a precipitar-se sob o reinado de Teodósio, já que os corpos que, no Ocidente, sob a autoridade de seu filho, recebiam o cognome de *Honoriciani*, eram formados por Bárbaros, segundo testemunho de Orósio (VII, 40). De resto, os Bárbaros viriam a acabar por constituir os «corpos auxiliares», sendo os auxiliares palatinos tidos entre os melhores elementos do exército.

A distribuição de terras aos veteranos remontaria a Séptimo Severo, segundo Mommsen, Premierstein e Ernst Stein. Mas o texto no qual se baseiam (*Hist. Aug.*) não tem qualquer valor. ALFOLDI situa o início desta prática no reinado de Probus (na revista húngara *Archeol. Ertesitö*, 1940, p. 235; cf. a notícia de SESTON em *Revue des études anciennes*, 1943, p. 164). O mais antigo texto epigráfico onde este privilégio é tratado seria uma inscrição encontrada em 1930, datada de II de Novembro de 311, de Constantino e Licinius, a favor dos veteranos eméritos e dos soldados estabelecidos no Illyricum, em Brigantio (sem dúvida Szony, na Hungria), que tinham recebido a *honesta missio*. Esta importante inscrição foi publicada por Étienne PAULOVICS no t. XX das *Acta archaeologica Museii nationalis Hungarici*, tendo igualmente saído num volume à parte *La table des privilèges de Brigantio*, Budapest, I vol., 68 pp., 11 pl. (Cf. a análise feita por A. MERLIN, em *Journal des Savants*, 1937, pp. 33-35). Sobre a data do texto, ver SESTON, em *Byzantion* ano de 1937, pp. 477-486. Espero em breve poder demonstrar que a interpretação de M. Paulovics está sujeita a caução e que a inscrição não só não traduz qualquer inovação, como, pelo contrário, atesta a continuação da antiga organização que Constantino irá muito rapidamente transformar.

Sobre a defesa da fronteira, o *limes*, depois de Galieno, ver o esboço de SESTON, pp. 296-299 e pp. 69-78.

Os nossos conhecimentos da maneira como tinha lugar a defesa da parte fértil e civilizada do Império situada junto à fronteira, junto ao *limes*, contra as incursões dos povos salteadores do deserto, vieram a ser renovados através do método de investigação por avião utilizado pelo P. Poidebard. Ver, por exemplo:

POIDEBARD (A.), *La trace de Rome dans le désert de Syrie: le limes de Trajan a la Conquête arabe. Recherches aériennes*, 1925-1932. *Bibliothèque archéologique et historique de la delegation de la France au Levant*, t. XVIII, texto: 213 pp.; atlas: 122 fotografias, 1 mapa.

MOUTERDE e POIDEBARD (Os P. P.), *Le limes de Calcis, organisation de la steppe en Haute-Syrie*, 1945. *Bibl. archéo. et histor. de la délég. de la France au Levant*, t. XXXV.

VANNERUS (Jules), *Le limes et les fortifications gallo-romaines de Belgique*, Bruxelas, 1943, in-4.º, 318 pp., mapa. Extraído de *Mémoires de l'Académie royale de Belgique*, Classe de Lettres, 2.ª série, t. XI, fasc. 2.

CHAPOT (Victor), *La frontière de l'Euphrate, de Pompée a la Conquête arabe*, Paris, 1907. *Bibliothèque des écoles françaises d'Athènes et de Rome*, fasc. 99.

Ver, finalmente, a esplêndida publicação intitulada *Fossatum Africae. Recherches aériennes sur l'organisation des confins sahariens a l'époque romaine*, por Jean BARADEZ, com prefácio de Louis Leschi, Paris, in-4.º, 337 pp., 275 il., 2 planos.

Reforma legislativa.

DECLAREUIL (J.), *Rome et l'organisation du droit* 1924, 452 pp., «L'Évolution de l'Humanité», I a secção, O livro II, pp. 349-419, apresenta-nos um precioso quadro das reformas do Baixo Império em todos os domínios do direito, indo inclusivamente até a época de Justiniano.

SARGENTI (M.), *Il diritto privato nella legislazione di Constantino: persone e famiglia*, Roma, 1938.

DUPONT (Mme C.), *Les Constitutions de Constantin et le droit privé au debut du IVe siècle: les personnes*, Lille, 1937.

VI. O REGIME DAS CASTAS

O édito de Caracala de 212 concede o direito de cidade a todos os homens livres do Império. Um édito desconhecido, revelado por um papiro de 213, completa essa célebre *Constitutio Antonniana*: alarga o direito de cidade aos bárbaros refugiados em solo romano. Os *dediticii* que o édito de 212 excluía do direito de cidade são talvez aqueles que já tinham sido incorporados no exército sem estatuto jurídico. Ver E. BICKERMMANN, *Das Edikt des Kaisers Caracallas in Papyrus Giesen 40*, Berlin, 1926, 38 pp.

O Colonato – Actualização dos inúmeros trabalhos consagrados a este tema, por F. L. GANSHOF, *Le statut personnel des colons au Bas-Empire*, em *L'Antiquité classique*, Bruxelas, t. XIV, 1946.

Ver também em Georges BRATIANO, *Études byzantines d'histoire économique et sociale*, 1938, 294 pp., 20 pl., o cap. IX: *Servage de la glébe et regime fiscal*.

COLLINET (Paul), *Le Colonat dans l'Empire romain*, 1937, Bruxelas (Extraído de *Recueil de la Societé Jean Bodin*, pp. 85-122).

Sobre o problema «Quem é o contribuinte? O proprietário ou o colono?», ver igualmente o meu livro *L'impôt foncier et la capitation personnelle sous le Bas-Empire*, 1928, pp. 61-70.

No Egipto o contribuinte é geralmente o proprietário, a menos que haja uma convenção especial com o seu rendeiro. Ver Denis VAN BERCHEM, *L'annone*, pp. 53-54 e 165-166.

Michel ROSTOWTSEFF, *Studien zur Geschichte des römischen Kolonats*, 1910, ocupa-se, na realidade, com um aprofundado conhecimento do assunto, do estudo de condições análogas às do colonato, não só sob o Alto Império romano, mas também durante o período dito helenístico. Infelizmente, a obra detém-se no século III, precisamente na altura em que começa o nosso tema.

As cidades, os curiais.

ABBOTT (Frank-Frost) e JOHNSON (Allan Chester), *Municipal administration in the roman Empire*, 1926, 599 pp., Princeton University, E.U.A. Boa actualização, bastante útil pelo modo como faz funcionar as descobertas epigráficas e papiro-lógicas.

Sobre o mais antigo testemunho de um conde (conselheiro áulico) no exercício das suas funções administrativas, ver:

GANSHOF (F. L.), *Saint Martin et le comte Avianus*, 1949, em *Mélanges Paul Peeters*, pp. 203-223.

VII. A GRANDE PROPRIEDADE CONTRA O ESTADO E OS FRACOS. O PATRONATO

O Patronato. – O processo que permite ao grande proprietário dominar a sociedade consiste no *beneficium*. Na maior parte dos casos o patrono concede alguns dotes de terra a um homem sem fortuna, «por benefício» (*per beneficium*), sem ser assinado qualquer contrato e sem nada lhe exigir em troca, pelo menos na aparência, a não ser uma espécie de demonstração de veneração por definir, a «fé» (*fides*). Esta concessão é de aspecto precário; pode ser retirada ao concessionário sempre que o concedente assim o quiser. Como não houve qualquer «pacto», a lei não se ocupa deste tipo de prática. Ela pode encobrir um arrendamento disfarçado, um empréstimo, etc. Nesse caso, isso coloca o concessionário à mercê do seu «benfeitor», o qual pode proceder à evicção sem qualquer intervenção dos poderes judiciários. Mas há mais: um pequeno proprietário de fracas posses pode ser levado a ceder a sua terra ao poderoso e a retomá-la a título de *precária*, «por benefício». Garante, assim, a sua protecção contra as exigências do fisco. E, em circunstâncias normais, o poderoso não tem qualquer interesse em desalojar o precarista, dado este lhe valorizar o solo, deixando-lhe, assim, o seu usufruto, senão mesmo a sua propriedade, bem como aos seus descendentes. O «precário» também pode ter o seu lado útil: serve, em alguns casos, para recompensar serviços ou constituir uma reforma.

A este respeito, convém sempre ler FUSTEL DE COULANGES, *Le Bénéfice et le Patronat*. A melhor explicação desta prática é devida a L. J. COULET, *Le bénéfice sous les deux premières races*, estudo que tem permanecido quase desconhecido e que surgiu em C. R. do Congresso Científico Internacional dos Católicos, reunido em Paris de 1 a 6 de Agosto de 1891.

Pela minha parte, expus, depois de muitos outros, a prática do patronato e as modalidades do precário em *La Gaule*, 1947, e em *Naissance de la France*, 1948, pp. 301-304.

VIII. DECADÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DA ARTE ANTIGA

Decadência e transformação da arte antiga. – A arte da Europa sofreu uma rápida e radical transformação desde fins do século III. «A copiosa riqueza herdada das antigas gerações enfraquecera a força geradora da arte e, habituada a viver de empréstimos, esta acabará por se tornar perfeitamente incapaz de toda e qualquer produção individual.» (Franz CUMONT, *Les mystères de Mithra*, p. 187).

À plástica, à beleza da forma, viera a substituir-se o gosto pela cor e a um académico esterilizante, a fantasia sob mil e um aspectos. A origem da nova arte deve buscar-se no Irão, no Irão asiático: a Pérsia, e o Irão europeu: o país dos Citas, e, mais tarde, o dos Sarmátas (a actual Ucrânia). A primeira corrente alcança Constantinopla, vindo a manifestar-se particularmente no campo da arquitectura, e a segunda vem a difundir-se na Europa Ocidental por intermédio dos Bárbaros que a invadem, Godos, Burgúndios, Francos e Vândalos, etc. Manifesta-se sobretudo através de uma nova

forma de ourivesaria, a ourivesaria embutida. A arte bizantina nasceu da fusão da arte oriental com aquilo que subsistia das tradições greco-latinas.

Na nossa exposição, a arte cristã foi bastante negligenciada. É certo que durante bastante tempo foi totalmente desprovida de originalidade. Por impotência ou por prudência (para não chamar a atenção do poder), os artesãos inspiram-se em modelos pagãos, deixando a cargo da piedosa sagacidade dos fiéis o cuidado de lhes darem uma outra interpretação. Os adeptos do culto de Mitra tinham já desbravado uma tal via: assim, Ahura-Mazda destruindo os monstros que se tinham revoltado contra si, imita Zeus fulminando os gigantes; Verethraghina é uma transformação de Hércules, etc. Os artesãos cristãos inspiraram-se igualmente nos artesãos mitríacos. As suas imagens do Céu, da Terra, do Oriente, do Sol, da Lua, dos Planetas e dos Signos do Zodíaco, dos Ventos, das Estações, dos Elementos, encontram-se igualmente nos sarcófagos, nos mosaicos, na pintura dos livros dos cristãos. «Quando, após o triunfo da Igreja, os escultores assistiram à imposição de temas até então inabordáveis e se viram na embaraçosa obrigação de terem de figurar na pedra personagens ou narrações bíblicas, ficaram bastante satisfeitos por poderem inspirar-se em representações que os mistérios persas tinham vindo a vulgarizar. Algumas alterações nos trajes e nas atitudes bastaram para transformar a cena pagã num quadro cristão: Mitra disparando o seu arco contra o rochedo torna-se em Moisés fazendo brotar água da montanha de Horeb; Sol levando o seu aliado por sobre as Águas do Oceano serve para exprimir a ascensão de Elias num carro de fogo, e o tipo do deus tauróbolo virá a perpetuar-se, já em plena Idade Média, nas imagens de Sansão dilacerando o leão.» (Cullom; *op. cit.*, pp. 188-189).

Até mesmo a forma dos santuários pagãos de iniciação (Baco, a Mãe, as Cabiras da Samotrácia) veio a inspirar a das igrejas cristãs. Acrescentemos que as pinturas da sinagoga descoberta nas escavações de Doura-Europos, no vale do Eufrates, devem ter certamente inspirado as pinturas murais dos edifícios cristãos.

A influência estética do Irão veio igualmente a fazer-se sentir no mundo romano, ainda que indirectamente, por intermédio da Síria. As inúmeras peregrinações à Terra Santa e à Síria, a partir do século IV, assim como a presença de negociantes sírios nas cidades comerciais do Império, contribuíram para favorecer o conhecimento dos métodos de construção e das formas de decoração do Oriente cristão. As mais antigas igrejas, inclusive no Ocidente, apresentam tais semelhanças com as da Síria, ou até da Capadócia, ao nível do plano de construção, da orientação, da cobertura e da decoração, que não há lugar para dúvidas de que o Ocidente tenha vindo a imitar a arte do Oriente romano influenciada pela Pérsia (no caso da cúpula, por exemplo). Até mesmo os sarcófagos atestam a importância da influência síria. Se os da região arlesiana, de Roma, ou de Ecija, em Espanha, denotam provir da arte grego-romana, mantendo mesmo, por vezes, no caso dos mais antigos, representações de cenas mitológicas, já os do Sudoeste da Gália possuem uma decoração exótica (estrelas de seis raios, margaridas, tranças, palmas, vides estilizadas). A revelação da influência exercida por uma província então romana do Império, mas particularmente sensível ao prestígio de uma arte vizinha, a da Pérsia, é relativamente recente. Encontrar-se-á

uma apresentação, de tocante elegância, dos trabalhos suscitados por esta descoberta, acompanhada, além do mais, por ideias pessoais de grande autoridade, na recente obra de Émile MALE: cujo conteúdo ultrapassa o título: *La fin du paganisme en Gaule et les plus anciennes basilicas chrétiennes*, 1950, 329 pp. e ill. Cf. do mesmo autor, *Rome et ses vieilles églises*, 2.^a ed., 1944.

STRZYGOWSKY (Joseph), *L'ancien art chrétien de Syrie, son caractère et son évolution d'après les découvertes de Vogul et l'expédition de Princeton, la façade de Meschatta et le calice d'Antiochie (étude particulière de Gabriel Millet)*, 1936, in-4.º, 250, 24 pl., 122 grav.

LASSUS (Jean), *Sanctuaires chrétiens de Syrie. Essai sur la gènes, la forme et l'usage liturgique des édifices du culte Chrétien en Syrie, du IIIe siècle a la Conquête musulmane*, 2944, in-4.º, 329 pp., 109 fig., mapas.

GRABAR (ANDRÉ), *Martyrium. Recherches sur le culte des reliques et l'art Chrétien antique*, Paris, publicado pelo Colégio de França, 2946, Vol. I: *L'Architecture*, 683 pp. e 155 desenhos, Vol. II: *Monographie*, 400 pp., 12 desenhos. O autor pôs em evidência a influência exercida pelos edifícios erguidos sobre o túmulo dos mártires na arte cristã. Sendo o vocabulário da primitiva arte cristã o mesmo que o da arte pagã, não nos devemos espantar por o plano dos *martyria* imitar o dos *beroa*, isto é, por afectar todas as suas formas: salas quadradas, fechadas ou abertas para o exterior por meio de arcadas, longas salas rectangulares com um jazigo subterrâneo, formas em abside, salas em forma de trevo. A maioria, contudo, possui um plano circular: trata-se de uma rotunda coberta por uma cúpula. E, além disso, temos ainda o plano em cruz, a partir de meados do século IV, etc. Em relação à escolha destes planos, não é possível distinguir o Ocidente do Oriente. Estes pequenos edifícios vieram a ser ultrapassados por aqueles que Constantino fez edificar no túmulo de São Pedro, em Roma, nos dos Santos Apóstolos, em Constantinopla e em Antioquia, e no Santo Sepulcro. E, facto digno de nota, estes *martyria* encontram-se, por vezes, no interior das muralhas do palácio imperial, tal como sucede em Antioquia. O mesmo sucede também com o mausoléu dos Santos Apóstolos, em Constantinopla, e isto contra as prescrições legais romanas que proíbem a inumação no interior das muralhas das cidades. Quanto aos Santos Apóstolos e ao Santo Sepulcro, encontram-se mais ou menos no centro de Constantinopla e de Jerusalém, localização que a tradição reservava para os fundadores das cidades. Constantino coloca relíquias cristãs no centro da capital por si fundada e da cidade que, para Eusébio, é a cidade de Cristo-Rei. O fim fundamental da obra consiste em mostrar como é que as formas arquitecturais, assim como a própria iconografia, puderam vir a influenciar as igrejas. Na época carolíngia, e na respeitante iconografia, apenas uma separação virá a operar-se entre o Oriente e o Ocidente. O Ocidente manter-se-á mais apegado ao culto das relíquias do que à veneração das imagens, dos «retratos», que tinham a pretensão de representar os mártires. Mas no Oriente tudo será diferente. pois aí o ícone e o culto que lhe é prestado virão a sobreviver à terrível crise da *iconoclastia* dos séculos VIII e IX.

Às obras de Dhiel, Ebersolt e outros, assinaladas na primeira edição, acrescentar ainda:

EBÉRSOLT (Jean), *La Miniature byzantine*, Paris-Bruxelas, 1928, in-4.º, 110 pp., 140 reproduções.

BREWER (Louis), *La sculpture et les arts mineurs byzantins*, Paris, 1936, in-4.º, 96 pl.

O retrato. – A representação do corpo ou apenas do rosto de um dado personagem, cuja recordação se pretende preservar, tem origens religiosas ou mágicas que mergulham fundo na noite dos tempos. Em Roma, esta representação sob a forma de estátuas, de bustos, de pinturas, de medalhas, manteve por longo tempo uma aparência realista, certamente devido a uma certa influência etrusca. Mas na época a qual chegamos tudo vem a alterar-se. Estátuas e bustos de pedra ou de bronze desaparecem ou tornam-se bastante raros. Naquilo que ainda subsiste, a cabeça do príncipe acaba por revestir um carácter convencional. Nas moedas, a alteração é ainda mais acentuada, principalmente a partir de Diocleciano. A efígie do imperador associado aos deuses deve inspirar uma veneração religiosa aos povos pelos quais esta circula. Por consequência, o sistema monetário assiste à imposição de uma efígie em que as feições do imperador são embelezadas, enobrecidas, ao ponto de já só terem algumas ténues relações com a realidade. O retrato sob moedas passa, pois, a ser um instrumento de propaganda política. A arte já quase nada tem a ver com isso.

À obra, já citada, de Bernouilli, acrescentar:

DELBRÜCK (R.), *Spätantike Porträts*, Berlim, 1931.

L'ORANGE (H.), *Studien zur Geschichte des Spätantiken Porträts*, Oslo, 1933.

PARIBENI (Roberto), *Il ritratto nell'arte antica*, Milão, 1934, in-n.º, 365 pl.

GRABAR (ANDRÉ), *L'Empereur dans l'Art byzantin. Recherches sur l'Art officiel de l'empereur d'Orient*, Paris, 1936, 269 pp., 40 pl.

BABELON (Jean), *Le Portrait dans l'Antiquité*, Paris, 1942, 207 pp., 398 f., 32 pl.

A Música. – O ensino e a prática da música desempenhavam um papel extremamente importante na educação helenística e isto desde tempos imemoriais. Mas no tempo de Aristóteles este ensino começa já a entrar em decadência. Rotineiro, acaba por afastar-se da arte viva. É depois, o amador esclarecido, que não se contenta em ouvir, dedicando-se também a prática da música vocal e instrumental, nem que seja imperfeitamente, começa a desaparecer perante o virtuoso profissional. Ver as observações de MARROU, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (pp. 196-197). Determinado tipo de considerações teóricas, de teóricos que fazem da música um agente de formação moral e social, vem a transmitir-se ao mundo romano, no qual a música não parece ter ocupado um lugar muito importante no campo da educação. Opera-se, assim, um divórcio entre o teórico e a arte musical popular, pela qual todos, tanto romanos como bárbaros, se sentem cada vez mais atraídos. Santo Agostinho mais não vê na música, na música de que gosta, senão um ramo das matemáticas, dando-lhe determinadas interpretações de carácter alegórico que, aos nossos olhos, parecem perfeitamente estrambólicas. Ver MARROU, *Saint Augustin et la fin de la culture antique* (2938), pp. 200-273.

A arte musical só virá a dar um passo em frente, o passo decisivo, em fins da era carolíngia. Ver:

GEROLD (Th.), *La Musique au Moyen Âge*, 1932.

CHAILLEY (Jacques), *Histoire musicale du Moyen Âge*, 1950.

IX. DECADÊNCIA DA LITERATURA.

DESAPARECIMENTO DA FILOSOFIA E DAS CIÊNCIAS ANTIGAS

Historia Augusta. – Os autores da *Historia Augusta* limitam-se, mais do que provavelmente, a um só. Herman Dessau, em 1889, situava-o na época de Teodósio, considerando também que a obra fora composta depois de 365. Otto Seeck situava-o um pouco mais a frente, por volta de 409-410, logo, no reinado de Honorius. Norman BAYNES (*Historia Augusta, its date and purpose*, Oxford, 1926, 150 pp.) é de opinião que certas alusões podem explicar-se recorrendo aos acontecimentos de 360-362. São, pois, a obra durante o reinado de Juliano. A questão veio a ser retomada por Werner HARTKE, em fac. suppl., XLV, 1940, o qual vai situar a composição nos últimos dias de vida de Teodósio, pretendendo encontrar o seu autor no círculo de frequentadores da moradia do prefeito da cidade, Símaco.

Literatura latina. – Acrescentar:

WRIGHT (A.) e SINCLAIR (T. A.), *A History of the later latin literature from the fourth to the end of the seventeenth century*, Londres, 1931.

BARDY (G.), *Aux beaux temps de l'humanisme Chrétien*, em *La France Franciscaine*, t. XXII, 1939, p.

A latinidade da literatura cristã destes tempos tem sido objecto de inúmeros trabalhos. Só iremos citar J. DE CHELLINCK, *Latin Chrétien*, na revista *Études classiques*, t. VIII, 1939.

As letras.

FARGUES (Pierre), *Claudien. Études sur sa poésie et son temps*, Paris, 1933, 344 pp.

O último dos poetas latinos possui uma reputação de insinceridade e de mau gosto. O autor protesta, afirmando que este tem qualidades poéticas e que os seus defeitos são devidos à Escola do seu tempo. Estudo dessa mesma Escola.

Sobre alguns escritores do século v, e nomeadamente sobre Rutilius Namatianus e a comédia *Querulus*, reportar-se ao meu livro *La Gaule*, 1947, pp. 522-528.

LOYEN (ANDRÉ), *Sidoine Apollinaire et l'esprit précieux en Gaule aux derniers ours de l'Empire*, Paris, 1943, 190 pp.

Do mesmo autor: *Recherches historiques sur les Panégyriques de Sidoine Apollinaire*, Paris, 1942, III pp.

Considerado durante toda a Idade Média e até mesmo no século xvi como um grande poeta, S. Apolinário viu a sua fama ensombrar-se de modo bastante singular. O seu «alexandrinismo» e o seu «asianismo», que tinham sido a sua coroa de glória, acabaram hoje em dia por lhe obscurecer a reputação. Este grande senhor da Gália, homem honesto e bastante culto, é altamente representativo dos melhores espíritos do seu tempo. A sua linguagem, do ponto de vista métrico, é ainda irrepreensível.

Quanto ao estilo, ao vocabulário, a morfologia, são de tal modo arcaicos que só alguns grandes letrados do seu tempo podiam compreendê-los e admirá-los. Na prática da vida quotidiana, a sua linguagem não podia certamente ter nada em comum com a sua linguagem literária.

O primeiro livro de A. Løyen é uma obra-prima de primor literário e de profundidade psicológica. A sua segunda obra patenteia um profundo sentido crítico dos mais avisados no domínio histórico.

A literatura cristã. – Santo Ambrósio foi estudado, sobretudo do ponto de vista político, por:

PALANQUE (J. R.), *Saint Ambroise et l'Empire romain*, (1933).

Sobre Santo Agostinho, ver mais adiante o livro de MARROU.

Sobre a poesia latina cristã, ver a obra bastante conscienciosa e ainda que demasiado sucinta para a época que aqui nos ocupa, de:

RABY, *A History of christian poetry from the beginning to the close of Middle Age*, Oxford, 1927, 491 pp.

Sobre Comodiano, ver os trabalhos de Mathieu NICOLAU, citados mais à frente.

A educação. – Sobre a educação destes tempos e as escolas existentes, convém recomendar a leitura da *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, de Henri-Irene MARROU, umas das obras-chave do nosso tempo. A 2.^a ed., 1950, contém (pp. 465 a 573) algumas notas complementares sobre as fontes utilizadas pelo autor e os inúmeros trabalhos por si consultados e criticados. O uso da obra facilitado por um índice dos textos e das questões que são objecto de uma discussão crítica e por um outro índice dos assuntos tratados (v. pp. 587-595). Existe uma tal continuidade entre a educação romana e a educação grega, pelo menos a do período helenístico, que é indispensável, aquando da sua leitura, não nos atermos à terceira parte (a partir da p. 329), mas sim remontar mais atrás. É preciso ler as páginas (297 a 309) sobre o humanismo clássico que a Grécia irá legar a Roma, páginas bastante elogiosas, na verdade, sendo, contudo, permissível espantarmo-nos por o autor não ter detectado aí os germens da esterilidade nele contida. Uma censura que me permitiria fazer a este belo livro reside no facto de o autor não ter tido em conta a influência que as transformações da língua podem ter vindo a exercer no recuo da cultura. Desde o século III ou o século IV da nossa era que há como que um princípio de divórcio entre a língua escrita e a língua falada. A força da tradição mantém, até fins do século V na e até ao século VI ou VII na Itália, o emprego das formas clássicas da língua escrita. Mas como esta se vai tornando numa língua artificial que já ninguém fala, são precisos, para adquirir o seu domínio, longos e longos anos de estudos penosos e dispendiosos, que se tornam, assim, como era inevitável num privilégio da classe aristocrática, a qual, contudo, depois das invasões bárbaras, diminui progressivamente de número. Na parte oriental do Império Romano já não sucedera o mesmo, não que a língua grega não tenha evoluído, tal como sucedeu com o latim no Ocidente, mas a manutenção de escolas públicas gratuitas e a necessidade de recrutar um numeroso corpo de funcionários instruídos, tal como no-lo mostrou o autor (pp. 435-447), contribuiu para manter a existência de um vasto público que recebia a instrução tradicional.

Para nos apercebermos do grau de cultura de um grande homem, inicialmente professor de retórica, e, mais tarde, padre da Igreja do Ocidente, não há nada melhor do que estudarmos a vida e as obras de Santo Agostinho. Este trabalho foi feito com mão de mestre por H. I. MARROU, no seu livro *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, 1937, 621 pp.

Agostinho conhecia a fundo o *trivium* (gramática, retórica, dialéctica), de acordo com os processos da Escola do seu tempo. Mas já é mais difícil determinar qual a extensão do seu saber no campo das ciências. Aliás, ele subordina-as à sua utilidade para a filosofia. Aquilo que nos diz da quarta parte do *quadrivium*, a música, parece-nos algo estranho: despreza a verdadeira música, aquela pela qual o mundo romano e o mundo bárbaro se apaixonaram, só se interessando pelo ritmo, estudado enquanto gramático e enquanto matemático. Mas aquilo que é bem mais grave, é que não consegue vir a dominar a língua grega. Sem estar inteiramente isolado dos filósofos e dos padres da Igreja – dado já haverem algumas traduções em latim – não mantém com a literatura sagrada em língua grega aquele mesmo contacto familiar que com ela ainda tinham mantido, no século precedente, os grandes doutores do Ocidente, como Hilário ou Ambrósio são, por exemplo. Mas não será verdade qual foi precisamente esta mesma semi-ignorância que veio a favorecer este vigoroso génio? Pois ele colocou o acento tónico no elemento antropocêntrico, longínquo precursor do existencialismo cristão, em que o sujeito que pensa e que sente se sobrepõe ao objecto específico do conhecimento que é Deus, nem que tal seja feito a expensas do antigo ontologismo. Encontrar-se-á uma exposição do seu pensamento, cuja síntese é das mais árduas, em Et. GILSON, *Introduction a l'étude de saint Augustin*, 1929, 252 pp. (t. XI da sua col. «*Études de philosophie médiévale*»).

No seu belo livro, *L'éducation dans l'Antiquité*, MARROU é altamente indulgente para com os grandes doutores cristãos latinos, mas reconhece que não conseguiram vir a substituir o ensino das escolas bíblicas e privadas, pagas por essência, pelo das escolas cristãs.

A decadência das letras latinas é devida, em grande parte, à regressão do conhecimento da língua e da literatura gregas no Ocidente. Donde uma consequência extremamente grave: o contacto com a cultura helénica, não só profana como sagrada, tende a perder-se.

Pierre COURCELLE, no seu livro *Les Lettres grecques en Occident, de Macrobie a Cassiodore* 1943, 440 pp., protesta contra esta opinião, acreditando na persistência da cultura e do pensamento helénicos no século v. Condescende em concordar que Santo Agostinho não conhecia o grego no início da sua carreira, mas afirma que veio depois a aprendê-lo. São Jerónimo está ao corrente da literatura sagrada e profana: conhece Platão e Porfírio (o que não é de espantar, dadas as suas estadas no Oriente). Admite, contudo, que, em meados do século v, o helenismo corre sérios perigos na Gália. Mas afirma que este vem a renascer por volta de 470: Génado de Marselha, Claudianus Mamertus, sabiam o grego. Mas é bem verdade que o último grande letrado, Sidónio Apolinário, já só possuía umas vagas noções da cultura helénica, uns rumores, um já ter ouvido falar. E no século vi, nada mais há. Em contrapartida, na

Itália, tem lugar o renascimento do platonismo, sob o domínio dos Ostrogodos, com Boécio e Cassiodoro. Em Latrão, fazem-se traduções do grego. E depois é o fim. Na nossa opinião, o autor veio a provar precisamente o contrário da sua tese. Naturalmente que alguns religiosos que viveram no Oriente, ou que eram mesmo orientais, podem ter levado para a Gália, no século v e até mesmo para além dele, o conhecimento da língua grega, podendo ainda ler os padres da Igreja, mas não passam de alguns exemplos raríssimos e sem qualquer alcance. Ler-se-ão, com o maior interesse, algumas belas páginas consagradas a Boécio e ao seu neoplatonismo (pp. 257-312), assim como a tentativa de Boécio em fazer com que o helenismo expirante participasse da cultura do monaquismo (pp. 313-341).

Alterações na língua. – A decadência da literatura era inevitável. Pois não passava do resultado de uma profunda alteração ocorrida na língua latina falada. Desde por volta do século iii que o ouvido já não distinguia, já só ou muito mal quando isso ainda era possível, as vogais longas das breves, distinção na qual se baseia toda a poesia antiga. Uma nova versificação, fundamentada na altura dos sons, ia tomando forma, algo obscuramente, no seio do povo, a qual, contudo, causava horror as pessoas cultas que, sendo cada vez mais raras, eram, consequentemente, cada vez mais exigentes. A declinação tendia a desaparecer, assim como a conjugação; a sintaxe passava por profundas transformações; no domínio da estilística, a frase latina, que um mestre de filologia latina comparou a uma charada, tendia a simplificar-se na linguagem falada. Nada há que mais repugne o espírito francês (Jules MAROUZEAU, *Traité de Stylistique appliquée au latin*, p. 225). E, no entanto, há quem se obstine e continue a obstinar-se em tentar escrever como no passado, quando a língua falada cada vez difere mais da escrita. Daí o carácter fictício, irreal, patente nos escritos, tanto da literatura sagrada como da literatura profana, desde fins do Baixo-Império. Actas públicas e produção privada servem-se de uma língua moribunda, senão mesmo já morta, mumificada.

E o fundo não é menos detestável: a Escola de retórica, que corresponde ao nosso ensino secundário e ao nosso ensino superior, num misto um tanto confuso, e à aprendizagem do mau gosto.

Para além das obras de Gaston Boissier, de M. Roger e de Theodor Haarhoff, citadas na primeira edição, ver: A. LOYEN, *op. cit.*, Introdução.

Sobre os malefícios das prelecções públicas entre os homens de letras:

CARCOPINO (Jêrome), *La vie quotidienne a Rome*, p. 232 e seguintes.

Sobre as alterações da prosódia e do ritmo, ler os estudos capitais de:

NICOLAU (Mathieu), *L'origine du cursus rythmique et les debuts de l'accent d'intensité*, 1930.

LOT (Ferdinand), *A quelle l'époque a-t-on cessé de parler latin?* (*Bulletin Du Cange*, t. VI, 1931, pp. 91-159).

Estudo extremamente importante de P. W. HOOGERP, *Deux procès verbaux donatistes* (*ibid.*, t. XV, 1940). Encontramo-nos em presença da língua (na qual a causa é defendida por algum tempo perante um tribunal) que se falava na África do Norte em inícios do século iv.

As Ciências. – A lista das obras nas quais se baseiam estes apanhados de conjuntos a acrescentar à monumental obra de Albert BAYET. *La Science orientale avant les Grecs.*

T. II. *La Jeunesse de la Science grecque.*

T. III. *La Maturité de la pensée scientifique en Grèce.*

T. IV. *L'Apogée de la Science technique grecque: les sciences de la nature et de l'Homme.*

T. V. *L'Apologie de la science technique grecque: l'essor de la mathématique.* (Col. *L'Évolution de l'Humanité*, Série complémentaire).

GRENIER (Albert), *Le Génie romain dans la Religion, la Pensée et L'Art.* (Col. *L'Évolution de l'Humanité*, 1.^a secção, n.º XVII).

X. CORRUPÇÃO DO ESPÍRITO PÚBLICO

Sobre a crise moral do paganismo no século IV, acrescentar, aos trabalhos já citados, a notável contribuição de Albert BAYET, *La morale païenne à l'époque gallo-romaine*, 1931, da qual ainda só saiu o t. I (1951). O autor revela-nos toda a complexidade do problema. Existem várias correntes que não são convergentes. É perfeitamente lamentável que não nos tenha dado a prometida continuação da obra.

Também há bastante a aprender com *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*, de H. I. MARROU, obra, aliás, já citada (nomeadamente na 3.^a parte, desde a p. 313 até ao fim).

RESUMO E CONCLUSÕES DA PRIMEIRA PARTE

Norman BAYNES passou em revista as diversas explicações dadas sobre a decadência do mundo romano no *Journal of roman studies*, ano de 1943, pp. 29-35.

O mesmo faz PIGANIOL, na conclusão do seu *Empire chrétien*, pp. 411-422, sem sequer negligenciar alguns estranhos apanhados gerais que teve a bondade de citar. A sua opinião é a de que a civilização romana não morreu de morte natural. Foi sim, assassinada. Os assassinos são, para ele os Germanos (ver add. pp. 494-495)

SEGUNDA PARTE

A DERROCADA

I. ROMA E OS BÁRBAROS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO IV (350 A 395)

II. O IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE DE 395 A 476

Pierre COURCELE teve a feliz ideia de reunir e de traduzir o conjunto dos textos em que os Romanos exprimem as suas reacções violentas, ou até mesmo, por vezes, simpáticas, perante os Bárbaros, num livro que intitulou *Histoire littéraire des grandes invasions*, 1948, 264 pp. Estas apreciações são da mais variada natureza, emanando de diversos países e de diferentes épocas. Os contemporâneos, tal como é hábito, não entendem nada das causas das desgraças do Império. Os pagãos lançam a sua responsabilidade sobre os cristãos e os cristãos sobre os pagãos ou sobre os seus próprios pecados. Tudo isto a de uma incomensurável pobreza de espírito.

Sobre as invasões germânicas do terceiro quarto do século IV, os textos dos anais primam pela sua ausência, mas os cunhos monetários podem indirectamente deitar alguma luz sobre datas e locais. Ver:

BLANCHET (Adrien), *Les rapports entre les dépôts monétaires et les événements militaires, politiques et économiques*, Paris, 1936, 148 pp. As investigações do autor ultrapassam em muito o período que aqui nos ocupa; as pp. 41 a 70 interessam-nos muito em particular.

FAIDER-FEYTMANS (Mme G.), *La Frontière du Nord de la Gaule sous le Bas-Empire*, em *Mélanges J. Marouzeau*, pp. 161-172. Excelente actualização acompanhada de mapa.

Ludwig SCHMIDT lançou mãos à tarefa de publicar uma nova edição refundida da sua *Geschichte der deutschen Stämme* até ao fim das grandes invasões. O t. I, *Die Ostgermanen*, foi publicado em Munique em 1934. Do t. II, consagrado aos *Westgermanen*, a 1.^a parte foi publicada em Munique em 1938, 228 pp. É de esperar que a sua continuação já tenha saído.

O mesmo autor apresentara um resumo do tema até à fundação da monarquia universal (*sic*) por Clóvis, sob o título *Geschichte der germanischen Frühzeit, die Entwicklung der german. Natio*. Colónia, 1934, 327 pp., mapa, desenhos.

LOT (Ferdinand), *Les Invasions germaniques. La pénétration mutuelle du monde barbare et du monde romain*, nov. ed., 1945, 340 pp.

Do mesmo autor: *Les Invasions barbares et le peuplement de l'Europe*, 1937, 2 vol. O t. I, 349 pp., é consagrado aos Árabes e Mouros, aos Escandinavos, e aos Eslavos do Sul e do Centro; o t. II, 319 pp., trata dos Fino-Ugrianos, dos Turcos e Mongóis, etc. Apenas algumas partes desta obra se enquadram no âmbito de *O Fim do Mundo antigo*.

LATOUCHE (Robert). *Les Grandes Invasions et la crise de l'Occident au V^e siècle*, Paris, 1947, 323 pp. Após ter exposto o decurso factual das invasões, o autor debruça-se sobre a definição dos seus resultados. A barbarização foi progressiva. A vida económica retomou o seu curso tal como dantes. Indigência da civilização dos invasores. O destino dos Estados fundados por estes está ligado a sua atitude para com o catolicismo. Mas a própria complexidade das invasões proíbe que façamos a seu respeito um juízo sumário, uniforme. No final, numa rápida vista de olhos bibliográfica, o autor passa em revista as fontes, dando-nos, com total independência, a sua apreciação sobre o valor dos trabalhos publicados sobre este período, não se deixou dominar por nenhum deles, sendo as suas opiniões sempre pessoais.

A passagem do Reno, no último dia do ano de 406, por uma horda de vândalos, quados e alanos foi, sem dúvida, um terrível flagelo para a Gália. Mas será que daí devemos concluir que todas as cidades foram tomadas e feitas em ruínas pelos bárbaros, tal como o pretendem certos escritos contemporâneos, e nomeadamente uma carta de S. Jerónimo, escrita muitos anos depois e longe da Gália? F. VERCAUTEREN demonstrou tudo aquilo que nestes escritos há de meramente declamatório, conformemente ao gosto do tempo, na sua *Note sur la ruine des villes de la Gaule d'après quelques auteurs contemporains des invasions germaniques*, em *Mélanges Bidez*, publicadas pelo Anuário do Instituto de Filologia e de História Orientais, t1933-34.

Instalação dos Bárbaros.

DES MAREZ (G.), *Le Problème de la colonisation franque et du regime agraire dans la Basse-Belgique*, Bruxelas, 1926, in-4.º, 193 pp., mapas, planos, fig. (Extraídos das *Mémoires publiés par la classe des lettres et des sciences morales et politiques de l'Académie royale de Belgique*, 2.a série, t. IX, 1926). Trata-se de uma investigação bastante recente sobre o povoamento do Norte da Gália pelos Francos. Só muito tardiamente vieram a ocupar o Barbant e a Flandres marítima. Os três regimes agrários determinados pelo autor baseiam-se mais em considerações de ordem geográfica do que etnográfica. Os méritos da obra são evidenciados por F. L. GANSHOF, no *Journal des Savants*, 1928, pp. 113-123. Cf. a obra, já citada atrás, de J. VANNERUS sobre o *limes* da Belgica.

Em relação às províncias renanas, ver a obra capital de Karl SCHUMACHER director do museu de Mogúncia, *Siedelungs und Kultur-geschichte der Rheinlndner von der Urzeit bis in das Mittelalter*. Ver o t. III, I.ª parte, *Siedelungs Geschichte*, Mogúncia, 1925.

Em relação aos burgúndios e as suas relações com Roma, ver Alfred COVILLE, *Recherches sur l'histoire de Lyon du Ve au IX siècle*, 1928, 560 pp.

Em relação a Helvétia, ver o livro de P. E. MARTIN, já citado. PETRI (Franz), *Germanisches Volksleben in Vallonien und Nord-Frankreich*, Bona, 1937, 2 vol. Muitas informações úteis, mas a obra possui visivelmente tendências políticas de pro-anexação à Alemanha.

GAMILLSCHEGG (Ernst), *Romania germanica, Sprach und SiedelungsGeschichte der Germanen auf dem Boden alien Römerreiches*, Berlim, 1934, 2 vol. Bastantes

informações úteis, mas o autor ilude-se acerca do alcance da significação dos nomes de locais que exagera consideravelmente. Alguns erros filológicos.

WARTBURG (W. von). *Les origins des peuples romans*, 1941. Não parece estar ao abrigo da influência das obras precedentes e de algumas outras, ainda que sem quaisquer desígnios políticos ocultos.

Sobre o abandono da Dácia a partir de meados do século ver Georges BRATIANU, *Une enigme et un miracle historique: le peuple roumain*, Bucareste, 1942, 262 pp., mapa. E também: *Le Probleme de la continuité daco-roumaine*, Bucareste, 1944, 127 pp., mapas.

Sobre o abandono e a barbarização da Panónia. ver ANDRÉ ALFOLDI, *Der Untergang der Romershaft in Pannonien*, t. I, 1934 (*Ungarische Bibliothek*, 1.^a série; fasc. 10).

PATSH (G.), *Beiträge zur Völkerkunde von Südost-Europa. III. Die Völker bewegung an der unteren Donau im der Zeit Dioclétien: bis Heraklius*, em *Sitzungsberichte* da Academia de Viena, Classe de Filologia e História, 1928, t. 208, fasc. 2 e t. 214, fasc. I.

Sobre a separação da África de Roma, antes mesmo da queda do Império do Ocidente, deve ler-se a obra magistral de Ch. ANDRÉ JULIEN, *Histoire de l'Afrique du Nord*, 1931, 866 pp., 357 grav., mapas, imponente bibliografia das fontes e de todo o género de trabalhos consagrados a África, pp. 219-340.

STEIN (Ernst), *op. cit.*, Cap. VI a IX, pp. 337 a 590.

Ver também: *Histoire du Moyen Âge*, col. G. Glotz, t. I.^o *Les destinées de l'Empire en Occident*, de 395 a 888, 2.^a ed., 1941, 896 pp., por F. LOT, Ch. PFISTER, F. GANSHOF e outros. Ocupei-me do período que aqui nos interessa na introdução) e nos cap. I a III, p. 17-67.

Peuples et Civilisations. História universal publicada sob a direcção de Louis Halphen e de Philippe Sagnac. T. V.: *Les Barbares*, por L. HALPHEN, 4.^a ed. inteiramente refundida, 1940, 450 pp., 2 mapas. A ideia fundamental do autor a de que a Europa foi vítima de uma tempestade étnica que, tendo-se formado no Centro da Ásia, veio a abater-se sobre ela por volta de meados do século IV, causando profundas perturbações tanto no mundo germânico como no mundo romano. Os cinco primeiros parágrafos do cap. I.^o (pp. 3-78) enquadram-se no âmbito da nossa II parte. O autor, perfeitamente bem informado, tal como no-lo prova a sua bibliografia, que é de eleição, possui uma visão lata dos acontecimentos, a qual em nada prejudica a sua segurança e prudência habituais. O título é pouco justificável, porque os Bárbaros estão todos no longo período por si tratado neste volume.

Sobre a unidade do Império, ver o estudo de J. R. Palanque sobre a colegialidade, atrás citado, p. 460.

As províncias danubianas foram as primeiras a ser sacrificadas. Em 380, Graciano permite que os Godos se instalem na parte das Panónias dependente do Ocidente. A administração e a cultura romanas bem depressa acabam aí por vir a desaparecer. Ver: A. ALFOLDI, *op. cit.*

J. B. Bury, E. Stein e S. Schulz defenderam que o domínio romano na Grã-Bretanha viera a prolongar-se pelo menos até perto de 430. Os argumentos numismáticos

em que se baseiam foram refutados por F. S. SALISBURY, em *Journal of roman studies*, ano de 1933, p. 217. Cf. as minhas objeções em *Revue des Études anciennes*, ano de 1936, pp. 315-318.

Sob o estabelecimento dos Anglos e dos Saxões na Grã-Bretanha: *Roman Britain and the english settlements, to A. D. 600*, Londres, 1937, por GOLLINGWOOD e MYRES (Constitui o t. I da *Oxford history of England*).

STENTON (F. M.), *Anglo-Saxon England*, 1943.

Esboço apresentado na minha conferência *Bretons et Anglais aux Ve et VIe, siècles*, 20 pp., em *John Rys memorial lectures, British Academy*, 1930. Sobre a África, ver a obra de Ch. A. Julien, atrás citada.

RESUMO E CONCLUSÕES DAS PRIMEIRA E SEGUNDA PARTES

Causas da queda do Império Romano do Ocidente. – Este problema continua e continuará ainda por muito tempo a preocupar os espíritos. Piganiol (*L'Empire Chrétien* (325-395), coleção *Histoire générale*, G. Glotz, t. 2, Paris, 1947), na sua conclusão (pp. 410-422), analisou um grande número de sistemas surgidos até 1944, obrigando-se mesmo a assinalar os mais extravagantes. E demonstra aquilo que as opiniões dos mais eminentes historiadores possuem de insuficiente ou de parcial. Para ele, «a civilização romana foi assassinada» (p. 422 e última). Mas assassinada por quem? Não o diz expressamente, mas o seu pensamento é claro: pelos Bárbaros. Asserção das mais contestáveis, porque as invasões germânicas não desferiram qualquer golpe visível na cultura romana sob a sua forma cristã, o que é perfeitamente compreensível, tendo a vida económica prosseguido sem quaisquer alterações. Quanto à forma pagã, estava visivelmente condenada. Como muitos outros historiadores, ele não consegue aceitar esse fenómeno misterioso, mas perfeitamente capital, a usura; recusa o conceito de decadência. Consegue mesmo aperceber-se – ainda que seja o único – da «iminência latente de uma admirável eclosão do pensamento» (p. 420). Ao fim e ao cabo, o seu livro, tão ricamente documentado, segue num sentido diametralmente oposto ao da presente obra. E é por isso que nunca será demais recomendar a sua leitura àqueles que pretendem formar uma opinião pessoal. Não é seguro que o Syagrius que falava germânico fosse o filho de Aegidius. A família dos Syagrii estava muito espalhada na Gália. Ver A. COVILLE. *op. cit.*, (pp. 3 a 30).

TERCEIRA PARTE

DEPOIS DA DERROCADA

I. A ITÁLIA APÓS O DESAPARECIMENTO DO IMPÉRIO DO OCIDENTE, DE 476 A 526

II. PERSISTÊNCIA DAS FORMAS POLÍTICAS ROMANAS NO OCIDENTE.

O PROBLEMA DO DESAPARECIMENTO DO IMPÉRIO

Sobre a partilha das terras: LOT (F.), *Le regime de l'hospitalité*, em *Revue Belge de Philologie et d'histoire*, VII, 1928, pp. 975-1011.

A partilha das terras entre os grandes proprietários galo-romanos e os chefes dos bandos burgúndios, a despeito da sua complexidade, preservou as populações das violências de uma tomada brutal dos domínios fundiários pelos Bárbaros.

Sobre o problema do desaparecimento do Império do Ocidente, teria sido bom assinalar ainda:

FISHER (H.), *The Belief in the continuity of the roman Empire among the Franks of the fifth and sixth century*, em *The Catholic historical review*, t. IV, 1925, pp. 536-553.

III. RETORNO OFENSIVO DO IMPÉRIO. JUSTINIANO E A «RECONQUISTA»

IV. FRACASSO DA OBRA DE JUSTINIANO

A obra fundamental é actualmente o t. II da obra de Ernst STEIN, publicada em francês sob o *Histoire du Bas-Empire. De la disparition de l'Empire en Occident a l'époque de Justinien*: 476-565, Paris-Bruges, 1949, 900 pp., 3 mapas.

Tentei um estudo sobre as guerras no tempo de Justiniano no t. I do meu livro *L'armée au Moyen Age et dans le Proche-Orient* (1946).

Fracasso da obra de Justiniano – É conveniente confrontar este capítulo com o cap. VIII do livro de Louis HALPHEN, intitulado *Retour offensif des Barbares et la lutte pour la sauvegarde de l'Empire en Orient* (pp. 108-120). Este fundamenta-se em parte nos trabalhos consagrados aos diversos aspectos da história da Ásia.

Completar e rectificar este quadro romântico de Gregorovius com L. HOMO, *Rome medievale*, 476-1420, 1934, 527 pp.

CHRISTENSEN (Artur), *L'Iran sous les Sassanides*, Copenhague-Paris, 1946, 560 pp.

HALPHEN (L.), *Les Barbares* (continuação), cap. V a VIII (pp. 53-120) e cap. IX-X (pp. 121-158), sobre Maomé e as conquistas árabes; cap. XII, o Oriente bizantino até inícios do século VIII; cap. XIII, o Oriente cristão desde meados do século VI até meados do século VIII (pp. 181-222).

CALMETTE (Joseph), *Le monde féodal*, Paris, 490 pp., Col. *Clio*. Neste livro, de título bastante infeliz, porque a feudalidade propriamente dita ainda não existe no início do período de que a obra se ocupa, o cap. I e o cap. II interessam-nos. O autor teve a feliz ideia de examinar «o estado actual dos problemas», dando-nos um bibliografia um pouco empastada, mas preciosa.

Histoire du Monde, publicada sob a direcção de Eug. Cavaignac. Nesta colecção, a história da Europa é sacrificada à história da Ásia. A segunda parte do t. VII, por Aug. Flamm, tem de ocupar-se, por si só, do período que vai de 395 a 1254, sob o título *La chrétienté medievale*, 1929, 501 pp. As pp. I a 18 interessam ao tema de que nos ocupamos.

«O latim é a língua do exército». O comando, pelo menos, continua a ser em latim sob o reinado do imperador Maurício. Ver o meu artigo de *Mélanges a la mémoire de Felix Grat*, t. I, 1946, pp. 203-209.

Bizâncio – A história do Império bizantino apaixona, hoje mais do que nunca, os eruditos e os historiadores modernos de todos os países.

Lembremos que Ch. DIEHL, que foi o grande mestre dos estudos bizantinos em França, resumiu toda a história de Bizâncio até ao advento da dinastia isauriana (767) no t. III da *Histoire du Moyen Âge* da Col. G. Glotz, *Le monde oriental de 395 a 1081* (em colaboração com Georges MARÇAIS) 1936 (Ver cap. I a V, pp. 1-148).

VASILIEV (A. A.), *Histoire de l'Empire byzantin*, traduzido do russo por P. Brodin e A. Bourgain, Paris, 1932, 2 vol., num total de 980 pp., 6 mapas. Possui o grande mérito de nos oferecer uma história completa do Império; estando ao corrente dos mais recentes trabalhos, o autor denota estar igualmente muito bem informado a respeito das fontes árabes. Exposição preciosa e crítica das obras consagradas à história bizantina no Ocidente (pp. 1-36) e na Rússia (pp. 37-51).

Cada reinado é seguido de uma bibliografia. Aquilo que mais particularmente nos interessa é, no t. I, os cap. I a IV (pp. 1-310) até ao advento da dinastia isauriana. Ch. Diehl realça os méritos do livro num seu Prefácio.

OUSPENSKI (C. N.), *Esquisses d'histoire byzantine* (em russo, Moscovo, 1917, trad. alemã, 1940). Detém-se em 843. Precioso a respeito da vida económica e social, a despeito da sua fraca extensão.

JORGA (Nicolas), *Histoire de la vie byzantine*, Bucareste, 1931, 3 vol. (Ver o t. I, intitulado: *L'Empire oecuménique: 527-641*, e parte do t. II: *L'Empire hellénique: 641-1081*). O autor utiliza como fontes não só os anais, mas igualmente as moedas.

É a Louis Bréhier, o grande mestre dos estudos bizantinos em França depois da morte de Ch. Diehl, que se deve uma obra capital em 3 vol.: *Le Monde byzantin*. O primeiro traça-nos um quadro dos factos ocorridos: *Vie et mort de byzance*, XXI-602 pp., 4 mapas, 12 pl. extra-texto, 1946; 2.ª ed., 1948. O segundo intitula-se *Les Institutions de l'Empire byzantin*, XVIII-631 pp., 1949. O terceiro é consagrado à *Civilization Byzantine*, XXVIII-628 pp., 1950. (Col. *L'Évolution de l'Humanité*, com Prefácio de H. Bert).

A necessidade de incluir num só volume dez séculos de história explica que o período que aqui nos interessa, e que, para o autor, começa depois da morte de

Teodósio, não ocupe mais do que um pequeno espaço. O 2.º vol., consagrado às instituições, é mais do que bem-vindo, pois nada de semelhante existia. No seu conjunto, as observações finais são magistrais. O Império bizantino e, depois de Alexandre o Grande, o primeiro que foi ao mesmo tempo europeu e asiático, não só pela sua situação geográfica, mas também pelas suas instituições e pela sua cultura, não há qualquer ruptura com o passado, tal como sucedeu no Ocidente, mas sim continuidade, donde a persistência da ideia de Estados do sentimento de interesse público, do direito, de uma administração judiciária e financeira, da cultura literária (pelo menos helénica). Até ao século XI, o Império, que continua a chamar-se romano do Oriente, é o único Estado civilizado do Próximo-Oriente, sendo a sua capital, Constantinopla, desde a profunda decadência urbana de Roma a partir de fins do século V, a única grande cidade ainda existente. Lembremos que durante cerca de um século e meio, no período que aqui nos respeita, a língua oficial e a língua do direito continuaram a ser o latim.

Em relação ao período da história do Império Romano do Oriente compreendido entre o desaparecimento do Império do Ocidente e a morte de Justiniano, nada há que valha o t. II da obra de Ernst Stein atrás citada.

Sobre o exército bizantino no século VI, ver:

MASPERO (Jean), *L'Organisation militaire de l'Egypte byzantine*, 1912 (Bibl. da Escola dos Altos Estudos, fasc. 201). Trabalho de importância capital, que nos mostra a fraqueza da organização militar nesta região e explica, assim, os sucessos da invasão Árabe.

Sobre a administração:

ROUILLARD (Germaine), *L'Administration de l'Egypte byzantine*, com Prefácio de Ch. Diehl, 2.ª ed., 1928, VIII-268 pp. A obra, admiravelmente bem informada, tem um alcance bastante lato, sendo perfeitamente indispensável a quem pretenda dar-se conta dos processos de administração do Império.

V. A ESPANHA VISIGÓTICA

Em relação ao direito: TORRES (Manuel), *Lecciones de historia del derecho español*, Salamanca, 1935, 2 vol. (Ver o t. II).

É impossível enumerar todos os estudos consagrados à história política e jurídica da Espanha saídos em duas excelentes publicações, *Anuário del derecho español* (1924 e sgs.), e *Cuadernos de historia española*, Buenos Aires (1944 e sgs.).

Sobre a conquista da Espanha pelos Árabes e pelos Mouros muito tem já sido escrito, do bom e do mau, como é natural. Contentar-nos-emos em remeter para a bibliografia seleccionada de L. HALPHEN, *Les Barbares* (Col. *Peuples et Civilisations*), assim como para as da *Histoire du Moyen Âge*, t. I (Col. Glotz), e de J. CALMETTE, *La Feodalité*.

VIII. A TOMADA DA GÁLIA PELOS FRANCOS. CLÓVIS

A data (431) e o local (Helesmes) da vitória de Aetius sobre os Francos são fortemente contestados por A. LOYEN, *Recherches historiques sur les Panégyriques de Sidoine Apollinaire* (1942), pp. 68-73.

CAHILLSCHEGG pretende, ao contrário, encontrar inúmeros nomes de locais de origem gótica entre o Loire e os Pirinéus. A respeito destes exageros, ver as minhas objecções em *Comptes rendus des stances de l'Académie des Inscriptions*, ano de 1945, pp. 289-298, sob o título: *Que nous apprennent sur la France les recents travaux de toponymie?*

Sobre a data da vitória de Clóvis sobre os Alamanos e a sua conversão, inúmeras conjecturas têm sido emitidas. M. A. van de VYVER, após tê-las passado em revista, propôs-nos uma outra numa série de artigos da *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. XV, XVI, XVII, 1936 a 1938. Segundo ele, a vitória de Clóvis sobre os Alamanos teve lugar no ano de 506, e foi quase que imediatamente anterior ao seu ataque contra os Visigodos. A conversão de Clóvis seria posterior à do rei burgúndio Segismundo. Estas rectificações de datas permitiriam compreender melhor, no seu conjunto, a política do tempo, e o autor ilustra a sua descoberta com um exemplo, através do seu estudo *Clóvis et la politique méditerranée*, saído nos *Études d'histoire dédiées à la mémoire de Henri Pirenne*, 1937, pp. 367-387. Este sistema pareceu-me não possuir quaisquer fundamentos sólidos (*Revue belge*, t. XVII, 1938). As minhas objecções não convenceram, de modo algum, M. Van de VYVER, o mesmo sucedendo com as de M. J. CALMETTE (*Comptes rendus des seances de l'Académie des Inscriptions*, 1946, pp. 193-202). Ver a sua réplica em *Le Moyen Âge*, 1947, pp. 177-196.

IX. A DESCENDÊNCIA DE CLÓVIS

Sobre as expedições dos Francos a Itália, limitar-me-ei a remeter para o meu livro *L'armée au Moyen Âge*, t. I (1946), pp. 83-90.

XI. A REALEZA MEROVÍNGIA. AS INSTITUIÇÕES

A administração.

LOT (Ferdinand), *L'impôt foncier et la capitation personnelle sous le Bas-Empire et à l'époque franque*, Paris, 1928, 139 pp. (Ver da p. 83 até ao fim).

A origem romana dos condes das cidades remonta talvez muito mais atrás do que aquilo que se pensa. Ver, de F. L. GANSHOF, *Saint Martin et le comte Avitianus*, em *Mélanges Paul Peeters*, 1949.

Retomei à questão do imposto em 1928, em *L'impôt foncier*, obra já atrás citada.

Sobre os exércitos francos, para além da obra já citada de Hans Delbrück, ver: Lot (Ferdinand), *L'Art militaire et l'Armée au Moyen Âge en Europe et dans le Proche-Orient*, 1947, t. I, pp. 74-90.

Penso já ter rectificado a interpretação histórica que dá Aug. Longnon dos nomes de locais em *ville* e em *court*, na *Romania*, t. LIX, 1933, pp. 199-245.

A origem dos nomes de alguns locais da Suíça francófona e do Franche-Comté deu lugar a algumas controvérsias, dado uns defenderem a sua origem «burgúndia» e outros a sua origem «alamanica».

GAMILLSCHEGG (Ernst). *Romania-Germanica, Sprach-und Siedelungs Geschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreiches*, Berlim, 1934, 2 vol. Representa investigações bastante úteis e algo extensas, mas as suas conclusões são frequentemente contestáveis. Ver LEBEL, em *Annales de Bourgogne*, t. XIV, 1942, e J. JUND na revista suíça *Vox Romania*, t. II; F. LOT, em *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions*, ano de 1945.

XII. A VIDA ECONÓMICA

O problema essencial consiste em saber se, após a ocupação do Império do Ocidente pelos Germanos e o desaparecimento desse mesmo Império enquanto poder político, houve ou não uma ruptura cultural com o passado. A tendência mais marcada, não só entre os historiadores da vida política, como também entre os historiadores da vida económica e social, é a de afirmar que, após uma crise ocasionada pelas invasões bárbaras, a vida retomou o seu curso normal. Ver, por exemplo:

DOPSCH (Alfons), *Wirtschaftliche and soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grossen*, Viena, 2 vol., 2.^a ed., 1928.

Até mesmo em relação à ocupação do solo, Karl SCHUMACHER, que possui um conhecimento aprofundado da história e da arqueologia das regiões renanas, recusa-se a admitir um desapossamento brusco da população romano-céltica pelos Germanos, na sua obra *Siedelungs and Kulturgeschichte der Rheinland von der Urzeit bis in das Mittelalter*, no t. III, 1.^a parte: *Siedelungsgeschichte*, Mogúncia, 1925.

Ver também Robert FORRER, *L'Alsace romaine. Études d'archéologie et d'histoire*, Paris, 1935, 220 pp., 41 pl. e Robert LATOUCHE, *Les Grandes Invasions*, p. 254 e sgs., p. 319 e sgs.

Henri PIRÉNNE, que foi um dos mais vigorosos adversários da ideia de uma ruptura na vida económica nos séculos V e VI, julga, em contrapartida, dever afirmá-lo aquando da tomada da bacia mediterrânica pelos Árabes, no decurso do século VII: as relações comerciais foram, então, quebradas entre o Ocidente e o Oriente. Ver o seu *Mahomet et Charlemagne*, 1927 («Maomé e Carlos Magno», trad. portuguesa. Ed. D. Quixote, Col. Universidade Moderna, 1970). Mas esta asserção, defendida com brio e até mesmo com paixão, encontra alguns detractores. As relações foram interrompidas em certas ocasiões, mas nunca cessaram por completo. Norman

BAYNES opõe-se a Pirenne (*Journal of roman studies*, 1929, p. 233), fazendo remontar muito mais atrás a ruptura das relações pelo Mediterrâneo, e, mais exactamente, ao período da pirataria das frotas vândalas de Cartago. Mas quando acrescenta que, na sequência disso, essas relações não vieram a ser restabelecidas, não leva em conta a retomada da África, da Itália e das costas orientais da Espanha por Justiniano. Nega ou reduz quase a nada o papel comercial desempenhado pelos Sírios na Gália nos séculos v e vi (p. 230-289), contrariamente a L. Bréhier e a H. Pirenne.

Procurei tratar um pouco mais amplamente este tema, decepcionante, dada a escassez de informações que chegaram até nós, no t. I da *Histoire du Moyen Âge* (Col. G. Glotz), cap. XIV, pp. 347-365. Como é evidente, a islamização da Espanha e da África do Norte veio a favorecer o comércio com o Oriente. Com a Gália e a Itália, o tráfico da Espanha e da África nunca deve ter cessado por completo.

DOPSCH (*op. cit.*) trata deste tema com uma segurança que honestamente lhe invejo. Em relação ao período seguinte, L. HALPHEN fez uma análise impiedosa destas asserções nos seus *Études critiques sur l'histoire de Charlemagne*, 1921, pp. 299-305.

Não é apenas a unidade de religião e de língua que permite explicar a prosperidade do mundo muçulmano, mas sim o facto de que a conquista árabe permitiu aos califas o acesso as minas de ouro e de prata que o recuo da sua autoridade acabara quase praticamente por vedar aos imperadores. Ver, a este respeito, a memória de M. LOMBARD, *L'Or musulman, du VIIe au XIe siècle*, em *Annales: économies, sociétés, civilisations*, 1947.

Sobre a insignificância das cidades na época Franca, mais não posso do que remeter para os meus estudos atrás citados.

XIII. A VIDA INTELECTUAL E ARTÍSTICA. O ENSINO

Sobre a decadência da cultura antiga e sobre o desaparecimento do conhecimento do grego no Ocidente ver o que atrás se disse.

BEZZOLA (Reto H.), *La Tradition impériale, de la fin de l'Antiquité au XI siècle*, 1944, 369 pp. (Biblioteca da Escola de Altos Estudos, secção das ciências históricas e filológicas, fasc. 286). Que a cultura antiga não veio a desmoronar-se de repente, isso é um facto perfeitamente assente, mas o autor exagera um pouco a sua importância (pp. 1-85) na corte dos reis germânicos (burgúndios, vândalos, visigodos, ostrogodos, francos, anglo-saxões). Mas isso não obsta a que a compilação dos diversos testemunhos a este respeito não seja das mais úteis.

Sobre as interpretações alegóricas de Santo Agostinho, cf. o livro de H. I. Marrou já citado.

Sobre a data da revolução rítmica e a sua origem, cf. os estudos de Mathieu Nicolau, atrás citados.

Sobre Fortunato, o livro do abade D. Tardi (1927) não vem acrescentar muito aquilo que já se sabia.

A língua usada nas vidas de santos ainda é correcta no século v. Ver P. W. HOOGERP, no *Bulletin du Cange*, ano de 1938.

Sobre a língua das actas públicas e privadas, ver Jeanne VIEILLARD, *Le latin des diplômes royaux et des chartes privées de l'époque mérovingienne*, 1927.

O último estudo sobre Virgílio, o gramático, é o do abade D. TARDI, *Les Epitomae de Virgile de Toulouse, essai de traduction critique*, com uma bibliografia e notas, 1928, 152 pp.

A escola. – Sobre o prolongamento das escolas públicas na Itália até a invasão lombarda, cf. H. I. MARROU, *Histoire de l'Éducation dans L'Antiquité*, 2.^a ed., 1950, pp. 456-460.

Naquilo que concerne ao verdadeiro carácter do ensino nas escolas episcopais e monásticas desta época, ver também, ainda que comece no fim do período que aqui nos ocupa, a grande obra de Mgr. E. LESNE, *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*, o t. VI: *Les l'écoles, de la fin du VIIIe à la fin du XIIe*, 1940.

Sobre a existência de uma poesia popular entre os povos romanos a partir desta época, ver o meu estudo, *A quelle époque a-t-on cessé de parler latin?* no *Bulletin Du Cange*, t. VI, 1931, pp. 97-159. Cf. o meu livro, *Naissance de la France*, 1948, pp. 791, 804.

Sobre o poema dos *Nibelungen* e o seu verdadeiro carácter, ver o livro de Ernest TONNELAT, 1926.

A Arte.

BRÉHIER (Louis), *L'Art en France, des invasions barbares a L'époque romane*, Paris, 1930, 211 pp., 56 pl.

VERRIER (Jean), *Les Arts primitifs français: art. mérovingien, art carolingien, art roman*, Paris, 1939, in-4.^o, 31 pp., 224 fig.

BAUM (Julien), *La sculpture figurée en Europe a l'époque mérovingienne*, Paris, 1937, in-4.^o, 149 pp, 80 pl.

MALE (Émile), *La fin du paganisme en Gaule et les plus anciennes basiliques chrétiennes*, Paris, 1950, 329 pp.

EBERSOLT (Jean), *Orient et Occident. Recherches sur les influences byzantines et orientales en France avant les croisades*, Paris-Bruxelas, 1928, 119 pp., 26 pl.

HUBERT (Jean), *L'Art préroman*, Paris, 1938, 202 pp., 187 fig., 40 pl., mapas. Obra que marca uma época. Construiu-se enormemente na Gália do século v ao século vii. Os contemporâneos falam maravilhados dos edificios religiosos desta época: riqueza de materiais, sumptuosidade da decoração. De tudo isto já nada resta, e, contudo, bem gostaríamos de poder verificar este entusiasmo, bastante suspeito numa época que consideramos como bárbara. Como fazer, então? Os monumentos erguidos acima do solo foram destruídos. Restam os alicerces, que podemos confrontar com os textos. E mesmo assim ainda é preciso estarmos certos de não nos enganarmos no século. Para maior segurança, J. Hubert reduziu o seu estudo aos edificios cuja data é certa, assegurando, assim, uma base sólida à sua investigação. A influência arquitectural preponderante verificou-se ser a da Síria, tanto no respeitante às igrejas episcopais como monásticas, pelo menos no caso dos monu-

mentos mais antigos Por outro lado, existe um tipo de monumento que não chegou a perecer por completo, a cripta, podendo neste caso exercer-se plenamente o virtuosismo do arqueólogo. E depois, temos ainda esses numerosos monumentos funerários, os sarcófagos; muitos deles são em mármore, mármore que veio dos Pirenéus até por volta do ano de 700. Outros são em pedra, mais grosseiros. Contudo, há uma flagrante exceção: na cripta da abadia de Jouarre, abadia feminina, subsistem três túmulos, dois de abadessas e um de um bispo. A perfeição do trabalho persuadiu por longo tempo os arqueólogos de que os sarcófagos representavam uma obra da época romana. O de Teodecilda, nomeadamente, «é uma sóbria e maravilhosa obra-prima da escultura decorativa». Ora, J. Hubert provou que esses três túmulos são de fins do século VII. A contribuição da Síria, de Bizâncio, não veio a suscitar uma imitação servil. Os artistas da Gália introduziram mesmo bastantes inovações (o campanário, por exemplo) no domínio arquitectural, de tal modo que a arte românica, que irá substituí-la no século XI, não passa, inicialmente, do herdeiro da arte precedente que se esforça por destruir.

E. MÂLE termina o seu livro, já citado, com estas linhas entusiastas:

«O cristianismo vitorioso quis que as suas igrejas fossem mais belas do que os templos. Exteriormente simples eram, no seu interior, perfeitamente deslumbrantes. Os mosaicos, em fundo de ouro ou de lazúli escuro, que cobriam as absides e o topo das paredes, os revestimentos em mármore das suas faces laterais, os tectos esculpidos e dourados, os pavimentos multicolores, as ricas tapeçarias existentes entre as colunas, a multiplicidade de lâmpadas nos ofícios nocturnos, todos estes esplendores levam os Reis a pressentir as belezas de um outro mundo. Não deve, pois, falar-se aqui em decadência, pois trata-se antes do surgimento de uma nova arte. A coroa de glória dos grandes bispos da Gália (acrescentar: de todo o Império) foi terem julgado ser necessário manter viva a beleza no mundo» (p. 327).

Seja! Mas na Gália e em todo o Ocidente, à parte Roma – e mesmo assim isso não é totalmente verdade – esta arte é uma arte de importação. O autor é o primeiro a demonstrar que, relativamente aos edifícios sagrados, o plano e a decoração vieram de fora, sobretudo da Síria. Os marfins, até mesmo os da Igreja (as píxides), não são trabalhados localmente: são importados de Alexandria, e torna-se evidente que, na época merovíngia, não haviam na Gália quaisquer artesãos que trabalhassem em marfim» (pp. 285-286). Se a arte não desapareceu, isso só aconteceu por ter passado a vir de fora. A bem dizer, a arte antiga, a arte greco-romana, desapareceu para dar lugar a uma arte de importação.

E igualmente de importação, surge uma nova arte a respeito da qual iremos falar um pouco, a ourivesaria embutida e o trabalho decorativo do ferro. A introdução da ourivesaria embutida, de origem iraniana, no Ocidente, em grande parte por intermédio dos Bávaros, desde há muito que fora assinalada e estudada. Mas o adereço em ferro tinha sido um pouco negligenciado, pela razão evidente de que chegara até nos num estado de degradação quase abjecto. Esta lacuna acaba de ser brilhantemente colmatada numa série de obras devidas a Edouard Salin. Antigo engenheiro de minas, mestre da arte da forja, possui a técnica necessária para fazer reviver

em todo o seu primitivo brilho essas fíbulas, placas, cinturões, etc., dos quais muitos há que são de excelente feitura. Ao mesmo tempo, o autor revela-nos que os processos usados para tratar o ferro tinham sofrido uma reformulação na época merovíngia.

SALIN (Edouard), *Le Haut-Moyen Âge en Lorraine, d'après le mobilier funéraire: Trois campagnes de fouilles et de laboratoire*, Prefácio de Albert Grenier, Paris, 1939, in-4.º, 355 pp. planos e pranchas.

SALIN (Edouard) e FRANCE-LANORD (Albert), *Rhin et Orient. Le Fer à l'époque mérovingienne, étude historique et archéologique*, prefácio de Paul Deschamps, Paris, 1943, in-4.º, 292 pp., 71 fig., 50 pranchas.

Dos mesmos autores: *La Civilisation mérovingienne, d'après les sépultures, les textes et le laboratoire*. Primeira parte: *Les idées et les faits*, Paris, 1950, in-4.º, 527 pp., 150 fig.

A arte dos povos do Norte – Sobre a arte dos povos do Norte, nomeadamente das Ilhas Britânicas (Irlanda e Inglaterra), que vem a alcançar o continente a partir sobretudo do século VII, ver:

HENRY (Françoise), *La sculpture irlandaise pendant les douze premiers siècles de l'ère chrétienne*, vol. I, Textos, 1932, in-4.º, 237 pp., 145 fig., maps. Ser-nos-á bastante grato reproduzir a admirável conclusão (pp. 193-196) de um brilhante discípulo de Focillon:

«Pelas suas mais antigas manifestações nos primeiros séculos da nossa era, mergulha fundo as suas raízes numa das grandes tradições da Europa Setentrional. E virá a conservar uma fisionomia específica, fruto desta sua origem. As artes do Norte e do Oriente, desde o início da era neolítica, sempre foram artes de superfície. As gravuras da idade do bronze, os ornamentos de La Tène; a decoração bárbara são simples revestimentos. Envolvem a matéria mas não a penetram, não procuram comunicar-lhe a sua via própria, revelar a sua estrutura íntima. Uma arte plástica parece atingir a matéria em toda a sua profundidade. As primeiras esculturas irlandesas, os monumentos de Toroe, de Castelan, de Killycluggin, obedecem a esta lei. Parece que a decoração não passa de uma simples camada superficial, que seria possível arrancar a pedra sem a afectar. Mais tarde, também as cruzes e os retratos passam a ser apenas recobertos por uma cobertura esculpida. Ao mesmo tempo, o ornamento estilizado desempenha um papel preponderante. Há na antiga arte céltica e germânica algumas representações naturalistas, mas são bastante raras e provêm, regra geral, de uma influência mediterrânica. As preferências dos artistas setentrionais vão mais para motivos abstractos ou estilizados. Emparelham com os orientais nesse gosto pelo emprego do ornamento por si mesmo, sem quaisquer preocupações com a sua significação plástica. De ambas as partes, procura-se combinar sistemas de linhas, sendo apenas essencial que o conjunto resulte agradável para a vista e reconfortante para o espírito. Se acontece irem buscar certas formas à natureza, isso apenas para as submeterem de imediato a regras que lhes são externas. Mas os Orientais, Arménios, Coptas, Sírios, tal como mais tarde os Árabes, tendem para a geometria. As formas bem definidas e rígidas, de proporções fixas, são as que mais os tentam.

Os Celtas, pelo contrário, temem a lógica demasiado imperiosa das figuras geométricas. Se delas se aproximam, é para logo de imediato as esquivarem por um subtil desvio. O seu universo é mais complexo e comporta diversas soluções. Apreciam todas as variantes que são vizinhas de uma dada forma, evocando-a sem a mostrar totalmente. Durante séculos, o seu sistema de curvas oscila, hesitante, em torno da mais pura espiral geométrica, começando por a sugerir para só depois, lentamente e como que a contragosto, a vir a definir por completo. No caso dos entrelaçamentos, que constituem para os Arménios um sistema de figuras imbricadas umas nas outras, e que os Árabes fraccionam em quadrados e em triângulos, os Irlandeses só vêem o meandro de um fio e paráfrases de figuras geométricas. Receiam as definições e preferem sugerir.

Contudo, possuem o gosto e a coerência da clareza, de uma lógica interna das formas. E nisso afastam-se dos Germanos. A arte germânica tende voluntariamente para a confusão. Vê nela um elemento de beleza. Procura desconcertar o espírito, humilhar tudo aquilo que em nele procura compreender. Despreza o inteligível. A forma como uma e outra tratam as formas animais é uma prova clara deste contraste. O artista irlandês só emprega animais cujo aspecto foi ele próprio a confeccionar, a criar. Suscita toda uma fauna que só a si pertence. Mas também ela tem as suas regras, as quais não é possível derrogar-se. E lá por não serem as do mundo real, não deixam por isso de ser menos imperiosas. Poderia constituir-se toda uma zoologia do entrelaçamento animal irlandês, assim como uma botânica da sua decoração vegetal. O germano, pelo contrário, quando se lhe depara um animal bem constituído, dedica-se a destruí-lo. Quer apagar toda a lembrança, confundir todo o esforço para encontrar uma forma organizada. O irlandês gosta da complicação, mas quer que ela nasça da combinação de elementos perfeitamente claros. O germano procura a obscuridade e, desse modo, alcança muitas vezes o terror...»

A influência da arte setentrional manifesta-se particularmente na ornamentação das letras iniciais dos manuscritos. As numerosas investigações sobre os manuscritos ilustrados desta época e da seguinte, assim como sobre a transformação da escrita, são expostas e completadas por Mgr LESNE, no t. IV da sua *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*, atrás citada, e intitulado: *Les Limes, Scriposia et Bibliothèques, du commencement du VIIIe à la fin du XIe siècle*, Lille, 1938.

XIV. A VIDA RELIGIOSA

FLICHE e MARTIN, *Histoire de l'Église*: Vol. IV, *De la mort de Théodose l'avènement de Grégoire le Grand*, por P de LABRIOLLE, G. BARDY, LOUIS e G. de PLINVAL, 1945, 612 pp.

Vol. V, *Grégoire le Grand. Les États barbares et la Conquête arabe (390-757)*, por LOUIS BREWER C René AIGRIN, 1938, 376 pp.

Ver igualmente a monografia de Pierre BATIFFOL, *Saint Grégoire le Grand*, 1928, 266 pp.

O político e o administrador são justamente elogiados neste grande papa. Os seus escritos tiveram imenso sucesso durante toda a Idade Média. No entanto, o seu estilo nada tem de pessoal, sendo apenas correcto. Como pensador, não possui qualquer originalidade. Facto estranho, Gregório é bastante ignorante, até mesmo quanto a literatura sagrada; e quanto a literatura profana, acha-a suspeita; a bem dizer, a verdade é que a reprova. Bem feitas as contas, pode dizer-se com justeza que foi mais um edificador da Igreja do que um seu clarificador.

Deve sempre recorrer-se a:

CABROL (Dom) e LECLERCQ (DOM), *Dictionnaire de l'archéologie chrétienne et de liturgie*.

Preponderância do episcopado:

DE CLERCQ (Carlo), *La législation religieuse franque, de Clóvis a Charlemagne. Étude sur les actes des conciles et des capitulaires, les statuts diocésains et les règles monastiques*, 507-814, Louvain-Paris, 399 pp. (Univ. de Louvain, Recolha de trabalhos, 2.ª série, fast. 38). O título indica a amplitude do tema, que, no seu conjunto, ainda não fora tratado com a devida competência.

Sobre as origens religiosas das paróquias rurais, W. SESTON, na *Revue d'histoire et de philosophie religieuse*, ano de 1935, pp. 243-255, julgou dever completar e rectificar a obra de Imbert de la Tour. Ele mostra – o que já se sabia – que o cristianismo começou por difundir-se, em primeiro lugar, da capital da *civitas* para os *vici*, pequenos burgos de camponeses livres, onde ele vê, arbitrariamente, comerciantes e artesãos. Aquilo que já é mais inovador é a observação de que a Igreja do *vicus* é frequentemente construída sobre as ruínas de um templo pagão. Mas não há quaisquer provas de que sucedesse o mesmo em relação aos milhares de oratórios erguidos nos grandes domínios. O autor parece situar numa data demasiado avançada a época em que essas humildes igrejas se tornaram em verdadeiras «paróquias». Que esse vocábulo não surja antes do século VI (ainda que já o encontremos em 417 no respeitante a uma igreja rural, devido à pena do papa Zósimo), daí não resulta que o facto correspondente não lhe possa ser anterior, e que o termo mais antigo de *dioceses* (ou ainda o de *territorium*), no respeitante a circunscrição religiosa da igreja rural, não possa ser o seu equivalente. Daí a impressão de pensar que as invasões germânicas arruinaram a maioria das igrejas dos *vici*, e até mesmo dos domínios, e que foi necessário reconstituir tudo de novo: a verdade a que generaliza alguns casos particulares. Na minha opinião, a sua conclusão de que «para se descobrir hoje em dia as origens especificamente religiosas das nossas mais antigas paróquias rurais, só podemos praticamente contar com o socorro das descobertas arqueológicas», é francamente inadmissível.

XV. A SOCIEDADE LAICA

DILL (Samuel), *Roman society in Gaul, in the merovingian age*, Londres, 1926. 566 pp. Obra póstuma, donde algumas imperfeições de somenos importância. Poucas ópticas pessoais.

«A era merovíngia acusa, em todos os domínios, uma acentuada decadência relativamente à era precedente. Trata-se realmente de um período histórico maldito» (p. 463). Juízo que nos parece, até certo ponto, demasiado absoluto. Economicamente falando, o período em que se começou a ouvir o tic-tac da azenha, o ruído do ferrador ferrando os cavalos, e em que se começou a saber como atrelar as bestas de transporte e de lavoura, marca um incontestável progresso. A criação das paróquias rurais, antepassadas das aldeias dos nossos dias, é igualmente um facto de considerável alcance.

Sobre o Islão e as conquistas árabes, tema que não foi enquadrado no âmbito da presente obra, podem reportar-se, a título de visita de conjunto, à *Histoire du Moyen Age*, Col. Glotz, t. III: *Le Monde oriental, de 395 a 1081*. A parte respeitante ao mundo muçulmano é devida a Georges MARÇAIS, *Le monde musulman et byzantin jusqu'aux croisades* (Col. *Histoire du Monde*, dirigida por E. CAVAIGNAC, t. VII, primeira parte, 1931). Aquilo que concerne ao Islão é da responsabilidade de GAUDEPROY-DEMOMBYNES.

Acrescentar ainda J. SAUVAGET, *Introduction à L'histoire de l'Orient musulman. Elements de bibliographie*, 1943, 202 pp.

Finalmente, convém ainda recorrer à edição francesa da *Encyclopedie de l'Islam*, dicionário geográfico, etnográfico e biográfico dos povos muçulmanos, publicada por Th. HOUTSMA, H. J. WEASINCK, E. LEVI-PROVENÇAL, H. A. R. GIBB e W. HEFFENING, Leyde-Paris, in-4.º.

F.L., 1951

Bibliografia

PRIMEIRA E SEGUNDA PARTES

AEBERG (Nils), *Die Franken and Vestgoten in der Valkerwanderung*, Upsala-Paris, 1922.

ALBERTI-PETTI (A.), *Comment meurt une civilisation*, em *Revue de Paris*, 15 de Junho de 1922, pp. 481-852.

ALLARD (Paul), *Le Christianisme et l'Empire romain, de Néron à Théodose*, Paris, 1908.

ALLARD (Paul), *Les Dernières persecutions du IIIe siècle*, Paris, 1887.

ALLARD (Paul), *La Persecution de Dioclétien*, Paris, 1890.

ALLARD (Paul), *Julien l'Apostat*, Paris, 1900-03.

ALLARD (Paul), *Saint Sidoine Apollinaire*, Paris, 1909.

ANDRÉ-MICHEL, *Histoire de l'Art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'à nos jours*, Paris, (tomo I).

APPUHN (A.), *Das Trivium und Quadrivium*, I. *Das Trivium*, Erlangen, 1900.

ARBOIS DE JUBAINVILLE (H. d'), e DOTTIN (G.), *Recherches sur l'origin de la propriété foncière et des noms de lieux habités en France*, Paris, 1890.

BABELON (Ernest), *La Gravure en pierres fines, comées et intailles*, Paris, 1894.

BABELON (Ernest), *Le Tombeau du roi Childéric et les origines de l'Orfèvrerie cloisonnée*, Paris, 1923 (Extr. de *Mémoires de la Soc. des Antiquaires de France*).

BABELON (Ernest), *Traité des monnaies grecques et romaines*, Paris, 1901.

BABUT (E.-A.), *Priscillien et le Priscillianisme*, Paris, 1909 (*Bibliothèque de l'École des Haute Études*, fascículo 169.º).

BABUT (E.-A.), *Recherches sur la garde impériale et sur le corps d'officiers de l'armée romaine aux Églises*, Paris, 1914 (Extr. de *Revue Historique*, t. CXIV e CXVI, 1913 e 1914)

BABUT (E.-A.), *Saint-Martin de Tours*, Paris, s. d.

BAILEY. Ver *The Legacy of Rome*.

BALL (W. R.), *A short account of the history of mathematics*. Londres, 1908.

BANG (Martin), *Die Germanen in römischen Dienste bis zur Regierung Constantin*, Berlim, 1906.

BARBAGALLO (Corrado), *Contributo alla storia economica dell'Antichità*, Roma, 1907.

BARBAGALLO (Corrado), *L'Oriente et l'Occidente nel mondo romano*, em *Nuova Rivista Storica*, t. VI, 1922, 141-167.

BARDENHEWER (Otto), *Geschichte der altkirchlichen Literatur*, 2.^a ed., Fribourg-en-Brisgau, 1913; trad. francesa: *Les Pères de l'Église*, por Godet e Verchaffel, Paris, 1899.

BATIFFOL (Pierre), *La Paix constantinienne et le catholicisme*, Paris, 1914.

BATIFFOL (Pierre), *Le Siècle apostolique (359-455)*, Paris, 1924.

BATIFFOL (Pierre), *Les églises gallo-romaines et le siège apostolique*, em *Revue d'Histoire de l'Église de France*, t. VIII, 1922, pp. 145-169.

BATIFFOL (Pierre) *Le Catholicisme de saint Augustin*, Paris, 1920.

BAUMGARTNER (A.), *Geschichte der Weltliteratur: IV, Die lateinische Literatur der christlichen Völker*, Friburg-am-Brisgau, 1905.

BAVIERA (Giovanni), *Concetto e limiti dell'influenza del cristianesimo sul diritto romano (Mélanges offerts à P. Frédéric Girard)*, t. I, 1912, pp. 67-121.

BEAUDOIN (Edouard), *Les grands domaines dans l'Empire romain*, Paris, 1909 (Extr. da *Nouvelle Revue historique du droit français et étranger*, 1897 e 1898).

BELOCH (Julius), *Die Bevelkerung der griechisch-Römischen Veit*, Leipzig, 1886.

BELOCH (Julius), *Die Bevölkerung Italiens im Altertum*, em *Klio*, t. III, 1903, pp. 471-490.

BELOCH (Julius), *Der Verfall der antiken Kultur*, em *Histor. Zeitschrift*, t. LXXXIV, 1900, pp. 1-38.

BERLIÈRE (Dom Ursmer), *L'Ordre monastique des origines au XIIIe siècle*, Mared-sous, 1912.

BEMOUILLI (J. J.), *Römische Ikonographie*, Stuttgart, 1882-94.

BERTHELOT (Marcellin), *Essai sur la transmission de la science antique au Moyen Âge*, vol. I da *Histoire des sciences: La Chimie au Moyen Âge*, 1893, 3 vol.).

BESNIER (Maurice). *Le Commerce du plomb a l'époque romaine, d'après les lingots estampillés*, em *Revue archéologique*, 1920 e 1921.

BESSE (Dom J.-M.), *Les moines d'Orient antérieurs au concile de Chalcédoine (451)*, Paris, 1900.

BESSE (DOM J.-M.), *Les moines de l'ancienne France: période galloromaine et mérovingienne*, Paris, 1906.

- BEUGNOT (A.), *Histoire de la destruction du paganisme en Occident*, Paris, 1835.
- BIDEZ (J.), *Amiens, vale natale de l'empereur Magnence*, em *Revue des Études Anciennes*, 1925, pp. 311-318.
- BLANCHET (Adrien), *Étude sur les figurines en terre cuite de la Gaule romaine (Mémoires de la Société des antiquaires de France, 1892)*.
- BLANCHET (Adrien), *Les Enceintes romaines de la Gaule*, Paris, 1907.
- BLANCHET (Adrien), *Les Trésors de monnaie romaine et les invasions germaniques en Gaule*, Paris, 1900.
- BLOCH (Gustave), *L'Empire romain*, Paris, 1922.
- BLOCH (Gustave), *La Gaule indépendante et la Gaule romaine*, Paris, 1900 (*Histoire de France*, de Ernest Lavisse, t. I, vol. 2).
- BLUEMNER (Hugo), *Die Gewerblich Thätigkeit der Völker des klassischen Altertums*, Leipzig, 2869.
- BLUEMNER (Hugo), *Die Römischen Privataltertümer*, Munique, 1911 (*Handbuch*, d'Iwan von Müller, IV, II, 2).
- BLUEMNER (Hugo), *Technologie und Terminologie der Gewerbe und Künste bei Griechen and Römern*, Leipzig, 1875-87.
- BLUEMNER (Hugo), *Der Maximaltarif des Dioclétien erläutert*, Berlim, 1893.
- BOAK (Artur), *The Master of the offices in the later roman and byzantine empires*, New York, 1919.
- BOAK (Artur) e DUNLOP (James), *Two studies in later roman and byzantine administration*, New York, 1924.
- BOISSIER (Gaston), *La fin du paganisme, étude sur les dernières lutttes religieuses en Occident au IVe siècle*, Paris, 1891.
- BOTSFORD (George W.), *Roman imperialism*, em *American Historical Review*, t. XXIII, 772-8.
- BOUCHÉ-LECLERQ (A.), *L'intolérance*, Paris, 1911.
- BOUCHÉ-LECLERQ (A.), *Leçons d'histoire romaine*, Paris, 1909.
- BOUCHÉ-LECLERQ (A.), *Manuel des intitutions romaines*, Paris, 1886.
- BOUCHIER (E.-S.), *Spain under the roman empire*, Oxford, 1914.
- BREHIER (Louis), *L'Art Chrétien, son développement iconographique des origines à nos jours*, Paris, 1928.
- BREHIER (Louis), *Constantin et la fondation de Constantinople (Revue Historique, t. CXIX, 1915, II, pp. 241-272)*.
- BREHIER (Louis), *Études sur l'histoire de la sculpture byzantine*, Paris, 1911 (*Archives des missions scientifiques*).
- BRÉHIER (Louis), *Les Origines de la sculpture romane (Revue des Deux Mondes, 15 de Agosto de 1912, pp. 870-901)*.
- BREMER (Otto), *Ethnographie der germanischen Stämme*, em *Grundriss der germanischen Philologie* d'Hermann Paul, Estrasburgo, 1900, t. III, pp. 735-950.
- BROGLIE (Albert de), *L'Église et l'empire romain au IVe siècle*, Paris, 1856-66.
- BRY, *L'Édit de Caracalla de 212 d'après le papyrus de Giessen* (em *Études Juridiques... Paul F. Girard*, t. I, p. 1).

BUECHER (Karl), *Études d'histoire et d'économie politique*, Bruxelas-Paris, 1901.

BUCHSENSCHUTZ (B.), *Die Hauptstätten des Gewerbefleißes im klassischen Altertum*, 1869 [Schriften der Fürslich-Jablonowskischen Gesellschaft zu Leipzig, n.º 14].

BUEHLMANN (J.), WAGNER (A.), *Das Alte Rom mit dem Triumphzuge Kaiser Constantins in Jahre 312 nach Christ*, Munique, 1913.

BURCKHARDT (Jakob), *Die Zeit Constantin's des Grossen*, Leipzig, 1880.

BURY (J.-B.), *History of the later roman Empire, from the death of Theodosius I to the death of Justinian (395-565)*, Londres, 1923.

BUTLER (E. Cuthbert), *The Lausiaca history of Palladius, texts and studies*, Cambridge, 1898-1904.

CAGNAT (René), *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire de l'Afrique sous les empereurs*, Paris, 1892.

CAGNAT, *L'Année d'Afrique (Mémoires de l'Académie des Inscriptions, t. XL)*.

CAGNAT (René) e CHAPOT (V.), *Manuel d'archéologie romaine*, Paris, 1916-17.

CAHUN (Leon), *Introduction à l'histoire de l'Asie: Turcs et Mongols des origines à 1405*, Paris, 1896.

CALZA, *La statistica delle abitazioni ed il calcolo della popolazione in Roma imperiale*, em *Rendiconti della reale Accademia dei Lincei*, vol. XXVI, série V, fasc. 2, 1920.

Cambridge Medieval History (The), vol. I: *the Christian empire and the foundation of the tectonic Kingdoms*, Cambridge, 1911.

CANTOR (Mor.), *Vorlesungen über Geschichte der Mathematik*, Leipzig, 1907.

CAUSSE (A.), *Essai sur le conflit du christianisme primitif et de la civilisation*, em *Revue d'Histoire des Religions*, Março-Abril de 1919.

CAVAIGNAC (Eug.), *Population et capitalisme dans le monde méditerranéen antique*, Estrasburgo, 1923.

CESSI (R.), *La crisi imperiale degli anni 454-455 e l'incursione vandalica a Roma*, *Archivio della Società romana di storia patria*, vol. XL, 1917, pp. 161-204.

CHABOT (J.-B.), *Choix d'inscriptions de Palmyre traduites et commentées*, Paris, 1912.

CHADWICK (H. Munro), *The origin of the English nation*, Cambridge, 1907.

CHARLESWORTH (M. P.), *Trade routes and commerce of the Roman Empire*, Cambridge, 1924.

CHÉNON (Émile), *Consequences juridiques de l'Édit de Milan (Nouvelle Revue Historique du Droit. 1904, pp. 255-263)*.

CHOISY (Auguste), *Histoire de l'architecture*, Paris, 1904.

CHRISTENSEN (Arthur), *L'Empire des Sassanides. Le peuple, l'État, la loi*, Copenhaga, 1907.

CICOTTI (E.), *Le déclin de l'esclavage antique*, Paris, 1910.

COLE (P.-R.), *Later roman education in Ausonius, Capella and the Theodosian Code*, New York, 1909.

COLEMAN (Cristopher-Bush), *Constantine the Great and the christianity*, New York, 1914 (*Columbia University Studies in history*, LX, I).

COMBARIEU (J.), *La Musique au Moyen Âge*, em *Revue de Synthèse Historique*, t. 1, 1900.

COMBARIEU (J.), *Histoire de la musique, des origines à la mort de Beethoven*, Paris, 1913.

CORDIER (Henri), *Histoire générale de la Chine*, Paris, 1920.

COULANGE (Louis), *Le Christ Dieu* (*Revue de l'Histoire des Religions*, Maio-Junho de 1914).

COURBAUD (Edmond), *Le Bas-relief romain à representations historiques*, Paris, 1899.

CROISSET (Alfred e Maurice), *Histoire de la littérature grécque*, Paris, 1896-99.

CROISSET (Alfred e Maurice), *Manuel d'histoire de la littérature grécque*, Paris, 1904.

CUMONT (Franz), *Pourquoi le Latin fut-il la seule langue littéraire de l'Occident* (em *Mélanges Paul Fridéricq*, Bruxelas, 1904).

CUMONT (Franz), *Les Religions orientales dans le paganisme romain*, Paris, 1909.

CUMONT (Franz), *Les Mystères de Mithra*, Bruxelas, 1913.

CUQ (Edouard), *La Cité punique...* (C. R. Académie des inscriptions, 1920).

CUQ (Edouard), *Le Colonat partiaire dans l'Afrique romaine* (*Mémoires présentes par divers savants à l'Académie des inscriptions*, 1.^a série, t. XI, 1.^a parte, 1897, pp. 83-146).

CUQ (Edouard), *Le Consilium principis d'Auguste a Dioclétien* (*Ibid.*, 1.^a série, t. IX, 2.^a parte, 1884, pp. 311-504).

CUQ (Edouard), *Les Contrats... première dynastie babylonienne* (*Nouvelle Revue Hist. du Droit*, 1910).

CUQ (Edouard), *Les Institutions juridiques des Romains*, t. II: *Le droit classique et le droit du Bas-Empire*, Paris, 1902.

CUQ (Edouard), *Une statistique des locaux affectés à l'habitation dans la Rome imperiale* (*Mémoires de l'Académie des inscriptions*, t. XL, 1915).

DANNEMANN (E.), *Die Naturwissenschaften*, I, Leipzig, 1912.

DATTARI (G.), *Nueva teoria sopra it sistema monetário della riforma di Diocleziano e dell'epoca Constantinia*, em *Rivista Italiana di Numismatica*, 1906.

DÉCHELETTE (Joseph), *Manuel d'archéologie prihistorique, celtique et gallo-romaine*, Paris, 1908-1914.

DÉCHELETTE (Joseph), *Les Vases céramiques ornés de la Gaule romaine*, Paris, 1904.

DECLAREUIL (J.), *Quelques problèmes d'histoire des institutions municipales au temps de l'Empire romain*, Paris, 1911 (Extr. da *Nouvelle Revue Hist. du Droit*).

DELBRUECK (Hans), *Geschichte der Kriegskunt im Rahmen der politischen Geschichte*, Berlim, 1907.

DELAHAYE (Hippol.), *Les Légendes hagiographiques*, Bruxelas, 1906.

- DEL MAR (Al.), *Les Systems monétaires anciens et modernes*, Paris, 1899.
- DELOUME (Antonin), *Les Manieurs d'argent à Rome*, Paris, 1892.
- DELOUME (Antonin), *La Passion de l'argent dans les institutions, les lois et les mœurs des Romains*, Paris, 1907.
- DESJARDINS (Ernest), *Geographie historique et administrative de la Gaule romaine*, Paris, 1878-93.
- DESROCHES (J.-P.), *Le Labarum*, Paris, 1894.
- DIEHL (Charles), *Manuel d'art byzantin*, Paris, 1910.
- Dictionnaire des antiquités grecques et latines*, publicado sob a direcção de Saglio, Paris, 1878-1916.
- DIETRICH (Albrecht), *Der Untergang der antiken Religion em Kleine Schriften*, Leipzig, 1911, pp. 449-539.
- DIEUDONNÉ (Ad.), *Les Monnaies françaises*, Paris, 1923.
- DILL (Samuel), *Roman society in the last century of the Western Empire*, Londres, 1899.
- DOELGER (F. Jos.), *Konstantin der Grosse und seine Zeit* (em *Festgabe zur Kenstantin Jubiläum*, 1913, pp. 377-477).
- DOMASZEWSKI (A. von), *Die Rangordnung des römischen Heeres*, Berlim, 1908 (*Bonner Jahrbücher*, fast. 117).
- DOMASZEWSKI (A. von), *Der Truppensold der Kaiserzeit*, em *Neue Heidelberger Jahrbücher*, t. X, 1900, pp. 218-241.
- DOPSCH (Alfons), *Wirtschaftliche and soziale Grundlagen der Europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grosse*, Viena, 1923.
- DREWS (Artur), *Plotin and der Untergang der antiken Weltanschauung*, Iena, 1907.
- DUCHESNE (Louis), *Autonomies ecclésiastiques, Églises séparées*, Paris, 1905.
- DUCHESNE (Louis), *Histoire ancienne de l'Église*, Paris, 1906-25.
- DUREAU DE LA MALLE, *Économie politique des Romains*, Paris, 1840.
- DURUY (Victor), *Histoire des Romains*, Paris, 1879-85.
- EBERSOLT (Jean), *Les Arts somptuaires de Byzance, étude sur l'art imperial à Constantinople*, Paris, 1925.
- EFFERTZ (Otto), *Antagonismes économiques*, Paris, 1906.
- ELSEE (C.), *Neoplatonism in relation to christianity*, Cambridge, 1908.
- EMMEREAU (C.), *Notes sur les origins de Constantinople; les grands centres historiques*, em *Revue Archiéologique*, 1925, I, pp. 1-25.
- FADDA (Carlo), *Il diritto commerciale dei Romani*, Nápoles, 1904.
- FERRERO (Guglielmo), *Grandeur et décadence de Rome*, Paris, 1914-18.
- FERRERO (Guglielmo), *La ruine de la civilisation antique*, Paris, 1921.
- FIGGIO (J.-N.), *The Political aspects of St. Augustin's City of God*, Londres, 1921.
- FIRTH (John-B.), *Constantine the Great, the reorganisation of the Empire and triumph of the Church*, Londres, 1923.
- FLACH (Jacques), *La Table de bronze d'Ajustrel*, Paris, 1879.

FRANCOTTE, *L'Industrie dans la Grèce antique*, Bruxelles, 1900, 2 vols.

FRANCOTTE, *La Polis grecque* (*Studien zur Geschichte and Kultur des Altertums*, 1907).

FRANK (Tenney), *An Economic history of Rome to the end of the republic*, Baltimore, 1920.

FRANZISZ (Franz), *Bayern zur Römerzeit*, Ratisbona, 1905.

FRÉDÉRICQ (Paul), *Consequences de l'évangélisation sur le développement de la langue nationale des peuples convertis*, em *Bulletin de l'Académie Royale de Belgique*, 1903.

FREEMAN (E. A.), *Western Europe in the Fifth Century*, Londres, 1904.

FRIEDLAENDER (Ludwig), *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von August bis Ausgang der Antonine*, Leipzig, 1910, 3 tomos em 4 volumes; tradução francesa: *Moeurs romaines du regne d'Auguste a la fin des Antonins*, Paris, 1865-74, 4 vol.

FRIEDLAENDER (Ludwig), *Ueber den Kornpreis and den Sachwerth des Geldes in der Zeit von Nero bis Trajan*, em *Jahrbücher für Nationaloekonomie*, t. XII.

FROTHINGHAM (Arthur L.), *Roman cities in northern Italy and Dalmatia*, Londres, 1910.

FROTHINGHAM (Arthur L.), *The Monuments of christian Rome, from Constantine to the Renaissance*, New York, 1908.

FUSTEL DE COULANGES, *La Gaule romaine*, Paris, 1891.

FUSTEL DE COULANGES, *L'Invasion germanique et la fin de l'Empire*, Paris, 1891.

FUSTEL DE COULANGES, *L'Alleu et le domaine rural*, Paris, 1889.

FUSTEL DE COULANGES, *Le Colonat romain*, em *Recherches sur quelques problèmes d'histoire* (pp. 3-186), Paris, 1885.

GARSONNET (E.), *Histoire des locations perpétuelles et des baux a longue durée*, Paris, 1879.

GASQUET (Am.), *De l'autorité impériale en matière religieuse a Byzance*, Paris, 1879.

GAUPP (E.-Th.), *Die Germanische Ansiedlungen in den Provinzen des Römischen Reiches*, Breslau, 1844.

GEFFECKEN (Joh.), *Kaiser Julian*, Leipzig, 1914 (*Das Erbe der Alien*, fast. VIII).

GEIL (William Edgar), *The Great wall of China*, Londres, 1909.

GELZER (H.), *Das Verhältniss von Staat and Kirche in Byzanz* em *Ausgewählte kleine Schriften* (pp. 57-141), Leipzig, 1907.

GELZER (Matthias), *Das Römertum als Kulturmacht*, em *Histor. Zeitschrift*, t. CXXVI, 1922, pp. 189-206.

GELZER (Matthias), *Studien zur byzantin. Verwaltung Aegyptens*, Leipzig, 1909.

GERCKE NORDEN, *Einleitung in die Altertumswissenschaft*, Leipzig, Berlim, 1912, 3 vols.

GEROSA (Pietro), *Sant'Agostinho e la decadenza del Império romano*, Turim, 1916.

- GERSPACH, *La Mosaïque*, Paris, 1881.
- GERSPACH, *La Tapisserie*, Paris, s. d.
- GERSPACH, *L'Art de la verrerie*, Paris, 1885.
- GIBBON (Edward), *The History of the decline and fall of the roman Empire*, 1776-81; nova ed. por J.-B. Bury, 1896, 7 vols.
- GIRARD, *Le Campus Mauriacus*, em *Revue Historique*, t. XXVIII, 1885.
- GIRARD (P. Frederic), *Histoire de L'organisation judiciaire chez les Romains*, I, Paris, 1901.
- GLOTZ (Gustave), *Le Travail dans la Grèce antique*, Paris, 1920.
- GLOVER (T.-R.), *Life and letters in the fourth century*, Cambridge, 1901.
- GOELZER (H.), *Étude lexicographique et grammaticale sur le latin de saint Jérôme*, Paris, 1884.
- GOELZER (H.), *Le latin de saint Avit, évêque de Vienne*, Paris, 1909.
- GOLDSCHMIDT (L.), *Handelsgeschichte*, Estugarda, 1891.
- GOLDSTAUB (M.), *Der Philologus*, em *Philologus*, vol. suplem. VIII, Leipzig, 1901.
- GOLDZIEHER (I.), *Le Dogme et la loi de l'Islam*, trad. francesa, Paris, 1921.
- GOMPERZ (Theodor), *Griechische Denker, eine Geschichte der antiken Philosophie*, Leipzig, 1896, 2 vol.; – trad. fr.: *Les Penseurs de la Grèce, histoire de la philosophie antique*, Lausana-Paris, 1904-5, 3 vols.
- GOYAU (Georges), *La Tétrarchie*, em *Études d'histoire juridique offertes a Paul-Frédéric Girard*, t. I, 1913, pp. 65-83.
- GRANDGENT (C. H.), *An Introduction to vulgar latin*, Boston, 1907.
- GRINDLE (G.-E. A.), *The Destruction of paganism in the roman Empire*, Oxford, 1892.
- GROSSE (Robert), *Rangordnung der römischen Armee der 4-6 Jahrhunderten*, em *Klio*, t. XV, 1917, pp. 122-161.
- GROSSE (Robert), *Römische Militargeschichte von Gallienus his vim Beginn der byzantinischen Themenverfassung*, Berlim, 1920.
- GROTHE (H.), *Die Geschichte d. Volle und Vollen-manufactur im Altertum*, em *Deutsche Vierteljahrschrift*, 1866, pp. 259-304.
- GROUSSET (René), *Histoire de l'Asie*, Paris, 1922, 3 vols.
- GRUPP (Georg), *Kulturgeschichte der römischen Kaiserzeit*, Munique, 1904, 2 vols.
- GUIGNEBERT (Ch.), *Le Christianisme antique*, Paris, 1921.
- GUIGNEBERT (Ch.), *Tertullien, étude sur ses sentiments à l'égard de l'Empire et de la société civile*, Paris, 1901.
- GUIGNES (J. de), *Histoire générale des Huns, Turcs, Mongols et des autres peuples tartares occidentaux*, Paris, 1756-8, 5 vols.
- GUIGNET, *Saint Grégoire de Nazianze et la rhétorique*, Paris, 1911.
- GUIRAUD (Paul), *Études économiques sur l'Antiquité*, Paris, 1905.
- GUIRAUD (Paul), *Les Assemblées provinciales de l'Empire romain*, 1887.
- GUIRAUD (Paul), *La propriété foncière en Grèce, jusqu'à la conquête romaine*, Paris, 1893.

GULDENPENNING (A.), *Geschichte des Ostramischen Reichs unter de. Kaisern Arcadius und Theodosius II*, Halle, 1885.

GULDENPENNING e IFFLAND, *Der Kaiser Theodosius der Grosse*, Halle, 1878.

GUMMERUS (Herman), *Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus, nach den Verken des Cato, Varro und Columelle*, Leipzig, 1906 (Extr. de *Klio*, vol. V).

GUMMERUS (Herman), *Römische Industrie*, em *Klio*, t. XV, 1918, pp. 256-302.

GUNTER (H.), *Legenden Studien*, Colónia, 1906.

GWATKIN (H.-M.), *Studies of Arianism*, Cambridge, 1900.

GWATKIN (H.-M.), *The Knowledge of God*, Edimburgo, 1906, 2 vols.

HAARHOFF (Theodor), *Schools of Gaul, a study of pagan and christian education in the last century of the Western Empire*, Oxford, 1920.

HAHN (Ludwig), *Das Kaisertum*, Leipzig, 1913 (*Das Erbe der Alten*, fast. VI).

HAHN (Ludwig), *Zum Gebrauch der lateinischen Sprache in Konstantinopel*, em *Festschrift für Martin von Schanz*, Würzburg, 1912, pp. 173-183.

HAMELIN (O.), *Le système d' Aristote*, Paris, 1920.

HARNACK (Adolph von), *Lehrbuch der Dogmengeschichte*, Friburg-Leipzig, 1894-97, 3 vols.

HARNACK (Adolph von), *Précis de l'histoire des dogmes*, Paris, 1898.

HARNACK (Adolph von), *Geschichte der altchrislichen Literaturbis Eusebius*, Leipzig, 1893-94, v. vols.

HARNACK (Adolph von), *Mission and Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*, 1906, 2 vols.

HARNACK (Adolph von), *Militia Christi*, 1906.

HARNACK (Adolph von), *Das Mönchtum, seine Ideale and seine Geschicuhte*, 1903.

HARRISON (F.), *The Meaning of history*, New York, 1908.

HARTMANN (Ludo-Moritz), *Ueber die Ursache des Untergangs des römischen Reich.*, em *Archiv für soziale Gesetzgebung and Statistik*, II.

HARTMANN (Ludo-Moritz), *Veltgeschichte in gemeindverständellicher Darstellung*, Gotha, 1921-24, 7 vols.

HATZFELD (Jean), *Les Trafiquants italiens dans l'Orient hellénique*, Paris, 1919.

HAVERFIELD (F.), *Ancient Rome and Ireland*, em *English Historical Review*, vol. XXVIII, 1913, pp. 1-12.

HAVERFIELD (F.), *The Romanisation of roman Britain*, Oxford, 1905.

HAVET (Julien), *Du partage entre les Romains et les Barbares chez les Burgondes et les Visigoths*, em *Oeuvres*, t. II, 1896.

HAVET (Louis), *La Prose métrique de Symmaque et les origins métriques du cursus*, Paris, 1892.

HAYES (Carlton H.), *An Introduction to the sources relating to the Germanic invasions*, New York, 1909 (*Columbia University Studies in Political science*, vol. XXXIII, n.º 3).

HEALY (J.), *Insula Scotorum et doctorum or Ireland's ancient schools and scholars*, Dublin, 1908.

HEDLAM, *The Emperor Constantin and the Édit of Milan*, em *Church Quarterly Review*, t. LXXIII, Janeiro de 1914.

HEIBERG (J.-L.), *Geschichte der Mathematik and Naturwissenschaft im Altertum*, Munique, 1925 (*Handhuch*, Iwan von Muller, t. I, 1, 2).

HEISENBERG (Aug.), *Grundziken der byzantinischen Kultur*, em *Neue Jahbücher für Philologie*, 1909, p. 196.

HEITLAND (W.-E.), *Agricola, a study of agriculture and rural life in the Graeco-roman world*, Cambridge, 1921.

HEITLAND (W.-E.), *The Roman fate, an essay of interpretation*, Cambridge, 1922.

HINNEBERG (P.), *Die Griechische and Lateinische Literatur and Sprache*, Berlim, 1905 (*Die Kultur der Gegenwart*).

HINNEBERG (P.), *Die Römischen Literaturen Sprachen, mit Einschluss der Keltischen*, Berlim, 1909 (*Die Kultur der Gegenwart*).

HINSCHIUS (Paul), *System des Katholischen Kirchenrechts*, Berlim, 1869-95, 5 t. em 6 volumes.

HIRSCHFELD (Otto), *Die Kaiserliche Verwaltungsbeanten*, Berlim, 1905.

HIRSCHFELD (Otto), *Die Rangordnung der römischen Kaiserzeit*, em *Sitzungsberichte da Academia de Berlim*, 1901, pp. 579-610.

HIRSCHFELD (Otto), *Kleine Schriften*, Berlim, 1913.

HIRTH (F.), *Ancient history of China*, New York, 1908.

HODGKIN (T.), *Italy and her invaders*, Oxford, 1880-99, 8 vols.

HOLMES (Rice), *The Roman republic and the founder of the Empire*, Londres, 1923, 3 vols.

HOMO (Léon), *Essai sur le règne de l'empereur Aurélien*, Paris, 1904.

HOMO (Léon), *La grande crise de l'an 238 après J.-C. et le problème de l'Histoire Auguste* (*Revue Historique*, 1919, II, 209-264).

HOMO (Léon), *L'Empereur Gallien et la crise de l'Empire romain au IIIe siècle* (*Revue Historique*, 1913, p. 248).

HOMO (Léon), *Les privilèges administratifs du Sénat romain et leurs disparition graduelle au court du siècle* (*Revue Historique*, 1921, II, pp. 161-203).

HOMO (Léon), *L'Empire romain*, Paris, 1925.

HOUDOY (Armand), *Le Droit municipal. Primeira parte: De la condition et de l'administration des vides chez les Romains*, Paris, 1876.

HUART (Clement), *La Perse antique*, Paris, 1925 (*L'Évolution de l'Humanité*).

HUELSEN (F.), *Formae urbis Romae antiquae*, Berlim, 1912.

HUET, *Histoire du commerce et de la navigation des Ancient*, Lyon, 1763.

HUMBERT (Gustave), *Essai sur les finances et la comptabilité publique chez les Romains*, Paris, 1887, 2 vols.

HUMPHREY (Edward Frank), *Politics and religion in the days of Augustine* (395-430), New York, 1912 (tese da Columbia Univ.).

HUNZINGER (Aug.-Wilh.), *Die Diokletianische Staatsreform* (dissertação de Rostock, 1898-99).

HUTTMANN (Maude A.), *The Establishment of Christianity and the proscription of paganism*, New York, 1914 (*Columbia University Studies*).

HUVELIN, *Mercatura*, no *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines* de Saglio.

IORGA (Nicolas), *Essai de synthèse de L'histoire de l'humanité*. T. I.: *L'Antiquité*, Paris, 1926.

JAMES (H.-R.), *Our Hellenic heritage*, Londres, 1921-24, 2 vols.

JIRECEK (J.-C.), *Die Romanen in den Städten Dalmatiens wdbrend des Mittelalters*, em *Denkschriften* da Academia de Viena, classe histórico-filológica, t. XLVIII, 1902.

JONES (H. Stuart), *Companion to roman history*, Oxford, 1912.

JONES (H. Stuart), *The Roman empire: B. C. 29-A. D. 476*, Londres, 1908.

JOUGUET (Pierre), *La Vie municipale dans l'Egypte romaine*, Paris, 1911.

JOUGUET (Pierre), *En quelle année finit la guerre entre Constantin et Licinius* (*Comptes rendus des séances de l'Académie des inscriptions*, 1906).

JULLIAN (Camille), *Ausone et Bordeaux, études sur les derniers temps de la Gaule romaine*, Paris-Bordeus, 1893.

JULLIAN (Camille), *Histoire de la Gaule*, Paris, 1910-26, 6 vols.

JULLIAN (Camille), *Notes sur l'armée romaine au IVe siècle*, em *Annales de la Faculté des lettres de Bordeaux*, 1884, pp. 59-85.

JUNG (Julius), *Die Römischen Landschaften des Römischen Reiches*, 1881.

JUNG (Julius), *Römer and Romanen in der Donauländern*, 1887.

JUNG (Julius), *Orbit romanus* em *Handbuch der Klassischen Altertumswissenschaft* de Iwan von Müller, t. III, 3.^a parte, 1897, pp. 1-178.

JUNG (Julius), *De Scolis romanis in Gallia comata*, 1885.

KAERST (Julius), *Geschichte des Hellinistischen Zeitalters*, Leipzig, 1901.

KARLOWA (Otto), *Römische Rechtsgeschichte*, I: *Staatsrecht and Rechtsquellen*, Leipzig, 1885.

KAUFMANN (G.), *Rhetorenschulen and Klosterschulen oder beidnische and christliche Cultur in Gallien während des 5. and 6. Jahrhunderts*, Leipzig, 1869 (*Historisches Taschenbuch*).

KAUFMANN (G.), *Ueber das Föderalverhältniss des Tolosanischen Reiches gu Rom* em *Forschungen gur deutschen Geschichte*, t. VI, 1866, pp. 435-476.

KELLER (R.), *Stilicho oder die Geschichte des Weströmischen Reichs von 395-408*, Berlim, 1884.

KLEIN (Walter), *Studien zu Ammianus Marcellinus* (Klio, suplemento, 13), 1914. *Konstantin and seine Zeit, Festgabe gum Konstantinjubiläum*, publicado por Franz-Joseph Doelger, Friburgo, 1913 (*Römische Quartalschrift*, 19.^o suplemento).

KORNEMANN (Ernest), *Die Organisation der Afrikanischen pagi*, em *Philologus*, t. LX, 1900.

KORNEMANN (Ernest), *Die römisechen Kaiserzeit*, em Gerke et Norden, *Einleitung*, t. III, pp. 210-306.

KORNEMANN (Ernest), *Zur Stadtentstehung in den ehemals Keltischen and germanischen Gebieten des Römerreichs* (1898-99).

KRAUS (Franz-Xay.), *Geschichte der Chrislichen Kunst*, Sauer, Friburgo, 1896-1903, 2 tomos em 3 volumes.

KREBS (Eug.), *Die Religionen im Römerzeit zu Beginn des IV. Jahrhunderts*, em *Konstantin... Festgabe*, pp. 1-39.

KUHN (Emil), *Beiträge zur Verfassung des Römischen Reich: mit besonderen Rücksicht auf die Période von Constantin his auf Justinian*, 1849.

KUHN (Emil), *Die Stödtische and burgerliche Verfassung des Römischen Reiches bier auf die Zeiten Justinians*, Leipzig, 1864-65, 2 vols.

KUHN (Emil), *Ueber die Entstehung der Städte der Alten*, Leipzig, 1878.

KURTH (Godefroid), *La Frontière linguistique en Belgique et dans le Nord de la France*, Bruxelas, 1896-98, 2 vols.

LABRIOLLE (Pierre de), *Histoire de la littérature latine chrétienne*, Paris, 1920.

LAMPRECHT (Karl), *Fränkische Ansiedlungen and Vanderungen im Rheinland*, em *westdeutsche Zeitschrift*, t. I, 1882.

LANGEN (Jos.), *Geschichte der Römischen Kirche bis zum Pontifikat Leos I. II: Von Leo I bis Nicolaus I*, Gotha, 1885.

LARDÉ (G.), *Le Tribunal du clerc dans l'Empire romain et la Gaule franque*, Moulins, 1920.

LAVISSE (Ernest), *Histoire de France*, Paris, 1900-03, t. I. e em 4 vols.

LAVISSE e RAMBAUD, *Histoire générale du IVe siècle à nos jours*, t. I: *Les origin* (395-1095), Paris, 1905.

LEBEAU (C.), *Histoire du Bas-Empire*, Paris, 1757-1857, 28 vols.

LECLERCQ (Dom H.), *L'Afrique chrétienne*, Paris, 1904.

LECLERCQ (Dom H.), *Manuel d'archéologie chrétienne depuis les origins jusqu'au VIIIe siècle*, Paris, 1907, 2 Vols.

LECLERCQ (Dom H.), *Les Martyrs*, Paris, 1906-1909, 4 vols.

LECLERCQ (Dom H.), *anobitisme*. em *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie* de Dom Cabrol, t. 2, pp. 3047-3248.

LÉCRIVAIN (Ch.), *Le Sénat romain depuis à Rome et a Constantinople*, Paris, 1888.

LÉCRIVAIN (Ch.), *De Agris publicis imperatoriisque ab Augusti tempore usque ad finem roman*, Paris, 1887.

LÉCRIVAIN (Ch.), *Études sur l'Histoire Auguste*, Paris, 1904.

Legacy of Rome (The): Essays, edit. por Ch. Bailey, Oxford, 1923.

LEGGE (F.), *Forerunners and rivals of Christianity*, Londres, 1915.

LEJAY (P.), *Ancienne philologie chrétienne, monachisme oriental*, em *Revue d'histoire et de littérature religieuse*, 1906.

LENAIN DE TILLEMONT (Seb.), *Histoire des empereurs qui ont régnée pendant les six premiers siècles de l'église*, Paris, 1692-1738, 6 vols.

LENAIN DE TILLEMONT (Seb.), *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des premiers siècles*, Bruxelas, 1693-1707, 15 vols.

LESNE (E.), *La Propriété ecclésiastique en France aux époques romaine et mérovingienne*, Lille-Paris, 1910-26, 3 vols.

LEVASSEUR (E.), *Histoire des classes ouvrières et de l'Industrie en France*, t. I, Paris, 1900.

LIEBENAM (W.), *Geschichte des reimischen Vereinwesens*, Leipzig, 1890.

LIEBENAM (W.), *Strieteverwaltung in römischen Kaiserreiche*, Leipzig, 1900.

LINAS (Ch. de), *Les Origins de l'orfèvrerie cloisonnée*, Paris, 1877-87, 3 vols.

LINDNER (Theodor), *Veltgeschichte seit der Vakerwanderung*, Estugarda-Berlim; 1901-1917, 8 Vols. (t. III).

LINSENMEYER (A.), *Die Bekämpfung des Christentums durch den römischen Stäat bis zum Tode des Kaisers Julian (363)*, Munique, 1905.

LITTRÉ (Émile), *Rome et les Barbares*, Paris, 1867.

LIZERAND (Georges), *Aetius*, Paris, 1910, (tese).

LONGNON (Auguste), *Atlas historique de la France*, Paris, 1885-1907.

LONGNON (Auguste), *Les noms de lieu de la France, leur origine, leur signification, leurs transformations*, publ. por Marichal e Mirot, Paris, 1920-23, 3 fasc.

LOT (Ferdinand), *De l'étendue et de la valeur du caput fiscal sous le Bas-Empire*, em *Revue Historique du droit*, 1925, pp. 5-60, 177-192.

LOT (Ferdinand), *Les migrations saxonnes en Gaule et en Grande-Bretagne du Ille siècle*, em *Revue Historique*, t. CXIX, 1915.

LOT (Ferdinand), *Hengist, Hors, Vortigern: la Conquête de la Grande-Bretagne par les Saxons*, em *Les Mélanges d'histoire offerts a M. Charles Bémont*, Paris, 1913.

LOTH (Joseph), *L'Émigration bretonne en Armorique du Ve au VIIe siècle de notre ere*, Rennes, 1883.

LUCIUS (Ernest), *Les Origines du culte des saints dans l'Église chrétienne*, Paris, 1908.

MACDONALD (George), *The Roman wall in Scotland*, Glasgow, 1911.

MADVIG (J.-N.), *Verfassung and Verwaltung des römischen Stäates*, 1881-82, 2 vols. Trad. francesa por Ch. Morel, 1889, 3 vols.

MÂLE (Émile), *L'Art allemand et l'art français du Moyen Âge*, Paris, 1917.

MANARESI (Alfonso), *L'Império romano e il Christianesimo*, Turim, 1914.

MANRION (J.), *Les Origines du christianisme chez les Goths*, em *Analecta Bollandiana*, t. XXXIII, 1914.

MARQUART (J.), *Osteuropäische und Ostasiatische Streifzüge*, Leipzig, 1903.

MARQUARDT, ver *Mommsen*.

MARSH (Frank Burr), *The Founding of the roman Empire*, Austin, 1922.

MARTROYE (F.), *La Repression du donatisme et la politique religieuse de Constantin*, Nogent-le-Rotrou, 1914 (Extr. de Mémoires de la Soc. des Antiquaires de France, t. LXXIII).

MARTROYE (F.), *L'Édit de Milan*, em *Bulletin d'ancienne littérature et d'archéologie chrétienne*, 1914.

MARTROYE (F.), *Génséric: la conquête vandale et la destruction de l'Empire d'Occident*, Paris, 1907.

MARX (Karl), *Das Kapital*, ed. por Engels, Hamburgo, 1890-94, 3 tomos em 4 volumes; trad. Molitor. Paris, 1924, 3 vols.

MAURICE (Jules), *Constantin*. 1924.

MAURICE (Jules), *Numismatique Constantinienne*, Paris, 1911, 3 vols.

MAURICE (Jules), *Les Origines de Constantinople*, em *Mémoires publics a l'occasion du Centenaire de la Société des antiquaires de France*, 1904.

MERCIER (E.), *La Population indigène de l'Afrique sous la domination romaine, vandale et byzantine*, em *Rec. de la Société archéologie de Constantine*, 1895-96.

MESNAGE (Le P. J.), *Le Christianisme en Afrique*, Paris, 1914-15, 4 vols.

MEYER (Eduard), *Bevölkerungswesen*, em *Handvaorterbuch d. Staatswissenschaft*.

MEYER (Eduard), *Kleinere Schriften*, Halle, 1910-24, 2 vols.

MEYER (Eduard), *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*, Iena, 1895 (Extr. de *Jahrbücher für Nationalökonomie*).

MEYER (Kuno), *Learning in Ireland in the fifth century and the transmission of letters*, Dublin, 1912.

MICHAUT (Gustave), *Le Génie latin*, Paris, 1898.

MICHEL (ANDRÉ), Ver ANDRÉ-MICHEL.

MILHAUD (G.), *Étude sur la pensée scientifique grecque*, Paris, 1906.

MISPOULET (J.-B.), *Institutions politiques des Romains*, Paris, 1883, 2 vols.

MITTEIS (Ludwig), *Reichrecht und Volksrecht in den östlichen Provinzen des römischen, Kaiserreichs*, Leipzig, 1891.

MITTEIS (Ludwig), *Zur Geschichte der Erbpacht im Altertum*, Leipzig, 1901.

MOLINIER (Émile), *Histoire des arts appliqués a l'industrie du Ve a la fin du XVIIIe siècle*, Paris, 1896-1902, 4 vols.

MOMMSEN (Theodor), *Histoire romaine*, 1872-89, II vols.

MOMMSEN (Theodor), *Aetius*, em *Gesamm. Schriften*, t. V. p. 438.

MOMMSEN (Theodor), *Apollinaris Sidonius und seine Zeit*, em *Reden und Aufsätze*, Berlin, 1905.

MOMMSEN (Theodor), *Boden und Geldwirtschaft der römischen Kaiserzeit* em *Gesamm. Schriften*, t. V, pp. 558-617.

MOMMSEN (Theodor), *Die Erblichkeit des Decurionats*, em *Festschrift Hirschfeld*, 1903, pp. 1-7.

MOMMSEN (Theodor), *Militärwesen seit Diocletien*, em *Hermes*, t. XXIV.

MOMMSEN (Theodor), *Die römischen Lagerstädte*, em *Gesamm. Schriften*, t. VI, 1910, pp. 176-203.

MOMMSEN (Theodor), *Stilicho and Alarich* em *Gesamm. Schriften*, t. IV, 516-530.

MOMMSEN (Theodor) e MARQUARDT (J.), *Manuel des Antiquités romaines*, t. I-VIII, *Droit public*, por MOMMSEN; IX-X, *Organisation de l'Empire*, por J. MARQUARDT; t. XII-XIII, *Le culte*, por J. MARQUARDT; XIV-XV, *La vie privée*; t. XVI, *Histoire des sources du droit*, por P. KRUGER; XVII-XIX, *Le droit pénal*, por MOMMSEN. Paris, 1889-1907, 19 vols.

MONCEAUX (Paul), *Histoire littéraire de l'Afrique chrétienne depuis des origins jusqu'à l'invasion arabe*, Paris, 1901-23, 7 vols.

MONNIER (Henry), *Études de droit byzantin*: I, De l'ἐπιβολή II. Meditation sur la constitution ἐατέω et le *jus poenitendi*, Paris, 1895-1900 (Extr. de *Nouvelle Revue historique du droit*).

MONTESQUIEU, *Considerations sur les causes de la grandeur et de la décadence des Romains*, 1734.

MOREAU LE JONNES, *Statistique des peuples de l'Antiquité*, Paris, 1851.

MORIN-JEAN, *La Verrerie en Gaule sous l'Empire romain*, Paris, 1913.

MUELLENHOFF (Karl), *Deutsche Altertumskund*, Berlim, 1870-1900, 5 vols.

NAUDET (J.), *Des changements opérés dans toutes les parties de l'administration de l'Empire romain sous les règnes de Diocletien, de Constantin et de leurs sucesseurs jusqu'à Julien*. Paris, 1817, 2. vols.

NEUMANN (Karl Johannes), *Römische Staatsaltertümer*, em GERCKE e NORDEN, *Einleitung*, t. I, p. 408.

NEUMANN (Karl. Johannes), *Der römischen Staat and die allgemeine Kirche bis auf Diocletien*, Leipzig, 1890.

NEUMANN (Karl Johannes), *Entwicklung tend Aufgaben der Alten Geschichte*, Estrasburgo, 1910.

NEURATH (O.), *Antike Wirtschaftsgeschichte*, 1909, em *Aus Natur and Geisteswelt*, vol. 258.

NEURATH (O.), *Zur Anschauung der Antike über Handel, Gewerbe and Landschaft*, em *Jahrücher für Nationaloekonomie*, t. XXXII, 1907.

NIESE (Benedictus), *Grundriss der römischen Geschichte, nebst Quellenkund*, Munique, 1897.

NISSEN (Henrich), *Italische Landeskunde*, Berlim, 1883-1902. 3 vols.

NISSEN (Henrich), *Der Verkehr zwischen China tend dem Römischen Reiche*, em *Bonner Jahrbücher*, t. XCV, 1894, pp. 1-28.

NORDEN (Eduard), *Die antike Kunstprosa von VI. Jahrhundert vor Christus his in die Zeit der Renaissance*, 2.^a ed., Leipzig, 1909, 2 vols.

NORDEN (Eduard), *Die lateinische Literatur im Uebergang vom Altertum tum Mittelalter* em HINNEBERG, *Die Kulture der Gegenwart*, La parte, 8.^a secção, 1912, pp. 483-522.

OBERZINER (Lodovico), *Le Guerre germaniche di Flavio Claudio Giuliano*, Roma, 1896.

OMAN (Ch.), *History of the art of war*, Londres, 1898.

OTTO (Walter), *KulturgeschicHte des Altertums*, Munique, 1925.

OVERBECK *Geschichte der griechischen Plastik*, Leipzig, 1892-94, 2 vols.

OZANAM (A.-F.), *La Civilization au Ve siècle*, Paris, 1855, 2 vols.

OZANAM (A.-F.), *Études germaniques*, Paris, 1893-94, 2 vols.

PAIS (Ettore), *Storia della colonizzazione di Roma antica, Prolegomeni*, Roma, 1923.

PARIS (Gaston), *Romania, Romani*, em *Romania*, t. I, 1872, p. 22.

PARRAVICINI (Achille), *Studio di retorica Sulle opere di Claudiano*, 1905.

PARVAN (Vasile), *Die Nationalität der Kaufleute im römischen Kaiserzeit* (dissert. de Breslau, 1909).

PARVAN (Vasile), *La Pénétration hellénique et hellénistique dans la vallée du Danube*, em *Bulletin de la section historique de l'Académie roumaine*, t. X, 1923.

PECK (Harry Thurston), *A History of classical philology from the seventh century B. C. to the twentieth century*, New York, 1911.

PEISKER (T.), *The Asiatic background*, em *Cambridge medieval History*, t. I, pp. 323-359.

PÉRATÉ (ANDRÉ), *L'Archeologie chrétienne*. Paris, 1892.

PERSON (Alex W.), *Staat and Manufaktur im Römischen Reiche*, Lund, 1923.

PETER (Hermann), *Die geschichtliche Literatur über die römische Kaiserzeit bis Theodosius*, Leipzig, 2879, 2 vols..

PETIT (Albert), ver ALBERT-PETIT.

PFISTER (Christian), ver LAVISSE, *Histoire de France*, t. II, parte 1.^a.

PFISTER (F.), *Der Reliquienkult im Altertum*, Giessen, 1909.

PFLUGK-HARTTUNG (Julius von), *Römer and Germanen im 3. and 4. Jahrhundert. Die Grenzwehr von 268-375*, em *Zeitschrift für allgemeine Geschichte*, t. II, 1885, pp. 322-339.

PFLUGK-HARTTUNG (Julius von), *Weltgeschichte*, Berlim, s. d.

PICHLER (Fritz), *Austria Romana, geographisches Lexikon*, Leipzig, 1902 (*Quellen and Forschungen zur alien Geschichte and Géographie*, Publ. por W. Sieglin, fast. 2).

PICHON (René), *Études sur L'histoire de la littérature latine dans les Gaules. Les derniers écrivains profanes: les panégyristes, Ausone, le Querolus, Rutilius Namatianus*, Paris, 2906.

PICHON (René), *Lactance, étude sur le mouvement philosophique et religieux sous Constantin*, Paris, 1902.

PICHON (René), *Histoire de la littérature latine*, Paris, 1903.

PIRENNE (Henri), *The Stages of the social history of capitalism*, em *American historical Review*, Abril de 1914, pp. 494-515.

PIRENNE (Henri), *Les périodes de L'histoire sociale du capitalisme*, em *Bulletin de l'Académie royal de Belgique*, 1914.

PLANCK (M.), *Der Verfall des römischen Kriegswesens am Ende des IV. Jahrhunderts*, Stuttgart, 1877 (*Festschrift Gymn. Württemberg zur 4. Säcularfest Univ. Tübingen*).

POHLMANN (Robert von), *Aus Altertum and Gegenwart, Gesammelte Abbandlungen*. 1911, 2 vols.

POHLMANN (Robert von), *Geschichte des antiken Kommunismus find Sozialismus*, 1893.

POHLMANN (Robert von), *Römische Kaiserzeit and Untergang der alten welt*, em PFLUCK-HARRUNG, *Weltgeschichte*.

POHLMANN (Robert von), *Die Uebervölkerung der antiken Grossstädte*, Leipzig, 1884.

PREUSS (Theodor), *Kaiser Dioclétien and seine Zeit*, Leipzig, 1869.

PREUSS (Theodor), *Die Franken und ihre Verbältniss zu Rom in letzen Jahr. Des Reiches*, Tilsitt, 1889.

PUECH (A.), *Saint Jean Chrysostome et les moeurs de son temps*, Paris, 1892.

RAUSCHEN (G.), *Das griechisch-römische Schulwesen zur Zeit des ausgehenden Heidentums*, Bona, 1901.

RAWLINSON (H.-G.), *Intercourse between India and the Western world, from the earliest times to the fall of Rome*, Cambridge, 1926.

Realencyclopädie der classischen Altertumwissenschaft, sob a direcção de Pauly, 1894-1924, 25 vols.

REICHE (Friedrich), *Ueber die Teilung der Zivil and Militärgewalt im 3. Jahrhundert* (Progr. Breslau, 1900).

REICHE (Friedrich), *Der Untergang der antiken Welt, Zusammenfassende kritische Betrachtung*, em *Festschrift dzur Feier des 50-jährigen Bestehens der Gymnasiums zu Schrimme*, 1908.

REID (James S.), *Roman Municipalities of the roman Empire*, Cambridge, 1913.

REINACH (Salomon), *L'origine et les caractères de l'art gallo-romain*, em *Description raisonnée du music de Saint-Germain*, 1894.

REINHARDT (Ludwig), *Helvetien unter den Römern*, Berlim-Viena, 1924.

REITTERER (Nikolaus), *Des Glaube an die Fortdauer des römischen Reiches im Abendland*, dissert. Munster, 1899-1900. *Religion in Geschichte and Gegenwart* (Die), Tübingen, t. IV, 1914.

RENAN (Ernest), *Marc Auréle et la fin du monde antique*, Paris, 1882.

RÉVILLE (Albert), *Histoire du dogme de la divinité de Jesus-Christ*, Paris, 1904.

RÉVILLE (Jean), *La religion à Rome sous les Sévère*, Paris, 1886.

RÉVILLIOUT (Ch.), *De l'Arianisme des peuples germaniques qui ont envahi l'Empire romain*, Paris, 1850 (tese).

RÉVILLIOUT (Eug.), *Les Ostraka*, em *C. R. des séances de l'Académie des inscriptions*, 1870, p. 321.

RICHTER (H.), *Das Itreströmische Reich, besonders unter den Kaisern Gratian, Vakntinian II and Maximus*, Berlim, 1865.

RICHTER (Otto), *Topographie von Rom*, em *Handbuch der klass. Philologie de Iwvan von Muller*, t. III, 3.^a parte.

RIEGL (Alois), *Spätrömische Kunstindustrie nach den Funden im oesterreich-Ungarn*, t. I, Viena, 1901-23, 2 vols.

RITTERLING (E.), *Zum römischen Heerwesen des ausgehenden dritten Jahrhunderts*, em *Festchnft für Otto Hirschfeld*, 1903.

RODBERTUS, *Untersuchungen auf dem Gebiete der Nationaloekonomie des klassischen Altertums*, em *Jahrbücher für Nationaloekonomie de Hildebrand*, t. IV, V, VIII, 1864-67.

ROGALA (Sig.), *Die Anfänge des arianischen Streits*, Paderborn, 1907.

ROGER (H.), *L'Enseignement des lettres classiques d'Ausone à Alcuin*, Paris, 1905.

ROMAN (J.), *Notes sur l'organisation municipale de l'Afrique romaine*, I: *Les Curies*, em *Annales de la l'epoque de droit d'Aix*, t. IV, 1911, pp. 85-123.

ROMANO (G.), *Le Dominazioni barbariche in Italia (395-1024)*, Milão, 1909 (*Storia politica d'Italia*).

ROSCHER (W.), *Ueber das Verhältniss der Nationaloekonomie zum klass. Altertum*, em *Berichte da Academia de Saxe*, 1849.

ROSTOWTZEW (Michel), *Hellenistisch-rihische Architekturlandeschaft*, em *Römische Mitteilungen*, 1911.

ROSTOWTZEW (Michel), *Studien Zur Geschichte des römischen Kolonats*, Leipzig, 1910.

ROSTOWTZEW (Michel), *Social and Economic history of the roman Empire*, Oxford, 1926.

ROUGIER (Louis), *La Mentalité scolastique*, em *Revue philosophique*, Março-Abril de 1924.

RUGGIERO (Ettore de), *La Patria nel diritto pubblico romano*, Roma, 1921.

RUNKEL (F.), *Die Schlacht bei Adrianopel*, dis. de Rostock, 1903.

Sage antique au citoyen moderne (Du). pubs. por Bouglé, Brehier, Delacroix, Parodi, Paris, 1921.

SAGLIO, Ver *Dictionnaire*.

SAINT-YVES (P.), *Les Saints successeurs des dieux*, Paris, 1907.

SALEILLES (Raymond), *L'Organisation juridique des premieres communautés chrétiennes*, em *Mélanges P.-Fréd. Girard*, t. II, 1912, pp. 469-509.

SALEILLES (Raymond), *De l'établissement des Burgondes sus les domains des Gallo-Romains*, em *Revue bourguignonne de l'enseignement supérieur*, t. I, pp. 43-103.

SALVIOLI (G.), *Le capitalismo dans le monde antique*, Paris, 1906.

SANDYS (John), *A Companion to latin studies*, Cambridge, 1913.

SANDYS (John), *A history of classical scholarship*, Cambridge, 1906-1908, 3 vols.

SANDYS (John), *A Short history of the classical scholarship*, Cambridge, 1915.

SARWEY, *Der Abgrentung des Römerreiches*, 1894.

SARWEY HETTNER, *Der Obergermanisch-rhätische Limes*, Heidelberg, 1894-1913, 39 livros.

SAVIGNY (Carl. von), *Vermischte Schriften*, Berlin, 1850, 2 vols.

SCHANZ (Martin von), *Römische Literaturgeschichte*, Munique, 1898-1914. 4 partes (*Handbuch d'Iwan von Muller*).

SCHAUBE, *Handelsgeschichte der römischen Völker des Mittelmeagebiets bis tam Ende der Kreuzzüge*, Munique, 1906.

SCHILLER (Hermann), *Geschichte der römischen Kaiserzeit*, Gotha, 1883, 2 vols.

SCHILLER (Hermann), e VOIGT (Moritz), *Die römischen StaatsKriegs and Privataltertümer*, 1893.

SCHLOSSER (J. von), *Zur Genesis der mittelalterlichen Kunstanschauung*, em *Mitteilungen des Institute für Oesterreich. Geschichstsforschung*, 1901, pp. 760-791.

SCHMIDT (Ludwig), *Allgemeine Geschichte der germanischen Völker bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts*, Munique, 1909.

SCHMIDT (Ludwig), *Geschichte der deutschen Stämme bis tum Ausgang der Vakerwanderung*, Berlim, 1904-1918, 2 vols. (*Quellen and Forschungen*, publ. por W. Sieglin).

SCHMIDT (Ludwig), *Geschichte der Vandalen*, Leipzig, 1901.

SCHMIDT (Ludwig), *Die Ursachen der Völkerwanderung*, em *Neue Jahrbücher das klassische Altertum*, t. XI, 1903.

SCHMIDT (Richard), *Allgemeine Staatslehre*, Leipzig, 1901-03, 2 vols.

SCHMOLLER (Gustav), *Die geschichtliche Entwicklung der Unternehmung*, XI: *Die Handelsgeschichte des Altertums*, em *Jahrbuch für Gesetzgebung*, I. XVI, 1892.

SCHRIJNEN (J.), *Konstantin de Groote en het edikt van Milaan*, Utrecht, 1913.

SCHULTHEISS (J.-G.), *Die Germanen im Dienste der römischen Reichsidee* em *Zeitschrift für allgemeine Geschichte*, t. I, 1885, pp. 801-807.

SCHULTZE (Victor), *Altchristliche Statue and Landschaften*, I: *Konstantinopel* (324-450), Leipzig, 1913.

SCHULTZE (Victor), *Geschichte des Untergangs des griechisch-römischen Heidentums*, 1011-12, 1887-92, 2 vols.

SCHULTZE (Victor), *Konstantin* em *Realencyklopaedie für protestant. Theologie and Kirche*, t. X, p. 769.

SCHWARTZ, *Die Technik des Kriegswesen*, 1913, em *Die Kultur der Gegenwart*, t. IV, part. 12.

SCHWARTZ (Ed.), *Kaiser Constantin and die christliche Kirche*, Leipzig, 1913.

SCHWARTZ (Ed.), *Die K der 4. au 5. Jahrhunderten*, em *Histor. Zeitschrift*, CIV, 1910.

SEECK (Otto), *Geschichte des Untergangs der antiken Welt*, Berlin, 1895-1921, 6 vols.

SEGRE (Arturo), *Storia del commercio*, Turin-Genova, 1923, 2 vols.

SERRIGNY (D.), *Droit public et administratif romain*, Paris, 1862, 2 vols.

SESAN (Valerian), *Kirche and Staat im römisch-byzantinischen Reiche*, Czernowitz, 1911.

SIGWART, *Kapitalismus*, em PAUL Y-WISSOWA, *Realencyclopedia*, t. III, 2.^a parte.

SITTL (Karl), *Archéologie der Kunst*, Munich 1895, (*Handbuch d'Iwan von Muller*, t. VI).

SOMBART (Werner), *Das Moderns Kapitalismus*, 1916-17, 2 vols.

SOREL (Georges), *La Ruine du monde antique*, Paris, 1925.

SPECK (E.), *Handelsgeschichte des Altertums*, 1906, 4 vols.

STEIN (Ernst), *Untersuchungen über das Officium der praetorianer Praefektur seit Diokletian*, Viena, 1922.

STEINACKER (H.), *Die römische Kirche and die griechische Sprachkenntnisse des Friimittelalters*, em *Festschrift Tb. Gomperz*, Viena, 1901 (pp. 324-341).

STEMPLINGER (Eduard), *Das Plagiat in der griech. Literatur*, Leipzig, 1912.

STOECKLE, *Spät-römisch and byzantin, Zünfte*, em *Klio*, 9.^o vol. suplementar, 1911.

STREHL (W.), SOLTAU (W.), *Grundriss der alien Geschichte and Quellenkunde*, t. II: *Römische Geschichte*, Breslau, 1914.

STRZYGOWSKI (Josef), *Die Bedeutung der Gründung Konstantinopels für die Entwicklung der christlichen Kunst*, em *Konstantin der Grosse*, pp. 363-376.

STRZYGOWSKI (Josef), *Orient oder Rom, Beiträge zur Geschichte der späteren and frachristlichen Kunst*, 1901.

- STRZYGOWSKI (Josef), *Kleinasien, ein Neuland der Kunstgeschichte*, 1903.
- STUART-JONES, ver JONES.
- SUNDWALL (J.), *Weströmische Studien*, Berlim, 1915.
- TAMASSIA (Giovanni), *Egidio e Siagrio*, em *Rivista storica italiana*, t. III, 1886, pp. 193-234.
- TANNERY (Paul), *Mémoires scientifiques*, Paris-Toulouse, 1880-1925, 7 vols.
- TANNERY (Paul), *Pour L'histoire de la science hellénique*, Paris, 1887.
- TAYLOR (Henry Osborn), *The classical heritage of the Middle Ages*, Londres, 1911.
- TENNEY-FRANK, ver FRANK.
- TEUFFEL (W.-S.), *Geschichte der römischen Literatur*, edit. por Kroll Skutsch, 1910-16, 3 vols.
- THIERRY (Amédee), *Saint Jean Chrysostome et l'impératrice Eudoxie*, Paris.
- THIERRY (Amédee), *Alaric, l'agonie de l'Empire*, Paris, 1880.
- THIERRY (Amédee), *Derniers temps de l'Empire d'Occident, la mort de l'Empire*, Paris, 1883.
- THIERRY (Amédee), *Histoire d'Attila*, Paris, 1864, 2 vols.
- TILLEMONT, ver LENAIS DE T.
- TIXERONT (J.), *Histoire des dogmes*, Paris, 1912-15, 3 vols.
- TOUTAIN (J.) *Les Cultes païens dans l'Empire romain*, Paris, 1905-20, 3 vols.
- TREDE (Th.), *Das Heidentum in der römischen Kirche*, Gotha, 1889-91, 4 vols.
- TROELTSCH (E.), *Augustin: die christliche Antike and das Mittelalter in Anchluss an die Schrift De civitate Dei*, Munique-Berlim, 1915 (*Histor. Bibliothek*, 36)
- TROPLONG (R. T.), *De l'influence du christianisme sur le droit civil des Romains*, Paris, 1843.
- UEBERWEG (Fried.), *Grundriss der Geschichte der Philosophie, Das Altertum*, Berlim, 1920.
- VACANDARD (E.), *Études de critique et d'histoire religieuse*, Paris, 1905-23, 4.^a series.
- VACHEROT (Et.), *Histoire critique de l'école d'Alexandrie*, Paris, 1846, 2 vols.
- VALENTIN (abbé), *Saint Prosper d'Aquitaine, étude sur la littérature latine au Ve siècle en Gaule*, Paris, 1900.
- VAN BERCHEM (Max) e CLOUZOT (Et.), *Mosaïques chrétiennes de l'Italie*, Geneve-Paris, 1924.
- VAN CAUWENBERGH (Paul), *Coutumes ecclésiastiques d'après les ostracas coptes*, em *Mélanges Ch. Moeller*, Lovaina, 1914.
- VAN MILLINGEN (A.), *Byzantine Constantinople. The walls of the city and adjoining historical sites*, Londres, 1899.
- VASILIEV (N.-A.), *La Chute de l'Empire romain et la disparition de la législation et de la culture antiques*, Kazan, 1921 (em russo).
- VENTURI (A.), *Storia del arte italiana*, 1901 sq.
- VILLARI (Pasquale), *Le Invasioni barbariche in Italia*, 1901; edição inglesa em 2 vols., Londres, 1902.

VILLEMMAIN, *Tableau de l'éloquence chrétienne au IV^e siècle*, Paris, 1850.

VOETTER (O.), *Erste chrestliche Zeichen auf römischen Münzen*, em *Numismatische Zeitschrift*, 1892.

WADDINGTON (H.-W.), *L'Édit de Dioclédien établissant le maximum dans l'Empire romain*, Paris, 1864.

WALLON (Henri), *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, Paris, 1847, 3 vols.

WALTZ (Pierre), *Les artisans et leur vie en Grèce*, em *Revue historique*, t. CXLI-CXLVII, 1923-24.

WALTZING (J.-P.), *Étude historique sur les corporations professionnelles des Romains*, Lovaina, 1895-1900, 4 vols.

WEBER (Max), *Agrargeschichte des Altertums*, 2.^a ed., 1898.

WEBER (Max), *Die sociale Gründe des Untergangs der antiken Kultur*, em *Die Wahrheit*, 1896, VI, 3.

WENDLAND (Paul), *Die hellenistisch-römische Kultur in ihren Beziehungen zu Judentum und Christentum*, Tübingen, 1912.

WESTERMANN *The Economic basis of the decline of ancient culture*, em *American historical Review*, t. XX, 1914-15 (pp. 723-743).

WIETERSHEIM (Eduard von), *Geschichte der Völkerwanderung*, Leipzig, 1859-64, 4 vols.

WILCKEN (Ulrich), *Griechische Ostraka aus Aegypten*, Leipzig, 1899.

WILLEMS (P.), *Le Droit public romain*, Lovaina, 1910.

WISKEMANN (H.), *Die Antike Landwirthschaft and das Von-Thünenche Gesek, aus den alien Schriftddlern dargelegt*, 1859 (Schnften der Fürhlich-Jablonowskisichen Gesellschaft zu Leipzig, n.º 7).

WITTE (Fritz), *Die Kolossalstatue Konstantins des Grossen em Konstantin tier Grosse* (pp. 259-268).

XENOPOL (A.-D.), *Histoire des Roumaine*, Paris, 1896, 2 vols.

YATES (James), *Textrinum antiquorum*, Londres, 1843.

YVER (Georges), *Euric roi des Visigoths (466-485)*, em *Études d'histoire du Moyen Âge dédiées a Gabriel Monod*, Paris, 1896 (pp. 11-46).

ZELLER (Joseph), *Die Zeit der Verlegung der praefectura Galliarum von Trier flash Arles*, em *Historische Zeitschrift*, t. XXIII (1904), pp. 91-102.

ZELLER (Joseph), *Das Concilium der Septem Provinciae in Arelate* (ibid., t. XXIV, 1905, pp. 1-19).

ZIMMER (Heinrich), *Celtic church in Britain and Ireland*, Londres, 1902.

ZIMMER (Heinrich). *Ueber der Bedeutung des irischen Element far die Mittelalterliche Cultur*, em *Preussische Jabrbucher*, t. LIX, 1887; trad. por J.-L. Edmonds, *The irisch element in mediaeval culture*, Londres, 1913.

ZIMMER (Heinrich), *Ueber direkte Handelsverbindung Vest-Galliens mit Irland in Altertum and früh-Mittelalter*, em *Sitzungsberichte da Academia de Berlim*, 1909.

ZOECKLER (A.), *Askeseund Manchtum, Francoforte*, 1897, 2 vols.

TERCEIRA PARTE

AEBERG (Nils), *Die Goten and Langobarden in Italien*, Upsala, 1923.

AEBERG (Nils), *Die Franken*, ver 1.^a parte.

ALTAMIRA (Rafael), *Historia de España*, Barcelona, 1906-11, 4 vols. e na *Cambridge Medieval History*, t. II.

AMPÈRE (U. J.), *Histoire littéraire de la France avant le XIIe siècle*, Paris, 1839-41, 3 vols.

ANDRÉ-MICHEL, ver 1.^a parte.

BALLESTEROS Y BERETTA (Antonio). *Historia de España y su influencia en la historia universal*, Barcelona, 1919-28, 3 vols.

BARRIÈRE-FLAVY (C.), *Les Arts industriels des peuples barbares de la Garde du Ve au VIIIe siècle*, Toulouse, 1901, 3 vols.

BAYET, ver LAVISSE, t. II, vol. 2.

BEAUCHET (Ludovic), *Histoire de l'organisation judiciaire en France: époque franque*, Paris, 1886.

BEAUDOUIN (Ed.), *La Participation des hommes libres au jugement dans le droit franc*, Paris, 1888 (Extr. de *Nouvelle Revue hist. du droit*).

BERNHEIM (Ernst), *Mittelalterliche Zeitanschauungen in ibrer Einfluss auf Politik and Geschichtsschreibung*, Tubingen, 1918.

BERNHEIM (Ernst), *Politische Begriffe des Mittelalters im Lichte der Anschauungen Augustin*, em *Deutsche Z. f. Geschichtswissenschaft*, 1896-97.

BERNOUILLI (C.-A.), *Die Heiligen der Merowinger*, Tubingen, 1900.

BESSE (Dom), ver 1.^a parte.

BIDEZ (U.), *Boèce et Porphyre*, em *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. II, 1923, 189-201.

BINDING (C.), *Das Merovingisch-römische Königtum, von 443 bis 532*, Leipzig, 1868.

BLADÉ (J.-B.), *Les Vascons avant leur établissement en Novempopulanie*, Agen, 1891.

BLADÉ (J.-B.), *La Vasconie cispyrénéenne jusqu'à la mort de Dagobert*, I, Le Puy, 1891.

BLADÉ (J.-B.), *L'Aquitaine et la Vasconie cispyrénéenne depuis la mort de Dagobert jusqu'à l'époque du duc Dagobert*, 1891.

BLANCHET (Adrien) e DIEUDONNE (A.), *Manuel de numismatique française*, Paris, 1900.

BONNELL (K-E.), *Die Anfänge des Karolingischen Hauses*, Berlin, 1886.

BONNET (Max), *Le Latin de Grégoire de Tours*, Paris, 1890.

BREHAUT (E.), *An Encyclopaedist of the dark ages: Isidore of Seville*, New York, 1912.

BRÉHIER (Louis), *Les Colonies d'Orientaux en Occident au commencement du Moyen Âge*, em *Byzantinische Zeitschrift*, t. XII, 1903, pp. 1-39.

BREYSIG (T.), *Jahrbücher des fränkischen Reichs (714-741)*, Leipzig, 1869.

- BRISSAUD (J.), *Cours d'histoire générale du droit français public et privé*, Paris, 1904, 2 vols.
- BRUCKNER (W.), *Die Sprache der Langobarden*, Estrasburgo, 1895.
- BRUNNER (Heinrich), *Deutsche Rechtsgeschichte*, Leipzig, 2 vols.; t. I. 1906.
- BRUNNER (Heinrich), *Sippe and Wergeld*, em *Zeitschrift der Savigny-Stiftung. Germ. Abteil.*, XVI, 1882, (p. 14).
- BULTER (Cuthbert), *Benedictine monachism*, Londres, 1924.
- CABROL (Dom), *L'Angleterre chrétien avant les Normandes*, Paris, 1907.
- CAHUN (Leon), ver 1.^a parte.
- CARLOT (Armand), *Étude sun le Domesticus franc*, Liège, 1903 (*Bibl. de la Faculté des lettres de Liège*, fasc. 13).
- CLEMEN (Paul), *Merowingische and Karolingische Plastik*, Bona, 1892, em *Jahrbuch. d. Vereins f. Alter. im Rheinlande*, fasc. 92).
- CLOCHÉ (Paul), *Les Élection épiscopales sous les Mérovingiens*, em *Moyen Âge*, Setembro-Dezembro, 1924-25, (pp. 203-254).
- COLLINET (Paul), *Le Caractère oriental de l'oeuvre législative de Justinien et les destinées des institutions classiques en Occident*, Paris, 1912.
- COURAJOD (Louis), *Leçons professées a l'École du Louvre*, Paris, 1899-1906 (t. I).
- DAHN (Felix von), *Die Kenige der Germanen, Das Wesen des ältesten Königtums der germanische Stämme and seine Geschichte bis auf die Feudalzeit*, Munique, Wurzburg, Leipzig, 1861-1909, 12 vols.
- DAHN (Felix von), *Urgeschichte der german, and roman. Völker* (até 814), 1899, 4 vols.
- DAHN (Felix von), *Zur Merowingischen Finanzen*, em *Germanistische Abhandlungen... Konrad von Maurer*, Goetingen, 1893, pp. 335-373.
- DECLAREUIL (J.), *Des Comtes de cité a la fin du Ve siècle*, em *Nouv. Revue hist. du droit*, Novembro-Dezembro, 1910.
- DECLAREUIL (J.), *Les Preuves judiciaires dans le droit franc du Ve au VIIIe siècle*, Paris, 1899 (Extr. de *Nouv. Revue hist. du droit*).
- DECLAREUIL (J.), *Cours d'histoire du droit français*, Paris, 1925.
- DELOCHE (Max.), *La Trustis et l'antrusion royal sous les deux premières races*, Paris, 1873.
- DIEHL (Charles), *Histoire de l'Empire byzantin*, Paris, 1919.
- DIEHL (Charles), *Byzance, grandeur et décadence*, Paris, 1919.
- DIEHL (Charles), *Justinien et la civilisation byzantine au VIe siècle*, Paris, 1901.
- DIEHL (Charles), *L'Afrique byzantine (533-709)*, Paris, 1896.
- DIEHL (Charles), *Études sur l'administration byzantine dans l'Exarchat de Ravenne*, Paris, 1888.
- DIEHL (Charles), *Manuel d'art byzantin*, 1910, ver 1.^a parte.
- DIERKS (S.), *Geschichte Spaniens von den frahesten Zeiten bis auf die Gegenwart*, Berlim, 1895-96, 2 vols.
- DIGOT (A.), *Histoire des rois d'Austrasie*, Nancy, 1863, 4 vols.

DUBOS (abbe), *Histoire critique de l'établissement de la Monarchie française dans les Gaules*, Paris, 1734.

DUCHESNE (Louis), *Les premières temps de l'État pontifical*, Paris, 1898, 1904.

DUCHESNE (Louis), *Histoire de l'Église*, ver 1.^a parte.

DUDDEN (F.-H.), *Gregory the Great, his Place in history and thought*, Londres, 1905, 2 vols.

DUMOULIN (Maurice), *Le Gouvernement de Théodoric*, em *Revue historique*, 1902, I e II.

DUMOULIN-ECKHART, *Leudegar Bischof von Autun*, Breslau, 1890 .

EBERT (Adolph), *Allgemeine Geschichte der Literatur des Mittelalters im Abendland*, Leipzig, 1874-87, 3 vols., trad. francesa por Aymeric e Condamin, Paris, 1883, 3 vols.

EICKEN (H. von) *Geschichte and System der Mittelalterlichen Weltanschauung*, Estugarda, 1887.

ENGEL e SERRURE, *Traité de Numismatique du Moyen Âge*, t. I., 1892.

ENLART (Camile). *Manuel d'archéologie française depuis les temps mérovingiens jusqu'à la Renaissance*, Paris, 1902-16, 3 vols.

ESMEIN (Adhémar), *Court élémentaire d'histoire du droit français*, Paris, 1912.

FABRE (Paul), *De patrimonio Ecclesiae usque ad aetatem Carolinorum*, Lille, 1892.

FAHLBECK (Pontus), *La Royauté et le droit royal francs durant la première période de l'existence du royaume (486-614)*, Lund, 1883.

FLACH (Jacques), *Les Origins de l'ancienne France*, Paris, 1886-1917, 4 vols.

FLETCHER (C.-R.-L.), *The Making of Western Europe, being an attempt to trace the fortune of the children of the Roman empire*, Londres, 1914, 2 vols.

FRIEDLAENDER (L.), *Das Nachleben der Antike im Mittelalter*, em *Erinnerungen...*, Estrasburgo, 1905, t. I, pp. 272-391.

FUSTEL DE COULANGES, *La Monarchie franque*, Paris, 1888.

FUSTEL DE COULANGES, *Les Origins du système féodal: le Bénéfice et le Patronat pendant l'époque mérovingienne*, Paris, 1890.

FUSTEL DE COULANGES, *Les Transformations de la royauté pendant l'époque carolingienne*, Paris, 1892.

GASQUET (Am.), *L'Empire byzantin et la Monarchie franque*, Paris, 1888.

GAUDENZI (A.), *Sur le rapporti tra l'Itália e l'Império d'Oriente fra gli anni 476-542*, Bolonha, 1888.

GOUGAUD (Dom Louis), *Les Chrétientés celtiques*, Paris, 1911.

GRAFF (A.), *Roma nella memoria e nelle immaginazioni del Medio Evo*, Turim, 1882-83, 2 vols.

GREGOROVIVS (Ferdinand), *Gerchichte der Stadt Ron, im Mittelalter*, Estugarda, 1859-72, 8 vols.; edição italiana ilustrada, *Storia della Citta di Roma nel medio evo*, Roma, 1900-1901, 4 vols.

GRISAR (Hartmann), *Roma alla fine del mondo antico*, Roma, 1899.

GRISAR (Hartmann), *Geschichte Roust and der Päpste im Mittelalter*, Fribourg-en-Brigau, 1898; trad. francesa por G. Ledos, *Histoire de Rome et des papes au Moyen Âge*, Paris, 1906 e seguintes.

GUILHIERMOZ (Paul), *Essai sur les origins de la noblesse en France au Moyen Âge*, Paris, 1902.

GUIZOT (F.), *Histoire de la civilisation en France*, Paris, 1829-38, 5 vols.

HALBAN (Alfred von), *Das römische Recht in den germanischen Volkstaeten*, Breslau, 1899-1907, 3 vols. (*Untersuchungen de Gierke*, fast. 56, 64, 89.)

HARMANN (Ludo Moritz), *Geschichte Italiens im Mittelalter*, Leipzig, 1897, 3 tomos em 4 vols.

HARTMANN (Ludo Moritz), *Untersuchungen tur Geschichte der byzantinischen Verwaltung in Italien (540-750)*, Leipzig, 1889.

HAUCK (Ad.), *Kirchengeschichte Deutschlantis*, Leipzig, 1887-1911, 5 vols.

HASKINS (Charles H.), *Studies in the history of mediaeval sciences*, Cambridge (U.S.), 1924.

HELLMANN (S.), *Gregor von Tours*, em *Histor. Zeitschrift*, t. CVII, 1911, pp. 1-43.

HESS (Alois), *Description générale des monnaies des rois wisigoths d'Espagne*, Paris, 1872.

HEYD (W.), *Histoire du commerce du Levant au Moyen Âge*, Leipzig, 1886, 2 vols.

HODGKIN (Thomas), *Théodoric the Goth, the barbarian champion of civilisation*, New York, 1891.

HODGKIN (Thomas), *Italy*, ver 1.^a parte.

HOLMES (W. G.), *The Âge of Justinian and Theodore, a history of the sixth century*, Londres, 1905-07, 2 vols.

HUBERT (H.), *Étude sur la formation des États de l'Église*, em *Revue historique*, t. LXIX, 1899.

IMBART DE LA TOUR (Pierre), *Les paroisses rurales*, Paris, 1900.

IMBART DE LA TOUR (Pierre), *Des immunités commerciales accordées a l'Église du VIIe au IXe siècle*, em *Études... G. Monod*, 1896.

IORGA (N.), *Histoire des Roumains*, Bucarest, 1915-16, 2 vols.

IORGA (N.), *Histoire des États balcaniques jusqu'à 1924*, Paris, 1925.

JAHN (A.), *Geschichte der Burgundionen find Burgundiens his tum Ende der I. Dynastic*, Halle, 1874, 2 vols.

JIRECEK, *Die Romanen*, ver I. parte.

JUNGHANS (W.), *Histoire critique des règnes de Childeric et de Clodoweck*, 1879 (*Bibl. École Hautes Études*, fasc. 37).

KAUFMANN (G.) *Rheioreschulen*, ver 1.^a parte.

KOEBNER (Richard), *Venantius Fortunatus*, Leipzig, 1915 (*Beitrige tur Kulturgeschichte*, fasc. 22).

KROELL (Maurice), *L'Immunité franque*, Paris, 1910.

KRUSCH (Bruno), *Chlodowecks Sieg uber die Alamannen*, em *Names Archiv für ältere deutsche Geschichiskunde*, t. XII (1886), p. 289.

KRUSCH (Bruno). *Das Staatsreich des fränkischen Hausmeiers Grimoald* em *Histor. Aufsätze Karl Zeumer...*, Weimar, 1910, pp. 411-438.

KURTH (Godefroid), *Clóvis*, Paris, 1901, 2 vols.

KURTH (Godefroid), *Études franques*, Paris-Bruxelas, 1919, 2 vol.

KURTH (Godefroid), *Histoire politique des Mérovingiens*, Bruxelles-Leipzig, 1893.

LAMPRECHT (K.), *Deutsche Wirtschaftsgeschichte im Mittelalter*, Leipzig, 1885-86, 4 vols.

LAMPRECHT (K.), *Études sur l'état économique de la France pendant la première partie du Moyen Âge*. Paris, 1889.

LANCIANI (R.), *Destruction of ancient Rome, a sketch of the history of the monuments*, New York, 1899.

LANCIANI (R.), *Pagan and christian Rome*, Boston, 1893.

LANCIANI (R.), *Wanderings in the roman Campagna*, New York, 1909.

LASTEYRIE (Robert de), *L'Église de Saint-Martin de Tours*, em *Mémoires de l'Académie des inscriptions*, t. XXXIV, 1892, pp. 1-52.

LAVISSE (Ernest), *La Décadence mérovingienne*, em *Revue des Deux Mondes*, 15 de Dezembro de 1885.

LAVISSE (Ernest), *La Foi et la morale des Francs*, *Ibid.*, 15 de Março de 1886.

LAVISSE (Ernest), *La Conquête de la Germanie par l'Église romaine*, *Ibid.*, 15 de Abril de 1887.

LECLERQ (DOM H.), *L'Espagne chrétienne*, Paris, 1910.

LEHUEROU (J.-M.), *Histoire des institutions mérovingiennes et du gouvernement des Mérovingiens jusqu'à l'année de 615*, Paris, 1842.

LE PRIEUR, Ver André-Michel.

LESNE (E.), *La Propriété ecclésiastique*, ver 1.^a parte.

LEVILLAIN (Leon), *Le Baptême de Clovis*, em *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1906.

LEVILLAIN (Leon), *Le Formulaire de Marculf*, *Ibid.*, 1923.

LEVILLAIN (Leon), *La Succession d'Austrasie au VII^e siècle*, em *Revue historique*, t. CXII, 1913.

LEVISON (Withelm), *Die Iren find die fränkische Kirche* em *Histor. Zeitschrift*, t. CIX, 1912, pp. 1-22.

LEVISON (Withelm). *Das Nekrologium von Dom Racine and die Chronologie der Merewinger*, em *Neues Archiv.*, t. XXXV, 1909.

LEVISON (Withelm), *Zur Geschichte des Frankenkönigs Chlodowech*, em *Bonner Jahrbücher*, t. CIII, 1898, pp. 42-86.

LINDENSCHMIDT (L.), *Handbuch der deutschen Altermskunde*, I: *Merowingische Zeit*, Brunswick, 1880-89.

LINDNER (Theodor), *Weltgeschichte*, ver 1.^a parte.

LOEBELL (J. W.), *Gregor von Tours und seine Zeit*, 1869.

LOENING (Edgar), *Geschichte des Deutschen Kirchenrechts*, Estrasburgo, 1878, 2 vols.

LONGNON (Auguste), *Geographie de la Gaule au Ve. siècle*, Paris, 1878.

LONGNON (Auguste), *Atlas historique de la France*, Paris, 1885-1907.

LONGNON (Auguste), *Les noms de lieu de la France*, 2 vols. e 3.º fasc., Paris, 1922-23.

LOT (Ferdinand), *Encore la chronique du Pseudo-Fridigaire*, em *Revue historique*, t. CXV, 1914.

LOT (Ferdinand), *La Nomination du Comte el l'époque mérovingienne* em *Revue, hist. du droit*, 1924.

LOT (Ferdinand), *De la valeur historique du De excidio... Britanniae de Gildas*, em *Mélanges... Gertrude Schoepperle*, 1926.

MANITIUS (Max), *Grundriss der lateinischen Literatur des Mittelalters, I: Von Justinian bis zum Milk der tebaten Jahrhunderts*, 191 t (*Handbuch de Iwan von Muller*, X, 2, 1).

MARIGNAN (A.), *Études sur la civilisation française*, t. I: *La Societé mérovingienne*; t. I, *Le culte des saints sous les Mérovingiens*, Paris, 1899, 2 vols.

MARTIN (Paul-Edmond), *Études critiques sur la Suisse à L'époque mérovingienne*, Gêneve-Paris, 1910.

MARTROYE (F.), *L'Occident a L'époque byzantine: Goths et Vandales*, Paris, 1904.

MAURER (G.-L. von), *Geschichte der Fronhilfe, Bauernhofe und Hofverfassung in Deutschland*, Erlangen, 1862, 2 vols.

MAYER (Ernst), *Italienische Verfassungsgeschichte*, Leipzig, 1909, 2 vols.

MAYER (Ernesto), *Historia de las instituciones sociales y politicas de España y Portugal durante los siglos V a XIV*, t. I, Madrid, 1925.

MEITZEN (Aug.), *Siedelungs und Agrarwesen der Vest-Germanen and Ostgothen, der Kelten, Romer, Finnen and Slawen*, Berlim, 1895, 5 vols. e atlas.

MIGNET, *Comment l'ancienne Germane est entrée dans la societé civilisée de l'Europe occidentale et lui a servi de barriere contre les invasions du Nord*, em *Notices et mémoires historiques*, Paris, 1843, 2 vols.

MILLET (G.), Ver André-Michel.

MOMMSEN (Th.), *Ostgotische Studien*, em *Neues Archiv*, t. XIV, 1889, e em *werke*, I. VI.

MONOD (Gabriel), *Études critiques sur les sources de L'histoire mérovingienne*, 1.ª parte: *Grégoire de Tours, Marius d'Avenches*, Paris, 1872 (*Bibliothèque de l'école des Hautes Études*, fasc. 8).

MUNRO (D.-C.), *The Attitude of the western Church towards the study of the Latin classics in the early middle ages* (vol. VIII de *American Society of Church history*, 1897).

NIEDERLE (Labor), *Manuel de l'Antiquité slave*, t. I: *L'Histoire*, Paris, 1923.

NORDEN (W.), *Das Pápsttum und Byzant*, Berlim, 1903.

OGLE (B.), *Classical literary tradition in early german and roman Literature*, em *Modern languages notes*, XXVII, 1912.

OMAN (Ch.), *The Dark Ages (470-918)*, Londres, 1908.

- OMAN (Ch.), *England before the Norman conquest*, vol. I, Londres, 1910.
- OMAN (Ch.), *Art of war*, ver 1.^a parte.
- OZANAM, *Civilisation chez les Francs*, ver 1.^a parte.
- PAETOW (Louis John), *Guide to the study of Medieval history*, Berkeley (California), 1917.
- PALACKY, *Samo*, em *Jahrbücher des boehmischen Museum*.
- PEISKER (J.), *Die eilteren Beziehungen der Slawen and Turkotataren and Germanen*, em *Vierteljahrschrift fü Social and Wirtschaftsgeschichte*, t. III, 1905.
- PELLIOT (P.), *L'origine des Tou-Kiue (Turcs)*, em *Toung-Pao*, 1915.
- PEREZ-PUJOL (E.), *Historia de las instituciones sociales de la España goda*, Valencia, 1896, 4 vols.
- PERROUD (Ch.), *Les Origines du premier duché d'Aquitaine*, Paris, 1883.
- PERTILE (A.), *Storia del diritto italiano*, Padua, 1873-87, 6 vols.
- PÉTRAU-GAY (Jean), *La Notion de lex dans la coutume salienne et ses transformations dans les capitulaires*, Grenoble, 1920 (tese da Faculdade de Direito de Lyon).
- PFEILSCHIFTER, *Die Germanen im römischen Reich: Theodorich der Grosse*, Mogtincia, 1911.
- PFISTER (Christian), *Le Baptême de Clovis*, em *Revue hebdomaire*, 21 de Outubro de 1916.
- PFISTER (Christian), ver LAVISSE, I.^a parte.
- PHILIPP (H.), *Die Historich-geographischen Quellen in den Etymologiae des Isidores von Sevilla*, Berlim, 1912-13 (*Quellen and Forschungen zur älteren Geschichte and Geographie*, publicado por Sieglin, fasc. 25, 26).
- PINGAUD (Leone), *La Politique de saint Grégoire le Grand*, Paris, 1872.
- PIRENNE (Henri), *Histoire de la Belgique*, Bruxelas, 1900-1 (t. I).
- PIRSON, *Le Latin des formules mérovingiennes et carolingiennes*, em *Römanische Forschungen*, t. XXVI, 1909, pp. 837-944.
- PRESLAND (J.), *Belisarius, general of the East*, Londres, 1913.
- PROU (Maurice), *La Gaule mérovingienne*, Paris, 1897.
- PROU (Maurice), *Introduction au Catalogue des monnaies mérovingiennes de la Bibliothèque nationale*, Paris, 1892.
- RAJNA (Pio), *Le Origin dell'epopea francese*, Florenca, 1884.
- RAMSAY (Sir James), *The Foundation of England*, Londres, 1898.
- REINAUD (M.), *Invasions des Sarrasins en France*, Paris, 1836.
- REVERDY (Georges), *Les Relations de Childebart II et de Byzance*, em *Revue historique*, t. CXIV, 1913, pp. 61-86.
- REVERDY (Georges), *Note sur l'interpretation d'un passage d'Avitus*, em *Le Moyen Âge*, 1913.
- RICHTER (Gustave), *Annalen des fränkischen Reiches im Zeitalter der Merowinger*, Halle, 1873.
- RODOCANACHI (E.), *Les Monuments de Rome après la chute de l'Empire*, Paris, 1914.

ROESLER (Margarete), *Erziehung in England von der normann. Eroberung*, em *Englische Studien*, t. XLVIII, 1914, pp. 1-114.

ROESSLER (Oskar), *Grundriss einer Geschichte Roms im Mittelalter*, t. I, Berlim, 1909.

ROGER (H.), *Enseignement*, ver 1.^a parte.

ROLOPF (G.), *Die Umwandlung des fränkischen Heeres von Chlodowig bit Karl dem Grossen*, em *Neue Jahrbücher für das klassische Altertum*, t. IX, 1902.

ROMANO (L.), ver 1.^a parte.

ROTH (Paul), *Feudalität and Untertanemverband*, Weimar, 1863.

ROTH (Paul), *Geschichte des Beneficialwesens*, Erlangen, 1850.

ROUGIER, ver 1.^a parte.

ROUSSEL (E.), *Le roi em Annales de l'Ést*, 1897.

RUEBEL (Karl), *Die Franken, ihr Eroberungs and Siedelung system im deutschen Volkskunde*, Leipzig, 1904.

SALVIOLI (G.), *Trattato di storia di diritto italiano*, 1908.

SANDYS (John), ver 1.^a parte.

SCHANZ (M. von), *Ibid.*

SCHAUBE, *Ibid.*

SCHLOSSER (Julius von), *Quellenbuch zur Kunstgeschichte des Abendländischen Mittel-alters*, Viena, 1896.

SCHMIDT (Ludwig), ver 1.^a parte.

SCHMIDT (Richard), *Ibid.*

SCHUBERT (Hans von), *Geschichte der christlichen Kirche ins Frühmittelalter*, Tübingen, 1917-21, 2 vols.

SCHUBERT (Hans von), *Staat and Kirche in den arianischen Kühnigreichen and im Reiche Chladowigs*, Munique-Berlim, 1912 (*Histor. Bibliotbek*, fasc. 26).

SCHULTZE (Walter), *Das Merowingische Frankenreich*, Estugarda. 1896 (*Bibliotek deutscher Geschichte de Zwiedeneek-Südenhorst*, t. II).

SCHULTZE (Walter), *Die Bedeutung der Irischottischen Mönche für die Erhallung und Fortdauer der Mittelalserlichen Wissenschaft*, em *Centralblätt. für Bibliothekswesen*, t. VI, 1884.

SCHUPFER (Francesco), *Manuale di storia del Diritto italiano*, Città di Castelo, 1908.

SCRUPFER (Francesco), *Il Diritto privato dei popoli germanici*, Città di Castelo, 1907-09, 4 vols.

SCHWARZLOSE (K.), *Die Patrimonien der römischen Kirche his zur Gründung des Kirchen-Staates*, Berlim, 1887.

SCHWARZLOSE (K.), *Die Verwaltung und die finanzielle Bedeutung der Patrimoine der römischen Kirche*, em *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, t. XI, 1890.

SÉE (Henri), *Les Classes rurales et le régime domanial en France au Moyen Âge*, Paris, 1900.

SEMPER (H.), *Das Fortleben der Antike in der Kunst des Abendlandes*, Essling, 1908.

SERESIA (Alfred), *L'Église et l'État sous les rois francs au VI^e siècle*, Grand, 1888.

SICKEL (Wilhelm), *Die Entstehung der fränkischen Monarchie*, em *Westdeutsche Zeitschrift*, t. IV.

SICKEL, (Wilhelm), *Die Reiche der Wölkerwanderung*, Ibid., 1890.

SICKEL (Wilhelm), *Die Merowingische Völksversammlung*, Ibid., vol. suplem. II, 1888.

SICKEL (Wilhelm), *Zum Unsprung des mittelalterlichen Staates*, em *Mitteilungen d. Instituts f. oesterr. Geschichte*, vol. suplem. II, 1886.

SICKEL (Wilhelm), *Zum Organisation der Grafschaften im fränkischen Reiche*, *ibid.*, vol. suplem. III.

SICKEL (Wilhelm), *Zum German. Verfassungsgeschichte*, Ibid.

SOHM (Rudolf), *Fränkische Reichs und Gerichtsverfassung*, 1873.

SOHM (Rudolf), *La Procedure de la Lex Salica*, Paris, 1873 (*Bibl. École des Hautes Études*, fasc. 13).

STEIN (Henri), *La Mort de Childeric* em *Le Moyen Âge*, 1908.

STRAKOSCH-GRASSMANN (Gustav), *Geschichte der Deutschen in Oesterreich-Ungarn*, Viena, 1895.

STRUNTZ (F.), *Geschichte der Naturwissenschaft im Mittelalter*, Estugarda, 1910.

SYBEL (Heinrich von), *Die Entstehung des deutschen Königtums*, 1884.

SYMONS (B.), *Heidensage*, em *Grundriss der german. Philologie de H. Paul*, Estrasburgo, 1900, t. III, pp. 606-734.

TAYLOR (H. Osborn), *The Mediaeval Mind, a history of the development of thought and emotion in the Middle Ages*, Londres, 1911, 2 vols.

TAYLOR (H. Osborn), *The classical heritage*, ver 1.^a parte.

THONISSEN (J.-J.), *L'Organisation judiciaire, le droit pénal et la procedure pénale de la loi salique*, Bruxelas, 1881.

TIERENTEYN (Louis), *Les Comtes francs depuis Clovis jusqu'au traite de Verdun*, Gand-Paris, 1893.

TOMASETTI, *La Campagna romana antica, mediaevale e moderna*, Roma 1910-13, 3 vols.

TOURNEUR-AUMONT, *L'Alsace et l'Alemanie*, Nancy, 1919.

TRAUBE (Ludwig), *Perron Scottorum, ein Beitrag zur Ueberlieferungsgeschichte und zur Palaeographie des Mittelalters*, em *Sikungsberichte da Academia de Munique*, 1900.

TREICH (L.), *Les Tarifs de la loi salique*, em *Revue historique*, t. CIV, 1910.

URENA Y SMENJAUD (de), *La Legislation gotico-hispana*, Madrid, 1905.

VACANDARD (E.), *La scola du palais mirovingien*, em *Revue des questions historiques*, t. LXI, LXII, LXXVI, 1897-1904.

VACANDARD (E.), *L'Idolâtrie en Gaule au VI^e siècle*, Ibid., t. LXV, 1899.

VACANDARD (E.), *Vie de saint Ouen, évêque de Rouen*, Paris, 1902.

VAES (M.), *La Papauté et l'Église franque a L'époque de Grégoire le Grand* em *Revue d'histoire de l'Église*, Julho de 1905.

VAN DER ESSEN (L.), *Étude critique et littéraire sur les Vitae des saints mérovingiens de l'ancienne Belgique*, Lovaina-Paris, 1907 (*Recueil des travaux de l'Université de Louvain*, fasc.17).

VAN WETTER, *Le Droit romain et le droit germanique dans la Monarchie franque*, Gand, 1899-1900, 2.º fasc. (em *Rapports sus la situation de l'Université de Gand*).

VILLARI (G.), *Invasioni*, ver 1.ª parte.

VIOLLET (Paul), *Histoire des Institutions politiques et administratives de la France*, Paris, 1890-1912.

VIOLLET (Paul), *Histoire du droit civil français*, Paris, 1905.

WATZ (Georg), *Deutsche Verfassungsgeschichte*, Kiel-Berlim, 1880-1885, 4 tomos em 5 volumes.

WALTERHAUSEN (A.), *Die Germanisierung der Rätoromanen in der Schweiz*, Estugarda, 1900.

WERMINGHOFF (A.), *Geschichte der Kirchenverfassung Deutschlands im Mittelalter*, Leipzig, 1905.

WEYL (Richard), *Das fränkische Staatskirchliche Recht zur Zeit der Merowinger*, 1888 (*Untersuchungen de Gierke*, fasc. 27).

ZEUMER (Karl), *Geschichte der westgothischen Gesetzgebung*, em *Neuas Archiv*, t. XXIII, XXIV, XXVI, 1898-1901.

ZIMMER (Heinrich), *Ueber die Bedeutung des Irischen Elements für die mittelalterliche Kultur*, em *Preussische Jahrbücher*, t. LIX, 1887.

ZOTENBERG (M.-H.), *Les Invasions des Visigoths et des Arabes en France*, Toulouse, 1876 (Extr. de *l'Histoire de Languedoc*, ed. Privat).

Bibliografia complementar

A bibliografia que aqui é apresentada não pretende ser exaustiva. Mais não a do que uma selecção limitada das obras mais importantes surgidas após a ultima edição deste livro, selecção esta que tem por fim traçar um esboço da evolução e da actual orientação das investigações. Por outro lado, ela demonstra em que medida as teses de Ferdinand Lot vem a ser confirmadas ou infirmadas.

I. ORIENTAÇÃO GERAL

A história global de uma ou de algumas civilizações continua a ser a tendência geral. Têm, assim, surgido toda uma série de obras de síntese, mas, salvo raras excepções, todas continuam ainda a fixar a ruptura entre a Antiguidade e a Idade Média em meados do século v.

AYMARD (A.), AUBOYER (J.), *Rome et son Empire – Histoire générale des Civilisations*, t. II, Paris, 2.^a ed., 1956.

BLOCH (R.), COUSIN (J.), *Rome et son destin*, Destins du Monde, Paris, 1960.

BEHN (F.), *Römertum und Völkerwanderung Mitteleuropas zwischen Augustus und Karl dem Grossen*, Estugarda, 1963.

DAWSON (Ch.), *Le Moyen Âge et les origins de l'Europe*. Trad. francesa, Prefácio de Le Goff (J.), Paris, 1960.

DEANESLEY (M.), *A history of Medieval Europe, 476 to 911*. Methuen, 1956. trad. francesa, Paris, 1958.

GIANNELLI (G.), MAZZARINO (S.), *Trattatto di storia romana*, Roma, 1953-1956, 2 vols.

GRIMAL (P.), *La Civilisation romaine – Les Grandes Civilisations*, Paris, 1960.

LE GOFF (J.), *La Civilisation de l'Occident medieval – Les Grandes Civilisations*, Paris, 1934. Obra que procura dar uma nova explicação da Idade Média recorrendo aos dados da sociologia contemporânea. H. I. Marrou considera que falta agora provar a exactidão desta «nova Idade Média».

LOPEZ (R. S.), *Naissance de l'Europe*. Destins du Monde, Paris, 1962. Síntese bastante mais clássica, ainda que um pouco curta.

NOUGIER (L. R.), GARELLI (P.), SAUNERON (S.), BOURRIOT (F.), ..., *Pré-histoire et Antiquité – Histoire générale du travail*, t. I, Paris, 1959.

PERROY (E.), *Le Moyen Âge. – Histoire générale des Civilisations*, t. III, Paris, 1955.

ROSTOVITZ (M.), *The social and economic history of the Roman Empire*, 2.^a ed., revista por FRASER (P. M.), 2 vols., Oxford, 1937.

WALLACE-HADRILL (J. M.), *The Barbarian west (400-1000)*, Londres, 1952.

WOLFF (Ph.), MAURO (F.), *L'âge de l'artisan (Ve-XVIII siècle Histoire générale du travail)*, t. II, Paris, 1960.

II. PUBLICAÇÃO DE FONTES

Estas continuam a estar muito dispersas e em pouco ou nada participam no quadro geral de uma grande colecção. Apenas a colecção *Corpus Christianorum series latina* continua a reeditar textos latinos a um ritmo constante. Mas não posso citar senão os últimos. Convém também assinalar a nova colecção dos *Scriptores Latini Hiberniae*.

ANONYMUS VALESIANUS, *Excerpta Valesiana*, rec. de J. Moreau, Teubner, t. XIX, Leipzig, 1961.

Juan de Biclario, obispo de Geroña. *Su vida y su obra*. Introdução, texto e comentários por J. CAMPOS, Madrid, 1960.

Código de Eurico (EI), Edição, palingenesia, índices por Álvaro d'Ors, Madrid, 1960. Excelente edição, mas as hipóteses formuladas pelo autor a respeito da romanidade e da territorialidade deste tipo são vivamente combatidas por outros autores.

COLOMBANI (S.), *Opera*. Ed. por Walker (G. M. S.). *Scriptores latini Hiberniae*, t. II, Dublin, 1957.

CONCILIA GALLIAE (a. 314-a. 506), t. CXLVIII, «Cura et studio C. Munier», Turnhout, 1963, e Idem (a. 511 – a. 695), t. CXLVIII, «Cura et studio C. de Clercq», Turnhout, 1963, *Corpus Christianorum series latina*.

CONSTANCE DE LYON, «Vie de Saint Germain d'Auxerre». Texto e tradução de J. BORIUS, *Sources chrétiennes*, n.112, Paris, 1965.

DEFENSOR PACIS. «Le livre d'éttincelles». Texto e trad. de H. Rochais, t. I, Paris, 1961, t. II, 1962. *Sources chrétiennes*, n. 77 e 86. Útil para se poder conhecer melhor o nível cultural monástico em fins do século VII.

Diplomata belgica ante annum millesimum centesimum, editados por Koch (A. C. F.) e Gysseling (M.), Tongres, 1950, 2 vols. Obra que vem minorar parcialmente a ausência de recentes edições de textos, sobretudo no que respeita à época merovíngia. Contem todos os originais.

Documentation Goda en pizarro. Ed. por Gomez Moreno (M.), Madrid, 1966. Estas ardósias gravadas a ponta seca são vizinhas das tabuínhas Albertini. Em contrapartida, a sua utilização parece-me ser bastante difícil no actual estado da edição.

«Expositio Totius Mundi et Gentium.» Texto e trad. de J. Rouge, Paris, 1966, *Sources chrétiennes*, n.º 124.

FREDEGARIO, *The Fourth book of Fredegar and continuations*. Ed. e trad. inglesa por Wallace-Hoddrill (J. M.), Londres, 1960.

GREGÓRIO DE TOURS, *Histoire des Francs*. Tradução francesa por Latouche (R.), t. I, Paris, 1963; t. II, Paris, 1965.

«Os clássicos da Historia de França na Idade Média». A ausência do texto latino é uma lacuna vivamente sentida. A publicação dos opúsculos hagiográficos não parece estar prevista para um futuro próximo.

Inscriptions latines des Trois Gaules. Ed. por Willeumier (P.), Paris, 1963. Corrigida e completa o t. XIII do *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Itineraria et alia geographica. *Corpus christianorum series latina*, t. CLXXV, Turnhout, 1965. Reedição de alguns pequenos textos até então dispersos por inúmeras compilações, e que são bastante úteis para melhor se conhecer a ideia que a Alta Idade Média tinha do mundo.

LACTÂNCIO, «De mortibus persecutorum». Texto e trad. de Moreau (J.), *Sources chrétiennes*, n.º 39, 2 vol. Paris, 1954.

Leges Alamanorum, ed. alemã de Eckhardt (K. A.), Göttingen, 1958.

Lex Ribuaria, ed. por Beyerle (F.), Buchner (R.), *Mon. Germ. Hist. Legum*, Section I, T. III, 2, Hanover, 1954.

Lex Salica, ed. e trad. alemã por Eckhardt (K. A.), *Lex Salica 100-Titel-Text*, Weimar, 1953; *Pactus Legis Salicae*, t. I, *Einführung tend 80-Titel-Text*, t. III e IV, Göttingen, 1954-57; ed. em *M. G. H. Leges Sectio* t. IV, I, Hanover, 1962. A melhor edição existente da Lei Sállica, com datações dos diferentes estádios de evolução do texto. As datas propostas parecem ser até agora genericamente aceites, estando além do mais solidamente fundamentadas.

LIBANIUS, *Discours sur les patronage*. Editado, traduzido, anotado e comentado por Harmand (L.), Paris, 1944. Indispensável para melhor se poder compreender a evolução social no Baixo Império e a fuga da alçada da autoridade do Estado.

Marculfi formularum libri duo. Ed. e trad. francesa de Uddholm (Alf.), Upsal, 1962. Corrige a edição de Zeumer. A tradução é, por vezes, de má qualidade.

MELANIE (S.), Vida escrita por Gerontius. Trad. de Gorce (D.), *Sources chrétiennes*, n.º 90, Paris, 1962.

ORIENTUS (S.), *Commonitorium*. Ed. por Rapisarda (C. A.), Catane, 1958.

Panegyriques latins. Ed. e trad. de Galletier (E.), 3 vols., Paris, 1949-1955. Textos capitais para o conhecimento da evolução da Gália durante as crises dos séculos III e IV, assim como dos problemas fiscais.

PRUDÊNCIO, *oeuvres*. Ed. e trad. de Lavarenne (M.), 4 vols., Paris, 1943-1951.

Règle du Maître (La). Ed. e trad. de Vogüé (A.); *Sources chrétiennes*, n.º 105-106-107, 3 vols., Paris, 1964-1965.

SIDÓNIO APOLINÁRIO. Ed. e trad. de Loyer (A.), t. I, *Poèmes*, Paris, 1961.

SYNESIOS DE CYRENE, *Discours sur la Royauté*. Trad. de Lacombrade (M.me Chr.), Paris, 1951. Obra que permite compreender por que só houve hostilidade antigermânica no Oriente.

Tablettes Albertini. Actas privadas da época vândala. Editadas e comentadas por Courtois (C.), Leschi (C.), Saumagne (Ch.), ..., Paris, 1952.

TJADER (J. O.), *Die nichllitterarischen lateinischen Papyri Italiens, der Zeit 445-700*, Lund, 1955.

III. OBRAS DE SÍNTESE E DE INVESTIGAÇÃO

Salvo no respeitante à Itália bárbara, a renovação dos conhecimentos perfeitamente nítida. Notar-se-á sobretudo, a importância da contribuição das ciências auxiliares no campo da arqueologia, da numismática, da linguística, da antroponímia, da toponímia e da topografia.

ABADAL Y DE VIN YALS (R. de), *Del reino de Tolosa al reino de Toledo, Madrid*, 1960.

ALTHEIM (F.), *Die Krise der Alten Welten im 3. Jahrhundert*, 2 vols., Berlim, 1943.

– *Le déclin du Monde antique*, Paris, 1943. Trad. da obra precedente.

– *Attila and die Hunnen*, Baden-Baden, 1951.

– *Römische Geschichte*, t. 3, *Bis zur Schlacht an der Milvischen Büfiche*, Francoforte, 1956.

AMMATTUCI (A. G.), *Storia della letteratura cristiana*, 2.º ed., Turim, 1955. *Atti dei Congressi internazionali di studi langobardi*. 1.º Congresso: Spoleto 1951 (1952); 2.º Spoleto 1952 (1953); 3.º Spoleto 1956 (1959). Diversas comunicações interessantes para a actualização da história lombarda.

BALON (J.), *La structure et la gestion du domain de l'Église au Moyen Âge dans l'Europe des Francs*, Namur, 1959, 2 tomos.

– *Traité de droit salique*, Namur, 1965. Hipóteses por vezes ousadas, mas muito boas análises de vocabulário.

BECK (M.), *Bemerkungen zur Geschichte des erten Burgunderreiches*, em *Schweizerische Zeitschifte für Geschichte*, t. XIII, 1963, pp. 433-534.

BERGENGRUEN (A.), *Virtschaftsgeschichte Adel and Grundberrschaft im Merowingerreich*, Wiesbaden, 1959. Esta investigação sobre os bens fundiários da

nobreza engloba o domínio austrasiano a uma pequena parte da zona neustrasiana.

BLAIR (Ph.), *An introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge, 1956.

BLUMENKRANZ (B.), *Juifs et chrétiens dans le monde occidental (430-1096)*. Paris – La Haye, 1960.

BODMER (J. P.), *Der Krieger der Merowingerzeit and seine Wilt*, Zurich, 1957.

BOUTRUCHE (R.), *Seigneurie et féodalité*, t. I, *Le premier Âge des liens d'homme a homme*, Paris, 1959. Síntese de base relativamente às origens económicas e sociais dos laços feudo-vassálicos.

BREZZI (P.), *Dalle Persecuzioni alla pace di Constantino*, Roma, 1960.

– «Impero Romano e regni barbarici nella valutazione degli scrittori cristiani alla fine del mondo antico», em *Studi Romani*, t. IX, 1961, pp. 260-270.

BRISSON (J. P.), *Autonomisme et christianisme dans l'Afrique du Nord*, Paris, 1958.

CARCOPINO (J.), «Genséric et les Vandales», em *Profilis de Conquerants*, Paris, 1961, p. 359 SS.

CARSON (R. A. G.), HILL (P. V.), KENT (J. P. C.), *The Late Roman Bronze Coinage (A. D. 324-498)*, Londres, 1960.

CHASTAGNOL (A.), *Les fastes de la Prefecture de Rome au Bas-Empire*, Paris, 1962.

– *La Prefecture urbaine a Rome sous le Bas-Empire*, Paris, 1960.

COURCELLE (P.), *Histoire littéraire des grander Invasions Germaniques*. 3.^a ed. aumentada e ilustrada, Paris, 1954. Esta história das invasões vista pelos letrados romanos continua a fornecer-nos um importante contributo para o conhecimento desta época, quer pelas hipóteses formuladas, quer pelos sete apêndices ora acrescentados que se ocupam de questões bastante discutidas.

COURTOIS (C.), *Les Vandales et l'Afrique*, Paris, 1955.

– *Victor de Vita et son oeuvre*, estudo crítico, Paris, 1955. A conclusão hiper-crítica desta obra contradiz os considerandos da demonstração. É impossível desconfiar, tal como o faz o autor, do testemunho de Victor de Vita, apesar de toda a sua exasperante retórica.

COUSIN (P.), *Précis d'histoire monastique*, Paris, 1958.

DANIELOU (J.), MARROU (H. I.), *Nouvelle Histoire de l'Eglise*, t. I, «Des origines a Saint Grégoire le Grand», Paris, 1963.

DANNENBAUER (H.), *Die Entstehung Etlröpar, von der Spätantike zum Mittelalter*, t. I, *Der Niedergang der alten Veit im Vestern*, Estugarda, 1959; t. II, *Die Anfange der abenländischen Veit*, Estugarda, 1962.

DEMOUGET (E.), *De l'unité a la division de l'Empire Romain (395-410)*, Paris, 1951.

– «Les invasions germaniques et la rupture des relations entre la Bretagne et la Gaule», em *Le Moyen Âge*, t. LXVIII, 1962, pp. 1-50.

– «La Gaule nord-orientale a la veille de la Grande Invasion de 407», em *Revue Historique*, CCXXXVI, fast. 479, Julho-Setembro de 1966, pp. 17-46.

DHONDT (J.), «L'essor urbain entre Meuse et mer du Nord a l'époque mérovingienne», em *Studi in onore di Arnando Saponi*, 1975, t. I, pp. 55-78.

DION (R.), *Histoire de la vigne et du vin en France, des origines au XIXe siècle*, Paris, 1959.

DOEHARD (R.), «La richesse des Mérovingiens», em *Studi in onore di Gino Luzzata*, Milão, 1949, t. I, pp. 30-46.

– «Mediterranée et économie occidentale pendant le Haut Moyen Âge», em *Cahiers d'Histoire Mondiale*, 1954, vol. n.º 3, pp. 571-591.

DUVAL (N.), «Les origines de la basilique chrétienne. État de la question», em *Inform. de l'Hist. de P Art*, t. VII, 1962, pp. 1-19.

EBERSOLT (E.), *Les cimetières burgondes du Doubs e du Jura a l'époque barbare*. Prefácio de Ed. Salim Nota antropológica por LEROI-GOURHAN (A.), Besançon, 1950.

ETIENNE (R.), *Bordeaux antique*, Bordéus, 1962.

Études mérovingiennes, Paris, 1953. Uma série de comunicações feitas durante as jornadas de Poitiers referentes a diversos aspectos da civilização merovíngia.

EWIG (E.), «Die Frankischen Teilreiche im 7. Jahrhundert (613-714)», em *Trierer Zeitschrift*, t. XXII, 1953, p. 114 ss.

– *Trier ins Merowingerreich*, Trêves, 1954. De que modo a antiga capital imperial permaneceu uma ilha de romanidade num país barbarizado.

– «Die Civitas Ubiorum, die Francia Rinensis and das Land Ribuarien», em *Rheinische Vierteljahrsblätter*, t. XIX, 1954, pp. 1-29.

FAIDER-FEYTMANS (G.), *La Belgique a l'époque mérovingienne*, Bruxelas, 1964.

FAURE (E.), *Varia; études de droit romain. Étude de la capitation de Dioclétien d'après le Panégyrique VIII*, Paris, 1961. Último estudo sobre a reforma fiscal do Baixo Império. Contrariamente às interpretações de Lot e de Mazzarino, este estudo conclui com a ideia de que a unidade fiscal de base era uma «unidade de conta... o jugum egípcio».

FESTUGIÈRE (A. J.), *Antioche païenne et chrétienne, Libanius, Chrysostome et les moines de Syrie*, Paris, 1959.

– *Les moines d'Orient*, 2 vols., Paris, 1961.

FÉVRIER (P. A.), *Le développement urbain en Provence de l'époque romaine a la fin du XIVe siècle*, Paris, 1964.

FLEURY (M.), FRANCE-LANORD (A.), «Les bijoux mérovingiens d'Arnegonde», em *Art de France*, n.º I, 1960-61, pp. 1-18.

FLEURY (M.), «L'anneau sigillaire de la reine Arnegonde, femme de Clotaire 1^{er}»; em *Annexe aux procès-verbaux de la Commission municipale de la Ville de Paris* (Sessão de II de Fevereiro de 1963). Estes dois artigos respeitam a uma das mais belas descobertas arqueológicas merovíngias e revelam qual a importância das sepulturas reais merovíngias em Saint-Denis a partir do século VI.

FLEURY (M.), «Paris, du Bas-Empire au début du XIIIe em *Paris, croissance d'une capitale*, Paris, 1961, 73-96.

FOLZ (R.), *L'idée d'Empire en Occident du V au XV siècle*, Paris, 1953.

FONTAINE (J.), *Isidore de Seville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique*, 2 vols., Paris, 1959. Esta tese demonstra que Isidoro é ainda um homem da

Antiguidade, um optimista orgulhoso dos sucessos da Igreja e da fusão realizada com os Visigodos, o representante de uma época de prosperidade e de paz.

FORTIN (E. L.), *Christianisme et culture philosophique au Ve siècle. La querelle de l'âme humaine en Occident*, Paris, 1959.

FOURNIER (G.), *Le peuplement rural en Basse-Auvergne durant le Haut Moyen Âge*, Paris, 1962. Tese em que se demonstra que, relativamente a época merovíngia, as regiões cultivadas não comportavam apenas grandes domínios, mas também algumas pequenas propriedades e burgos rurais, tendo o povoamento vindo a organizar-se em torno dos ópidos e das igrejas rurais.

– *Les Mérovingiens*, Paris, 1966.

GALTIER (P.), *Saint Hilaire de Poitiers, le premier docteur de l'Église latine*, Paris, 1960.

GANGHOFFER (R.), *L'évolution des institutions municipales en Occident et en Orient au Bas-Empire*, Paris, 1963.

GANSHOF (F. L.), «L'origine des rapports feodo-vassaliques», em *Settimane del Centro Italian di studi sull' alto medioevo*, t. I, 1953, Spoleto, 1954, pp. 27-45.

– «Quelques aspects principaux de la vie économique dans la Monarchie franque au VIIe siècle». *Ibid*, t. V, 1957, Spoleto, 1958, pp. 73-101.

– «Merowingisches Gesandtschaftswesen», em *Festschrift Franz Steinbach*, Bona, 1960, pp. 166-183.

GAUDEMET (J.), *L'Église dans l'Empire romain – (IVe e Ve)*, Paris, 1958.

GAUTHIER (M. M.), «Fouilles sur l'emplacement de l'abbaye de saint Martial, place de la République à Limoges», em *Bulletin de la Société archéol. et hist. du Limousin*, t. LXXXVIII, 1961, pp. 49-71, e t. LXXXIX, 1962, pp. 29-53.

– «Première campagne de fouilles dans le sepulcre de saint Martial de Limoges», em *Cahiers Archéologiques*, t. XII, 1962, pp. 205-248. Tipo da escavação arqueológica que, comparada com os textos, proporciona resultados extremamente inovadores, ao mesmo tempo que permite consolidar as fontes escritas.

GOUBERT (P.), *Byzance avant l'Islam*. T. I, *Byzance et l'Orient...*, Paris, 1951; t. 2, *Byzance et l'Occident, Rome, Byzance et Carthage*, 1965.

GRABAR (A.), NORDENFALK (C.), *La peinture du Haut Moyen Âge du IVe au siècle*, Paris, 1957.

GRAND (R.), *Recherches sur l'origine des Francs*, Paris, 1965. Obra póstuma que procura retomar a hipótese de uma origem marítima e escandinava dos Francos. Muito pouco convincente.

GRENIER (A.), *Manuel d'archéologie gallo-romaine*, t. III, I e 2. «L'architecture: l'urbanisme, ludi et circenses...» Paris, 1958; t. IV, I e 2, «Les monuments des eaux...» Paris, 1960. Juntamente com os dois tomos anteriores, este manual constitui uma introdução indispensável a uma correcta compreensão do valor e dos limites da romanização da Gália.

GRIERSON (Ph.), «Commerce in the Dark Ages, a critique of the evidence», em *Transaction of the Royal Historical Society*, 1959, 2.^a série, t. IX, pp. 123-140.

GRIPPE (E.), *La Gaule chrétienne à l'époque romaine*, 3 vols., 1965-1966. Os dois primeiros tomos, sobre as origens cristãs e a Igreja das Gálias no século V nada nos trazem de novo, ao contrário do 3.º tomo: *La cité chrétienne au Ve siècle*, que é um estudo bastante circunstanciado da vida religiosa e da expansão do cristianismo.

GUICHARD (R.), *Essai sur l'histoire du peuple burgonde*, Paris, 1965. Pouco tem de original, à parte alguns aspectos da história dos Burgúndios antes da sua entrada no Império Romano.

GYSELING (M.), «La genèse de la frontière linguistique dans le nord de la Gaule», em *Revue du Nord*, t. XLIV, 1962, pp. 5-37.

HARMAND (L.), *Un aspect social et politique du monde romain. Le patronat sur les collectivités publiques, des origines au Bas-Empire*, Paris, 1957. Comentário bastante desenvolvido do discurso de Libanius (cf. mais atrás) e estudo de um fenómeno que contribuiu para a queda do Império. Corrobora as teses de Lot.

– *L'Occident romain*, Paris, 1960.

HATT (J. J.), *La tombe gallo-romaine*, Paris, 1951.

– *Histoire de la Gaule*, Paris, 2.ª ed., 1966. Para além de uma actualização e de uma síntese dos novos conhecimentos sobre a história da Gália desde Juliano, esta obra é interessante pelas suas tentativas de estudo da opinião gaulesa face aos Romanos.

HENRY (F.), *L'art irlandais*, t. I, Paris, 1963; t. II, Paris, 1966.

HIGOUNET (Ch.), *Bordeaux médiéval*, Bordéus, 1963. Esta monografia urbana é uma daquelas que, pelo recurso constante às ciências auxiliares e à arqueologia, prova a originalidade e a manutenção da vida urbana na época merovíngia.

HOLLYMAN (F. J.), *Le développement du vocabulaire féodal en France pendant le Haut Moyen Âge*, Genebra-Paris, 1957. Outra nova tendência: o estudo da cronologia e do sentido das palavras a fim de detectar a evolução social.

HOLMQVIST (W.), *Germanic art during the first millenium A. D.*, Estocolmo, 1955.

HUBERT (H.), *Les Germains. Évolution de l'Humanité*, XXIII, Paris, 1952.

HUBERT (J.), *L'architecture religieuse du Haut Moyen Âge*, Paris, 1952.

HUBERT (J.), «Evolution de la topographie et de l'aspect des villes de Gaule du Ve au Xe siècle», em *Settimane di studio del Centro italiano di studi sull' alto medioevo*, t. VI, Espoleto, 1959, pp. 529-558, 591-602. Dentre os trabalhos de Jean Hubert, este artigo é o que melhor resume o seu pensamento sobre a história urbana. Ele vem renovar por completo a visão que tínhamos até de cidades reduzidas ao estado de remanescências moribundas.

JONES (A. H. M.), *The Later Roman Empire (284-602)*, 3 t. mais um vol. de cartas. Oxford, 1964. Síntese que inside sobretudo sobre as questões de ordem económica e social e que só nos traz algumas inovações no respeitante ao Egipto. Aí estão resumidas as opiniões pessoais do autor sobre a lista de Verona, o colonato e as questões fiscais.

KHATCHATRIAN (A.), *Les baptistères paléo-chrétiens*, Paris, 1962.

LACOMBRADÉ (Mme Ch.), *Synesios de Cyrené, Hellène et Chrétien*, Paris, 1961. Ver mais atrás o discurso sobre realza de Synesios.

LAFaurie (J.), GRICOURT (J.), FABRE (G.), MAINJONET (M.), *Trésors Monétaires et plaques-boucles de la Gaule romaine*, Paris, 1959.

LATOUCHE (R.), «Les origines de l'économie occidentale, IVe-Ve siècle – Évolution de l'Humanité», Paris, 1956.

– *Études médiévales*, Paris, 1966.

LECCE (M.), «La vita económica dell'Italia durante la dominazione dei Goti nelle «Varie» di Cassodoro», em *Economica e Storia*, t. 3, 1956, pp. 354-408.

LE GENTILHOMME (P.), *Le monnayage et la circulation monétaire dans les royaume: barbares en Occident siècle*, Paris, 1946.

LESTOCQUOY (J.), «De l'unité à la pluralité: le paysage urbain en Gaule du Ve au IXe siècle», em *Annales*, an. 8. n.º 2, pp. 159-172.

LOT (F.), HOUTH (E.), *Recherches sur la population et la superficie des cités remontant a la période gallo-romaine*, 3.^a, parte, Paris, 1953. Todas as concepções de Ferdinand Lot sobre a história urbana durante a Alta Idade Média estão hoje em dia totalmente ultrapassadas. Ver, a este respeito, as obras aqui já citadas de HUBERT DHONDT (J.), ETIENNE (R.), EWIG (E.), FEVRIER (P. A.), FLEURY (M.), HIGOUNET (Ch.), LESTOCQUOY (J.), LOUIS (R.), VIELLARD (R.), e WILL (E.).

LOT (F.), *Nouvelles recherches sur l'impôt foncier et la capitation personnelle sous le Bas-Empire...*, Paris, 1955. Mantém, com algumas variantes, a sua tese de 1928, segundo a qual há dois impostos, a *capitatio* humana e a *capitatio* terrena, ou seja, um imposto pessoal e um imposto fundiário.

LEWIS (A. R.), *Naval power and trade in the Mediterranean A. D. 500-1000*, Princeton, 1951.

– *The Northern Seas-shipping and commerce in Northern Europe A. D. 300-1000*, Princeton, 1958. Estas duas obras devem ser consultadas com um certo cuidado, tendo em conta as suas interpretações de textos falsos e os seus erros materiais.

LOUIS (R.), *Autessiodurum christianum. Les églises d'Auxerre, des origines au siècle*, Paris, 1952.

MACMULLEN (R.), *Soldier and civilian in the later Roman Empire*, Cambridge, Mass., 1963.

MAILLÉ (A. de ROHAN CHABOT, marquesa de), *Recherches sur les origines chrétiennes de Bordeaux*, Paris, 1960.

MALLON (J.), *Paléographie romaine*, Madrid, 1952. Obra que permite compreender o parentesco existente entre escrita romana e escrita merovíngia.

MARROU (H. I.), *Histoire de l'Éducation dans L'Antiquité*, 4.^a ed., Paris, 1958.

MATTINGLY (H.), *Roman Imperial Civilisation*, Paris, 1957.

MAZZARINO (S.), *Aspetti sociali del quarto secolo, ricerche di storia tardo romana*, Roma, 1951.

– *La fine del mondo antico*, 1960.

MOHRMANN (Ch.), *Études sur le latin des chrétiens*, Roma, 1958.

MOMIGLIANO (A. D.), *Paganism and christianity*, Londres, 1962. Uma série de comunicações sobre os choques, os contactos e as transformações do cristianismo e do paganismo segundo as diferentes regiões do Império.

MUSSET (L.), *Les Invasions: les vagues germaniques* – Nouvelle Clio, t. XII, Paris, 1965.

– *Les Invasions: le second assaut contre l'Europe chrétienne (VII.-XIe siècle)*, Nouvelle Clio, t. XII bis, Paris, 1965. Estes dois manuais substituem doravante, sem que, contudo, sejam de molde a suprimi-lo por completo, o manual de J. CALMETTE, *Le Monde féodal*, última edição revista por Ch. HIGOUNET, Paris, 1951. Mais detalhados e expostos de um modo mais claro, eles comportam uma importante bibliografia, um curto resumo dos acontecimentos e um estudo sobre os problemas de conjunto e os problemas locais. É preciso passar obrigatoriamente por estes dois livros antes de se empreender qualquer tipo de investigação sobre esta época.

NORBERG (D.), *La poésie latine rythmique du Haut Moyen Âge*, Estocolmo, 1954. Notável estudo de textos pelo melhor linguista da actual escola sueca.

OSTROGORKIJ, (G.), *Histoire de l'État Byzantin*, Paris, 1965. Manual de base em relação a toda a história bizantina, preferencialmente a qualquer outro.

PEPE (G.), *Il Medioevo barbarico d'Itália*, 4.ª ed., Turim, 1959.

PETIT (P.), *Libanius et la vie municipale a Antioche au IVe siècle ap. J. C.*, Paris, 1955.

PONTIERI (E.), *Le invasion barbariche e l'Itália del V e VI secolo*, Nápoles, 1960.

PUIG Y CADAFALCH (J.), *L'art wisigothique et ses survivances. Recherches sur les origines et le développement de l'art en France et en Espagne du IVe au XIe siècle*, Paris, 1961. O autor atribui frequentemente aos Visigodos determinadas obras que, aos olhos de outros historiadores, são devidas aos Hispano-Romanos e aos Galo-Romanos.

RAHNER (H.), *Kirche und Staat im frühen Christentum*, Munique, 1961. Trad. francesa de G. ZINCE, Paris, 1964. Estudos de textos sobre as relações entre a Igreja e o Estado, vistas sob os ângulos histórico e teológico, desde o século II até ao século IX.

REMONDON (R.), *La crise de l'Empire Romain, de Marc Aurèle a Anastase*, Nouvelle Clio, t. XI, Paris, 1964. Presta os mesmos serviços que os dois manuais de L. MUSSET atrás citados.

RENUCCI (P.), *L'aventure de l'humanisme européen au Moyen Âge (IVe-XIIIe siècle)*, Paris, 1953.

RICHE (P.), *Education et culture dans l'occident Barbare (IVe-XIIIe siècle)*, Paris, 2.ª ed., 1967. Esta tese renova os nossos conhecimentos a respeito da sobrevivência e do fim da escola e da cultura antigas, bem como sobre o nascimento da escola e da cultura cristãs. Corrige as afirmações de Ferdinand Lot sobre Gregório Magno e o desaparecimento do latim falado. Torna claro que houve, em fins do século VII e em inícios do século VIII, um «pré-renascimento» carolíngio.

– *Les Invasions barbares*, Paris, 2.ª ed., 1965.

ROBLIN (M.), *Le terroir de Paris aux époques gallo-romaine et franque, peuplement et défrichement*, Paris, 1951.

SALIN (E.), *La civilisation mérovingienne*, 4 vols., Paris, 1950-59. Síntese na qual as inovações respeitam sobretudo as técnicas metalúrgicas e as práticas funerárias.

rias, ao estudo das sepulturas e das crenças, esclarecendo toda uma faceta da civilização merovíngia até aqui desconhecida.

SESTAN (E.), *Stato e nazione nell'alto medioevo. Ricerche sulle origini nazionali in Francia, Itália, Germania*, Nápoles, 1952.

SETTIMANI DI STUDIO DEL CENTRO ITALIANO DI STUDI SULL'ALTO MEDIOEVO. As actas dos congressos internacionais de Spoleto constituem uma mina de informações e de actualizações sobre todos os grandes problemas da Alta Idade Média. Dever-se-á consultar, em particular, os seguintes tomos: t. I *Goti in Occidente. Problemi*, Spoleto, 1956; t. IV, *Il monachesimo nell'alto medioevo...*, Spoleto, 1957; t. V, *Caratteri del secolo VII in Occidente*, Spoleto, 1958; t. VII, *La città medioevo*, Spoleto, 1959; t. VII, *Le chiese nei regni dell'Europa occidentale e...*, Spoleto, 1960; t. VIII, *Moneta e scambi nell'alto Medioevo*, Spoleto, 1961; t. IX, *Il passaggio dall'antichità al Medioevo in Occidente*, Spoleto, 1962; t. X, *La Bibbia nell'alto Medioevo*, Spoleto, 1963; t. XI, *Centri e vie d'irradiazione della civiltà dell'Alto Medioevo*, Spoleto, 1964; t. XII, 1, 2, *L'Occidente e l'Islam dell'Alto Medioevo*, Spoleto, 1965; t. XIII, *Agricoltura e Mondo rurale in Occidente nell'Alto Medioevo*, Spoleto, 1966.

SIRAGO (U. A.), *Galla Placidia e la trasformazione politica dell'Occidente*, Louvain, 1961.

SPRANDEL (R.), «Struktur und Geschichte des merowingischen Adels», em *Historische Zeitschrift*, 1961, t. 193, fl. 1, pp. 33-71.

STENGERS (J.), *La formation de la frontière linguistique en Belgique, ou de la légitimité de l'hypothèse historique*, Bruxelas, 1959. Prova que os Francos Ripuários não existiram.

STEIN (E.), *Histoire du Bas-Empire*, t. I, (284-476); t. II, (476-565). Ed. estabelecida por J. R. PALANQUE, Paris, 1959 e 1949. Apesar de todas as críticas dirigidas ao editor, o qual se limitou a registar a evolução do pensamento de Ernst Stein, esta síntese monumental continua a ser a pedra angular de todo e qualquer estudo ou investigação sobre o Baixo Império.

STERN (E.), *Recueil général des mosaïques de la Gaule. Province de Belgique*, Paris, 3 fasc., 1958-1963.

STROHEKER (K. F.), «Die geschichtliche Stellung der Ostgermanischen Staaten am Mittelmeer», em *Saeculum*, t. XII, 1961, p. 140 ss.

TCHALENKO (G.), *Villages antiques de la Syrie du Nord. Le massif du Bélus à l'époque romaine*, 3 vols., Paris, 1953-58. Explica perfeitamente a prosperidade económica e social da Síria nos séculos IV, V e VI, ao mesmo tempo que prova a superioridade do Oriente sobre o Ocidente.

TESSIER (G.), *Le baptême de Clovis*, Paris, 1964.

TESTINI (P.), *Archeologia cristiana, nozioni generali delle origini alla fine del sec. VI*, Roma, 1959.

TOUSSAINT (M.) *La frontière linguistique en Lorraine*, Paris, 1955.

VAN BERCHEM (D.), *L'armée de Dioclétien et la réforme constantinienne*, Paris, 1952. Prova que o novo exército romano de campanha, distinto do das fronteiras, é muito mais da responsabilidade de Constantino do que de Diocleciano.

VERLINDEN (Ch.), *L'esclavage dans l'Europe médiévale*, t. I, Bruges, 1955 (Península Ibérica, França).

VERMASEREN (M.), *Mithra*, Paris-Bruxelas, 1960.

Corpus inscriptionum et monumentorum religionis mithriacae, La Haye, 1960.

VIEILLARD (R.), *Recherches sur les origines de la Rome chrétienne*. «Les Églises romaines et leur rôle dans l'histoire et la topographie de la ville depuis la fin du monde antique jusqu'à la formation de l'État Pontifical. Essai d'urbanisme chrétien» Roma, 1959.

VOGEL (C.), *La discipline pénitentielle en Gaule, des origines à la fin du VI^e siècle*, Paris, 1952.

VOGT (J.), *Constantin der Grosse und sein Jahrhundert*, Munique, 1960.

WHEELER (M.), *Les influences romaines au-delà des frontières impériales*. Trad. francesa, Paris, 1960.

WALSER (G.), PEKARY (T.), *Die Krim des römischen Reiches. Bericht über die Forschungen zur Geschichte des 3. Jahrhunderts (193-294 n. Chr.) von 1939 bis 1959*, Berlin, 1962. Obra de síntese e de bibliografia que resume todos os aspectos da crise do século III, bem como todos os mais recentes trabalhos a seu respeito.

WILL (E.), «Recherches sur le développement urbain sous l'Empire romain dans le nord de la France», em *Gallia*, t. XX, 1962, p. 79 ss.

Michel Rouché

Índice

PRÓLOGO	9
INTRODUÇÃO	11

Primeira Parte A CRISE DO SÉCULO III E A RECONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO

I. <i>A crise política do século III</i>	17
II. <i>A restauração do mundo romano</i>	25
1. Diocleciano e a restauração do Império.....	25
2. Diocleciano e o cristianismo.....	34
3. A sucessão de Diocleciano.....	36
III. <i>O Império Romano e a Igreja no século IV</i>	39
1. Constantino e aquilo a que é chamado o Édito de Milão	39
2. Consequências para o Estado.....	50
3. Consequências para a Igreja.....	56
IV. <i>Regressão económica do mundo romano</i>	65
1. As crises económicas e monetárias.....	65

2. O capital e a indústria. A população.....	73
3. O comércio.....	83
4. A agricultura.....	86
 V. <i>A monarquia constantiniana: seu carácter, reformas e serviços</i>	93
1. O imperador, o Senado e os altos funcionários.....	93
2. O Exército	96
3. O Governo e as Finanças.....	100
4. Reformas legislativas e protecção social	104
 VI. <i>O regime das castas</i>	107
1. «Officiales». «Collegiati»	108
2. A casta militar	111
3. O colonato	114
4. Os camponeses livres	120
5. Os curiais.....	121
 VII. <i>A grande propriedade contra o Estado e os fracos. O patronato</i>	133
1. O grande proprietário contra o Estado.....	134
2. O grande proprietário contra os fracos. O patronato	135
 VIII. <i>Decadência e transformação da arte antiga</i>	139
1. A arquitectura.....	140
2. As artes plásticas.....	141
3. As artes decorativas.....	144
4. A música.....	150
5. Causas da regressão da arte antiga.....	151
 IX. <i>Decadência da literatura.</i>	
<i>Desaparecimento da filosofia e das ciências antigas</i>	155
1. As letras pagãs.....	155
2. A literatura cristã.....	161
3. Desaparecimento do espírito científico e do espírito filosófico	169
 X. <i>Corrupção do espírito público</i>	173
 <i>Resumo e conclusões da Primeira Parte</i>	185

Segunda Parte A DERROCADA

I. <i>Roma e os Bárbaros na segunda metade do século IV (350 a 395).....</i>	191
1. A luta contra os Bárbaros depois de Constantino (350-375).....	192
2. A chegada dos Hunos. Instalação dos Godos no Império do Oriente. Teodósio (375-395)	194
II. <i>O Império Romano do Ocidente de 395 a 476</i>	203
1. Instalação dos Bárbaros.....	203
2. O Império em 476	210
III. <i>O Império Romano do Oriente de 395 a 518</i>	219
<i>Resumo e conclusões das Primeira e Segunda Partes.....</i>	225

Terceira Parte DEPOIS DA DERROCADA

I. <i>A Itália após o desaparecimento do Império do Ocidente, de 476 a 526</i>	243
II. <i>Persistência das formas políticas romanas no Ocidente.</i> <i>O problema do desaparecimento do Império.....</i>	251
1. Persistência das formas políticas romanas no Ocidente	251
2. O problema do desaparecimento do Império do Ocidente	259
III. <i>Retorno ofensivo do Império. Justiniano e a «Reconquista»</i>	263
IV. <i>Fracasso da obra de Justiniano</i>	277
1. Em África	277
2. Em Itália	278
3. No Oriente	279
V. <i>A Espanha visigótica.....</i>	285
VI. <i>O Estado Lombardo</i>	293
VII. <i>O papado e a Itália, de meados do século VI a meados do século VIII .</i>	305

VIII. <i>A tomada da Gália pelos Francos. Clóvis</i>	317
IX. <i>A descendência de Clóvis</i>	329
X. <i>Decadência e fim dos Merovíngios</i>	341
XI. <i>A realeza merovíngia</i>	349
1. <i>A realeza</i>	349
2. <i>A Administração</i>	352
3. <i>Decadência da realeza. Advento da aristocracia</i>	357
XII. <i>A vida económica</i>	367
1. <i>A agricultura. As classes rurais</i>	367
2. <i>O comércio e a indústria. A cidade</i>	369
3. <i>A moeda</i>	371
XIII. <i>A vida intelectual e artística. O ensino</i>	373
XIV. <i>A vida religiosa</i>	387
XV. <i>A sociedade laica</i>	397
CONCLUSÃO	405
NOTAS.....	411
NOTAS ADICIONAIS.....	449
BIBLIOGRAFIA	497
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	529

LUGAR DA HISTÓRIA

1. *A Nova História*, Jacques Le Goff, Le Roy Ladurie, Georges Duby e outros
2. *Para uma História Antropológica*, W. G. I., Randles, Nathan Watchel e outros
3. *A Concepção Marxista da História*, Helmut Fleischer
4. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, Guy Fourquin
5. *Explicar o Fascismo*, Renzo de Felice
6. *A Sociedade Feudal*, Marc Bloch
7. *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*, Ferdinand Lot
8. *O Ano Mil*, Georges Duby
9. *Zapata e a Revolução Mexicana*, John Womack Jr.
10. *História do Cristianismo*, Ambrogio Donin
11. *A Igreja e a Expansão Ibérica*, C. R. Boxer
12. *História Económica do Ocidente Medieval*, Guy Fourquin
13. *Guia de História Universal*, Jacques Herman
15. *Introdução à Arqueologia*, Carl-Axel Moberg
16. *A Decadência do Império da Pimenta*, de A. R. Disney
17. *O Feudalismo. Um Horizonte Teórico*, Alain Guerreau
18. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*, C. R. Boxer
19. *Reflexões Sobre a História*, Jacques Le Goff
20. *Como se Escreve a História*, Paul Veyne
21. *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Carlo Cipolla
22. *Montailhou, Cátaros e Católicos numa Aldeia Occitana (1294-1324)*, E. Le Roy Ladurie
23. *Os Gregos Antigos*, M. I. Finley
24. *O Marcvilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Jacques Le Goff
25. *As Instituições Gregas*, Claude Mossé
26. *A Reforma na Idade Média*, Brenda Bolton
27. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*, Michel Austin e Pierre Vidal Naquet
28. *O Teatro Antigo*, Pierre Grimal
29. *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*, Tom Kemp
30. *O Mundo Helenístico*, Pierre Lévêque
31. *Acreditaram os Gregos nos seus Mitos?* Paul Veyne
32. *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval (Vol. I)*, Georges Duby
33. *Outono da Idade média e Primavera dos Novos Tempos?* Philippe Wolff
34. *A Civilização Romana*, de Pierre Grimal
35. *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval (Vol. I)*, Georges Duby
36. *Pensar a Revolução Francesa*, François Furet
37. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo (Séculos VIII-VI a.C.)*, Claude Mossé
38. *Ensaio de Ego-História*, Pierre Nora, Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Raoul Girardet, Jacques Le Goff, Michelle Perrot, René Remond
39. *Aspectos da Antiguidade*, Moses I. Finley
40. *A Cristandade no Ocidente 1400-1700*, John Bossy
41. *As Primeiras Civilizações – I. Os Impérios do Bronze*, Pierre Lévêque
42. *As Primeiras Civilizações – II. A Mesopotâmia / Os Hititas*, Pierre Lévêque
43. *As Primeiras Civilizações – III. Os Indo-Europeus e os Semitas*, Pierre Lévêque
44. *O Fruto Proibido*, Marcel Bernos, Charles de la Roncière, Jean Guyon, Philippe Lécivain
45. *As Máquinas do Tempo*, Carlo M. Cipolla
46. *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*, Marc Ferro
48. *A Sociedade Romana*, Paul Veyne
49. *O Tempo das Reformas (1250-1550) – Vol. I*, Pierre Chaunu
50. *O Tempo das Reformas (1250-1550) – Vol. II*, Pierre Chaunu
51. *Introdução ao Estudo da História Económica*, Carlo M. Cipolla
52. *Política no Mundo Antigo*, M. I. Finley
53. *O Século de Augusto*, Pierre Grimal
54. *O Cidadão na Grécia Antiga*, Claude Mossé
55. *O Império Romano*, Pierre Grimal
56. *A Tragédia Grega*, Jacqueline de Romilly
57. *História e Memória – Vol. I*, Jacques Le Goff
58. *História e Memória – Vol. II*, Jacques Le Goff
59. *Homero*, Jacqueline de Romilly
60. *A Igreja no Ocidente*, Mireille Baumgartner
61. *As Cidades Romanas*, Pierre Grimal
62. *A Civilização Grega*, François Chamoux
63. *A Civilização do Renascimento*, Jean Delumeau
64. *A Grécia Antiga*, José Ribeiro Ferreira
65. *A Descoberta de África*, organizado por Catherine Coquery-Vidrovitch
66. *No Princípio Eram os Deuses*, Jean Bottéro
67. *História da Igreja Católica*, J. Derek Holmes, Bernard W. Bickers
68. *A Bíblia*, organizado por Françoise Briquel-Chatonnet
69. *Recrutar África*, James Sweet
70. *Conquista. Destruição dos Índios Americanos*, Massimo Livi Bacci
71. *A Revolução Francesa, 1789-1799*, Michel Vovelle
72. *História do Anarquismo*, Jean Préposiet
73. *Bizâncio. O Império da Nova Roma*, Cyril Mango
74. *Declínio e Queda do Império Hasburgo, 1815-1918*, Alan Sked

A queda do Império Romano, as invasões bárbaras e a expansão do cristianismo originaram uma mentalidade nova, estabelecendo uma ruptura entre o homem da antiguidade e o homem dos novos tempos: o fim do mundo antigo. Contudo, estes períodos históricos não devem ser entendidos de forma autónoma, estanque, como durante muito tempo a historiografia tradicional fez, antes como um processo natural de continuidade histórica. Pioneiro do conceito de Antiguidade Tardia, Lot afirma: «Não se pode compreender a Idade Média se não remontarmos ao Baixo Império Romano». Pondo a tónica na análise económica e social, também neste campo Ferdinand Lot foi um inovador.

FERDINAND LOT (1886-1952), eminente historiador francês, foi um reputadíssimo medievalista, membro da Academia de Belas-Artes e professor da École Pratique des Hautes Études e da Sorbonne.

ISBN 978-972-44-1364-8



9 789724 413648